

Implicados e determinados pelas sociedades mundializadas, os saberes, geográficos e de outros campos do conhecimento, incluindo os nativos, sofrem um profundo metabolismo. Dentre as várias características desse metabolismo, se situam a explosão de fronteiras, a edificação das epistemes transversais e a força imperiosa de mecanismos sociais, econômicos e simbólicos



que, a partir do algoritmo, nutre o modelo de acumulação vigente.

Equimar Felício Chaveiro IESA/UFMG

Num difícil contexto de pandemia e de muitos desafios, dos quais destaco a particularidade do momento político em que nos encontrávamos e ainda nos encontramos, a Diretoria da ANPEGE encarou o desafio de realizar virtualmente, o XIV ENANPEGE. Depois de treze encontros presenciais, a iniciativa foi corajosa. Com o tema, *a Geografia que fala ao Brasil*, o evento, realizado no período de 10 a 15 de outubro de 2021, surpreendeu pela organização e participação da comunidade geográfica. Com 71 Grupos de Trabalho, diversas mesas, conferências, a Geografia falou ao Brasil, trazendo à tona a preocupação com a geografia que se ensina, com a ofensiva fascista-liberal, com a destruição da natureza, com o imperialismo que corrói, mas também trouxe para o debate uma preocupação com uma ciência aberta, com os povos que lutam, enfim, com projetos alternativos de Nação. O que vivenciamos atualmente no país, reforçado pelo resultado destas últimas eleições, em grande medida, é a importância desses encontros, do debate, da reflexão e da reafirmação do papel do conhecimento científico



socialmente referenciado. Que a Geografia continue falando ao Brasil.

Márcia Yukari Mizusaki - UFGD

Outubro de 2021. O Brasil finalizava o segundo ano de enfrentamento da pandemia do Coronavírus/Covid-19 com um saldo violento de déficit de políticas públicas em todas as áreas, resultado da perversa associação entre o ultraliberalismo, o neofascismo, o negacionismo científico e o descompromisso manifesto com a maioria da população brasileira, conformada pelo governo Bolsonaro. Sobre a terrível crise sanitária oriunda da pandemia, se sobrepujaram uma crise política, fruto de uma arrogante ignorância, e uma crise econômica, decorrente de escolhas governamentais equivocadas e do conseqüente empobrecimento da nossa população. Neste cenário, se instalou o XIV ENANPEGE sob o tema *a Geografia que fala ao Brasil*, proclamando aos quatro cantos, às cinco macrorregiões, às vinte e sete Unidades da Federação, aos setenta e sete Programas de Pós-Graduação em Geografia, a toda a população do país a necessidade da defesa da ciência, do reestabelecimento da ordem democrática e do combate ao obscurantismo. Sob a batuta da gestão “Bacurau”, geógrafos brasileiros se reuniram



pela primeira vez num encontro nacional online que entrou para a história como o maior de todos os tempos em volume de inscritos e trabalhos apresentados, mas também pela encarnação cívica, pelo posicionamento crítico, pelo grito de resistência e pelo brado à democracia.

Adão Francisco de Oliveira – Presidente da ANPEGE (2022-2023) - UFT



A Geografia que fala ao Brasil

XIV ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA

A Geografia que fala ao Brasil

ANPEGE

Organizadores

Marco Antônio Mitidiero Júnior

José Gilberto de Souza

Carlos Alberto Feliciano

Maria Franco Garcia



XIV ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA



LUTAS ANTICAPITAL



A escolha do tema tanto do XIV ENANPEGE como deste livro - “A Geografia que fala ao Brasil: ciência geográfica na pandemia ultraliberal” - partiu da necessidade de pensar o Brasil em uma conjuntura de destruição do Estado nacional. A pergunta foi: em que a Geografia contribui na produção de conhecimento do e para o Brasil? O que esta Ciência pode dizer à sociedade diante desta realidade social, política e econômica? Portanto, pensar o Brasil foi o foco. O Brasil nas diferentes escalas. O Brasil na abrangência desse imensa espacialidade e de diversos territórios, na escala nacional e de suas relações multilaterais. O Brasil na sua relação com o Mundo. Nesse bojo, a arte e identidade visual do evento e do livro tentou sintetizar esse sentimento e objetivo. Um país que precisa ser vacinado contra o antiintelectualismo, um país com o Estado destruído, um país colocado à venda no cenário de espoliações monopolistas, com determinações territoriais claras da fase mais excludente do imperialismo: as finanças. Assim, estávamos seguros de que a Geografia tem muito a dizer a este país, das fissuras que estamos assistindo às resistências que se formam.

Diretoria

ANPEGE 2019/2021

A Geografia que **fala** ao **Brasil**

a
ANPEGE

Organizadores
Marco Antônio Mitidiero Júnior
José Gilberto de Souza
Carlos Alberto Feliciano
Maria Franco Garcia



**XIV ENCONTRO
NACIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO
E PESQUISA EM
GEOGRAFIA**



LUTAS ANTICAPITAL

A Geografia que **fala** ao **Brasil**

**XIV ENCONTRO NACIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA**

1ª EDIÇÃO
LUTAS ANTICAPITAL
MARÍLIA/SP - 2022

Editora LUTAS ANTICAPITAL

Editor: Julio Hideyshi Okumura

Conselho Editorial: Andrés Ruggeri (Universidad de Buenos Aires - Argentina), Bruna Vasconcellos (UFABC), Candido Giraldez Vieitez (UNESP), (Claudia Sabia - UNESP), Dario Azzellini (Cornell University - Estados Unidos), Édi Benini (UFT), Fabiana de Cássia Rodrigues (UNICAMP), Henrique Tahan Novaes (UNESP), Julio Cesar Torres (UNESP), Lais Fraga (UNICAMP), Mariana da Rocha Corrêa Silva, Maurício Sardá de Faria (UFRPE), Neusa Maria Dal Ri (UNESP), Paulo Alves de Lima Filho (FATEC), Renato Dagnino (UNICAMP), Rogério Fernandes Macedo (UFVJM), Tania Brabo (UNESP).

Projeto Gráfico e Diagramação: Carla De Marco Ridolfi

Capa: Carla De Marco Ridolfi (concebida a partir da marca do evento criada pelo artista plástico Tarcísio Leopoldo)

Impressão: Renovagraf

G345 A geografia que fala ao Brasil: XIV Encontro Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia / ANPEGE. – Marília : Lutas Anticapital, 2022. 580 p. : il.

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-53104-77-2

1. Educação. 2. Geografia – Estudo e ensino. 3. Neoliberalismo. I. Encontro Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (14. : 2021 : João Pessoa). II. Título.
CDD 372.891

Ficha elaborada por André Sávio Craveiro Bueno CBR 8/8211
FFC – UNESP – Marília

1ª edição: dezembro de 2022

Editora Lutas Anticapital
Marília -SP
editora@lutasanticapital.com.br
www.lutasanticapital.com.br
Facebook: @edlutasanticapital
Instagram: @editora_lutas_anticapital

A GEOGRAFIA QUE **FALA AO BRASIL**

APRESENTAÇÃO

A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE) realizou entre os dias 10 e 15 de outubro de 2021, o **XIV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia**. Tratou-se do primeiro **ENANPEGE** realizado no formato *virtual*. O tema central do evento "**A Geografia que fala ao Brasil: ciência geográfica na pandemia ultraliberal**" norteou as temáticas debatidas nas Conferências, Mesas Redondas e Grupos de Trabalho (GTs).

Foi a primeira vez na história da associação que o ENANPEGE aconteceu na forma virtual (*on-line*), tendo todas as suas atividades: salas de GTs, Mesas e Conferências com transmissões *via internet*. Evidentemente essa decisão, que não foi confortável à Diretoria da ANPEGE (Gestão 2019-2021), sobretudo pela "Ciência" e o papel que cumprem os eventos presenciais na história da Geografia brasileira. Assim, essa decisão foi tomada devido à pandemia do COVID 19 e a necessidade do isolamento social, mas outras determinações motivaram essa Diretoria a propor e realizar o evento virtualmente. Passávamos pela maior onda de ataques à Ciência e à Universidade Pública de toda história nacional, o que exigiu das associações científicas organização para resistência, sendo uma das estratégias a realização dos nossos encontros científicos. A produção de conhecimento, o debate, a troca de ideias e interlocução não poderiam parar naquela conjuntura (ainda em vigência). *Uma imensa boiada estava passando sobre o país e as Universidades*, centros de pesquisa, programas de pós-graduação, discentes de mestrado e doutorado começaram a sentir os efeitos do que vem sendo a destruição da Ciência e da Universidade Brasileira, pelo menos na forma que conhecemos até então. A crise econômica e o estrangulamento dos recursos para as ciências também motivaram a realização deste encontro acadêmico. De um lado, as associações científicas sem recursos financeiros para continuar seu trabalho; do outro, os pesquisadores/discentes com cada vez menos recursos para a realização de pesquisas e participação em congressos, simpósios e encontros, condições que passaram a colocar em risco os eventos científicos. Nos encontrar, mesmo que virtualmente, era preciso!

Por isso, a escolha do tema - "**A Geografia que fala ao Brasil: ciência geográfica na pandemia ultraliberal**" - partiu da necessidade de pensar o Brasil em uma conjuntura de destruição do Estado nacional. A pergunta foi: em que a Geografia

contribui na produção de conhecimento do e para o Brasil? O que esta Ciência pode dizer à sociedade diante desta realidade social, política e econômica? Portanto, pensar o Brasil foi o foco. O Brasil nas diferentes escalas. O Brasil na abrangência dessa imensa espacialidade e de diversos territórios, na escala nacional e de suas relações multilaterais. O Brasil na sua relação com o Mundo. Nesse bojo, a arte e identidade visual' do evento tentou sintetizar esse sentimento e objetivo. Um país que precisa ser vacinado contra o antiintelectualismo, um país com o Estado destruído, um país colocado à venda no cenário de espoliações monopolistas, com determinações territoriais claras dos efeitos excludentes com o aprofundamento da característica mais espoliadora do imperialismo: as finanças Assim, estávamos seguros de que a Geografia tem muito a dizer a este país, das fissuras que estamos assistindo às resistências que se formam.



A cidade de João Pessoa na Paraíba foi a sede do evento, a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) o local de sua realização. Os 4.381 trabalhos pré-inscritos, sendo que mais de 2600 ratificaram a participação, evidenciaram o acerto da decisão e a importância da produção do conhecimento geográfico. Assim, infelizmente, as geógrafas e os geógrafos brasileiros não se encontraram presencialmente. Infelizmente, não nos reunimos no mesmo espaço, não encontramos os amigos distantes e não confraternizamos nos finais de cada dia do ENANPEGE – coisa que

1 A identidade visual fez referência à temática do evento e foi elaborada por Tarcísio Leopoldo, artista plástico, sem-terra, militante do MST no Paraná e membro da Brigada Cândido Portinari, um coletivo de artistas plásticos do MST.

geógrafas e geógrafos sabem fazer tão bem. Contudo, no limite e na excepcionalidade, tivemos, mesmo que virtualmente, um vigoroso espaço de debate.

Foi dessa forma que o XIV ENANPEGE virtual nos permitiu refletir, problematizar, divulgar e reconstruir conhecimentos sobre o Brasil e seu povo. Não se tratou de ver uma luz no fim do túnel nesta conjuntura política assustadora, mas de provocar e animar o conhecimento acumulado e todo o cabedal científico de pesquisadoras e pesquisadores da natureza, da sociedade, das regiões, dos territórios, dos lugares e dos espaços.

O Brasil está sob ataque. Uma tragédia social e econômica apontou com nitidez (e hoje chegamos a 33 milhões de brasileiros passando fome) que a convulsão política iniciada em 2013 ganhou contornos dramáticos em 2020 e 2021 (ocorreu a luz do dia a indução de um genocídio dos brasileiros propositalmente sem vacinas contra o coronavírus), por isso a Geografia tinha que pensar o Brasil, pensá-lo de forma crítica radical, e não é por menos que o nome desta Diretoria da ANPEGE denomina-se Bacurau, inspirado no excelente filme nacional que estreou durante o ENANPEGE que ocorreu na Universidade de São Paulo em 2019.

Bacurau - A Geografia que fala ao Brasil

O texto que entregamos à comunidade Geográfica é ao mesmo tempo uma compilação de parte das contribuições que tivemos na realização do XIV Encontro Nacional de Pós-graduação e Pesquisa no Brasil, bem como um recorte analítico do comprometimento desta Ciência na transformação da realidade brasileira.

O comprometimento em dar continuidade na construção de uma Geografia Crítica, que desde o início da composição desta Diretoria da Associação Nacional de Pós- Graduação e Pesquisa no Brasil (ANPEGE), auto denominou-se, ainda como chapa de candidatura, de **Bacurau**, como expressão de resistência.

Iniciamos nossa trajetória em confrontação direta com a realidade central de nossas pesquisas, uma vez que somos constituídos integralmente por pesquisadores da questão agrária, da Geografia Agrária brasileira. Essa confrontação se retrata, como no filme Bacurau, pelos caixões e corpos despejados ao longo do território brasileiro. É desta violência e da indignação de sua permanência que brotam nossas pesquisas e desta indignação brotou nossa gestão. Assim, a arte não é uma alegoria da realidade, como considera Lukács (1971), pois a **alegoria** é quando um constructo se apresenta como um fazer autômato, que

não revela seu sentido prático humano, "aparece" como arte, mas se reveste de um fazer que não reúne a dimensão do movimento de mudança qualitativa nas interações metabólicas, nas interações humanas... porque se fecha no reprodutivismo do real, não na **mimesis**, e se apresenta em vazio estético, porque está esvanecido do caráter ético.

Assim, na busca de outras categorias estéticas que dialogam diretamente com uma dimensão ética é que buscamos as demais categorias estéticas do fazer científico, tendo-o como uma teleologia que denota sua intencionalidade de denúncia, resistência e transformação: o **ritmo** que se coadunou às formas de fazer e de marcar o tempo. O ritmo se espelha em uma dimensão concreta do trabalho... demarca ações em tempos e movimentos. Esses elementos constituem memórias do fazer... assim a arte em seu quadro estético é uma memória dos tempos e movimentos metabólicos e, portanto, ela representa um conteúdo que se distingue de ruído, porque fala abertamente sobre uma realidade que precisa ser transformada, não por caso iniciamos o evento com Chico Cesar.

Assim, também o **símbolo**, uma dimensão de conteúdo-arte. Ele pressupõe "palavra" (nomenclatura), signo, significado e sentido. Paulo Freire em Pedagogia do Oprimido afirmara que educar é encharcar o sujeito de sentidos, sem a consistência do conteúdo geográfico não se opera constructos territoriais. Assim, diferentemente da alegoria, o símbolo resulta em movimento do ser... e exige uma ação cognoscente em sua apreensão, em seu decifrar, em seu conhecer e exige conteúdo. Não por acaso privilegiamos o conhecimento comprometido com a transformação social.

A **mimesis** implica em reproduzir em criação, em negação ao reprodutivismo estéril e alienado da vida cotidiana. Ela representa as dimensões concretas de um cotidiano que é evocado emocional e intelectualmente e dessas formas, de razão e emoção, emergem novos sentidos ao conteúdo, e desta forma reafirmamos nosso compromisso com a ciência que dialoga com a sociedade e os movimentos sociais e não com o quantitativismo produtivista das avaliações.


Por fim, a **catarse**, síntese dessa evocação, representa o movimento de internalização e externalização dos sentidos... plenos e todos... de emoção, como elevação do espírito, ou elevação do gênero humano, à uma nova sensibilidade, sociabilidade e racionalidade sobre o real concreto. A nossa busca, portanto, sempre se consolidou na **inteireza** humana (razão e emoção – em todos os nossos

processos formativos, de pesquisa e de extensão), no reclamo de uma autoconsciência científica e esse processo só pode se realizar no encontro com a realidade social – o concreto pensado.

Caixões na estrada – eles assustam, mas nós sabemos – é a Luta de Classes

Iniciamos nossa gestão no ano de 2019, três anos após o Golpe Parlamentar-midiático que derrubou a Presidenta Dilma Rousseff, ao final do primeiro ano do Governo Jair Bolsonaro, em sua lógica de destruição do Estado e da eliminação das políticas públicas que se consolidaram nos governos social-liberal do Partido dos Trabalhadores. Tínhamos a retomada da escalada de violência no campo. Na memória recente os 10 trabalhadores torturados e assassinados pelo Estado no Pará em maio de 2018. Tínhamos o retorno da barbárie de Eldorado do Carajás. Estas mortes rememoradas não como história, mas pelos novos corpos que tombavam, mortes legitimadas pelo Estado, mortes incentivadas pelo Governo Federal e desdenhadas por grande parte da sociedade brasileira. O fascismo que se ancorava em “falas e gestos” agora se materializava no cotidiano. A personagem Teresa de Bacurau se assusta com os caixões, mas em verdade, todos os nossos mortos no campo e na cidade, denotam a luta de classes desfilando aos nossos olhos.

Um processo que nos fez a cada dia emitir uma nota, a cada dia um posicionamento, como forma de evitar a naturalização do desmonte e como busca de criar e construir indignação à opinião pública. O fato é que, no ano seguinte, os caixões nas estradas ganhavam uma concretude maior com a disseminação do vírus Sars-Cov 2, que produziu a pandemia da doença Covid 19. Pela pandemia ampliamos a lente da postura genocida, mórbida e negligente de Jair Bolsonaro. Essa posição descuidada do Governo encerrou a vida de mais de 600 mil pessoas, até ao final de nosso mandato. Inumeráveis de Bráulio Bessa que ressoou em nossos ouvidos por Chico Cesar.



*Andre Cavalcante era professor
amigo de todos e pai do Pedrinho.
O Bruno Campelo seguiu se caminho
Tornou-se enfermeiro por puro amor.*

Já Carlos Antônio, era cobrador
Estava ansioso pra se aposentar.
A Diva Thereza amava tocar
Seu belo piano de forma eloquente

**Se números frios não tocam a gente
Espero que nomes consigam tocar.**

(Bráulio Bessa, 2020).

Dessa perplexidade, essa gestão buscou se reunir com vários grupos de militância. Porque é do cantar na rua, como no velório de Dona Carmelita, com muitas vozes, que nos reconhecemos como trincheira e como resistência². Por isso, como nos ensinam os movimentos sociais, cantamos nossos mortos, como forma de presentificá-los e fazer erguer novos lutadores³.

Fomos Domingas – Olhar para o Estado para repensar o Governo

Aquela enfermeira que do ódio da perda se torna insensata, revela a angústia de não ter instrumentos de defesa, “a falta de recursos”, o fato de não ter Estado. Nessa contradição buscamos as fissuras para se contrapor ao Governo. Este movimento de busca de antitetividade no Estado, como formação social, nos colocou em embates com a Capes e com as frentes que podíamos intervir. Essa lógica de compreender o mundo como movimento e contradição nos faz assumir as tarefas que se impõem à Ciência e aos pesquisadores comprometidos. Não por acaso, essas fissuras também se revelaram em contraponto. Pelo institucionalismo, infelizmente, muitos pesquisadores defenderam as tarefas da Avaliação Quadrienal,

² A diretoria da ANPEGE passou a coordenar colegiadamente o Fórum das Ciências Humanas, Sociais, Sociais Aplicadas, Artes Letras e Linguística (FCHSSALLA); ajudou na organização da Rede Irerê de proteção de pesquisadores ameaçados por suas pesquisas; compôs o GT Capes ligado a SBPC para acompanhar e denunciar os desmandos que ocorria na CAPES e compôs ativamente o Fórum de Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro, dentre outras ações e incursões, todas elas baseadas na militância em defesa do Brasil.

³ Guardamos na memória nossas perdas ocorridas nesse período, grande parte pela COVID 19: Profa. Dra. Ana Maria Marques Camargo Marangoni – USP Profa. Dra. Lilian Coltrinary – USP Profa. Dra. Livia de Oliveira – UNESP-RC Profa. Dra. Neli Aparecida de Melo-Thery – USP Profa. Meire Aparecida Teixeira – RM. Presidente Prudente Prof. Dr. Antônio Teixeira Neto – UFG Prof. Dr. Antonio Tolrino de Rezende Veras – UFRR Prof. Dr. Carlos Augusto Figueiredo Monteiro – UFSC Prof. Dr. Carlos Belarmino – UEPB Prof. Dr. César Augusto Ávila Martins – FURG Prof. Dr. Hamilton Amorim – UNESP-PP Prof. Dr. Jailson Macedo – UEMA Prof. Dr. João Baptista Ferreira de Mello – UERJ Prof. Dr. João Ludgero Sobreira Neto – URC Prof. Dr. Jorge Xavier da Silva – UFRJ Prof. Dr. Josafá Ribeiro dos Santos – UEMA/ UESPI Prof. Dr. Mário de Biasi – USP Prof. Dr. Nildo Aparecido de Mello – IFG-SC Prof. Dr. Robson Olivino Paim – UFFS – **“Se números frios não tocam a gente, espero que nomes consigam tocar”**

desconsiderando a conjuntura destrutiva e a impossibilidade de termos um processo “normal” de avaliação. Dada a ressonância da conjuntura, vacinados contra os quintas-colunas, nos posicionamos por uma avaliação solidária e propositiva, objetivando que nenhum programa sofresse rebaixamento de nota.

Disputamos sentidos de fazer Ciência, de humanização, em defesa dos serviços públicos, particularmente de saúde. A Geografia se posicionou em inúmeros espaços, mapeando os desmandos, mapeando os caixões, cartografando os fluxos da Covid 19; a Ciência Geográfica se fez presente para demonstrar o projeto genocida. A necessidade do distanciamento social nos tirou das ruas, dos nossos espaços plurais e da gênese de nossa ciência reconhecida mundialmente. Mas, ficou claro, como Domingas, falamos abertamente contra as intervenções arbitrárias, contra os desmandos do governo.

Tony Júnior, os motoqueiros e os estrangeiros As imagens do Imperialismo.

A arte não é uma caricatura, ao contrário ela reflete a realidade na forma de sua consciência e superação. Lukács (1971) apontara que a arte não é e não pode ser uma simples alegoria, ainda que esta se apresente. Tony Júnior parece uma alegoria, mas não, é a própria **mimesis** do Estado brasileiro. Assim, como os motoqueiros são a burguesia interna e os estrangeiros a lógica do capital, como representação da burguesia externa. Estes elementos constituem a lógica Imperialista. A centralidade do Estado se coloca como uma derivação da forma capitalista, não se coloca como simples representação da classe burguesa, ou apenas como um comitê de resolução de seus interesses, como afirma Marx e Engels no Manifesto (1999). O Estado, seguindo as análises de Von Braunmühl (1983) e Hirsch (2010), se constitui no/como processo do desenvolvimento do capitalismo e sua transformação, deriva das necessidades vitais desse desenvolvimento. Ele comparece como elemento que modula as contradições e opera sobre elas mesmas, objetivando garantir as condições concretas das formas de produção do valor e de sua competitividade (na forma Estado), para sua realização em escala mundial, no sistema interestatal, no mercado mundial capitalista. Nesse processo, suas relações com as classes burguesas internas e externas, não somente produzem formas específicas de ampliar os mecanismos de exploração e valorização do valor, como legitimam a espoliação e barbárie.

No contexto brasileiro, a produção geográfica pauta estas formas a partir de apropriação do espaços e anulação dos territórios, como mecanismo que anula a existência dos sujeitos sociais que resistem a estas lógicas. Nesse campo, não emerge interesse nacional, porque como bem aponta Poulantzas (1975, 2019) a burguesia nacional se configura apenas como classe interna ao Estado Nacional, no país apenas habitam as metáforas de território-brasileiro e de soberania-nacional. Na articulação à lógica de produção do valor e de sua valorização, pelos instrumentos centrais de exploração da mais valia, de forma real e ou formal, da renda da terra, do capital portador de juros e ou da financeirização (capital fictício) esta burguesia se constitui de fato em estrada asfaltada aos interesses de acumulação e extração do valor.

Este processo, destitui qualquer compreensão dualista entre lógica territorial e lógica do capital (SOUZA, 2016), uma vez que o território é a materialidade concreta da realização do valor, como afirma Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007), o território é a expressão da luta de classes, denotada no espaço "brasileiro", assim como, no recorte espacial da cidade Bacurau, que lentamente se apaga no mapa.

Lunga: a guerra da água é a luta de classes, de gênero, mas não identitarista

A dimensão das lutas cotidianas ganharam espaço pelo viés das narrativas e dos lugares de fala. Na primeira temos os equívocos de que o constructo de interpretação da realidade estabelecido pelas análises macroestruturantes estavam com o prazo vencido e que, portanto, a Ciência "Tradicional" e suas elaborações não teriam mais capacidade explicativa das dimensões multiterritoriais e multiculturais do mundo "moderno" [sic]. Nesse imbróglio mais elementos foram se assentando a partir de concepções pós-modernas e com problemas centrais de método anulam o ser social e captam singularidades do indivíduo, passam a tratar todo o conjunto da produção científica sob um modelo monista, a estrutura, sem reconhecer as diferenças centrais de método, ontologia, gnosiologia e ideologia (ALVES, SOUZA, 2020). Havia acabado a luta de classes para a Geografia? As interpretações de que a multiterritorialidade é um constitutivo de experiências individuais que formam esse sujeito, tratam agora a unidimensionalidade (que foi construída como crítica à classe) não pelo viés de sujeito histórico, mas da individualidade, tal como pauta a dimensão do cidadão-capitalista-consumidor. O viés pelo indi-

víduo, ou pelos grupos, passa a construir as mesmas barreiras e esgarçamentos sociais que o mercado, apenas visto agora como a reificação do indivíduo que se faz multiterritorial. No fundo estas dimensões recaem mais crítica aos marxistas do que às interpretações concretas das capacidades de emancipação dos sujeitos sociais, ou da necessária denúncia e instrumentalização dos oprimidos (FREIRE, 1987), uma vez que em muitos casos, trata-se em referência ao *self made man*, travestidos de "empoderamentos", vis a vis o empreendedorismo neoliberal.

O "campo do lugar de fala", em muitos casos, se fragmenta pela ótica de uma identidade, nos moldes parmedianos em que o não ser não existe, o que existe é o ser, pois é idêntico a si mesmo e indica a si mesmo. Este prisma essencialista torna a reivindicação do indivíduo-grupo como algo isolado daquilo que extrapola a própria dimensão da exclusão, e que tem sido salvo pela objetiva compreensão do que é estrutural, a condição de opressão. O racismo estrutural, o panafricanismo, o indigenismo, a psicopatologia da colonização e o anticolonialismo fortemente fortemente demarcados por Fanon (1961), superaram em muito essa leitura fragmentada de mundo.

Esse foi o propósito de uma Geografia que Fala ao Brasil, não apenas porque nas mesas do ENANPEGE esteve representada a maior quantidade de intelectuais negros e de mulheres em um evento da Pós-Graduação, mas sobretudo porque não ficaram guetificados nos moldes convencionais da fala. Negros, mulheres e indígenas falam do Brasil, do Imperialismo, das fragmentações urbanas, da climatologia, da biogeografia, etc... A exclusividade da fala de negros sobre negros é o fetiche da pluralidade e da suposta inclusão. A guetificação como forma de inclusão. Não quisemos um negro na mesa de "questões raciais". Não quisemos a mulher na mesa de "violência e gênero". Porque se o racismo é estrutural e o machismo expressão do patriarcado capitalista, estes sujeitos precisam estar em todas as dimensões da análise geográfica. É nesse campo que Lunga fala, não como expressão identitária de ser homossexual, fala de sua identidade com o sentido de justiça e força que emerge de seus ancestrais que, contraditoriamente, condenariam os homossexuais e este é o não ser necessário como ruptura do estereótipo, como marca emancipatória, não por si, mas pela clareza do sofrimento coletivo. Lunga transpira a Luta de Classes e transgressões dos padrões. Nos moldes de Dom Helder Câmara, "A maneira de ajudar os outros é provar-lhes que eles são capazes de pensar".

O pensar sobre si é o constitutivo do não ser. Este mesmo não ser clamado por Pacote, que deseja ser Acácio, como forma de se refazer no mundo, um refazer que é impellido pelo próprio sentido de pertencimento e de relações reatadas em Bacurau. Esse reatamento de método é que a Geografia necessariamente tem feito e precisa fazer, porque a desprende de objetos e campos (especializações) geográficos e projeta o próprio conhecimento para além da retórica (escolástica) e caminha para a transformação.

O museu e a tocaia – memória e identidade

Os “sabidos”. A demarcação do encontro do movimento social com a Geografia, não é uma novidade. Trata-se de uma tradição desta Ciência. Desde seu movimento de renovação nos idos de 1970, que o papel da Ciência Geográfica é a consolidação de espaços e territórios autônomos. Trouxemos os “sabidos” para as mesas, suas histórias, suas memórias e lutas, e como organizam suas tocaias de sobrevivência.

O museu e a tocaia representam esse processo, a produção geográfica tem se colocado como tocaia. A exemplo, a manifestação sobre as dunas em Pontal do Maceió, Aracati, estado do Ceará, como um dos primeiros resultados da revogação das resoluções do CONAMA (LIMA NETO, 2020). Esse é o movimento presente dos intelectuais que olham o mundo e espreitam as artimanhas do capital.

Na produção geográfica a memória e a identidade se amalgamam, consolidam o real, do qual emerge nova leitura objetivando nova forma de produção socioespacial e constituição territorial. A morte, as paredes ensanguentadas, o bacamarte, são expressões da dominação e da opressão, mas são também os alentos de novos lutadores que se levantam. O não ser não é uma dimensão niilista do mundo, mas constructo de sua própria história que se levanta como sujeito. Como sujeitos históricos se levantam para nova identidade e forma de organização de luta. E esse tem sido o papel da Ciência Geográfica levantar novos intelectuais e estabelecer sua organicidade com os oprimidos.

Por fim, como o pequeno pássaro bacurau, estamos atentos. Atentos... buscaremos manter uma trajetória política na Geografia, manter uma perspectiva de luta e de crítica radical. A pós-graduação deve superar a lógica de ser um espaço de “papeis” sociais e títulos, e manter-se como criação e resis-

tência. Um espaço de acolhida, foi o que buscamos fazer do XIV ENANPEGE, e nesse processo buscamos chamar a todos. Que venham! Juntos resistiremos

Marco Antônio Mitidiero Júnior
José Gilberto de Souza
Carlos Alberto Feliciano
Maria Franco Garcia

Referências Bibliográficas

ALVES, Willian Rosa; SOUZA, Jose Gilberto. A Geografia e o materialismo histórico dialético. **Terra Livre**, v. 1, p. 623, 2020.

FANON, Frantz **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

HIRSCH, Joaquim. **A Teoria materialista de Estado**. Rio de Janeiro: Revan, 2010, 328p.

LIMA NETO, Nelson Denuncia-apresenta-primeira-consequencia-da-revogacao-das-resolucoes-do-conama. **O Globo**. 14/10/2020. Acesso em 14/10/2022. <https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/denuncia-apresenta-primeira-consequencia-da-revogacao-das-resolucoes-do-conama.html>

LUKÁCS, Georg (1885-1971) **Introdução a uma estética Marxista**: sobre a particularidade como categoria da estética. São Paulo: Instituto Lukács, 2018. 272 p.

OLIVEIRA, Ariojado U. **A geografia e os movimentos sociais**. São Paulo: USP (digitado), 2007.

POULANTZAS, Nicos. **As classes sociais no capitalismo de hoje**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. Campinas: UNICAMP, 2019.

SOUZA, Jose Gilberto. Local-Global: território, finanças e acumulação na agricultura. In:

LAMOSO, Lisandra P.. (Org.). **Temas do desenvolvimento econômico brasileiro e suas articulações com o Mato Grosso do Sul**. 1ed.Curitiba-PR: Íthala, 2016, v. 1, p. 26-54.

VON BRAUNMÜHL, Claudia. "Mercado mundial y Estado nación". **Cuadernos Políticos**, nº 35. México, D.F., Ediciones Era, p. 4-14, enero-marzo, 1983.

SUMÁRIO

CAMPONESES, QUILOMBOLAS,
INDÍGENAS E GRILEIROS EM CONFLITOS
NO CAMPO BRASILEIRO.

Ariovaldo Umbelino de Oliveira

PG 23

AS ORIGENS DESTRUTIVAS DO
AGRONEGÓCIO NO BRASIL E A MISÉRIA
DA SUA "GESTÃO PRODUTIVA"

Cássio Arruda Boechat

PG 51

UMA GEOGRAFIA QUE FALA AO BRASIL:
COMPREENDER PARA MUDAR.

Ana Fani Alessandri Carlos

PG 89

CIDADE INTELIGENTE E PRODUÇÃO
DA MISÉRIA NO RIO DE JANEIRO:
DOIS ASPECTOS, ÚNICO PROCESSO.

Regina Tunes

PG 107

CIDADES COM GENTE INTELIGENTE.

Maria Encarnação Beltrão Sposito

PG 129

A GEOGRAFIA ESCOLAR QUE FALA (DO)
E AO BRASIL: DAS OFENSIVAS IDEOLÓGICO-
MERCANTIS AO FORTALECIMENTO DA
EDUCAÇÃO POPULAR.

Ângela Massumi Katuta

PG 149

A EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA ESCOLAR:
AÇÃO DOCENTE, FORMAÇÃO
UNIVERSITÁRIA E ATITUDE CRÍTICA.

Manoel Martins de Santana Filho

PG 179

A GEOGRAFIA ESCOLAR NO BRASIL
NUMA "ENCRUZILHADA": UM PROJETO
EDUCACIONAL IDEOLÓGICO PARA O CAPITAL
OU PARA ALÉM DO CAPITAL?

Áttila de Menezes Lima

PG 203

A GEOGRAFIA ESCOLAR QUE FALA AO BRASIL:
DAS OFENSIVAS IDEOLÓGICO-MERCANTIS AO
FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO POPULAR
– O QUE APRENDEMOS COM O PASSADO NOS
SERVIRÁ PARA A LUTA PRESENTE?

Maria Adailza Martins de Albuquerque

PG 237

METABOLISMO DO SABER GEOGRÁFICO.

Eguimar Felício Chaveiro

PG 257

HERI LEFEBVRE E JUDITH BUTLER:
UM ENCONTRO POSSÍVEL PARA UMA
GEOGRAFIA CORPORIFICADA NO BRASIL.

Joseli Maria Silva e Marcio Jose Ornat

PG 281

LA EVALUACIÓN DE LA INVESTIGACIÓN
EN LA ENCRUCIJADA: RETOS PARA
AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE.

Laura Rovelli e Pablo Vommaro

● PG 307

AMÉRICA LATINA ENTRE TRANSIÇÕES:
DAS HISTÓRIAS ORIGINÁRIAS À HISTÓRIA
DA SUPEREXPLORAÇÃO ENRAIZADA NO
VIOLENTO PASSADO COLONIAL.

Roberta Traspadini

● PG 325

NACIONALISMOS E NACIONAL-POPULISMOS
CONTEMPORÂNEOS: O QUE OS GEÓGRAFOS
POLÍTICOS TÊM A DIZER?

Juliana Nunes Rodrigues

● PG 359

A GEOGRAFIA FÍSICA E A
PROBLEMATICA AMBIENTAL
NA ATUALIDADE: ALGUMAS REFLEXÕES.

Vanda de Claudino-Sales

● PG 385

DA NATUREZA DA NATUREZA
À NATUREZA DO TERRITÓRIO.

Dirce Maria Antunes Suertegaray

● PG 403

ECOLOGIA-MUNDO, RAPINA AMBIENTAL
E ZONAS DE SACRIFÍCIO: PROVOCAÇÕES
A PARTIR DA (SEMI)PERIFERIA.

Marcelo Lopes de Souza

● PG 421

O BRASIL QUE FALA À CIÊNCIA:
QUAL O FUTURO DA PÓS-GRADUAÇÃO?

Rita de Cássia Martins Montezuma

● PG 447

O BRASIL VISTO DO LADO DE LÁ:
O OCEANO QUE NOS UNE.

Rubén C. Lois González

● PG 471

COMO A GEOGRAFIA SE COMUNICA COM O
PAÍS: DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA NO BRASIL
E A CONSTRUÇÃO DE UMA CIÊNCIA ABERTA.

Angelo Serpa

● PG 493

O SISTEMA DA DÍVIDA NO BRASIL.

Maria Lucia Fattorelli

● PG 507

REFLEXÕES SOBRE A CARTOGRAFIA
QUE PRODUZ O BRASIL: ESPAÇOS DE
REPRESENTAÇÃO E REPRESENTAÇÕES
DO ESPAÇO DA GEOGRAFIA DO CAPITAL.

Sinthia Cristina Batista

● PG 531

ESPAÇO, CULTURA E DIFERENÇA:
AS DIMENSÕES ÉTNICAS, SOCIAIS E
AMBIENTAIS DOS SUJEITOS E DOS
CONFLITOS SOCIOESPACIAIS.

*Catia Antonia da Silva, Cristiano Quaresma
de Paula, Guiomar Inez Germani
e Catherine Prost*

● PG 559

CAMPONESES, QUILOMBOLAS, INDÍGENAS E GRILEIROS EM CONFLITOS NO CAMPO BRASILEIRO.

Ariovaldo Umbelino de Oliveira

Universidade de São Paulo (USP)

arioliv@usp.br

O mundo continua a viver, plenamente, a crise em que o capitalismo mergulhou a partir de 2008. E, não há sinais de superação, muito pelo contrário, o mundo assiste dia a dia, um processo de engolimento solene de todas as medidas de superação da mesma. O mundo não encontrou a saída da crise, e, crise e mais crise vão se acumulando dia a dia. Se a crise econômica não bastasse, soma-se a ela a grave situação da saúde com a pandemia de Covid-19.

No Brasil, já não se fala que a crise não tenha atingido o país, mas, sim como sair dela. Como superá-la, de modo a garantir no futuro, um lugar decente para o país. Assim, o país vai sendo tragado pelo avanço descomunal da dívida pública interna que não apresenta, sequer pequenos números, que indiquem uma diminuição de seu tamanho. Em 2017, a dívida pública interna no país era de R\$ 3,559 trilhões. O endividamento interno do Brasil atingiu R\$ 3,877 trilhões, em 2018, e, em 2019, o montante foi de R\$ 4,248 trilhões. O que equivale a dizer, que atingiu em 2018, um per-

centual de 87,3% do produzido, e, em 2019, o percentual de 90,2% do total. Assim, a previsão para 2023, será de 96,3%, ou seja, atingir por volta de 2025, o total dos 100% do total produzido. Os sinais do futuro são negros para todos os brasileiros.

Também, soma-se a essa questão do endividamento interno, a questão dos dados cifrados do Censo Agropecuário de 2017, que teve seus resultados divulgados em 2019. Este censo indicou que há no país 5.073.324 estabelecimentos contra um total de 5.175.636 que havia em 2006, período do último censo. Uma diminuição de 102.312 estabelecimentos, ou seja, de menos de 1,98%. Porém, esta diminuição no número de estabelecimentos não significa que esteja diminuindo o número dos proprietários, pois, estes aumentaram de 3.946.411, em 2006, para 4.108.639 proprietários, em 2017, ou seja, um total de 162.228 estabelecimentos a mais que 2006, ou 4,11% de aumento. Lembre-se que a diminuição ocorreu entre aqueles estabelecimentos que não possuíam a propriedade da terra: arrendatários, parceiros e ocupantes. Portanto, o país continua a aumentar o número de proprietários de terra (familiar) em relação aos proprietários capitalistas (não familiar). Eles eram, em 2006, um total de 809.369 estabelecimentos, sendo administrados por proprietários 684.049; já em 2017 eles aumentaram passando para 1.175.916 estabelecimentos, dos quais havia um total de 951.938 administrados pelos proprietários. Portanto, o país teve entre 2006 e 2017, entre aqueles empreendimentos capitalistas (não familiar) um aumento de 366.547 estabelecimentos. Enquanto que a área ocupada total foi de 351.289.816 hectares, em 2017, contra um total de 333.680.037 hectares em 2006. Ou seja, um aumento da área ocupada de 17.609.779 hectares, ou 5,28%. Com relação a área ocupada nos estabelecimentos, ela aumentou, senão veja-se. Em 2006, havia um total de 253.573.343 hectares para os empreendimentos capitalistas (não familiares) enquanto que, em 2017, o número foi de 270.398.732 hectares, portanto, um aumento de 16.825.389 hectares, ou seja, de 6,64%. Os números apresentados para aqueles que adotaram somente os proprietários capitalistas foi de 244.808.233 hectares, em 2017, contra os 240.324.285 hectares, em 2006, ou seja, mais 4.483.948 hectares, o que quer dizer, um aumento de 1,87%. O mesmo fato ocorreu com os dados referentes aos camponeses (familiares). Em 2017, eles alcançaram o total de 80.891.084 hectares, sendo que, em 2006, atingiam um total de 80.102.694 hectares, portanto, uma diferença de 788.390 hectares a mais, ou seja, um total de 0,98% a mais. Com relação ao aumento dos camponeses (familiares) os proprietários apresentaram

em 2017 um total de 71.336.379 hectares contra o total de 70.190.973 hectares em 2006, ou seja, uma diferença a mais de 1.145.406 hectares, o que equivale a dizer, que apresentou 1,63% a mais.

Já com relação a estrutura fundiária, os dados do Censo de 2017, mostraram que o Brasil ocupa um lugar de país com uma das maiores concentrações fundiárias do mundo.

Assim, o país apresentou uma estrutura fundiária que faz inveja ao mais brilhante dos países do mundo. Sua concentração apresentou o dado de uma área média de 6.606 hectares para os maiores estabelecimentos, aqueles que ocuparam à área de 2.500 hectares ou mais. O que vale dizer que o país apresentou a concentração absurda de apenas 15.305 estabelecimentos agropecuários concentrar um total de 101.307.014 hectares de terras. Enquanto que os estabelecimentos voltados para a agricultura camponesa (familiar) apresentaram o número de 15,89 hectares de área média. O que se entende por uma conta faraônica de 70.692.755 de hectares estar sendo dividido entre 4.448.751 estabelecimentos.

Assim, chamo a atenção daqueles que se interessam pelos estudos da estrutura fundiária brasileira, para mostrar o escárnio que representa seus dados, como aponte, anteriormente, neste texto.

BRASIL - ESTRUTURA FUNDIÁRIA - 2017			
Grupos de área Total (HA)	TOTAL	Agricultura Capitalista (não Familiar)	Agricultura Camponesa (Familiar - Lei 11.323/2006)
Número de estabelecimentos			
Total	5.175.636	809.369	4.366.267
De mais de 0 a menos 10	2.477.151	197.981	2.279.170
De 10 a menos 100	1.971.600	267.940	1.703.660
De mais de 0 a menos 100	4.448.751	465.921	3.982.830
De 100 a menos 1.000	424.288	283.024	141.264
De 1.000 a menos de 2.500	32.242	32.172	70
De 2.500 e mais	15.336	15.305	31
Produtor sem terra	295.019	12.947	242.072
Área ocupada (HA)			
Total	333.680.037	253.577.343	80.102.694
De mais de 0 a menos 10	7.798.777	687.172	7.111.604
De 10 a menos 100	62.893.978	11.043.574	51.850.405
De mais de 0 a menos 100	70.692.755	11.730.746	58.962.009
De 100 a menos 1.000	112.844.186	92.007.554	20.836.633
De 1.000 a menos de 2.500	48.640.082	48.531.236	108.846
De 2.500 e mais	101.307.014	99.311.806	195.208
Produtor sem terra	-	-	-

Fonte: IBGE

Principalmente, depois que o Incra divulgou os dados relativos a Estatísticas Cadastrais de 2.014, revelando a todos a existência de 159,2 milhões de hectares de estoque das terras públicas. Esse número associado a estrutura violentamente concentrada da terra no país, mostrou de que lado estão os muitos funcionários públicos que lá trabalham. Estão do lado dos grileiros e dos homens mais ricos de nossa sociedade.

Aliás, ao lado dos grileiros, pois, no curto período em que se fez Presidente, o então, vice-presidente de Dilma Rousseff, enviou ao Congresso a MP 759 que tratou de resolver juridicamente o problema da grilagem de terras no país. Este documento virou a Lei nº 13.465, em 11 de julho de 2017, e teve o Decreto nº 9.310 em 15 de março de 2018. Dessa forma, via legal, os grileiros de terras vão regularizando seus grilos, até 2.500 hectares. Aquelas propriedades griladas que excediam esta dimensão vão aguardando outra “oportunidade”. É dessa maneira que os políticos vão, via grilagem, regularizando as áreas suntuárias ao arripio da lei.

Depois que passou este curto governo de dois anos, iniciou outro em 2019, este eleito para quatro anos, que tratou de empossar no cargo de secretário especial da Secretaria Especial de Assuntos Fundiários - SEAF/MAPA, ninguém mais ninguém menos do que Luiz Antônio Nabhan Garcia, que se apresentou com um currículo onde encontrava-se o cargo que ocupava antes de assumir a Secretaria: “Presidente da União Democrática Ruralista – UDR – Brasília – DF- período: 30 de março de 2013 a 31 de dezembro de 2018.” Esta pessoa é o responsável pelas ações do governo federal atual com relação as medidas fundiárias. É uma espécie de uma “raposa tomando conta do galinheiro”.

Assim, cabe a esta pessoa encaminhar as medidas que lhe são de ofício: resolver os problemas da grilagem de terra no país, por isso, em primeiro lugar, o encaminhamento da Medida Provisória 910/19 feita no final do ano de 2019. Mas, a MP 910/19 não foi sequer discutida, e, caiu, pois, não foi votada pelo Congresso Nacional, e, em seu lugar, veio o PL 2633/2020, um “irmão da outra”.

Ou ainda, particularmente, a alteração na Lei nº 13.838, de 04 de junho de 2019, que passou a permitir a dispensa da anuência dos confrontantes para os casos do Registros Públicos:

"Art. 1º O art. 176 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), passa a vigorar acrescido do seguinte § 13:

"Art. 176....."

§ 13. Para a identificação de que tratam os §§ 3º e 4º deste artigo, é dispensada a anuência dos confrontantes, bastando para tanto a declaração do requerente de que respeitou os limites e as confrontações."(http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13838.htm)

É por isso que no governo federal atual não se fala mais em reforma agrária, é como se Capítulo III - DA POLÍTICA AGRÍCOLA E FUNDIÁRIA E DA REFORMA AGRÁRIA, e os artigos 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190 e 191 da Constituição Federal estivesse desaparecido, não existiria mais.

Mais, muito mais, a obrigação do governo federal fazer o PNRA - PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA, previsto na Constituição Federal do Brasil de 1988, e, antes dela, prevista na Lei que criou o Estatuto da Terra, a lei 4.504 de 30/11/1964. Todas elas exigiam, porém, quis a verdade que não se tornou realidade: governos militares (65/84): NÃO fizeram; governo Sarney 85/89: fez o I PNRA; governos Collor/Itamar 90/94: NÃO fizeram; governo FHC 95/98: NÃO fez; governo FHC 99/02: NÃO fez; governo Lula 03/06: fez o II PNRA; governo Lula 07/10: NÃO fez; governo Dilma 11/14: NÃO fez; governo Dilma 15/16: NÃO fez; governo Temer 16/18: NÃO fez, e, o governo Bolsonaro 19/22, também, ainda NÃO fez.

Dessa maneira, a paciência já esgotou faz muito tempo, só há um rumo a seguir, aquele da contestação, do grito sem parar. É por isso que se precisa de lemas como este a seguir: REFORMA AGRÁRIA, DEVER DO ESTADO, DIREITO DO CIDADÃO. Ou este outro, por exemplo: REFORMA AGRÁRIA é o instrumento de POLÍTICA PÚBLICA para se fazer CUMPRIR a FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE PRIVADA DA TERRA. É como não se pudesse ser dito mais, mas, tudo o que estão fazendo contra a Reforma Agrária, não merece esse silêncio maldito impostos pelos meios de comunicação de massa, pelos órgãos governamentais, e por muita gente mesmo.

Por isso é necessário dar um basta nesse silêncio sepulcral instalado por todos os lados no país. Chega de tanta hipocrisia e silêncio, abramos nosso peito e gritemos bem alto: o governo atual está cometendo um crime contra a Constituição Federal de 1988, particularmente, porque não faz mais a REFORMA AGRÁRIA. É isso mesmo, que necessita ser dito e bem alto. Mas, se não bastasse, o governo atual, primeiro, fez a MP 910, e depois o PL 2633/2020.

Foi por todos estes atos e fatos que como consequência do processo que o Brasil entrou, que os conflitos no campo e sua companheira inseparável a violência, não parou de aumentar. E ela vem acompanhada do número de pessoas assassinadas, que vão pintando com cores vermelhas esses conflitos no campo brasileiro.

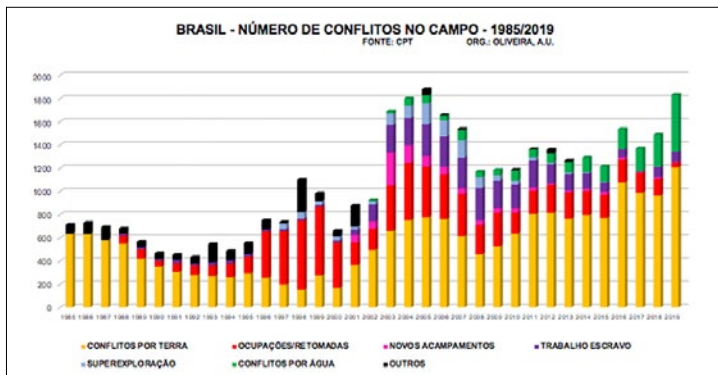
1. Os conflitos no campo no Brasil

Os conflitos no campo no Brasil alcançaram o número de 1.834 em 2019. Trata-se do segundo maior número já ocorrido no país, sendo superado pelo dado de 2005 que foi de 1.881. Mas, é o primeiro lugar em conflitos por terra já registrado no Brasil, que foi de 1.207 em 2019. Assim, foi um número superado pelos dados do primeiro mandato do governo Lula, que chegou em 2003 a 1.335 conflitos por terra, 2004 foi o mais alto 1.398, no ano de 2005 alcançou o número de 1.304 conflitos, e, em 2006 atingiu 1.212. Depois, em 2016, quando, atingiu o número de 1.295.

Entretanto, o indicador do número de conflitos por terra foi alcançado o número máximo em 2019, aquele de 1.207, uma vez que, os demais dados somente foram alcançados porque os números de ocupação/retomada e acampamento somados juntos deram números maiores. Assim, o dado atingido em 2019 é o maior número já alcançado de conflitos por terra desde 1985. (gráfico 01)

Outros dados são importantes e estão presentes no gráfico 01 e são relativos à presença do trabalho escravo e da superexploração, e, revelaram que o trabalho escravo foi expressivo de 2002 a 2014, quando atingiu em 2008, o número de 280 pessoas escravizadas. A superexploração foi mais freqüente no mesmo período (2002/2014), mas, teve em 2005, o ano de maior intensidade, quando foram libertas 178 pessoas. Já os conflitos por água também, apresentaram o maior indicador no ano de 2019, quando, atingiram o total de 489 pessoas. Entretanto, o período de 2014/2019 foi o de maior intensidade.

Gráfico 01



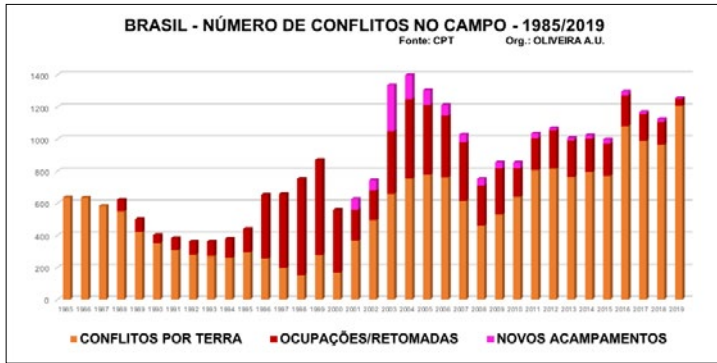
Levando-se em conta apenas os dados relativos aos conflitos no campo (gráfico 02) composto por conflitos por terra, ocupações/retomadas e novos acampamentos, apresentou entre o período de 2003/2007 como o mais expressivo atingindo o indicador de 1.398 em 2004. E, apresentou o ano de 2008, quando alcançou 751, entre os conflitos no campo. Deste ano em diante, o indicador só aumentou atingindo em 2016 o dado de 1.295 de conflitos no campo e chegou a 1.255 no ano de 2019.

Já levando-se em consideração o número de famílias envolvidas nos conflitos no campo (gráfico 03) apresentaram dados um pouco diferente, pois, traziam o período do primeiro governo pós período governado pelos militares, ou seja, o governo Sarney, quando apresentou dados expressivos (133.435 famílias em 1987) entre 1985 e 1988. É bom lembrar que este foi o período do I Plano Nacional de Reforma Agrária, e um dos mais violentos conflitos no campo que será apresentado logo a seguir. Depois, foi no primeiro período do governo de Fernando Henrique, entre 1996 e 1999, quando chegou a envolver um total de 132.518 famílias no ano de 1998.

Cabe lembrar que este foi um período que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra gozou do maior apreço por parte população brasileira. Foi, inclusive, um período que o número de famílias que se envolveram diretamente com a reforma agrária no país, foi maior do que aquelas que se envolveram com os conflitos por terra (76.482 famílias contra 56.036 famílias). Depois, o período do

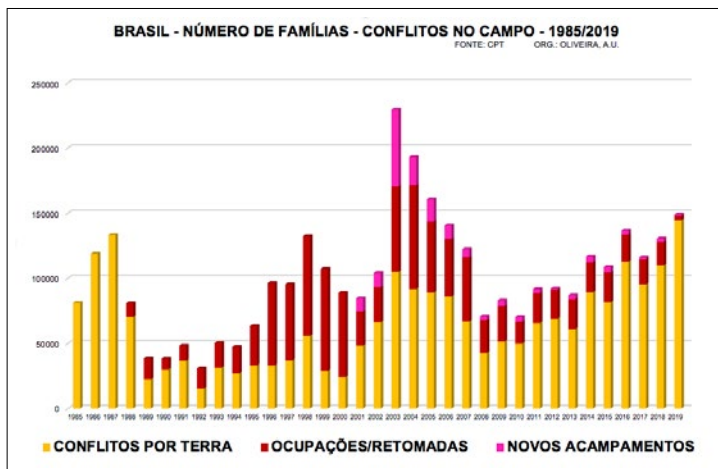
primeiro mandato de Lula na presidência da república, ou seja, entre 2003 e 2006, foi o tempo mais significativo dos conflitos no campo. Neste período, foi quando, em 2003, chegou-se à presença de 229.517 famílias envolvidas em conflitos no campo no Brasil, o maior índice já alcançado.

Gráfico 02



No ano seguinte, 2004, o índice alcançou 193.142 famílias; em 2005, foram 160.770 famílias; e, em 2006, chegou-se a 140.660 famílias. Foi neste período que, pela segunda vez, o país conheceu o II Plano Nacional de Reforma Agrária. Mas, quis a verdade que o país conhecesse a derrocada da reforma agrária, pois, foram, no segundo governo de Lula, e, nos dois de Dilma que o país conheceu “o final da reforma agrária”. Entretanto, não foi somente do governo do Partido dos Trabalhadores que partiu este lema antirreformista, mas, foi também, do principal movimento popular de luta pela reforma agrária, que veio a segunda derrota. Sim, foi do agora Movimento dos Sem Terra, que havia mudado sua orientação política no ano de 2007. E trocou seu histórico lema de luta pela reforma agrária já, pelo lema da luta pela reforma socialista no futuro. Foi o que sucedeu deste período até hoje, despencou o número de ocupação/retomada e de novos acampamentos, e, no inverso, aumentou o número de conflitos por terra no Brasil. Foram os seguintes dados em 2008, o número de famílias envolvidas em conflitos por terra foi de 42.531, sendo que aquelas envolvidas nas ocupações/retomadas foram de 25.559 famílias, e, aquelas relacionadas nos novos acampamentos foram apenas 2.755 famílias.

Gráfico 03



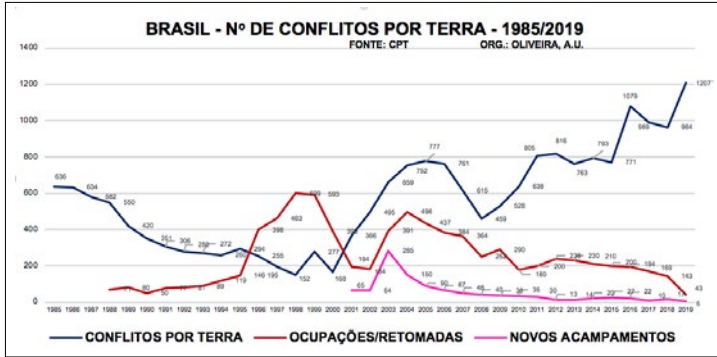
E, comparando-se com os dados de 2019, ocorreu o total de 144.537 famílias envolvidas em conflitos por terra, e, somente 3.476 famílias entre aquelas das ocupações/retomadas, e, apenas 1.064 entre aquelas dos novos acampamentos. Era o final de um tempo em que se lutava pela reforma agrária tendo como esteio o Movimento dos Sem Terra, agora, segue-se a luta pela reforma agrária, mas, sem um movimento que dê o norte ao processo geral. Mas, uma coisa é certa, a luta pela reforma agrária continua cada dia mais forte.

Visando, melhor mostrar, esta mudança na orientação política que o MST conheceu nos últimos treze anos, vou apresentar, agora, os dados sobre conflitos em um gráfico de curvas sobre cada um dos três dados básicos que mostravam os dois gráficos anteriores, gráfico 02 e gráfico 03.

Observando-se o gráfico 04, verifica-se que a curva dos conflitos por terra tem uma trajetória completamente diferente das duas outras: ocupações/retomadas e novos acampamentos. Esta trajetória se inicia com o destaque dos 636 conflitos por terra em 1985.

Este período foi aquele do início do governo Sarney após mais de 20 anos do governo militar. Naqueles tempos, o Brasil conheceu a elaboração do I Plano Nacional de Reforma Agrária, e, junto com ela, a fundação da União Democrática Ruralista – UDR liderada pelo médico de Goiás, Ronaldo Caiado.

Gráfico 04



Foi um tempo dos maiores assassinatos no campo brasileiro. Depois deste período veio os anos noventa e a eleição de Fernando Henrique, e, com ele o início da alavancagem do crescimento do MST como movimento de massa na luta pela reforma agrária. Cabe salientar que neste período ocorreram as repercussões em nível nacional e internacional provocados pelos massacres de Corumbiara e Eldorado dos Carajás, que desencadearam uma grande onda de protestos contra a impunidade das forças policiais envolvidas e a necessidade de se fazer a reforma agrária urgentemente. Isso sem falar da tensão crescente no Pontal do Paranapanema, em decorrência da violência dos latifundiários, e, a Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça que reuniu 100 mil pessoas até Brasília em 1997. É curioso observar que de 1996 a 2000 foi um período de domínio do MST no campo brasileiro, pois, ele atingiu no primeiro ano (1996) o total de 653 conflitos no campo com 255 conflitos por terra e 398 ocupações/retomadas. Essa hegemonia do MST no campo no país, continuou em 1997 com 658 conflitos no campo, sendo que 195 conflitos por terra e 463 ocupações/retomadas; em 1998 os números foram 751 conflitos no campo e 152 conflitos por terra e 599 ocupações/retomadas; em 1999 foram 870 conflitos no campo, sendo que foram 277 conflitos por terra e 593 ocupações/retomadas; e, no ano 2000 foram 558 conflitos no campo, sendo que foram 168 conflitos por terra e 390 ocupações/retomadas.

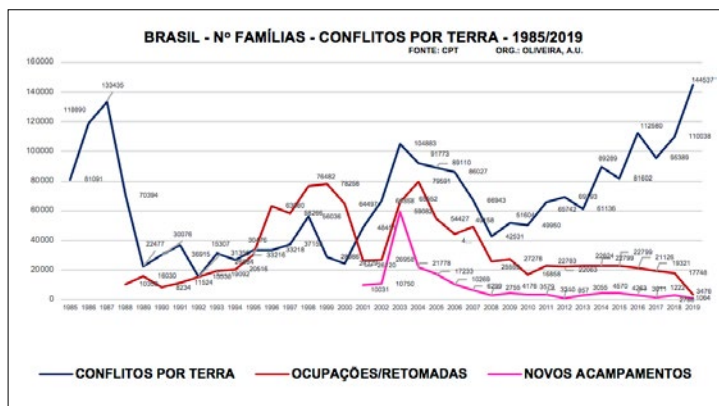
Depois, veio dois anos de baixa geral motivada pelas medidas anti-movimentos feita nos dois últimos anos do governo Fernando Henrique, a saber, aumentou a criminalização das ocupações de terra proibindo que as mesmas, fos-

sem vistoriadas por dois anos, suspendendo qualquer negociação em caso de ocupação de prédios públicos pelos envolvidos no processo de desapropriação. Além, dessa medida, o governo de Fernando Henrique fez o projeto de reforma agrária sem reformar nada: a famosa “reforma agrária” pelos Correios, que não fez reforma alguma.

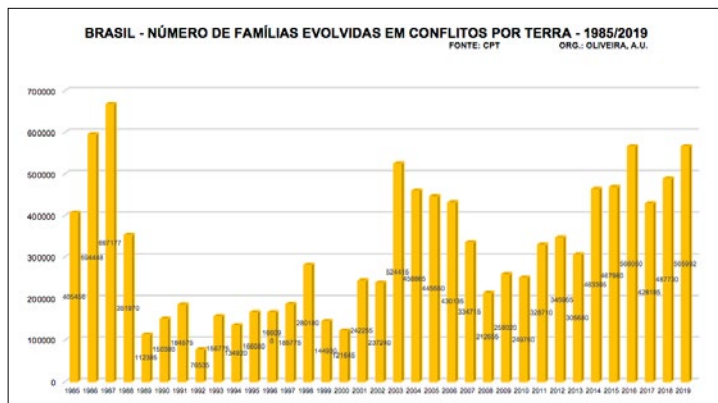
Depois veio o primeiro mandato de Lula, e com ele, a esperança de finalmente, se fazer a reforma agrária no país. Ledo engano, pois, o desejo de se fazer a reforma agrária morreu no ninho, pois, o presidente Lula matou a reforma, fazendo com que a equipe liderada por Plínio de Arruda Sampaio, tivesse o plano da reforma feito, porém, só que não seria seguido. Fez uma meia reforma, e chegou ao final do primeiro mandato com um número de novos assentamentos pouco mais de 155 mil. Mas, foi o período que mais se fez reforma agrária nos quatorze anos dos governos petistas no país.

No ano de 2007, o MST fez seu 5º Congresso Nacional em Brasília, e neste evento iniciou o processo de mudança na sua história. Abandonou sua trajetória de mais de 20 anos de luta pela reforma agrária, e, passou a lutar para se constituir em um “partido político”. Por isso, passou a lutar por “reforma agrária popular” que seria correspondente a uma reforma agrária socialista. Esse processo culminou em 2019, com um total de 28 ações de luta pela reforma agrária com o envolvimento de apenas e tão somente, 2.353 famílias envolvidas (Gráfico 05).

Gráfico 05



Quanto a ocupações/retomadas (gráficos 08 e 09) apresentaram-se com relação ao número os seguintes resultados: o período do maior resultado foi o ano de 1998 com 599 vezes, sendo secundarizado pelo ano de 1999 com 593. Depois deste período, cabe destacar o ano de 2004, com 496, e, em 2019, chegou-se, apenas, ao número de 43.

Gráfico 07


Entretanto, quanto ao número de famílias o resultado foi inverso, pois, chegou-se em 2004, ao número de 397.555 famílias envolvidas nas ocupações/retomadas. Ficou com os dois outros lugares (segundo e terceiro) os anos de 1998 e 1999, com, respectivamente, 382.410 e 391.290 famílias. Sendo que o ano de 2019, ficou com apenas 17.380 famílias envolvidas em ocupações/retomadas.

Os dados sobre novos acampamentos somente foram coletados a partir de 2001 (gráficos 10 e 11), e, assim, os resultados apresentados foram os seguintes: o ano de maior presença foi em 2003, com a ocorrência de 285 novos acampamentos, e, que atingiu o número de 275.030 famílias envolvidas. Já o ano de 2019, apresentou um dos menores dados do período analisado, ou seja, cinco novos acampamentos e o número de famílias igual a 5.320.

Quanto ao gráfico 12, que representa o número de famílias em acampamentos novos, ele traz a separação entre as famílias acampadas pelo MST e as demais famílias acampadas por outros movimentos socioterritoriais.

Os dados apresentados trazem a hegemonia do MST, quanto as famílias

acampadas entre 2001 e 2007, apenas um caso no ano de 2005. Depois, do ano de 2008 em diante ocorreu um período de oscilações tempos de baixa participação até 2015, quando os dados indicaram uma participação mais intensa do MST. Naquele ano ocorreu uma participação intensa em Goiás, Paraná e Rio Grande do Sul, com a aglutinação de vários acampamentos em torno de um outro. O final, foi o pequeníssimo número apresentado em 2019, e nada, mais.

Gráfico 08

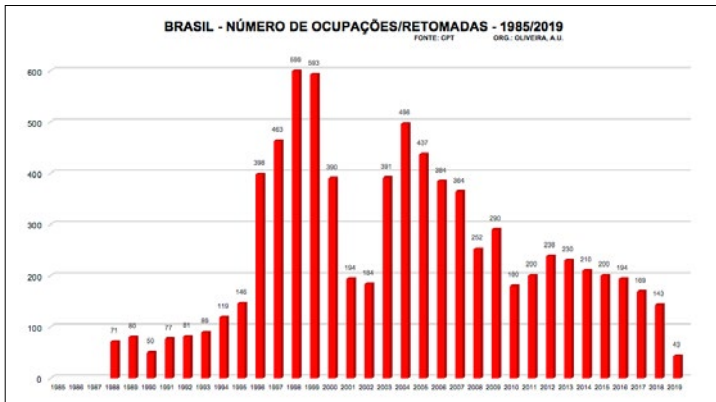
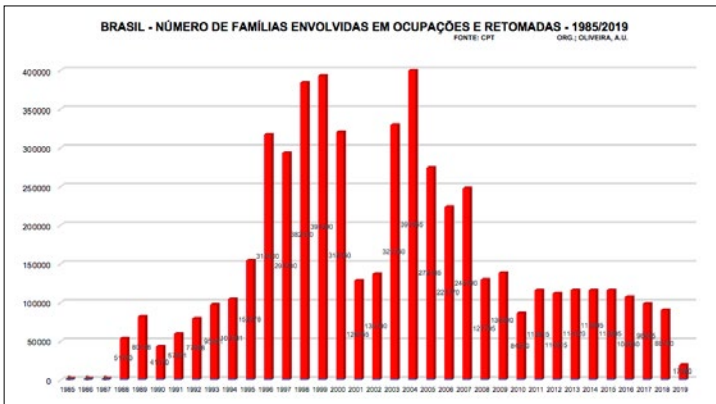


Gráfico 09



Quanto ao número de trabalho escravo, superexploração e conflitos por água (gráfico 13) os dados apresentados indicam respectivamente, 280 casos em 2008, um total de 178 em 2005, e, 489 em 2019. Assim, o ano de 2019 apresentou o maior número de conflitos por água.

Gráfico 10

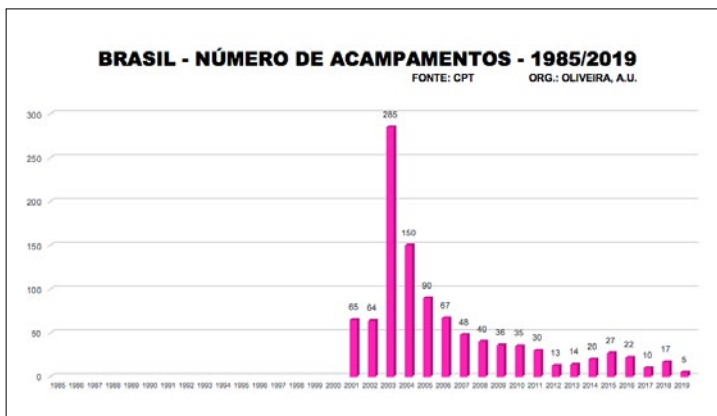
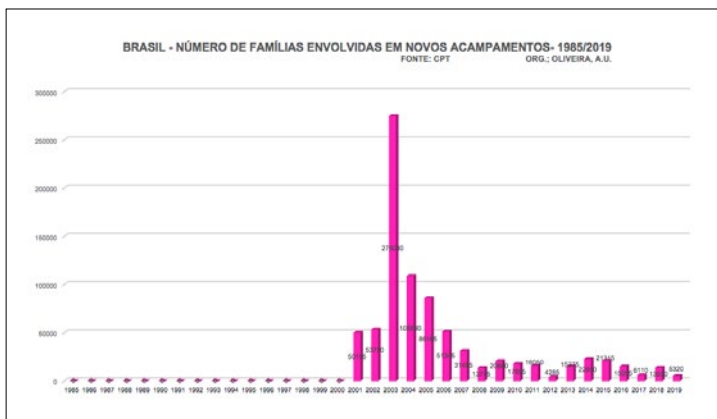


Gráfico 11



2. Os assassinatos no campo

Um dos pontos mais trágicos dos acontecimentos envolvendo os movimentos socioterritoriais no campo brasileiro são os assassinatos. Eles têm ocorrido em grande quantidade e por isso apresentaram o dado de 2.576 assassinatos em conflitos no campo de 1964 a 2019. Desse total, ocorreram durante o período da ditadura militar 687 assassinatos em conflitos no campo brasileiro. Durante o governo Sarney foram 605 assassinatos; no governo Collor/Itamar foram outros 311 assassinatos; no governo FHC foram 292 assassinatos; no governo Lula foram 304 assassinatos; no governo Dilma foram 246 assassinatos; no governo Temer foram 99 assassinatos; e, no primeiro ano (2019) do governo Bolsonaro foram 32 assassinatos em conflitos no campo. (ver gráfico 14). Estes números demonstram a violência com que os conflitos se dão no campo brasileiro.

Gráfico 12

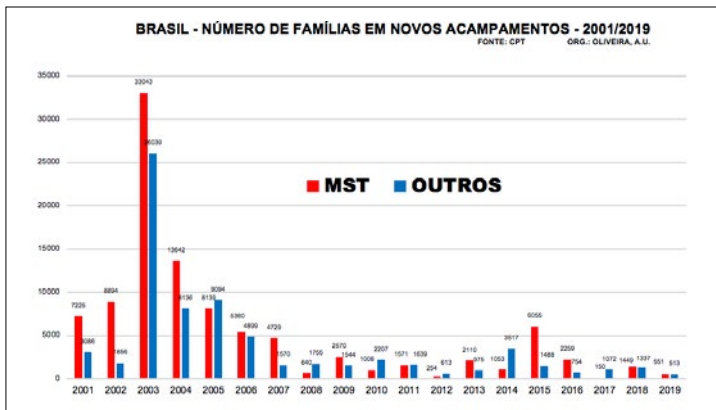
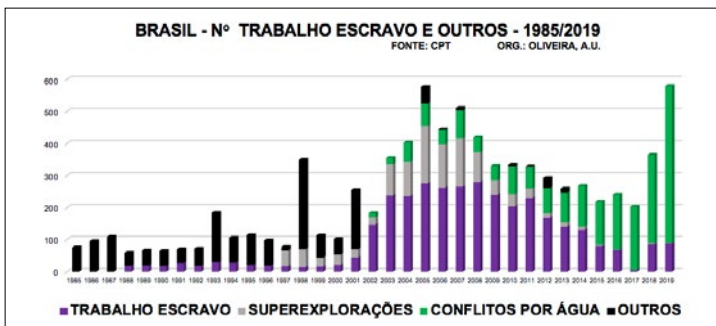


Gráfico 13



O dado que representa a média anual de assassinatos no campo brasileiro por governos, entre 1964 e 2019 (gráfico 15), foi o seguinte: ditadura militar 32,7; governo Sarney 121,0; Collor/Itamar 62,3; FHC 36,5; Lula 38,0; Dilma 41,0; Temer 49,5; e Bolsonaro 32,0.

Gráfico 14

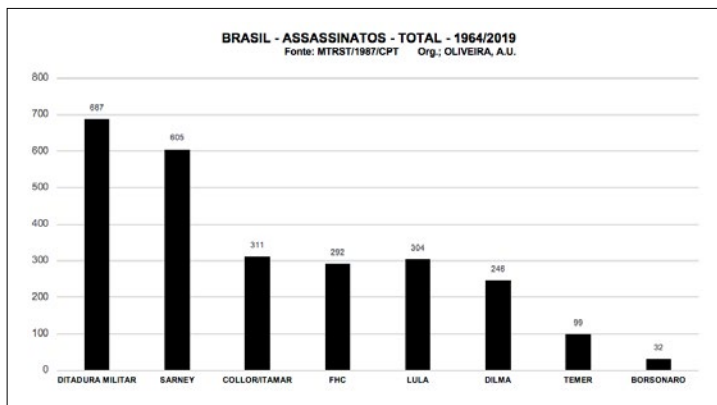
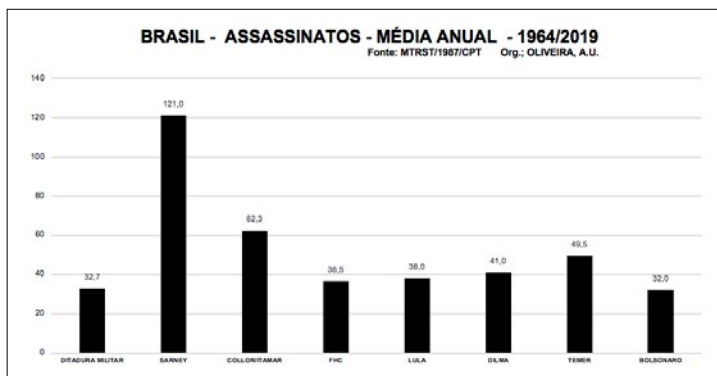


Gráfico 15



O número total dos assassinatos em conflitos no campo, entre 1964 e 2019, tem os dados presentes no gráfico 16. Ele traz os dados coletados por pesquisas em jornais da época, que, assim, trouxeram um número limitado de pessoas

assassinadas no campo. Dessa forma, o número total de assassinados/as no período foi de 2.576 pessoas, sendo que a distribuição regional apresentou os seguintes dados: região Norte 1.097 pessoas ou 42,6%; região Centro Oeste 312 pessoas ou 12,1%; região Nordeste 793 pessoas ou 30,8%; região Sudeste 243 pessoas ou 9,4%; e, região Sul 131 pessoas ou 5,1%. Desse total, tivemos um período que foi de 1964 a 1970, quando o número de pessoas assassinadas foi inferior a dez por ano, alcançando o total de 49 pessoas mortas, uma média de sete mortos por ano, e, a maior parte delas era de origem nordestina. O próximo período foi de 1971 a 1978, que marcou o início da elevação do número de assassinatos, passando a atingir o total de 202 pessoas mortas, uma média de 25 mortos por ano, e, um total de 72 mortos (35,6%) na região Nordeste e 65 mortos (32,2%) na região Norte, perfazendo um total de 137 mortos ou 67,8%. Em seguida, o período de maior número de pessoas assassinadas no campo brasileiro, um total de 1.207 pessoas mortas, o que equivale a dizer que teve uma média anual de quase 93 pessoas assassinadas por ano (92,8), no período de 1979 a 1991. Estes 13 anos do período apresentou a subida dos dados de 63 assassinados em 1979 para 168 pessoas assassinadas em 1985, e, queda para 87 assassinados em 1991. Neste período os anos de 1984 a 1987 foi os tempos de maior número de pessoas assassinadas 560, que atingiu uma média de 140 pessoas assassinadas por ano.

Ainda, nesse mesmo período de 1984 a 1987, que foi o primeiro período do I Plano Nacional de Reforma Agrária, e, ano da fundação da UDR, a região Norte passou a liderar as regiões no país, chegando a alcançar o número de 200 mortes e uma média anual de 50 mortes; a região Nordeste atingiu 175 mortes, e uma média anual de 43,7 mortes; a região Centro Oeste alcançou 98 pessoas assassinadas e uma média anual de 24,5; a região Sudeste atingiu 80 mortos e uma média de 20 mortes por ano; e, a região Sul alcançou sete pessoas mortas e uma média anual de 2,3 mortes.

Este período de 1979 a 1991, chegou-se ao total de 1.207 pessoas assassinadas no campo brasileiro, e, uma média anual de 92,8 mortes. Desse total, teve-se em termos regionais: na região Norte 429 pessoas assassinadas e uma média anual de 33 mortes; a região Nordeste 409 pessoas assassinadas e uma média anual de 31,5 mortes; a região Centro Oeste 179 pessoas assassinadas e uma média anual de 13,8 mortes; a região Sudeste 146 pessoas

assassinadas e uma média anual de 11,2 mortes; e, a região Sul 44 mortes e uma média anual de 4,4 mortes.

Depois, veio o período de 1992 a 2000, que foi marcado por uma queda no número no de assassinatos no campo, pois, os dados foram de 46 assassinatos em 1992, para o total de 21 em 2000. Perfazia-se um total de 365 pessoas assassinadas, e, uma média anual de 40,6 mortes. A distribuição regional indicou os seguintes dados neste período: a região Norte 174 pessoas assassinadas, e, uma média anual de 19,3 mortes; a região Nordeste 99 pessoas assassinadas, e, uma média anual de 11 mortes; a região Centro Oeste 33 pessoas assassinadas, e, uma média anual de 3,7 mortes; a região Sudeste 28 pessoas assassinadas, e, uma média anual de 3,5 mortes; e, a região Sul 31 pessoas assassinadas, e, uma média anual de 4,4 mortes.

Este novo período no número de assassinatos no país, indicou o período de 2001 a 2009 do gráfico 16 e gráfico 17, que coincidiu com o governo Lula e a elaboração do II Plano Nacional de Reforma Agrária, e, teve-se, no ano de 2003, seu ano maior, pois, foram 73 assassinatos. Naqueles anos chegou-se ao total de 342 pessoas assassinadas, e, uma média anual de 38 mortes. A região Norte alcançou 177 pessoas assassinadas, e, uma média anual de 19,7 mortes; a região Nordeste alcançou 77 pessoas assassinadas, e, uma média anual de 8,6 mortes; a região Centro Oeste alcançou 43 pessoas assassinadas, e, uma média anual de 4,8 mortes; a região Sudeste alcançou 32 pessoas assassinadas, e, uma média anual de 4 mortes; a região Sul alcançou 13 pessoas assassinadas, e, uma média anual de 2,2 mortes.

Por fim, o último período que foi de 2010 a 2019, no gráfico 16 e 17, e, que teve os anos de 2015 a 2017 os picos de maior ocorrência dos assassinatos no campo, quando alcançaram, respectivamente, 50, 61 e 71 mortes. Esses três anos foram determinantes, pois, marcaram o último ano e meio do governo Dilma, e, o primeiro ano e meio do governo Temer, e, consequentemente, o final da reforma agrária como política pública no país. Os assassinatos foram 32 em 2019, contra o total de 28, em 2018, sendo que em 2017, foram 71, e, em 2016, foram 61. Ou seja, foi um aumento de 2018 a 2019, de 14,3%. Este número mostrou que os assassinatos que já atingiu o número de 71 em 2017, apresentou um decréscimo significativo entre 2018 e 2019, atingindo 28 e 32 assassinatos.

No período de 2010/2019 o número de assassinatos foi de 411 mortes, e, uma média anual de 41,1 assassinatos. A região Norte atingiu 239 mortes, e, uma média anual de 23,9 assassinatos; a região Nordeste atingiu 108 mortes, e, uma média anual de 10,8 assassinatos; a região Centro Oeste atingiu 37 mortes, e, uma média anual de 4,1 assassinatos; a região Sudeste atingiu 17 mortes, e, uma média anual de 2,4 assassinatos; a região Sul atingiu 10 mortes, e, uma média anual de dois assassinatos.

3. Os conflitos por terra no Brasil

Entre os demais conflitos, aqueles conflitos por terra apresentaram um crescimento em 2019, pois, atingiu o total de 1.256, sendo que, em 2018, havia alcançado o total de 1.124, em 2017, chegou a 1.188, e, em 2016, havia atingido 1.295. Dentre os conflitos por terra os três dados, aquele do total de conflitos apresentou o crescimento mais expressivo 1.207, o que vale dizer, cresceu 25,2%. Enquanto que aqueles relativos a número de ocupações/retomadas apresentaram uma queda excepcional, chegando a 43, em 2019, o que equivale a uma descida de 69,9%. Já os novos acampamentos conheceram o dado de cinco apenas, em 2019, uma queda de 70,6%. Ao que tudo indica, esses dois números, parecem definitivamente entrar no processo de acomodação dos dados baixos, pois, o MST tem deixado de apresentar a ocupação como estratégia para conquista da terra. Por fim, também, os números do trabalho escravo tiveram um pequeno crescimento de 89 casos no ano de 2019, contra 86, no ano de 2018. Já o conflito por água teve um espetacular aumento passando para 489 em 2019, contra 276 em 2018, apresentou um aumento expressivo de 77,2%.

Gráfico 16

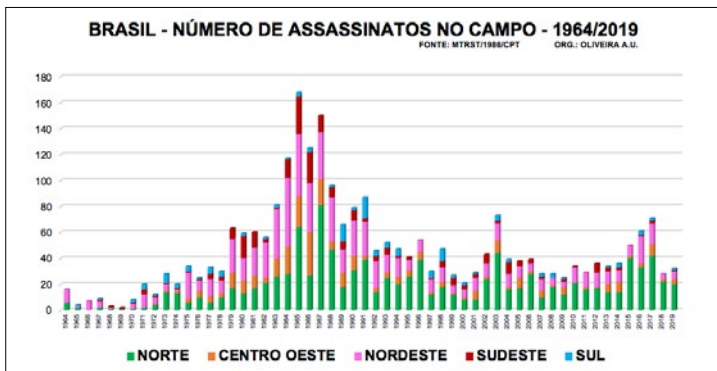
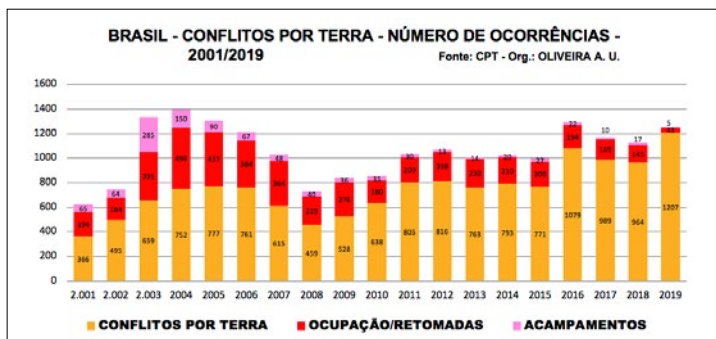


Gráfico 17



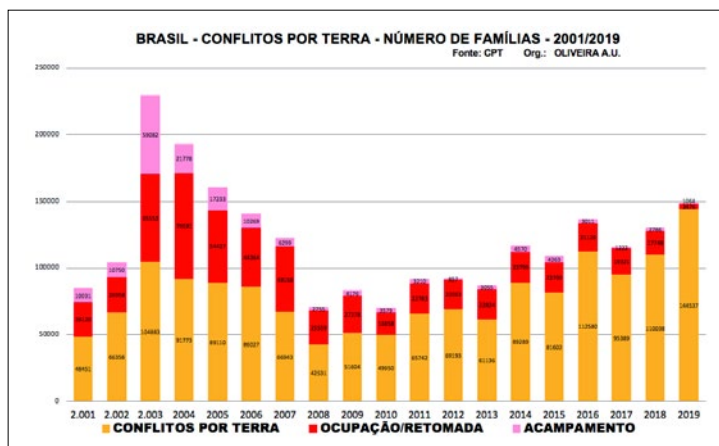
As ocorrências de conflito por terra entre 2010 e 2019, aparece no gráfico 18, a seguir, revelando que de um modo geral está se repetindo o exemplo do ano de 2016, porém com uma novidade, a queda acentuada das ocupações/retomadas: 43 em 2019. Enquanto que os novos acampamentos, também, apresentaram baixa, com queda para apenas cinco acampamentos. Porém, os dados de conflitos por terra apresentaram uma espetacular ascensão passando para 1.207. Estes resultados dos dados de 2019, são coerentes com o processo que se deu a partir de 2009, quando, os conflitos por terra apresentaram uma elevação para 528, ante um ponto mais baixo na curva alcançada em 2008, quando atingira seu limite de queda 459. Ou seja, os conflitos por terra apresentaram o número máximo de elevação. Em 2019, portanto, o aumento alcançado foi de 63%, ante uma redução das ocupações/retomadas entre 2018/2019 de 137,2%. Ao que parece os conflitos por terra sinalizaram que, agora, no primeiro ano do governo bolsonariano, somente a luta encarniçada no campo brasileiro dá sentido à luta pela terra.

Gráfico 18



Já os dados presentes no gráfico 19 a seguir, revelam os mesmos resultados, somente que agora, são o número de famílias representadas no período de 2001/2019. O número de famílias envolvidas nos conflitos por terra no país atingiu, em 2019, o total de 149.074, indicando um crescimento, pois, em 2018 apresentaram um total de 130.572 famílias. Desse total (149.074), os conflitos por terra ficaram com 144.537 famílias, enquanto que os dados de ocupações/retomadas indicaram a presença de 3.476 famílias, sendo que o número de famílias envolvidas em novos acampamentos foi de 1.064. Dessa, forma, o contingente do número de famílias envolvidas em conflito por terra é o maior deste Século XXI, representando um aumento em relação a 2008, de 239%, e um crescimento em relação a 2018 de 31,4%. Assim, o ano de 2019, foi aquele ano que o número de famílias envolvidas em conflitos por terra alcançou o seu apogeu, pois, os números indicaram que os conflitos por terra detiveram 97% do número de famílias conflitadas, enquanto que ocupações/retomadas participou com apenas 2,3%, e, os novos acampamentos com o índice irrisório de 0,7%.

Gráfico 19



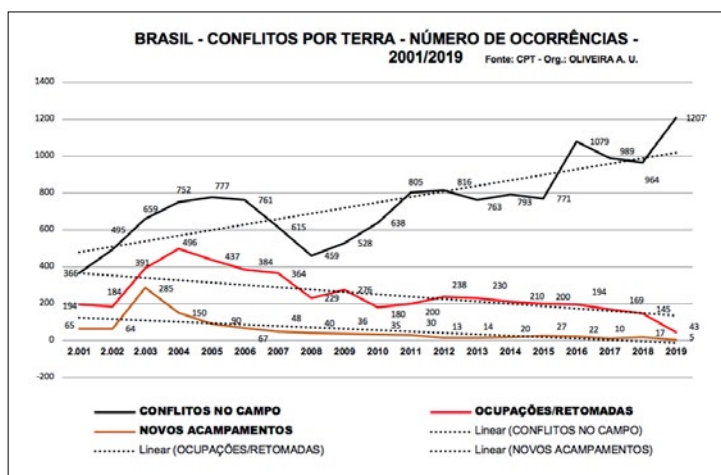
Entretanto, quando analisamos o gráfico 20 que traz as três curvas dos dados apresentados anteriormente, conflitos por terra, ocupações/retomadas e novos acampamentos, verifica-se que quando se toma as curvas dos dados desagregados, a inflexão na curva do número de conflitos por terra a partir de 2009, continua

sinalizando para um resultado cada vez mais alto. Os números na curva indicam 1.207 para 2019, e, 964 para 2018, ou seja, um aumento de 25,2%.

Assim, vai se fazendo a luta pela terra desesperada do campesinato, dos indígenas e dos quilombolas, mesmo com a saída de cena dos movimentos socioterritoriais (o MST, por exemplo) fortemente expresso no dado do número das ocupações/retomadas, que ficou, em 2019, em 43, sendo que no ano de 2018, fizeram 145 atuações que redundaram em ocupações/retomadas.

O mesmo comportamento se repete quando se toma as linhas que indicam as projeções lineares presente no gráfico 20, ou seja, há uma discrepância entre a linha da projeção linear dos conflitos por terra que indica o sentido ascendente e aqueles das duas curvas indicadoras das projeções lineares das ocupações/retomadas e dos novos acampamentos que sinalizam a descida.

Gráfico 20

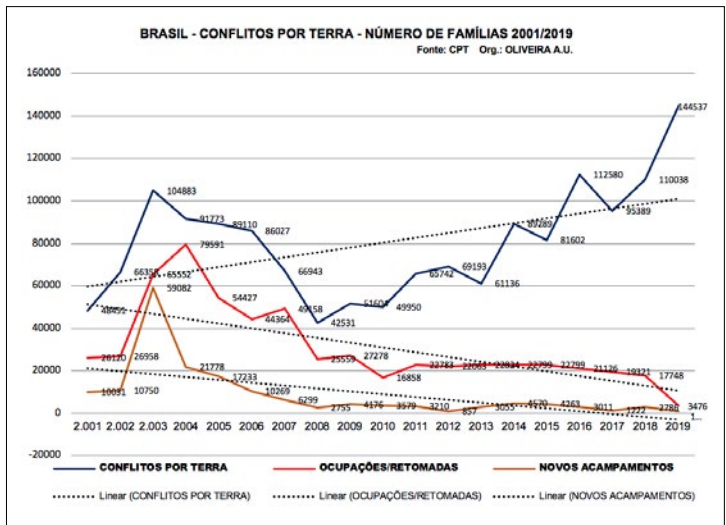


O gráfico 21 que traz o número de famílias nas mesmas variantes do gráfico anterior, também, apresenta os mesmos sinais. Assim, quando se toma o dado do número de famílias envolvidas com os conflitos por terra chega-se a 144.537 famílias. O contrário ocorreu com os dados das ocupações/retomadas e dos novos acampamentos que indicaram 3.476 e 1.064 famílias. Cabe informar que o ano de 2019, teve duas características, a primeira, foi aquela que versa sobre o crescimento

dos números de conflitos por terra, e, a segunda, foi aquela que indicou a redução dos números de ocupações/retomadas. O primeiro foi fruto dos descaminhos que os governos tomaram para negar os conflitos. O segundo, ocorreu em decorrência das ações dos movimentos socioterritoriais e sua recusa de somar-se à luta. Assim, vai se seguindo a luta pela terra e a luta dos movimentos pelo seu ideário político.

Logo, a análise dos dados dos conflitos por terra no ano de 2019, ainda nos permite afirmar que observando os dados que já analisamos relativo ao número de ocorrências e de famílias dos conflitos por terra (1.207 - 144.537), ocupação/retomada (43 - 3.476) e novos acampamentos (5 - 1.064), que estava certíssimo, ao indicar em 2010, no caderno dos Conflitos no Campo, publicado pela CPT, que o ano de 2008, era um ano importante para as lutas no campo brasileiro. Em primeiro lugar, porque o governo do PT deixava de lado a reforma agrária e passava a colocar em evidência a sua política que redundou no início da derrocada das terras públicas na Amazônia Legal. E em segundo lugar, a mudança na orientação do MST, que deixou de lado a luta pela terra para passar a admitir a luta por ideias políticas expressa na luta pelo socialismo, ainda que distante. Assim, os dados dos conflitos por terra articulados a aqueles das ocupações/retomadas e novos acampamentos dão esse resultado, aumento nos conflitos por terra e forte diminuição nos dados de ocupações/retomadas.

Gráfico 21



4. Para onde vão os conflitos no campo no Brasil?

O aumento significativo dos conflitos no campo no Brasil sinaliza que camponeses, indígenas e quilombolas, não ficaram calados diante o processo de desmonte do país que está sendo feito pelo bolsonarismo. Seus gritos já ecoam por todos os cantos do país, como pode-se ver pelos dados de 2019, no mapa 03 dos sujeitos sociais. Assim, urge que todos tenham consciência desse momento histórico que se está vivendo: de um lado, o aumento dos conflitos no campo e do outro a mídia e o governo fazendo de conta que nada acontece no país. É que estão admirando a invenção deste século: os celulares. Por isto estão todos muito informados, mas, permanecem mudos.

Assim, o processo histórico vai sendo escrito por aqueles que lutam e buscam no futuro um lugar para que possam produzir, e de outro, aqueles que nunca fizeram nada, buscam indicar o caminho da reação e do conformismo. Portanto, antes que seja tarde demais, à luta companheiros, porque ela está se ampliando no campo brasileiro!

Referências Bibliográficas

ÁBRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão - Hucitec, São Paulo, 1992.

ANDRADE, M. C. A Terra e o Homem no Nordeste, Editora da UFPE, Recife, 1998.

CÂNDIDO, A. Parceiros do Rio Bonito, Livraria Duas Cidades, São Paulo, 1975.

CHAYANOV, A. V. La organización de la unidad económica campesina - Ed. Nueva Visión - Buenos Aires - 1974.

ENGELS, F. A Origem da família, da propriedade privada e do Estado, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1987. (<http://www.marxismo.org.br/uploads/205092007112811.pdf>)

FERNANDES, B. M. A Formação do MST no Brasil, Ed. Vozes, Petrópolis, 2000.

A GEOGRAFIA QUE FALA AO BRASIL

- FERNANDES, B. M. et alii (org) Geografia Agrária - teoria e poder, Expressão Popular, São Paulo, 2007.
- GRAZIANO DA SILVA, J. - A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira. UNICAMP - São Paulo - 1996.
- IEA/USP, Desenvolvimento Rural (dossiê) - EDUSP, São Paulo 2001.
- KAUTSKY K. A Questão Agrária - Proposta Editorial - São Paulo 1980.
- LENIN, V. I. O Desenvolvimento do capitalismo na Rússia - Abril Cultural - São Paulo - 1982.
- MARTINS, J. S. O Cativo da Terra, Ed. Ciências Humanas, São Paulo, 1979.
- MARTINS, J.S. Os Camponeses e a Política no Brasil - Vozes, Petrópolis, 1981.
- MARTINS, J. S. O Poder do Atraso - Hucitec - São Paulo, 1996.
- MARTINS, J. S. O Reforma Agrária o Impossível Diálogo, EDUSP, São Paulo, 2000.
- MARX, K, "O Capital" - Col. Os Economistas - Nova Cultural, São Paulo, 1985.
- OLIVEIRA, A. U. Agricultura Camponesa no Brasil, Contexto, São Paulo, 2001.
- OLIVEIRA, A. U. Modo capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária, Labor Edições, São Paulo, 2007. (http://www.fflch.usp.br/dg/gesp/baixar/livro_aviovaldo.pdf)
- OLIVEIRA, A.U. Geografia das lutas no campo, Contexto, São Paulo, 1996.
- OLIVEIRA, A.U. Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil, in Terra Livre n° 21, AGB, São Paulo, jul/dez 2003, p.113-156.
- OLIVEIRA, A.U. Geografia Agrária: perspectivas no início do Século XXI in O "Campo no Século XXI", Ed. Casa Amarela/Paz e Terra, São Paulo, 2004, p. 29/70.
- OLIVEIRA, A.U. BR-163 - Cuiabá-Santarém: geopolítica, grilagem, violência e mundialização, in AMAZÔNIA REVELDA, CNPQ, Brasília, 2005, p. 67 a 184.
- OLIVEIRA, A.U. O Campo no Século XXI, Ed. Casa Amarela/Paz e Terra, São Paulo, 2004.
- OLIVEIRA, A.U. A Amazônia e a nova Geografia da produção da Soja, Terra Livre, n° 26, AGB, São Paulo, 2006, p.13-43.
- OLIVEIRA, A. U. A "Não Reforma Agrária" do MDA/INCRA no governo Lula. Reforma Agrária, v. 33, p.165-201, 2006.
- OLIVEIRA, A. U. A derrota dos camponeses pela não reforma agrária do MDA/INCRA no governo LULA. In: Fórum Nacional da Reforma Agrária e Justiça no Campo. [Org.]. Encontro Nacional dos Povos do Campo: Por Dignidade e Justiça. 1ª ed. São Paulo-SP: Expressão Popular, 2007, p. 11-28.
- OLIVEIRA, A.U. A MP458 e a contra-reforma agrária na Amazônia. In: CPT Comissão Pastoral da Terra. [Org.] Conflitos no Campo Brasil 2009. 18 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, v. 1, p.

OLIVEIRA, A.U. A Questão Agrária no Brasil: Não Reforma e Contra-Reforma Agrária no governo LULA, in Os Anos LULA contribuições para um balanço crítico 2003-2010", Rio de Janeiro, Garamond, 2010, p.287/328.

OLIVEIRA, A.U. Os Posseiros voltam a assumir o Protagonismo da Luta Camponesa pela Terra no Brasil, in CPT Comissão Pastoral da Terra. (Org.) Conflitos no Campo Brasil 2010. 18 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, A.U. A mundialização da Agricultura Brasileira, Actas Geocritica, Barcelona, 2012, (www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/14-A-Oliveira.pdf)

OLIVEIRA, A.U. A Mundialização da Agricultura Brasileira, lãnde Editorial, São Paulo, 2016. (<http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/publicações.htm>)

OLIVEIRA, A.U. A Fronteira Amazônica Matogrossense: grilagem, corrupção e violência, lãnde Editorial, São Paulo, 2016
(<http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/publicações.htm>)

OLIVEIRA, A.U. Crítica ao "Estado Isolado" de Von Thünen: contribuição para o estudo da geografia agrária, lãnde Editorial, São Paulo, 2016. (<http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/publicações.htm>)

OLIVEIRA, A.U. Terras de estrangeiros no Brasil. 1. ed. São Paulo: lãnde Editorial, 2018. v. 1. 267p. ([agraria.fflch.usp.br/sites/agraria.fflch.usp.br/files/upload/paginas...](http://www.geografia.fflch.usp.br/sites/agraria.fflch.usp.br/files/upload/paginas...) Arquivo PDF)

PAULINO, E.T. et alli (org) Campesinato e Territórios em disputa, Expressão Popular, São Paulo, 2008.

PRADO JR, C.A Questão Agrária no Brasil - Ed. Brasiliense - São Paulo - 1979.

SHANIN, T. La classe incomoda - Alianza Editorial - Madrid - 1993.

STÉDILE, J. P. (Org) A Questão Agrária Hoje, Editora da URG/ANCA - 1994.

WOLF, E. R. Guerras Camponesas do Século XX, Global, São Paulo, 1984.

AS ORIGENS DESTRUTIVAS DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL E A MISÉRIA DA SUA “GESTÃO PRODUTIVA”

Cássio Arruda Boechat

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

cassio.boechat@ufes.br


Uma guerra não se faz só com armas de fogo, mas também com o fogo das ideias, com convencimento. Convencimento que o Iluminismo alçou a uma categoria de cientificidade supostamente neutra, por meio sobretudo da Economia Política que naturalizou a divisão do trabalho e a acumulação de capital. Na exaltação smithiana da liberdade do mercado e dos méritos da divisão do trabalho em proporcionar riquezas reduzindo a quantidade de trabalho necessária à sua produção e assim proporcionando o acesso dessa riqueza até para os mais pobres, a acumulação de capital surgia sorrateiramente sem muita explicação permitindo o lucro para quem arriscava o seu capital e passava a comandar o trabalho alheio; apenas a propriedade da terra parecia ser alvo de crítica por se assemelhar a um monopólio (SMITH, 1984, cap. 6 e 7), numa visível posi-

¹ Agradeço imensamente à leitura atenta e aos valiosos comentários feitos por Carlos de Almeida Toledo, muitos dos quais incorporados na revisão final do artigo. Uma versão reduzida desse artigo foi publicada na versão online do *Le Monde Diplomatique Brasil*, em 20 outubro de 2021

tivação de um capitalismo industrial. Já seu seguidor D. Ricardo (1982, cap. 1) projetava até mesmo para as sociedades chamadas “primitivas” a existência do capital (e a possibilidade da existência das classes dos trabalhadores e dos capitalistas, desde que os meios de produção fossem propriedade de uma parte da sociedade) igualado a um trabalho pretérito na produção de uma ferramenta qualquer, e assim justificava um lucro composto a remunerar a propriedade de capital de maneira vantajosa, com máquinas substituindo pessoas e custando menos em trabalho, como se fosse a recompensa no presente pela ascense e poupança feitas no passado. A origem do capitalismo ali brotava espontaneamente do trabalho e das trocas feitas no passado pelos “pioneiros” da civilização, sem violência ou imposição, e se expressava numa evolução das técnicas e das ideias que culminavam na indústria inglesa e no liberalismo.

Desde então, na economia geralmente se apaga a origem destrutiva do capitalismo que se deu pela revolução das armas de fogo e por guerras, promovidas pelo complexo *proto-industrial estatal militar* (KURZ, 2014) dos nascentes Estados nacionais europeus, para no lugar disso contar fábulas idílicas sobre a natureza humana e justificar o capital como recompensa pelo esforço individual do trabalho dos ancestrais brancos civilizados. Uma dimensão importante da crítica da Economia Política, assim, encontra-se na formulação de K. Marx (1985, cap. 24) de que a assim chamada “acumulação primitiva” que constitui o capitalismo é uma violenta ruptura com as relações sociais anteriores que pressupunham uma espécie de “fusão” entre a população e a sua base fundiária.

No entanto, é importante demarcar um longo processo de constituição do capitalismo nessa proposição lógico-histórica, que se inicia com as transformações do mundo rural europeu no século XV e culminam na Revolução Industrial, no século XVIII. Como o ponto de chegada parece ser a industrialização inglesa, a proposta marxiana também abre flanco para uma história evolutiva das técnicas produtivas, na qual a ciência se desdobra em forças produtivas, desde a cooperação até chegar às máquinas da Grande Indústria. Reposicionar essa trajetória criticamente, como o faz R. Kurz (2014), tendo as armas de fogo como elemento disruptivo de um novo modo de se fazer a guerra, que desdobra um processo de transformações muito amplas da sociedade moderna, é romper com a teleologia criativa do capitalismo e apresentá-lo em seus fundamentos violentos e destrutivos.



O nascimento do capital da economia de guerra moderna não foi um prolongamento de formas tardo-medievais de troca e do dinheiro “antigo”. Pelo contrário, destruiu-as directa e violentamente, ou esmagou-as por via da nova “economia política”. (...) Na medida em que a crescente monetarização – primeiro das contribuições, depois da reprodução enquanto tal, e bem assim da maior parte dos domínios da vida – foi transformando quase todas as relações em relações monetárias, a lógica autonomizada do dinheiro foi abrindo caminho para além do seu fim original, ligado à revolução militar. A “economia política”, no sentido rigoroso de uma organização estatal imediata, desdobrou-se na máquina do Estado, por um lado, e na inconsciente máquina do dinheiro, do outro” (KURZ, 2014, p. 115-116).

Boa parte do pensamento geográfico também esteve muito afeito a evolucionismos semelhantes àqueles acima criticados. F. Ratzel (1990), por exemplo, elaborou sobre a relação entre o povo e o solo, numa perspectiva malthusiana em que certa pressão populacional sobre os meios disponíveis exigia do Estado uma expansão territorial. Em seu clássico artigo, uma gradação das relações sociais desde a família, passando pela tribo até chegar ao Estado imperialista, reproduzia uma conhecida formulação da história “natural” do homem que deixa de ser nômade para realizar a agricultura e aprofundar assim a sua relação com o solo, a ser defendida pelo Estado. M. Sorre (1984), embora dialogando com uma perspectiva dissonante daquela do autor anteriormente citado, tratando da “mobilidade do ecúmeno” não deixa de acionar mecanismos interpretativos semelhantes, ao ressaltar a importância da evolução das técnicas.

Pesquisadores que ajudaram a fundar a geografia universitária no Brasil, nos anos 1930 e 1940, como P. Deffontaines, P. Monbeig e L. Waibel, puderam tratar das *frentes ou zonas pioneiras* como lugares em que a paisagem natural se humanizava, por meio de um desmatamento da vegetação original orientado para o estabelecimento de sistemas agrícolas segundo as vocações das áreas (BOECHAT, 2014; BOECHAT, TOLEDO & LEITE, 2017). Embora o conceito de front seja uma sugestiva metáfo-

ra de guerra, esses autores não ressaltaram tais aspectos destrutivos em si, muito antes pelo contrário, buscaram nele uma positivação do processo civilizatório que se desdobrava. Tal processo levaria à constituição de regiões que abrigariam “gêneros de vida”, que deveriam ser descritos em seus processos de reprodução ecológica específica. Havia ali, porém, uma explícita hierarquização de gêneros de vida, na qualificação do pioneirismo; por exemplo, na formulação de Waibel, positivando o agricultor em detrimento do extrativista, do caçador ou do criador de gado:

O pioneiro procura não só expandir o povoamento espacialmente, mas também intensificá-lo e criar novos e mais elevados padrões de vida. (...) No campo da agricultura, nem o extrativista e o caçador, nem o criador de gado, podem ser considerados como pioneiros; apenas o agricultor pode ser denominado como tal, estando apto a constituir uma zona pioneira. Somente ele é capaz de transformar a mata virgem numa paisagem cultural e de alimentar um grande número de pessoas numa área pequena (WAIBEL, 1979, pp. 281-282).

De modo semelhante, Monbeig considerava como precursores (não como pioneiros) tanto os indígenas dos Planaltos Ocidentais paulistas, que prepararam os primeiros pastos e estabeleceram as primeiras rotas no interior das matas, quanto os pequenos pecuaristas mineiros, que expulsaram os indígenas, ampliaram as rotas, estabeleceram núcleos populacionais e reproduziram os seus rebanhos. Portanto, os assim chamados caboclos, de um modo geral, seriam:

os últimos representantes da velha economia rural e do antigo povoamento do sertão, e não as sentinelas avançadas da marcha para o oeste, como se poderia pensar. Sua presença não implica uma valorização da floresta, no quadro econômico atual (MONBEIG, 1953, p. 458).

Será José de Souza Martins que intitulará esse lugar comum do pensamento sobre a fronteira e, logo, sobre a formação do capitalismo, como uma “ideologia do pioneiro”:

As limitações dos estudos sociológicos, antropológicos, históricos e geográficos sobre o problema da fronteira e sua expansão interna, em diferentes países, especialmente no Brasil, podem ser facilmente reconhecidas no domínio que neles tem o favorecimento epistemológico da ideologia do pioneiro (MARTINS, 2014, p. 12).

Uma requentada versão dessa “ideologia do pioneiro” circula ainda hoje em propagandas de TV e mídias. Em meio à batalha judicial para decidir sobre a validade de um marco temporal (ou não) para as demarcações de terras indígenas, a montadora Ford soltou uma propaganda da picape Ranger 2022, explicitamente voltada para seus consumidores ligados ao assim chamado “agro”. Diz a peça publicitária “Gerações”:² “Em nome da nossa conexão com a terra, com as raízes, com o agro, com o passado e com o futuro, a gente sempre esteve nessa terra e vai continuar nela”. As imagens que passam ao fundo são de famílias brancas felizes, com a esposa servindo um bolo para as crianças, e de fazendeiros homens conduzindo as caminhonetes por suas belas fazendas. A mimetização da força da caminhonete, agora conectada à internet, com os personagens brancos proprietários culmina na expressão: “Ranger, a picape raça forte do Brasil”. A conexão com a internet transborda, portanto, para um discurso de uma alegada conexão atemporal dos seus donos com a terra, e assim essencializa/naturaliza (as personificações d) o agronegócio, apagando a violenta história de territorialização do seu capital, e, de quebra, hierarquiza as raças. Uma arma contra esse discurso, que exalta o agronegócio vitorioso e que é no fundo racista, patriarcal e evolucionista, é retomar criticamente processos históricos ressaltando sua negatividade. Ainda que o sobrevoos que faremos a partir daqui seja pleno de incompletudes e negligências, ele permite, por outro lado, a comparação de elementos fundantes de “momentos” que elaboram territorialidades diferenciadas, mostrando continuidades e rupturas na história e evidenciando uma totalidade concreta fragmentada (SCHOLZ, 2009) que precisa ser superada.

* *

Falar em “avanço do agronegócio no Brasil” pode encaminhar muitas conversas. Porém, inevitavelmente estamos falando da expansão do capitalismo, nas particula-

² Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NBu50GhFOE>. Acesso em 12/02/2022.

ridades históricas dessa *territorialidade do Estado nacional* que aqui se formou. Essa formação, como sabemos, decorre da colonização do Antigo Regime (NOVAIS, 2005), sustentando uma produção de mercadorias tropicais para o mercado Europeu (PRADO Jr, 2000), por meio da grande lavoura e da grande mineração realizadas em territórios conquistados violentamente das populações indígenas e por meio do trabalho explorado de populações escravizadas (indígenas e africanas)³. De modo geral, a conquista dos “sertões” também se escorou na constituição de fazendas pecuaristas e na mineração (TOLEDO, 2008), que igualmente impunham novas territorialidades e se articulavam, às vezes apenas indiretamente, à produção de mercadorias para o mercado europeu.

O historiador Fernando Novais (1969) desdobrou a proposta de Caio Prado Jr. (2000) sobre o “sentido da colonização”, articulando-a explicitamente ao referencial marxista da “acumulação primitiva” (NOVAIS, 2005, cap. 3), mas um reforço da ênfase sobre a relação desse processo com o desdobramento da “revolução militar” europeia, como por exemplo na forma da guerra que se particulariza na Colônia (PUNTONI, 2002), permite vislumbrar antes a qualificação de *violenta imposição* de novas relações sociais de produção. Assim, a “gestão produtiva” da colonização se dava principalmente por meio do “exclusivo metropolitano”, monopólio da Coroa que se desdobrava nas concessões reais de sesmarias e lavras a súditos cristãos, mas que encaminhavam verdadeiras campanhas “militares” de conquista, escravização e produção violenta de mercadorias para os mercados metropolitanos. Decorrência da revolução das armas de fogo, a colonização tinha, portanto, a marca também de missão conquistadora de corpos e mentes pela captura e pela cristianização; processualmente, assim, iria as hierarquizar segundo um discurso de raças na sociedade patriarcal que formava:

3 Dados da FUNAI (<funai.gov.br>) apontam para a existência, no século XVI, de cerca de um milhão de indígenas no interior da Colônia, ao lado de cerca de 2 milhões que viveriam no litoral, ao passo que o IBGE estima que apenas onde hoje seria o estado de São Paulo haveria aproximadamente 146 mil indígenas de 8 grupos distintos. Em 1957, a população indígena total chegou ao seu patamar mais baixo, em torno de 70 mil indivíduos, 65 mil deles no interior, segundo a FUNAI, tendo havido um aumento significativo deste então destes contingentes (817 mil índios contabilizados no Censo de 2010, sendo 545 mil no interior e 41 mil em São Paulo (IBGE, 2000; IBGE, 2010). Estima-se, por sua vez, que, entre os séculos XVI e XIX, cerca de 11 milhões de africanos tenham sido trazidos como escravos para a América, sendo quase 40% destes para a Colônia portuguesa (LOVEJOY, 2002, p. 368), embora estimativas mais recentes apontem para um número ainda superior, de cerca de 12,5 milhões e 45%, respectivamente (<slavevoyages.org>)

4 Anibal Quijano (2005) sugere que a descoberta da América (Novo Mundo), no contexto do Renascimento (Era da Razão/Humanismo), instituiu um primeiro padrão de poder mundial assentado, sobretudo, na categoria de raça. Para o autor, a América (não-Europa) possibilitava pensar a Europa como unidade, mas unidade que estava ela mesma em processo de unificação e que encontraria continuamente no seu próprio interior o não-europeu, o não-racional, o não-branco, ao que Silvia Federici (2017) circundaria nas próprias mulheres e sua “domesticação” violenta o elemento essencial da acumulação primitiva europeia; elemento seguidamente não tematizado pelo próprio marxismo.

Gilberto Freyre (2000, cap. 1) chega a conceber essa relação ao atribuir à colonização a imagem sintética de “iniciativa privada de espadas na mão”. No entanto, sua crítica ao discurso racista, predominante nos anos 1920, elabora um problemático elogio da miscigenação das três raças que aqui se encontraram, tida não só por ele como grande contribuição da “nossa história” (RIBEIRO, 1995). Na sequência de seu livro mais célebre, Freyre (2013) sugeriria uma outra interessante síntese da oposição Casa Grande & Senzala na “ascensão do mulato bacharel”, como espécie de abertura histórica para uma nova sociedade por meio da educação e da urbanização. Encaminhando assim uma narrativa da “democracia racial”, o autor seria alvo de muitas críticas por apaziguar uma formação violenta, racialmente hierarquizada e economicamente desigual e excludente (FERNANDES, 1965), e até mesmo por sub-repticiamente retomar um racismo ao positivar um processo de miscigenação que, no fundo, desejava o “embranquecimento” progressivo das populações não-brancas (NASCIMENTO, 2016; NASCIMENTO, 2021). No entanto, o alcance dessa proposta transcendia sua obra (HOLANDA, 1995):

O que se pode notar é que a ideologia da democracia racial se instalou de maneira muito forte no imaginário social brasileiro, de tal modo a ser incorporada como um dos aspectos centrais da interpretação do Brasil, das mais diversas formas e pelas mais distintas correntes políticas, tanto à “direita” como à “esquerda”. Para entender a força desta ideia inserida no debate nacional com a obra de Gilberto Freyre, é fundamental que se entenda que a democracia racial não se refere apenas a questões de ordem moral. (...) Nessa vereda, a ideologia da democracia racial produz um discurso racista e legitimador da violência e da desigualdade racial diante das especificidades do capitalismo brasileiro (ALMEIDA, 2019, p. 179-181).

Desse modo, é importante reiterar que raça classifica e hierarquiza, porém raça é conceito historicamente criado que atravessa a história de constituição da própria ciência e sua “internalização” na realidade egressa do antigo colonialismo (SCWARGZ, 1993), operando com lógica que naturaliza, ao conceber inicialmente

o homem branco como portador da razão e da subjetividade, excluindo, no outro lado de sua escala, o negro desta possibilidade; logo, justificando ao lado das narrativas religiosas, à época, a escravidão e as desigualdades sociais. A lógica da naturalização, neste caso, permitia a objetivação do outro, estabelecendo o controle hierarquizado dos corpos e do trabalho. Anibal Quijano (2005), por exemplo, remete a uma série de classificações e de hierarquias que se combinam e entrelaçam, perpassadas por dicotomias como Razão/Corpo, Civilizado/Selvagem, Cultura/Natureza, Moderno/Atrasado, Homem/Coisa ou Animal:

1) Europa; **2)** Oriente; **3)** América e **4)** África;

1) Branco; **2)** Orientais (amarelos, indianos); **3)** Indígenas e **4)** Negros;

1) Assalariado; **2)** Produtor direto/Camponês; **3)** Servo e **4)** Escravo.

Há aí, entretanto, uma sugestão de tendência de homogeneização de um sistema-mundo, conceito que Quijano (2005) trabalhou junto a Immanuel Wallerstein, que é, no entanto, paradoxalmente organizado por heterogeneidades, expressadas territorialmente, que podem se apresentar como meras desigualdades (de renda, de acesso a direitos, de educação, etc.), mas, no fundo, escondem fundamentos que apontam sobretudo para diferenças incontornáveis, exatamente porque são naturalizadas. A *europização do sistema-mundo* é, no sentido apontado por essa leitura de Quijano, sempre contraditória. Contraditória porque é o não-europeu (o não-branco) que oferece o espelho invertido para estabelecer a identidade, segundo Robert Kurz, do "macho branco ocidental"⁵ (KURZ, 2014, p. 119-120), que todavia reforçará diferenciações sociais para se manter, embora a trajetória de territorialização de sua dominação abstrata implique em buscar requalificar seguidamente

5 Portanto, semelhantes ressalvas podem ser ditas para a condição diferenciada das mulheres nesse processo. O marxismo tem sido aliás criticado em sua concepção de "acumulação primitiva" por ressaltar a "expropriação" do povo de sua base fundiária, negligenciando o processo simultâneo de "domesticação da mulher", que teve seu início na "caça às bruxas" durante a Inquisição e a Reforma, e representa uma violenta imposição de padrões de sexualidade, de matrimônio e de comportamento (FEDERICI, 2017; SCHOLZ, 1996). Freyre (2013) aborda correlata "domesticação" imposta às mulheres brancas das famílias patriarcais tradicionais, mas não desconhece a necessidade de trabalhar das mulheres indígenas e escravizadas e observa outros padrões de comportamentos, inclusive sexuais, que aliás acomoda numa visão que enaltece contribuições culturais distintas. Prado Jr. (2000), por sua vez, parece se enojar da promiscuidade da maior parte das relações entre os sexos, retomando preconceitos presentes nos autos de inquisidores e nos relatos de viajantes europeus (SLENES, 2011), num afã de criticar como um todo a sociedade que o sentido da colonização produzia. De um modo geral, porém, é notória a violência sexual e comportamental a que a mulher é submetida desde o processo de constituição do trabalho abstrato, assumindo forçosamente as tarefas de reprodução da família e se colocando ao lado do homem, geralmente em posição inferiorizada, nos processos produtivos

o “sentido dessa colonização”. E, portanto, também o sentido das territorialidades produzidas por essa colonização.


Também o próprio Caio Prado Jr. (2000), que concebeu essa conceituação, precisa ser criticado, ao analisar a “vida social” da Colônia. É verdade que ali também se criticava o racismo da época, ao atribuir ao escravismo as mazelas do negro no Brasil, embora também houvesse certo funcionalismo problemático ao caracterizar o primarismo das relações sociais que a escravidão construía. Como por exemplo aqui:

Realmente a escravidão, nas duas funções que exercerá na sociedade colonial, fator trabalho e fator sexual, não determinará senão relações elementares e muito simples. O trabalho escravo nunca irá além do seu ponto de partida: o esforço físico constrangido; não educará o indivíduo, não o preparará para um plano de vida humana mais elevado. Não lhes acrescentará elementos morais; e pelo contrário, degradá-lo-á, eliminando mesmo nele o conteúdo cultural que porventura tivesse trazido do seu estado primitivo (PRADO JR., 2000, p. 354-355).

Embora haja uma crítica ao trabalho escravo degradante, elogiando por oposição o trabalho livre que educa para um “plano de vida humana mais elevado”, há visivelmente um menosprezo evolucionista pelo “conteúdo cultural que porventura tivesse [o negro] trazido do seu estado primitivo”. Ao mesmo tempo, na análise em questão se fazia *tabula rasa* das imensas diferenciações sociais que o proces-

6 De todo modo, aqui já me afastando de Quijano (2005), haverá uma corrida de modernização, sobretudo a partir do século XIX – aquele mesmo das independências de boa parte das colônias e da emergência dos ideais liberais pós-Revolução Francesa –, visando “internalizar a metrópole” e, com ela, os primeiros elementos do esquema inter-subjetivo acima descrito Quijano. Esta corrida de caráter reparadora condizia com a expansão da indústria, pela incorporação massiva da população como força de trabalho e meio de acumulação, algo que parece ter se perdido no caminho da automação e das formas desdobradas da microeletrônica. Interessante notar, porém, que até certo ponto o assalariamento é concebido, a partir do esquema de Quijano (2005), como forma europeia e civilizada de controle do trabalho, acessível portanto ao branco pobre dotado de linguagem e razão, capaz de estabelecer contratos (logo, sujeito do direito) e negado aos demais, ao menos durante os séculos de colonização, para depois ser largamente positivado como forma moderna de superação do atraso. Negado inclusive majoritariamente às mulheres, numa espécie de pacto entre os homens, na concepção de Federici (2017) de um “patriarcado do salário”. Para uma crítica do eterno retorno da colonização, ver SCHÖLZ (2019).

so produzia para além do núcleo colonizador escravista e igualava-as sob uma suposta inorganicidade (CORREA, 1982). Isto é, ao tratar das personificações da colonização, o autor encontrava uma funcionalidade apenas na família patriarcal dos colonizadores (também em sua relação com seus escravos), enquanto nos demais segmentos sequer se observava a possibilidade de existência de famílias organizadas e moralmente estruturadas:



de um lado o escravo ligado ao seu senhor, e integrados ambos nesta célula orgânica que é o "clã" patriarcal de que aquele laço forma a textura principal; doutro, o setor imenso e inorgânico de populações desenraizadas, flutuando sem base em torno da sociedade colonial organizada; chegando apenas em parcelas pequenas a se agregar a ela, e adquirindo assim os únicos visos de organização que apresentam (PRADO JR., 2000, p. 354).

Uma dimensão da violência colonizadora se expressava, pois, no apagamento teórico e intelectual das histórias de arranjos "familiares" diversos, de estratégias variadas de negociação e sobrevivência e, portanto, das dimensões sociais distintas daquelas da família patriarcal e de seus membros: Apagamento todavia nunca completo, o que adquiriria, para alguns críticos, uma dimensão de recalque das suas perversões, inevitavelmente retornando em expressões diversas da cultura nacional (GONZALEZ, 1984). Apagamento, porém, na "reflexão oficial", mesmo a mais crítica da época de instituição do pensamento universitário no país, que incluía obviamente uma não tematização apropriada das relações entre os sexos, semelhante ao que ocorreu no pensamento hegemônico europeu:

7 Nesse sentido, Maria Sylvia de Carvalho Franco (1997) foi até certo ponto pioneira ao focar a situação de homens livres e pobres que se relacionavam com as fazendas escravocratas, embora sua ênfase numa abordagem da violência constitutiva dentro das relações comunitárias desse contingente também possa soar a certa concepção de "anomia" no ambiente circundante ao da família patriarcal tradicional. Posteriormente, uma vasta literatura sobre o campesinato no Brasil buscaria outros enfoques (WOORTMANN, 1988; HEREDIA, 2013). Por outro lado, a historiografia recente recuperou aspectos negligenciados sobre o escravismo, tais como a existência de arranjos familiares entre escravos (SLENES, 2011; FLORENTINO e GÔES, 2017), a resistência escrava e a recorrência de negociações entre escravizados e seus senhores, evidenciando uma crítica à assim chamada "teoria do escravo-coisa", que absolutizava a condição de mercadoria do escravizado negando-lhe por completo a capacidade de ser sujeito (CHALHOUB, 1990). Esse aprofundamento dos olhares sobre a colonização não constituiu, entretanto, um revisionismo reacionário que nega sua fundamentação violenta. Pelo contrário, reforça essa fundamentação, ao mesmo tempo que a particulariza.

O processo das atribuições simbólicas e reprodutivas ao sexo feminino decorreu de um modo tão sanguinário e repressivo como o desenraizamento de partes consideráveis da população e a transformação do dinheiro. (...) O caráter estruturalmente "masculino" do processo de "desvinculação", associado à mobilização original em torno das armas de fogo, foi inscrito na base do capital nascente – mas foi-o, precisamente, como momento dissociado das formas de base e não explicitamente contemplado na reflexão oficial. Depois que a máquina auto-referente da multiplicação do dinheiro estar estabelecida e ter dissociado sexualmente todos os momentos da reprodução que era incapaz de abranger, a "economia" assim criada produziu, graças à sua dinâmica, "leis" próprias, sob a forma de processos quase naturais (KURZ, 2014, p. 120).

Assim, é importante demarcar e insistir que a conexão do "agro" com a terra se deu posteriormente a e por meio da conquista territorial, como decorrência dessa imposição, o que mostra a falácia da narrativa propagada: "a gente sempre esteve nessa terra e vai continuar nela". A "gestão produtiva" da conquista e da escravização expropriou populações do acesso a essa terra e as colocou majoritariamente como trabalhadores; fossem eles escravizados, fossem dependentes agregados dentro das sesmarias que não lhes pertenciam (FRANCO, 1984). Entretanto, tratava-se de um processo de territorialização que, embora se impusesse igualmente violento, produzia hierarquizações ou diferenciações sociais muito visíveis, em geral delimitando pela cor da pele e pelo gênero o enquadramento diferencial no mundo do trabalho e na reprodução social, atividades sociais que assim se formavam impostas por meios variados. Falamos em geral, pois, da constituição violenta de territorialidades visando uma colonização que realizava, em seu sentido profundo, a acumulação primitiva de capital na Europa, mas que também deixaria ao final, como síntese, um Estado que se autonomizava do capital europeu, tendo que lidar com a "gestão produtiva" do seu próprio território em formação e com a múltiplas facetas da miséria de sua população.

*

A ótica cientificizada sobre a reprodução da sociedade que emerge nas metrópoles dos Estados nacionais a partir do século XIX coloca o desafio de uma nova sistematização da colonização, para o nascente Estado nacional, a lidar com sua autonomia relativa de "gestão territorial" e com as pressões de um mundo em ebulição pelas revoluções de fins do XVIII (industrial e liberal-política) (BOECHAT, LEITE e TOLEDO, 2017). O "pacto oligárquico" que mantém, no entanto, a unidade territorial brasileira passava pela cessão do "monopólio de uso da violência" para os proprietários de capital, por meio da Guarda Nacional, o que levaria ao "coronelismo", expressão de certa "fusão" entre poder econômico e poder político-militar, com forte caráter patriarcal (TOLEDO, 2008; BOECHAT, 2009; LEITE, 2015).

Com isso, serão "torcidos" (FAORO, 1989) por essa particular instituição os preceitos da "colonização sistemática", de E. G. Wakefield, que embasam a Lei de Terras e a proibição do tráfico de 1850. Na "transição" "planejada" e conflituosa do escravismo para o trabalho "livre", cumpria limitar o acesso à terra para evitar que os trabalhadores "livres" se apossassem de terras "livres", e assim perigosamente abandonassem a liberdade "liberal" de trabalhar para o capital. Foi novamente K. Marx (1985) quem sistematizou o sentido da proposta de colonização que o economista Wakefield apresentava para o "problema das colônias" (aqui posto como problema da totalidade contemplada pelas metrópoles europeias, antes da inter-nalização das metrópoles produzida na produção das metrópoles reais particulares ao nascente Estado "independente"): "As coisas são bem outras nas colônias. O regime capitalista choca-se lá por toda parte contra a barreira do produtor, que como possuidor de suas condições de trabalho enriquece a si mesmo por seu trabalho, em vez de enriquecer ao capitalista" (MARX, 1985, p. 295). Obviamente, essa realidade não valia para as populações exterminadas ou escravizadas e até certo ponto pouco dizia sobre as condições de acesso aos meios de produção⁸, controladas pelo coronelismo, mas indicavam a potencial desorganização da acumulação

8 Um potencial contraponto talvez pudesse ser observado na formação de quilombos e na constituição a partir daí de um campesinato negro no Brasil (GOMES, 2015). Para um olhar sobre as relações que se estabeleciam entre quilombos, coronéis e o comércio no Vale do Ribeira paulista, ver VECINA (2018). De maneira semelhante, a proposta de conceituação de frentes de expansão de Martins (1975) sugere uma relativa abertura para o livre apossamento de terras no Brasil, o que a posterior constituição de frentes pioneiras logo questionaria na prática. Retornaremos adiante a essa teorização. Ruy Cirne Lima (1990) e Lígia Osório Silva (1996) apresentam bons panoramas históricos sobre a possibilidade de regimes de posses livres e sua contestação após o marco legal da Lei n. 601, de 1850, embora Lima tenha uma boa sugestão de que o essencial da Lei era sua visão de futuro, como potencial inflexão de constituição do mercado de terras no Brasil.

de capital num contexto de trabalho “livre” e terras “sem donos”. Para tanto, a proposta de Wakefield consistia num bloqueio à “livre” apropriação da base fundiária, articulado a uma política de vendas de terras devolutas e estímulo à imigração:

Se se quisesse, de um golpe, transformar toda base fundiária de propriedade do povo em propriedade privada, destruir-se-ia — é verdade — o mal pela raiz, mas também — a colônia. A proeza consiste em matar dois coelhos com uma só cajadada. Faça-se o governo fixar para a terra virgem um preço artificial, independente da lei da oferta e procura, que force o imigrante a trabalhar por tempo mais longo como assalariado, até poder ganhar dinheiro suficiente para adquirir sua base fundiária e transformar-se num camponês independente. O fundo, que flui da venda das terras a um preço relativamente proibitivo para o trabalhador assalariado, portanto esse fundo de dinheiro extorquido do salário mediante a violação da sagrada lei da oferta e procura, deveria ser usado pelo governo, por outro lado, para importar, na mesma proporção em que ele cresce, pobres-diabos da Europa para as colônias e, desse modo, manter abastecido para o senhor capitalista seu mercado de trabalho assalariado (MARX, 1985, p. 300).

A esse método de colonização sistemática, Marx chama também de “acumulação primitiva”, embora ocorresse após a Revolução Industrial que era marca de certo ponto de chegada da acumulação primitiva, e até mesmo se valesse da “mobilização do trabalho” (GAUDEMAR, 1977) de parte da superpopulação relativa acumulada na Europa para sua política de imigração. O interesse, todavia, no estudo das colônias para a análise d'O capital reside exatamente na evidência explícita nelas da necessidade de expropriação do trabalhador para a produção e acumulação capitalistas. Na particularidade de sua aplicação no Brasil, porém, as terras devolutas não chegaram a ser discriminadas das terras particulares e nem vendidas em leilões públicos, como previsto no plano, mas foram sendo sistematicamente griladas. Nos esquemas coronelistas, porém, à

sua maneira, a essência da Lei se cumpriu: vedar à população o “livre” acesso aos meios de produção (sobretudo, à terra)⁹. Pacto dos donos do poder que garante a integridade territorial da ex-colônia pelo coronelismo, mas que no tocante à Lei de Terras sugere a adesão a um projeto que não parece dar certo em si, embora também indique um poder que se convence da necessidade de fazer *plano* olhando para a Europa, algo que irá se desdobrar no bacharelismo da época, à medida que a escolarização se impõe (BOECHAT, 2014).

A “gestão produtiva” do coronelismo produziu, por mais de 100 anos, a expansão do “agronegócio” (que ainda assim não se reconhecia) de maneira controlada pelas famílias proprietárias, não sem conflitos entre elas. Controlavam os coronéis, portanto, o acesso à sobrevivência de uma população que já não mais seria escravizada, mas cuja “livre” mobilidade do trabalho se mediava por relações patriarcais com os proprietários (e seus braços armados) para ter terra, trabalho e moradia. Ressalto, portanto, que a “produção da miséria” tem aí alguma transformação em relação ao escravismo. A expropriação do corpo se transferia para a da terra (FRANCO, 1984; VAINER, 2000; MARTINS, 2000), embora não tivesse ainda se monetarizado totalmente ou completado uma autonomização entre as categorias [terra, trabalho e capital] (BOECHAT, 2009; BOECHAT, 2020). *Nesse padrão de territorialidade*, por assim dizer, regional, organizam-se populações que talvez ainda não possamos considerar como uma população reconhecida e que se reconhece como *nacional*, numa ausência de uma *superpopulação relativa* centralizada num mercado de trabalho unificado. Também a terra, como recurso natural conquistado, disputado pela violência por ainda um período, está em processo de se tornar propriedade jurídica que pode vir a ser fazenda e, por fim, talvez mero ativo financeiro centralizado pelo capital mundial.

9 “O coronelismo surge, pois, como a faceta contraditória da aplicação da colonização sistemática. Particularmente para o Brasil, a Guarda Nacional aparece como forma institucional tanto do Estado nacional em formação, bem como do poder regional. Fundado em 1831, esse braço civil do exército representava por meio de concessões de patentes a territorialização do próprio Estado, embora delegando sua autoridade a líderes locais, latifundiários que se tornavam coronéis, podendo recrutar “soldados”. Se a definição weberiana do Estado moderno exige o monopólio estatal da violência era justo esse monopólio que era aparentemente “terceirizado” para uma oligarquia regional. Tal instituição parece marcar formas singulares de reprodução do capital e de luta de classes, em que econômico e político se fundem (OLIVEIRA, 2008, p. 29). Com a Proclamação da República, em 1889, iguais mecanismos de poder que ordenavam disputas territoriais seriam aplicados na centralização de votos por coronéis de níveis locais, elevando as tensões e disputas regionais à escala nacional, de modo que a Revolução de 1930 procuraria impor o desarmamento dos coronéis, a centralização e o reforço do exército nacional e institucionalização de uma Justiça Eleitoral autonomizada, entre outras mudanças (LEAL, 1976; FAORO, 1989). Desse modo, a Guarda Nacional pode ser compreendida como forma institucional reconhecida de domínio territorial do Estado brasileiro até o fim da Primeira República (1889-1930), perdurando até 1924 e sendo apenas desarmada pelas tropas getulistas” (BOECHAT, LEITE e TOLEDO, 2017).

Neste contexto, ocorreu a expansão de lavouras cafeeiras pelo Sudeste brasileiro. Primeiro pelo Vale do Paraíba com trabalho escravo oriundo do tráfico e, após 1850, com os mesmos comprados de regiões escravistas decadentes do Norte, para então seguir pelo Oeste Paulista com trabalho livre recrutado sobretudo na Europa mediterrânea¹¹. Ocorrendo como parte da assim chamada “transição” do trabalho escravo para o livre, a imigração subvencionada pelo Estado e os esquemas de trabalho¹² na cafeicultura representaram a “mobilização de trabalho” (GAUDEMAR, 1977) de famílias majoritariamente brancas, de europeus pobres, que certamente se inseriram em relações sociais que se hierarquizavam racialmente.

Florestan Fernandes (1965) ao comparar a integração do negro na sociedade de classes, após a Abolição (1888), com a inserção social do imigrante branco, observava um “déficit” logo de início do primeiro em relação ao segundo, e uma dificuldade daquele em sair de relações servis para adentrar numa sociedade concorrencial já internalizada pelo imigrante. Sua proposta de uma situação de anomia, ou de baixa (ou ausente) integração social, pode ser repensada conforme observamos a inserção progressiva de não-brancos em atividades produtivas na própria cafeicultura¹³ e também nos serviços e na indústria, embora enfrentando

10 Entre 1822 e 1980, 5.827.237 imigrantes aportaram no Brasil, segundo dados do IBGE (2000), sendo que cada período, entre 1890 a 1900, entre 1901 e 1920, e entre 1920 e 1940, registrou respectivamente 1.143.902, 1.466.388 e 1.269.270 entradas. Portanto, no auge da expansão cafeeira, 3.879.560 imigrantes ingressaram oficialmente no Brasil, num período de 50 anos. A maior parte dos quais se dirigiu para as lavouras cafeeiras e para as cidades do Sudeste, muitos dos quais com passagens pagas pelo governo. É importante demarcar que a instituição científica IBGE, que racionaliza a contabilidade estatal e dá suporte ao seu planejamento, e até mesmo a região Sudeste como região concentrada ainda viriam a se formar, não sendo preexistentes.

11 Realmente distinto do escravismo, o sistema de trabalho do colonato da cafeicultura do Oeste Paulista não poderia, porém, ser visto como mero trabalho assalariado, senão em controversas análises (BOECHAT, 2020). O trato de um dado número de cafeeiros era colocado sob a responsabilidade do imigrante e sua família, mas lhes era permitido no plantio intercafeeiro colher alimentos para si e para a venda. Por este contrato, recebia-se salário monetário regular e uma proporção da colheita, além do acesso a uma casa e parte de um pasto no interior da fazenda. Essa era uma das formas sociais contraditórias na qual terra, trabalho e capital não existiam separados, combinando rendimentos (renda, salário e lucros) e se reproduzindo como trabalho [ou exploração] familiar que não se individualizava por completo, uma vez que conduzido pelo pai numa relação patriarcal: “A organização do trabalho – a alocação dos diferentes membros da família no trabalho – cabia ao homem. Sendo simultaneamente chefe da família e do trabalho, seu poder atingia a todos os membros, transformando filhos e mulher praticamente em seus trabalhadores. [...] Como vimos, o chefe da família apresentava-se diante da esposa e dos filhos como a personificação da exigência dos proprietários – como o verdadeiro “patrão”, o supervisor e o capataz. O poder masculino centrava-se na figura do pai-marido-patrão. [...] Essa autoridade não dizia respeito apenas ao trabalho. Ela perpassava todo o tecido social, de tal maneira que as mulheres e filhos estavam sujeitos a um conjunto de normas e valores sociais que reforçavam o domínio e o poder dos homens (SILVA, 2004, p. 466-467).

12 Karl Monsma (2016) observa em relações cotidianas entre imigrantes e negros no Oeste Paulista a reinserção do racismo em práticas de diferenciação social entre trabalhadores pobres.

um *racismo estrutural* (ALMEIDA, 2019) que perpassa as hierarquias que vão se estabelecendo, no Brasil, *na constituição gradual de uma superpopulação relativa* (MARX, 1985, cap. 23) estratificada e que rege o cotidiano do mercado (de trabalho)¹³, e *na constituição gradual do Estado moderno* e no tratamento regular e diferenciado que a população recebe das suas instituições:


A ordem produzida pelo racismo não afeta a sociedade em suas relações exteriores – como no caso da colonização –, mas atinge, sobretudo, a sua configuração interna, estipulando padrões hierárquicos, naturalizando formas históricas de dominação e justificando a intervenção estatal sobre grupos sociais discriminados, como se pode observar no cotidiano das populações negras e indígenas (...). A inserção dos indivíduos em cada uma destas condições formatadas pela sociabilidade capitalista depende de um complexo jogo que mescla uso da força e a reprodução da ideologia a fim de realizar a domesticação dos corpos entregues indistintamente ao trabalho abstrato. O racismo é um elemento deste jogo: será por isso que parte da sociedade não verá qualquer anormalidade na maioria das pessoas negras ganharem salários menores, submeterem-se aos trabalhos mais degradantes, não estarem nas universidades importantes, não ocuparem cargos de direção, residirem nas áreas periféricas nas cidades e serem com frequência assassinadas pelas forças do Estado (ALMEIDA, 2019, p. 178-180).

13 Devemos tomar cuidado, portanto, com formulações que pensam que o escravizado não estivesse apto ao trabalho livre, por ver no trabalho o sinônimo do cativo, o que justificaria uma não adesão à ideologia burguesa do trabalho, uma vez que pode induzir a reforçar uma tendência à vagabundagem na população liberta, pós-Abolição, numa espécie de não-integração (MARTINS, 2000; VAINER, 2000). Há certo perigo dessa abordagem reforçar pensamentos racistas que naturalizam supostas características dos negros, além do fato de estudos recentes mostrarem uma adesão a práticas de “trabalho” de escravizados como as dos escravos de ganho, que se “alugavam” aos seus proprietários pagando-lhes “renda” e indo trabalhar por si, sobretudo em contextos urbanos do século XIX, o que sugere outros encaminhamentos para a questão (CHALHOUB, 1990; TOLEDO, 2008).

De todo modo, ressaltamos um processo de territorialização do capital que produziu e transformou contextos territoriais, violentamente. Embora tenhamos ressaltado a adesão e adoção parcial de “modelos” de reprodução social novos trazidos pela “colonização sistemática”, abordamos a maneira como a realidade se particulariza por meio do coronelismo e do colonato (e outras formas particulares de “trabalho”), que abordamos pelo processo de formação (ou autonomização) das categorias do capital. Assim, embora o “sentido” da “colonização sistemática” seja efetivamente transformado em relação à colonização do Antigo Regime, podemos ver como o processo ainda não permite encontrarmos uma separação fetichista das personificações de terra, trabalho e capital e tampouco do Estado nem nas *personas* dos fazendeiros coronéis nem nos trabalhadores que tinham acesso mediado aos meios de produção, reproduzindo ainda assim conformações particulares do patriarcado produtor de mercadorias.

*

Vimos de passagem, no início deste artigo, os geógrafos “pioneiros” no Brasil estabelecendo seus critérios científicos para a escolha dos “pioneiros” da civilização no âmbito nacional. Contraditoriamente, tanto P. Monbeig (1998) como L. Waibel (1979) esboçaram críticas ao papel deletério das mesmas frentes ou zonas pioneiras na dispersão de recursos, indicando, em oposição à “marcha para o oeste” a necessidade de fixação e intensificação do uso do solo no Leste. Para Monbeig (1998, p. 389-392), uma nova relação entre a franja pioneira e a indústria nacional representava a possibilidade de um mercado interno a resguardar a agricultura das crises da economia internacional e a possibilidade de uma transformação da própria agricultura, até então pautada pela “obra destruidora dos pioneiros”:



O problema da conservação das riquezas naturais e da restauração das regiões envelhecidas é agora encarado pelos meios urbanos, como pelos plantadores clarividentes. (...) Eis o sentido em que deverão desenrolar-se os esforços dos agrônomos e dos fazendeiros empreendedores. Tomou-se, portanto, consciência dos estragos. Virá a desenhar-se uma espécie de retorno da marcha pioneira, por uma renovação do povoamento e uma retomada da agricultura, nas velhas zonas. Não é de rejeitar essa

eventualidade. Mas tal renascimento só poderá vir depois que a marcha pioneira tenha atingido seus limites (MONBEIG, 1998, p. 391-392)¹⁴

Em chave crítica diversa, os estudos de José de Souza Martins aplicavam a teorização luxemburguista da reposição da acumulação primitiva, observando uma dupla faceta da fronteira agrícola (MARTINS, 2000, ver intro). Nela haveria, nas *frentes de expansão*, a abertura para uma ocupação dos meios de produção pela população, algo que propusemos de certo modo questionar (ou relativizar como uma abertura “mediada”) com a releitura do coronelismo e da região político-econômica anteriormente feitas¹⁵. Observa-se, no autor, uma contraditória ocupação da terra na fronteira por posseiros¹⁶ que, apesar de não pagarem por ela, seguem articulados à economia de mercado por meio dos excedentes que produzem e comercializam e por serem eles mesmos excedentes demográficos dela, na visão do autor. Por outro lado, esta mesma expansão abria caminho para a posterior expropriação dos mesmos posseiros pela instalação de fazen-

14 Engana-se, porém, quem entenda a passagem como uma crítica à franja pioneira em si, vista pelo geógrafo francês, ao contrário, como “excepcional fortuna” que rompia com a “herança do passado” e trazia “grande riqueza” para a “coletividade brasileira” (MONBEIG, 1998, p. 392). Era vista como uma obra de superação do passado colonial, portanto de modernização, que passava por deixar um rastro de destruição a ser apenas posteriormente repensado pelos mais “clarividentes” e “empreendedores” vindos dos “meios urbanos”. Este estranhamento – do olhar metropolitano dessa geografia sobre os desdobramentos da territorialização do capital à época [anos 1940] – em relação às consequências ambientais das frentes pioneiras na conclusão da tese de Monbeig chega a parecer teoria crítica, ainda que não pretendesse. Ao mesmo tempo, revela certa ineficiência para o planejamento regional da ecologia humana presente nessa Geografia regional, que, sendo genérica e não categorial, não se desdobra quantitativamente para embasar pela contabilidade dos custos os rumos da modernização que delega aos “esforços de agrônomos e dos fazendeiros empreendedores”.

15 Na teoria ricardiana da renda da terra (RICARDO, 1982, cap. 2) existe tal abertura para a ocupação de terras que não podem, nas piores condições, pagar renda, enquanto a demanda efetiva pelos produtos ali produzidos apenas remunerariam salários e juros do capital. Apenas na comparação entre faixas ou tipos de terras melhores e piores é que as melhores poderiam remunerar seus proprietários, estabelecendo rendas diferenciais. De certo modo, poderíamos sugerir que o coronelismo é uma forma de imposição de um bloqueio à livre apropriação de terras, embora não possamos ainda pensar no estabelecimento de uma renda absoluta, nos termos do Livro 3 d'O Capital, porque as formas de contrapartidas para a utilização da terra pelos trabalhadores não pressupõem muitas vezes o entendimento de uma relação contratual de arrendamento das terras, a partir do que elaboramos anteriormente sobre o processo de autonomização das categorias do capital (BOECHAT, 2014).

16 “É essa faixa, com suas peculiaridades econômicas, sociais e culturais, que se pode conceituar como frente de expansão. (...) Assim sendo, a frente de expansão se integra na economia de mercado de dois modos: pela absorção do excedente demográfico que não pode ser contido dentro da fronteira econômica e pela produção de excedentes que se realizam como mercadorias na economia de mercado. Desse modo, a frente de expansão está integrada na formação capitalista. (...) O que caracteriza a frente de expansão é justamente esse uso privado das terras devolutas, em que estas não assumem a equivalência de mercadoria. Por isso, a figura central da frente de expansão é a do ocupante ou posseiro” (MARTINS, 1975, p. 46).

das, ranchos e mineradoras, que assim compunham a *frente pioneira* do capital, no que posteriormente se ressalta a dimensão do conflito inerente a esse movimento de expansão, um *conflito* que mescla elementos de *violência econômica com violência extra-econômica*:

A frente pioneira surge não como consequência "rebarbativa" da sociedade capitalista, mas como resultado direto da necessidade de reprodução desta. O ponto-chave da implantação da frente pioneira é a propriedade privada da terra. Desse modo, a renda da terra se impõe como mediação entre o homem e a sociedade. A terra passa a ser equivalente de capital e é através da mercadoria que o sujeito trava as suas relações sociais. Essas relações não se esgotam mais no âmbito do contato pessoal. O funcionamento do mercado é que passa a ser regulador da riqueza e da pobreza (MARTINS, 1975, p. 47).

Desse modo, tanto em Monbeig (1998) como em Martins (1975) vemos a atribuição de novas qualidades à fronteira agrícola no Brasil do século XX, seja pela progressiva constituição do mercado de terras, seja pela regulação de conflitos pelo Estado, seja pela guinada dada à modernização do campo pelos processos de urbanização e industrialização.

Desde ao menos a década de 1930, em parte como reação à crise financeira internacional de 1929 em parte como acúmulo de tensões que culminam numa crise interna das forças político-econômicas que sustentavam a República, emergem assim importantes tendências que transformarão as relações sociais de produção no país, que poderíamos interpretar como configurando uma *nova territorialidade do Estado nacional*. A tensão entre as regiões coronelistas e uma esfera ou escala federal-nacional de intervenção estatal se desdobra numa série de instituições (universidades e institutos técnicos, códigos eleitorais e novas *juridificações* como as Leis Trabalhistas, etc.) que se associam a e promovem um desenvolvimentismo industrializante (SOUZA, 1993; FURTADO, 2000; MELLO, 2009).

Francisco de Oliveira (2008), por exemplo, em *Elegia para uma re(l)igião*, fala da "integração nacional" (fortemente expressa na Marcha para o Oeste) e do planeja-

mento regional como dinâmicas atreladas àquele desenvolvimentismo industrializante nacionalista, que “abrem” política e economicamente a região coronelista:

O “fechamento” de uma região pelas suas classes dominantes requer, exige e somente se dá, portanto, enquanto essas classes dominantes conseguem reproduzir a relação social de dominação, ou mais claramente as relações de produção. E, nessa reprodução, obstaculizam e bloqueiam a penetração de formas diferenciadas de geração do valor e de novas relações de produção. [...] A “abertura” da região e a consequente “integração” nacional, no longo caminho até a dissolução completa das regiões, ocorre quando a relação social não pode mais ser reproduzida e, por essa impossibilidade, percola a perda de hegemonia das classes dominantes locais e sua substituição por outras, de caráter nacional e internacional. [...]

O planejamento surge aqui como uma “forma” da intervenção do Estado sobre as contradições entre a reprodução do capital em escala nacional e regional, e que tomam a aparência de conflitos inter-regionais; o planejamento não é, portanto, a presença de um Estado mediador, mas, ao contrário, a presença de um Estado capturado ou não pelas formas mais adiantadas da reprodução do capital para forçar a passagem no rumo de uma homogeneização ou, conforme é comumente descrito pela literatura sobre planejamento regional, no rumo da “integração nacional”. (OLIVEIRA, 2008, p. 149-152).

Não estaríamos falando da emergência de uma nova “gestão produtiva” tecnocrática do território nacional, na qual a Ciência terá papel fundamental, e que reposicionará a “produção da miséria”? Não estaríamos diante de uma relativização da centralidade do “agronegócio” e do “mundo rural” frente à ascensão de um novo padrão então “desejado” de modernidade (e que modificará o próprio “mundo rural”): escolarizado, industrializado, urbanizado, monetarizado, juridificado e consumidor de mercadorias? Não haveria, ainda, nesse processo de desenvolvimentismo nacionalista um ideal de “homogeneização social” no qual a ideologia da “democracia racial” teria papel fundamental na criação das

“condições subjetivas” para o processo de modernização, em paralelo à repressão, por exemplo, à “vadiagem” e a crítica da “indolência” de negros, indígenas, caboclos, ribeirinhos, caipiras etc.¹⁷

Trata-se de um esquema muito mais complexo, que envolve a reorganização de estratégias de dominação política, econômica e racial adaptadas a circunstâncias históricas específicas. No caso, o surgimento do discurso da democracia racial, que ainda hoje é tido como um elemento da identidade brasileira, coincide com o início do projeto de adaptação da sociedade e do Estado brasileiro ao capitalismo ocorrido nos anos 1930 (ALMEIDA, 2019, p. 179).

Observamos, portanto, uma espécie de *expansão do fordismo* e de sua correlata socialização¹⁸, que se materializava na própria industrialização e urbanização nacionais, e é expressão de uma reprodução crítica em busca de *mecanismos de compensações* (KURZ, 2019). A centralização dos capitais e a busca pelo aumento de escala [e também a exportação de capitais] visando o aumento da lucratividade na unidade produtiva deriva numa dinâmica exacerbada da concorrência que, num plano profundo, pressiona pelo aumento da composição orgânica do capital (MARX, 1985, cap. 23). Esta dinâmica desdobra uma contradição a partir da progressiva substituição do capital variável pelo constante que implica um aumento da mais-valia relativa ao mesmo tempo em que mina a fonte de extração da própria mais-valia, assente na exploração do trabalho, requerendo mecanismos diversos para conter uma *tendência de queda da taxa de lucro* (MARX, 1986, cap. 13). O desdobramento do sistema de crédito é pressuposto da necessidade sempre aumentada dos investimentos, porém o esforço de “internalização” do fordismo numa realidade periférica oriunda da

¹⁷ Não eram esses os tipos sociais que observamos no tratamento do pioneirismo da geografia regional e que sendo também de certo modo reais (como abstração real negativa) eram objeto de epistemicídio? Não serão eles também alvo ou objeto do planejamento [regional], que tinha projeto de mudança, sendo o dualismo real e negativo?

¹⁸ Para uma formulação sobre o surgimento de uma sociedade de camada média estratificada e sexualmente dissociada na Europa, simultaneamente à expansão do fordismo e da social-democracia, ver o estudo de SCHOLZ (2008). Seria interessante refletir sobre a validade e as limitações dessa proposta para a constituição de algo semelhante no Brasil, após 1930. Porém, o intuito desse artigo é outro.

colonização irá requisitar um protagonismo novo do Estado e da dívida pública, adquirindo um caráter “recuperador” numa corrida por alcançar os patamares de produtividade das economias centrais (KURZ, 2000), que no caso se materializava também em aspectos autoritários de “adaptação da sociedade”, embora houvesse não-simultaneidades internas produzindo contrastes de contextos territoriais seguidamente enquadrados sob a lógica dualista.

Como decorrência histórica desses processos, uma nova “gestão produtiva” do “avanco do agronegócio” se tornará hegemônica no pós-guerra e sobretudo dos anos 1960 em diante, com a industrialização de setores da agricultura do Centro-Sul e com os preceitos da assim chamada *Revolução Verde* (CABRAL, 2020). Uma agricultura consumidora de mercadorias industrializadas (tratores, arados, fertilizantes e pesticidas químicos, etc.) e produtora de matérias-primas para as indústrias processadoras; portanto, com crescente composição orgânica de seus capitais, demandando altos investimentos visando o aumento da produtividade do trabalho. Uma agricultura financiada pela dívida pública e que deve “gerar divisas” por meio das suas exportações, numa “gestão tecnocrática” de rolagem da dívida externa que financiava aquela mesma industrialização (DELGADO, 2012). Um “modelo produtivo moderno” tido como positivo e vitorioso de agropecuária que deveria, segundo seus ideólogos, *suprimir a diversidade do mundo rural brasileiro*; portanto, visto como veículo da superação do “atraso” (BUANAIN et al, 2017).

Caio Pompeia (2021) aborda a gênese do conceito de agronegócio, a partir do de “agribusiness”, entre economistas da Universidade de Harvard (EUA), nos anos 1950, na busca por uma noção abrangente sobre a interrelação entre os setores que passam a compor a produção, circulação, transformação agroindustrial e a comercialização de mercadorias agropecuárias industrializadas. Minimizando as “disputas distributivas” internas aos elos que compõem essa “integração” e ressaltando a importância econômica dessas atividades integradas para o PIB, tratava-se também de um projeto que se pensava político, visando a disputa interna por subsídios, a flexibilização de legislações fundiárias, fiscal-tributárias, trabalhistas e ambientais e um direcionamento ativo de uma geopolítica internacional de grandes corporações. Nesse último âmbito, tratava-se de um enfrentamento à influência soviética, no contexto da Guerra Fria, em países do Terceiro Mundo, por meio da exportação de capitais para promover a referida Revolução Verde, aumentando a produtividade e a produção

de alimentos numa espécie de “guerra à fome”, capitaneada pelas empresas norte-americanas de preferência.

Com o bloqueio autoritário às reformas de base⁹, sobretudo com o engavetamento da reforma agrária, depois do golpe militar e do Estatuto da Terra, de 1964, a constituição desses *complexos agroindustriais*, impulsionados pela criação do Sistema Nacional de Crédito Rural, em 1965, modificaria de fato e à sua maneira as relações sociais de produção em parte considerável do campo (STOLCKE, 1986; DELGADO, 1985). Ao mesmo tempo, grandes projetos de “desenvolvimento regional”, principalmente no âmbito do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND 1975-1979) iriam promover transformações amplas na dinâmica da *fronteira agrícola* (BOECHAT, PITTA, TOLEDO, 2019), talvez numa nova escala de intervenção, como foi o caso da constituição da Aracruz Celulose, no Espírito Santo (ANDRADE, 2021), mas também no Projeto Jari (OLIVEIRA, 2016), bem como no Programa Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER) (CLEMENTS e FERNANDES, 2012), entre outros.

Comunidades de populações indígenas, quilombolas, ribeirinhas, de fundo de pasto e de posseiros diversos (que talvez tampouco ainda se reconhecessem como tal) virão suas terras de uso comum e mesmo suas posses de uso familiar serem rapidamente tomadas ou “emparedadas” (FERREIRA, 2009; LEITE, 2015) pelas produções do “agronegócio”, assim largamente estimuladas pelo planejamento regional. Novamente, uma reiteração de uma dimensão racial na “modernização da agricultura” pode ser buscada na predominância do protagonismo de “sulistas” – em geral gaúchos, mas também paranaenses, paulistas, etc., muitos dos quais descendentes diretos dos imigrantes anteriormente mobilizados pela colonização sistemática (COSTA, 1995; ALVES, 2006) –, na personificação da renovada *frente pioneira*, enquanto abundam indícios de como os afetados por tais projetos eram/são não brancos.


⁹O debate sobre o “latifúndio improdutivo” que embasa as assim chamadas “reformas de base” pressupõe um projeto de modernização que se assenta, de certo modo, num critério produtivista mas que se insere numa chave distributivista (POSTONE, 2014) oposta às perspectivas modernizadoras produtivistas que se tornaram hegemônicas com a assim chamada Revolução Verde. Para além dessa disputa, a efetiva presença de um “latifúndio improdutivo” talvez seja um reflexo da crise do coronelismo, que não consegue impor sua “armature” (SEABRA e GOLDENSTEIN, 1982) a partir dos anos 1930/40. As migrações “internas” que aí se intensificam também podem ser vistas como reflexos dessa crise. No que se refere à formação de uma espécie de “quarta renda da terra” (RANGEL, 1986), derivada de um “patrimonialismo” (FAORO, 1989), percebe-se um entendimento de uma propriedade fundiária que se autonomiza e parece se “valorizar” per se, na medida em que seus preços se inflacionam de modo semi-independente das atividades produtivas ali realizadas, algo posteriormente inclusive potencializado pela nova organização do sistema financeiro dos anos 1960 em diante. Também essa teorização, de certo modo, reflete uma crise do coronelismo, em sua acepção anteriormente abordada, ou uma transformação em seus fundamentos.

Por sua vez, famílias de trabalhadores que moravam nas propriedades rurais que se modernizavam, e produziam sua sobrevivência em conjunto com a produção das mercadorias agropecuárias, virão chegar novas técnicas, novas tecnologias a questionar sua produtividade e terão seus conhecimentos e práticas contestados pelos saberes científicos de técnicos e agrônomos (BOECHAT, 2014). Técnicas e tecnologias poupadoras de trabalho, reiterando o mantra do aumento da produtividade e rompendo também a concepção de família como unidade produtora e reprodutora, tendendo a individualizar seus membros como trabalhadores assalariados e consumidores (STOLCKE, 1982; BOECHAT, 2020). Produtividade essa, porém, que subordinava a agropecuária às agroindústrias e que raramente saldava os créditos rurais subsidiados com juros reais negativos bancados pela dívida pública (PITTA, TOLEDO e BOECHAT, 2016). Essa modernização endividada tinha consequências sociais e ambientais catastróficas que a exaltação da modernidade e do desenvolvimento da nação tratavam de minimizar.

Assim, a produção de uma nova forma de ser da miséria se consagraria com a migração em massa do campo para as cidades, o que representava em geral a impossibilidade crescente de ter acesso a meios de produção ainda que mediados (BOECHAT e GIAVAROTTI, 2015). Para os que ficavam no campo, minoria da população desde os anos 1960, cumpria produzir em condições deterioradas alimentos para os que o deixavam, mas as teias que levavam essas mercadorias até os centros consumidores se apinhavam de intermediários e atravessadores, ávidos por extorquir as pequenas margens possíveis de um mercado de consumidores assalariados precariamente (VECINA, 2018). As migrações temporárias para o trabalho no campo também se tornam comum e volumosas, muitas vezes esboçando estratégias familiares de por meio do assalariamento parcial de alguns membros manter as condições deterioradas de reprodução na terra, muitas vezes se transmutando em estratégias individuais de acesso a dinheiro e mercadorias (MARTINS, 1986), num processo gradual que talvez possamos chamar de *metropolização da vida do campo*.

De todo modo, não podemos mais aqui falar de uma mesma miséria daquela reproduzida nas regiões coronelistas, uma vez que a mobilização do trabalho "libertava" da dominação coronelista – negativamente, assim, libertava dos meios de produção não-produzidos –, aprisionando nas relações mais abstratas das trocas de dinheiro e mercadorias, ainda que certo espaço comunitário e acesso a terras para moradias precárias pudessem se refazer no "padrão periférico" de nossa

urbanização, durante certo período, reiterando a possibilidade de um precário *patriarcado produtor (e consumidor) de mercadorias* industrializadas (SADER, 1980; OLIVEIRA, 2003). Desse modo, experimentamos a produção de uma urbanização crítica, que obviamente não se separa das transformações do campo acima aludidas, constituindo novas relações campo-cidade (BOECHAT e GIAVAROTTI, 2015):



O mundo das massas despossuídas é a urbanização crítica. O mundo de uma economia que se realiza criticamente é a urbanização crítica. O urbano como centralidade de culturas, festas, desejos, encontros, necessidades, que é negado, é a urbanização crítica. O mundo do dinheiro, da equivalência, que, nos seus fundamentos e subterfâneos, move-se como relações de não equivalência, de exploração do trabalho, de expropriação de meios de vida e de produção, de embate entre formas do dinheiro – a do dinheiro como medida de valor e como meio de circulação, sintetizadas na forma do dinheiro como capital – é a urbanização crítica. A tábua rasa da história, o seu varrer, a produção da obsolescência precoce dos produtos vários, incluindo a cidade, para afirmar novos produtos, é a urbanização crítica (DAMIANI, 2004; 39).

*

A crise das dívidas dos países do Terceiro Mundo, nos 1980, indicou certa limitação histórica para as políticas de modernização retardatária do pós-guerra e favoreceu o fim do regime autoritário. Para o “avanço do agronegócio” representou certo fracasso de um modelo que tinha o Estado como moderador e financiador primordial. Sem as benesses de um crédito rural farto e fácil muitos setores do “agronegócio” colapsaram, o próprio mercado de terras teve talvez sua primeira retração substancial de preços, nos 1990. Guilherme Delgado observa aí a existência de um período de transição entre a crise cambial de 1982 e a de 1999, promovendo a necessidade de uma série de ajustes no modelo de crescimento econômico da época do regime militar – nos quais a geração de saldos comerciais com a exportação de produtos básicos e agroprocessados têm papel decisivo –,

passando por um “ajuste ultraliberal” nos anos 1990, com desmonte das instituições estatais da “Era Vargas”, redução do montante de crédito rural concedido, “a abertura comercial ao exterior promovendo uma queda generalizada da renda agrícola” e um endividamento crescente que causará a crise de 1999, levando à consolidação do que ele chama de “relançamento da estratégia de reprimarização do comércio externo a qualquer custo” (DELGADO, 2012, p. 77-88).

Num plano obscuro desse desmonte do sistema anterior, o governo acatava o Consenso de Washington, promovia centralizações no setor bancário e arquitetava uma nova engenharia financeira que estatizava boa parte da dívida do crédito rural ao passo que estipulava legislações que *securitizavam as dívidas*²⁰ e lançavam novas possibilidades de emissões de títulos em mercados secundários. Tendo por base as Cédulas de Produtos Rurais (CPRs), com securitizadoras dividindo a gestão dos riscos segundo critérios de confiabilidade imputados pelos *ratings* de agências de risco, os bancos privados e as financeiras viriam em breve a se interessar pelos rumos do agronegócio. Antes disso, porém, teria vida bem curta a política de manutenção de uma moeda forte, em boa parte fragilmente sustentada pela geração de divisas pelas exportações de *commodities*, o que reiterava o papel estrutural do agronegócio na rolagem da dívida externa do país.

O segundo governo Fernando Henrique Cardoso iniciou o relançamento do agronegócio, senão como política estruturada, com algumas iniciativas que ao final convergiram: (1) um programa prioritário de investimento em infraestrutura territorial, com “eixos de desenvolvimento”, visando a criação de economias externas que incorporassem novos territórios, meios de transporte e corredores comerciais ao agronegócio; (2) um explícito direcionamento do sistema público de pesquisa agropecuária (Embrapa), a operar em

20 “O mecanismo pelo qual se processou a desmontagem da antiga política agrícola e comercial, entre 1986 e 2003, é um capítulo relativamente obscuro do chamado reconhecimento de passivos contingentes, ou ‘esqueletos’ na linguagem popular, que na realidade significa a transferência da dívida pública mobiliária federal, de uma enorme quantidade de créditos privados contraídos junto a bancos públicos ou bancos privados, sob as condições anteriormente vigentes da política agrícola e comercial. Esses passivos foram assim transformados, mediante generosa emissão de títulos da dívida pública, tendo em vista realizar ‘securitização’ das dívidas vencidas ou perdas e desvios de estoques junto aos bancos públicos e privados. Esse processo não foi apenas para o setor rural, mas para vários setores – banco oficiais (PROES), bancos privados (PROER), fundos de pensão privados, INPS/IAPAS, BNH, setor elétrico, setor ferroviário, etc.” (DELGADO, 2012, 86).

perfeita sincronia com empresas multinacionais do agronegócio; (3) uma regulação frouxa do mercado de terras, de sorte a deixar fora do controle público as “terras devolutas”, mais aquelas que declaradamente não cumprem a função social, além de boa parte das autodeclaradas produtivas (...); (4) a mudança na política cambial, que ao eliminar naquela conjuntura a sobrevalorização do real, tornaria a economia do agronegócio competitiva junto ao comércio internacional e funcional para a estratégia do ajustamento macroeconômico perseguida; (5) reativa-se a provisão de crédito rural nos planos de safra, iniciado com o programa Moderfrota, e retomada com vigor no período 2003/2010 (DELGADO, 2012, p. 94).

É, aliás, nessa época de grandes rearticulações que o conceito de *agribusiness* chega para ficar no Brasil, capitaneado pelo grupo Agroceres e ensaiado na Frente Ampla da Agropecuária no processo da Constituinte, porém logo referendado pela mídia brasileira, e se desdobrando inclusive num projeto acadêmico no interior da Universidade de São Paulo, em interessante paralelo legitimador com a história original do conceito nos EUA. Tal recepção não se deu, todavia, sem conflitos internos, uma vez que existiam muitas associações do “agro” com inclinações diversas, embora certo ponto de acordo se desse quanto às críticas aos projetos dos novos movimentos sociais de pautar uma reforma agrária efetiva no país (POMPEIA, 2021).

Na “onda liberalizante” da época surgiram as quimeras das reestruturações produtivas e da profissionalização das gestões, que trouxeram jovens *yuppies* formados em administração para substituir os fazendeiros (muitos deles agrônomos) da velha geração (muitas vezes pais daqueles jovens). Munidos de “arrojadadas” dinâmicas de “qualidade total” e dos computadores que chegavam com suas planilhas de Excel e projeções de Powerpoint, ajudaram a romper definitivamente os restos de laços de solidariedade entre patrões e empregados, e entre gestores e os lugares da produção, e abriram de vez o caminho para o *agribusiness* se encantar com o capital financeiro e romper com a lógica de contabilidade patriarcal que ainda restava. A miséria da “gestão produtiva” também aqui se apoiava nas consultorias de professores e pesquisadores formados na universidade pública, antenados com as novíssimas modas do *management*. Por sua vez, “reestruturação produti-

va" também logo se mostraria como um sinônimo de "enxugamento de quadros" visando a melhoria de "fluxos de caixa" e "contabilidades" por meio de "terceirizações" para burlar o recolhimento de impostos e evitar legislações trabalhistas, ambientais etc. e pela substituição de homens por máquinas, tanto nos setores administrativos como também, e sobretudo, para os trabalhadores "braçais" nos serviços e processos produtivos.

Vale lembrar que a *centralização do capital* muda o "modo de produção", e a força do crédito e da ação do Estado são decisivas para impor certa cientificização do uso de terra, trabalho e capital, por meio das planilhas dos engenheiros e a remuneração dos assim chamados fatores de produção. Uma dimensão do *capital fictício* em que se ancorou a modernização da agricultura, permeado pelo planejamento estatal e pela dívida pública, estava presente na imposição dessa cientificização não apenas na chamada "agricultura empresarial" (BOECHAT, 2014; PITTA, 2016; ANDRADE, 2021) como adiante para a chamada "agricultura familiar" (VECINA, 2018). A crise das dívidas dos anos 1980 e o desmonte das políticas estatais para agricultura nos 1990 pareciam ter conduzido ao fim da "mentira", mas não se desativaram de fato os módulos produtivos, senão se exigiu a transformação de sua reprodução crítica e fictícia. Depois de naturalizada a bancarrota com o neoliberalismo, tudo parece se refazer, afinal mais-valia precisa tornar-se capital, mesmo que seja sobre a terra arrasada do último projeto falido. Nesse sentido, a China renova a percepção fetichista impondo a centralização da produção com desvalorização cambial a uma população socializada pelo socialismo, uma máquina de internalização de sacrifícios...

Assim, embora o cenário sócio-político e econômico dos anos 1990 ainda não fosse dos mais propícios para a sociedade e a economia do agronegócio se firmarem no Brasil ele desdobrou algumas de suas bases mais atuais, simultaneamente à crise urbana e a da indústria, expressões derradeiras da crise do trabalho, progressivamente expulso dos processos produtivos²¹. Ob-

21 Já discorremos como a mobilização do trabalho, derivada da violência extraeconômica que "liberta" negativamente a força de trabalho dos meios de produção, e a sua reprodução por meio de uma superpopulação relativa, que internaliza a violência econômica da necessidade de trabalhar e se submeter às livres trocas no mercado (sobretudo de trabalho), são pressupostos para a acumulação capitalista. Observamos como a constituição desse pressuposto não se deu de maneira homogênea para toda a população e para todo contexto territorial. Para além de uma caracterização da dissociação sexual (SCHOLZ, 1992) envolvida no processo, que estabelece um padrão masculino de referência para o valor e para o trabalho abstrato, apartando no âmbito doméstico a dimensão reprodutivo-familiar-sensitiva como tendo conotação feminina, sugerimos neste artigo um atravessamento da dimensão racial na formação do trabalho abstrato no Brasil, produzindo diferenciações sociais substantivas que também se transformam em desigualdades sociais expressivas. Devemos notar, porém, que o debate sobre a crise imanente do capital encaminha uma compreensão de uma tendência de crise do trabalho (KURZ, 2000).

viamente, essa potencial *desclassificação geral dos trabalhadores*, expulsos dos processos produtivos, será também marcada por diferenciações sociais e atravessada pela dissociação sexual. Desse modo, há uma espécie de *não-simultaneidade na produção da superfluidade dos trabalhadores*, o que implica uma exacerbação da concorrência entre eles, que facilmente se reveste de um recrudescimento da misoginia, do racismo, da xenofobia, do heteronormatismo, etc. (SHOLZ, 2015; NUNES, 2019). Enfim, uma violência extraeconômica própria da crise dessa forma abrangente de socialização.

*

Para concluir chegamos na fase mais recente da miséria da “gestão produtiva” do “avanço do agronegócio”. Ainda no rescaldo das crises financeiras asiáticas, os anos 2000 se iniciam com a quebra da bolsa de empresas de tecnologias, a Nasdaq, pondo dúvidas sobre o potencial da Nova Economia de produzir dinheiro como num passe de mágica até o infinito. A migração de capitais monetários para os mercados imobiliários e de *commodities* marca um período de inflação de preços dessas mercadorias. No Brasil, essa avalanche monetária que produz a bolha das *commodities* coincide, por um lado, com a ascensão ao poder do Partido dos Trabalhadores e, por outro, com o desdobramento daqueles instrumentos de securitização das dívidas e novas intermediações financeiras, que Delgado (2012, p.94-95) chamou de “relançamento” do agronegócio:

Este esforço de lançamento, forçado pelas circunstâncias cambiais de 1999, encontrará um comércio mundial muito receptivo na década de 2000 para meia dúzia de commodities em rápida expansão nos ramos de feed-grains (soja e milho), açúcar-álcool, carnes (bovinas e de aves) e celulose de madeira, que juntamente com os produtos minerais crescerão fortemente e passarão a dominar a pauta das exportações brasileiras no período. (...) Mas o sucesso mais imediato da opção primário-exportadora caberá ao governo Lula no período 2003-2007, quando vigorosos saldos comerciais, oriundos das exportações, superaram o déficit de serviços da “Conta Corrente”, tornando-a superavitária.

Fábio Pitta (2021), em livro recente sobre a crise brasileira, mostrou como a entrada de dólares, financiando firmas do agronegócio tanto pela dívida pública, por meio do SNCR e do BNDES, como pela entrada de novos capitais do mercado financeiro, por meio da abertura de capitais em bolsa e pela inflação das ações dessas empresas, moveu a expansão da produção e da produtividade de *commodities* agrícolas e minerais, fazendo avançar a fronteira agrícola sobre os Cerrados e a Amazônia e mecanizando e informatizando processos que reforçaram aspectos os mais deletérios desse avanço: a destruição ambiental e a crise social do trabalho. Por sua vez, essa expansão retroalimentou a subida do preço dessas ações, num movimento em que o capital fictício antecede e é também o ponto de chegada, indiferente à substância social do próprio capital.

Em relação às empresas produtoras de commodities, (...) estas puderam se financiar em dólares ao adquirir créditos nos mercados de capitais internacionais sobre os próprios preços futuros de derivativos das commodities, preços em ascensão como acabamos de ver. Como adquiriam dívidas em montantes muito acima do que sua capacidade produtiva permitia – em razão da concorrência para acessarem tais preços, o que quem não o fizesse “perderia” a possibilidade de nova rodada de industrialização de suas produções – entravam em um processo de expansão tanto intensivo quanto extensivo de suas produções, a fim de tentar adquirir novas dívidas no futuro (saldando as anteriores com estas, inclusive). Este processo de simulação fictícia de acumulação só podia perdurar enquanto os balanços das empresas parecessem passíveis de lidar com tais dívidas (...), ou seja, enquanto durava a alta dos preços futuros de commodities. Após isso, as falências passaram a se generalizar, o que apareceu na economia brasileira como recessão, desemprego, alto endividamento e inflação (PITTA, 2021, p. 51-52).

Essa mesma dinâmica lastreou, de certo modo, as políticas ditas “sociais” do

período tanto no campo como na cidade, promovendo uma transformação da gestão da miséria, que passou a enfrentar seus limites após a crise de 2008. No geral, assim, essa reprodução se revelaria, de um modo geral, numa escalada de cadeias de endividamento, cuja “gestão produtiva” vem se mostrando extremamente precária pelo menos desde 2013/2014, sobretudo com a retração dos preços internacionais das *commodities*.

Desde o golpe que tirou o Partido dos Trabalhadores do poder, em 2016, as promessas de uma gestão “liberal” da crise social e econômica parecem querer desvincular as políticas de compensação e de mitigação da miséria das políticas de “gestão produtiva” do “avanço do agronegócio”. O “asselvamento do patriarcado” neste colapso particular da modernização no Brasil se agrava cada vez mais conforme a crise se aprofunda e não se resolve por meio de reformas (trabalhistas, previdenciária, fiscal, tributária, administrativa, etc.) que visam retirar do “peso” do Estado seus precários mecanismos de mitigação.

Com a extrema-direita no poder, a simulação de ascensão de camadas médias, o distributivismo de crise e o asselvamento por meio de tentativas de gestão da barbárie do estado de exceção permanente assumem a explicitação quase-imediata da economia de saque e da nova guerra total (...), que já estavam lá presentes, mas se tornam reconhecíveis para a subjetividade social. “Ultraliberalismo” ou “necroliberalismo” como tentativas de retomada de processos de acumulação de capital que não lograrão suceder, mas que se caracterizam pelo aceleracionismo (...) da exploração do trabalho, das expropriações e da destruição da natureza, se combinam com a guerra total para contenção da maioria a ser excluída, como supérfluos para estes processos. (...) O que está a acontecer contém em sua própria forma a crise do capital e sua determinação pela inflação dos títulos de propriedade, daí a necessidade de acessar os mercados de capitais como finalidade de simulação de acumulação via capital fictício (...) das empresas mobilizadas pela guerra total. (PITTA, 2021, p. 70-71).

Na miséria da ideologia do agronegócio e na crise do sujeito e do Estado modernos expressas no bolsonarismo, a guerra (da produção desesperada) parece se centrar propriamente nas armas de fogo e no fogo que arde nas florestas e campos, numa conexão destrutiva em que não sobreviverá sequer a suposta Raça Forte, se não pudermos romper com suas "gestões produtivas" e criar um pensamento crítico abrangente contra o moderno patriarcado produtor de mercadorias

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Silvio L. de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ALVES, Vicente Eudes Lemos. **Mobilização e modernização nos cerrados piauienses: formação territorial no império do agronegócio**. São Paulo: 2006. Tese (Doutorado em Geografia), FFLCH-USP.

ANDRADE, Luiz A. E. de. **A modernização do Espírito Santo nos anos 1970 e 1980 e a crise fundamental do capital: um exame a partir do setor de papel e celulose no âmbito dos "grandes projetos"**. *Geographia*, v. 23, n. 50, 2021.

BOECHAT, Cássio A. **O colono que virou suco: terra, trabalho, Estado e capital na modernização da citricultura paulista**. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2014.

BOECHAT, Cássio A. **Região do colonato: mobilização do trabalho e autonomização do capital na área de Olímpia (1857-1964) do Oeste Paulista**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2009.

BOECHAT, C. A. (org.). **Geografia da crise no agronegócio sucroenergético**. Land grabbing e flex crops na financeirização recente do campo brasileiro. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

BOECHAT, C. A.; GIAVARETTI, D. M. **Os sentidos da urbanização: produção do espaço de bairros de trabalhadores em cidades do estado de São Paulo**. *Espaço Aberto*, PPGG/UFRJ, v. 5, n. 1, p. 29-47, 2015.

BOECHAT, C. A.; LEITE, A. C. G. & TOLEDO, C. A. **Arquéologie de la question agraire au Brésil: du labor grabbing au land grabbing**. *EchoGéo*, n. 41, p. 1-18, jul./set. 2017.

BOECHAT, Cássio A.; PITTA, Fábio T.; TOLEDO, Carlos de A. **"Pioneiros" do Matopiba: a corrida por terras e a corrida por teses sobre a fronteira agrícola**. *NERA*, v. 22, n. 47, p. 87-122, 2019.

- BRASIL. **II Plano Nacional de Desenvolvimento** (1975-1979). Brasília, Serviço Gráfico do IBGE, 1975. 150p.
- BUAINAIN, Antonio M.; ALVES, Eliseu; SILVEIRA, José M.; NAVARRO, Zander. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. In: BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M.; NAVARRO, Z. (org.) **O mundo rural no Brasil do século 21**. Brasília: Embrapa, 2014, p. 1.159-1.186.
- CABRAL, L., Pandey, P. & Xu, X. **Epic narratives of the Green Revolution in Brazil, China, and India**. *Agric Hum Values* (2021). <https://doi.org/10.1007/s10460-021-10241-x>
- CHALHOUB, Sidney. **Visões de Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras. 1990.
- CLEMENTS, Elizabeth A. e FERNANDES, Bernardo M. **Land grabbing, agribusiness and the Peasantry in Brazil and Mozambique**. In: International Conference on Global Land Grabbing II: LDPI, 2012.
- CORREA, Mariza et al. **Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- DAMIANI, Amélia Luísa. **Urbanização crítica e situação geográfica a partir da metrópole de São Paulo**. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de Geografias de São Paulo: representação e crise da metrópole. São Paulo: Contexto, 1ª edição, 2004.
- DELGADO, Guilherme Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965 – 1985**. São Paulo: Ícone Editora e Editora da Unicamp, 1ª edição, 1985.
- DELGADO, Guilherme. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio - mudanças cíclicas em meio século**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2012.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 8ª ed., São Paulo: Globo, 1989.
- FEDERICI, Silvia. Calibã e a bruxa. **Mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo, Elefante, 2017.
- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo, Edusp, 1965.
- FERREIRA, Simone R. Donos do lugar. **A territorialidade quilombola do Sapê do Norte**. Tese, UFF, Niterói, 2009.
- FLORENTINO, Manolo & GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas**. Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790-c.1850. São Paulo, Ed. Da UNESP, 2017.
- FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho. 1997. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- _____. Organização social do trabalho no período colonial. In: PINHEIRO, Paulo Sergio. Trabalho escravo, economia e sociedade. São Paulo: Paz e Terra, 1984, p. 143-192.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala** - introdução à história patriarcal no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2000.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**. Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano. São Paulo, Global, 2013.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

GAUDEMAR, Jean Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Estampa, 1977.

GOMES, Flavio dos S. **Mocambos e quilombos**. Uma história do campesinato negro no Brasil. São Paulo, Claro Enigma, 2015.

GONZÁLEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. In: Ciência hoje, ANPOCS, 1984, p. 223-244.

COSTA, Rogério Haesbaert da. **Processo de (Des)territorialização e Conflitos da Modernidade: os "Gaúchos" no Cerrado Baiano**. Tese de Doutorado em Geografia Humana (FFLCH/USP), São Paulo, 1995.

HEREDIA, Beatriz. M. A. **A morada da vida** – trabalho familiar de pequenos produtores no Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013, p. 48-74.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IBGE. **Brasil 500 anos de povoamento**. Disponível em: <brasil500anos.ibge.gov.br>. Acesso em 09 de agosto de 2018.

IBGE. **Censo de 2010** - resultados. Disponível em: <censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em 09 de agosto de 2018.

KURZ, Robert. **A ascensão do dinheiro aos céus: os limites estruturais da valorização do capital, o capitalismo de cassino e a crise financeira global**. Geografares, v. 28, p. 55-115, 2019.

KURZ, Robert. **Dinheiro sem valor**. Lisboa: Editora Antígona, 2014.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização** – Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto** – O município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

LEITE, Ana Carolina G. **O campesinato no Vale do Jequitinhonha: da sua formação no processo de imposição do trabalho à crise da (sua) reprodução capitalista**. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2015.

LIMA, Ruy Cirne. **Pequena história territorial do Brasil: Sesmarias e terras devolutas**. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

LOVEJOY, Paul E. **A escravidão na África: uma história de suas transformações**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo**. São Paulo: Pioneira, 1ª edição, 1975.

- MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo; Hucitec, 2000.
- MARTINS, José de Souza. **O voo das andorinhas** – migrações temporárias no Brasil, in: Não há terra para plantar neste verão. Petrópolis, Vozes, 1986, p. 43-61.
- MARX, Karl. **O Capital** – crítica da Economia Política. Vol. I. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARX, Karl. **O Capital** – crítica da Economia Política. Vol. IV. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- MELLO, João Manoel Cardoso de. **O capitalismo tardio**. Campinas: Ed. FACAMP e EdUnesp, 2009.
- MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec/Polis, 1998.
- MONBEIG, Pierre. **As estruturas agrárias da faixa pioneira paulista**. In: Boletim Geográfico, Conselho Nacional de Geografia – IBGE, ano XI, no 112, janeiro – fevereiro de 1953.
- MONSMA, Karl. **A reprodução do racismo. Fazendeiros, negros e imigrantes no Oeste Paulista, 1880-1914**. São Carlos, Edufscar, 2016.
- NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**. Processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectivas, 2016.
- NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- NOVAIS, Fernando A. **Considerações sobre o sentido da colonização**. São Paulo: In: Revista do IEB, IEB-USP, no. 6, 1969.
- NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. São Paulo: Editora Hucitec, 2005.
- NUNES, Scheilla. **Mulheres do escombro – a condição das mulheres periféricas em tempos de catástrofes**. Rio de Janeiro, Revan, 2019.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**: Sudene, Nordeste. Planejamento e conflito de classes; Noiva da Revolução. São Paulo, Boitempo, 2008.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista; O ornitorrinco**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2003.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. **A mundialização da agricultura brasileira**. São Paulo: Iandê Editorial, 2016.
- PITTA, Fábio T. **As transformações na reprodução fictícia do capital na agroindústria canavieira paulista**: do Proálcool à crise de 2008. São Paulo, 2016. Tese (doutorado em Geografia). FFLCH-USP.
- PITTA, Fábio T. **O crescimento e a crise da economia brasileira no século XXI como crise da sociedade do trabalho**: bolha das commodities, capital fictício e crítica do valor-dissociação. In: Exit!, n. 18, abril de 2021. Disponível em: http://www.obeco-online.org/fabio_pitta.pdf. Acessado em 14/02/2022.

PITTA, Fábio Teixeira; TOLEDO, Carlos de Almeida; BOECHAT, Cássio Arruda. **A Territorialização do Capital da Agroindústria Canavieira Paulista, ao Longo do Proálcool (1975-1990)**. Continentes, n. 9, p. 25-56, jul. 2016. ISSN 2317-8825. Disponível em: <<https://www.revistacontinentes.com.br/index.php/continentes/article/view/103>>. Acesso em: 20 mar. 2022.

POMPEIA, Caio. **Formação política do agronegócio**. São Paulo: Editora Elefante, 2021.

POSTONE, Moishe. **Tempo, trabalho e dominação social**: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx. São Paulo: Boitempo, 2014.

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**: Colônia. São Paulo: Brasiliense, 2000.

PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros**: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: HUCITEC/Edusp/Fapesp, 2002.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, Edgardo. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 107-129.

RANGEL, Ignácio M. **A questão da terra**. Revista de Economia Política, v. 6, n. 4, 1986, p. 71-77.

RATZEL, Friedrich. In: MORAES, A. C. R. de. (org.) Ratzel. **Coleção Grandes Cientistas Sociais n.º 59**. São Paulo: Ática, 1990.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**. Experiências, falas e lutas dos trabalhadores na Grande São Paulo (1970-1980). São Paulo: Paz e Terra, 1980.

SCHOLZ, Roswitha. **Cristóvão Colombo Forever** – para a crítica das atuais teorias da colonização no contexto do colapso da modernização. In: Geografares, n. 28, 2019, p. 116-169. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/24390>>.

SCHOLZ, Roswitha. Forma social e totalidade concreta – Na urgência de um realismo dialético hoje. Lisboa: 2009. Consultado na página da Internet: <http://o-beco.planetaclix.pt/roswitha-scholz12.htm>, em 11/11/2013.

SCHOLZ, Roswitha. O ser-se supérfluo e a "angústia da classe média". Lisboa: 2008. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/roswitha_scholz8.htm>. Acesso em fevereiro de 2022.

SCHOLZ, Roswitha. **O valor é o homem**. Teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos. Krisis, 1992. Disponível em: <<http://www.obeco-online.org/rst1.htm>>.

SCWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil

(1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEABRA, Manoel; GOLDENSTEIN, Lea. **Divisão territorial do trabalho e nova regionalização**. Revista do Departamento de Geografia, São Paulo, n. 1, 1982, p. 21-47.

SILVA, Lígia Osorio. **Terras devolutas e latifúndio – efeitos da lei de 1850**. Campinas: Editora da Unicamp, 1ª edição, 1996.

SILVA, Maria. A. Moraes. **De colona a boia-fria**. In: PRIORI, M. D. (org.), História da família no Brasil. São Paulo: Contexto, 2004.

SLENES, Robert. **Na senzala uma flor**. Esperanças e recordações na formação da família escrava. Campinas, Editora da Unicamp, 2011.

SMITH, Adam. **Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

SORRE, Max. **Migrações e mobilidade do ecúmeno**. In: SORRE, Max. Max Sorre, Geografia, São Paulo: Ática, 1984, p. 124-139.

SOUZA, Maria do Carmo C. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930 – 1964)**. São Paulo, Alfa Ômega, 1983.

STOLCKE, V. **A família que não é sagrada** – sistemas de trabalho e estrutura familiar: o caso das fazendas de café em São Paulo. In: ALMEIDA, M. S. K. de et alli. Colcha de retalhos – Estudos sobre a família no Brasil. Brasiliense, São Paulo, 1982.

STOLCKE, Verena. **Cafeicultura – homens, mulheres e capital (1850-1980)**. São Paulo, Brasiliense, 1986.

VECINA, Cecília. **As comunidades “quilombolas” em Eldorado (Vale do Ribeira/SP) e a mobilização do trabalho imposta pelo PRONAF**: a relação entre a expropriação e a autonomização das categorias sociais capitalistas São Paulo, FFLCH/USP, Dissertação de Mestrado, Departamento de Geografia, 2018.

VAINER, Carlos Bernardo. **Do corpo marcado ao território demarcado**. In: Cadernos de migração. Centro de Estudos Migratórios (CEM), São Paulo, 2000.

TOLEDO, Carlos de Almeida. **A região das lavras baianas**. 245 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2008.

WAIBEL, Leo. **Capítulos de geografia tropical e do Brasil**. 2ª. ed coment. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

WOORTMANN, Klaas. **Com parente não se negueia** – O campesinato como ordem moral. Anuário Antropológico, v. 12, n. 1, 1988. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6389>>.

UMA GEOGRAFIA QUE FALA AO BRASIL: COMPREENDER PARA MUDAR

Ana Fani Alessandri Carlos

Universidade de São Paulo (USP)

anafanic@usp.br

“Eu creio na capacidade do pensamento teórico ou conceitual de não se manter nos limites do modo de produção como totalidade, de transgredir pelo pensamento, talvez pela imaginação, alguns de seus limites, de abrir a via da ruptura real”. Henri Lefebvre

A Geografia que fala ao Brasil (desafio proposto por esta edição do ENANPEGE) é aquela que tem por compromisso o desvendamento dos fundamentos que explicitam as contradições capazes de explicar a desigualdade vivida. Uma Geografia que se posiciona contra o capital como condição necessária para a elaboração de um projeto de transformação social. O caminho é aquele que aposta na transformação radical das condições que fundamentam a desigualdade iluminando as situações que barram e impedem a realização plena do humano dominado pelo capital. Essa ideia aponta hoje, que a práxis como ato e ação confronta o humano com o seu negativo: a privação do sentido de seu mundo, através de múltiplas formas de alienação.

Deste modo, compreender a realidade,

como caminho necessário a construção de um projeto de sociedade futura, requer a construção de uma teoria que desvende a prática dominada pela lógica capitalista (hoje em sua fase neoliberal) encontrando os fundamentos que sustentam sua existência, bem como, os pontos de inflexão – onde se encontram as forças contra-hegemônicas – que permitem pensar a mudança. Sem conhecer, sem compreender profundamente a situação que sustenta a realização do humano envolto a múltiplas alienações, o projeto de futuro fica comprometido. Como assinalou Marx, a essência do humano é social, e a essência da sociedade é a práxis como movimento de realização contraditória do processo de humanização, sob o capitalismo. Nessa direção, a Geografia que fala ao Brasil é aquela que desvende as contradições por traz dos conflitos que marcam a sociedade hoje aprofundada pelo déficit de democracia que sustenta a desposseção do humano através da privação da vida em todos os seus sentidos.

Uma hipótese que se desenha na práxis é que a forma como o neoliberalismo se instala no Brasil de hoje é através ofensiva neofascista-neoliberal. A política de austeridade econômica, de ajustes fiscais que destituem o trabalho e consequentemente o humano, encontram no autoritarismo sua condição de realização. Assim, a fala, como metáfora do ato de pensar pode revelar a necessidade de descobrir o que se esconde por traz das formas do discurso e da ideologia que sustentam a prática anti-democrática.

A tarefa que se desenha no horizonte é produzir uma teoria explicativa do mundo desvendando as máscaras que envolvem o ato de conhecer imerso nos modelos e sistematizações fácies que se impõe pelo tempo rápido da pesquisa sem pudor que entende o ato de investigação através de critérios de sua utilidade e eficácia pronto a ser aplicado é atravessada pela intolerância e pelo preconceito contra o que difere. Mas na contra-corrente a esta postura, o cenário acadêmico da pesquisa no âmbito da geografia assinala que há vários caminhos e possibilidades teóricas (e de método) de pensar, fazer e ensinar a Geografia. Esse fato não é negligenciável pois no campo oposto ao produtivismo irresponsável, preso ao tempo veloz, há vários caminhos que se abrem, a partir da Geografia, para entender o mundo em que vivemos. Nossa perspectiva é aquela aberta pela teoria crítica fundada na análise reflexiva crítica e radical do mundo real e prático em sua totalidade contraditória e complexa. Visa re-dimensionar o papel e a contribuição da Geografia na compreensão do mundo e de nossa condição no mundo desven-

dando as contradições que se formulam na sociedade de consumo que subsume os indivíduos ao “reino do objeto” produzindo representações que a sustenta, bem como, a ideologia do crescimento que orienta a ação política.

Encontrar o que move os processos de alienação é o fundamento necessário para a construção dos projetos que se abrem para o futuro de uma humanidade, para além do capital, como ato de viver poieticamente, atributo constitutivo do homem desalienado.

O caminho não é fácil e, aqui, se colocam dois desafios. O primeiro é encontrar respostas para a situação que vivemos hoje, assombrada pelo obscurantismo que se impõe a todos e, particularmente, às universidades imposta pelos sistemas institucionais de avaliação (que ronda a pesquisa há tempos mas que hoje vem acompanhada pelo desmanche das instituições). A segundo, e mais complexa, é que a Geografia como disciplina, nascida no seio da divisão da ciência, precisa superar o limite dessa sua condição parcelar diante da necessidade de compreensão da realidade como totalidade social aberta ao futuro.

O movimento do pensamento crítico traz como exigência superar a particularidade de cada disciplina, considerando: a) a unidade indissociável teoria-prática visando a totalidade numa investigação que mergulha na prática sócio-espacial; b) que o momento de interrogação sobre a vida e os impasses vividos aponta a existência do desigual como berço do conflito latente na sociedade pensada em sua totalidade contraditória; c) que o próprio pensamento que se debruça sobre o conhecimento da realidade deve considerar a dialética imposto pelas metamorfoses do mundo; d) o caminho da construção dos conceitos deve revelar a complexidade contraditória do mundo em constante transformação. O que está posto para a Geografia Crítica é a necessidade de iluminar os campos cegos que se criam pela ideologia que produz a eficiência que coloca em primeiro plano a racionalidade contra a dialética do mundo. Este conhecimento passa pela compreensão de todos os níveis que compõem a realidade social, que vai à raiz das ações dominantes e dissimuladas na opacidade da realidade enquanto totalidade contraditória.

1. A “necessidade” da Geografia na explicação do mundo social

Nossa tese é que a potência da Geografia, na explicitação da realidade sobre a qual se debruça, reside na compreensão da dimensão espacial do mundo posto que não existe uma sociedade a-espacial (Santos,1978). Nessa direção

esboça-se o fato de que todas as nossas relações sociais (como os atos que envolvem as relações de trabalho, de lazer, as trocas comerciais de todos os tipos, a vida privada) realizam-se, concretamente, no espaço - pela mediação dos usos dos espaços-tempos dedicados ao conjunto dessas ações. Tal fato diferencia, ao mesmo tempo que produz uma rede de relações-lugares criados por e pelas ações que produzem um mundo social. Estas atividades, em sua reunião e simultaneidade, revelam a vida cotidiana que só pode acontecer, num espaço real e concreto que tem no ato de habitar um ponto central a partir de onde o sujeito se situa no mundo. Todavia longe de ser palco da ação social é espaço é sua produção.

Na história da construção do pensamento geográfico, podemos situar essa analogia do desdobramento da relação homem-natureza como movimento da ação humana que transforma a natureza em mundo social ao longo do processo civilizatório. O que significa dizer que o ato que produz o mundo, também produz um espaço como condição imanente à reprodução da vida.

Nesse processo, a produção do espaço se realiza como **“condição, meio e produto da reprodução das relações sociais”** revelando o conteúdo social do mundo (Carlos, 2011). Essa tríade permite abrir o pensamento em direção a totalidade social revelando a reprodução social bem como a espacialidade das relações sociais, em sua totalidade. Nesse sentido a perspectiva geográfica da compreensão da realidade aqui exposta parte da centralidade do conceito de “produção social do espaço” na explicação da realidade. Sob o capitalismo, a tríade expõe uma contradição prática, como especificidade própria deste momento da história: a produção do espaço se realiza como um ato envolvendo toda a sociedade em seu movimento de reprodução o que lhe dá o caráter de produção social e histórica, mas essa produção (social) é apropriada privadamente. No horizonte da análise a contradição produção social-apropriação privada se encontra no fundamento da desigualdade entrevista na concentração da riqueza e do poder da propriedade privada dominando e orientando a produção do espaço. Essa contradição explícita, portanto, a situação de privação que expõe a desigualdade social traduzida nos processos espaciais, onde a concentração da riqueza se associa ao poder político dominando e hierarquizando espaços sob o domínio da acumulação capitalista. Processo social, a produção do espaço ganha materialidade através do seu uso social o que significa dizer, que não há produção sem uso do espaço.

É necessário considerar que a produção do espaço envolve vários níveis da realidade que se apresentam como momentos diferenciados da reprodução geral da sociedade; aquele da dominação política, das estratégias do capital objetivando sua reprodução continuada, e aquela das necessidades/desejos vinculados à realização da vida humana em sociedade. Estes níveis correspondem a uma prática sócio-espacial real que se revela produtora dos lugares, e que encerra em sua natureza, um conteúdo social dado pelas relações entre sujeitos que se realizam em espaços-tempos determinados. A práxis se definiria assim, como sócio-espacial, o que revela o cotidiano como nível da sociedade ampliando o sentido dado por Marx a centralidade das relações de produção como núcleo da práxis. Significa dizer, que a reprodução das relações de produção se amplia ultrapassando a escala da fábrica como aquela do lugar estrito da produção de mercadorias, para ganhar e submeter a produção do espaço e conseqüentemente, a cidade e a vida. Isto porque o espaço, em sua condição de materialidade, contempla condições objetivas para a realização da vida que precisa ser reproduzida. Em sua reprodução continuada o capitalismo vai ganhando o mundo e nesse movimento aponta a construção de uma sociedade urbana (no plano mundial) que ganha significado e pode ser lida no plano da vida cotidiana e do lugar.

A escala do lugar e da vida cotidiana expressa a pobreza, a escassez, da deterioração trágica da natureza, mas, sobretudo a privação do sentido da vida marcada pela presença da identidade abstrata imposta pelo mundo da mercadoria; da indiferença na relação social em relação ao outro (as agressões contra aquele que é diferente, pontuando a vida urbana nas grandes cidades); a constituição da vida como imitação de um modelo de felicidade forjado na posse de bens (definindo um sentido prático da sociedade de consumo); na importância da instituição (que regula a vida), na onipresença do mercado (que orienta a política contra a vida); do poder repressivo que induz a passividade pelo desaparecimento das particularidades (aqui o exemplo paradigmático é a produção cidade como negócio a partir da destruição das camadas da história acumulada nos lugares); da redução do espaço cotidiano ao homogêneo destruidor da espontaneidade e do desejo. Tal situação parece abortar o futuro em meio a deterioração de tudo o que constitui a realidade humana tornando a crítica indispensável. Portanto, o caminho é aquele que propõe a inversão desse mundo invertido que é aquele das múltiplas alienações. Esses níveis de análise permitem apreender de forma mais clara a desigualdade.

O conceito de produção social do espaço assinala que a condição dessa produção sob o capitalismo torna-o – como de resto todos os produtos da atividade, sob sua lógica - uma mercadoria. Portanto a análise ao estabelecer o espaço como um dos produtos da sociedade salienta as condições (e sentidos) da mercadoria. Desse modo, em seu movimento de produção-reprodução, o espaço exhibe a contradição interna da mercadoria que se origina no processo de valorização entre o valor de troca (e nesta situação, fonte de realização de lucro) e o valor de uso (a vida urbana realizando-se através dos usos dos espaços-tempos que são, em essência, improdutivos do ponto de vista do capital). A contradição (uso/troca) se desdobra nas mais diversas formas de precarização das esferas da vida cotidiana. No interior da prática espacial as contradições eclodem revelando a contradição entre necessidade (imposta pela reprodução econômica) e desejo (imposta pela reprodução da vida social).

A mediação entre uso-troca se realiza através da **propriedade privada**, como fundamento e como produto do processo de produção do espaço sob o capitalismo delineando a tendência da submissão dos modos de apropriação do espaço ao mundo da mercadoria e, conseqüentemente, a redução do conteúdo da prática sócio-espacial a essa mesma condição. Neste plano, o modo diferencial da apropriação dos lugares da vida constitui a segregação como racionalidade que se projeta pela separação dos sujeitos no espaço através de seus usos tendo por mediação a propriedade privada (logo do mercado). Como conseqüência, a segregação – como a forma da desigualdade espaço-temporal –realiza-se como a negação do urbano e da vida urbana através da separação dos lugares necessários à realização da vida humana enquanto elementos autônomos.

O capitalismo dominou o mundo, o processo de valorização segue seu caminho dominando as relações sociais, subsumindo a história e a vida à sua lógica através do desenvolvimento do mundo da mercadoria que vem acompanhado da hierarquização da sociedade através da concentração da riqueza que jaz sobre a propriedade privada do trabalho e de seus frutos (dentre eles, o espaço). Nesse desenvolvimento a contradição entre o mundo do capital e o mundo da produção social entram em confronto. As novas contradições se produzem privando a vida de seu sentido posto que, sob pressão e opressão das forças mobilizadoras do capital.

2. Sobre a (re)produção do espaço no movimento da explicação do real

O século XXI assinala a importância do capital financeiro no movimento do processo de acumulação contemplando uma nova organização da acumulação na qual a produção do espaço aparece como momento de realização do processo de valorização constitutivo do processo de acumulação do capital em sua fase neoliberal. Neste momento, a passagem da produção do espaço como condição da acumulação do capital para a produção do espaço como condição da reprodução atual frente à crise da acumulação fordista no movimento de mundialização.

Esse momento refere-se à transição da hegemonia do capital industrial ao financeiro, a reprodução do capital se fundamenta no investimento volátil, na seara dos fluxos internacionais que não mais se atrelam a barreiras que o fixam em determinados pontos do território-mundo. Nessa estratégia o capital também se autonomiza dos Estados nacionais e de suas políticas invertendo a situação – elas agora dominam e orientam as políticas nacionais à mercê de suas necessidades. É o famoso “mercado” para quem se voltam todas as atenções. Os Estados nessa direção, se esforçam para governar para o mercado criando as condições favoráveis capazes de atrair os investimentos fixando-os em determinados lugares do território mundial. Como escreve Chico de Oliveira (2018:75) “o conjunto de novas determinações do capitalismo globalizado produziu a erosão da nação como comunidade política e, contraditoriamente ao que se pensa e ao que foi apregoado pela ideologia neoliberal, não produziu um Estado mínimo, mas um Estado máximo (...) guardião dos movimentos do capital, assegurando-os contra toda a incerteza”.

O Brasil de hoje é aquele onde o neoliberalismo se realiza pela barbárie centrada na figura do presidente espelhando o projeto autoritário para o país e comprometido com a estratégia neoliberal. A realidade brasileira se apresenta em sua extrema desigualdade assinalando as condições de privação do humano visível no plano do cotidiano e do lugar contestada através das manifestações dos mais diversos grupos sociais que ganham centralidade na cena política brasileira.

A crise que vivemos hoje no mundo e de forma mais acentuada no Brasil, se impõe ao pensamento em sua existência real e concreta revelando-se como um problema para a sociedade. Portanto é preciso tornar inteligível as determinações históricas que constroem as estruturas de nossa sociedade profundamente desigual, vivida como privação quase absoluta por parte significativa da sociedade

que caminha perigosamente em direção ao inumano impondo a radicalidade da luta que exige mudanças frente ao projeto neoliberal que se impõe contra o social (refiro-me, aqui, ao processo em que a obra social se opõe ao humano). Por outro lado, é necessário considerar que a produção do espaço recria, atualizando, as formas originárias do processo que está na base da acumulação do capital e das relações sociais capitalistas como o desenvolvimento da propriedade privada da riqueza e as relações de classe que diferenciam o indivíduo na sociedade.

Se ao cabo do regime militar, no Brasil, uma nova Constituição (1988) orienta a vida assegurando direitos sociais negados, as ações do Estado nesta última década, vem destruindo muitas destas conquistas em nome da estabilidade da economia. A política de austeridade, “em nome do mercado” se faz com forte redução dos gastos públicos voltados principalmente as políticas sociais. A EC (Emenda Constitucional) 95 de 2016 (a chamada “emenda do fim do mundo”) é paradigmática do momento atual da acumulação ao impor teto aos gastos públicos, congelando por 20 anos, verbas para educação e saúde.

É assim que, no governo atual, foi possível elevar gastos e investimentos na área de Defesa - um aumento real (acima da inflação) de 22,1% - enquanto a proposta orçamentaria para 2020 diminuía a previsão de verba para gerenciamento de hospitais universitário (com corte de 24%), ou ainda um corte de 3,2 bilhões -entre 2019 e 2020 - para a empresa brasileira de serviços hospitalares. Os gastos declinantes com a saúde, no Brasil, acusaram, só no ano de 2019 em relação a 2018, uma diminuição de 20 bilhões de reais. A esta mudança se associam, desafiando a realização da vida, os cortes nos programas de sociais com a reforma da previdência, a reforma trabalhista flexibilizando contratos, definhamento do crédito para moradia social. A esses elementos, soma-se as mudanças no marco regulatório do petróleo (abrindo a participação do setor privado) e o ataque aos bancos públicos apontadas por Coreia e Loural (2021). Nessa direção, as políticas neoliberais não fazem mais do que diminuir gastos sociais, direcionando os orçamentos e distribuindo desigualmente os recursos.

Os cortes sucessivos impostos pelo modelo neoliberal adotado, esclarece a insistência do governo federal em defender o crescimento da economia em detrimento da preservação da vida em tempos de pandemia instalada num momento em que o sistema de saúde estava sendo desmantelado.

Volochko (2021) assinala que as ações do governo em relação à pandemia

se esclarecem como produto das contradições do capitalismo em sua fase ultraneoliberal (ou de neoliberalismo autoritário de contornos fascistas) atualizando e reorientando o neomalthusianismo, a biopolítica na direção de uma lógica de morte criando o que define de “ajuste demográfico”. Para o Autor, esse ajuste, em curso, revelaria uma “necrodemografia do capital”, ou seja, a demografia da morte orientando as políticas do Estado atualmente, significando o sacrifício necessário de vidas de trabalhadores pobres para que o capital saia vivo da enorme crise provocada pelo isolamento social e pela paralização geral de diversos setores produtivos durante a pandemia. Assim, já não basta a tragédia brasileira da precarização da vida, sendo necessária também a eliminação de vidas daqueles que não têm condições sociais, urbanas, econômicas, dos favelados, dos trabalhadores.

É assim que se pode explicar o Brasil de hoje se defronta com o triste e abominável marco de mais 600.000 vidas perdidas, parte significativa em decorrência das medidas sanitárias realizadas contra a covid19. O presidente é contra vacina, o isolamento social, e o uso de máscaras e a favor – e divulgador- de remédios comprovadamente ineficientes ao tratamento da covid. Com essa atitude, ainda “manda e desmanda” nas políticas do ministério da Saúde, nomeando e destituindo seus ministros. Impõe-se, assim, à sociedade brasileira uma nova forma de luta: a luta pelo direito à vida.

2.1 Políticas que orientam a produção do espaço no movimento da Acumulação do capital

A política do estado Brasileiro tem forte direcionamento espacial sinalizando o papel do espaço na acumulação do capital. Nesse caso é sintomático a fala do ministro do Meio Ambiente na reunião ministerial de 22 de abril de 2020 que diante da oportunidade criada pela pandemia mobilizando a mídia deixava o caminho livre para uma reforma escandalosa, como aquela de desregulamentação e simplificação de leis ambientais tornando-as flexíveis aos negócios. Na realidade, durante a gestão do ministro do meio ambiente um conjunto de ações vão nesta direção inclusive a demissão de fiscais e diretores de empresas estatais discordantes de sua política. Nessa tendência anunciada, houve a) regularização de propriedades rurais em terras indígenas, permitindo a invasão exploração e até comercialização de terras indígenas ainda não homologadas; b) diminuição da distância entre áreas povoadas e aquelas em que ocorrem pulverização do agronegócio; c) flexibilização

das leis ambientais que permitem a expansão da ocupação; d) projeto de demarcação de terras indígenas colocando essa população à mercê dos invasores; e) liberação de agrotóxicos e de sua comercialização; f) leis favoráveis a ampliação das mineradoras em terras indígenas, aliado a exportação de commodities como soja e gado assentados sobre direitos de propriedade no movimento da financeirização. etc. As queimadas na Amazônia¹ assinalam a política do governo federal que causou o enfraquecimento da proteção à floresta e a precarização dos direitos dos povos indígenas locais fato que levou a Anistia Internacional Brasil lançar uma campanha internacional para pressionar o governo a intensificar a proteção dos territórios indígenas e das reservas ambientais.

O projeto "Adote um Parque" é a cara dessa estratégia: ele coloca para a adoção por empresas de 5 milhões de hectares sobrepostos a terras indígenas, ocupando 15% do território da Amazônia, com o discurso de custear a conservação dos parques, contando com investimentos dos bancos Itaú Santander, PNB Paribas, e parceria com a empresa Carrefour abrindo para o investimento espaço em áreas protegidas. Nessa mesma direção formula-se o Programa o Titula Brasil, que, em nome da propriedade, legaliza terras de grilagem.

As imposições de políticas econômicas para atender a elite portadora de frações de capitais a serem reproduzidos, imposta pela transnacionalização da produção, ganha espaço importante no cenário nacional, acompanhada de altos níveis de corrupção e acompanhadas por demissões como aquela do diretor de proteção ambiental do Ibama e servidores que chefiavam as fiscalizações (o cargo ficou nas mãos de um coronel da polícia militar), etc..

Esse processo vai revelando os indícios do sequestro das instituições de Estado em nome do mercado. Uma lógica que é portadora da violência, presente no modo como a centralidade do crescimento se impõe sobre o conjunto da sociedade sustentada por alianças com o poder político varrendo direitos conquistados. Assim, as estratégias das forças hegemônicas reestruturam a ação do Estado em nome do capital e se impõe à sociedade ganhando visibilidade no espaço-tempo da vida cotidiana isto porque o neoliberalismo no Brasil, se faz a favor da reprodução do capital e contra o social.

O foco no crescimento econômica vai se concretizando na prática aumen-

¹Dados divulgados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), os dados mostram que entre agosto de 2019 e julho de 2020 uma área de 11.088 km² de floresta foi perdida – um aumento de 9,5% em relação ao mesmo período do ano anterior.

tando as formas de privação que é acompanhada pela concentração de renda que acompanha a história brasileira se vê agravada pelo modelo neoliberal de desenvolvimento que tem rebatimento direto no modo como essa concentração hierarquiza a sociedade no espaço produzindo a cidade segregada (social e espacialmente). Tal fato explicita-se no modo diferenciado como a pandemia vai se concretizar e evoluir atingindo diferencialmente, a sociedade brasileira.

A pandemia provocada pela covid 19 expõe a realidade em sua crueldade iluminando a crise social que se verticaliza, dramaticamente na proporção inversa àquela da concentração da riqueza. Parcela significativa da sociedade brasileira vive a despossessão. O "direito à vida" básico e universal está em cheque neste momento. Isto é, a desigualdade se amplia, num regime autoritário e anticonstitucional apontando que o que aparece e se realiza no plano do político e dos direitos, é um firme compromisso com o projeto neoliberal² que num momento de pandemia, como o de hoje, se faz contra a vida. Direito básico e universal em cheque hoje, no Brasil.

No plano do cotidiano, a sociedade brasileira, hoje, vive a barbárie – como consequência das ações voltadas " ao mercado" - em suas várias formas. O cenário brasileiro hoje, se transforma com o avanço neoliberal em época de pandemia. O mundo do trabalho se estreita com a flexibilização dos contratos de trabalho que torna o trabalhador refém do empreendedor, com os contratos de zero hora, aumentando a enésima potência o processo de exploração do trabalho que sustenta a vida sob o capital e finalmente com a diminuição do número de empregos – o desemprego atinge hoje mais de 14 milhões de brasileiros, segundo IBGE.

Milhões de brasileiros despencaram para uma situação de extrema pobreza, muitos despejados de suas moradas passam a vagar pelas ruas das grandes cidades como São Paulo – tomada por um mar de barracas abrigando famílias inteiras. O país reingressa no "mapa da fome". Em 2020 19 milhões de pessoas viviam em situação de fome no país, em 2018 eram 10,3 milhões segundo inquérito Nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia³. Reportagens mostram milhares fazendo filas em centros de distribuição, enquanto

2 Os jornais estampavam em 7 de maio de 2021 a ida do presidente ao Supremo com lobistas e empresários para pressioná-los a agirem de acordo com a lógica do crescimento.

3 Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (PenSSan). Agência Brasil. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-04/pesquisa-revela-que-19-milhoes-passaram-fome-no-brasil-no-fim-de-2020>, acesso 31 de agosto 2021

outras revelam as "novas mercadorias" expostas nos supermercados: trata-se de dejetos descartados do processo de produção de refeições como ossos e carcaça de peixe.

Arrematando essa tragédia, a privação de direitos que fundam e orientam as relações sociais (já precários pela condição subalterna da sociedade como reprodutora mecânica) negam a realização da essência humana como resultado da totalidade do processo social criando um quadro de déficit democrático. Essa realidade acentua a privação imposta a vida com o estreitamento da dimensão do humano enraizada na prática cotidiana da indiferença exigindo atenção e mobilização o tempo todo diante dos excessos do governo contra a sociedade.

3- Uma Geografia voltada ao futuro como o negativo do presente

A pandemia com a qual nos deparamos, hoje, reitera e aprofunda a desigualdade social e ilumina o período do "inumano" inaugurado pelo neocapitalismo. Nesse sentido a situação de urgência provocada pela crise social aprofundada na pandemia, convoca a ação. Assim, mesmo com as dificuldades impostas pela pandemia, as pessoas voltam as ruas reivindicando mudanças ou tentando impedir o retrocesso social imposto pela ação do governo federal. São lutas a favor da posicione, contra os despejos, contra os incêndios na Amazônia, contra o marco temporal, contra as reformas da previdência, etc.. As lutas hoje vão sinalizando uma forte determinação espacial. Contestam a dominação e a desposseção que se realizam no espaço, através de sua produção. O acesso e direito aos lugares de realização da vida, sem a qual seria impossível o ato de fazer história, é mediado por uma condição de classe, isto é, pela propriedade concentrada da riqueza nas ações de um grupo de poder. Estes porque detêm a propriedade detêm o poder e o privilégio de definir os rumos do país onde os lucros auferidos ao capital são imensos e naturalizados.

É neste sentido que as lutas sociais se realizam revelando o sentido e o caminho da reprodução do espaço a partir de interesses e jogo de forças diferenciadas. Deste modo, o "espacial" qualifica a luta. O lugar dos movimentos sociais na cena brasileira, em seus diferentes conteúdos, revela esse fato. Alguns denotam a urgência – luta por moradia, por empregos, por serviços; outros colocam em cheque a produção da cidade através do questionamento das políticas urbanas,

e do planejamento que aprofunda as desigualdades; outros ainda por terra no campo, etc.. Os conflitos no espaço desmascaram a lógica das políticas públicas que aprofundam a segregação através do direcionamento dos investimentos e a construção da infra-estrutura provocando valorização diferenciada dos lugares. O que significa que o espaço aparece como momento necessário ao ciclo de acumulação. Em sua missão e negatividade, os movimentos contestatórios revelam em maior ou menor grau o momento crítico.

Há, assim, um apelo de urgência no cotidiano onde se situam a formas insurgentes de solidariedade. A urgência vivida convoca a ação contra a estratégia desencadeada pelas obrigações com o projeto neoliberal que se realiza em detrimento da vida. Esta ação tem iluminado a construção de um projeto associado ao pragmatismo – pois a condição da urgência exige a solução aqui e agora. Os esforços se voltam na necessidade de construir respostas no curto prazo.

Todavia, lutar contra a ordem existente obriga-nos a nos debruçar sobre a compreensão do mundo, de nossa realidade sob a gestão neoliberal e o lugar e sentido da produção social do espaço no processo de acumulação – como parte constitutiva da problemática do mundo moderno que se constitui como urbano em sua determinação espacial.

Dialetizada, o foco na urgência entra em contradição com o desejo de uma vida digna que é incompatível com o que vivemos, esboçando—se a necessidade de pensar um outro mundo como o negativo do capital. Deste modo o desejo entra em contradição com o capital. A superação dessa contradição orienta o pensamento em direção a utopia como ato intrínseco ao conhecimento como o negativo do capital, em sua radicalidade. O projeto de mudar a vida, tem como base a compreensão dos fundamentos das condições de opressão que vem do ato de investigar. Nesse sentido a Geografia ganha dimensão política em seu compromisso de mudança social, radical.

Assim a dialética contrapõe indissociavelmente dois tempos: Aquele do presente como aquele da urgência provocada pela destruição das condições de opressões diárias que luta por direitos onde é preciso resistir às forças do capital e sua institucionalização como política. Aquele do devir onde o enfrentamento radical sedimenta o caminho da utopia – de construção de um outro mundo, impossível, hoje, possível, amanhã. Portanto o tempo do futuro é radicalmente, outro do capital.

4. Se é possível concluir: questionando conceitos para pensar o futuro

O conhecimento crítico e radical contempla a utopia. Esta por sua vez, traz a exigência de um projeto de mudança calcado na compreensão do mundo como aqui apontado. Tal ideia se desdobra na necessidade teórica. Aqui se localizam os conceitos que se formulam na prática. Nesse sentido e, sob o prisma de uma geografia crítica, o acento da investigação é o esclarecimento das contradições do mundo moderno que se clarificam como contradições do movimento do processo de produção social do espaço assinalando a produção de uma sociedade urbana, cada vez mais desigual. Essa situação nos obriga a questionar as raízes e fundamentos daquilo que produz a privação do humano não separada da deterioração ambiental, por exemplo, mas encoberta pelo discurso da preservação.

A Geografia se confronta, assim, com um outro desafio: o conhecimento geográfico se fez produzindo um vasto campo cego que levanta barreiras à compreensão dos fundamentos da desigualdade e, com isso esvazia o projeto de mudança social. Isto porque o conhecimento serve para propor mudanças nas políticas públicas e na construção de projetos baseados na intervenção do Estado. Nessa direção a transformação se realizaria domando o capital sem, mas submetido a sua lógica. Neste horizonte aposta-se no capital como modelo civilizatório.

No plano teórico que sustenta essa via a compreensão do mundo é sustentada por um arcabouço conceitual criador do que estou chamando de "campo cego", na medida em que não chega à raiz da compreensão da realidade naquilo que se levanta como barreira a realização do projeto humano. Cito aqui alguns conceitos importantes da construção desse campo cego que desvia o ato de conhecer dos pilares sobre os quais se realiza a desigualdade iluminando as contradições: a) **conceito de meio ambiente** ganhando centralidade, na investigação, sobre àquele de produção do espaço. Todavia tal conceito naturaliza as relações sociais e destitui a sociedade de sua produção: cega-se o conteúdo do espaço como produto de uma sociedade desigual determinada historicamente. Nessa direção a luta é pela preservação da natureza criando projetos de preservação, por dentro do Estado; b) o **conceito de vulnerabilidade** pontuando a situação de pobreza identificando os grupos nesta situação. Definem assim os expulsos da terra e dos lugares da vida, os que passam fome, os que habitam as periferias. Fica fora da compreensão o fundamento que identifica a parcela significativa da sociedade

expropriada e despossuída das condições de vida pela existência da propriedade privada que define os modos de uso e os acessos aos espaços-tempo da vida. Nesse sentido o conceito de vulnerabilidade gera política assistência a esse grupo sem referência à existência da diferenciação da sociedade em classe social que os diferencia dos portadores de riqueza, logo de poder; c) o **conceito de sustentabilidade**, em sua potência significa eliminar os pontos de tensão em direção a uma homogeneidade do real capaz de fazer o capitalismo fluir “aparando arestas”, sob o comando do Estado. Aqui a estrutura imobiliza o movimento em direção ao futuro; d) o **conceito de cidade** como palco da atividade humana ou sujeito da ação, pontua a investigação urbana. Como palco sobre o qual se desenrola a vida cotidiana e nesta condição, a cidade é passível de ser representada num mapa. Esta compreensão reduz a cidade à sua materialidade prestando-se, portanto, a manipulações formais como a construção de modelos estatísticos e mapas que encobrem os usos sociais da cidade. Como sujeito da ação, a cidade decide sobre seu futuro pois tem vontade própria, ignora-se nesta compreensão, a sociedade de classes como sujeito histórico produtor de cidades (como forma espacial). Encobre-se as disputas entre grupos de poder político-econômico diferenciados responsáveis pelas desigualdades vividas na cidade. Desta compreensão associa-se outro conceito importante que é aquele de **segregação sócio-espacial** tratada como apartamento e separação das pessoas no espaço ocultando a propriedade privada da riqueza, como fundamento da expropriação que define o lugar de cada um no espaço.

Esses conceitos reunidos sintetizam um projeto de sociedade que restitui o capitalismo, criando condições de sua manutenção, contra a utopia que conduz à negação radical do mundo forjado pelo capital. Entre o tempo presente da urgência vivida e o tempo do devir, há todo um campo a ser preenchido pela construção de uma sociedade democrática onde a conquista de direitos que permitam a realização de uma vida digna. Aqui a democracia que se encerra no presente como fim último deve ser trajeto.

Portanto, a necessidade posta hoje para a Geografia: é aquela da exigência de uma teoria crítica do capitalismo em seus fundamentos reprodutores da desigualdade tendo por horizonte a totalidade social, superando a especialização disciplinar bem como o projeto emergencial pragmático e assistencialista que necessário hoje, diante da urgência vivida pela barbárie a qual estamos submetidos,

é insuficiente para sustentar um projeto utópico de uma revolução total contra o capital. A crítica radical é aquela que pensa o fim, agitação absoluta, revolução total. Uma reflexão que anuncia o fim da sociedade de classes, da política do Estado e do próprio Estado. Impossível hoje, possível amanhã, como aponta Lefebvre em várias obras.

Referências Bibliográficas

- Alves, G.A (2020). **A resistência cotidiana no capitalismo com (e sem) a COVID 19 in Le monde diplomatique**, 13 de julho. Recuperado em 28/10/2020 <https://diplomatie.org.br/edicao/edicao-13/>
- Antunes, Ricardo, **Uberização, trabalho, digital e indústria**. Boitempo, São Paulo, 2020.
- Avritzer, L, Kerche, F, Morona, M, (org) **Governo Bolsonaro,:** retorcimento democrático e degradação política, Ed. Autêntica, Belo Horizonte, 2021
- BENSAÏD, Daniel. **Cambiar el mundo**. Madrid: Catarata, 2004.
----- Les despossédés. Paris: La fabrique éditions. 2007.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri , **A condição espacial**. Contexto, São Paulo, 2011
- CARLOS, Ana Fani Alessandri e ali (Org.). **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto. 2015.
----- **La ciudad como privación y la reapropiación de lo urbano como ejercicio de la ciudadanía**. Actas del XIII Coloquio Internacional de Geocrítica – El control del espacio y los espacios de control, Barcelona, mayo de 2014, pp. 1-15. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2014/Ana%20Fani%20Alessandri%20Carlos.pdf>>. Acesso em: 13 de agosto de 2016.
----- **Seriam as cidades rebeldes?** In geografia Urbana: cidades, revoluções e injustiças: entre espaços privados, públicos, direto à cidade e comuns urbanos, Ed. Consequência, Rio de Janeiro, 2020

- **O eclipse da cidade e os sem direitos**, in le monde diplomatique, 29 de abril. Recuperado em 28/10/2020 <https://diplomatique.org.br/o-eclipse-da-cidade-e-os-sem-direitos/>
- **As faces da desigualdade socioespacial iluminadas pela crise da COVID19** in Ensaios, IEA – Instituto de estudo Avançados da USP, Recuperado em 28/10/2020 <http://www.iea.usp.br/publicacoes/ensaios/as-faces-da-desigualdade-social-iluminadas-pela-crise-da-covid-19>
- (org) COVID-19 e a crise urbana, (2020). Editora FFLCH- USP edição eletrônica, Portal de Livros da USP Recuperado em 28/10/2020 <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/471>
- CEPAL, (2020) **El desafío social en tiempos del COVID-19** Informe especial COVID-19, nº3 Naciones Unidas CEPAL-20 de mayo.
- Chade,J (2020) **Pandemia: Relator da ONU critica Bolsonaro e pede moratória em despejos**. Recuperado em 5 de outubro. <https://noticias.uol.com.br/columnas/jamil-chade/2020/07/09/pandemia-relator-da-onu-critica-bolsonaro-e-pede-moratoria-em-despejos.htm?cmpid=copiaecola>
- Fischbach, Franck. **La privation de monde: Temps, espace et capital**, Librairie Philosophique J. Vrin, Paris, 2011
- MARX, Karl. (Marx, **El proceso de p´roducción del capital**, Tomo 1, volume1, El capita, Siglo Vientiuno, México, 1975)
- Miséria da Filosofia**. Trad. José Paulo Netto. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982.
- **A questão judaica**. São Paulo: Centauro, 2005.
- Mascaro, **A. Crise e Golpe**. Ed. Boitempo, São Paulo, 2018
- Oliveira, Francisco. **Brasil: uma biografia não autorizada**. Ed Boitempo, São Paulo, 2018
- PACHUKANIS, Eugeny. **Teoria geral do direito e marxismo**. Trad. Silvio Donizete Chagas. São Paulo: Acadêmica, 1988.
- Saad Filho, Alfredo, e Morais, Lécio, **Brasil neoliberalismo versus democracia**. São Paulo, Boitempo, 2018
- Santos, Milton, **Por uma nova Geografia**, Editora Hucitec, São Paulo, 1982.
- Santos, C.R.Simoni **A Covid-19 e o direito à cidade dos pobres no Brasil em COVID19 e a crise urbana**. Editora FFLCH- USP edição eletrônica. Recuperado em 28/10/2020 Portal de Livros da USP <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/471>
- Volochko, D. **O cotidiano dos pobres não pode parar: a pandemia e a necrodemografia do capital, COVID19 e a crise urbana**, Editora FFLCH- USP edição eletrônica. Recuperado em 28/10/2020. Portal de Livros da USP <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/471>

CIDADE INTELIGENTE E PRODUÇÃO DA MISÉRIA NO RIO DE JANEIRO: DOIS ASPECTOS, ÚNICO PROCESSO

Regina Tunes

*Universidade do Estado do
Rio de Janeiro (UERJ) – Campus Maracanã*
regina.tunes@uerj.br

Introdução

O tema geral do XIV ENANPEGE, *A Geografia que fala ao Brasil*, foi o primeiro norte que orientou a escrita desse texto para a mesa redonda do evento. A preocupação em analisar, entender, levantar questões sobre o país e que falem, de fato, com a sociedade brasileira em toda a sua complexidade e diversidade é fundamental no atual momento em que a modernização capitalista se traduz, cada vez mais claramente, em perversidades.

A perversidade, marca da globalização como Milton Santos (2001) já apontou, alcançou níveis e expressões inimagináveis no Brasil: a partir de uma política genocida, atingimos ao final de 2021¹ mais de 600 mil vidas perdidas pela Covid, de cortes cada vez mais

¹ Assunto amplamente divulgado e discutido pela sociedade brasileira ao final de 2021. Pode ser conferida, dentre outras opções de reportagem, no link abaixo: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/pontopoder/congresso-aprova-corte-de-92-de-recursos-para-a-ciencia-a-pedido-do-ministerio-da-economia-1.3145668>. Acesso em 10/01/22.

substanciais nas verbas de pesquisa que asfixiam os pesquisadores do país - 92% do orçamento da C, TGI foi cortado no mês de outubro de 2021 -, do aumento do desemprego, da pobreza e da miséria que é notório em praticamente qualquer cidade brasileira. Ainda precisamos refletir muito sobre a perversidade de que num ano que a ciência nos salvou, com orientações claras sobre as restrições sanitárias e com a vacina, com participação importante da ciência brasileira e da Geografia, a política atual brasileira a asfixia uma vez mais. Há muito para debater sobre essa aparente contradição.

Para os propósitos desse texto, a Geografia que fala ao Brasil quer chamar a atenção para a importância do debate sobre a cidade e o urbano no país. Não a cidade reificada, apenas como materialização, como forma, ainda que nunca acabada e em eterno movimento. E não apenas o urbano o considerando ora apenas do ponto de vista estatístico a contar a porcentagem da população que vive em cidades e nem como categoria da prática que a entende a partir de seus significados cotidianos e ideológicos.

O debate sobre a cidade e o urbano que precisa ser dialogado com a sociedade brasileira parte do entendimento de que importa entendê-las a partir de suas essências constitutivas, ou seja, "os diversos processos por meio dos quais o urbano é produzido – seja como fenômeno, condição ou cenário" (BRENNER, 2018, p.278).

Entender a essência constitutiva da cidade e do urbano no Brasil na contemporaneidade passa, de início, pela consideração do que é nuclear e pressuposto do entendimento da geografia da urbanização contemporânea.

A primeira é a complexidade do fenômeno urbano e as transformações brutais, verdadeiras metamorfoses como aponta Sandra Lencioni (2013) do processo de urbanização e do urbano nesse novo século. O fenômeno urbano é maior, alcança a escala e é formadora de regiões. E é também diferente, possui uma natureza distinta. Essa diferença guarda estreita relação com a reestruturação do capital, em que o complexo financeiro-imobiliário assume uma posição hegemônica, em detrimento do industrial.

Diversas expressões têm sido utilizadas para dar conta de entender esse novo momento. Pedro Toro (2016) em um grande esforço enumera quase meia centena delas que obviamente não vamos citar. O importante a entender aqui é que se novas expressões e conceitos são criados é porque há algo de novo a ser explicado.

Nessa nova fase, denominada nesse texto de metropolização regional (Lencioni, 2015), mas que poderia ser chamada também de urbanização metropolitana (Soja, 2013) ou urbanização extensiva (Brenner, 2018), a sociedade urbana apontada como virtual por Lefebvre ([1970] 2019) se concretiza e dá origem a uma verdadeira planetarização do urbano.

No bojo dessa metamorfose do processo de urbanização, ainda que o novo seja um elemento marcante (novo urbano, uma nova fase, um novo momento), a diferença também o é. E a diferença, que se desdobra em desigualdade (nesse caso, já que essa é uma diferença que tem uma origem social), não tem nada de nova. É parte constituinte da construção da ideia de urbano no Brasil a evidência das heterogêneas paisagens do capitalismo.

O que nos coloca um grande desafio, enquanto ciência, para falar ao Brasil desse processo, buscar chaves de leitura, conceitos que iluminam e contribuam para o entendimento desse movimento da realidade. Ainda que o entendimento apenas não baste, como nos lembra Karl Marx, ele é o primeiro passo, pré-requisito, para a transformação da sociedade.

O segundo norte do texto foi o título proposto pela Comissão Científica para a mesa. “A cidade e o urbano no Brasil: da produção da miséria ao ícone da Cidade Inteligente” nos conduz, num primeiro momento, a pensar em coisas diferentes, como se fossem uma contradição formal: a miséria e a inteligência na produção do espaço, como dois e como opostas. Porém, a reflexão mais aprofundada nos levou a compreender que a melhor interpretação é aquela a partir de uma contradição dialética, em que apenas na aparência, na superficialidade, elas são opostas.

Assim, se a ANPEGE nos convida a pensar uma Geografia que fala ao Brasil, o objetivo desse texto, em específico, é discutir que a compreensão da produção do espaço, no contexto da metropolização regional, evidencia um imbricamento entre o projeto de uma Cidade Inteligente com a produção da miséria.

Dito de outra forma, não são duas coisas diferentes. Esse contraste é apenas aparente, já que revelam um movimento, único processo: o de que as condições de reprodução do capital produzem e criam um espaço em que, ao mesmo tempo e de forma conflitiva, é pretensamente inteligente e verdadeiramente miserável.

“Um processo com dois aspectos[...] os dois aspectos deste processo, inseparáveis, têm uma unidade, e, no entanto, o processo é conflitante” (LEFEBVRE, [1970] 2019, p. 16). Daí se justifica a pequena transgressão no título do texto em

relação a proposição da mesa: **Cidade Inteligente e produção da miséria no Rio de Janeiro: dois aspectos, único processo.**

Para esse debate o texto está dividido em 2 partes, além dessa introdução e das considerações finais. Na próxima sessão discutiremos como o modelo² de gestão urbana inteligente se apresenta, buscando evidenciar, a partir da análise do Rio de Janeiro, a origem e a relação do modelo de gestão urbana inteligente com a produção do espaço no contexto da metropolização regional. Nessa parte o objetivo é problematizar como as empresas de tecnologia e os gestores públicos apresentam a Cidade Inteligente como uma solução para os problemas urbanos contemporâneos.

A terceira parte do texto parte para uma desconstrução dessa conexão direta entre o modelo da Cidade Inteligente e a melhoria e solução de problemas urbanos. O debate proposto aponta que para entender essa aparência neutra e fetichizada de Cidade Inteligente é necessário discutir criticamente a tríade em que esse modelo se baseia: o conhecimento, a tecnologia e a inovação que são as bases para o que vem sendo denominado de capitalismo cognitivo ou do conhecimento.

Ao final, nas considerações, recupera-se parte do debate desenvolvido retomando e justificando como o ícone da Cidade Inteligente e a produção da miséria, longe de serem dois processos distintos, estão totalmente relacionados.

O modelo da Cidade Inteligente como ele se apresenta

O município do Rio de Janeiro passou a fazer parte das cidades consideradas Inteligentes em 2010 quando o então prefeito, Eduardo Paes, fechou uma parceria com a empresa global IBM para instalação e funcionamento do Centro de Operações do Rio (COR).

O COR, situado no bairro da Cidade Nova e bem ao lado do edifício da Prefeitura do Rio de Janeiro (espelhado ao centro da imagem), como podemos ver na imagem abaixo (identificada com a seta), reúne as operações de gestão e organização dos dados extraídos da cidade para a definição de soluções para os problemas urbanos cotidianos. No mesmo edifício funcionam mais de 30 órgãos da secretaria res-

² Utilizamos a expressão "modelo de gestão urbana inteligente" como sinônimo de Cidades Inteligentes ao longo do texto. O uso da palavra modelo tem a intencionalidade de evidenciar o aspecto comum, homogêneo do projeto de Cidades Inteligentes que desconsidera as fragmentações e hierarquizações dos espaços urbanos.

ponsáveis pelo monitoramento das condições de mobilidade urbana, acompanhamento das mudanças no tempo atmosférico, previsão de acidentes e catástrofes urbanas, acompanhamento das áreas de encostas e morros, monitoramento de algumas ruas e avenidas importantes a partir de câmeras, controle da iluminação pública de algumas áreas da cidade, dentre outras atividades.

Imagem 1 – O COR como ícone da Cidade Inteligente do Rio de Janeiro



Fonte: <https://prefeitura.rio/planejamento-urbano/projeto-que-regulariza-imoveis-construidos-dentro-da-lei-ja-esta-em-vigor/>. Acesso em 10/10/21.

O caso do Rio é um exemplo bastante paradigmático da origem desse tipo de modelo de gestão urbana e, mais importante do que isso, da relação com elementos da produção do espaço no contexto da metropolização regional (Lencioni, 2015). Sobre este último ponto, que será mais bem desenvolvido na terceira parte do texto, importa discutir os agentes, os interesses e os sentidos em disputa envolvidos nesse modelo de gestão urbana.

Em relação a origem, em 2010, uma das muitas catástrofes urbanas impactou severamente o município do Rio de Janeiro, assim com a Região Metropolitana, e ficou conhecido como o Dia em que a Cidade Parou³. Uma forte chuva alagou parte considerável da cidade, paralisando completamente o movimento da vida cotidiana. Em Niterói, município da RMRJ, o deslizamento do Morro do Bumba matou 47 pessoas e destruiu inúmeras habitações. De acordo com registros meteorológicos

³ Jornal O Globo, 06.04.2010, disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/coberturas/enchentes-no-rio-2010/o-dia-em-que-o-rio-de-janeiro-parou/>. Acesso em 26.01.22.

noticiados pela mídia local, as chuvas do início do mês de abril de 2010 foram as maiores dos últimos 44 anos.

Ainda que o índice pluviométrico registrado em abril tenha superado historicamente os predecessores, o fenômeno em si – fortes chuvas associadas a enchentes e tragédias urbanas – não teve nada de original. Tal situação, em especial no verão, é recorrente no Rio de Janeiro e na região metropolitana, fato que pode ser evidenciado pelo conjunto da imagem 2.

Imagem 2 – Manchetes sobre as enchentes no Rio de Janeiro



Fontes: Capa 1: jornal Última Hora, 11 de janeiro de 1966. Disponível em: <https://memoria.etc.com.br/noticias/meio-ambiente/2015/12/pior-enchente-do-rio-de-janeiro-completa-50-anos>. Acesso em 10.12.21. Capa 2: Jornal O Globo, 09 de janeiro de 1998. Disponível em: <http://memoria.oglobo.globo.com/jornalismo/premios-jornalisticos/o-rio-em-colapso-9886820>. Acesso em 10.12.21. Capa 3: jornal O Dia, 16 de fevereiro de 2018. Disponível em: <https://www.vercapas.com.br/edicao/capa/o-dia/2018-02-16/>. Acesso em 10.12.21.

Importante relembrar, para entender o contexto da catástrofe de 2010 e relação com a implementação do modelo de gestão urbana conhecido como Cidade Inteligente, que o Rio de Janeiro, nesse momento, já se preparava para a organização dos megaeventos. Os Jogos Panamericanos já tinham ocorrido em 2007 e a cidade se preparava para ser uma das sedes da Copa do Mundo 2014 e a sede do Jogos Olímpicos de 2016.

Nesse bojo desses acontecimentos, a enchente e todos os problemas e tragédias que se sucederem, evidenciaram a ausência de planejamento urbano e a lentidão dos gestores públicos de responderem a um cenário crítico como esse, o que impulsionou diversas críticas ao prefeito e à falta de condições de organização de eventos de grande magnitude como os esportivos que estavam para acontecer.

Foi nesse cenário, e como uma resposta às críticas, que o então prefeito do município do Rio de Janeiro, fechou a parceria com a IBM para a implementação do modelo de gestão urbana conhecido como “Cidade Inteligente”, expressão esta que no original em inglês – *Smarter City* – passou a ser de propriedade intelectual da IBM a partir de 2011.

Esse contexto da origem da Cidade Inteligente do Rio de Janeiro é interessante e tem estreita relação com diversas outras propostas semelhantes porque a justificativa, na maior parte dos casos, para a implementação desse modelo é que a tecnologia empregada e os inovadores instrumentos de monitoramento têm a capacidade de contribuir na resolução de problemas cotidianos das cidades, como os das enchentes.

Ao menos é isso que a empresa IBM apresenta no seu sítio eletrônico ao oferecer uma série de infraestruturas, serviços e soluções de gestão da cidade com o intuito de colaborar na transformação no ambiente metropolitano interconectado e inteligente⁴, como a imagem 3 apresenta.

Imagem 3 – O modelo de Cidade Inteligente da empresa IBM



Fonte: <https://www.ibm.com/ibm/history/ibmi00/us/en/icons/smarterplanet/transform/>. Acesso em 09.10.22

Além da IBM, outras grandes empresas globais de tecnologia, como a Cisco e a Google, veem desde a década de 1990 desenvolvendo e oferecendo um conjunto

⁴ Disponível em <https://www.ibm.com/ibm/history/ibmi00/us/en/icons/smarterplanet/transform/>. Acesso em 22.01.22.

de softwares de monitoramento e extração de dados sobre as cidades com o intuito de auxiliar o estabelecimento de políticas públicas.

O que se percebe, na maior parte das discussões sobre Cidades Inteligentes⁵ e na imagem 3, é a mobilização de tecnologia através de sensores eletrônicos que captam dados em tempo real nas cidades e estão conectadas em rede a grandes centrais de visualização e tratamento desses dados.

O que empresas e gestores públicos comprometidos com esse modelo urbano anunciam é que esse aparato tecnológico inteligente é capaz de gerar uma transformação significativa na vida urbana ao promover bem-estar, qualidade de vida e desenvolvimento.

Novamente o exemplo do Rio de Janeiro é interessante para finalizar e conectar essa segunda parte do texto, de apresentação de como a Cidade Inteligente é aparentemente, com a próxima que discute mais profundamente os elementos desse modelo buscando desmascarar essa aparência. A observação da imagem 2, em especial a terceira manchete de jornal, nos provoca a iniciar a reflexão sobre a real capacidade desse modelo de gestão urbana contribuir, de fato, na resolução de problemas urbanos. A edição desse jornal é do dia 16 de fevereiro de 2018, 8 anos após a implantação do modelo inteligente e as enchentes, assim como as do ano de 2022, seguem sendo uma realidade cotidiana na vida do cidadão carioca.

Crítica à retórica da Cidade Inteligente

O último parágrafo da sessão anterior já anunciou, de certa forma, a abordagem central dessa terceira parte do texto que pretende contestar a conexão direta entre o modelo de Cidade Inteligente e a ideia sugerida pelas empresas e gestores públicos de bem-estar, qualidade de vida e desenvolvimento para a sociedade que vive nessas cidades.

O objetivo desse debate é evidenciar que o modelo de gestão urbana inteligente que vem sendo multiplicado em diversas cidades, para além simplesmente de um pretenso compromisso alegado pela gestão pública de resolução de problemas urbanos, precisa ser compreendido de forma mais abrangente como parte do processo de urbanização capitalista. E, como tal, deve partir do entendimento de

⁵ A partir de um extenso levantamento bibliográfico, Dallabrida (2020) apresenta uma série de diferentes conceituações sobre Cidade Inteligentes utilizadas em pesquisas na área e em políticas públicas.

que o espaço, e as condições de produção dele, foram incorporados nos circuitos de valorização do capital.

Henri Lefebvre ([1970] 2019) já chamou a atenção para esse fato, na década de 1970, ao afirmar que

[...] o capitalismo parece esgotar-se. Ele encontrou um novo alento na conquista do espaço, em termos triviais na especulação imobiliária, nas grandes obras (dentro e fora das cidades), na compra e venda do espaço. E isso à escala mundial. (...) A estratégia vai mais longe que a simples venda, pedaço por pedaço, do espaço. Ela não só faz o espaço entrar na produção da mais-valia, ela visa uma reorganização completa da produção subordinada aos centros de informação e decisão. ([1970] 2019, p.142)

Lefebvre ([1972] 2016) destacou ainda que, em termos de estratégia para incorporação do espaço como mercadoria, a burguesia, enquanto classe dominante, dispõe de um duplo poder sobre o espaço. O primeiro é a propriedade privada do solo e, como se sabe, é um elemento fundamental da produção do espaço contemporâneo⁶. O segundo, que nos importa mais nesse texto, é através do que autor chamou de globalidade, ou seja, do conhecimento, da estratégia, da ação do Estado propriamente dito.

Dentre as estratégias de domínio da produção do espaço por parte da classe dominante, nas suas diferentes frações do capital, está a de instituir uma lógica única à produção do espaço, lógica esta que, como bem lembra Lefebvre ([1972] 2016), tende a mascarar as contradições do espaço ao impor um discurso único de eficiência e organização.

A Cidade Inteligente, enquanto uma ação estratégica do Estado em parceria com o capital dominante, evidencia, e é esse o argumento que pretendemos de-

⁶ Não aprofundaremos esse ponto no texto, mas é importante registrar que há uma relação também com as Cidades Inteligentes que pode ser mais aprofundada em outro momento. No Rio de Janeiro essa relação é evidente através de diversas estratégias do Estado de reurbanização de áreas degradadas no centro da cidade através de incentivos e concessões dessas áreas ao capital financeiro-imobiliário. Algumas dessas estratégias destacam as questões que envolvem tecnologia e inovação. A mais recente é o programa Reviver Centro que pretende atrair novos empreendimentos imobiliários para o centro e zona portuária da cidade definindo áreas que, no projeto, se transformarão em hubs de tecnologia e em distritos inovadores.

envolver nessa parte do texto, uma estratégia de dissimulação das contradições do espaço. O discurso único de eficiência, organização e de resolução dos problemas cotidianos da vida da cidade se sobrepõe e obscurece a realidade.

Esse discurso único, no contexto do denominado capitalismo cognitivo ou do conhecimento (VERCELLONE, 2011; GORZ, 2005), se concretiza no fetiche contemporâneo de que a tríade tecnologia, conhecimento e inovação levam inevitavelmente ao progresso de forma homogênea e tem a capacidade de resolução de todos os tipos de problemas sociais.

É inegável que essa tríade é parte fundamental do cotidiano da sociedade no atual momento, assim como é basilar também nas relações sociais de produção. No entanto, ainda que nucleares para a vida em sociedade do século XXI, e isso ficou particularmente evidente na pandemia de Covid-19, entendemos que é fundamental enxergá-la distante de perspectivas neutras e determinantes, as entendendo também como parte importante das estratégias de dissimulação das contradições sociais e do espaço.

O descortinar do discurso fetichizante que essa tríade possui passa, para nós, pela discussão de cada um dos elementos da tríade. Como uma tríade, o sentido se revela mais claramente na relação entre eles, mas, em um esforço didático, sintetizado na figura 1, vamos isolá-los para aprofundar cada um dos termos e evidenciar as máscaras que os dissimulam para, enfim, recompormos em essência.

Figura 1 – O Fetiche da tríade da Economia do Conhecimento



Organização da autora

7 E a partir dessas perspectivas as mais recentes como capitalismo de plataforma (SRNICEK, 2017), plataformismo (MORAES, 2020), era do conhecimento (DOWBOR, 2020), economia do conhecimento (DINIZ; GONÇALVES, 2005), dentre outras expressões que revelam algo de novo, ainda que sem rupturas ao processo de valorização do capital. Essas diferentes expressões para revelar o momento atual das relações do capital estão melhor desenvolvidas em outras duas publicações (TUNES, 2019 e TUNES, 2020).

No contexto do capitalismo cognitivo, o conhecimento, como tem sido amplamente discutido, adquire a dupla característica de força produtiva e mercadoria. Essa dupla característica, que não vamos entrar no debate aprofundado aqui, deu ao conhecimento, como aponta Oliveira (2005), um *status* de algo superior ou qualitativamente melhor do que outras experiências.

É nesse sentido, de diferenciação do que é padronizado e corriqueiro, que o termo conhecimento é mobilizado nos projetos de Cidades Inteligentes. Na verdade, há aqui dois pontos que precisam ser esclarecidos sobre a ideia de uma gestão que mobiliza o conhecimento para a resolução de problemas urbanos.

O primeiro a considerar é que essa dupla característica do conhecimento (força produtiva e mercadoria) e esse status diferenciado, no atual momento, não serve para o conhecimento em si, mas sim para uma aproximação entre ele e a tecnologia. Oliveira (2005) o denomina de tecnologização da ciência em que “as aplicações da ciência, sua capacidade de gerar tecnologias, é cada vez mais valorizada, em detrimento do seu valor intrínseco, do conhecimento como um fim em si mesmo” (OLIVEIRA, 2005, p.5-6). Assim não é todo o conhecimento que importa e sim apenas aquele que pode ser aplicado e útil no processo de valorização do capital.

O segundo ponto, e esse é bem importante para entender a proposta de gestão inteligente que está sendo analisada aqui, é que nesse modelo de gestão urbana há uma confusão entre informação e conhecimento. O que a Cidade Inteligente produz, a partir da mineração de dados⁸, são informações sobre o cotidiano da vida nas cidades. Informação é uma mensagem que comunica algo a partir do levantamento de uma dada realidade. Apenas o levantamento da informação não permite a transformação dessa realidade, assim é necessário que essa informação seja tratada, analisada, discutida para, a partir de processos planejados e organizados, se transformar em conhecimento adquirido para ser mobilizado na resolução de problemas.

No caso do COR, no Rio de Janeiro, o que é evidente nas ações desse centro de operações é o monitoramento da situação em tempo real para o levantamento de

⁸ Mineração de dados é uma técnica de análise que utiliza grandes volumes de dados e de diferentes fontes e formatos para a extração de informações relevantes referentes a um determinado objetivo.

dados e informações. Insistimos uma vez mais, apenas isso, a extração do dado, não tem a capacidade de transformação da realidade.

Um exemplo do cotidiano do Rio de Janeiro pode ajudar a entender melhor esse ponto. Uma das ações do COR é o monitoramento das condições atmosféricas da cidade. Quando há a previsão de algum evento adverso, como chuvas fortes ou tempestades, o COR emite um alerta que chega ao cidadão carioca via mensagem de texto no telefone celular.

Por um lado, o aviso é importante para o planejamento dos deslocamentos na cidade em dias de tempestades evitando áreas que são corriqueiramente alagadas, mas, por outro, ao enviar o alerta, a prefeitura, primeiro, transfere ao cidadão a responsabilidade de se manter seguro em condições adversas e, segundo, apenas a comunicação da informação do tempo é insuficiente para a resolução do problema das enchentes. Até porque a resolução dessa questão passa longe do acesso a informação das condições atmosféricas e está muito mais relacionado com a precária infraestrutura urbana de drenagem das águas da chuva, ponto este que não é sequer indicado como relevante no modelo de gestão inteligente da cidade.

O segundo elemento da tríade, a inovação, pode ser considerado, de diversas formas, a palavra de ordem da Cidade Inteligente e de diversas outras políticas públicas nos últimos tempos. Antes de chegar no âmbito da gestão pública, a inovação passou também a ser o léxico preferencial da iniciativa privada através de diversas estratégias inovadoras que buscam evidenciar o grau de novidade de um determinado produto.

André Gorz (2005) faz uma provocação interessante sobre o grau de novidade de uma série de produtos de grandes empresas globais. O que o autor questiona é que, muitas vezes, esse grau de novidade, ainda que existente, é supervalorizado ou até mesmo fictício, sendo "necessário construí-lo, ao preço de investimentos importantes em marketing e em campanhas publicitárias recorrentes...dotando os produtos de uma identidade distinta e de qualidades alegadas" (GORZ, 2005, p.45).

Como ocorreu de forma sequencial ao âmbito empresarial, a inovação nas políticas públicas tem uma forte correlação com o setor privado "de onde emanariam referências e pressões que incidiram sobre a estrutura a organização e a gestão do setor público" (ALGEBAILÉ et al, 2020, p.263).

Essas referências e pressões do setor privado, especialmente a partir das premissas de competitividade e produtividade, nas políticas públicas de gestão do espaço urbano levaram ao próprio questionamento da capacidade do Estado de se manter como protagonista das decisões referentes ao planejamento urbano, o que foi usado como justificativa para a maior participação do capital privado nessas iniciativas a partir das parcerias público-privadas (PPP)⁹.

Essa maior participação do capital privado nas decisões que envolvem a gestão urbana, que se traduz na proliferação de PPPs, evidencia o que David Harvey (1996) denominou empresariamento urbano que se sobrepõe ao gerenciamento urbano e é uma evidência da adesão das políticas públicas ao léxico neoliberal.

Além disso, assim como ocorreu no âmbito privado destacado anteriormente por Gorz (2005), as estratégias de marketing foram e são ainda centrais para o convencimento de que determinadas políticas públicas, como a da Cidade Inteligente, apresentam um grau elevado de diferenciação e que, por serem inovadoras, são melhores e tem maior capacidade de resolução dos problemas da realidade.

Além da dimensão do marketing que a Cidade Inteligente possui, outro ponto importante sobre a relação entre Cidade Inteligente e inovação é o que David Harvey (2016) denominou de cultura capitalista da inovação. O autor usa essa expressão para se referir ao fato de que há hoje um vasto campo empresarial de invenção e inovação tornando “[...] um grande negócio, não necessariamente ‘grande’ no sentido de múltiplas empresas, muitas delas de risco e startups que exploram a inovação pela inovação” (HARVEY, 2016, p.96).

Harvey (2016) chama a atenção, ao se referir a cultura capitalista da inovação, ao fato que diversas inovações, para além do produto ou serviço que é criado, cria também um mercado próprio. No caso das Cidades Inteligentes é interessante evidenciar o quanto esse modelo de gestão urbana deu origem a um grande negócio que movimenta interesses de diversas empresas privadas através de feiras, congressos, publicações, consultorias para a gestão pública, dentre outras atividades.

De fato, o mercado de produtos e serviços relacionados à Cidade Inteligente apresenta números impressionantes. Segundo dados publicados pela Fundação

⁹ Esse ponto mereceria uma reflexão muito mais aprofundada do que fizemos aqui para entender a relação entre as políticas públicas que se apresentam como inovadoras, especialmente as relacionadas à produção do espaço, e a ordem capitalista de razão neoliberal que os filósofos franceses Pierre Dardot e Christian Laval (2016) de forma tão interessante discutem. No entanto, como foge ao escopo central desse texto, esse importante debate ficou para uma próxima reflexão.

Getúlio Vargas (FGV), pouco mais de 20 anos depois do projeto original de Cidades Inteligentes, as mercadorias (materiais e imateriais) representam um movimento no mercado global, de US\$ 408 bilhões até 2020¹⁰.

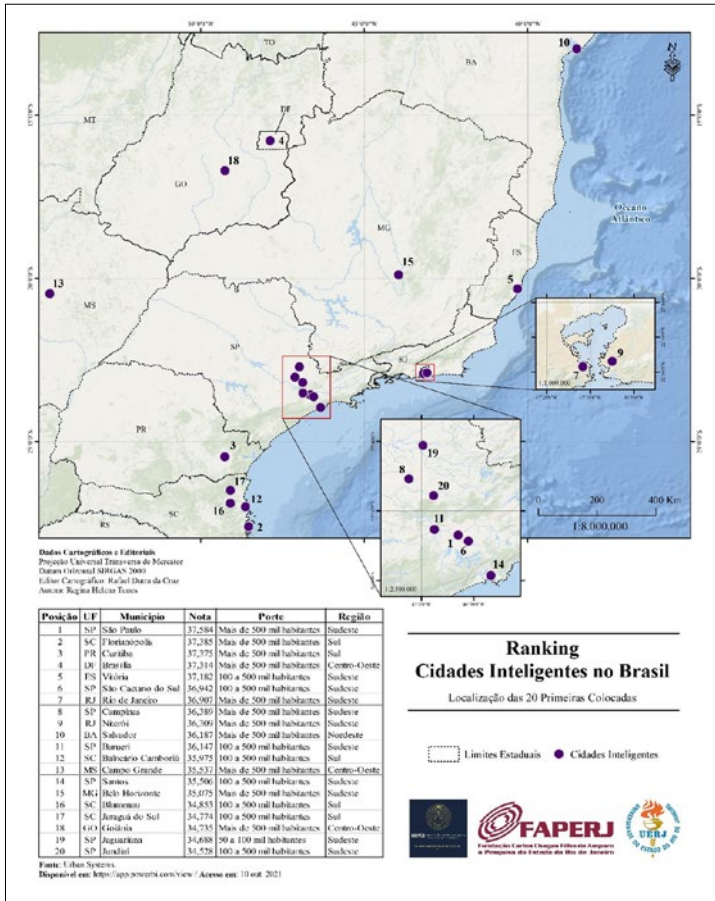
A relação com as premissas de mercado é tamanha que existe até mesmo um sistema de ranqueamento anual, realizado pela empresa *Urban System*, especializada em consultoria de negócios, empreendimentos imobiliários e de políticas públicas, que impulsiona a competitividade entre as cidades brasileiras. De acordo com o último ranking (*Ranking Connected Smart Cities*, 2021¹¹), publicado em outubro de 2021, 677 municípios com mais de 50 mil habitantes no Brasil são considerados Cidades Inteligentes. Essa empresa de consultoria avaliou 11 eixos temáticos que são entendidos, nesse estudo, como centrais em termos de políticas públicas inteligentes. Os eixos são: mobilidade, urbanismo, meio ambiente, tecnologia e inovação, empreendedorismo, educação, saúde, segurança, energia, governança e economia.

O mapa 1 representa as 20 cidades mais bem posicionadas no ranking. Interessante observar que, dentre as primeiras colocadas, apenas 4 estão fora da região Centro-Sul brasileira. O município de São Paulo é a Cidade Inteligente mais bem posicionada, seguida de Florianópolis e Curitiba. Apenas o estado de São Paulo possui 7 Cidades Inteligentes.

O Rio de Janeiro ocupa o 7^o lugar, com destaque em dois eixos temáticos, tecnologia e inovação e empreendedorismo. No território fluminense, além do Rio de Janeiro, aparece também o município de Niterói que ocupa a 9^a posição.

10 O que é uma Cidade Inteligente? FGV, disponível em: <https://fgvprojetos.fgv.br/noticias/o-que-e-uma-cidade-inteligente#:~:text=Apesar%20de%20ser%20um%20conceito,US%24%20408%20bilh%C3%B5es%20at%C3%A9%202020..> Acesso em 09.10.21.

11 Publicação disponível para download em <https://www.urbansystems.com.br/rankingconnectedsmartcities>. Acesso em 07.10.21.

Mapa 1 Brasil: as 20 Cidades Inteligentes mais importantes


Na tríade, a tecnologia talvez seja a que tem o maior poder atualmente, influência essa pouco contestada e mal compreendida pela maior parte da sociedade. Incorporamos diversos instrumentos tecnológicos com inteligência artificial e conectada à internet das coisas sem nos darmos conta do controle social e do poder que os dados extraídos das experiências realizadas com esses instrumentos possuem. Apenas muito recentemente incorporamos debates¹²,

¹² Um exemplo disso é que a Lei Geral de Proteção de Dados, a LGPD, vigente no Brasil data de setembro de 2020.

e eles são ainda bastante iniciais, sobre proteção e uso de dados pessoais e crimes cibernéticos no Brasil.

Parte dessa relação pouco cuidadosa da sociedade com a tecnologia pode ser explicada por uma generalizada concepção determinista da tecnologia que a associa naturalmente a progresso e desenvolvimento.

Dagnino (2002, p. 3) aponta que essas interpretações entendem o desenvolvimento como "determinado pelo avanço da ciência e a tecnologia é a força condutora da sociedade e um determinante da estrutura social". O autor também aponta que parte dessas abordagens concebe a tecnologia como suficiente para garantir o progresso econômico e social a todos em uma perspectiva positivista.

O apelo a questão da tecnologia no modelo de gestão urbana inteligente é evidente. São diversos instrumentos tecnológicos que realizam o cerne do que esse modelo de gestão urbana realmente entrega, o monitoramento em tempo real das condições da cidade. É por meio da tecnologia também que as informações monitoradas são comunicadas ao cidadão. No Rio de Janeiro esse aspecto da comunicação via redes sociais é praticamente o canal oficial de diálogo da prefeitura com a comunidade.

No entanto, tanto os instrumentos tecnológicos que realizam diretamente o monitoramento e que são, ao mesmo tempo, condição e produto do conhecimento e da inovação, daí a importância de vê-los de forma imbricada, têm limitações que são pouco evidenciadas.

Esses instrumentos tecnológicos, inovadores e intensivos em conhecimento são produzidos de forma padronizada partindo do pressuposto que existe uma solução universal a qualquer cidade e a qualquer problema da realidade que precisa ser monitorado e resolvido.


Além de universal, Mendes (2020) aponta que muitas vezes as soluções tecnológicas ofertadas pelas empresas não são as melhores para a resolução dos problemas urbanos, mas são supereficientes para os negócios da empresa.

Outro aspecto importante, muito bem destacado por Tambelli (2020), é que esse monitoramento oferece soluções como respostas técnicas a uma lista seletiva de questões identificadas como prioritárias. No caso do Rio de Janeiro é evidente a preocupação com as questões de mobilidade urbana e monitoramento do tempo atmosférico, porém são excluídas totalmente uma gama bastante complexa de questões urbanas como a miséria, a discriminação e a desigualdade.

Enfim, buscamos evidenciar nessa parte do texto como a tríade conhecimento, inovação e tecnologia, que são hoje basilares na vida cotidiana e nos movimentos do capital, precisam ser analisadas de forma crítica pois contribuem para mascarar as contradições do espaço. Como fundantes do chamado capitalismo cognitivo exercem papel fundamental nas relações sociais e na produção do espaço.

Vistas a partir de uma perspectiva fetichizada, contribuem para o obscurecimento do projeto neoliberal de Cidades Inteligentes que, além de não resolverem os problemas da realidade cotidiana, ainda reforça o poder dos empresários no direcionamento da agenda de gestão urbana contemporânea.

Para encerrar, Harvey (2016) é bastante direto e enfático ao sintetizar em um parágrafo o que representa o projeto de Cidades Inteligentes



(...) é simplesmente ridícula a ideia de que a construção de cidades inteligentes, geridas por meio de mineração de vastos conjuntos de dados, possa ser a resposta para erradicar todos os males urbanos, como a pobreza, as desigualdades, as discriminações racial e de classe e a extração de riqueza por meio de despejos e outras formas de acumulação por espoliação. É contraproducente, se não contrarrevolucionária. Cria uma névoa fetichista – uma grande distração – entre o ativismo político e as realidades urbanas, os prazeres e os desafios da vida cotidiana que precisam ser enfrentados” (HARVEY, 2016, p.127).

Considerações Finais

O título inicial da mesa proposta pela ANPEGE que nos prega uma peça a princípio, acerta muito ao identificar o “ícone da Cidade Inteligente”. Ícone, na linguística, quer dizer uma representação repleta de significados. A Cidade Inteligente é isso: uma representação repleta de significados que nos cabe descortinar, enxergar, evidenciar o que ela busca obscurecer: as contradições do espaço.

A Cidade Inteligente certamente é um discurso dominante na agenda pública, empresarial e acadêmica. A quantidade de artigos, os investimentos das grandes empresas e a gerência do Estado evidenciam o papel estratégico desse projeto para esses agentes.

O ponto central da crítica aqui apresentada é que apenas a extração de informações em tempo real do que ocorre nos diferentes pontos da cidade, ou mesmo os desdobramentos desse modelo em áreas específicas da cidade em articulação com projetos de renovação urbana, não são capazes de resolver os problemas cotidianos da sociedade porque impõem, por meio da retórica da tríade da Economia do Conhecimento, um discurso único, determinista e homogêneo.

Mais que isso, ao Estado optar por esse modelo de monitoramento da cidade e obtenção de dados para o estabelecimento de políticas públicas, dados esses que partem de uma cidade homogênea e que, portanto, torna invisível as diferenciações no tecido urbano da cidade, corre-se o risco de não apenas não resolver os problemas, mas, mais grave: camuflar os problemas, tornando-as um campo cego para as políticas públicas.

Vê-se então que a Cidade Inteligente, nesse projeto sob domínio das grandes empresas de tecnologia, mascara o que de fato ela é: parte do processo social contemporâneo de produção do espaço desigual e que ao invés de bem estar, qualidade de vida e desenvolvimento, reforça as desigualdades, produz pobreza e miséria.

Dois aspectos - cidade inteligente e miséria, processo único - a produção do espaço sob domínio das relações capitalistas de produção. Se o Estado e o capital privado pretensamente produzem um modelo de gestão urbana inteligente calcado nas perspectivas fetichistas de conhecimento, inovação e tecnologia, desconsiderando que a questão do urbano envolve, necessariamente, dimensões políticas e sociais que não são monitoradas e controladas por aparatos tecnológicos, o que de fato se tenta, sem sucesso, obscurecer é que as relações sociais que se estabelecem nesse espaço reforçam a miséria urbana.

Se como falamos antes, Marx nos alerta que não basta interpretar o mundo, temos que transformá-lo, estamos diante de um enfrentamento poderoso com diferentes frações do capital - das plataformas digitais ao complexo financeiro-mobiliário, com um monopólio do Estado, um léxico neoliberal que entremeia a vida cotidiana e naturaliza as diferentes formas de reprodução do capital. Ainda que sejam grandes forças, esse não é um enfrentamento utópico, talvez utopiano nas palavras de Lefebvre "chamo de utopiano, opondo ao utópico, o que não é possível hoje, mas pode ser amanhã" (LEFEBVRE, [1972] 2016, p.147).

O utopiano do amanhã deve passar, para nós, pela desconstrução polí-

tica da Cidade Inteligente a partir do reconhecimento de que conhecimento, inovação e tecnologia não são neutros e revelam uma perspectiva da classe e capital dominante. A partir dessa desconstrução, quem sabe seja possível reconstruir, por meio da luta anticapitalista, uma forma democrática de incorporar-las, de fato, no combate as mazelas sociais contemporâneas, como a miséria, a fome e a desigualdade.

Referências Bibliográficas

ALGEBAILÉ, Eveline; MELO, Roberto; SILVA, Gustavo. **A inovação como questão no debate e na produção das políticas públicas.** In GOMES, M; TUNES, R.; OLIVEIRA, F. (org.). Geografia da Inovação. Território, Redes e Finanças. Rio de Janeiro, Consequência, 2020.

BRENNER, Neil. **Teses sobre a Urbanização.** Espaços da Urbanização. O urbano a partir da teoria crítica. Rio de Janeiro, Observatório das Metrópoles/Letra Capital, 2018.

DAGNINO, Renato. **Enfoques sobre a relação Ciência, Tecnologia e Sociedade:** neutralidade e determinismo. DataGramZero, Revista de Ciências da Informação, v.3, n.6, dez de 2002.

DALLABRIDA, V. R. **Da Cidade Inteligente, ao Território Inovador, Rumo à Inteligência Territorial:** Aproximações Teóricas e Prospecções sobre o Tema. Desenvolvimento em Questão, [S. l.], v. 18, n. 53, p. 46-71, 2020. Disponível em: <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/10739>. Acesso em: 26 fev. 2022.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo:** ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

- DINIZ, C.; GONÇALVES, E. **Economia do conhecimento e desenvolvimento regional no Brasil**. In DINIZ, C.; LEMOS, M. **Economia e Território**. Belo Horizonte, Ed. da UFMG, 2005.
- DOWBOR, Ladislau. **O Capitalismo se desloca: novas arquiteturas sociais**. São Paulo, SESC, 2020.
- GORZ, André. **O Imaterial. Conhecimento, valor e capital**. São Paulo, Annablume, 2005.
- HARVEY, David. **Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio**. São Paulo, Espaço e Debates, nº 39, 1996, p. 48-64.
- HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo, Boitempo, 2016.
- HARVEY, David. **A loucura da razão econômica**. Marx e o capital no século XXI. Rio de Janeiro, Boitempo, 2018.
- LEFEBVRE, Henri [1972]. **Espaço e Política**. O direito à cidade II. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2016.
- LEFEBRE, Henri. [1970]. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2019.
- LENCIONI, Sandra. **Metropolização do Espaço**. Processos e Dinâmicas. In FERREIRA, A.; RUA, J.; MARAFON, G.; SILVA, A. (orgs). **Metropolização do Espaço**. Gestão territorial e relações urbano-rurais. Rio de Janeiro, Consequência, 2013.
- LENCIONI, Sandra. **Metropolização do espaço e a constituição de megarregiões**. In FERREIRA, A.; RUA, J.; MATTOS, R. Desafios da Metropolização do espaço. Rio de Janeiro, Consequência, 2015.
- MENDES, Teresa. **Smart Cities: solução para as cidades ou aprofundamento das desigualdades sociais**. Texto para Discussão 11. Rio de Janeiro, Observatório das Metrópoles, 2020. Disponível em: https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/wp-content/uploads/2020/01/TD-011-2020_Teresa-Mendes_Final.pdf. Acesso em 09.10.21.
- MORAES, Roberto. **Inovação, financeirização e startups como instrumentos e etapas do capitalismo de plataformas**. GOMES, M.; TUNES, R.; OLIVEIRA, F. (org.). Geografia da Inovação. Território, Redes e Finanças. Rio de Janeiro, Consequência, 2020.
- OLIVEIRA, Marcos. **Ciência: força produtiva ou mercadoria?** Crítica Marxista, n.21 (1), Campinas, Unicamp, 2005.
- SANTOS, Milton. **Por uma Outra Globalização**. Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro/São Paulo, Record, 2001.
- SRNICEK, Nick. **Platform capitalism**. Cambridge: Polity Press, 2017.
- SOJA, Edward. W. (2013). **Para além de postmetropolis**. Rev. UFMG, Belo Horizonte, v. 20, n.1, p.136-167. jan./jun. 2013, p. 137-167. Disponível em: https://www.ufmg.br/revistaufmg/downloads/20/7-para_alem_da_postmetropolis_edward_soja.pdf. Acesso em: 9 set. 2020.

TAMBELLI, Clarice N. **Smart Cities: Uma Breve Investigação Crítica sobre os Limites de uma Narrativa Contemporânea sobre Cidades e Tecnologia**, 2018. Disponível em https://itsrio.org/wp-content/uploads/2018/03/clarice_tambelli_smartcity.pdf Acesso em 08.10.21

TORO, Pedro. M. M. **La metropolización afectada por la globalización: reflexión epistemológica sobre la nueva revolución urbana**. Revista Colombiana de Geografía, v.25, nº2, dez. 2016, p. 77-105. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rcdg/v25n2/v25n2a5.pdf>. Acesso em 10 set. 2020.

TUNES, Regina. **Uma abordagem crítica da inovação e do conhecimento na geografia do capitalismo contemporâneo**. In OLIVEIRA, F. et al. (org.). Espaço e Economia. Geografia Econômica e Economia Política. Rio de Janeiro, Consequência, 2019.

TUNES, Regina. **Geografia e Inovação**. Questões teórico-metodológicas a partir da Economia Política e da Geografia Econômica. In GOMES, M; TUNES, R.; OLIVEIRA, F. (org.). Geografia da Inovação. Território, Redes e Finanças. Rio de Janeiro, Consequência, 2020a.

TUNES, Regina. **Fetiche da inovação**. Território e desenvolvimento no Brasil na contemporaneidade. In EGLER, T.; COSTA, A.; KRAUS, L. (org.). Marcas da Inovação no Território. 1ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2020b, v. 2, p. 23-44.

VALE, Mario. **No terreno da “cidade inteligente”**. Geografias desiguais da inovação, do valor e do poder. In GOMES, M; TUNES, R.; OLIVEIRA, F. (org.). Geografia da Inovação. Território, Redes e Finanças. Rio de Janeiro, Consequência, 2020.

VERCELLONE, Carlo. **Las Políticas de desarrollo en tiempos del capitalismo cognitivo**. Capitalismo cognitivo. Renta, saber y valor en la época posfordista. Buenos Aires, Prometeo Libros, 2011.

CIDADES COM GENTE INTELIGENTE¹

Maria Encarnação Beltrão Sposito

Universidade Estadual Paulista - Unesp

beltrão.sposito@unesp.br

O desafio de desenvolver um tema sobre o qual não venho desenvolvendo pesquisa, colocou-me diante da tarefa de buscar um caminho, mais propriamente um atalho, que me favorecesse participar da mesa redonda no evento a que se associa o livro no qual se insere este texto.

Assim, informo o leitor sobre dois pontos que poderão auxiliar a compreender minha linha de raciocínio. O primeiro refere-se ao fato de que minha interpretação sobre o tema é singela, como a de todos que não tem expertise sobre ele. O segundo é que busquei inverter a perspectiva e, para abordar a cidade inteligente, escolhi falar de seus moradores, a partir da pesquisa que estamos desenvolvendo no âmbito do Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais (GAsPERR)².

Espero, com esta escolha, contribuir para a crítica à ideia de cidades inteligentes como um paradigma para orientar escolhas econômicas e políticas que orientam o processo de produção do espaço urbano, no mundo contemporâneo.

¹ Texto produzido para participação na Mesa Redonda intitulada A cidade e o urbano no Brasil: da produção da miséria ao ícone da cidade "inteligente".

² A reflexão apresentada neste texto tem base na pesquisa Fragmentação socioespacial e urbanização brasileira: escalas, vetores, ritmos e formas, apoiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

1. As múltiplas acepções de inteligência

Em suas definições mais simples, o que não é o mesmo que conceituações, cidades inteligentes são aquelas que usam "...tipos diferentes de sensores eletrônicos para coletar dados e usá-los para gerenciar recursos ativos eficientemente"³.

Outras concepções mais abertas consideram que cidades inteligentes "...são aquelas que otimizam a utilização dos recursos para servir melhor os cidadãos. Isso vale para a mobilidade, a energia ou para qualquer serviço necessário à vida das pessoas"⁴. Essa mesma fonte, ainda não científica propriamente dita, considera que as cidades inteligentes são diferentes entre si, em decorrência das necessidades e especificidades de cada lugar.

Avançando mais um pouco, o Departamento de Negócios do Reino Unido considera que é preciso existir engajamento dos cidadãos para uma cidade ser considerada inteligente.

No geral, associa-se uma cidade inteligente a equipamentos urbanos que por estarem conectados geram eficiência, serviços disruptivos de transporte, redes preparadas para inclusão e equidade etc. A Figura 1 simboliza o que, em grande parte, associa-se a uma cidade inteligente – arquitetura moderna, formas múltiplas de conexão, iluminação e organização espacial em rede.

Figura 1 - Imagem de cidade inteligente.



Extraído de <https://www.linkedin.com/pulse/smart-city-cidade-inteligente-jorge-barros-ph-d>


³ Wikipedia.

⁴ <https://inovacaosebraeminas.com.br/cidades-inteligentes-o-que-sao/#:~:text=Cidades%20inteligentes%20s%C3%A3o%20aquelas%20que,necess%C3%A1rio%20%C3%A0%20vida%20das%20pessoas.>

O Brasil vem preparando a Carta Brasileira para Cidades Inteligentes, com uma perspectiva de desenvolvimento urbano sustentável⁵, o que mostra a relação dessa ideia chave – cidade inteligente – a outras ideias que tanto têm sido adotadas em sentido considerado, por alguns, como emancipador, quanto utilizadas de modo muito mais eficaz pelo mundo corporativo. Essa primeira contradição tem que ser considerada na análise do tema, afinal, desde que vem se ampliando o background que alicerça o neoliberalismo, com maior frequência, observamos ideias, concepções, definições que nascem fora de um escopo teoria, ganham autonomia e se tornam ferramentas da narrativa tanto de políticos, como de empresas, sendo, muitas vezes, adotada como uma ideia chave no campo científico.

Associa-se a ideia de cidade inteligente ao conceito de Sociedade 5.0, altamente apoiada em desenvolvimento tecnológico, que não se identificaria estritamente com uma visão distópica de máquinas que controlariam o planeta, mas sim com o desenvolvimento de soluções tecnológicas visando o bem-estar humano e a qualidade de vida⁶, ainda que não fique claro que humanos e que vidas, e aqui residiria uma segunda barreira à reflexão crítica sobre o assunto.


A inteligência é a capacidade dos seres humanos de interpretar a realidade, não apenas por meio de seus sentidos, mas efetuando abstrações. Ela pode ser vista do ponto de vista prático, mensurada ou percebida como habilidades para desenvolver meios adequados para chegar a um fim, e pode ser apreendida de modo menos objetivo, porque fortemente elaborado no plano da abstração, mas não totalmente desvinculada da realidade porque é dela que, em princípio, são retirados os elementos e, sobretudo, as relações para se avançar produzindo conhecimento. Assim, embora possamos reconhecer duas perspectivas diferentes de inteligência, para que nos afastemos do plano das ideias pelas ideias, é importante considerar a relação elas:



Os saberes científicos são formas simbólicas no mundo que possuem em si mesmas uma dimensão temporal e evolutiva: são postas à prova no tempo da história acompanhadas de uma modificação correlativa das estru-

5 A carta Brasileira para Cidades Inteligentes é liderada pelo Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), com participação dos ministérios da Ciência, Tecnologia, Informação e Comunicações (MCTIC) e do Meio Ambiente (MMA). https://wribrasil.org.br/pt/blog/2020/02/o-que-sao-cidades-inteligentes-no-brasil-e-como-elas-podem-promover-o-desenvolvimento-sustentavel?gclid=C-j0KCCjwWY-LBhdGARisACvI720tcSslQvrFN7iyAMDkHFR3ec3bsAcZ-r2GIDBZ4S890IZIGyRnwpcA4jyZEALw_wcB

6 Fonte - <https://fia.com.br/blog/sociedade-5-0/>



turas da inteligibilidade, no sentido de uma adaptação das condições de possibilidade do conhecimento ao mundo imanente. A parte contingente dos conhecimentos científicos enquanto formas simbólicas parece, no fim das contas, dirigida subterraneamente pela necessidade da matéria do mundo. (PATY, 2006, p. 589)⁷

A palavra inteligência vem do latim *intelligentia*, que provém de *intelligere* (intus – entre + *legere* – escolher). Inteligência, então, significa a capacidade de selecionar as alternativas mais convenientes para a solução de um problema. Entre os vários tipos de inteligência quero destacar aquela que se refere à capacidade de resolver problemas e conflitos, o que em alguma medida associa-se ao instinto, mais corriqueiramente atribuído aos demais animais⁸, embora haja alguma relação entre este tipo de inteligência e a emocional, termo cunhado por Daniel Goleman, ou as inteligências múltiplas, ideia criada pelo psicólogo Howard Gardner⁹.

2. O que se pensa sobre cidades inteligentes

Aproximando-se da relação entre cidades e inteligência, tomando-se como referência um ponto de vista mais conceitual, Rudolf Giffinger¹⁰, especialista em pesquisa sobre desenvolvimento urbano e regional da Universidade de Viena, considera que uma cidade para ser inteligente deve ter boa performance em seis domínios¹¹:

1) economia inteligente, compreendida como uma **cidade competitiva**, orientada por fatores como inovação, **espírito de empresa**, **produtividade**, **flexibilidade do mercado de trabalho e integração entre o mercado nacional e internacional**;

2) cidadãos inteligentes, referindo-se ao capital humano e social da cidade, visto como qualificação da população, em termos de pluralidade, de abertura de espírito, de criatividade, qualidade das interações sociais ou participação na vida pública;

⁷ Ver também PATY (2003).

⁸ <https://glosarios.servidor-alicante.com>

⁹ <https://www.politize.com.br/cidades-inteligentes/>

¹⁰ Para conhecer a produção do pesquisador, ver: <https://scholar.google.com/citations?user=rLrYfaoAAAAJ&hl=de>

¹¹ <https://www.renaultgroup.com/news-onair/actualites/a-quoi-ressemble-une-ville-intelligente/>

3) governança inteligente, associada a um modo de gestão transparente e transversal da cidade, levando a compartilhar a gestão com o cidadão;

4) mobilidade inteligente – grau de acesso local e internacional à cidade, por meio de infraestruturas conectadas via TICs e sistemas de transporte inovadores, duráveis e seguros;

5) um meio ambiente inteligente, tratado como ecologia e gestão dos recursos (espaços verdes, qualidade do ar), tendo como ícone os “**écoquartiers**” vistos como ambientes gerados inteligentemente;

6) um modo de vida inteligente, vinculado a cultura, saúde, **segurança**, habitat, educação, **turismo** e coesão social.

Os negritos que registrei mostram que, em grande medida, a ideia de cidade inteligente associa-se a perspectivas de um período marcado por perspectivas neoliberais, no plano econômico e político, como objetivação e subjetivação, no sentido dada ao neoliberalismo por Dardot e Laval (2016).

Assim, ideias como **produtividade** (hoje já vista não apenas como **competitividade** das empresas, mas produtividade pessoal), competitividade (também não apenas das empresas, mas também das cidades), **espírito de empresa e flexibilidade do mercado de trabalho** correspondem a lemas da economia contemporânea que se transformam em política e em condução subjetiva da vida.

Os negritos respondem também aos ditames da globalização - **integração entre mercado nacional e internacional, grau de acesso local e internacional à cidade, turismo**. Por fim, mas não menos importante, associa-se à cidade inteligente o plano do espaço concebido, nos termos propostos por Lefebvre (1974), como representação do espaço, uma vez que os **écoquartiers** são espaços que resultam do estritamente planejado e controlado e se constituem produtos imobiliários¹², que se multiplicam em países europeus, ancorados em discursos que conformam em grande medida elementos dos espaços percebidos¹³, pela sociedade ou por fatias dela:

12 “A primeira cidade inteligente do mundo foi construída em Masdar City, nos Emirados Árabes. Lá o valor do metro quadrado é US\$10 mil.” Fonte: <https://startupi.com.br/2019/03/a-primeira-cidade-inteligente-social-do-mundo-fica-no-brasil-conheca/>

13 Schmid (2012) destaca de modo muito oportuno a importância de não interpretar, com base em Lefebvre, de modo autônomo, os espaços percebido, concebido e vivido, relacionados às práticas espaciais às representações do espaço e aos espaços de representação, pois nisso reside a concepção metódica de dialética tridimensional ou triádica do autor.

...a considerável expansão de projetos écoquartier na Europa serve para demonstrar uma cidade que se constrói segundo imperativos ideológicos vinculados ao plano do discurso da sustentabilidade, mas cujas implicações práticas esbarram em limitações estruturais associadas ao plano da escala e das relações espaciais (RIBEIRO, 2014, p. 1).

3. Da produção da miséria ao ícone da cidade “inteligente”?

O subtítulo da mesa redonda que gerou este texto e que nomeia esta seção dele, deve ser colocado em questão. Aliás, o fato de que a palavra “inteligente” apareceu entre aspas mostra que já estava subtendida uma crítica à ideia de cidade inteligente, mas é preciso debater também a oposição que nele se enseja.

A partir das aproximações, feitas nas seções anteriores sobre o que seria uma cidade inteligente, gostaria de colocar dois conjuntos de indagações que podem ser base para a reflexão que trago adiante.

A) É necessário pensar em pobreza e cidades inteligentes como duas pontas de um caminho, ou seja, ir-se da primeira ponta – pobreza – para a outra – cidade inteligente –, como um percurso de crescimento e evolução? Se sim, aceitaríamos que onde há pobreza é impossível ou pouco provável que houvesse cidades inteligentes, ou que as cidades podem vir a ser inteligentes, se tiverem ultrapassados níveis exacerbados de pobreza? Ou, ainda, se poderia pensar que há cidades com muita pobreza no Brasil e outras que seriam ou poderiam ser inteligentes? Por último, o título da mesa redonda ensejaria a ideia de que tanto pode haver e há pobreza concentrada em várias cidades brasileiras, como parcelas dela que se equipam de aparatos técnicos que tornam parcelas do território urbano “inteligentes”?

Do ponto de vista epistêmico, penso que temos aí não apenas um pensamento dual, organizado por oposições e dualidades, como pouco portador de se capturar onde há inteligência.

B) Uma segunda linha de interrogações estaria baseada na associação entre cidades e inteligência. Adjetivar as cidades como inteligentes, por mais socialmente comprometida que a concepção possa ser, não levaria à ideia de que bastaria equipar as cidades com sistemas técnicos para haver inteligência? A inteligência encontra-se na cidade ou no modo como aqueles que a vivem são capazes de solucionar problemas, de fazer escolhas? Encontramos a inteligência nas cidades ou nos modos como diferentes cidadãos vivem o conjunto das transformações contemporâneas?

Minha compreensão é de que diferentes sujeitos submetidos a situações múltiplas de privação (econômica, política, espacial etc.) resolvem problemas e vencem barreiras, associados inclusive ao aprofundamento da pobreza, que os últimos trouxe e não apenas por causa da Covid, por meio de estratégias que são constituídas socioespacialmente e não apenas espacialmente (o que decorreria diretamente de apenas dotar o território de condições para tal)¹⁴. Desse ponto de vista, a inteligência não estaria no plano do espaço concebido, mas do vivido.

O espaço concebido é o do plano das “representações do espaço”, é aquele construído pelo poder econômico e político e aponta para a análise das estruturas e morfologias, da cultura e do poder dominante, tem relação com o planejado, mas não se resume a ele. Em grande medida, ainda que não totalmente, as cidades inteligentes estão no plano do espaço concebido, mas para compreender as cidades e a pobreza é necessário trabalhar com o plano dos espaços percebido e vivido:

¹⁴ Para ampliar a análise sobre as relações entre território e condições favoráveis à inovação, ver Tunes (2020).

O espaço percebido, é aquele das práticas espaciais, o espaço produzido pela sociedade, intermediário e em tensão entre o espaço concebido e o espaço vivido. Por fim, o espaço vivido corresponde aos "espaços de representações", isto é, o lugar do cotidiano, do banal e das repetições, mas, também, das possibilidades criativas, de fugas e de apropriação. Assim, é na vida cotidiana que se podem encontrar as eventuais "costuras" frente às lógicas fragmentárias. O espaço vivido agrupa as subjetividades que simultaneamente convivem, lutam e entram em contradição com as condições materiais e imateriais da vida urbana (LEGROUX et al, 2022, p. 13).

Para avançar nessa direção, proponho-me a apresentar resultados preliminares da pesquisa que estamos realizando, para mostrar, por meio das falas de nossos entrevistados que há inteligência, no sentido melhor do termo, onde há pobreza e onde não há aparatos técnicos, o que não significa que não se deveria dotar as cidades de infraestruturas, equipamento e condições técnicas para que as opções de escolha se ampliassem.

4. A voz inteligente da periferia metropolitana

Mudo a direção do título da mesa redonda, para dar voz à periferia de cidades brasileiras, quase o mesmo que dar voz à pobreza, a partir da pesquisa Fragmentação socioespacial e urbanização brasileira, já citada na nota de rodapé 2 deste texto, que estuda nove cidades, de tamanhos demográficos e importâncias diferentes na divisão interurbana do trabalho.

Entre essas cidades, escolho abordar São Paulo, já que ela foi considerada a cidade mais inteligente do Brasil, pelo Connected Smart Cities 2021¹⁵.

Na Foto 1, há a imagem que representa São Paulo, na matéria jornalística, que anuncia a posição da cidade pelo segundo ano consecutivo no ranking. Ela é bem designativa de qual parcela do espaço urbano da cidade pode se associar à ideia de cidade inteligente.

¹⁵ <https://www.telesintese.com.br/sao-paulo-e-considerada-a-cidade-mais-inteligente-do-brasil/>

Foto 1 – São Paulo, classificada como Cidade inteligente no Connected Smart Cities. 2021



4.1.A pesquisa em realização

Essa pesquisa trabalha com seis frentes metodológicas: Grupos focais; Entrevistas com cidadãos e agentes bem-informados; Netnografia e análise de redes sociais; Percursos e suas representações; Cartografia e Banco de dados.

Para a finalidade deste texto, apoiamo-nos em uma delas: entrevistas com cidadãos e buscamos considerar as cinco dimensões empíricas da pesquisa – habitar, consumir, trabalhar, lazer e mobilidade.

A escolha dos cidadãos entrevistados foi conduzida por uma tipologia baseada em três variáveis: habitat, idade e gênero. A partir da primeira “habitat” consideramos que poderíamos apreender as condições socioeconômicas e espaciais dos entrevistados, e que contemplaríamos as dimensões empíricas habitar e mobilidades. Os tipos a serem entrevistados foram divididos em dois grupos, segundo esta variável:

1) Habitats populares: Grandes conjuntos habitacionais unifamiliares (acima de 500 casas); Pequenos conjuntos habitacionais unifamiliares (abaixo de 500 casas); Grandes condomínios verticais multifamiliares populares (acima de 500 unidades habitacionais); Pequenos condomínios multifamiliares verticais ou horizontais populares (abaixo de 500 unidades habitacionais); Bairros tradicionais; Áreas Irregulares (ocupações, favelas...).

2) Habitats de classe média e elite: Condomínios verticais de médio e alto padrão; Grandes espaços residenciais fechados de médio e alto padrão (acima de 100 casas); Pequenos espaços residenciais fechados de médio e alto padrão (abaixo de 100 casas); Bairros tradicionais abertos de médio e alto padrão.

Relativamente às duas outras variáveis – gênero e faixa etária –, consideramos que o agrupamento poderia favorecer a apreensão de práticas espaciais distintas, no que se refere ao trabalho (ou ao estudo), ao consumo e ao lazer. Foram entrevistados homens e mulheres, nas seguintes faixas de idade: 18 a 30 anos; 31 a 65 anos; acima de 65 anos.

As entrevistas foram efetuadas a partir de maio de 2021 e são compostas de 81 questões agrupadas segundo temas de interesse da pesquisa: a) questões introdutórias; b) habitação; c) lazer; d) mobilidade; e) consumo; f) trabalho; g) outros temas. O tempo de realização de cada entrevista variou de 40 minutos a quase três horas. Durante o período de maior isolamento gerado pela Covid 19, elas foram feitas em ambientes digitais, a maior parte delas com áudio e vídeo, mas a partir de novembro de 2021 passaram a ser efetuadas presencialmente.

A análise apresentada neste texto beneficia-se de 26 entrevistas já realizadas em Cidade Tiradentes, sendo que apenas uma refere-se a habitats de classe média e elite, uma vez que, sendo um bairro marcado por indicadores socioeconômicos bastante baixos não há efetivamente moradores com boas ou excelentes condições desse tipo para serem entrevistados.

Feita a leitura do conjunto dessas narrativas foi possível observar tendências e, também, escolher as falas de dois moradores de Cidade Tiradentes, por serem elas associadas ao tema desta mesa, mas também representativas do conjunto analisado.

Trabalharei apenas com duas entrevistas porque as considero designativas de experiências urbanas que, ao mesmo tempo são universais, porque representativas daquele espaço urbano, e singularidades, porque ilustram como diferentes sujeitos são capazes ou não de saltar escalas e se apropriar de modo diferente ou mais inteligente, como alguns prefeririam, da cidade.

4.2. Cidade Tiradentes, a periferia de São Paulo

Os entrevistados moram em um distrito da metrópole paulistana. A situação geográfica do bairro à sudoeste da mancha urbana, como mostra a Figura 2, é limi-

trofe não apenas na escala do município como da área metropolitana, já próxima aos contrafortes da Serra do Mar, como ilustra a Foto 2.

Figura 2 – Mancha urbana da Região Metropolitana de São Paulo. Situação geográfica de Cidade Tiradentes. 2022



Fonte da imagem: Google Maps

Foto 2 – São Paulo, Cidade Tiradentes



Fonte : <https://news.radioctn.com/cidade-tiradentes-36-anos/>

Cidade Tiradentes tem origem na década de 1980. Trata-se de um complexo de conjuntos habitacionais que foram edificados para, simultaneamente: - abrigar populações que precisavam ser removidas de outras áreas da metrópole, onde se realizavam novos empreendimentos, - atender a demanda habitacional para trabalhadores da maior área industrial da região metropolitana, o ABC paulista, onde se concentram indústrias automobilísticas.

Tal complexo é composto por 40 mil unidades habitacionais, a maior parte foi realizada com recursos públicos do Sistema Financeiro Habitacional (SFH).

No último Censo Demográfico (2010), o distrito tinha 211.501 habitantes e a estimativa atual é de 228.854¹⁶, que posiciona Cidade Tiradentes como um dos bairros mais populosos da cidade, além de ser muito denso, pelo maciço predomínio de habitações em edificações multifamiliares de três pavimentos, o que não se aplica ao conjunto da periferia metropolitana.

Tais características parecem ter sido pouco consideradas, quando essa grande área residencial foi planejada. Batista (2008, p. 251) que estudou três áreas periféricas da cidade de São Paulo destaca que, no processo de implantação do distrito, faltou o essencial, ou seja, as condições adequadas para sociabilidade e humanização, razão pela qual considera que Cidade Tiradentes “nasceu órfã”.

Inicialmente, o caráter monofuncional dado pelo planejamento urbano do distrito (espaço concebido), quase que estritamente para uso residencial, ampliava o isolamento socioespacial de seus moradores. Mais recentemente, a ampliação extraordinária da presença de atividades terciárias formais e informais, oferecidas por pequenas ou grandes empresas, minimizou as dificuldades de acesso a bens e serviços, mas, de algum modo, reforçou as condições de relativo isolamento socioespacial, visto que uma parte de seus moradores permanece no bairro porque já não faz mais o movimento casa-trabalho, que era o preponderante no início, o que levava à caracterização da área como um bairro dormitório, em contraposição ao restante da metrópole paulistana.

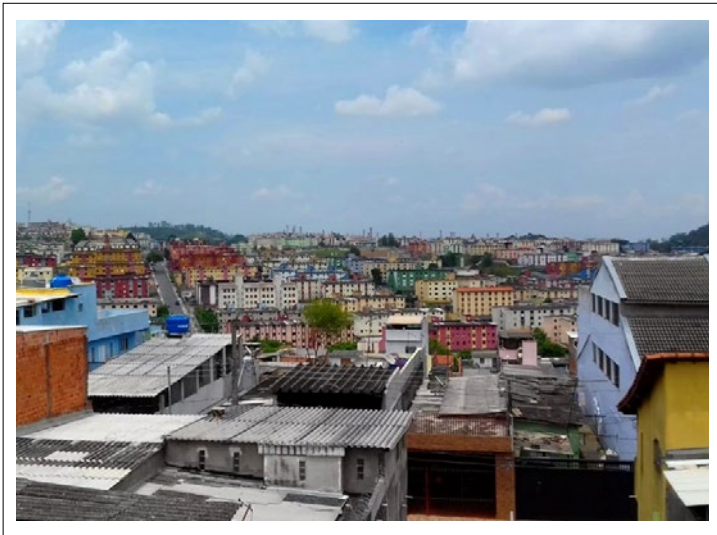
Assim, quando elegemos Cidade Tiradentes como uma das áreas urbanas para a análise, estamos colocando nosso foco na periferia metropolitana, como caminho para compreender como os cidadãos que habitam este território vivem

¹⁶ Fonte: <https://imoveis.estadao.com.br/guia-de-bairros/conheca-os-10-bairros-mais-populosos-da-capital-paulista/>

o espaço urbano metropolitano, na cidade neoliberal (JESSOP, 2002; HARVEY, 2007; PINSON, 2020), em processo crescente de fragmentação socioespacial (PRÉVÔT-SCHAPIRA, 2000; SPOSITO, GÓES, 2013).

Não há muitas dúvidas sobre a concentração de pobres nesse setor da cidade, mais que isso somos sabedores de que não seria uma imagem como a Foto 3, a escolhida para retratar a cidade inteligente, não apenas porque não se trata de um território bem servido de Tecnologias de Informação e Comunicação ou pouco equipado com sistemas peritos que possibilitariam a seus moradores fazer escolhas inteligentes como propugnado.

Foto 3. São Paulo. Cidade Tiradentes. Justaposição de áreas residenciais resultantes da autoconstrução, regulares e irregulares e edificações multifamiliares.



Extraído de <https://32xsp.org.br/2018/11/29/cidade-tiradentes-tem-246-vezes-menos-chances-de-emprego-que-a-barra-funda/>

Cidade Tiradentes não tem ainda bem resolvido sequer os desafios do deslocamento por modais de transporte coletivo e não apenas porque é longe e mal servida de transportes públicos estruturados segundo sistemas logísticos eficazes, mas porque o custo do deslocamento é muito alto para seus moradores.

4.3. A fala inteligente dos moradores de Cidade Tiradentes

No roteiro da entrevista sintetizado na seção anterior, uma das questões versa sobre as mudanças observadas no bairro no decorrer dos últimos dez anos. Essa pergunta tem como objetivo apreender os aspectos selecionados pelos entrevistados, ao destacar as transformações vivenciadas e, assim, favorecer uma análise temporal que seja combinada à espacial, mais fortemente enfatizada no conjunto das questões que compõem esse instrumento de pesquisa.

Analisando o conjunto dessas respostas, podemos, como primeira aproximação, frisar que a condição periférica dos moradores desse bairro remanesce, ainda que tenha sido frequente o apontamento da manutenção de carências de todo tipo, no que se refere às condições adequadas de vida urbana. Vejamos a resposta de Eliete:

*As transformações que eu notei a nível de dez anos foi... Hum, deixa eu ver... Eu não quero ser pessimista, mas de um tempo para cá a nível de São Paulo, [...] **são décadas de muito esquecimento das pessoas da periferia, você esquecer que essas pessoas existem pelo simples fato de ignorá-las.** Quando o Padre Júlio Lancellotti levanta uma bandeira de acolhimento à população em situação de rua, as pessoas fazem questão de fechar os olhos e fingir que essas pessoas não existem. Antes eu via moradores de rua só no centro de São Paulo, **hoje eu vejo moradores de rua na periferia**, como pode você ver um morador de rua ali? "Ah, é droga, alcoolismo", o que quer que seja, e as políticas públicas para esse tipo de população? Será que droga só precisa ser feita com repressão policial? Então eu vejo que no limiar de dez anos, uma década, eu vi que diminuiu muito as políticas públicas de atendimento aos excluídos. Não queria ser pessimista, mas é o que eu vejo, mas também, em contrapartida, mas em contrapartida eu vi e vejo que os excluídos estão falando, mas eu tenho medo de que, a nível de São Paulo, em que muitos oprimidos tinham um*


sonho de deixarem de serem oprimidos para se tornarem opressores, então isso muito me preocupa, quando as pessoas pelas mazelas as quais viveram, ao invés de tirar isso como aprendizado elas querem que outras pessoas sofram o que elas sofreram. Isso aí eu tenho visto muito na população de São Paulo. Quando teve a eleição presidencial, eu via muitas falas xenofóbicas dos sullistas e do pessoal aqui mesmo de São Paulo falando, criticando muito o nordestino, falando muito mal um dos outros, então é isso, a gente não pode proliferar essa fala opressora não, temos que ser acolhedores. E a cidade de São Paulo é uma cidade acolhedora, mas ao mesmo tempo parece que é contraditório o que eu estou falando, **será que é realmente plural? É plural, diversa, mas será que foi acolhedora?** Quando eu digo acolhedora é que a cidade, não as pessoas, a cidade acolheu, recebeu, reformula aqui. A cidade recebeu, não acolheu, porque acolhe você tem que ter empatia, no acolhimento tem a questão da emoção, afetividade, o acolhimento está nisso. É isso que eu vejo, as pessoas têm que mudar isso, a nível de dez anos esse **olhar para cidade de São Paulo que aumentou nesses dez anos as mazelas, a exclusão, a segregação, e na pandemia isso ficou mais evidente**, porque as pessoas estão sofrendo mais. E é mais ou menos isso gente, porque às vezes me causa até uma certa angústia nesse momento no qual a gente está vivendo. Eu estou vendo criança na frente da porta da escola, uma associação entregando cesta básicas e crianças que eu achei que não passavam na minha cabeça que estavam em condições de necessidades, passando realmente fome. Eu não via isso há dez anos atrás, eu não via, mas enfim, é isso meninos. (Eliete, 38 anos, moradora de Cidade Tiradentes, professora, entrevista realizada em março de 2021, grifos meus).

Neste excerto, há compreensão de Eliete sobre pobreza, fome, indiferença e uma explicação sobre as posições mais que conservadoras, opressoras, que foram observadas nas últimas eleições nacionais. A inteligência dessa fala está na capacidade da entrevistada de analisar as mudanças recentes, realizando uma leitura da Economia Política da Cidade, associada a uma Economia Política da Urbanização (SANTOS, 1994). Ela compreende o que é a cidade centro-periférica, mas já oferece em sua narrativa os elementos de uma sociedade e uma cidade em fragmentação socioespacial. Sabe realizar articulações entre escalas temporais e espaciais diferentes, embora habite e trabalhe em Cidade Tiradentes, ou seja, tenha um espaço e um tempo de vida cotidianos relativamente estreitos.

Rafael tem 20 anos, estuda na Universidade de São Paulo, mas ainda não frequenta o campus, por causa do isolamento imposto pela pandemia. Gosta de passear por espaços públicos do centro de São Paulo, valoriza as oportunidades culturais que oferece, mas, embora salte escalas no âmbito do espaço metropolitano mais do que Eliete, reafirma seu pertencimento à Cidade Tiradentes, ao ser indagado sobre o que pensa do bairro, ainda que deixe claro que medo e isolamento são dimensões desse espaço:

*É uma pergunta difícil, me pergunto todos os dias que ando na Tiradentes. A Tiradentes é um lugar, para mim, é sinônimo de casa, mas sinônimo de medo também. Eu acho que é de **medo e isolamento**, é como se pegasse uma parcela da população e jogasse para o canto. Mas eu gosto de Tiradentes, me sinto em casa aqui, mas tenho medo também, **não sei se existe algum lugar em que se sinta em casa e não tenha medo.***

*É porque, para mim, o centro do meu mundo é Tiradentes, sabe? Quando eu tento me localizar em São Paulo, olho Tiradentes, e é um **lugar que costuma ser excluído, segregado, tido como o fim do mundo**, o "cu" do mundo, como o pessoal fala, e eu discordo! Por que seria o fim do mundo? É o começo do meu mundo, é onde surgiu como pessoa. Eu não nasci em Tiradentes,*



*nasci em Bauru, mas a Tiradentes foi o lugar que eu surgi como pessoa, **então é meu centro, é onde eu irradio** (Entrevistado Rafael, Cidade Tiradentes, São Paulo, 20 anos, março de 2021, grifos meus)*

Essa fala é portadora da implosão a que está submetida a ideia de centro-periferia na vida urbana atual. Não que a periferia não exista e não seja cruelmente vivida pelos seus moradores, mas as relações que eles estabelecem com a cidade como totalidade estão fortemente esgarçadas. Rafael contou que, seu lazer é passear por Cidade Tiradentes, olhar vitrines etc., porque ir e voltar do centro, o que ele preferiria, custa 16 reais.

Se ele tem conhecimento e informações sobre o que é a vida cultural no centro, como demonstrou em partes de sua entrevista, não alcança as condições materiais para chegar a esta área da metrópole que, aliás, não é a mais emblemática da cidade inteligente, como ela foi classificada.

5. Alguns pontos finais

O percurso empreendido neste texto partiu do título da mesa redonda que deu lugar a esse debate¹⁷ e se desenvolveu na direção de questioná-lo, com o intuito de criticar a ideia de cidade inteligente, tanto pelo fato de que construções que levam a cidade a ser sujeito, neste caso um substantivo qualificado pelo adjetivo inteligente, pouco contribuem para a compreensão dos processos sociais e políticos, além de indiretamente atribuir a ela, qualidades ou defeitos que decorrem de relações socioespaciais.

Ao escolher dar voz à periferia metropolitana busquei mostrar que inteligência pode ser vista muito além das condições técnicas, tanto de infraestrutura, como de equipamentos e serviços, que aportam ao espaço qualidades de conexão e informação, associadas a sistemas logísticos que garantem um dado tipo de resposta ao que é solicitado.

De outro lado, ao oferecer esse contraponto também espero que o leitor tenha alguns elementos para aquilatar, como na periferia do capitalismo, a vida urbana

¹⁷ Registro meus agradecimentos à coordenadora da mesa e a meus colegas de sessão e, muito especialmente, aos que formularam questões, que me levaram a buscar uma redação melhor para o texto aqui apresentado.

é marcada por desigualdades de espectro tão largo que alcançam a situação da ausência total de condições de vida urbana. Uma constatação como essa, no mínimo, coloca em xeque qualquer defesa incontestada de investimentos para tornar uma parte do território urbano “inteligente”.

Referências Bibliográficas

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo, Bomtempo, 2016.

GÓES, Eda M. et al. Entrevistas com cidadãos: perspectivas para a análise das práticas espaciais sob a lógica fragmentária. In: GÓES, Eda M.; MELAZZO, Everaldo S. **Metodologia de pesquisa em estudos urbanos: procedimentos, instrumentos e operacionalização**. 2022 [no prelo].

HARVEY, David. Neoliberalism and the City. **Studies in Social Justice** v. 1, n. 1, p. 1-13, 2007.

JESSOP, Bob. Liberalism, Neoliberalism and Urban Governance: A State-theoretical Perspective. **Antipode**, v. 34, n.3, 2002, p. 452-472.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 1974.

LEGROUX, Jean; MORCUENDE, Alejandro; SPOSITO, M Encarnação B. **Fragmentação socioespacial: para uma nova compreensão do urbano?** Texto inédito, submetido para publicação, 2022, 22p.

PATY, Michel. Matéria e necessidade no conhecimento científico. **Scientiæ Studia**. São Paulo, v. 4, n. 4, p. 589-613, dez. 2006. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S1678-31662006000400004>

PATY, Michel. **Réalité et intelligibilité : chemins épistémologiques. Recherches en physique, en philosophie et en histoire des sciences.** Notice des Titres et travaux. 2003. fhalshs-00256765. Disponível em <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00256765>

PINSON, Gilles. **La ville néolibérale.** Paris: PUF, 2020.

PRÉVÔT-SCHAPIRA, M. Segregación, fragmentación, secesión. Hacia una nueva geografía social en la aglomeración de Buenos Aires. **Economía, Sociedad y Territorio**, vol. II, n. 7, 2000, p. 405 a 431.

REDE NOSSA SÃO PAULO. **Mapa da desigualdade.** São Paulo: instituto Cidades Sustentáveis, 2021. Disponível em https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2021/10/Mapa-Da-Desigualdade-2021_Tabelas.pdf

RIBEIRO, Fernando Pinto. Fenômeno écoquartier na Europa: tendências do discurso sustentável na transformação do território. **Scripta Nova**. Barcelona, vol. XVIII, n. 486, 2014.

SANTOS, Milton. **Por uma economia política da cidade.** São Paulo: Hucitec, 1994.

SCHMID, Christian. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. **GeoUSP** – espaço e tempo, São Paulo, n. 32, p. 89- 109, 2012.

SPOSITO, M. Encarnação; GÓES, Eda. **Espaços fechados e cidades: Insegurança urbana e fragmentação socioespacial.** Editora Unesp, 359 p, 2013.

TUNES, Regina H. Ambientes Inovadores Urbanos: um ensaio conceitual para a compreensão da relação urbano e inovação no Brasil. **Revista Ra'e Ga.** Espaço Geográfico em Análise, v. 8, p. 1-17, 2020.

A GEOGRAFIA ESCOLAR QUE FALA (DO) E AO BRASIL: DAS OFENSIVAS IDEOLÓGICO-MERCANTIS AO FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO POPULAR

Ângela Massumi Katuta

Universidade Federal do Paraná (UFPR)/Litoral

angela.katuta@gmail.com

"[...] a educação, exercida de comum acordo com os movimentos sociais e a Sociedade Civil, torna o Estado um instrumento de transformação social [...], um instrumento de luta contra a opressão, um instrumento de libertação e, não, simplesmente, de regulação e de governança da ação social, como querem os neoliberais." (GADOTTI, 2013, p. 18)

Introdução

O presente capítulo, escrito a posteriori da mesa 4 realizada na manhã do dia 11 de outubro de 2021, intitulada *A Geografia escolar que fala ao Brasil: das ofensivas ideológico-mercantis ao fortalecimento da educação popular*, constitui breve síntese das reflexões e debates realizados por ocasião do XIV ENANPEGE (Encontro Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Geografia). As questões elaboradas pelos participantes do evento foram fundamentais para adensarmos nossas reflexões e, certamente, para orientarmos a presente sistematização. Portanto, agradeço

profundamente os interlocutores que elaboraram as questões e às educadoras Maria Adailza Martins de Albuquerque (UFPB/Universidade Federal da Paraíba), Sandra de Castro de Azevedo (UNIFAL/Universidade Federal de Alfenas) e ao educador Átila de Menezes Lima (UNIVASF/Universidade Federal do Vale do São Francisco) companheiros das reflexões e debates sobre o tema na ocasião.


O presente texto foi elaborado com o objetivo de problematizar a geografia escolar que fala ao e do Brasil no atual momento de fortalecimento das políticas neoliberais e avanço do conservadorismo na educação brasileira que se desdobram em uma série de imposições educacionais nos três níveis da administração pública – Federal, Estadual e Municipal, sobretudo no tocante às reformas curriculares de caráter conservador e prescritivo. Em um primeiro momento, abordei as ofensivas ideológico-mercantis na educação brasileira, tendo como foco as imposições presentes nas reformas curriculares atuais que têm auxiliado no fortalecimento das históricas e tradicionais pedagogias da subalternização e da opressão e, também, no processo de intensificação da mercantilização e financeirização da área educacional.

Em seguida, refleti sobre as contribuições da Educação popular para a geografia escolar, sobretudo no que se refere aos seus princípios éticos, epistêmicos e ontológicos. A Educação popular, tecida e constituída pelas pluriethnicidades e diversidades inerentes ao território brasileiro, expressão do constante e histórico interrogar dos oprimidos e oprimidas em relação à escola existente e não raro negada, se expressa nos currículos coletivamente elaborados por educadoras, educadores, educandas, educandos, suas comunidades e organizações e que, em função das imposições curriculares, estão sofrendo interdições. Constituem exemplo desse processo as Diretrizes Curriculares para Educação indígena (BRASIL, 1999), do campo (BRASIL, 2002), quilombola (BRASIL, 2012) e muitos outros currículos que têm como referencial teórico metodológico as matrizes críticas e conscientizadoras, a exemplo da pedagogia histórico crítica e da pedagogia freireiana historicamente combatidas pelo campo conservador educacional.

Certamente em uma época de tensionamento e de crise do Estado democrático de direito estar ao lado, apoiar e atuar com os movimentos e grupos sociais organizados, com os coletivos de docentes, comunidades e de estudantes mobilizados contra o fortalecimento das políticas neoliberais na Educação brasileira é fundamental para que possamos construir/fortalecer escolas voltadas à emancipação e autonomia, condição para um mundo onde caibam muitos mundos. Para

tanto, disputar programas, políticas educacionais e financiamentos nos vários âmbitos da administração pública, tornando o Estado um instrumento de transformação social, como nos lembra Gadotti (2013) na epígrafe que abre o presente capítulo, constitui tarefa histórica dos oprimidos.

As ofensivas ideológico-mercantis e a pedagogia da subalternização e da opressão como estratégias de fortalecimento do projeto neoliberal



"Contra a barbárie, o direito à educação! [...] não podemos permitir que a educação seja barbarizada, [...] devemos utilizar a educação precisamente como instrumento de luta e de liberdade contra a barbárie. Para isso, o direito à educação deve ser nossa pauta de ação." (CARA, 2019, p. 31)

Tendo como referência a obra de Saviani (2019) intitulada *História das Ideias pedagógicas no Brasil* e a periodização proposta pelo autor, é possível afirmar que o acesso à educação pública da maioria do povo brasileiro constitui fenômeno recente no país. O autor evidencia que, desde as suas origens com o processo de invasão, conhecido na historiografia tradicional por colonização até os dias atuais, a pedagogia da opressão e da subalternização constitui ainda hoje estratégia dos grupos e das classes sociais dominantes visando a hegemonia, sobretudo por meio da forma escola – hierarquizada e autoritária, e dos conteúdos abordados pois neles predominavam/predominam as suas narrativas. Tal fato mostra que as ofensivas ideológicas nos processos educativos formais se materializam quando as classes populares e/ou os oprimidos e oprimidas passam a acessar a escola criada pelas classes hegemônicas. A despeito da continuidade/permanência das ofensivas ideológicas é importante destacar que as contestações às pedagogias hegemônicas ocorrem há muito tempo e se intensificaram com o processo de

1 Saviani (2019, p. 45-46) propõe uma periodização baseada em fatos históricos relevantes vinculados à Educação e também à filosofia, à teoria da educação e às práticas de ensino: 1º Período (1549-1759): Monopólio da vertente religiosa da pedagogia tradicional; 2º Período (1759-1932): Coexistência entre as vertentes religiosa e leiga da pedagogia tradicional; 3º Período (1932-1969): predominância da pedagogia nova; 4º Período (1969-1996): confronto entre as pedagogias críticas e a pedagogia do capital humano.

democratização da sociedade, com a emergência dos grupos e/ou movimentos sociais organizados que, historicamente, reivindicam educação pública e, atualmente, de gestão pública e de qualidade emancipatória ou social.

Silva M. A. (2009) elenca vários fatores internos e externos à instituição escolar que interferem em sua qualidade social. Os fatores externos, muitos deles desconsiderados e/ou negligenciados pelas atuais políticas educacionais, influenciam sobremaneira a qualidade social da escola pois auxiliam no acesso e na permanência dos educandos e educandas:

a) Fatores socioeconômicos, como condições de moradia; situação de trabalho ou de desemprego dos responsáveis pelo estudante; renda familiar; trabalho de crianças e de adolescentes; distância dos locais de moradia e de estudo.

b) Fatores socioculturais, como escolaridade da família; tempo dedicado pela família à formação cultural dos filhos; hábitos de leitura em casa; viagens, recursos tecnológicos em casa; espaços sociais frequentados pela família; formas de lazer e de aproveitamento do tempo livre; expectativas dos familiares em relação aos estudos e ao futuro das crianças e dos jovens.


c) Financiamento público adequado, com recursos previstos e executados; decisões coletivas referentes aos recursos da escola; conduta ética no uso dos recursos e transparência financeira e administrativa.

d) Compromisso dos gestores centrais com a boa formação dos docentes e funcionários da educação, propiciando o seu ingresso por concurso público, a sua formação continuada e a valorização da carreira; ambiente e condições propícias ao bom trabalho pedagógico; conhecimento e domínio de processos de avaliação que reorientem as ações. (SILVA M. A., 2009, p. 224)

Em grande parte, o acesso e a permanência dos estudantes das classes popu-

lares e/ou dos oprimidos e oprimidas dependem desses elementos, evidenciando a falácia atual do Todos pela Educação e do Movimento pela Base² que circunscreve a qualidade da educação apenas a alguns fatores internos, a exemplo dos currículos prescritivos elaborados hierarquicamente sem diálogo³ com os territórios, com os educadores e educadoras das escolas e muito menos com as comunidades dos educandos e educandas (Base Nacional Comum Curricular – BNCC da educação infantil, ensino fundamental e médio, aprovadas respectivamente nos anos de 2017 e 2018). Importante destacar que, ainda que tenham sido feitas audiências públicas regionais, as mesmas não foram abertas a todos os educadores e educadoras pois ocorreram em lugares que não comportava a totalidade de interessados, além disso, houve limitação de número de profissionais com direito a um tempo restrito de fala.

Como fatores internos à escola que influenciam em sua qualidade social a mesma autora elenca:



[...] a organização do trabalho pedagógico e a gestão da escola; os projetos escolares; as formas de interlocução da escola com as famílias; o ambiente saudável; a política de inclusão efetiva; o respeito às diferenças e o diálogo como premissa básica; o trabalho colaborativo e as práticas efetivas de funcionamento dos colegiados e/ou dos conselhos escolares. (SILVA M. A., 2009, p. 224)

Importante destacar que a qualidade defendida pelo Ministério da Educação (MEC) e pelas instituições, entidades e investidores que apoiam as atuais refor-

2 Ver em: <<https://movimentopelabase.org.br/quem-somos/>>. Esse grupo se autodefine como “Somos uma rede não governamental e apartidária de pessoas e instituições, que desde 2013 se dedica à construção e implementação de qualidade da BNCC e do Novo Ensino Médio.”

3 De acordo com a versão governamental ocorreram diálogos por meio dos sites disponibilizados para sugestões, das audiências públicas, da contratação de leitores críticos. Contudo, a literatura questiona o modo como os mesmos foram realizados (não se sabe quantas e quais foram as sugestões encaminhadas por meio do site, os espaços físicos disponibilizados para as audiências eram diminutos para a totalidade de educadores e educadoras, ainda assim ocorreu a restrição ao tempo de fala em função da quantidade de inscritos nas audiências públicas, não se comprovou a consideração das sugestões feitas nem on line, nas audiências e tampouco pelos leitores críticos, entre outros). Contudo, não se dialogou nem em torno do formato da Base muito menos acerca do modus operandi de sua construção, baseada na velha divisão intelectual do trabalho na qual poucos pensam e propõem para que os educadores e educadoras da Educação Básica implementem, expressando a negação dos mesmos como intelectuais e desrespeitando o princípio da gestão democrática na educação presentes na Constituição de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9394/96.

mas neoliberais responsáveis pelas ofensivas ideológicas à Educação pública brasileira vincula-se a uma visão empresarial, ou seja, concebem a educação como mercadoria e como formadora de mão de obra flexível, submissa e dócil para a sua inclusão marginal, negando seu caráter de direito básico voltado à promoção da equidade, da emancipação e da autonomia. Não existe possibilidade de consenso entre a visão empresarial e aquela dos coletivos, grupos e movimentos sociais que defendem a educação pública de gestão pública de qualidade social, pelo contrário, há tensões e disputas de sentidos com opostos projetos de Educação, de país e de mundo. Há que diferenciá-los sob o risco de compreender equivocadamente as atuais políticas educacionais como avanços e não como reflexos na área educacional.

Ao disputarem historicamente o acesso à educação pública em todos os níveis de ensino, a permanência nas escolas, os seus currículos e conteúdos os grupos, movimentos sociais e coletivos têm desempenhado importante papel na contra-posição às ofensivas ideológicas dos grupos hegemônicos por meio de reflexões, saberes e fazeres contra hegemônicos e da construção de escolas e currículos outros voltados à autonomia e emancipação. Podemos citar como exemplo as escolas do campo, indígenas e quilombolas cujos currículos baseados nas suas diretrizes específicas têm sido interditados no processo de implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Muitos coletivos dos campos e das cidades lutam por currículos vinculados aos seus modos de existência; por formas e conteúdos das escolas que auxiliem os oprimidos e oprimidas a se entenderem (saberem-se) potencializando ações de transformação de suas condições materiais de vida. Tais lutas podem ser compreendidas como respostas destes sujeitos às ofensivas ideológicas das pedagogias da opressão e subalternização organizadas estrategicamente pelos grupos sociais hegemônicos, atualmente representados pelo Todos pela Educação.

O Todos pela Educação, auto identificado como uma organização da sociedade civil com o objetivo de "melhorar para valer a qualidade da Educação Básica no Brasil" tem como seus financiadores e colaboradores grandes empresas, fundações, investidores, pesquisadores e entidades vinculados aos grupos hegemônicos e seu projeto societário excludente. Constituem seus mantenedores: B3 Social, As-

4 Disponível em: <<https://todospelaeducacao.org.br/quem-somos/>>.

sociação Crescer Sempre, Família Kishimoto, Fundação Bradesco, Fundação Grupo Volkswagen, Fundação Itaú Social, Fundação Lemann, Fundação Lucia & Pelerson Penido (Flupp), Fundação Maria Lucia Souto Vidigal, Fundação Maria Emília, ProFuturo - Fundação Telefônica Vivo, Fundação Vale, Gol, iFood, Instituto MRV, Instituto Natura, Instituto Peninsula, Instituto UNIBANCO, Itaú Educação e Trabalho, Movimento Bem Maior, Milú Villela, Prisma Capital, Scheffer.

Os apoiadores da organização referida organização são: Adega Alentejana, Alvaro de Souza, Arredondar, Burger King, Cássio Casseb, Daniel Goldberg, Eduardo Vassimon, Fundação Educar DPaschoal, Fundação Roberto Marinho, Instituto ACP, Instituto CSHG, Instituto Cyrela, Instituto Votorantim, Orizon, Jair Ribeiro, Editora Moderna, PATRI, Persio Arida, Reynaldo Figueiredo, Shoulder, Suzano. Somado a esses, estão o Ministério da Educação (MEC), Consed (Conselho Nacional de Secretários de Educação), UNDIME (União Nacional do Dirigentes Municipais de Ensino). Eis a evidência dos grupos de poder que estão aparelhando o Estado brasileiro, colocando-se no comando e fortalecimento das atuais políticas públicas educacionais neoliberais.

A proximidade das referidas organizações com o MEC, somado ao conjunto de mantenedores, apoiadores e entidades de representação dos Secretários e Dirigentes municipais de ensino evidencia parcerias e coalizações do Estado brasileiro com empresas de vários setores e o capital financeiro que tomaram de assalto a educação pública do país, ampliando e intensificando sua mercantilização, financeirização⁵ e o controle ideológico do trabalho docente por meio da imposição curricular, portanto, ideológica, nos vários níveis da administração pública. Esta imposição se fortalece com o Programa Nacional do livro e do Material didático (PNLD) e o Sistema de avaliação da Educação Básica (Saeb) - criado em 1990 que avalia a educação infantil, o ensino fundamental (anos iniciais e finais) e o ensino médio -, pois ambos têm como referência a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), instrumento central da ofensiva ideológico mercantil. Isso porque por meio da BNCC se impõem conteúdos que, necessariamente, devem ser abordados pelos livros e materiais didáticos financiados pelo PNLD. Tal processo de homogeneização curricular facilita a produção dos produtos e serviços educacionais e, ao mesmo tempo, assegura a existência

5 Sobre esta questão ver Katuta (2019, 2020).

de um amplo mercado, processo esse fortalecido pelo sistema nacional de avaliação que fortalece a assunção da BNCC, mesmo por aqueles profissionais da educação a ela contrários.


Podemos afirmar que os campos populares e hegemônicos vêm se enfrentando há quase meio século no país. Não por acaso, as periodizações das ideias pedagógicas propostas por Saviani (2019) tendem, após 1947 a abarcarem um tempo menor, evidenciando a presença de disputas em torno de concepções de educação, dos instrumentos legais, dos projetos, programas e políticas educacionais: 1º Período de 1549 a 1759: 210 anos – caracterizado pelo monopólio da vertente religiosa da pedagogia tradicional; 2º Período de 1759 a 1932: 173 anos – marcado pela coexistência das vertentes religiosa e leiga da pedagogia tradicional; 3º Período: 1932 a 1969: 37 anos – predominância da pedagogia nova; 4º Período: 1969 a 1996: 27 anos – confronto entre as pedagogias críticas e a do capital humano.

Verifica-se na própria periodização, a forte presença do conservadorismo, como traço predominante na educação escolar brasileira. Se considerarmos as influências do campo religioso, da pedagogia tradicional e da pedagogia nova, somadas, correspondem a aproximadamente 420 anos de hegemonia. Dessa maneira, podemos afirmar que, juntamente com o processo de intensificação da democratização do país, fortalecida pelos grupos, movimentos sociais e coletivos organizados em torno da educação como direito, temos aproximadamente pouco mais de meio século de confrontos e tensionamentos entre o campo conservador e o democrático que tem se organizado e constituído as mais variadas frentes de lutas. Portanto, organização coletiva é um pressuposto para o fortalecimento das lutas e resistências por uma educação de qualidade social que se contraponha às ofensivas ideológico mercantis das atuais políticas educacionais.

Importante destacar também que as imposições, interdições e os controles das classes e dos grupos hegemônicos são elaborados e vão se delineando no diálogo/embate com as interrogações, tensionamentos, estratégias, disputas e lutas promovidos pelos grupos, coletivos e movimentos sociais defensores de escolas que auxiliem na formação voltada à emancipação e à autonomia. Assim, é possível inferir que a ampliação e intensificação dos mecanismos de controle na área educacional tem relação com as resistências e lutas das comunidades escolares, no interior das quais destacam-se os educadores e educadoras da educação básica e dos pesquisadores do campo progressista que possuem consciência de classe. Há

que fortalecer, apoiar e compor tais grupos, coletivos e movimentos sociais para que possamos criar e manter escolas voltadas à emancipação e à autonomia que tenham como projeto de futuro a defesa da dignidade das vidas.

Se o último período (1969-1996) da história das ideias pedagógicas, de acordo com Saviani (2019), foi marcado pelo confronto entre as pedagogias críticas e aquelas vinculadas à compreensão da educação como mercadoria e caminho para a formação de capital humano, portanto, voltadas à alienação e subalternização dos sujeitos visando sua inclusão marginal, podemos afirmar que este processo de 1996 até os dias atuais tendeu à agudização dos tensionamentos em função das imposições e ofensivas ideológico mercantis efetivadas sob a égide da agenda neoliberal e reacionária em um país de economia dependente como a brasileira. Para Daniel Cara:



Se para os ultraliberais a educação é antes um insumo econômico e, depois, pode ser uma oportunidade de negócios, para os ultrarreacionários é uma estratégia de dominação política. [...] Juntos e articulados, ultraliberais e ultrarreacionários pretendem destruir o pacto social estabelecido pela Constituição Federal de 1988. (CARA, 2019, p. 30-31)

As políticas e programas públicos educacionais sempre foram objeto de disputa entre grupos, movimentos, classes sociais e frações de classes que deixaram e deixam suas marcas nos mesmos, nos instrumentos legais e normativos, evidenciando os tensionamentos inerentes às defesas e conflitos ligados às ideias pedagógicas em cada época. Com o fortalecimento do processo de democratização do país a partir dos anos 1960 e, em meados dos anos 1990 com a imposição da lógica neoliberal na Educação pública brasileira, os tensionamentos entre grupos, classes e movimentos sociais tenderam a recrudescer. O fundo público, as Políticas e programas públicos, os Planos Decenais de Educação (2001/2010; 2014/2024), os currículos elaborados coletivamente, os conteúdos dos componentes curriculares, os próprios componentes curriculares, as escolas, entre outros elementos inerentes à educação brasileira têm sido alvo de acirradas disputas entre os grupos sociais hegemônicos e os grupos, coletivos e movimentos sociais

em torno de concepções educacionais e projetos de sociedade que desdobram em distintas propostas de escolas. Entender as ofensivas ideológico-mercantis e a pedagogia da subalternização e da opressão como estratégias de fortalecimento do projeto neoliberal no contexto da acumulação flexível e da acumulação por espoliação é fundamental no trabalho coletivo de resistência.

A título de exemplo de disputa no campo educacional, podemos citar o caso recente da Proposta Curricular do Município de Presidente Prudente/SP (Educação infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental) coletiva e democraticamente elaborada ao longo dos anos de 2019 e 2020 por professores, coordenadores, supervisores e assessores e aprovada pelo Decreto Municipal nº 31.507/2020 com vigência para o período de 2020-2030 e revogada pelo Decreto nº 32734/2022 em 24/01/2022 por outro prefeito que também impôs a adesão do Município ao Currículo Paulista a partir do corrente ano. Tais decisões foram autoritárias e arbitrárias pois não foi feita consulta à rede pública municipal que estava se preparando para a implementação da proposta democraticamente elaborada.

A proposta revogada tinha como opção teórico-metodológica os fundamentos da pedagogia histórico crítica. Não por acaso, os setores conservadores que a denominavam pejorativa e equivocadamente de socialista/comunista, fizeram várias tentativas de interdição desde o início dos processos licitatórios e também ao longo da elaboração da mesma, que teve sua redação finalizada em novembro, sendo aprovada em dezembro de 2020 com muita mobilização dos educadores e educadoras que exerciam seu pleno direito de participar da gestão democrática da educação, prevista na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases 9394/96.

A disputa curricular no município ainda segue. Contudo, é importante destacar que uma das justificativas que nos chamou a atenção para a revogação e adesão ao currículo alinhado à BNCC foi a adoção do mesmo por 90,8% dos municípios (621 de um total de 645) e a possibilidade de “utilização imediata sem nenhum custo”. Tais justificativas evidenciam o entendimento economicista da referida unidade administrativa municipal em relação ao currículo. Afinal, em uma perspectiva da gestão democrática, um currículo elaborado pelos profissionais da rede municipal de ensino constitui além de um documento importante que sistematiza as reflexões dos mesmos em um determinado momento, legítimo processo de formação continuada. Desse modo, foram desrespeitados o direito à produção curricular coletiva,

fundada na gestão democrática da escola e o direito de os educadores refletirem, debaterem, opinarem e sistematizarem currículos que influenciarão diretamente em seu trabalho nas escolas, somado ao legítimo direito à formação continuada dos trabalhadores e trabalhadoras da educação como política pública. A imposição do atual prefeito do município (Edson tomazini – Ed Thomas) teve o aval da Secretária de educação – Joana D'arc Patrício do Nascimento, vereadora pelo (PSB/Partido Socialista Brasileiro) e ex-líder do governo na Câmara Municipal. Tal interdição evidencia para além do autoritarismo, uma compreensão tecnicista e conservadora do currículo como produto e não como produção coletiva que expressa os estudos, debates e sistematização daqueles e daquelas que atuam na rede pública municipal.


O excerto que abre o presente item do prof. da Universidade de São Paulo (USP/Departamento de Educação) Daniel Cara – ex-coordenador (2006-2020) e membro do Comitê diretivo da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, remete às ofensivas ideológico-mercantis que têm assolado a sociedade brasileira, sobretudo no tocante à área educacional há mais três décadas. O caso que acabei de narrar é um exemplo didático deste processo, evidenciando ações coordenadas de controle dos currículos entre o governo federal, estadual e municipal.

O marco inicial para a intensificação desse processo foi a Conferência Mundial de Educação para todos, realizada em Jomtien na Tailândia no ano de 1990, cujos pressupostos foram tecidos desde os anos 1950 pelos economistas estadunidenses - Theodore Schultz e Gary Becker, professores do departamento de economia da Universidade de Chicago que defendiam a tese de que a educação deveria ser compreendida e analisada na produção como um fator independente. Conhecida amplamente como Teoria do Capital Humano (TCH), essa tese – retomada nos dias atuais, contudo, para viabilizar a inclusão marginal dos trabalhadores, defendia a necessidade do aumento no investimento em capital humano como um importante fator para o desenvolvimento econômico e para a ampliação dos ganhos econômicos e sociais dos trabalhadores.

O conselho de muitos pais e adultos “Estude bastante para ter um bom emprego” expressava a esperança que as famílias dos trabalhadores tinham no processo de escolarização. No atual contexto da acumulação por espoliação, intensificado pela ascensão de ultraliberais e ultraconservadores ao poder e pela gestão da pandemia de Covid19, a luta pela sobrevivência constitui prioridade para as classes populares. Será ainda a escola ilusão fecunda para as mesmas?

A tese da educação como promotora do capital humano e do desenvolvimento capitalista foi oportuna e estrategicamente assumida pelos organismos multilaterais (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, o Banco Mundial - BM e o Fundo Monetário Internacional - FMI), criados no contexto geopolítico do pós guerra, entre os anos de 1944 a 1946, com o objetivo de enfrentar a ameaça comunista e de fortalecer a liderança estadunidense junto aos países capitalistas, que passa a exercer cada vez maior influência nas políticas econômicas e educacionais dos países subdesenvolvidos ou como denomina a concepção desenvolvimentista: os países em desenvolvimento.

Os acordos MEC (Ministério da Educação)/USAID (United States Agency for International Development) constituem expressões geopolíticas do referido fortalecimento:



A educação passa a ser defendida por estas instituições como formadora de capital humano e, desde a Guerra Fria (1947/1991), como elemento importante à segurança, condição para a ampliação da atuação do capital internacional nos regimes capitalistas periféricos. Educação e segurança passam a constituir então as pautas dos referidos organismos multilaterais para os países de economia periférica e a ditar as políticas econômicas e educacionais em escala mundial [...]. (KATUTA, 2020, p. 23)

Justificava-se dessa maneira as políticas de intervenção nas instituições de ensino, a exemplo da Lei 5540/68 que fixava as normas de organização e funcionamento do ensino superior e das Leis de Diretrizes e Bases da Educação nº 4024/1961 e a nº 5692/71. Tais Leis reformaram o ensino superior e a educação básica vinculando-os às demandas imediatas da economia e aos interesses do mercado. Intensifica-se neste período a atuação de empresas educacionais no ensino superior por meio da criação de fundações e universidades particulares, bem como de cursos de formação de professores aligeirados e de qualidade social questionável – estratégia que funcionou também no processo de interdição da tomada de consciência de classe de muitos educadores e educadoras. Afinal,

uma formação docente inicial precária fortalece a submissão intelectual e a demanda por propostas e materiais didáticos prescritivos e a divisão intelectual do trabalho entre os que pensam propostas e os que as executam, via de regra entendidos como sujeitos destituídos de capacidade intelectual, profissional e de direitos de refletir, opinar, sugerir e implementar propostas coletivamente pensadas desde as bases.

No caso da educação básica, as reformas transformaram as escolas do então segundo grau em profissionalizantes, explicitando as relações entre economia e educação nos países capitalistas e também evidenciando como denuncia Silva M. (2018) que a BNCC da Reforma do Ensino médio constitui um resgate de um empoeirado discurso. É neste período também que a Geografia e a História desaparecem como disciplinas e são substituídas pelos Estudos Sociais que tinha como objetivo o ajustamento crescente do indivíduo ao meio, de acordo com o Parecer do Conselho Federal de Educação nº 853/71 (NADAI, 1988) por meio de abordagens e conteúdos que fortaleciam o processo de ideologização.

Atualmente, a BNCC do ensino médio, como na imposição curricular dos anos 1960/70 já abordada, forjou a aglutinação/redução dos componentes curriculares da Geografia, História, Sociologia e Filosofia no que denominam de área de Ciências Humanas e Sociais aplicadas e da Biologia, Física e Química no que se convencionou denominar de Ciências da Natureza e suas tecnologias. Tais proposições de ensino por áreas do conhecimento carecem de justificativas fundamentadas em estudos e pesquisas e constituem uma das ofensivas ideológico mercantis das atuais políticas neoliberais. Trata-se de estratégia para acomodar a diminuição de 600 horas referentes aos conhecimentos científicos. Isso porque das 3000 horas, 40%, ou seja, 1200 horas irão compor os Itinerários formativos⁶, restando 2400 horas para o trabalho com os conhecimentos científicos/escolares. Contudo, Língua Portuguesa, Matemática e Língua Inglesa são componentes obrigatórios, o que significa que Ciências da natureza e suas tecnologias e Ciências humanas e sociais aplicadas tiveram reduzidas suas cargas horárias. No estado do Paraná, os professores dos componentes curriculares de Geografia, História, Sociologia e Filosofia estão assumindo itinerários pedagógi-

6 1) linguagens e suas tecnologias; 2) matemática e suas tecnologias; 3) ciências da natureza e suas tecnologias; 4) ciências humanas e sociais aplicadas; 5) formação técnica e profissional.

cos como Projeto de vida e Pensamento Computacional⁷ em função da redução das aulas dos seus componentes curriculares.

Somado a isso, o governo do Estado do Paraná, estabeleceu parceria com a Unicesumar (Vitrú Educação/Uniasselvi), empresa de educação especializada em Educação à Distância (EaD) e cursos de Medicina, única concorrente no pregão nº 980/2021, arrematando os 27 lotes disponibilizados pela Secretaria de Estado de Educação (SEED) para a formação técnica profissional. Segundo a APP – Sindicato dos profissionais da Educação no Paraná, é falsa a alegação do governo em relação à ausência de profissionais capacitados para o trabalho. O mesmo sindicato denunciou ainda um duplo desvio de recursos públicos: entrega dos recursos financeiros públicos à iniciativa privada e, possível apropriação da produção intelectual dos servidores(as) pois estes tiveram que, no ano anterior como de costume, elaborar as matrizes curriculares e as ementas referentes à formação técnica profissional. Não há garantias de que tais documentos não serão apropriados pelos profissionais da referida empresa contratada que, até o momento (Fevereiro de 2022), está tendo problemas para a prestação dos serviços contratados.

Tendo em vista o exposto, podemos afirmar que as ofensivas político-ideológicas se dão atualmente em várias frentes, contudo, o que distingue o atual período dos anos 1990, é o aumento/intensificação do controle em relação ao trabalho docente por meio: da imposição curricular concatenada nos vários níveis de ensino desde a educação infantil, passando pelos anos iniciais e finais do fundamental, pelo ensino médio até a formação inicial e continuada de professores (BNC Formação inicial e continuada⁸); das avaliações nacionais e internacionais (SAEB/PISA/ENADE/Autorização para criação de curso, Avaliação para reconhecimento e renovação de reconhecimento, entre outras) e do Programa Nacional do Livro e do Material didático (PNLD). Somado então a ações que podem ser entendidas como de controle político-ideológico que favorecem a inclusão marginal, temos a intensificação da mercantilização da educação por meio da criação de produtos e serviços que ampliam o repasse do fundo público à iniciativa privada.

Entendo também a precarização dos contratos dos educadores e educadoras


7 Ver o Referencial Curricular para o ensino médio do Paraná em: <https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-08/referencial_curricular_novoem_11082021.pdf>.

8 Respectivamente Resolução CNE/CP n. 2, de 20 de dezembro de 2019 e Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020.

como estratégia de controle político ideológico pois em muitas unidades da federação, há quase uma década não há concurso público para a efetivação dos professores. Por isso, parte significativa dos profissionais estão atuando mediante contratos cada vez mais precários. Sabe-se que aqueles trabalhadores e trabalhadoras da educação com contratos temporários têm menor poder de negociação e de enfrentamento das imposições ligadas às políticas educacionais dos governos federais, municipais e estaduais, ampliando dessa maneira a capilaridade do projeto neoliberal na área educacional.

Também entendo que a precariedade das condições materiais de trabalho constitui forma de controle político ideológico docente na medida em que torna os educadores e educadoras presas fáceis de materiais prescritivos, já prontos, fundados em pedagogias tecnicistas e escolanovistas⁹. É neste contexto de controle e precarização que a pedagogia da subalternização e da opressão tenta avançar nas escolas públicas. No item que segue abordamos as contribuições da Educação popular para a geografia escolar, tendo como foco seus princípios éticos, epistêmicos e ontológicos que, produzidos em diálogo com as pluriethnicidades e diversidades inerentes ao povo brasileiro, auxiliaram na organização de currículos coletivamente elaborados por educadoras, educadores, educandas, educandos, suas comunidades e organizações e que, estão seriamente ameaçados.

As categorias e os princípios da Educação popular e suas contribuições à geografia escolar que fala ao Brasil dos Brasis



"Um dos princípios originários da Educação Popular tem sido a criação de uma nova epistemologia que respeita valoriza o senso comum no processo pedagógico, problematizando-o, tratando de descobrir a teoria presente na prática popular, teoria ainda não conhecida pelo povo, problematizando-a, incorporando-lhe um raciocínio mais rigoroso, científico e unitário. O senso comum representa,

⁹ Sobre este assunto ver livro Manifesto: crítica às reformas neoliberais na Educação – prólogo do Ensino de Geografia de Albuquerque et al (2021).



muitas vezes, a expressão do opressor introjetada no oprimido, devendo, portanto, ser problematizado, questionado e desconstruído, mas não ser simplesmente rejeitado, humilhando o oprimido.” (GADOTTI, 2013, p. 2)

A epígrafe que abre o presente item explicita uma das principais contribuições da educação popular para os vários campos do conhecimento e, sobretudo, para a Ciência como um todo e que tem reverberado na educação escolar e nos vários componentes curriculares da Educação Básica, dentre eles a Geografia. Sim! A Educação popular – melhor seria dizer as Educações populares –, dada a pluralidade de sujeitos, grupos, coletivos e movimentos sociais que a constitui, fez emergir, criou, propõe novas epistemologias, pois interroga aquelas tradicionalmente constituídas no contexto das sociedades capitalistas. E, interrogando-as, propõe compreensões-ações no mundo desde o lugar dos vencidos, dos periféricos, dos expropriados, explorados, enfim, dos que sofrem os mais variados tipos de opressão que os impedem de ser mais ou de desenvolver sua omnilateralidade¹⁰.

Os múltiplos lugares e territórios ocupados pelas oprimidas e pelos oprimidos constituem e são constituídos por distintas ontologias. Dada a pluriétnicidade constituinte do território brasileiro, os mesmos fenômenos são vividos, percebidos e representados¹¹ de modos distintos, dependendo das cosmologias de cada grupo étnico e/ou classe social. As várias perspectivas cosmológicas

¹⁰ Este conceito – tecido pela pedagogia histórico crítica (matriz marxista), se refere à formação humana integral em oposição àquela unilateral promovida pelo trabalho alienado provocada pela divisão social do trabalho nas sociedades capitalistas. A omnilateralidade reverbera em vários campos passando pela moral, ética, pela práxis, pela formação intelectual, artística, pela afetividade, sensibilidade, pela emoção, entre outros aspectos que conduzem os seres humanos ao reconhecimento mútuo em liberdade, à vida voltada às relações sociais coletivamente gestadas. Rompe com a dicotomia entre o trabalho manual e intelectual superando o individualismo, os valores e preconceitos da sociedade do capital. “O homem omnilateral não se define pelo que sabe, domina, gosta, conhece, muito menos pelo que possui, mas pela sua ampla abertura e disponibilidade para saber, dominar, gostar, conhecer coisas, pessoas, enfim, realidades – as mais diversas. O homem omnilateral é aquele que se define não propriamente pela riqueza do que o preenche, mas pela riqueza do que lhe falta e se torna absolutamente indispensável e imprescindível para o seu ser: a realidade exterior, natural e social criada pelo trabalho humano como manifestação humana livre. [...] É na sua ação sobre o mundo que o homem se afirma como tal, no entanto, ele precisa atuar como um todo sobre o real, com todas as suas faculdades humanas, todo seu potencial e não como ser fragmentado, pois só assim ele poderá se encontrar objetivado como ser total diante de si mesmo.” [Disponível em: <<http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/omn.html#:~:text=0%20conceito%20de%20omnilateralidade%20%C3%A9,pelas%20rela%C3%A7%C3%B5es%20burguesas%20estranhadas%2C%20enfim.->>>

¹¹ Ver as obras de Henri Lefebvre (2006, 1983): A produção do espaço e La presencia Y la ausencia: contribución a la teoría de las representaciones nas quais o mesmo aborda a dimensão do vivido, do concebido e do percebido e as práticas espaciais, as representações do espaço e os espaços de representação, conceitos profícuos para compreender as geografias produzidas no contexto das diferentes cosmologias

produzem diversos modos de estar e ser no mundo e distintas geo-grafias. A título de exemplo, uma floresta pode ser concebida como coisa em si pela tradição moderna eurocentrada mas também, de acordo com o prof. Dr. João Paulo Lima Barreto ou João Paulo Tukano¹², como um movimento complexo de relações entre os vários entes, tal como algumas tradições indígenas a concebem. Tais compreensões, gestadas nas práticas socio territoriais dos grupos humanos, resultam e produzem distintos modos de estar e ser no mundo (Geo-grafias) e as mais variadas paisagens.

Por isso, o senso comum, os conhecimentos ancestralmente constituídos – denominados por certa tradição hierarquizadora como conhecimentos étnicos ou etno conhecimentos, tão desvalorizados nas epistemologias da tradição científica moderna –, constituem o ponto de partida para a reorganização e/ou desconstrução dos conhecimentos que auxiliam a compreender o mundo de maneira crítica por meio da problematização, questionamento e transformação da leitura de mundo dos oprimidos e oprimidas. É neste contexto que compreendo que as categorias de pensamento e princípios da educação popular podem auxiliar na interrogação e no repensar das proposições da geografia ensinada, dado que constituem lastro onto epistêmico, ético e societário capazes de embasar os educadores e educadoras na construção de reflexões, de análises e de práticas educacionais fundadas na autonomia e na emancipação.

No 1º Seminário Nacional da Política de Educação Popular realizado em outubro de 2013, a partir de amplos debates, diálogos e reflexões efetivados no período de 2011 a 2013 com a participação do Governo Federal, dos movimentos sociais, das universidades, de educadores e educadoras populares, de profissionais que atuam na educação formal do país e outras entidades foi aprovada a publicação intitulada *Marco de referência da educação popular para as políticas públicas* (2014). Este documento visando o enriquecimento do debate sobre a educação popular e a democratização da participação da sociedade incorporou as contribuições de duas consultas públicas realizadas em dezembro de 2013 e janeiro de 2014. Trata-se de um documento importante para compreender a relevância da educação popular no contexto educacional brasileiro, sobretudo


¹² Pertencente ao povo Ye'pamahsã, é antropólogo e professor da Universidade Federal do Amazonas.

nos tempos atuais de recrudescimento das políticas neoliberais que vêm sendo largamente implementadas pelo Ministério da Educação (MEC).

No referido documento, são explicitadas as categorias ou as ideias força da educação popular que podem auxiliar a interrogar e reorientar a geografia ensinada no país, quais sejam: dialogicidade, amorosidade, conscientização, transformação da realidade e do mundo, partir da realidade concreta, construção do conhecimento e pesquisa participante, sistematização das experiências e do conhecimento (BRASIL, 2014, p. 36-48).

Tais categorias reafirmam a necessidade do estabelecimento do diálogo com a realidade dos educandos e educandas nos diferentes territórios em que habitam para a efetivação dos processos educativos nas escolas que, invariavelmente ocorrem inicialmente na dimensão do particular. Isso porque “[...] A intervenção educativa é histórica, política e cultural, daí as experiências não poderem ser transplantadas. É a leitura séria e crítica da realidade que indica os percursos pedagógicos, a serem construídos a partir da opção política e ética.” (BRASIL, 2014, p. 48). Este entendimento se contrapõe à atual política de prescrição do currículo da educação básica que não dialoga com as diversas realidades educacionais presentes no país.

A amorosidade, em uma perspectiva freiriana, é a base do diálogo que se constitui no processo educativo permeado pela humildade e esperança em defesa da causa da libertação:



A amorosidade contém em si a dimensão da alteridade, da questão da outra e do outro, tão diferente e tão igual, vinculado a diferentes grupos socioculturais, com diferentes identidades e dentro de contextos culturais e econômicos diferentes. Assim, a experiência da amorosidade não traduz uma dimensão homogênea e universalizante do ser humano e do mundo, mas está histórica e socialmente contextualizada, culturalmente localizada e simbolicamente representada. (BRASIL, 2014, p. 39)


Esta categoria evidencia a necessidade da ruptura com o sujeito homogêneo, atópico como diz Moreira (2014) da geografia ensinada inerente à hybris do ponto

zero para a emergência das diferenças, da alteridade, da pluriethnicidade que compõe a formação sócio territorial brasileira:

Com ele me refiro ao imaginário segundo o qual, um observador do mundo social pode colocar-se em uma plataforma neutra de observação que, por sua vez, não pode ser observada desde nenhum ponto. Nosso observador hipotético estaria com a capacidade de adotar uma visão soberana sobre o mundo, cujo poder estaria precisamente em que não pode ser observada e nem representada. Os habitantes do ponto zero (cientistas e filósofos ilustrados) estão convencidos de que podem adquirir um ponto de vista sobre o qual não é possível adotar nenhum ponto de vista [o lugar da neutralidade]. Esta pretensão, remete à imagem teológica do Deus onisciente (que observa sem ser observado), mas também ao panóptico foucaultiano, exemplifica com clareza a hybris do pensamento ilustrado. A hybris supõe então o desconhecimento da espacialidade e é por isso, um sinônimo de arrogância e desmesura. Ao pretender carecer de um lugar de enunciação e tradução, os pensadores privilegiados da Nova Granada seriam culpados do pecado da hybris. Um pecado que logo, no século XIX, seria institucionalizado no projeto de Estado-nação dos grupos hegemônicos. (Grifo da autora). (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 18-19)

A desconsideração da espacialidade dos sujeitos que produzem os conhecimentos constitui operação ou estratégia intelectual que oculta a geograficidade e a geopolítica ligadas à produção, disseminação e imposição dos conhecimentos efetivada historicamente pelas instituições escolares nos vários níveis de ensino. Tais estratégias viabilizaram e ainda viabilizam os processos de colonização, dado que fortalecem a crença na neutralidade e na universalidade do conhecimento produzido pelos grupos hegemônicos, interditando a compreensão da totalidade, sendo portanto uma das bases dos processos de ideologização e dominação.

A categoria conscientização, por sua vez, é compreendida como um processo permanente de passagem da consciência ingênua para a consciência crítica. Supõe tomar posse da realidade, produzindo sua desmitologização e a organização coletiva voltada à sua transformação. “O processo de conscientização se constitui em ação relacional e em ação sobre e com o contexto em que os sujeitos se situam e interagem e, portanto, comporta relacionalidade, corporeidade, temporalidade e territorialidade.” (BRASIL, 2014, p. 42). Se dialógico, fundado na amorosidade, geograficamente referenciado e conscientizador o processo educativo



Procurará sempre ser transformador da realidade e do mundo. Buscará construir novas relações econômicas, sociais, culturais, ambientais, baseadas na igualdade, na fraternidade, na justiça. [...] Um processo educativo apoiado na Educação Popular procurará tornar as pessoas sujeitos de direitos, protagonistas dos seus destinos e contribuintes na transformação. A educação conscientizadora, libertadora e transformadora deve contribuir com a democratização do Estado e da sociedade. (BRASIL, 2014, p. 42-43)

Na busca pela transformação emancipatória, a educação popular rompe com a perspectiva conteudista que, via de regra, é destituída de vínculo e relação com a realidade concreta dos educandos e educandas. Por isso, entendo que é inaceitável a prescrição curricular promovida pelas atuais políticas curriculares. O ponto de partida do processo de ensino e aprendizagem, em uma perspectiva da emancipação e construção da autonomia, deve ser a realidade concreta de cada estudante que não é a soma de fatos ou dados tomados em si. “Ela é todos esses dados e mais a percepção que deles esteja tendo a população neles envolvida. Assim, a realidade concreta se dá aos educadores(as) na relação dialética entre objetividade e subjetividade.” Este entendimento demanda uma postura investigativa da materialidade do real dos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem (educadores, educadoras, educandas e educandos). É neste contexto que fazem sentido as metodologias horizontais, a produção horizontal do conhecimento, as metodologias participativas, entre outras estratégias metodológicas que envol-

vem a ruptura com a hierarquização e a dominação e o consequente fortalecimento da participação coletiva na produção dos conhecimentos.

Conhecer e compreender as leituras de mundo dos educandos e educandas é fundamental para que se possa tecer estratégias de construção de conhecimentos voltados à participação, interação e intervenção na realidade. Para tanto, a pesquisa participante, as metodologias horizontais e participativas constituem estratégias metodológicas importantes e potentes. Entendo que na perspectiva do trabalho em sala de aula, estas e outras estratégias voltadas à investigação ação participativa constituem valiosas ferramentas que auxiliam a construir as práticas coletivas voltadas à compreensão crítica da realidade. Compõe esta compreensão a sistematização das experiências e dos conhecimentos que também constitui ato criativo e participativo, auxiliando no protagonismo dos sujeitos voltados à transformação de suas consciências e do mundo. Atualmente, com as políticas das cotas para estudantes das escolas públicas, para as negras e negros, os e as indígenas, os povos do campo, os Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs), somados aos cursos criados no âmbito do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), às licenciaturas em educação do campo do Programa Procampo e as interculturais indígenas, à criação de cotas nos Programas de Mestrados e Doutorados está ocorrendo a emergência de temas, olhares e fazeres outros sobre a pesquisa e os processos educativos, como resposta à interrogação e aos questionamentos dos tradicionais modos de fazer pesquisa, de ensinar, de aprender, de educar, de ideologizar. Estamos diante de um ambiente favorável - criado pelas políticas e programas públicos, ao que Boaventura de Souza Santos e colaboradores têm denominado de epistemologias do sul como resposta ao pensamento abissal.

Às categorias ou ideias força da educação popular brevemente expostas, é importante abordar os princípios da mesma pois auxiliam a pensar os objetivos pedagógicos do ensino da geografia, as estratégias de trabalho com este componente curricular e até mesmo a perspectiva teórico metodológica visando a compreensão da produção dos espaços voltados à justiça política, econômica, sócio ambiental e territorial ou a um mundo onde caibam muitos mundos. Constituem os princípios da educação popular:

- I. Emancipação e poder popular;
- II. Participação popular nos espaços públicos;

- III. Equidade nas políticas públicas fundamentada na solidariedade, na amorosidade;
- IV. Conhecimento crítico e transformação da realidade;
- V. Avaliação e sistematização de saberes e práticas;
- VI. Justiça política, econômica e sócio ambiental. (BRASIL, 2014, p. 49)

Tendo em vista os princípios elencados é importante nos perguntamos: Como organizar nossas aulas a partir dos mesmos? Como abordar os conteúdos da geografia escolar que fala ao Brasil do Brasil? Tais questões remetem a aspectos teóricos e práticos inerentes à docência e demandam a assunção de uma concepção de escola e de ensino de geografia voltados à construção de leituras e compreensões críticas da realidade. Portanto, demandam matrizes teórico metodológicas que auxiliem os estudantes a construir conceitos, acessarem informações e dados que possibilitem a efetivação da leitura como leitura de mundo. É neste contexto que fica evidente que a prática docente é política e deve estar comprometida com a emancipação e o fortalecimento do poder popular, condição para que a democracia participativa se efetive.

É possível também abordamos a produção dos arranjos espaciais na perspectiva da participação societária, evidenciando a necessária atuação popular nos espaços públicos para a construção democrática dos ordenamentos espaciais. Importante destacar que a escola constitui também um espaço público em que é fundamental a participação dos estudantes na organização dos seus espaços, inclusive no da sala de aula. Trata-se de uma possibilidade entre tantas outras e os educadores e educadoras possuem papel importante no elenco dos objetivos pedagógicos que orientarão a seleção de conteúdos e dos seus necessários seus recortes. Para tanto, a pesquisa, a investigação são fundamentais, inclusive para levantarem as concepções e perspectivas dos educandos e educandas em relação aos conteúdos e conceitos que serão trabalhados em sala de aula.

Os procedimentos metodológicos embasados na equidade, na solidariedade e na amorosidade auxiliarão a pensar as políticas públicas tendo como referência tais valores que não estão descolados de um projeto societário. É neste contexto educacional que se tecem conhecimentos críticos que auxiliam na compreensão e transformação da realidade. A avaliação da aprendizagem por meio da sistematização de saberes e práticas constitui elemento fundamental. Entendo que é

neste contexto de autonomia e emancipação que se tecem processos educativos voltados à justiça política, econômica, ambiental e sócio territorial.

Tendo em vista o exposto, fica evidente que pelo fato do ensino e da aprendizagem não serem neutros - pois posicionam politicamente os estudantes por meio da leitura e da compreensão do mundo em que vivem. Assim, acabam influenciando em suas ações sociais -, é preciso partir de seu cotidiano a fim de politizá-lo pois, na perspectiva de Agnes Heller (1985), a alienação da vida cotidiana se efetiva quando não ocorre a estruturação científica da sociedade. Neste sentido, a autonomia docente para selecionar conteúdos e trabalhá-los a partir de abordagens teórico metodológicas críticas constitui a condição para a ruptura com os processos de alienação presentes na vida cotidiana. Fica evidente então que não basta trabalhar com qualquer conteúdo e abordagem teórico metodológica. Teorias críticas são fundamentais para o estabelecimento de uma relação consciente do indivíduo com o ser humano genérico.

A docência pressupõe o trabalho com as teorias e conceitos explicativos dos fenômenos e processos que ocorrem no mundo, como defende a pedagogia freiriana e a pedagogia histórico crítica. Sim! Trabalhamos com teorias explicativas da realidade! Contudo, teorias e conceitos não são o ponto de partida no processo de ensino e aprendizagem, mas constituem instrumental intelectual a partir dos quais realizar-se-á a leitura como leitura do mundo. Por isso, o ponto de partida é a materialidade de vida dos sujeitos, sua cotidianidade que será abordada tendo como referência as teorias e conceitos de matrizes teórico-metodológicas críticas. No caso da geografia, orquestraremos teorias e conceitos para que os estudantes possam compreender a lógica da produção dos arranjos espaciais. Por isso, ao contrário do que apregoam as concepções neoliberais da educação, o processo de ensino e aprendizagem não pode ser reduzido ao orquestramento de metodologias ativas sem que os objetivos de aprendizagem e os conteúdos sejam questionados e transformados. É preciso nos interrogarmos quais conteúdos e conceitos são relevantes para a compreensão crítica e transformadora do mundo, fundadas na justiça política, econômica, ambiental e sócio territorial.

Ao prescrever objetivos de aprendizagem e conteúdos a serem trabalhados em um país diverso e de dimensões continentais como o Brasil e ao desconsiderar a importância da materialidade da realidade dos estudantes - ponto de partida do trabalho escolar, nos processos de ensino e aprendizagem, a Base Nacional

Comum Curricular (BNCC) revela seu comprometimento com os processos de alienação inerentes à educação pensada a partir das classes e grupos hegemônicos, dado que não interroga os conteúdos e nem a forma escola, mantendo intocados os programas escolares historicamente impostos aos oprimidos e oprimidas que, dessa maneira, são preparados (ideologizados) para sua inclusão marginal.


Paulo Freire em sua obra *Pedagogia do Oprimido* (1987) defende que as escolas que agem em favor dos grupos e classes hegemônicas atuam no sentido de perpetuar a política ou cultura do silêncio. Ao fortalecerem a educação bancária, promovem a interdição ou o emudecimento das vozes dos oprimidos e oprimidas, dado que o ensino se torna um comunicado unidirecional no qual resta aos mesmos receber, guardar, arquivar, memorizar e fazer devolutivas nas provas. Tais estratégias pedagógicas estão voltadas, segundo o autor, ao processo de ingenuização (ideologização) dos estudantes que são interditados de compreender seus modos de estar e ser no mundo, portanto, de pensar, expressarem-se e agir de modo a transformar suas condições materiais de vida.

Em sua obra *Extensão ou comunicação* (1983) Freire defende a necessária seleção dos conteúdos programáticos pelos(as) educadores(ras). Afinal, que critérios utilizar para selecioná-los, quais abordagens teórico-metodológicas empregar e quais metodologias de ensino utilizar? O autor defende que há que dialogar e investigar junto à materialidade de vida dos estudantes quais temas são relevantes para romper com a sua consciência ingênua. Feito isso, constitui-se o quadro científico e conceitual de uma abordagem dialógico problematizadora e conscientizadora que auxiliará no processo de des-codificação e re-codificação da leitura e compreensão do mundo voltada à criticização e à constituição da práxis. É neste contexto de investigação-ação-participativa que a emancipação e a autonomia são tecidas no processo de ensino e aprendizagem voltado à transformação de si e do mundo.

É neste contexto que a geografia que fala dos brasis ao Brasil pode ganhar relevância epistêmica e educacional, rompendo com os processos de alienação, de ingenuização, de homogeneização onto epistêmica. Importante destacar que este processo de construção da práxis educacional pressupõe que também educadoras e educadores produzam sua consciência crítica como classe trabalhadora e oprimida. Neste sentido, a apropriação das categorias e princípios da educação popular são fundamentais na formação inicial e continuada de educadores e edu-

adoras. Portanto, o trabalho com uma educação voltada à autonomia e à emancipação constitui expressão da conscientização de tais profissionais, sem a qual esta não se realiza. Eis a importância da educação popular para uma geografia escolar que auxilie a construir/fortalecer um mundo onde caibam muitos mundos.

À guisa de conclusão



"Para a escola melhorar não basta mexer nas paredes, na distribuição das carteiras, nas séries ou ciclos; precisamos mexer no ethos da educação." (GADOTTI, 2013, p. 17)

A educação pública brasileira está passando mais uma vez por tempos difíceis e turbulentos que reverberam duramente na geografia escolar que teve, como na época da ditadura militar, suas aulas diminuídas e sua contribuição, como componente curricular formativo, interdita sob um limbo epistêmico denominado ciências humanas e sociais aplicadas. Como demonstramos ao longo do presente texto, as disputas em torno das políticas educacionais, das escolas, seus currículos, da geografia ensinada têm se intensificado na medida em que se ampliam as imposições curriculares, os processos de ideologização e mercantilização dos "produtos" e serviços educacionais. Em meio século de recrudescimento das disputas das ideias educacionais, das concepções de educação, de escola, portanto, de sociedade, os lutadores e lutadoras por uma educação voltada à autonomia e à emancipação seguem em várias frentes, todas elas ligadas à qualidade social da educação pública.

No final dos anos 1970 a geografia de base marxista inicia o questionamento de sua forma escolar, adensando debates e proposições ao longo dos anos 1980 e 1990, sofrendo inúmeras interdições sendo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e a BNCC utilizados como estratégicos instrumentos para impedir e/ou interditar os avanços das reflexões, debates e proposições elaborados por coletivos que atuaram e atuam na Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB) e na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE). As disputas ontoepistêmicas em torno das questões sobre por que, para quem e como se ensinar geografia não cessaram, ao contrário, seguem ampliando seus tensionamentos e debates.

Em praticamente 3 décadas de políticas neoliberais na educação brasileira, este último período pós golpe midiático e parlamentar que destituiu a presidente Dilma Rousseff, se caracteriza pela intensificação do controle ideológico da docência por meio de várias estratégias, destacando-se dentre elas: a imposição curricular; a precarização em vários âmbitos desde aqueles ligados às condições materiais de trabalho, à formação inicial e continuada, aos contratos, entre outros. Somado a este controle ideológico da docência na educação básica, que se dá, dentre outros motivos, com o objetivo de obliterar a ampliação da consciência de classe dos educandos e educandas que, com isso, podem fazer frente aos grupos hegemônicos e/ou aos poderes historicamente constituídos, temos a aprovação da Emenda Constitucional (EC) 95 de 2016 e, portanto, um horizonte de duas décadas de diminuição dos investimentos na Educação. Aos que ainda acreditam e defendem as atuais reformas educacionais e os currículos prescritivos fica a questão: É possível fazer reforma educacional voltada à melhoria da educação básica diminuindo gastos e mercantizando materiais e serviços?

Segundo Pellanda (2020), desde o início das políticas de austeridade em 2015, que foram agravadas com a EC95, foi contabilizada uma perda de investimentos na área educacional da ordem de R\$ 99,5 bilhões (USD 20 bilhões), sendo R\$ 32,6 bilhões (USD 7 bilhões) apenas em 2019 (Fonte: Campanha Nacional pelo Direito à Educação). Somado a isso, há a transferência dos recursos públicos para as empresas que atuam na área educacional que oferecem produtos e serviços. Se a máxima empresarial é a redução das despesas e a ampliação dos lucros, como melhorar a qualidade social da educação com a intensificação de sua mercantilização?

Diante de um horizonte de recrudescimento das ofensivas ideológico mercantis na área educacional é possível que haja resistências ao mesmo? O trabalho e contato com grupos, movimentos sociais e coletivos organizados nos permite verificar a existência histórica de resistências que têm produzido uma educação voltada à emancipação e à autonomia, sendo seus militantes e defensores expressões deste processo.

É neste contexto que defendo que as categorias e princípios da educação popular têm trazido significativas contribuições e possuem grande potência para interrogar e reorganizar a educação escolar e o ensino de geografia sob bases populares. Isso porque instala interrogações-proposições de ordem onto epistêmica que questionam a geografia que fala do Brasil, desde uma perspectiva circuns-

crita aos grupos sociais hegemônicos. As Diretrizes Curriculares para Educação indígena (BRASIL, 1999), do campo (BRASIL, 2002), quilombola (BRASIL, 2012) e os inúmeros currículos de escolas do campo e das cidades tecidos coletivamente, tendo como referência as matrizes teórico metodológicas críticas, constituem respostas e expressam a resistência das comunidades escolares às ofensivas ideológico mercantis que têm assolado a educação pública brasileira.

A história das ideias pedagógicas no Brasil evidencia a ampliação das interrogações, lutas e tensionamentos em torno da educação escolar do país, não por acaso, as várias frentes de mobilização em torno da educação voltadas à autonomia e emancipação têm sido ampliadas e seguem em suas lutas combatendo as ofensivas ideológico mercantis neoliberais. A geografia escolar que fala dos brasis ao Brasil segue interrogando a geografia ensinada a partir da velha e hegemônica fórmula N-H-E, criticada por Moreira (2014). As categorias e princípios da educação popular auxiliam a pensar e a propor o ensino e aprendizagem de geografias outras que possibilitem aos educandos e educandas compreenderem os arranjos espaciais existentes para que possam fortalecer um mundo onde caibam muitos mundos. Fica aqui o convite para que possamos, juntamente com os grupos, movimentos sociais e coletivos fortalecer as suas lutas tendo como referência as categorias e os princípios da educação popular que disputam um projeto de popular de país.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, M. A. M. de et al. **Manifesto: crítica às reformas neoliberais na educação: prólogo do ensino de geografia**. Marília: Lutas Anticapital, 2021. 169p.

BARRETO, J. P. L. (Informação verbal) **Aula assistida no dia 16/02/2022**. Reflexões sobre o sagrado nos pensamentos ameríndios. Organizada por: SESC Vila Mariana.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

_____. Resolução CEB 1/99: Fixa **Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas e dá outras providências**. Brasília: Diário Oficial da União, 13 de abr. de 1999, Seção 1, p. 18.

_____. Resolução CNE/CEB 1/2002. Institui **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Brasília: Diário Oficial da União, 9 de abril de 2002. Seção 1, p. 32.

_____. Resolução CNE/CEB 8/2012. Define as **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica**. Diário Oficial da União, Brasília, DF: MEC/CNE/CEB, 21 nov. 2012. Seção 1, p. 26.

_____. **Marco de referência da educação popular para as políticas públicas**. Brasília: Secretaria Geral da Presidência da República, 2014. Disponível em: <<http://www.participa.br/educultura/politica-nacional-de-educacao-popular/marco-de-referencia-da-educacao-popular-para-as-politicas-publicas/marco-de-referencia-da-educacao-popular-para-as-politicas-publicas>>. Acesso em: 30 jan. 2022.

_____. **Base Nacional Comum Curricular – Ensino Fundamental**. Brasília: Ministério da Educação, 2017.

_____. **Base Nacional Comum Curricular – Ensino Médio**. Brasília: Ministério da Educação, 2018.

CARA, D. **Contra a barbárie, o direito à educação**. In: CÁSSIO, F. Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 25-31.

CASTRO-GÓMEZ, S. **La hybris del punto cero: ciencia, raza e ilustración en la Nueva Granada (1750-1816)**. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, Editorial/Editor, 2005. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/Colombia/pensar-puj/20180102042534/hybris.pdf>. Acesso em: 25 de Janeiro de 2022.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 93p.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, M. **Estado e Educação popular: desafios de uma política nacional**. 2013. Disponível em: <<http://acervo.paulofreire.org:8080/xmlui/handle/7891/4336>>.

HELLER, A. **O cotidiano e a História**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

KATUTA, Â. M. **Mercantilização e financeirização da educação brasileira: a proposta neoliberal, e as r-existências**. Geografia, Rio Claro, v. 44, n. 1, p. 89-111, jan. jun. 2019. Disponível em: <[file:///D:/Downloads/14960-Texto%20do%20artigo-79485-1-10-20200417%20\(1\).pdf](file:///D:/Downloads/14960-Texto%20do%20artigo-79485-1-10-20200417%20(1).pdf)>.

_____. **Reformas educacionais: retrocessos e resistências na atual conjuntura brasileira**. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê "Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência, v. 4, n. 42, p. 14-44, dez., 2020. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7901/5860>>.

LEFEBVRE, Henri. **La presencia y la ausencia: contribución a la teoría de las representaciones.** México: Fondo de Cultura Económica, 1983.

_____. **A produção do espaço.** Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: fev. 2006.

MOREIRA, R. **O discurso do avesso: para a crítica da geografia que se ensina.** São Paulo: Contexto, 2014.

NADAI, Elza. **Estudos Sociais no Primeiro Grau.** Revista Em Aberto, Brasília, v. 7, n. 37, p. 1-16, 1988.

PELLANDA, A. **Em 2019, a educação perdeu R\$ 32,6 bi para o Teto de Gastos.** Le Monde Diplomatique Brasil. 26 abr. 2020. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/a-educacao-perdeu-r-326-bi-para-a-ec-95-do-teto-de-gastos/>>.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2019.

SILVA, M. A. da. **Qualidade social da educação pública: algumas aproximações.** Cadernos CEDES, Campinas, v. 29, n. 78, p. 216-226, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-32622009000200005>>.

SILVA, M. R. da. A BNCC da **Reforma do Ensino Médio: o resgate de um empoeirado discurso.** Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 34, p. 1-25, 2018.

SOUZA JR., Justino de. **Omnilateralidade.** In: PEREIRA, I. B.; LIMA, J. C. F. Dicionário da Educação Profissional em Saúde. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2009. Disponível em: <<http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/omn.html#:~:text=0%20conceito%20de%20omnilateralidade%20%C3%A9,pelas%20rela%C3%A7%C3%B5es%20burguesas%20estranhas%2C%20enfim>>.

A EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA ESCOLAR: AÇÃO DOCENTE, FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA E ATITUDE CRÍTICA

Manoel Martins de Santana Filho

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)/FFP

manoelsantanaprof@gmail.com

Homenagem!

Gostaria de homenagear nesta fala o Prof. Claudio Leite Meneguelli, da rede municipal de Niterói e da FAE-TEC-RJ. Foi um amigo desde os tempos de graduação, professor dedicado e de luta. Com esta dedicatória, contemplo todas(os) as(os) Geodinos(as)-UFF anos 80! Gratidão pela companhia de vocês e por se manterem do lado combativo da história contra as injustiças! Também o ex-secretário do DGeo-FFP, Sr. Demerval Almeida, cuja dedicação e serenidade, por décadas, foi um cartão de boas-vindas e acolhimento no Departamento de Geografia da FFP. Com esses dois, era possível aprender a ser combativo sem perder a ternura! Esse tempo de pandemia expandiu a saudade, mas a lembrança dos encontros permanecerá! Então, em respeito à história dessas duas pessoas e por coerência com nossa luta comum, é preciso dizer: A Terra não é plana, a pandemia existe, a vacina é necessária e urgente! Tem gente com fome! A humanidade é possível, com respeito e empatia.

¹ Texto elaborado com base na conferência apresentada na mesa-redonda Geografia Escolar Brasileira: entre o desafio da prática e a reflexão crítica no ensino no ensino promovida no 14º ENANPEGE em outubro de 2021. Ver: <https://vimeo.com/623681864/aea20b6bcc>.

Cenário ou conjuntura?

A fim de contemplar os objetivos que a temática proposta ao debate sugere, a apresentação ficou intitulada assim: A Educação Geográfica Escolar: ação docente, formação universitária e atitude crítica. Entendemos que as ações dos sujeitos envolvidos com a educação geográfica escolar, a formação de professores de Geografia são inspiradas e têm por horizonte o exercício permanente da reflexão e da atitude crítica. De certa maneira, a declaração constante da incompletude, do inconformismo e da busca pela produção da humanidade em nós é um horizonte permanente. Isto exige uma leitura e interpretação da realidade que nos cerca e, por isso, iniciamos com esse tópico de leitura do cenário ou da conjuntura que nos esmaga e nos mobiliza nesses tempos. Como se trata de um exercício exigente e complexo, apontamos alguns tópicos que podem sulevar nossos esforços compreensivo-analíticos. No tempo da sua leitura e conforme o lugar em que se encontra, cada leitora ou leitor atualize seus dados e agregue as informações que considera necessário, incluindo-se um olhar para seus lugares de vivência e como se entrelaçam com elementos apresentados aqui. Essa ordem também não significa prioridade, ainda que se veja neles dimensões escalares e distintos aspectos que marcam a conjuntura atual de um Brasil poli pandêmico – tem-se a COVID-19 combinada com um governo de destruição e morte, a intolerância, ódio aos pobres, forte crise ética e moral na condução da política. E fome.

1- Vivemos muitos rearranjos do capital no sistema econômico sem fronteiras: a) a especulação e intensa financeirização da atividades humanas se intensificou, alterando a dinâmica da economia em diversas escalas; b) a superexploração da força de trabalho se acentua, particularmente nos países pobres, mas também nos países ricos, afetando decisivamente o grande contingente de migrantes, imigrantes e refugiados. Esses dois aspectos combinados favorecem uma concentração ainda maior de riquezas – veja-se o número de milionários em relação à distribuição de riquezas neste período de pandemia. A riqueza concentrada rivaliza com a emancipação cidadã, à medida que tal poderio se volta ao controle da política por meio de ações autoritárias ou pela capacidade de disseminar a ideologia do sucesso individual, de focar na limitação das ações do Estado e mesmo para a redução de políticas sociais emancipatórias e chegando até os cuidados com os vulneráveis. É assim que o bem estar social só se apresenta como generosidade dos ricos, não como um direito à dignidade.

2- Em complemento ao ponto anterior, vemos que tudo que é prioritário à vida humana tem se tornado mercadoria e precificado: água, saúde, educação, lazer etc. Muitas conquistas que resultaram da luta de trabalhadoras e trabalhadores em décadas passadas vêm sofrendo profundo desmantelamento, numa avalanche de perdas que concebe direitos fundamentais por serviços e, por isso, podem ser explorados, comercializados no atacado (concessões públicas), no varejo e nas bolsas de valores. Trata-se de uma dimensão sobre a vida atual que demanda atenção cuidadosa no campo da educação, particularmente de geógrafas e geógrafos dedicados ao ensino. Quem são os agentes locais e globais determinantes nesse processo de mercantilização total da existência? Como a presença deles e os desdobramentos no cotidiano, da cidade e do campo, impacta as diferentes faixas etárias da população? Eis questões para outros tópicos do tema para aprofundar.

3- Observe-se que vivemos a relativização do direito à vida em face dos ganhos econômicos. As questões da saúde na pandemia fez surgir no meio político e empresarial uma discussão segundo a qual a produção econômica se sobrepõe à saúde humana e até do próprio planeta. Ao mesmo tempo a guerra das vacinas – tanto do ponto de vista comercial, científico quanto geopolítico submete o corpo e a mente humanos para um plano cuja lógica é a do mercado, do consumo e da riqueza. Também resulta secundarizado, não essencial, o acesso à alimentação e ao trabalho digno. Veja-se como o surgimento de diversas formas de “empresariamento individual” e “empreendedorismo” são, de fato, a perda do compromisso coletivo e social com a condição de existência da classe trabalhadora em sua relação com o acúmulo de riqueza. Por tudo isso, os efeitos do estresse no corpo e na saúde mental são tratados como coisa de gente fraca.

4- Os meios de comunicação (grandes empresas e transnacionais) e suas redes vêm atuando, trabalhando intensamente na produção e reprodução de narrativas sobre empenho individual, resiliência, sucesso financeiro, empreendedorismo, apelo ao sagrado com a exploração da fé cristã, principalmente pelo viés pentecostal, de modo que uma parcela muito significativa da população passa a apoiar o enxugamento do estado, a redução de políticas sociais de amparo e até mesmo perdas de direitos. Essas empresas atuam em diversas frentes e diante da capacidade econômica, da articulação política e atuação nos órgãos do Estado é muito difícil que os movimentos sociais organizados consigam competir ou su-

plantar. O alcance da narrativa crítica, emancipatória e de formação cidadã tem sido cada vez mais limitado. Além dessas narrativas legitimadoras de medidas hegemônicas no campo da economia, da política social e do trabalho, muitos meios de comunicação vêm também atuando em narrativas conservadoras no campo dos costumes, como no debate sobre direitos civis, da população LGBTQI+, da mulher etc. São narrativas que fundamentam comportamentos preconceituosos, machistas, intolerantes, misóginos e até xenófobos.

5- No Brasil, mas também em outras partes do mundo, assistimos à mutilação da natureza (florestas, rios, litoral, o solo e o ar) e das gentes pobres, originárias. Os dois governos recentes trabalharam na contramão da legislação ambiental do país, e mais do que isso, impuseram com seus acordos políticos, a aprovação de pautas que significa atraso e exposição da população a sérios riscos ambientais e de saúde. Veja-se o descontrole sobre as atividades mineradoras, a desregulamentação no uso de agrotóxicos, entre outros. Junto a isso, vivemos a brutalidade em relação às populações tradicionais, indígenas e ribeirinhas com a total negação e desconstrução de direitos – inclusive daqueles que o Brasil é signatário diante do mundo (ONU) e outras instâncias plurinacionais. Também a violência como prática política explícita contra pobres, negros e negras, defensores dos direitos humanos e sociais se materializa na forma verbal, policial, cotidiana e chegando até na ausência de ação dos aparatos da justiça.

6- Em 2019, por ocasião de uma exposição no 14º ENPEG² na Unicamp, avaliava que perdíamos de 7x0 (Santana Filho, 2020). Hoje, depois da consolidação do golpe jurídico-político-empresarial de 2018, da “boiada” que pisoteia o meio ambiente e que atropela o sistema educacional avalio que a fragilidade da condição docente se intensificou. Um conjunto de eventos e situações tornado ainda mais complexo com a pandemia COVID-19. Tornar-se educador e educadora neste cenário, com algum exercício de reflexão crítica e autonomia é muito difícil e exigente. Até porque no campo das narrativas há um investimento de marketing que o movimento docente vem prestando pouca atenção. Refiro-me à profissionalidade docente estar atacada e desconstruída quando é apresentada à população como uma “segunda atividade” ou um “complemento de renda”.

2 Ver em Revista Brasileira de Educação em Geografia, link <https://www.revistaedugeo.com.br/ojs/index.php/revistaedugeo/article/view/914>. Sobre o evento 14º Encontro Nacional de Prática de Ensino ver também: <https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/anais14enpeg/index>

Além de desses seis tópicos, o que mais se aprofundou ou se instalou nas práticas sociais, espaciais e políticas? Em especial nos últimos anos em que muitos desses processos se agravaram durante a pandemia. Vejamos alguns pontos que apontam respostas possíveis e aprofundamento:

I- A BNCC – Base Nacional Comum Curricular é uma realidade impositiva.

Concebemos que a BNCC é um currículo, sim. Um currículo em nosso entendimento, ainda que alguns de seus defensores neguem, o documento, pelo seus desdobramentos junto às redes públicas e aos docente torna-se currículo de fato ao determinar o que vem a ser ensinado, cobrado, fiscalizado, listado numa prescrição de contas pelas escolas, e, ao afim, cobrado em avaliações globais obrigatórias. É uma grande desfaçatez dizer que a BNCC não é currículo! Os seus códigos e suas amarras sobre a ideia dos objetos de aprendizagem, a determinação de escolhas no cotidiano docente, os parâmetros para as avaliações globais, os materiais didáticos etc. conformam um conjunto muito bem articulado de definição, a priori, do trabalho docente e do monitoramento dele. As questões profundas, complexas que envolvem a BNCC têm sido discutidas por pesquisadores comprometidos com a educação pública (a maioria não foi considerada, nem houve de fato oportunidade de atuar na produção da BNCC – as consultas online e as conferências com 3 minutos de fala que não mudavam os rumos das propostas prontas e só convencem aos seus defensores e adesistas) e recomenda-se que cada profissional da educação que persiga mínimo de autoria e autonomia deve inteirar-se. É fundamental entender como o empresariado globalizado assumiu certo discurso sobre a educação dos pobres, especialmente, e que no Brasil está muito bem agenciado por capitalistas que controlam meios de comunicação, bancos, conglomerados industriais e, claro, o agronegócio. Há documentos de associações diversas (AGB, ANPEGE, ANPEDE³), pesquisas nos programas de pós-graduação etc. que confrontam as publicações dos financiadores da BNCC por meio de institutos, ONGs e agências. Estranhamente esse campo crítico que pesquisa educação e atua nas escolas foi ignorado na elaboração da BNCC e o têm sido nos currículos derivados dela. Por exemplo veja como o debate não é novo em Couto.

³ Ver por exemplo <https://www.anped.org.br/content/anped-e-bncc-luta-resistencia-e-negacao>


II- Ampliação do uso de agrotóxicos só permitidos no Brasil.

Esta é uma realidade que deveria colocar milhares nas ruas em protesto. Centenas de venenos agrícolas proibidos mundo afora vêm sendo permitidos ou tendo dificultada a fiscalização de acesso e uso deles no país. Sabe-se que

“Estes produtos tem seu uso tanto em atividades agrícolas como não agrícolas. As agrícolas são relacionadas ao setor de produção, seja na limpeza do terreno e preparação do solo, na etapa de acompanhamento da lavoura, no depósito e no beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens e nas florestas plantadas. O uso não agrícola é feito em florestas nativas ou outros ecossistemas, como lagos e açudes, por exemplo.” (INCA, 2021).

Segundo dados da Fiocruz, ANVISA e da Organização Mundial da Saúde, o Brasil é o país que mais gasta com agrotóxico no mundo. Ainda que exista um debate sobre a fórmula de cálculo desse ranking, questionado especialmente pelas associações do agronegócio, não é demasiado afirmar que as decisões encaminhadas no Brasil são definidas pelo interesse econômico e não pelas questões de saúde da população e da qualidade da nossa alimentação. Trata-se de um negócio que mobilizou US\$ 11,5 bilhões no biênio 2018-2019 (Salles/Valor Econômico, 2020). O livro Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia (Bombardi, 2017) desvela informações e dados de extrema gravidade, tanto que sua autora precisou exilar-se do Brasil em função das ameaças sofridas em 2020. Em uma de suas denúncias mais graves, ela escancara a fragilidade da política brasileira em face do papel que o país desempenha na divisão internacional do trabalho. O livro é atraente na linguagem e delicadeza, os mapas são de uma riqueza assustadora e a gravidade desnudada. Já no prefácio encontramos que:

“Como Carlos Walter Porto-Gonçalves nos lembra, a União Europeia não proibiu a produção dessas substâncias sabidamente perigosas, mas meramente proibiu o consumo em seu território. De fato, ela os ex-




porta, ela os vende. As receitas são geradas, os valores do produto interno bruto são melhorados pelo sucesso dos novos heróis da biotecnologia, do fornecimento de grãos e da agroenergia.

Nos pedem para acreditar que a fome, as mudanças climáticas e a pobreza podem ser resolvidas pelos mesmos interesses que causaram esses problemas. É necessário a mitificação do “desenvolvimento sustentável”, da “economia verde” em escala global para convencer-nos do suposto mérito das corporações, as quais são sinônimo de guerras mundiais, de fraudes absolutas, explorações e catástrofes ambientais.” (p. 10)

A leitura desse e outros materiais da instituições citadas já dão um panorama bem fundamentado para mediar a atuação docente na escola e nas universidades formadoras de professores – para ficar apenas em um número limitado de fontes confiáveis.

III- Ampla faixa da população de volta à linha da pobreza e miséria

O Brasil está de volta no cenário mundial a um lugar nada honroso: voltou a figurar no mapa da fome! Este é um fato já anunciado e demonstrado por dados do IPEA e do IBGE, para citar apenas instituições nacionais. O tema da fome, ou da Segurança Alimentar Nutricional – SAN expõe uma contradição com o tópico anterior, dado os lugares que o país ocupa no cenário mundial: enquanto exibe safras cada vez maiores na produção de grãos, é também o que atinge recordes no consumo de agrotóxico, com uma população local cada dia com menor acesso aos alimentos fundamentais.



“O Brasil teve uma deterioração do nível de renda, da taxa de emprego, e houve uma desarticulação importante dos principais programas que constituem a rede de proteção social da nossa população. Nós entramos na pandemia, por exemplo, com mais de um milhão na fila do Bolsa Família. Com milhões de pessoas na fila dos benefícios do INSS. Em um país que tem desigualdades

sociais tão importantes, a rede de proteção social é importante para garantir não só a vida dessas pessoas em condições mínimas, mas a própria vida do país como um todo. Você deteriora o país como um todo quando aumenta a vulnerabilidade dessas populações”, analisa Recine. (Apud Ribeiro, 2021)

Isto se deve a um conjunto complexo de fatores, mas prioritariamente, é preciso admitir, trata-se de falta de vontade política à medida que as prioridades do governo brasileiro nos últimos seis anos tem sido agir em prol e alinhado com os mecanismos de mercado e cada vez mais distante de políticas sociais e de cuidados com o bem estar. Bem estar, aliás, tornou-se uma pauta individualista, na qual cada pessoa é responsabilizada pela condição em que se encontra, sem nenhuma ponderação quanto às imposições dos contextos econômicos e, menos ainda, na correção da dívida histórica pela exploração de ampla camada da população na criação desse país inventado chamado Brasil – particularmente a população negra e indígena.

O resultado mais recente é o empobrecimento visível, detectado facilmente nas grandes, médias e até pequenas cidades: desemprego, população de rua, mendicância, exploração sexual, trabalho infantil e trabalho análogo à escravidão. Segundo a ONU (2022), para quase 2/3 da população mundial, a desigualdade aumentou, sendo uma realidade que contrasta com os lucros bilionários dos bancos no país, bem como a ampliação das fortunas dos milionários. Uma concentração de renda absurda e sem precedentes ampliada justo no momento da pandemia resultante das medidas impostas nas condições sanitárias da COVID 19.

IV- Aumento do número de bilionários brasileiros.

O Brasil alcançou 45 novos bilionários (super ricos) em 2021, conforme divulgado por diversas publicações de economia e agências de notícias, como a Forbes e BBC News Brasil (2021). Vejamos:

“Apesar do impacto devastador do coronavírus em todo o mundo, o número de novos bilionários “explodiu” no ano passado. A apuração é feita pela revista Forbes,

que publicou sua famosa lista anual das pessoas mais ricas do mundo na terça-feira (06/04), (...) Apesar da pandemia, foi um ano recorde para os mais ricos do mundo, com um aumento de US\$ 5 trilhões (ou R\$ 29 trilhões) em riqueza e um número sem precedentes de novos bilionários”, disse Kerry A. Dolan, editor da cobertura da Forbes sobre os mais ricos. O Brasil também seguiu essa tendência – o número de brasileiros bilionários cresceu de 45, em 2020, para 65 agora.”

“Os 10% melhores ganham mais da metade do total renda - No Brasil, a renda nacional média do adulto na população é de € PPP 14.000 (R\$ 43.680). Enquanto os 50% inferiores ganham €PPP2.800 (R\$8.800), os top nos 10% ganham quase 30 vezes mais (€82.000 ou R\$ 255.760). O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo: os 10% mais ricos capturam 59% da renda nacional total, enquanto a metade inferior da população leva apenas cerca de 10%. As desigualdades no Brasil são maiores do que nos EUA, onde os 10% capturam 45% da renda nacional total, e China, onde é de 42%.” (WID. 2021, p. 185)

Ainda assim, o tema da taxação das grandes fortunas e heranças deixa ouriçado o humor de poderosos financiadores de campanhas eleitorais (legislativas e executivas) no Brasil quando se trata de efetivar a proposta. Esse fetiche pelo dinheiro e riqueza põe até a classe média em defesa dos ricos! Fica evidente a necessidade de uma sociedade se repensar quando, em meio à maior crise sanitária da história recente do mundo e do país, diante do aumento explícito e alarmante número de empobrecidos, não causa espanto algum o enriquecimento bilionário de tão poucos. Como a concentração brutal de renda não causa nenhuma indignação na classe política e na sociedade em geral?

Vale salientar que o brasileiro que ocupa o topo dessa lista de bilionários é o principal financiador da BNCC e custeou a formação de destacadas e jovens lideranças políticas, o fundador da Fundação Lehman.

Este tópico está aqui para ilustrar uma faceta importante da concentração de renda no Brasil e no mundo (Como se justifica que 1% da população concentre mais de 2/3 da riqueza mundial?), mas espera-se que seja uma provocação para que se reflita como esses atores sociais agem a partir da sua condição econômica e privilegiada: a) na condução da política nacional e estadual, b) na formação e divulgação de ideias e ideologias, c) capturando o imaginário social para o mundo de vida consumista, estravagante e que naturaliza a concentração de renda – sob o custo de vidas consumidas para produzir essa mais valia. Sabidamente alguns desses bilionários atuam globalmente e não se envergonham, ao contrário, orgulham-se de financiar golpes de estado em outras nações, de destruir forças políticas para que tenham acesso a recursos naturais em qualquer lugar do planeta ou para que tenham acesso às reservas e ao orçamento público.

V- Destruição e perda de direitos nos serviços públicos e pela população trabalhadora (inclusive a classe média que vive de MEI e empreendedorismo).

Na mesma linha do retrocesso econômico convivemos com uma avalanche radical contra direitos sociais conquistados na luta histórica de movimentos sindicais e ativistas de inúmeros campos, contra direitos inseridos na chamada Constituição Cidadã de 1988. Desde o golpe parlamentar-jurídico-civil em 2016 que as reformas trabalhistas, econômicas e previdenciárias se esmeram em cassar direitos que vinham produzindo alguma ascensão social na tão desigual sociedade brasileira. Do ponto de vista histórico, essas conquistas correspondem a migalhas se considerarmos o tempo de exploração da classe trabalhadora brasileira. A ampliação da educação pública com abertura de universidades e institutos federais pelo Brasil, o acesso a medicamentos, moradia, alimentação, cultura, bem como a proteção ao emprego digno tem sido retirados e restringidos a condições mínimas. É mais do que explícito o quanto as reformas recentes no país priorizam a ideologia do mercado sem controle, o sucesso individual escamoteando a submissão de trabalhadores ao poder dos ricos, que ganham força para explorar as necessidades mais fundamentais dos pobres para subjugar. As marcas espaciais desse processo se observa no espaço urbano e rural: a crescente economia informal, o empresariamento individual como solução paliativa apresentada como empreendedorismo (entregadores em suas bicicletas alugadas, por exemplo), portas co-

merciais fechadas nas cidades, mulheres e homens buscando comida refugada. E claro, na violência que mata na cidade e no campo.

De modo resumido, podemos listar alguns desses elementos:

- a permanente reprodução, pela classe política e pela mídia de uma imagem do servidor público como entrave ao orçamento do estado;
- em diferentes escalas, dos municípios à União, a terceirização de atividades públicas, a privatização, a entrega de ativos públicos à iniciativa privada, o consequente aumento nos preços dos serviços como energia, telefonia, água;
- a concessão de rodovias fundamentais e a desativação da malha ferroviária (exceto aquelas vinculadas a grandes empreendimentos, especialmente mineração e agronegócios e articuladas às atividades portuárias);
- o paulatino desmonte do Sistema Único de Saúde, refreado durante a pandemia porque resultou óbvio, não fosse o SUS, a quase totalidade da população estaria completamente desprotegida;
- interrupção da expansão das universidades e institutos federais, estagnando um processo que levava cada vez mais jovens para essas instituições;
- durante a pandemia se intensifica um processo já observado referente ao aumento de matrículas na rede pública de ensino, com evidente migração dos filhos da classe média das redes privadas;
- o congelamento dos gastos públicos por 20 anos foi uma das primeiras medidas pós-golpe que consolidou a imposição da redução do estado pelo mercado;
- os lobbys empresariais junto ao legislativo e ao executivo alcançam extraordinário sucesso dado que, além de emplacarem as reformas trabalhistas e previdenciárias, passam a formar o lastro para as reformas educacionais em curso em todos os níveis de ensino.

VI- Todos os processos educacionais recentes passaram ao largo de uma efetiva participação democrática, estão legitimados por narrativas cuja autoria é difusa, mas se alinha a mecanismos e instituições nacionais e internacionais que tomam a educação como serviço e se inspiram numa perspectiva neo e ultraliberal.

A própria Professora Lana Cavalcanti, em sua recente publicação (2019), questiona: "por que são sempre metas dos governos as alterações nos currícu-

los das escolas? Será esse o principal entrave à qualidade das práticas realizadas nessas instituições?” [Cavalcanti, 2019, p.56]. Hoje, mais do que simplesmente governos, temos forças e organismos muito mais complexos e fortes dominando esses processos. Isto se desdobra no ponto seguinte.

VII- A definição curricular de estados e municípios sob a orientação de organizações externas (Todos pela Educação, institutos, coachings etc.) reproduzindo o silenciamento, na prática, dos professores e professoras como coletividade. Em muitos casos os novos currículos estaduais e municipais são quase um “copia e cola” da própria BNCC - Quem não...?!

A BNCC aprovada, supostamente, passou por consultas e audiências, contudo, o texto não incorporou nada de significativo que tenha vindo das críticas e sugestões feitas durante o processo. Ao ouvir e não considerar contribuições de entidades e associações do campo da pesquisa educacional e de diversos movimentos sociais, o processo encaminhando pelo MEC apenas fez dos mecanismos de consulta pública um instrumento de legitimação de propostas prontas e engessadas. Um arremedo de participação coletiva. Como a legislação indicava uma previsão para que estados e municípios adequassem seus currículos à BNCC, esse mesmo movimento se replica. Sabe-se que as realidades de estados e municípios são bem diversas, então, a capacidade e as condições para orientar a formulação dos novos currículos são bem desiguais. Além disso, sabe-se que esses entes federativos são mais suscetíveis às pressões em relação à União, dada a dependência com relação aos recursos para que se ajustem, delimitando sua autonomia. Também pelos estados se observa que educadores e educadoras têm sua participação negligenciada, à medida que o cumprimento dos prazos e a agenda de trabalho não preveem a dinâmica do trabalho nas escolas e nem as condições objetivas para a participação docente. Não são comuns relatos de consultas a professores feitas no mês de dezembro, para responder em poucos dias, às vésperas do fechamento do ano letivo e no período de correções de avaliações? O resultado é um conjunto de documentos curriculares propostos pelas equipes das secretarias muito similares à própria BNCC.

VIII- A diluição da identidade docente em Geografia (interpretar e compreender os efeitos disso sobre as licenciaturas é uma agenda interessante de pesquisa, e urgente!).

Como uma marca dessas propostas curriculares é a junção de componentes disciplinares nos currículos em torno de “áreas de conhecimento”, especialmente no ensino médio, o esvaziamento da áreas de especialização docente em torno das ciências humanas é uma consequência direta. Assim, perde-se o foco dos objetos dessas ciências para a proposição da interpretação da realidade social (o espaço, a história, a dinâmica da organização social, a cultura de modo geral etc.), bem como a contribuição delas para a educação da sociedade desde o cotidiano dos estudantes e dos contextos escolares. Como apenas as áreas de Matemática, Língua Portuguesa e inglesa ficam determinadas, além do agregado por área, é preciso destacar a redução da carga horária dedicada às ciências humanas para a introdução de coisas como “projetos de vida” e empreendedorismo, havendo casos relatados por professores em que o tempo dedicado a elas chegar a superar o tempo das ciências humanas!

IX- Parece que o jogo está bem difícil de virar! Nem nos parece possível mais estimar um placar! Além de duro, um jogo que tem sido desleal, pois é jogado conforme o gosto dos donos da bola, do campo e das normas.

Será que o monopólio da forças vigentes se tornará o monopólio da verdade, de uma verdade única? Eis uma questão que precisa mobilizar educadores e educadoras, bem como a classe trabalhadora em seu conjunto, de modo que se possa compreender os mecanismos de enunciação e controle. São essas narrativas construídas por setores conservadores, com todo o poder do capital que controlam, que hoje têm vencido em momentos cruciais, como nos períodos eleitorais e na legitimação de reformas que só interessam aos ricos. É um desafio para professores e seus formadores em especial, pois desafiam a condição intelectual docente em todos os níveis de ensino, num tempo em que há quem defenda que as pesquisas em educação não compõem sequer a produção científica contem-

4 Aqui novamente me refiro à metáfora do placar mencionado no 14º ENPEG.

porânea porque produzida por docentes – só cientistas é que produziriam conhecimento. É um tema que pode ser discutido, por exemplo, a partir do livro *O fim dos intelectuais acadêmicos?* (2015). Um desafio e tanto essa problemática! Também neste livro encontramos as enunciações do racionalismo de mercado (p.42) que passam a orientar a atividade acadêmica, bem como sobre os intelectuais não orgânicos, “porque atados aos mecanismos institucionais, negam os movimentos sociais” (p.82, citando James Petras) como possibilidade de diálogo e mudança.

São tantos os campos de disputa e perdas recentes que fica difícil imaginar as possibilidades futuras de superação dessa realidade. Um desafio de imaginação e criatividade é a busca por rupturas no âmbito da educação que saiam da esfera daqueles mecanismos controlados pelos donos do poder efetivo hoje, o capital financeiro (representado por fundações, institutos e seus muitos braços corporativos, incluindo-se as orientações do Banco Mundial) e da grande mídia. A resistência como possibilidade de luta e a insurgência cotidiana como tática. Milton Santos nos deixou chaves possíveis de interpretação disso quando aponta a ação e as normas na produção do espaço geográfico contemporâneo.

A Geografia Escolar e os desdobramentos das reformas curriculares

1- Sobre a atualidade da Geografia, sua comunidade e a legitimidade de um saber disciplinar.

A questão que resgato de outros momentos de avaliação sobre a contribuição da geografia para educação nos processos formativos atuais é: ainda somos de fato necessários como corporação, como ofício e como especialidade científica? A reflexão crítica e os desafios formativos, avalio, passam por um debate necessário sobre o tema, de modo que se produza uma discussão capilarizada em toda a comunidade geográfica brasileira, particularmente, e latino-americana na formação de profissionais do campo. Desse debate seria possível compreendermos melhor, por exemplo, a BNCC.

• As bases curriculares (BNCC do ensino fundamental e médio, BNC Formação)

Os conteúdos de ensino parece terem sido eleitos como a causa dos problemas do ensino escolar e o elemento a ser combatido. Ora, os conteúdos de ensino

da Geografia são os conteúdos da vida em sua espacialidade, são eles que conformam a pertinência dos temas e assuntos de nossas aulas! Substituir por objetos de aprendizagem torna-se mais um exercício de retórica e a codificação deles serve mais aos mecanismos de controle do que à promoção da aprendizagem. O nosso desafio é nos questionarmos, verdadeiramente, se esses objetos favorecerem a geografia vivida nos territórios pobres ou em disputa, se a geografia proposta neles pode ser tornar ferramenta de luta e não de legitimação e invisibilidade, se servem para um pensar coletivo e mobilizador. Além dos conteúdos, educadoras e educadores geógrafos são alvos prioritários.

• A deslegitimação da docência especializada, das disciplinas científicas sob o argumento da distância quanto aos projetos de vida no cotidiano.

A escalada de ideias intolerantes, conservadora e anti-ciência elegeu a categoria de professores como classe a ser combatida. Na disputa pelas narrativas sobre a educação tornou-se necessário que a categoria docente vivesse crescente desvalorização, em variadas formas e intensidade, passando pela questão salarial, das condições de trabalho e até mesmo na desmoralização de suas organizações sindicais. Até atingir o próprio fazer pedagógico e autoestima individual de cada profissional. Para isto é preciso deslegitimar a profissionalidade docente, negar a necessidade de especialização disciplinar, negar os saberes constituintes que estruturam as ações pedagógicas até propor que tal ofício possa ser praticado a partir do treinamento (capacitação) para aplicar metodologias e apostilas produzidas por editoras e outras empresas.

Para promover os projetos de vida se pensa não em um(a) educador(a) que problematiza o vivido e, com ele, propõe atividades de ensino-aprendizagem, de modo que resulte em sujeitos que se transformam em autores de si e de seus saberes em diálogo e por isso podem tomar decisões sobre suas vidas. Em lugar disso, pensa-se que seja um sujeito apenas capaz de "estimular" os projetos de vida: basta que tenha um perfil que, no lugar de trabalhar uma educação de base sólida ancorada em conhecimento, proponha pensamentos e ações com metodologias de autoajuda, incentivador que se torna de iniciativas individuais e de crença no sucesso pelo sucesso, descolando das experiências ancestrais e da vida coletiva o "vir-a-ser" de cada estudante. A Geografia pode muito mais do que isso e um(a) geógrafo-educadora bem preparada pode defender a pertinência da ciência geográfica.

· Pode-se dizer que já se produziu o inventário sobre a localidade da vida e dos recursos necessários a ela na superfície e subsolo do planeta.

Penso que há um conjunto de condições no mundo objetivo que legitima a atualidade dos conhecimentos geográficos. É este conhecimento que, sob o controle das corporações transnacionais e do Estado, vêm determinando a apropriação e o preço dos recursos e da vida de quem trabalha – creio seja a hora de trocar a expressão “mão-de-obra” por outra compreensão. O preço dessa capacidade de trabalho é na verdade o preço do tempo de vida de homens e mulheres que trocam suas capacidades de trabalhar e produzir para pagar a própria existência. Tudo isto se mantém sob controle dos agentes do capital que têm acesso aos bens necessários à produção e o controle dessa capacidade de trabalho e na sua organização. Milton Santos (2006), quando se refere às ações e às normas sinaliza como as grandes corporações e o capital conduzem a produção do espaço geográfico em diferentes escalas, dado que tais disputas e normativas se materializam na paisagem urbana e rural de modo distinto em cada continente, cujos efeitos redefinem territórios, autorizam morte e vida nos lugares e de suas gentes, enquanto criam narrativas para certa aceitabilidade global.

Ocorre que apenas a existência desse inventário de bens e de gentes, ainda que os localize e permita a cobiça sobre eles, ainda não é totalmente suficiente para garantir a propriedade e a exploração na produção do lucro. A identificação e localização de recursos, a posse e acesso a eles são uma luta contínua e contemporânea que alinha, não apenas a precificação da natureza e da vida, mas as condições possíveis de existir dos povos. Há conflitos a apaziguar, ou a estimular e subjugar, há tensões ambientais e culturais com diferentes povos que faz da Geografia um saber ainda necessário, principalmente para legitimar a mineração, o uso da terra, a padronização urbana e o fortalecimento do agronegócio. Naquele campo onde a Geografia pode produzir insurgência ela é mais combatida e deslegitimada. Como conhecimento especializado, ele próprio mercadoria, é estratégico para a luta por qualidade de vida e por direito a ela, então, um desafio contemporâneo é que os profissionais geógrafos vejam em seus saberes ferramentas capazes de conhecer e propor outro mundo possível, atuando como intelectuais orgânicos.

Todos esses tópicos justificam a pertinência dos conhecimentos geográficos. A pergunta é: esse conhecimento, quase sempre aliado do poder, está a serviço de

uma geografia menor, das lutas dos homens e mulheres lentos, da compreensão de eventos como Brumadinho, da morte de um homem periférico pelo seguranças de um supermercado⁵ e de lideranças indígenas⁶? Somente a própria comunidade geográfica pode ser capaz de debater e apontar o caminho que deseja trilhar como resposta. É um chamado urgente!

Outras Indagações

1) Onde está, onde esteve a comunidade geográfica: diante da desvalorização da disciplina na educação básica, na sua exclusão do ensino médio; nas alterações da normatização da formação universitária recente, particularmente quanto à licenciatura e na criação de tecnólogo? Esta é questão provocativa e incômoda, pois ela remete às supostas hierarquias de importância quanto ao status desses profissionais, mas também indica a seletividade de algumas lutas e demandas, definindo sujeitos mais ou menos implicados na educação geográfica de modo geral. Ela também nos faria discutir o atrelamento a mecanismos de poder e adesismo à tendências de mercado. Ainda que se saiba do engajamento de pesquisas sobre a educação pública, da ampliação da produção acadêmica no campo do ensino de Geografia, tudo isso combinado com a organização de associações, ainda é preciso nos questionarmos: por que o empenho de tanto engajamento não fora suficiente para frear tamanha exclusão dos documentos curriculares?

2) Por que tantas professoras e professores se depararam de fato com a BNCC quando precisaram escolher os livros didáticos do ensino médio no ano (2021) e viram que não havia Geografia? Ou quando precisam disputar com os colegas da área de humanas no ambiente de cada escola o conteúdo geográfico conforme a coligação possível nas coleções existentes no PNLD?

3) Quais são as nossas possibilidades de criar e alimentar formas de ações coletivas e de resistência a tais documentos – dentro das instituições, entre as instituições, nos movimentos e associações?

⁵ Trata-se do assassinato de João Alberto Silveira Freitas, um homem negro de 40 anos estrangulado por seguranças do supermercado Carrefour em Porto Alegre. Ver: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/11/20/video-mostra-homem-sendo-e-espancado-por-seguranças-do-carrefour-no-rs.htm#:~:text=Jo%C3%A3o%20Alberto%20Silveira%20Freitas%2C%20um%20homem%20negro%20de,Alegre%2C%20%20C3%ADs%20v%20%20C3%A9speras%20do%20feriado%20da%20Consci%C3%AAncia%20Negra>

⁶ O número de lideranças indígenas assassinado nos últimos tempos é assustador. Ver: <https://revistaforum.com.br/brasil/numero-de-mortes-de-liderancas-indigenas-em-governo-bolsonaro-e-o-maior-em-11-anos/>

Estas perguntas proponho como um balanço coletivo e não apontam para sujeitos específicos, ainda que pela natureza de suas provocações alguns possam sentir-se mais ou menos implicados em certo tipo de postura ou ação. O cenário lido não se conforma apenas por aspectos externos a nós e, parece-me, o enfrentamento comprometido desses incômodos não acontece sem respostas verdadeiras. Então, se avançamos em formulações teóricas e conceituais, é importante uma revisão de práticas acadêmicas e políticas de modo que tenhamos também coerência e pertinência. Num ambiente de debate como os fóruns da ANPEGE, AGB e outros temos mais questões do que respostas para este cenário. Respostas que, se forjadas no coletivo, poderiam produzir em nós reconhecimento, cumplicidade ou diferença explícita.

Notas e elementos para o debate:


a) A Geografia Escolar em desmonte carrega o desmonte de profissionalidade docente em Geografia. Por que não ousamos sequer ser corporativos e defender a nossa própria comunidade? É urgente vincular o viver da ciência geográfica mais à vida objetiva e menos ao Lattes e suas determinações.

b) O desafio da prática é encontrar pertinência e coerência: epistêmica, pedagógica, didática, política, social.

Penso, há uma compreensão urgente, já apontada por Chervel (1991): as disciplinas escolares desempenham um papel fundamental, duplo, na sociedade que é formar indivíduos e mais ainda, formar uma cultura. Nunca foi apenas conteúdo. Isto justifica porque se disputa hoje de modo tão ferrenho as formas de aniquilação de disciplinas claramente antifascistas! Sem elas, a instalação de uma cultura conservadora, racista, machista e intolerante encontra campo fértil, já sabemos. Estaríamos, então, desistindo de produzir uma cultura de valorização da diferença para estabelecer o domínio naturalizado dos fracos pelos mais fortes à revelia da humanidade capaz de superar a barbárie. Uma barbárie, diga-se de passagem, hoje muito mais atroz do que aquela dos homens primitivos porque, agora, fora tornada projeto de aniquilação e poder.

c) O desafio da prática universitária é problematizar nossas ações e escolhas na formação inicial e continuada numa relação verdadeira com as professoras e professores.

Aqui, inspirado pela Professora Raquel Pulgarín, em livro recente (2020, p. 163), quero resgatar a necessidade de considerar e valorizar as construções docentes. Abramos nossas pós-graduações a esses profissionais que vêm construindo nas escolas várias geografias possíveis. Ela nos ensina:



“Os docentes são produtores de conhecimento didático. Selecionam do conhecimento geográfico a informações necessárias ao processo docente e mediante diversas atividades às desenvolvem como conteúdo em suas aulas. A geografia escolar e uma produção do docente que está mediada por documentos como os textos didáticos e que em alguns casos levam em conta as diretrizes curriculares. É um conhecimento que na essência contém as diferentes atividades e metodologias empregadas na apresentação dos conteúdos, assim como os instrumentos empregados na avaliação da aprendizagem”.

Talvez aqui aprenderíamos com eles como comunicar a um conjunto mais amplo da sociedade a complexidade de nossas pesquisas – as questões que as inspiram, os objetivos, os desdobramentos dentro e fora da universidade.

d) O desafio da prática é ser resistência, declarando estar do lado da vida urgente. Isto impõe uma objeção aos que querem o trabalho escravo; aos que promovem a negação da terra indígena e dos direitos humanos; aos que lucram especulando com offshore nos paraísos fiscais ou que preferem armas aos livros. Adaptando um jargão conhecido, é insuficiente não ser racista, machista, beligerante, preconceituoso, misógino, xenófobo é urgente ser contra, se anti tudo isto!

e) Também gostaria de reafirmar um tópico que continuo considerando urgente para a discussão: a Geografia ainda é necessária para quem e em qual modelo de sociedade, de escola, de universidade, de país?

f) Mesmo no campo do pensamento engajado, o desafio da prática é não estar adesista ao novo, às normas e aos índices de produtividade acadêmica.

Esse é o canto da sereia que tanto enebria jovens e promissores pesquisadores, incapazes de qualquer insurgência aos índices de publicação, à meritocracia individualista à revelia das condições institucionais de ensino, pesquisa e extensão.

g) Como comunicamos a leitura, a interpretação do mundo e da vida para além dos papers? Para enveredar um caminho possível, proponho tomar a ciência geográfica e o geográfico do mundo com constituição fundamental de nossa especialidade, a Geografia, como já nos ensina o Prof. Elvio Martins (USP).

h) Precisamos investir no entendimento do que significa a diluição dos saberes geográficos na alfabetização científica escolar em relação ao futuro: como isto fragiliza a apresentação da ciência geográfica às novas gerações?

As questões são muitas porque o momento é incerto e tenso, mas temos material para uma substancial agenda de pesquisa e trabalho para aprofundar a temática.

Então, é fundamental compreender que entre os desafios da prática e a reflexão crítica tem um sujeito, tem a angústia, muitas vezes a solidão e, hoje, diante da doença, o medo. Isto porque o que há é gente de verdade. Não somos apenas CPF que pode ser "cancelado"! Têm as nossas condições objetivas de existência e suas determinações que, quando o volume de coisas que se impõe nos sufoca, algum sentimento de impotência emerge. Contudo, é na ação coletiva de trabalho, estudos e luta (como o exercitado em eventos como o ENANPEGE, ENG etc.) que é preciso sentir que algum ânimo retoma, para além da certeza de que, o que nos cabe, é luta e é bom estarmos por inteiro no cotidiano.

Por fim

- É fundamental dialogar verdadeiramente com os profissionais docentes na escola, abrir-lhes portas e caminhar junto, reconhecer saberes e autoria docentes na educação básica.

- Problematizar o hoje e o urgente para a classe trabalhadora – por exemplo, uma cartografia do preço da cesta básica já favoreceria um bom entendimento dessa "geografia menor" que se vive nas periferias urbanas e no campo (armado ou minado) por esse país afora! Dispor num mapas o valor das cestas básicas nas capitais brasileiras, uma cartografia das existências.

- Favorecer outras cartografias, capazes de conter nossas vidas, nossos(as) estudantes, dando lugar ao vivido.

Por tudo isto é tão urgente o ato freireano, também assumido pela professora Raquel Pulgarín: é preciso conhecer o que se ensina. E há outras cartografias muito interessantes disseminadas em distintos grupos sociais! Ver, por exemplo, a publicação *This is not an Atlas* (2019), um conjunto rico de múltiplas cartografias que têm como protagonistas uma gama variada de sujeitos coletivos e individuais.

Particularmente, em minhas investidas mais recentes, tenho optado por percorrer o caminho do diálogo com a literatura para fomentar o pensar geográfico, avaliando o caráter promissor e disseminado das ideias pelo texto literário, mas aí é tema para conversa.

- É urgente propor um projeto de educação geográfica alinhada com um projeto de sociedade para esse país inventado chamado Brasil – uma sociedade multiétnica, plurinacional e multilíngue que precisa ser inclusiva. Aliás, todo Departamento de Geografia, todo movimento, associação, instituição e coletividade precisava se colocar a serviço da leitura e da proposição dessa geografia. E só resta fazer isso nas entrelinhas, nas brechas que ainda temos na geografia escolar, de modo que se mantenha o incômodo que produziu essa reação tão dura. Este é um dos aprendizados recentes, num diálogo com o Prof. Marcos Couto sobre esses processos recentes, de que a classe econômica e política que controla este país inventado desde os tempos das sesmarias, só atua com essas formas violentas contra a educação, contra os professores e contra a cultura porque vínhamos construindo outras formas de ser e existir, outras narrativas sobre nós e nossos ancestrais e, por isso, era urgente nos combater, combater a escola e a educação pública. Sendo assim, é preciso continuar o inconformismo, sermos resistência, luta e afeto.

Referências Bibliográficas

ANVISA. (2019). Lançado painel sobre ingredientes ativos de agrotóxicos. In: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2019/lancado-painel-sobre-ingredientes-ativos-de-agrotoxicos>. Acessado em fevereiro de 2022.

BBC News Brasil (2021) In: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-56660692>, publicado em 07/04/2021. Acessado em dezembro de 2021.

BIANCHETTI, Lucídio; VALLE, Ione Ribeiro; PEREIRA, Gilson Ricardo de Medeiros Pereira. (2015) O fim dos intelectuais acadêmicos? Induções da Capes, desafios às associações científicas e a emergência do intelectual institucionalizado. Campinas: Autores Associados.

CHERVEL, A. (1991). Historia de las Disciplinas Escolares. Reflexiones sobre un campo de investigación. Revista de Educación, 295, 59-111. <https://sede.educacion.gob.es/publventa/detalle.action?cod=482>.

COUTO, Marcos A. C. (2017). Base nacional comum curricular - BNCC componente curricular: geografia. In: Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege), p.183-203. V.12, n.19, jul-dez.2016. Link: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6379/3330>. Acessado em agosto de 2020.

FIOCRUZ. (2018) Dossiê reúne notas técnicas contra 'Pacote de Veneno' e a favor da Política Nacional de Redução de Agrotóxicos. Fiocruz, RJ. In: <https://cee.fiocruz.br/?q=Dossie-re%C3%BAne-notas-tecnicas-contr-a-Pacote-de-Veneno-e-a-favor-da-Politica-Nacional-de-Redu%C3%A7%C3%A3o-de-Agrot%C3%B3xicos>. Acessado em novembro de 2021.

HALDER, Severin. Et all. (2018) This is not an Atlas. Tradução: Verlag, Bielefeld. Die Produktion, Düsseldorf. Acessível em: www.notanatlas.org

INCA (2021). Instituto Nacional do Câncer, Agrotóxicos. In: <https://www.inca.gov.br/exposicao-no-trabalho-e-no-ambiente/agrotoxicos>. Acessado em Fevereiro de 2022.

MARTINS, Élvio. (2016). O pensamento geográfico é geografia em pensamento? GEOgraphia - Ano. 18 - Nº37 – Departamento de Geografia da UFF.

MOREIRA, Ruy. (2015) Pensar e ser em Geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. 2ª edição, 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto.

ONU News. (2022) - "Desigualdade sobe para mais de 70% da população global, mas pode ser combatida". Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2020/01/1701331>

SALLES, Marina. (2020) Brasil mantém liderança em venda de agrotóxico. Valor Econômico - Agro-negócio In: <https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2020/01/03/brasil-mantem-lideranca-em-venda-de-agrotoxicos.ghtml>. Acessado em janeiro 2022).

SANTOS, Milton. (2006) A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. – 4ª. ed. 2ª. reimpressão. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo;

SILVA, María Raquel Pulgarín. (2020) Enseñanza de la Geografía y el Estudio del territorio. Por una nueva didáctica. Sociedad Geográfica de Colombia. Bogotá.

TORRAINE, Alain. (2011) Após a crise. Rio de Janeiro: Editora Vozes.

WID World (2021). World Inequality Report 2022. Country Sheets. Disponível em: <https://wir2022.wid.world/download/>, acessado em fevereiro de 2022.

Podcasts

- RIBEIRO, Caroline. (21/09/2021) In: <https://www.rfi.fr/br/podcasts/rfi-convida/20210921-cientista-brasileira-integra-painel-de-especialistas-da-onu-para-seguran%C3%A7a-alimentar>. Acessado em: dezembro de 2022.

A GEOGRAFIA ESCOLAR NO BRASIL NUMA “ENCRUZILHADA”: UM PROJETO EDUCACIONAL IDEOLÓGICO PARA O CAPITAL OU PARA ALÉM DO CAPITAL?

Átila de Menezes Lima

Universidade Federal do Vale do São Francisco – [UNIVASF]
atila.lima@univasf.edu.br


Introdução

Este artigo é fruto das reflexões e debates realizados na mesa redonda intitulada: **A geografia escolar que fala ao Brasil: das ofensivas ideológico-mercantis ao fortalecimento da educação popular, ocorrida no XIV ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA – XIV ENANPEGE** que teve como tema “**A Geografia que fala ao Brasil: ciência geográfica na pandemia ultraliberal**”.

A mesa em si teve como propósitos gerais discussões complexas sobre a ofensiva neoliberal na educação materializada nas reformas educacionais a exemplo da Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017), da Base Nacional Comum Curricular – BNCC e da BNC

de formação de professores, bem como seus impactos na geografia escolar, no ensino de geografia, na construção curricular, na atuação docente e no cotidiano de sala de aula na relação ensino-aprendizagem entre professores e estudantes.

A ofensiva neoliberal na geografia escolar e nos currículos de geografia não é fato tão novo e com evidências somente no atual quadro histórico. Pelo contrário, é um movimento que vem se dando de forma gradual, sobretudo, desde a década de 1990. Para Rocha (2010), assim como para Girotto (2017), a conjuntura da segunda metade dos anos de 1990 é de ascensão neoliberal tanto nos currículos em geografia, quanto na educação brasileira como todo. Um panorama amplo sobre as políticas neoliberais na educação brasileira nos é fornecido por Albuquerque et al (2021) ao traçar o processo de constituição da hegemonia neoliberal na educação brasileira no capítulo denominado "Aprofundamento das políticas neoliberais na educação brasileira". Segundo Lima e Sena (2020), o período de 1990



Foi uma década determinante, sobretudo, para os rumos das políticas de educação, cuja aliança com o grande capital foi firmada, tendo como indutores, os consensos internacionais, mediados por órgãos como UNESCO e UNICEF e financiados pelo Banco Mundial, BIRD e Fundo Monetário Internacional (FMI). Ganhou destaque, nesse movimento, a Conferência Mundial de Educação Para Todos, realizada em 1990, em Jomtien -Tailândia, seguida pela Declaração de Nova Delhi (UNESCO, 1993). Nesse contexto, o Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003) desenhou o perfil do currículo e alinhou os conceitos que orientam os processos e fins da educação escolar, aos referenciais e objetivos da gestão empresarial. (LIMA e SENA, 2020, p.12).

1 Para a compreensão das influências do Banco Mundial na educação brasileira, ver o artigo de AMORIM, Franciel Coelho Luz de LEITE, Maria Jorge dos Santos: A influência do Banco Mundial na educação brasileira: a definição de um ajuste injusto. *Germinar: Marxismo e educação em Debate*, Salvador, v.11, n.2-41, p., abr.2019. Ver também: BANCO MUNDIAL. **Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil**. Brasil, revisão das despesas públicas - Volume I: síntese. Novembro de 2017.

2 Para entendermos o papel dos grandes mecanismos financeiros nos sistemas educacionais da periferia do capitalismo ver Roberto Leher: Um novo senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. Outubro, São Paulo, n. 1, p. 19-30, 1999.

Para Rocha (2010), é, sobretudo, na segunda metade dos anos 1990 que uma nova política de Estado influenciada pelo Banco Mundial é implementada no Brasil com a intencionalidade de reformar a educação no país. Para esse autor, as prescrições neoliberais são introduzidas nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs. Para Girotto (2017),

Tais políticas fazem parte de um amplo processo de ajuste neoliberal posto em prática em toda a América Latina (com exceção de Cuba), a partir dos acordos firmados em 1989 e que ficaram conhecidos como “Consenso de Washington”. Por estas medidas, o Banco Mundial e o fundo Monetário Internacional, representantes do capital transnacional, difundiram uma lógica de reforma neoliberal do Estado na América Latina, com profundo caráter recessivo e que resultou, entre outras coisas, no aumento da taxa de desemprego, da ampliação da desigualdade social e de cortes profundos nos investimentos em saúde, educação e cultura. Para muitos autores, os PCNs representam mais uma etapa deste movimento de reforma neoliberal do Estado e precisam, portanto, ser interpretados nesta relação. (GIROTTI, 2017, p.427).

Complementando a assertiva anterior, Lima e Sena (2020) assinalam que:

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) foram os responsáveis pela introdução de conceitos como gestão, flexibilidade, competências, habilidades, valores, atitudes, projetos, metas, indicadores, os quais se tornariam referências básicas para as reformas que se seguiriam nas décadas posteriores e que se impõem com muita força no cenário atual, a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e da Base Nacional para a Formação de Professores (BNC). (...) (LIMA e SENA, 2020, p.12).

A grande questão é que a ascensão da lógica neoliberal sobre a educação está trazendo redefinições estruturais na mesma, sobretudo nas políticas educacionais, nas elaborações curriculares, nos conteúdos, nas propostas metodológicas e de método, no controle do trabalho docente, no processo de mercantilização e deve ser entendida a partir de uma dimensão mais ampla da crise estrutural do capital e nas reformulações no mundo do trabalho.

Mediante a conjuntura de crise e ofensiva do capital ao trabalho em busca de sua reprodução e ampliação das taxas de lucro e mais-valor, uma série de transformações no mundo do trabalho e nas demais mediações sociais decorrentes desse começaram a se intensificar, sobretudo, a partir da década de 1970, como apontam Harvey (2006), Mészáros (2002). Compreendemos, baseado em Marx (2013, p.836), que "o capital é uma relação social de produção. É uma relação histórica de produção". Sendo uma relação social, o capital tende a transformar tudo em mercadoria, em valor de troca, inclusive o ambiente e as vidas humanas com fins em garantir o aumento da tendência crescente das taxas de lucro.

Para tanto, o capital enquanto mediação e estrutura totalizante estabelece conforme assinala Mészáros (2008), relações alienadas nas mediações de segunda ordem (Estado, relações de troca orientada para o mercado, trabalho subordinado ao capital) que se inter-relacionam com a totalidade de nossas existências e que são internalizados nos indivíduos por atos educativos para a reprodução da lógica de mundo dominante.

Nesse sentido entendemos que com a crise do capital, sobretudo em sua composição orgânica e seu processo de reestruturação produtiva, teremos a redefinição das relações sociais como um todo e todas as mediações sociais, por consequência, irão sentir interferências desse movimento. Com a educação não é diferente. Sendo essa um importante complexo social fundamental para a reprodução de qualquer forma de sociedade, vai ser, como aponta Lima (2019), disputada por diversas concepções ideológicas, sejam elas de mercado, religiosas, reprodutoras mecanicistas do status quo ou mesmo por perspectivas reformistas e por concepções emancipatórias e de ruptura radical com a lógica do capital.

Segundo Mészáros (1981),

Nenhuma sociedade pode perdurar sem seu sistema de educação próprio. Mencionar apenas os mecanismos

de produção e troca para explicar o funcionamento real da sociedade capitalista é procedimento inadequado. As sociedades existem através dos atos dos indivíduos, que buscam realizar seus próprios fins. Em consequência, a questão crucial, para qualquer sociedade, é a reprodução bem-sucedida desses indivíduos, cujos "fins próprios" não negam as potencialidades do sistema de produção predominante. É essa a extensão real do problema educacional: a "educação formal" é apenas um pequeno segmento dele. (...) (MÉSZÁROS, 1981, p. 260).

A citação de Mézáros (1981) no livro "Marx: A teoria da alienação", especificamente no capítulo "A alienação e a crise da educação" é fundamental para compreendermos as inter-relações entre crise do capital, crise na educação, reprodução social de valores por meio dos sistemas educacionais e nos abre possibilidades de ampliarmos a compreensão sobre as reformas neoliberais na educação e como essas influenciam na elaboração de currículos, materiais didáticos, proposições metodológicas, etc.

No caso da geografia buscaremos compreender as mediações de como esse movimento do capital influencia na política educacional, na seleção de conteúdos geográficos pelas grandes editoras nos livros didáticos, na elaboração "curricular dominante", nas perspectivas metodológicas e métodos predominantes no ensino de geografia que podem ser evidenciados tanto na maior parte da elaboração dos livros didáticos, na BNCC quanto nos escritos acadêmicos na área. Isso não significa que não haja contraposições, pois apesar de tudo, ainda existe um campo de disputas. Aqui nos vem algumas indagações: qual a geografia escolar que fala ao Brasil na conjuntura de ascensão neoliberal? O que predomina é a lógica de uma crítica radical ao sistema do capital? Ou de convivência e reprodução do mesmo? Quais as perspectivas metodológicas e de método dominantes? É a dos pressupostos de um materialismo histórico dialético³ ou de perspectivas metodológicas mecanicistas, negadoras da razão dialética, do movimento da totalidade, a-histó-


³ Aconselhamos para leitura sobre a relação entre materialismo histórico dialético e a ciência geográfica o artigo de ALVES, William Rosa; SOUZA, José Gilberto de. A GEOGRAFIA E O MATERIALISMO HISTÓRICO DIALÉTICO. Terra Livre, São Paulo. Ano 35, n.54, p.923-961.

ricas, anti-humanistas? Será que, de fato, fazemos uma geografia crítica radical no sentido marxiano de ruptura com o capital? Estaria a geografia escolar numa encruzilhada⁴ entre um projeto educacional para o capital ou para emancipação humana? Essas são algumas questões que nortearão nossas reflexões.

Para realização de nossos objetivos foram feitas revisões bibliográficas de alguns referenciais marxistas sobre a crise do capital, sobre educação, reprodução social e ideologia. Também nos apoiamos em leituras sobre o ensino de geografia, documentos como os Parâmetros Curriculares Nacionais, a Base Nacional Comum Curricular - BNCC em sua versão final e a BNC de Formação de Professores. Além dessa introdução, o artigo tem mais três tópicos, quais sejam: a crise do capital e seus reflexos na educação e reprodução social; a geografia escolar brasileira numa encruzilhada : entre as prescrições neoliberais do capital x uma educação para além do capital e as considerações finais na forma de um 'para não concluir'.

A crise do capital e seus reflexos na educação e reprodução social.

Conforme assinalamos anteriormente, o capital não é uma coisa, nem mesmo como assinala Mészáros (2002) uma "entidade material" e "um mecanismo" racional controlável como alguns defendem. Ele é na realidade uma complexa relação social de produção e reprodução que perfaz a totalidade de nossas vidas. Segundo Mészáros (2002)



Antes de mais nada, é necessário insistir que o capital não é simplesmente uma "entidade material" – também não é, como veremos na Parte III, um "mecanismo" racionalmente controlável, como querem fazer crer os apologistas do supostamente neutro "mecanismo de mercado" (a ser alegremente abraçado pelo "socialismo de mercado") – mas é, em última análise, uma forma incontrolável de controle sociometabólico. A razão principal por que este sistema forçosamente escapa a um

⁴ Alusão as reflexões desenvolvidas por Tonet (2003) ao debater a encruzilhada que se encontra a educação entre a reprodução dos princípios do capital ou superação destes.

significativo grau de controle humano é precisamente o fato de ter, ele próprio, surgido no curso da história como uma poderosa – na verdade, até o presente, de longe a mais poderosa – estrutura “totalizadora” de controle à qual tudo o mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua “viabilidade produtiva”, ou perecer, caso não consiga se adaptar. Não se pode imaginar um sistema de controle mais inexoravelmente absorvente – e, neste importante sentido, “totalitário” – do que o sistema do capital globalmente dominante, que sujeita cegamente aos mesmos imperativos a questão da saúde e a do comércio, a educação e a agricultura, a arte e a indústria manufatureira, que implacavelmente sobrepõe a tudo seus próprios critérios de viabilidade, desde as menores unidades de seu “microcosmo” até as mais gigantescas empresas transnacionais, desde as mais íntimas relações pessoais aos mais complexos processos de tomada de decisão dos vastos monopólios industriais, sempre a favor dos fortes e contra os fracos. No entanto, é irônico (e bastante absurdo) que os propagandistas de tal sistema acreditem que ele seja inerentemente democrático e suponham que ele realmente seja a base paradigmática de qualquer democracia concebível. (...) (MÉSZÁROS, 2002, p.96).

Nessa importantíssima obra intitulada “Para além do capital: rumo a uma teoria da transição”, Mézáros (2002) traz contribuições incomensuráveis para compreensão do que ele denomina de sociometabolismo do capital, uma unidade indissociável e totalizante que abrange uma complexa relação entre Estado, capital e trabalho assalariado. O autor demonstra que enquanto uma estrutura econômica, o capital já existia em formas anteriores ao modo de produção capitalista e que o mesmo pode existir em formas pós-capitalistas, caso não seja extinto o tripé do capital (trabalho-capital-Estado). Segundo Mézáros (2002), o “capitalismo é aquela fase particular da produção do capital na qual”:

1. a produção para a troca (e assim a mediação e dominação do valor-de-uso pelo valor-de-troca) é dominante; 2. a própria força de trabalho, tanto quanto qualquer outra coisa, é tratada como mercadoria; 3. a motivação do lucro é a força reguladora fundamental da produção; 4. o mecanismo vital de formação da mais-valia, a separação radical entre meios de produção e produtores, assume uma forma inerentemente econômica; 5. a mais-valia economicamente extraída é apropriada privadamente pelos membros da classe capitalista; e 6. de acordo com seus imperativos econômicos de crescimento e expansão, a produção do capital tende à integração global, por intermédio do mercado internacional, como um sistema totalmente independente de dominação e subordinação econômica. (MÉSZÁROS, 2002, p.736-737).

O sistema do capital é essencialmente expansível e tendendo para a acumulação ampliada, daí seu caráter de incontrolabilidade e destrutividade. Essa legalidade expansível do capital leva a um processo sempre ampliado de exploração e rebaixamento da força de trabalho, assim como de espoliação do ambiente para a manutenção e aumento das taxas de mais valor. Conforme Mézárós (2002, p.251), “o capital em si é absolutamente incapaz de se impor limites, não importando as consequências, nem mesmo a eliminação total da humanidade”.

O processo contraditório da expansão do capital experimentou forte crescimento no pós-segunda guerra mundial e fez de certa forma “concessões” como o Estado de bem estar social, mas, sobretudo, a partir dos anos de 1970 entrou num processo de crise. As crises no capitalismo são inerentes a esse sistema, e ao contrário do que muitos imaginam, elas não são por falta e escassez, mas sim por excedente de capital e força de trabalho parada. Mas diferente das crises cíclicas que ocorrem no capitalismo, Mézárós (2002) aponta para uma crise estrutural. Conforme esse autor, a diferença dessa crise iniciada nos anos de 1970 para as demais crises se manifesta em quatro aspectos principais:

(1) seu caráter é universal, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho, com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade etc.); (2) seu alcance é verdadeiramente global (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises no passado); (3) sua escala de tempo é extensa, contínua, se preferir, permanente, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital; (4) em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu modo de se desdobrar poderia ser chamado de rastejante, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro: a saber, quando a complexa maquinaria agora ativamente empenhada na "administração da crise" e no "deslocamento" mais ou menos temporário das crescentes contradições perder sua energia. (MÉSZÁROS, 2002, p.796).

Essa crise sem precedentes na história, segundo Mézáros (2002), manifesta-se nas três dimensões internas do capital: produção, consumo e circulação/distribuição/realização. A dimensão dessa crise vai além da esfera socioeconômica e atinge as instituições de reprodução dos valores do capital, dentre as quais, a educação.

Assim, além da reprodução, numa escala ampliada, das múltiplas habilidades sem as quais a atividade produtiva não poderia ser realizada, o complexo sistema educacional da sociedade é também responsável pela produção e reprodução da estrutura de valores dentro da qual os indivíduos definem seus próprios objetivos e fins


específicos. As relações sociais de produção capitalistas não se perpetuam automaticamente. Elas só o fazem porque os indivíduos particulares "interiorizam" as pressões exteriores: eles adotam as perspectivas gerais da sociedade de mercadorias como os limites inquestionáveis de suas próprias aspirações. É com isso que os indivíduos "contribuem para a manutenção de uma concepção de mundo" e para a manutenção de uma forma específica de intercâmbio social, que corresponde àquela concepção de mundo. (MÉSZÁROS, 1981, p. 260).

Complexo social fundamental para reprodução de qualquer forma de sociedade, a educação nesse momento de crise do capital sofrerá influências diretas do processo de reestruturação produtiva e do capital. Segundo Tonet (2003, p.5), a crise capitalista reflete na educação:

nas mais variadas formas, mas sinteticamente, em primeiro lugar, revelando a inadequação da forma anterior de educação frente às exigências do novo padrão de produção e das novas relações sociais; constatando que as teorias, os métodos, as formas, os conteúdos, as técnicas, as políticas educacionais anteriores já não permitem preparar os indivíduos para a nova realidade. Em segundo lugar, levando à busca, em todos os aspectos, de alternativas para esta situação. Em terceiro lugar, imprimindo a esta atividade, de modo cada vez mais forte, um caráter mercantil. Isto acontece porque, como consequência direta de sua crise, o capital precisa apoderar-se, de modo cada vez mais intenso, de novas áreas para investir. A educação é uma delas. Daí a intensificação do processo de privatização e de transformação desta atividade em uma simples mercadoria (TONET 2003, p.5).

Nesse sentido, com a crise do estado de bem-estar social, a crise do petróleo, do padrão fordista-taylorista, conforme Harvey (2006), as modificações da composição orgânica do capital em sua relação capital constante e capital variável, a introdução de novas formas de racionalização e gerenciamento do processo produtivo, sobretudo, aqueles experimentados na fábrica da Toyota e a espacialização desses para toda a sociedade conforme demonstra Alves (2011), caracterizando a chamada acumulação flexível (HARVEY, 2006) e a reestruturação do capital, necessitou de uma readequação dos sistemas educacionais para a transmissão dos “valores fetiches” do capital (ALVES, 2011).

É nessa conjuntura de transformações que, segundo Leher (1999), O Banco Mundial passa verdadeiramente a atuar na educação. Conforme esse autor, somente na primeira parte da gestão de **McNamara** (1968-73) foram aprovados 760 projetos com custo de US\$ 13,4 bilhões, maior em número e em recursos quando comparado aos vinte e dois anos anteriores que, segundo Leher (1999, p.22), foram 708 projetos com custo de US\$10,7 bilhões. Essa historicização é fundamental para compreender os processos de reformas neoliberais curriculares na periferia do capital, sobretudo no Brasil da década de 1990 em diante. Segundo Rocha (2010):



Nas últimas duas décadas, governos de diferentes países empenharam-se em promover reformas educacionais, através das quais profundas intervenções foram realizadas nos currículos escolares. Percebe-se, sem grande esforço, que estas reformas se vinculam ao projeto neoliberal que tem fortalecido neste mesmo período. É objetivando dar um novo ordenamento ao currículo, fazendo-o servir aos interesses deste projeto, que se quer hegemônico, que organismos internacionais, a exemplo do FMI, Banco Mundial, PNUD, UNESCO, etc., vêm impondo aos governos nacionais a implementação de novas políticas curriculares em seus sistemas educacionais. (ROCHA, 2010, p. 15).

Ainda conforme esse autor, as prescrições neoliberais na realidade brasileira deram-se, sobretudo, por via dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs e assinalamos que se intensificaram posteriormente com a reforma do ensino médio e, sobretudo com a Base Nacional Comum Curricular – BNCC.

É nesse complexo movimento que os sistemas educacionais e a produção curricular se adequam às necessidades do mundo do trabalho e do capital, implementando reformas curriculares fundamentais a sua ideologia e necessidades. Dos PCNs a BNCC, podemos encontrar continuidades e conexões de uma política educacional voltada para a disseminação dos “valores fetiches” do capital (ALVES, 2011), tendo a frente às perspectivas metodológicas cognitvistas, da percepção e fenomenológicas com um viés pragmático para o mercado. Procuraremos evidenciar isso, estabelecendo algumas reflexões entre as reformas educacionais de cunho neoliberal e suas influências na geografia escolar e no ensino de geografia.

A geografia escolar brasileira numa encruzilhada: entre as prescrições neoliberais do capital x uma educação para além do capital.

Debater a geografia escolar e o ensino de geografia no Brasil é tarefa complexa e hercúlea mediante a imensidade do território brasileiro, a diversidade das regiões e curriculares, a questão do que é currículo, a formação dos professores de geografia e a delimitação de quais são as predominâncias teórico-metodológicas na formação desses, sem falar daqueles que dão aulas de geografia sem ter formação na área. Essas questões em si exigem anos de pesquisas unificadas para uma aproximação e compreensão dessa realidade.

No que se refere à geografia escolar, o ensino de geografia, os estudos, pesquisas, escritos sobre essa área de conhecimento se ampliaram e intensificaram bastante nos últimos anos. Esse quadro tem como ponto de partida, conforme aponta Oliveira (2014), os “debates realizados nos encontros e congressos da Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB, e que culminaram com a realização do 1º Encontro Nacional sobre o Ensino de Geografia em Brasília, o famoso “Fala professor””.

Desde essa conjuntura até os dias atuais, a produção de escritos é ampla e bem diversificada com temáticas que perpassam o debate sobre as influências das perspectivas teórico-metodológicas no ensino nesse campo do conhecimento, as políticas educacionais e curriculares como os PCNs e atuais reformas

educacionais e seus impactos no ensino de geografia, as relações entre geografia escolar, sociedade e cotidiano, que “geografia” se ensina nos ensino fundamental e médio até questões de técnicas, metodologias e formas de ensinar geografia em sala de aula, a “alfabetização espacial”, a educação geográfica etc. Uma boa síntese desse histórico e dessas questões é feita por Martins (2014) em artigo denominado “A trajetória da geografia e seu ensino no século XXI” contido no livro “O ensino de geografia e suas composições curriculares”.


Várias foram às produções na forma de artigos, livros coletâneas com vários autores e mesmo livros individuais tratando dessas temáticas. Podemos destacar entre essas obras os livros: “Para onde vai o ensino de geografia?”, de organização de Oliveira (2014) e que está dividido em duas partes: crise da geografia, da escola e da sociedade e os novos rumos; o livro “A geografia na sala de aula” de organização de Carlos (2015) com artigos de vários autores tratando de temáticas pertinentes ao ensino de geografia; o livro “Ensino de geografia: práticas e textualizações no cotidiano” de organização geral de Castrogiovanni (2014) com participação de Helena Copetti Callai e Nestor André Kaercher; o livro “O ensino de geografia e suas composições curriculares” de organização de Tonini et al (2014) com vários escritos de autores com diversidade de perspectivas teórico-metodológicas, discutindo questões diversas; o livro de Straforini (2008) “Ensinar geografia: o desafio da totalidade mundo nas séries iniciais”; o livro de Sousa Neto (2008) “A aula de geografia e algumas crônicas” e o livro de Albuquerque et al (2021) “Manifesto: crítica às reformas neoliberais na educação: prólogo do ensino de geografia”. Acrescento ainda dois artigos importantes para a compreensão da relação dos currículos de geografia e as reformas educacionais, quais sejam: o artigo de Rocha (2010) denominado: “O ensino de geografia no Brasil: as prescrições oficiais em tempos neoliberais” e o escrito de Giroto (2017) denominado “Dos PCNs a BNCC: o ensino de geografia sob o domínio neoliberal”.

As obras ora citadas acima são uma pequena amostra da imensidade de escritos sobre o ensino de geografia no Brasil, contidas em livros e artigos. Há também grande produção em pesquisas de doutorado e dissertações de mestrado, bem como os Trabalhos de Conclusão de Cursos – TCCs, entre outros. Apesar do recorte das obras ora apresentadas ser limitado em número perante a vastidão de estudos nessa área, elas podem nos fornecer uma visão geral sobre a geografia escolar e o ensino de geografia que, articuladas à produção geral dos

livros didáticos pelas grandes editoras, assim como das reformas neoliberais na educação que em consonância com a crise estrutural do capital e da educação nos permitem compreender e identificar as tendências predominantes de propostas teórico-metodológicas e curriculares no ensino de geografia nessa conjuntura de reformas neoliberais. Essa compressão do todo nos permite entender como a geografia escolar brasileira se encontra numa encruzilhada entre a reprodução da lógica do capital com o discurso das competências e habilidades para o mercado e mesmo com o discurso da educação para a “cidadania” versus uma educação para emancipação, para formação humana plena, uma educação para além do capital e sua lógica brutalizante e desumana.

Quando traçamos um histórico sobre o que predominava no que concerne ao método e a procedimentos metodológicos no fazer geográfico e seus reatamentos no que era ensinado em geografia, é consenso que até a década de 1970 havia o predomínio de perspectivas metodológicas positivistas e mesmo neopositivistas. Era um saber fragmentado, cheio de dualismos, descritivo e que não ultrapassava a aparência dos processos socioespaciais. Essas perspectivas estavam bem adaptadas ao padrão fordista-taylorista de produção em série e em massa que necessitava de uma educação mecanicista e de conhecimento superficial para os trabalhadores. Isso nos faz concordar com as reflexões de Enguita (1989) em seu livro “A face oculta da escola”, ao assinalar que a escola moderna capitalista surge com o intuito de repassar para a classe trabalhadora a sistematização mínima de conhecimentos para o processo produtivo nas fábricas.

Segundo Oliveira (2014, p.138), a geografia ensinada era tão compartimentada que até mesmo os elementos da natureza eram estudados sem as devidas conexões. Ainda conforme esse autor, com a ascensão da “indústria do livro didático”, o mesmo tornou-se a “bíblia” dos professores. Dessa forma o autor assinala que:



Nesse processo o professor foi perdendo ou, então, nem teve a oportunidade de formar a sua condição de produtor de conhecimentos. Ele se tornou ou foi transformado em um mero repetidor dos conteúdos dos livros didáticos. As editoras chegaram a publicar o “livro do professor”, uma espécie de “cartilha”, na suposição de lhe facilitar o trabalho. (OLIVEIRA, 2014, p.138).

Nesse sentido, o autor continua suas reflexões indagando sobre que geografia é essa contida nos livros didáticos? E o mesmo responde a questão:

Mas que geografia é esta, que está presente nos livros didáticos?


É a geografia produzida pela escola positivista, que tem na análise empírica da realidade o produto de seu conhecimento. É a geografia "científica" e "neutra", a mesma que vem sendo ensinada desde o século passado. (OLIVEIRA, 2014, p.139).

Ou seja, o autor chega às constatações já feitas por Lacoste (1988) da chamada "geografia dos professores" e dos Estados nacionais. Este clássico de Lacoste é fundamental para compreendermos o papel da geografia como instrumento de dominação estatal e do capital, assim como nos permite compreender o processo de renovação do pensamento geográfico.

Nos meados da década de 1970, mediante crise estrutural do capital e da reestruturação produtiva e durante o decorrer da década de 1980, movida pelas transformações sociais, a ciência geográfica no Brasil e no mundo passava por vários embates e reflexões internas em seu movimento de renovação crítica. Oliveira (2014, p.27) nos apresenta um bom quadro desses embates teórico-metodológicos e práticos, realizados em três frentes, quais sejam: *new geography* x geografia tradicional; geografia crítica x geografia tradicional e por fim um embate em ascensão entre *new geography* x geografia crítica. Para esse autor, na prática era difícil afirmar a hegemonia de uma ou outra corrente e que havia certa confusão dos professores na apreensão desse debate.

A compreensão do processo de renovação crítica na geografia (geografia crítica e humanista) foi amplamente debatida por vários autores como Moraes (2007), Santos (1986) e nos permitem compreender quais perspectivas metodológicas ganhavam ascensão naquele período com destaque para a perspectiva do materialismo histórico dialético bem como das perspectivas fenomenológicas, hermenêuticas e existencialistas. As vastas investigações dessas perspectivas de método contribuíram bastante para a compreensão geográfica de mundo, assim como para intervenções na realidade.

Apesar da inegável influência e ascensão dos debates críticos na geografia com a introdução do materialismo histórico dialético no fazer ciência geográfica no Brasil presente em vastas obras, produções acadêmicas, em linhas de pesquisas e com discussões críticas sobre temáticas sociais nos livros didáticos e nos currículos, podemos, de fato, afirmar que na geografia escolar e no ensino de geografia tivemos a predominância da perspectiva teórico-metodológica do materialismo histórico dialético, sobretudo na conjuntura de reformas neoliberais? Podemos afirmar que existe a predominância de uma crítica radical no sentido marxista na geografia? É possível afirmar isso mesmo na geografia feita nas universidades? Segundo Lima (2021):



Apesar da incorporação da dialética (nem sempre a de cunho marxista) e mesmo da adesão de algumas leituras de Marx e de trabalhos críticos nessa ciência, não significa que a dialética de viés marxista tenha predomínio para a compreensão da realidade na ciência geográfica. Pelo contrário, o que temos é a predominância de perspectivas de métodos mecanicistas, anti-humanistas, a-históricos e antidialéticas a exemplo das correntes positivistas, neopositivistas, estruturalistas, pós-estruturalistas, existencialistas, fenomenológico-hermenêuticas que contribuem para a morte da história em movimento e das mediações concretas que estão contidas na totalidade do concreto real em suas múltiplas determinações. (LIMA, 2021, p.7).

Essa assertiva se torna mais evidente quando observamos as reformas neoliberais manifestas nas políticas educacionais e por consequência nos currículos. Quando investigamos as prescrições do "currículo oficial" em geografia na década de 1990, conjuntura de ascensão da lógica neoliberal na política educacional brasileira, podemos perceber nitidamente, sobretudo a partir dos PCNs, a predominância de determinada perspectiva teórico-metodológica que endossa a lógica individualista neoliberal. O excelente trabalho de Rocha (2010) denominado: "O ensino de geografia no Brasil: as prescrições oficiais em tempos neoliberais" nos fornece

grande contribuição. Nesse artigo, o autor faz uma leitura minuciosa dos PCNs em geografia demonstrando seus reflexos tanto no ensino fundamental, quanto no médio. No que concerne ao ensino de geografia no primeiro, segundo, terceiro e quarto ciclo do ensino fundamental, o autor aponta que o documento faz uma apresentação das correntes de pensamento geográfico, buscando identificar a influência dessas no interior das escolas. O autor continua as reflexões afirmando que o documento apresenta as concepções tradicionais, assim como a concepção marxista como se as mesmas fossem limitadas e propõe abordagens com enfoques subjetivistas, a exemplo da fenomenologia.

Assim como nos parâmetros curriculares para os primeiros ciclos, nesses é feita uma análise dos paradigmas geográficos e da influência que os mesmos tiveram sobre o ensino dessa disciplina nas escolas. Tanto a chamada geografia tradicional quanto a geografia marxista nos são apresentadas como limitadas – e de uma forma meio velada são consideradas superadas –, apesar de serem reconhecidas as contribuições que ambas trouxeram para o avanço do saber geográfico e do seu ensino. (ROCHA, 2010, p.19).

No próprio documento temos a seguinte assertiva:

Tanto a Geografia Tradicional quanto a Geografia Marxista ortodoxa negligenciaram a relação do homem e da sociedade com a natureza em sua dimensão sensível de percepção do mundo: o cientificismo positivista da Geografia Tradicional, por negar ao homem a possibilidade de um conhecimento que passasse pela subjetividade do imaginário; o marxismo ortodoxo, por tachar de idealismo alienante qualquer explicação subjetiva e afetiva da relação da sociedade com a natureza. (BRASIL, 1997, p. 105).

Podemos perceber no documento uma análise superficial tanto do positi-

vismo assim como da leitura marxista, sobretudo no que concerne a questão da subjetividade e do idealismo desenvolvida por vários autores com destaque para Lukács (2013) em sua ontologia e mesmo em seus escritos estéticos.

Voltando para a compreensão dos PCNs, Rocha (2010) destaca ainda a posição do utilitarismo do saber geográfico. Aqui podemos evidenciar já nos PCNs uma espécie de retorno ao pragmatismo neopositivista mesclado com correntes teóricas fenomenológico-hermenêuticas, fato que vai se intensificar nas reformas educacionais recentes a exemplo da BNCC⁵ que, na prática, vem se impondo como currículo. Esta junção neopragmática com as filosofias da percepção são fundamentais para a legitimação de currículos flexíveis e adaptados à reestruturação produtiva e do capital.

Ao traçar as investigações sobre a geografia no ensino médio nos PCNs, Rocha (2010) assinala que as críticas à geografia crítica continuaram e que, apesar das confusões teóricas, é clara a intencionalidade do Estado em oficializar “uma geografia de fundamentação teórica fenomenológica e construtivista nas salas de aulas”. E continua o autor:

A análise dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino de Geografia não nos deixa dúvidas de que é essa a concepção de Geografia que se quer ensinada nas escolas brasileiras. Ora, se é fenomenológica e psicologizante toda a fundamentação do novo currículo prescrito para as escolas brasileiras, não poderia ser diferente a concepção de Geografia escolar que o compõe e que através dele será ensinada. Não obstante a já denunciada confusão teórica (seria confusão teórica ou estratégia para facilitar a aceitação da “proposta” por parte do professorado que atua na educação básica?), o texto em vários momentos diz qual geografia o Estado quer ver ensinada. (ROCHA, 2010, p.23).

5 A Base Nacional Comum Curricular deveria ser um documento de caráter normativo responsável pelo direcionamento de quais conhecimentos, competências e habilidades deveriam estar presentes nos currículos escolares nacionais, no entanto, ela vem sendo imposta de goela abaixo como currículo com forte pressão empresarial-midiática, pelo Todos pela Educação, por setores estatais e em muitos casos com apoio da União dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME.


Rocha (2010) ainda estabelece e apresenta autores que fazem os nexos concretos entre essa adequação curricular aos ditames do neoliberalismo. As assertivas do autor podem ser bem evidenciadas no próprio documento dos PCNs e o movimento da realidade posterior a essa política educacional também se evidencia. Como já explanamos no tópico anterior, existe toda uma conexão entre crise do capital e seus reflexos na educação e no ensino. O capital em seu processo de reestruturação produtiva necessita mais do que nunca da captura da subjetividade dos trabalhadores para sua reprodução, criando assim trabalhadores apaziguados, pró-ativos adaptados a sua lógica. Segundo Alves (2011),

As inovações sociometabólicas do capital se disseminam por meio de treinamentos em empresas, políticas governamentais, currículos escolares, aparatos midiáticos da indústria cultural e, inclusive igrejas, que constituem uma pletera de “valores, expectativas e utopias de mercado” que se cristalizam em noções, vocábulos ou conceitos que falam por nós nas instâncias de produção e reprodução social. Eles são uma espécie de vulgata do capitalismo neoliberal... (ALVES, 2011, p. 90).

Nessa “nova” ordem do capital, foi implementada a ideologia⁶ da gestão por competências e habilidades. Presentes nos PCNs, a temática das competências, habilidades, guiadas pelo cognitivismo e percepções individuais avançaram nas políticas educacionais no Brasil desde a década de 1990 e ganharam dimensão extraordinária na BNCC e BNC de formação de professores. O documento da BNCC assinala que:


Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habi-

6 Segundo Lukács (2013, p.466), “a ideologia é sobretudo a forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a práxis social humana consciente e capaz de agir”. E complementa sua reflexão “verdade ou falsidade ainda não fazem de um ponto de vista uma ideologia. Nem um ponto de vista individualmente verdadeiro ou falso, nem uma hipótese, teoria etc., científica verdadeira ou falsa constituem em si e por si só uma ideologia; eles podem vir a tornar-se uma ideologia, como vimos. Eles podem se converter em ideologia só depois que tiverem se transformado em veículo teórico ou prático para enfrentar e resolver conflitos sociais, sejam estes de maior ou menos amplitude, determinantes dos destinos do mundo ou episódicos”. (LUKÁCS, 2013, p.467).




lidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. (BNCC, 2018, p.8).

O documento continua com a seguinte assertiva:



Ao adotar esse enfoque, a BNCC indica que as decisões pedagógicas devem estar orientadas para o desenvolvimento de competências. Por meio da indicação clara do que os alunos devem "saber" (considerando a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e, sobretudo, do que devem "saber fazer" (considerando a mobilização desses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho), a explicitação das competências oferece referências para o fortalecimento de ações que assegurem as aprendizagens essenciais definidas na BNCC. (BNCC, 2018, p.9).

Nas proposições da BNC de formação temos o mesmo caminho, a saber:



[...] o professor deve planejar as ações de ensino que resultem na aprendizagem efetiva, saber criar e gerir ambientes de aprendizagem, ter plenas condições de avaliar a aprendizagem e o ensino, e conduzir as práticas pedagógicas dos objetos do conhecimento, competências e habilidades previstas no currículo. (MEC, 2019).

Como podemos perceber, existe uma intrínseca relação da pedagogia das competências, do saber fazer, das filosofias da percepção com a lógica do mercado e do capital. Segundo Lima (2019) a

(...) Base Nacional Comum Curricular – BNCC carrega consigo para além da aparência, um projeto societal de reprodução ideológica da sociabilidade para o mercado, para a formação de mentalidades individualistas neoliberais a partir de metodologias pautadas na percepção e subjetividades individualizadas descontextualizadas da totalidade concreta. (LIMA, 2019, p.67).

O autor ainda assinala que:

Os fundamentos sociais do documento mostram, a olhos nus, o empresariamento da educação, o rebaixamento intelectual dos conteúdos, a centralização e controle dos conhecimentos, a perda de autonomia didático-pedagógica dos docentes, o aumento das desigualdades socioespaciais, e a adequação a lógica da sociabilidade em crise do capital com enfoque na flexibilização, nas habilidades, competências e empreendedorismo, ou seja, uma nítida reprodução ideológica aos ditames da acumulação flexível. (LIMA, 2019, p.67).

A adequação de toda essa política pública educacional da BNCC, que na prática, se impõem como currículo nas escolas aos ditames do capital, interfere diretamente nos conteúdos a serem ensinados, na formulação de currículos, na prática docente etc.

No caso da geografia escolar, essa foi diluída no documento na área de conhecimento de ciências humanas e sociais aplicadas com suas competências e respectivas habilidades. O enfoque a determinados procedimentos de ensino e metodologias a exemplo das “metodologias ativas” com uso de Tecnologias de Informação e Comunicação - TICs - vem ganhando muito importância nessa

⁷ Para a crítica das “metodologias ativas” ver o capítulo – “Reformas neoliberais e inovações do passado: as metodologias ativas e a interdição da escola emancipatória”, no livro “Manifesto: Crítica às reformas neoliberais: prólogo do ensino de geografia” de Albuquerque et al, 2021.

disciplina. O ensino de geografia⁸ perde bastante com a BNCC. Primeiramente, o processo de padronização curricular em um país com a extensão do território brasileiro é muito complicado. Temos uma enorme diversidade social, cultural, paisagística que não pode ser padronizada. Os professores de geografia também perderão a autonomia didática e pedagógica, visto todo um movimento de imposição da BNCC como currículo. A flexibilização e enxugamento da carga horária dessa disciplina já é notória tanto com a reforma do ensino médio, assim como na sua diluição de conteúdos na área de conhecimento na BNCC. Se tínhamos dificuldades em fazer disciplinaridade na geografia, com a BNCC isso piora, visto que teremos um saber ainda mais superficial, sem profundidade e abrindo espaço inclusive para a possibilidade que profissionais com formação de “notório saber” possam dar aulas de geografia.

Apesar de o documento propor o trabalho de determinadas temáticas e assuntos críticos e atuais, podemos perceber certa superficialidade, discussões que ficam na aparência e a ausência de uma crítica radical a sociedade das mercadorias. Pelo contrário, o que temos é uma perspectiva mercadológica, quando não algumas críticas reformistas e o discurso da cidadania burguesa.

A própria geografia ensinada nas escolas, contida nos currículos escolares, seja no próprio livro didático muitas vezes “transformado em currículo”, seja nos currículos ocultos, antes e após aprovação da BNCC eram e são muito limitados quando falamos de uma proposta emancipatória radical. Durante minha trajetória de mais de 10 anos de ensino de geografia tanto nos níveis fundamental e médio, assim como no ensino superior, o que pude observar é que tanto nos livros didáticos, nos currículos e em ementas existe certo bloqueio da geografia com pressupostos marxistas em detrimento das concepções a-históricas e antialélicas. Essa assertiva se evidencia ainda mais quando faço autoavaliações semestrais com os estudantes de primeiro e segundo semestre do curso de geografia da Universidade Federal do Vale São Francisco – UNIVASF. Quando pedi para avaliarem os conteúdos debatidos em sala de aula as respostas foram:

⁸ Infelizmente “parte dos intelectuais da geografia acadêmica” brasileira de renome do ensino de geografia, parece ter abrido mão da disputa e de amplos debates sobre currículo, política curricular, para ficar no debate da forma, das técnicas, das metodologias de ensinar geografia. Outros inclusive estão a legitimar as reformas educacionais de caráter neoliberal como a reforma do Ensino Médio, BNCC, BNC de formação.

O estudo da disciplina de geografia da população foi esclarecedor em diversos pontos, uma vez que não fazíamos noção de muitos conceitos tratados em sala de aula, e desconhecíamos o pensamento marxista acerca da compreensão do que é população.

Essa conclusão de uma equipe de estudantes evidencia um quadro que não é isolado na geografia brasileira, assim como em outras áreas de conhecimento. Outra reflexão foi no sentido da ausência de uma visão crítica da geografia em todo o processo formativo

Nossa maior dificuldade foi exatamente por termos sido durante o nosso processo educacional nunca termos sido apresentados à visão crítica da geografia, e por isso não conhecíamos muitos dos conceitos apresentados durante as aulas.

Essas falas, junto com a compreensão das políticas educacionais com a investigação dos documentos, assim como de nossa experiência na docência nos leva a responder ainda que, de forma geral e abstrata, algumas das questões iniciais. Não temos a predominância teórico-metodológica do materialismo histórico dialético no ensino de geografia assim como na geografia escolar. Por consequência, não temos o domínio de uma geografia pautada numa crítica radical da sociedade do capital, mas sim de perspectivas metodológicas que apesar de algumas críticas, não conseguem superar a aparência dos fenômenos, assim como se propõem reformistas dentro da incontornabilidade do capital. Segundo Lima (2020), essas correntes tendem

[...] a ocultar a razão dialética, as contradições, a história, as mediações e processos reais, que são substituídas pela manipulação intelectual abstrata da realidade e da práxis, como nos revela Coutinho (2010) ao debater o estruturalismo e a miséria da razão. Neste sentido, as funções sociais destas formas de consciência, na práxis,

contribuem para procedimentos de análise do real de forma fetichizada e para uma práxis irracionalista, imediatista, colaborando para a manutenção da sociabilidade do capital, que quando entendida somente na aparência, parece ser a melhor de todas as sociabilidades. Pensemos na mercadoria, que em sua aparência esconde as múltiplas determinações da sociabilidade do capital. Segundo Lukács (2012, p.306), estas só podem ser apreendidas através da compreensão da análise crítico-ontológica da dialética dos procedimentos histórico-genéticos e abstrativo-sistematizantes. (LIMA, 2020, p. 368).

Como problema prático dessas correntes de pensamento, sobretudo a fenomenologia, é que elas eliminam os problemas fundamentalmente ontológicos, a coisa em si, e os substituem por interpretações subjetivistas da realidade, por representações gnosiológicas. Ou seja, colocam a realidade entre "parênteses". Sobre isso Lukács (2012) expõe a seguinte passagem:

Quando Scheler me visitou em Heidelberg, na época da Primeira Guerra Mundial, tivemos sobre o tema uma conversa interessante e característica. Scheler sustentou a posição de que a fenomenologia seria um método universal, que poderia ter tudo como objeto intencional. "Pode-se, por exemplo", explicou Scheler, "promover investigações fenomenológicas sobre o Diabo; para isso só se precisa primeiramente colocar a questão da existência do Diabo entre parênteses." "É claro", respondi, e quando o senhor tiver terminado de compor a imagem fenomenológica referente ao Diabo, o senhor abrirá os parênteses – e o Diabo em pessoa estará parado diante de nós." Scheler riu, deu de ombros e nada respondeu. (LUKÁCS, 2012, p.82).


E continua Lukács (2013) sua crítica à ocultação dos problemas ontológicos e a manipulação gnosiológica por parte da fenomenologia

(...) Husserl, por exemplo, estipulou o "colocar entre parênteses" da realidade como condição metodológica para a intuição da essência [Wesensschau]. Os seus sucessores, começando por Scheler e mais decididamente Heidegger, descobriram justamente aqui o ponto de partida para uma nova teoria idealista do ser. Ora, assim que a realidade é colocada entre parênteses, desaparecem justamente a complexidade, o processo, a interação etc. de todo grupo fenomênico, e até o próprio procedimento significa essencialmente uma reificação que isola o próprio fenômeno. É por isso que o "colocar entre parêntese" se tornou um método gnosiológico tão popular e moderno: não só para transformar o não existente em existente, mas também para, dependendo das circunstâncias – como ocorre diariamente tanto no existencialismo como no estruturalismo –, fazer do não existente um existente próprio e essencial (LUKÁCS, 2013, p.675).

Aqui percebemos a negação da objetividade pelo subjetivismo manipulador da realidade. Esse proceder permite a exposição de problemas e assuntos críticos, mas com a ocultação da essência desses problemas. No ensino em geografia, por exemplo, é bem comum em livros didáticos e na prática docente orientada por aqueles a exposição de problemáticas sobre meio ambiente, sustentabilidade, consumo, agronegócio, agrotóxico, mas sem uma crítica radical a propriedade privada dos meios de produção e da sociabilidade do capital que tem caráter autodestrutivo e insustentável, os debates sobre o fim do latifúndio são bem "tímidos", poucos conteúdos que tratem da alienação, expropriação capitalistas na produção e da luta de classes, etc. Ainda são comuns reflexões generalistas como a da ação antrópica e da população de forma abstrata e numérica, fato que oculta contradições essenciais e categorias fundantes para a compreensão da realidade. Esses cortes epistemológicos permitem, inclusive, narrativas "críticas" ao neoliberalismo sem a proposta de superação da sociabilidade do capital, assim como, debates sobre globalização dissociadas das contradições inerentes do capital. Debates importantes como a questão de gênero, raça, sexualidade, pautas identitárias que

vem ganhando espaço, em muitos casos (não é a totalidade) são tratadas mais no sentido da “inclusão” para a lógica do empreendedorismo, da cidadania burguesa e do capital, do que numa luta unificada destas contra essa lógica destrutiva. Mas claro que isso não é um movimento homogêneo e unívoco.

Por isso, faz-se necessário a urgência de propostas educativas para além do capital.




A educação para além do capital visa a uma ordem social qualitativamente diferente. Agora não só é factível lançar-se pelo caminho que nos conduz a essa ordem como o é também necessário e urgente. Pois as incorrigíveis determinações destrutivas da ordem existente tornam imperativo contrapor aos irreconciliáveis antagonismos estruturais do sistema do capital uma alternativa concreta e sustentável para a regulação da produção da reprodução metabólica social, se quisermos garantir as condições elementares da sobrevivência humana. O papel da educação, orientado pela única perspectiva efetivamente viável de ir para além do capital, é absolutamente crucial para esse propósito. (MÉSZÁROS, 2008, p. 71-72).

Esse movimento já vem ocorrendo em várias instâncias educativas formais na geografia e não formais como a educação do campo, adotando os princípios da alternância freiriana e do trabalho como princípio educativo pautados em Saviani (1994). São experiências que partem do concreto real e dialogam tanto as singularidades dos povos do campo sem negar os conhecimentos historicamente acumulados da humanidade. Experiências como a EFASE de Monte Santo – BA, da Escola Família Agrícola – EFA de Antônio Gonçalves - BA são salutares e podem contribuir bastante para essas reflexões. Além dessas, várias são as experiências que se multiplicam na perspectiva de construção de currículos autônomos, de perspectiva popular, visando outra forma de sociabilidade, como as escolas ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST e ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, que na gestão Bolsonaro sofreu ataques e está quase inviável de realização.

Um bom panorama de perspectivas de educação alternativa nos é fornecido por Albuquerque [2021] et al no capítulo “Educação, geografia escolar e resistência ativa” que nos apresenta propostas de uma geografia escolar à luz de uma educação popular. Katuta e Melzer [2021] também nos apresentam os embates e disputas entre projetos populares x projetos hegemônicos de educação nas recentes reformas educacionais.

Também é possível perceber essas manifestações por parte de professores e coletivos que propõem perspectivas de formação continuada e extensões para professores e comunidades com proposições de educação popular, assim como de elaboração teórica crítica a BNCC. Podemos citar o caso concreto da Rede Diversidade e Autonomia na Educação – REDAP. Segundo Taffarel, Sena e Hage [2021],



A Rede Diversidade e Autonomia na Educação Pública – REDAP é um coletivo formado por professores/as e pesquisadores/as da educação básica e superior de diversas instituições do Brasil, que assumem o compromisso de fortalecer as teorias e práticas contra-hegemônicas, no campo educacional brasileiro. O objetivo da REDAP é reunir e disseminar estudos, práticas e indagações que contribuam para a elucidação dos rumos das políticas educacionais no Brasil, sobretudo, no campo do currículo, da formação de professores, da gestão e avaliação. Ao mesmo tempo, a REDAP visa mobilizar os sujeitos envolvidos com o campo educacional – professores, estudantes, gestores, técnicos, pais, lideranças comunitárias, movimentos sociais e sindicais – para atuarem pela afirmação da autonomia, da diversidade e emancipação como referências fundantes na formulação, implementação e controle social das políticas educacionais em nosso país. (TAFFAREL; SENA E HAGE, 2021, p. 15-16).


Esse coletivo vem se colocando criticamente na elaboração teórica na contra mão do pensamento dominante e referendador da lógica do capital. No que

concerne à produção crítica, a educação sob a lógica do capital referendada na BNCC, o coletivo já produziu quatro volumes dos diálogos críticos, livros que fazem contraposição às reformas educacionais no Brasil.

Todas essas experiências e o fortalecimento de uma formação continuada de professores adeptos aos pressupostos da pedagogia histórico-crítica (SAVIANI, 1997), são fundamentais para a geografia escolar e um ensino de geografia de caráter crítico radical para a emancipação humana.

Para não concluir.

Conforme debatemos no corpo do texto, o capital em crise e em processo de reestruturação provocou uma série de transformações sociais e reflexos nas diversas mediações sociais que o compõe. Com a educação não foi diferente. Conforme Mészáros (1981)



A educação tem duas funções principais numa sociedade capitalista: (1) a produção das qualificações necessárias ao funcionamento da economia, e (2) a formação de quadros e a elaboração dos métodos para um controle político. Como Gramsci ressaltou: “No mundo moderno, a categoria dos intelectuais (...) foi excepcionalmente alargada. Eles foram produzidos em números imponentes pelo sistema social burocrático-democrático, muito além do que é justificado pelas necessidades sociais da produção, embora em dimensões justificadas pelas necessidades políticas da classe dominante fundamental.” Por isso, a crise da educação também se manifesta com vigor tanto no plano econômico como no político. (...) (MÉSZÁROS, 1981, p. 273).

As assertivas de Mészáros tornaram-se bem evidentes no movimento de apropriação do capital sob a educação formal, sobretudo no seu processo de mercantilização, assim como na disseminação da lógica do capital implementada nas políticas educacionais e curriculares, na imposição de temáticas e conteúdos a serem ensinados.

Na periferia do mundo, em países como o Brasil, as imposições neoliberais nas políticas educacionais e nos currículos vêm se intensificando desde a década de 1990 com os PCNs e tomando maturidade com as reformas do ensino médio e com a implementação da BNCC e BNC de Formação. Essa cartada do capital na apropriação curricular veio a ocorrer, sobretudo, com a ascensão das concepções teórico-metodológicas ligadas à pedagogia do “aprender a aprender” e “aprender fazer”, com fortes vínculos construtivistas, fenomenológicos e também de um pragmatismo neopositivista.

Seguindo tais pressupostos, a geografia escolar e o ensino de geografia se encontram numa encruzilhada entre um projeto educacional vinculado aos pressupostos da reprodução da sociedade do capital, instrumentalizados majoritariamente pelo embasamento teórico-metodológico das filosofias da “vivência” e da “percepção” e do pragmatismo.

Quando traçamos um histórico buscando evidenciar quais correntes teóricas predominam nessa ciência e no ensino de geografia, fica claro que a preponderância não é a de uma geografia crítica radical de pressupostos marxistas do materialismo histórico dialético. Predominam as perspectivas teóricas antidialéticas, a-históricas e que negam a compreensão da totalidade. Mas tal constatação de forma alguma é a negação de que existam pressupostos de uma geografia crítica e emancipatória. Pelo contrário, o movimento de crise do capital traz consigo em seu bojo a dimensão de sua crítica radical.

Hoje mais do que nunca surgem propostas de educação com perspectivas emancipatórias da lógica do capital. Na geografia escolar podemos perceber movimentos de educação numa perspectiva popular, em concepções que partem do concreto real em suas múltiplas determinações, da unidade na diversidade. Essas perspectivas associadas a práticas e compreensões educativas pautadas na pedagogia da alternância, do trabalho como princípio educativo, assim como da produção de teoria crítica e formação continuada com embasamento na pedagogia histórico-crítica, no método materialista histórico dialético, são os germes e sementes de uma educação para além do capital e sua lógica desumanizadora e autodestrutiva.

Referências bibliográficas

- ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins de. et al. – **Manifesto**: crítica às reformas neoliberais na educação: prólogo do ensino de geografia. Marília: Lutas Anticapital, 2021.
- ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade**: o espírito do toytismo na era do capitalismo manipulatório. – São Paulo: Boitempo, 2011.
- ALVES, William Rosa; SOUZA, José Gilberto de. **A Geografia e o Materialismo Histórico Dialético**. Terra Livre, São Paulo. Ano 35, n.54, p.923-961.
- APPLE, M.W. **Ideologia e currículo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- AMORIN, Franciel Coelho Luz de; LEITE, Maria Jorge dos Santos: **A influência do Banco Mundial na educação brasileira: a definição de um ajuste injusto**. Germinal: Marxismo e educação em Debate, Salvador, v.11, n.2-41, p., abr.2019.
- BANCO MUNDIAL. **Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil**. Brasil, revisão das despesas públicas – Volume I: síntese. Novembro de 2017.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular** – BNCC. Versão Final. Brasília, DF, Ministérios da Educação, 600p.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer Nº:22/2019**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).
- BRASIL. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. Parâmetros Curriculares Nacionais: primeiro e segundo ciclos do ensino fundamental - Documento Introdutório/Secretaria de Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997a.
- _____. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. Parâmetros Curriculares Nacionais: História e Geografia/Secretaria de Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997b.
- CARLOS, Ana Fani. **A geografia na sala de aula**. 9. Ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.
- CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. **Ensino de geografia**: práticas e textualizações no cotidiano. 11. Ed. – Porto Alegre: Mediação, 2014.
- CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos... [et al]. **O ensino de geografia e suas composições curriculares**. Porto Alegre: Mediação, 2014.
- ENQUITA, Fernández Mariano. **A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo**. - Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- GIROTTI, Eduardo Donizeti. **DOS PCNs A BNCC: O ENSINO DE GEOGRAFIA SOB O DOMÍNIO NEOLIBERAL**. Geo UERJ, Rio de Janeiro, n. 30, p. 419-439, 2017.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 15. Ed. São Paulo: Loyola, 2006.

KATUTA, Ângela Massumi; MELZER, Ehrick Eduardo Martins. Projetos educacionais populares x reformas curriculares no Brasil: a interdição da emancipação, da autonomia e da diversidade. In: **Diálogos Críticos** – volume 4: diversidade e autonomia x padronização e controle na educação pública: projetos em disputa. Ana Maria Verge de Moraes Oliveira et al. (Orgs.) – Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021.

LACOSTE, Yves. **A geografia** – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra – Campinas, SP: Papirus, 1988.

LEHER, Roberto. Um novo senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. **Outubro**, São Paulo, n. 1, p. 19-30, 1999.

LIMA, Áttila de Menezes. A criação da pós-verdade e de processos de manipulação das massas como expressão de cortes epistemológicos da realidade e da miséria da razão. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 12, n. 3, p. 363-374, out. 2020.

_____. **Educação, ideologia e reprodução social**: notas críticas sobre os fundamentos sociais da Base Nacional Comum Curricular – BNCC. In: **Diálogos Críticos**: BNCC, educação, crise e luta de Classes em pauta. (Orgs.) UCHOA, Antonio Marcos; SENA, Ivânia Paula Freitas de Souza. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

_____. **Em quê a teoria de Lukács poderia contribuir com a ciência geográfica?** ensaios e reflexões sobre método. Anais do XIV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia – ENANPEGE, 2021.

LIMA, Áttila de Menezes; SENA, Ivânia Paula Freitas de Souza. A pedagogia das competências na BNCC e na proposta da BNC de formação de professores: a grande cartada para uma adaptação massiva da educação à ideologia do capital. In: **Diálogos Críticos, volume 2: reformas educacionais: avanço ou precarização da educação pública**. (Orgs.) UCHOA, Antonio Marcos; LIMA, Áttila de Menezes; SENA, Ivânia Paula Freitas de Souza. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

LUKÁCS, GYORGY. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARTINS, Rosa Elisabete Militz Wypyczynski. A trajetória da geografia e o seu ensino no século XXI. In: **O ensino de geografia e suas composições curriculares**. Porto Alegre: Mediação, 2014.

MARX, Karl. **O capital**: Crítica da Economia Política. Livro I. O processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle, São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2 Ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **Marx**: A teoria da alienação. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. **Para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2002.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica.** São Paulo: HUCITEC, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Para onde vai o ensino de geografia?** 10.Ed. 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2014.

ROCHA, Genylton Odilon. R. da. **O ensino de geografia no Brasil:** as prescrições oficiais em tempos neoliberais. Revista Contrapontos – Eletrônica, vol.10 – n.1 – p.14-28/jan-abr 2010.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia Nova:** da crítica da geografia a uma geografia nova. 3ª edição. São Paulo: HUCITEC, 1986.

SAVIANI, Dermeval. **O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias.** In: FERRETTI, Celso. J. et alii (org). Novas Tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 1994.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica** – primeiras aproximações. 8. Ed. Campinas/SP: autores associados, 1997.

SENA, Ivânia Paula Freitas de Souza. Convite ao questionamento e à resistência ao abismo lançado pela Base Nacional Comum Curricular – BNCC. In: **Diálogos Críticos:** BNCC, educação, crise e luta de Classes em pauta. (Orgs). UCHOA, Antônio Marcos da Conceição; SENNA, Ivânia Paula Freitas de Souza. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

SOUZA NETO, Manoel Fernandes de. **A aula de geografia e algumas crônicas.** 2. Ed. Campina Grande: Bagagem, 2008.

SOUZA, Fábio Araújo. **Crítica ao financiamento da educação pública no Brasil sob a perspectiva marxista.** Germinal: Marxismo e educação em debate, Salvador, v.11, n.2, p.171-181, abr.2019.

TAFFAREL, Celi Nelza Zulke; SENNA, Ivânia Paula Freitas de Souza; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. Rede Diversidade e Autonomia na Educação Pública – REDAP: construindo uma frente nacional articulada para o combate às políticas neoliberais. In: **Diálogos Críticos** – volume 4: diversidade e autonomia x padronização e controle na educação pública: projetos em disputa. Ana Maria Verge de Moraes Oliveira et al. (Orgs.) – Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021.

TONET. IVO. **A Educação numa encruzilhada.** In: MENEZES, A.M.D, e FIGUEIREDO, F.F. (orgs) Trabalho, sociabilidade e Educação. Fortaleza: Ed. UFC, 2003. Disponível em: <http://www.ivotonet.xpg.com.br/>. Acesso:11 jan. 2020.

_____. Educar para a cidadania ou para a liberdade? PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 469-484, jul./dez. 2005. Disponível em <http://www.ced.ufsc.br/nucleos/nup/perspectiva.html> Acesso em: 14 jan. 2020.

A GEOGRAFIA ESCOLAR QUE FALA AO BRASIL: DAS OFENSIVAS IDEOLÓGICO-MERCANTIS AO FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO POPULAR – O QUE APRENDEMOS COM O PASSADO NOS SERVIRÁ PARA A LUTA PRESENTE?

Maria Adailza Martins de Albuquerque

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

dadaufpb@hotmail.com

Introdução

A Geografia escolar brasileira não foi emudecida quando excluída do currículo enquanto uma disciplina durante a ditadura civil-militar (CONTI, 1976; 1978; SEABRA, 1981; ALBUQUERQUE, 2006) e não se calará neste momento, quando há nova tentativa de silenciamento pelos grupos que tem consciência da força e importância dela, por isto tentam amordaça-la. Em palestra virtual proferida, em 30/11/2021, no PPGG – UEGO, a professora Ana Claudia C. Giordani (UFF) declarou a “morte” da disciplina escolar Geografia, em virtude da sua exclusão do currículo do ensino médio, nas escolas brasileira. Neste texto concordamos com a professora citada, mas reviramos historicamente as experiências do passado para mostrar o

que foi feito, quando fomos ameaçados, em outros momentos duros da história deste país. E, a partir daquelas lutas afirmar que somos movidos e movidas pelo verbo freiriano esperar e, com ele, seguiremos para a retomada, como em momentos anteriores de experiências profícuas de uma Geografia escolar. Assim, me dirijo aqui, especialmente a juventude, professores e professoras de Geografia, que precisam conhecer a trajetória de luta daqueles que, participando da redemocratização do país, produziram uma Geografia escolar comprometida com um projeto de educação pautado na justiça social, na ideia de uma escola construída pela e para coletividade e como um espaço de cognição.

Nesta exposição o ponto de partida é a nossa experiência como professora em dois cursos superiores na Universidade Federal da Paraíba - UFPB, onde leciono desde 2006, na Licenciatura em Geografia, mas de forma específica para este texto, destacaremos inicialmente o trabalho na Pedagogia. Neste último temos a oportunidade de indagar alunas e alunos no início do semestre sobre a Geografia que estudaram na educação básica. Fazemos isto desde que chegamos a essa instituição e permanecemos acumulando as respostas como forma de arquivo histórico. O que as histórias revelam é que há, ao longo do tempo, mudanças significativas no ensino de Geografia. Escuto nos relatos de memórias, especialmente daquele(a)s que estiveram na escola há mais tempo, a inexistência dessa disciplina nos currículos das escolas onde estudaram e, para falar de Geografia referem-se aos Estudos Sociais. Ao chegar aqui em João Pessoa, nos idos de 2005, esses relatos eram mais frequentes, porém com o tempo este número vem diminuindo, à medida que a Geografia retornou aos bancos escolares, em períodos diferentes em cada região do país, no Nordeste esta disciplina se alongou no currículo até os anos de 1990 (ALBUQUERQUE, 2006). Também escuto relatos que expressam experiências exitosas de professores e estudantes com práticas pautadas em perspectivas críticas, aulas de campo, estudo do meio, abordagens de temas sociais e políticos que tem interferências no espaço, estas últimas se evidenciam mais entre as alunas e os alunos jovens, o que indica que a formação oferecida nos cursos de Licenciatura em Geografia e as práticas de sala de aula, apesar de apresentarem problemas, tem contribuído para mudanças significativas e positivas. Nesse âmbito, um detalhe salta aos olhos, são nos relatos sobre o ensino médios que as experiências mais profícuas, do ponto de vista crítico, são apresentadas.

Esta é uma leitura em processo de sistematização dessas fontes e é um indi-

cativo daquilo que motiva, por parte das atuais políticas e seus defensores¹: até os não ligados ao campo da educação, a exclusão da Geografia exatamente no ensino médio. Assim, parto de falas de sujeitos que não têm pretensões analíticas, mas que ao serem provocados trazem, na experiência vivenciada, a própria história da Geografia escolar, pois a escola é parte de suas vidas.

Parto dessas experiências para escrever sobre o tema sugerido para a essa mesa redonda, início falando de uma disciplina que substituiu, por duas décadas, a Geografia no currículo escolar brasileiro, os Estudos Sociais. E por que falarmos dela? Em função do seu papel negativo na história da Geografia escolar e, por outro lado, da força dos movimentos que a enfrentaram, para então pensarmos o presente para construir o futuro dessa disciplina.

Assim, é importante dizer que os Estudos Sociais foram criados a partir da promulgação da Lei 5692 de 1971 e provocou mudanças não somente no currículo escolar, mas também na formação de professores de Geografia (CONTI, 1978, SEABRA, 1981). Em uma análise comparativa entre passado e presente, se levarmos em consideração somente tais mudanças, já seria o bastante para entendermos o que poderá ocorrer com a Geografia, após a implementação da Base Nacional Comum Curricular - BNCC (BRASIL, 2017; 2018), da Reforma do Ensino Médio (Brasil, 2017) e da Base Nacional Curricular - Formação - BNC-Formação (BRASIL, 2019).

Naquele período ditatorial, com a legislação posterior a lei supracitada (CONTI, 1978), foram criadas as licenciaturas curtas em Estudos Sociais, de modo que poucos cursos superiores de Geografia não sofreram profundos impactos. Somente parte dessas instituições, especialmente as públicas, é que resistiu a uma formação de professores fragmentada, aligeirada e tecnicista. Esses problemas se estenderam pela década de 1980, quando as escolas de 2º grau retomaram o ensino das disciplinas específicas, conforme denuncia Manoel Seabra (1981), de modo que as proposições de soluções eram rearranjos tão ruins quanto o problema criado, como por exemplo, o projeto elaborado pelo professor Paulo Nathanael

1 A Geografia, assim como outras disciplinas da área de humanas, vem sofrendo ataques aberto por sujeitos que, na defesa de ideias conservadoras, estimulados pelo governo do atual presidente e pelas suas políticas, fazem ataques abertos aos professores de Geografia. Como no caso do jornalista Gustavo Negreiro, ocorrido no dia 9 de novembro de 2021, no programa "jornal das seis", na Rádio Potiguar "96 FM". Na ocasião, o vociferou: "sabe quem é o segundo maior risco da educação brasileira? Não é o traficante, não. É o professor de Geografia, sabe, é o professor de Ética, professor de Filosofia, o professor de Sociologia". Incluo entre os defensores do fim da Geografia, enquanto uma disciplina escolar no currículo do ensino médio, parte do(a)s colegas que vem incorporando a perspectiva da Pedagogia das competências em suas práticas de formação.

Pereira de Souza, em documento vazado (não autorizado) do Conselho Nacional de Educação - CNE, no qual para substituir a Licenciatura Curta, sugeria a criação de uma Licenciatura Plena em Estudos Sociais, com habilitações em Geografia, História, Organização Social e Política do Brasil - OSPB e Educação Moral e Cívica para que os professores pudessem lecionar qualquer uma das disciplinas, mesmo tendo habilitação em apenas uma.

Esta "ferida" pode não significar muito para os mais jovens, que não tem ciência do ocorrido, mas foi um duro golpe da ditadura na história da Geografia (escolar e acadêmica). Porém hoje, há entre aqueles que estudam história da disciplina escolar Geografia importantes pesquisa que afirmam que aquela experiência não foi positiva (SANTOS, 2021; RESENDE FILHO; ALBUQUERQUE, 2015), seja no ensino superior, seja na educação básica. Por isto, venho a público relembrar o papel da Geografia escolar em diversos momento, para que não caiamos na tentação de acreditar que será fácil superar as questões que virão em decorrência da implementação das reformas curriculares que se deseja para os dias atuais, mas também para abrandamos a luta e acha que tudo está dado e que não teremos força para prosseguir.

A seguir destacaremos alguns desses momentos na busca de compreender porque projetos a Geografia foi utilizada e como ela trilhou caminhos tortuosos, mas que cabe a nós enfrentar a rudeza e maldade atual para produzirmos uma Geografia escolar que tem como finalidade formar cidadãos e não trabalhadores alienados e "consumidores implacáveis".

A Geografia escolar brasileira já serviu a vários projetos ao longo da história

A Geografia escolar brasileira passou, ao longo de sua história por transformações significativas, seja do ponto de vista da sua articulação com a Pedagogia ou, mais especificamente com a Didática, com a ciência de referência, mas também com a sociedade de cada época, como adverte Chervel (1990) para as disciplinas escolares em geral.

Para se compreender o papel de uma disciplina escolar em determinado período histórico é fundamental analisar os contextos político, cultural, educacional a que ela foi submetida e as funções que lhe foram destinadas. Nesse processo, a Geografia escolar serviu a vários projetos que tinham, na escola, um veículo de difusão de seus ideais.

No século XIX, nos países europeus, ela “reinou”, juntamente com a História, como uma das mais importantes disciplinas escolares, pois tinha como uma de suas finalidades difundir o nacionalismo, assim como também, justificar a expansão capitalista, como adverte Vlach (1988). No Brasil, no mesmo período, a disciplina gozou de grande prestígio, pois tinha como um de seus objetivos contribuir para a formação da nação brasileira, para tanto, tinha como papel difundir um projeto de nação, centrado no Estado territorial, na escravização e na concentração fundiária de que nos fala Antonio Carlos Robert de Moraes (2011). Diante daquele modelo de escola e de quem efetivamente constituía a sociedade letrada no Brasil, homens, brancos e ricos, não se encontravam falas dissonantes acerca da função que a Geografia cumpria, contudo, as críticas que se efetivavam centravam-se nos métodos de ensino e nas formas e abordagem dos conteúdos ensinados ou na defesa de mais e “melhores” conteúdos específicos sobre o país (VERÍSSIMO, 1985; POMPEU, 1856, 1859, 1864, 1869 apud SOUSA NETO, 2000), inclusive com críticas a ausência nos livros didáticos que valorasse uma Geografia brasileira (ALBUQUERQUE, 2011). Entretanto, poucos criticavam a falta de acesso à escola e, portanto, à Geografia, pelo excluídos por conta de sua cor, raça, condições econômicas ou outras condições impostas (BARROS, 2021), o projeto de nação no período não inclui, via escola, os grupos sem posses. Em nível mundial Reclus e Kropotikim (2012) já falavam de possibilidades outras para a Geografia escolar, mas por aqui a Geografia estava vinculada a um projeto dominante, seja no período colonial seja no imperial ou no republicano.


No contexto do século XX, até meados de 1950, nos termos da modernização racialista, autoritária e conservadora que pautou a formação territorial brasileira e deu vazão ao projeto de desenvolvimento capitalista industrial, a Geografia permaneceu valorizada enquanto uma disciplina escolar, agora para cumprir, além do papel de defesa da apropriação das novas fronteiras territoriais pelas classes dominantes, atender as demandas decorrentes do processo de industrialização, ou seja, adequar a mão de obra ao novo modelo de produção e à vida urbana decorrente deste (CARVALHO, 1913, 1925). A Geografia escolar moderna terá entre os seus papéis difundir os modos de viver na cidade, os ideais de modernidade, progresso, a expansão das atividades econômicas no território, apoiando-se em

² Esta obra foi publicada originalmente em 1890

proposições pedagógicas que comungavam com as ideologias geográficas fundamentais a adequação do aluno à realidade em implementação no país (ALBUQUERQUE, 2011; ROCHA, 2000; DIAS, 2020; PEREIRA, 2019).

No contexto dos movimentos sociais em que foram desenvolvidas as proposições iniciais que vieram a compor a Educação Popular, ainda na década de 1940 e 50 (PEREIRA; PEREIRA, 2010), em especial voltadas para a educação de jovens e adultos, não temos (ou melhor, desconhecemos) pesquisas sobre as contribuições da Geografia escolar neste âmbito, naquele momento. A fala da disciplina junto a esses grupos somente foi ouvida mais tarde, e é esta que queremos ressaltar para nos ajudar a pensar o futuro.

Conforme apresentamos, a história da disciplina mostra o que Lacoste (1997, p. 31) nos disse há muito tempo, acerca do papel que foi atribuído a ela pela sociedade capitalista, ou seja,



[...] um discurso ideológico no qual uma das funções inconscientes, é a de mascarar a importância estratégica dos raciocínios centrados no espaço. Não somente essa geografia dos professores é extirpada de práticas políticas e militares como de decisões econômicas (pois os professores nisso não tem participação), mas ela dissimula, aos olhos da maioria, a eficácia dos instrumentos de poder que são as análises espaciais.

A fala do autor tem grande representatividade para os anos de 1980, quando experiências educacionais reverberaram pelo país, tendo-o com referencial para aquele momento e para autores e autoras que discutem no Brasil o ensino de Geografia até os dias atuais. De modo que a perspectiva desse autor ressignificada pelo contexto brasileiro é uma lente que nos possibilita conhecer as intenções dos projetos hegemônicos destinados ao ensino de Geografia historicamente constituídos e relacioná-los aos interesses de cada período, com destaque para os atuais. Assim, partindo deste olhar defendemos que a Geografia escolar já tem experiência acumulada para fazer o enfrentamento aos projetos neoliberais de educação que vem sendo implementados no país, partindo dos movimentos de resistências para fazermos investidas e combater o que está posto na atualidade.

A existência de um GT de Ensino de Geografia criado junto a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia ANPEGE, demonstra o nosso poder de articulação, assim como a criação pela mesma instituição, de um prêmio de melhor tese de doutorado e dissertação de mestrado em Geografia, denominado Nidia Nacib Pontuschka, evidencia esta potência. Os primeiros resultados já podem ser vistos em pouco tempo de trabalho, a “Nota Técnica BNC-Formação e reformas curriculares dos cursos de licenciaturas em Geografia” e a publicação de uma obra coletiva que mira de forma crítica as reformas que atingem diretamente o ensino de Geografia na escola básica (ALBUQUERQUE et al, 2021).

Assim, partimos da compreensão de que a educação popular possibilitou à escola e a outras instâncias de produção de conhecimento, como os movimentos sociais e culturais, construir e difundir outras Geografias, que passaram a falar a partir de perspectivas teóricas contra hegemônicas, os resultados desses trabalhos podem ser encontrados em documentos oficiais, como Proposta Curricular para o Ensino de Geografia (São Paulo, 1988) coordenado pela Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas – CENP - SP e o Currículo da Secretaria de Educação da cidade de São Paulo (ALBUQUERQUE, 2004), mas também em experiências educativas no Paraná, em Minas Gerais, no Pará e em outros estados do país (KATUTA, 2019), além de ter sido fundamentais para as práticas cotidianas de sala de aula na educação formal ou informal. E são essas que podem nos servir de referência para enfrentarmos a escola que difunde competências para “ajustar o perfil dos indivíduos, como trabalhadores e cidadãos, ao tipo de sociedade decorrente da reorganização do processo produtivo” como adverte Saviani (2009), e excluir as disciplinas que tem poder de formar cidadãos críticos e, consciente do poder que as análises espaciais possibilitam.

Como já foi afirmado, na ditadura civil-militar os Estudos Sociais constituíram o mote para excluir o ensino de Geografia que, tanto do ponto de vista teórico epistemológico, quanto metodológico, começava a incorporar questões relativas aos problemas sociais que expressam no espaço a partir da experiência da educação popular. A disciplina Estudos Sociais passou então a difundir noções espaciais que visavam mascarar a realidade e a fortalecer preceitos vinculados ao desenvolvimento do capital, associado a um Estado ditatorial, acomodando os sujeitos escolares, desde cedo, àquela realidade, a nossa geração foi vítima deste projeto (ALBUQUERQUE, 2006; CONTI, 1976). Havia, naquele momento, uma retração nos movimentos sociais, nos projetos de educação popular, perseguição, exílio e assassinatos.

Mesmo nesse contexto, muitos enfrentamentos foram desencadeados, entre eles um movimento de resistência construído lentamente por grupos constituídos por parte dos professores de Geografia e História, representados pelas suas associações como a Associação dos Geógrafos Brasileiros - AGB e a Associação Nacional de História - ANPHU, de poucos departamentos de Geografia que não cederam às pressões estatais por um projeto de formação de professor de Estudos Sociais, além do apoio dos movimentos sociais voltados a universalização e melhoria da qualidade da educação. É preciso dizer que este movimento não se deu de imediato ao estabelecimento da LDB de 1971, ele foi se configurando à medida que as conquistas sociais se ampliavam e o contexto permitia.

É, portanto quando da abertura democrática que as proposições de educação pautadas em princípios humanistas tomam corpo e passam a ter voz nos debates nacionais. Um conjunto de fatores possibilitaram o desenvolvimento teórico de várias correntes, que tinham tais propósitos, assim como também permitiram as experiências de educação popular em governos municipais e elaboração de propostas curriculares apoiadas nestes aportes (ALBUQUERQUE, 2004). Acreditamos que naquele momento se deu um encontro mais sistemático entre a educação geográfica e a educação popular, movimento que vem surtindo experiências de resistências até hoje e que poderá ser referencial para proposições que modifiquem a escola a partir de experiências contra hegemônicas, provavelmente nossos colegas de mesa irão referir-se a eles e seus textos estarão disponíveis nesta coletânea (Ângela Massumi Katuta e Átila de Menezes Lima). Daí resultaram além dessas experiências mais formais, os movimentos de educação do/no campo, movimentos de Educação de Jovens e Adultos, projetos de educação continuada envolvendo secretarias de educação dos estados, municípios, universidades, sindicatos, igrejas, entre outras instituições. O trabalho de Nídia Nacib Pontuschka junto aos professores de diversas redes públicas de educação e, em vários projetos, sempre teve esta pegada (PONTUSCHKA, 1996; PONTUSCHKA, 2000), ela foi apenas um exemplo, entre tantas outras que fizeram parte do GT de Ensino da AGB e de suas práticas, a própria militância, por isto mesmo nem sempre reconhecida com a devida importância. Podemos assim afirmar que aquele foi um momento de conquista de um arsenal teórico potente que se renova com as experiências em curso. Mas não há uma linearidade na história desse movimento, as proposições tecnicistas nunca foram de tudo eliminadas dos projetos de educação no Brasil.

Assim, as resistências vêm se fazendo como contraposição aos projetos conservadores, que ora são arrefecidos, ora alavancados, como estamos vivendo agora.

Meu pai como bom sertanejo e observador do tempo, esta é uma característica de quem espera pacientemente a chuva como fundamental para a sobrevivência, sempre tinha boas falas sobre esse fenômeno e, uma delas, eu particularmente gosto muito: “o vento pode trazer, mas pode ser o cavalo da chuva”. Assim, faço aqui uma analogia: os bons ventos da abertura democrática, que nos possibilitam a reconstrução de uma disciplina com finalidades transformadoras, se metamorfosearam no cavalo que trouxe os projetos neoliberais de educação para a nossa sociedade, e o galope foi rápido. À medida que a Geografia escolar incorporou debates fundamentais para compreensão da relação entre o espaço e as condições socioeconômicas degradantes em que vive o povo brasileiro, ela foi perdendo poder junto à escola. Ao possibilitar conscientizar os alunos acerca das estratégias dos raciocínios centrados no espaço, a Geografia perdeu status e poder no ambiente escolar. Ao se associar às perspectivas críticas e passar a ter como finalidade a formação de cidadãos espacialmente conscientes, e isto vai se dando mais amplamente a partir dos anos de 1980 (VESENTINI, 2001; 2004; GIROTTI; MORMUL, 2016) com os ventos da redemocratização, os novos currículos destinados a escola básica e a formação de professores, contraditoriamente (ou não, pois o capital viu onde isto ia dar) o poder da disciplina vai arrefecendo, inicialmente com a redução da carga horária e da contratação de novos professores, posteriormente, com a redução de professores concursados e a consequente contratação de trabalhadores temporários para a educação, sem formação específica na área. Este panorama problemático vai se agravando pelo achatamento salarial, a desvalorização da profissão (CERICATO, 2016; SAVIANI, 2009; LUDKE, 2003) entre outros problemas.

Além desse quadro as poucas conquistas obtidas nos primeiros anos de redemocratização incomodaram profundamente a classe dominante brasileira à medida que a escola, enquanto instituição e a Geografia, como parte dela, passa a contribuir para mudanças positivas nas vidas dos desfavorecidos

A elite deste país nunca se conformou com as pequenas conquistas galgadas pelos movimentos sociais com a abertura democrática, e podemos mesmo afirmar que foram tão poucas, porém incomoda-os ver os filhos das classes sociais menos favorecidas (pobres, pretos, mulheres, LGBTQI+) aprender a ler, ingressar

em universidade, se inserir no mercado de trabalho, ascender socialmente. A destruição dessas possibilidades, a obliteração de sonhos, vestiu uma roupagem internacional, e com isto, a justificativa de que o país precisa seguir a maré da maldade mundial, implementando um projeto apoiado nos preceitos da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE e do Banco Mundial - Bird, visando inserir no Brasil um projeto de educação para formar trabalhadores que se adequem ao regime estabelecido pela reestruturação produtiva. É importante destacar que esse projeto, assim como aqueles que, implementos nas décadas iniciais do século XX, recorriam às proposições das metodologias ativas (DIAS, 2020; ALBUQUERQUE et al, 2021) e voltavam-se para a formação de trabalhadores na fase inicial da industrialização brasileira, hoje restauradas tais metodologias voltam-se para a formação de um novo modelo de trabalho, apoiado em uma estrutura laboral ainda mais perversa do que aquele instaurado no referido período.

Além de se apoiarem nas metodologias ativas, os projetos atuais recorrem a conceitos aportados em perspectivas teóricas críticas, criados e desenvolvidos em contextos de implementação de uma educação emancipadora, retirados de seus contextos, resignificados pelo neoliberalismo e implementados a partir dos anos de 1990, com figurações que parecem anestesiar a mente daqueles que ainda não se conscientizaram do que pretendem tais reformas. Em função disso, jovens professores e colegas de longa jornada, que mesmo se colocando contrários ao neoliberalismo como ferramenta de controle de nossas vidas e gestão da economia, não enxergaram os mecanismos utilizados para nos ludibriar. Dos apoiadores desse projeto não há o que se esperar, apenas lamentar e combater, pois parte de nós, geógrafas e geógrafos, professores em exercício ou não, tem construído projetos de formação inicial ou continuada, que comungam com tais preceitos e, conscientemente fazem o jogo dos dominantes recorrendo a conceitos construídos no âmbito das teorias críticas.

Esse movimento tão característico do capitalismo, transforma todos os bens e ideias em mercadoria, aquele que tinha valor de uso, passam a ter valor de troca, inclusive com "embalagens alternativas", foi assim com a música, as artes em geral, os alimentos, os movimentos culturais como o Híppie e o Punk e não seria diferente com a educação, que foi embalada em diferentes pacotes a serem comercializados de acordo com as condições que a sociedade os tem para adquiri-los. Assim, para as classes sociais favorecidas, na maioria dos

países do mundo, a mercadoria disponibilizada tem determinadas características que possibilitarão a permanência desses no poder (econômico, cultural, político), o conhecimento é o centro e a aprendizagem garantida nas escolas, as competências e habilidades assumem papéis coadjuvantes; para as classes sociais desfavorecidas a escola assume nova responsabilidade, abandonando a ideia de espaço de cognição, torna-se espaço de acolhimento, para tanto as competências adequadas ao mundo do trabalho está no centro do currículo e as disciplinas voltadas a difusão do conhecimento socialmente produzido e que visam uma consciência socioespacial dos sujeitos é negada. É neste processo que, no Brasil, as disciplinas Geografia, História, Filosofia, Artes entre outras deixam de ser obrigatórias no currículo escolar do ensino médio e tem suas finalidades reformuladas no ensino fundamental, pois elas não têm "serventia" imediatista para o projeto que se quer implementar. A política educacional norte americana apoiada na Accountability e a adoção de vouchers como "direito democrático" (FREITAS, 2018) é o modo como esse processo se estabeleceu, devastando a ideia de acesso à educação como um bem público naquele país.

Sabemos que na história da Educação, a educação escolar, sempre foi utilizada com motivações para conformação dos corpos e das mentes, visando a adaptação desses aos modelos de sociedade implementados em cada período, a escola moderna teve esta finalidade desde a sua origem que, foi se ampliando, com a constituição dos Estados nacionais, porém o que estamos vendo hoje é a radicalização desse processo, ou seja, a educação sendo transformada em uma mercadoria, deixando, portanto, de ser um bem fundamental ao desenvolvimento humano.

Essa situação foi criada a partir dos anos de 1990, com os resultados da Conferência Mundial Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia, nesta destaca-se a presença de dois grupos defensores de projetos educacionais antagônicos, um primeiro organizado pelos movimentos sociais de diversos países do mundo, advogando um projeto de educar para a vida e, um segundo grupo, o vencedor, composto pelos organismos internacionais que defendiam a ideia de educação para o mundo do trabalho. Com o projeto que sobressaiu entra em pauta a Organização Para a Cooperação e desenvolvimento Econômico - OCDE como definidora de projetos educacionais, implementando a partir das políticas que já vinham em curso o que Freitas (2018) vai denominar de a reforma empresarial da educação.

No Brasil o projeto se estabelece com as avaliações em larga escala, no final

dos anos de 1980 e tem como seqüência a implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN, Avaliações nacionais (Prova Brasil, ENEM e livros didáticos etc.) e as Diretrizes Curriculares - DCN. Quando da elaboração e implementação desses, havia ainda alguns espaços de disputas, entretanto com a adoção do novo modelo de educação, arraigado aos preceitos neoliberais, o projeto que está em curso não permite questionamentos. Este surge a partir de 2015, quando parte do empresariado brasileiro se organiza no grupo Todos pela Educação (MARTINS, 2013) e constitui um projeto de "educação de qualidade para todos", leia-se a qualidade como resultados quantitativos a serem alcançados a partir do IDEB (GIROTTI; MORMUL, 2016), definindo o tipo de educação que se pretende, se estabelece assim um novo modelo de educação que tem como espelho aquele implantado nos Estados Unidos, na Austrália, Chile, entre outros

Aqui como alhures a educação foi transformada em produto comercializável e, a partilha dos recursos destinados às políticas educacionais rateado entre aqueles que pensaram, elaboraram e implementaram um projeto de educação que forma pessoas para rapidamente adequarem-se às condições impostas pelo capitalismo na sua vertente atual, com mais ênfase no papel que podem assumir na reestruturação produtiva. O controle dos sujeitos sociais por meio da escola é parte do projeto capitalista atual, não basta formar para o mundo da ausência de trabalho ou para o trabalho sem garantias, precarizado pela reestruturação produtiva, é preciso formar sujeitos resilientes diante da ausência de um projeto de cidadania.

Para entender esse processo e fazer proposições de resistências a ele precisamos discutir a articulação feita entre a pedagogia das competências com o neotecnicismo. Estas duas vertentes no plano da educação foram articuladas para responder às necessidades desencadeadas pela reconversão produtiva advinda do toyotismo e as demandas de redução de investimentos, entendidas como custo pela classe dominante ou por aqueles que defendem os seus interesses, como se observa no projeto de formação de professores atual. O que se observa em evidência é a transferência dos recursos públicos para o setor privado, como se viu nos Estados Unidos (FREITAS, 2018).

Diante desse contexto a Geografia, enquanto uma disciplina escolar, não faz sentido na formação de um sujeito que deverá ser exposto nos bancos escolares a um aprendizado pautado na valorização de princípios como a resiliência, a flexibilização, a meritocracia e o empreendedorismo. E por que a Geografia não cabe

nesse projeto? Porque desde os anos de 1980 permanecemos em um processo de construção, a duras penas, de uma disciplina pautada em princípios críticos, mesmo que esta não seja a norma geral, ela perpassa grande parte das práticas educativas. Ou seja, a Geografia efetivamente praticada em aportes críticos buscaria afirmar que aqueles não são princípios educativos, no seu conceito mais amplo, mas sim formativos, que visam a determinação do capital sobre a vida humana.

Em que âmbitos do Currículo podemos resistir: como quem ainda tem muito a aprender

Para iniciarmos um projeto de disputa curricular, diferentemente da que se deu com os Estudos Sociais, não podemos fazê-lo somente a partir da Geografia e da História, pois as estruturas das reformas na atualidade são tão bem articuladas e se difundem de forma tão rápidas (ALBUQUERQUE et al, 2021) que aliena os sujeitos da educação, inclusive aqueles que estão na ponta, como os professores, pois mascaradas por um discurso que encontra ressonância positiva em vários âmbitos sociais, nos meios de comunicação, nas redes sociais e até em parte dos movimentos sociais (o discurso sobre a empreendedorismo é um exemplo desses temas). Para tanto, será preciso o conhecimento do sistema, do seu funcionamento, das relações estabelecidas por ele:

Tomar consciência desse processo é o primeiro passo para compreendermos o que hoje foi implementado como política educacional.

O segundo é entender que esse vai se dando de forma simultânea nas empresas, onde ocorre a substituição da qualificação para o trabalho por competência e, na escola, onde as disciplinas de conhecimento específicos, destacamos a Geografia, a História, a Filosofia e a Sociologia, são substituídas pelas áreas do conhecimento, neste caso de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e pelo ensino por competências, este processo visa adaptar o aluno/futuro trabalhador às condições supracitadas. Para tanto, o trabalho do professor junto aos alunos e alunas é formar sujeitos flexíveis, detentores de competências associadas a lógica do mercado, protagonista, individualista e, construir com estes, um projeto de vida, que não cabe um sonho de coletividade.

Um terceiro passo da caminhada diz respeito a reconhecer que a escola foi transformada em uma empresa que deve cumprir metas, que tem gestores em vários níveis para fazer o controle interno e externo da produção. No mesmo pro-

cesso a educação torna-se mercadoria, o aluno consumidor, o professor um associado da empresa (no sentido alienado de associado não como sócio que recebe dividendos, mas como funcionário que recebe salários sem garantias trabalhistas).

Tudo isso reunido tem confundido os professores, que muitas vezes, de forma alienada passam a cumprir o que está estabelecido sem antes “ler a bula” ou por determinação das Secretarias de Educação. Nesta condição, além de não conseguirem trabalhar com a disciplina que foram formados e concursados (no caso dos efetivos), com os conhecimentos que a constituem, com as metodologias que lhe dizem respeito; assumem Itinerários Formativos estabelecidos pelos governos dos estados, em geral sem critérios teóricos que os justifiquem; cumprem carga horária exaustiva, controle sistemático de suas ações e checagem de metas a partir do desempenho dos alunos. Nas escolas de tempo integral e assessoradas pelo Instituto de Corresponsabilidade pela Educação - ICE³, como é o caso da Paraíba, o controle tem início pela vigilância de um colega, que assume a coordenação de área e passa a verificar sistematicamente os conteúdos que estão ou não sendo trabalhados em sala de aula; este colega é obrigado a confeccionar e entregar uma planilha na qual discorre sobre as atividades desenvolvidas pelos colegas de sua área. Não bastasse tudo isto, são “obrigados” a expor suas práticas escolares “exitosas” em suas redes sociais privadas como forma de “vestir a camisa da escola”. Assim, estão dentro de uma bolha vigiada por supervisores que, por sua vez, também tem seu trabalho vigiado por avaliadores externos. Esta estrutura compõe assim um sistema de vigilância que controla a vida profissional e privada daqueles que trabalham atualmente nas escolas, especialmente nas pequenas e médias cidades (ALBUQUERQUE; LIMA, 2021; CARVALHO; SANTOS; MONTEIRO, 2021).

Conhecendo esses passos iniciais e nos conscientizando sobre o que está sendo feito de nós e dos alunos é que poderemos agir por dentro da escola, na disputa pelo currículo e conquistar o espaço da disciplina escolar. Restam-nos poucas opções no embate curricular, a resistência pode vir em forma de negar-se a realizar o que está prescrito, como foi feito em outros momentos

³ Este Instituto, financiado por várias Organizações não Governamentais, assessorava projetos de educação em 19 estados brasileiros (Acre, Amapá, Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, São Paulo, Sergipe e Tocantins; além de redes municipais de educação.

históricos, por professores que trabalharam durante a ditadura militar (LOURENÇO, 2010) mas a direita aprendeu com as experiências do passado, por isto o controle hoje é sistemático. A opção possível é via coletividade, é preciso se articular em grupos, buscar convencer todos os sujeitos da escola, compor associações, participar dos sindicatos que possam nos dar respaldo jurídico e político, pois vamos precisar.

A academia, que tem neste processo papel preponderante de formação de professores para trabalhar nas “escolas empresas” (tendo como referência a BNC Formação), poderá resistir também pela negação desse modelo imposto. O silêncio que se escuta neste momento frente a obrigatoriedade de elaboração dos currículos, já tem sido um movimento de resistência (como as lives que se discute o tema, seminários internos e interinstitucionais, além das notas e outros documento da ANPEDE, ANPEGE), mas isto não é suficiente para impedir a perda da autonomia universitária e o desastre que advém desse modelo de (de) formação de professores proposto em 2019. Também será fundamental a academia se associar aos sujeitos, (professores, alunos, pais, funcionários, entre outros) para construir com eles projetos contra hegemônicos. Porém, já passou da hora de nos reunirmos junto as associações, sindicatos e outras redes em um movimento nacional de luta pela educação, por um currículo que ofereça ao pobre a mesma oportunidade de acesso ao conhecimento que serão lecionados para as classes favorecidas: a escola deve ser espaço de construção de conhecimento, as competências não podem ser o centro da formação.

Aprendamos com os alunos do ensino médio de todo o país que lutaram incessantemente por aquilo que desejavam (GIROTTI, 2018) ... aprendamos com os movimentos sociais do Chile; aprendamos com as escolas do campo, indígenas, quilombolas que vem implementando projetos de contrarreforma educacional!!!!

Assim, a Geografia terá que, mais uma vez, se juntar a outras áreas do conhecimento e aos movimentos sociais para falar ao país sobre a sua importância.

A Geografia Escolar é território de disputa, vamos à luta!!!

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, M. A. M. Lugar: conceito geográfico nos currículos pré-ativos relação entre saber acadêmico e saber escolar. Tese (Doutorado) Universidade de São Paulo – USP. São Paulo: 2004.

_____. A luta de professores de História e Geografia frente aos Estudos Sociais e o papel da disciplina na formação de alunos que ingressam no curso de Pedagogia da UFPB - Campus I. In. Anais do IV Seminário de Educação e Movimentos Sociais – democracia no Brasil: desafios e perspectivas. João Pessoa: UFPB, 2006. P. s/n

_____. Dois momentos na história da Geografia escolar: a Geografia clássica e as contribuições de Delgado de Carvalho. Revista Brasileira de Educação Geográfica, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 19-51, jul./dez., 2011.

_____. LIMA, Maria B. F. A Escola de Tempo integral em João Pessoa e o papel dos professores de Geografia. In. ALBUQUERQUE, M. A. M. DIAS, A. M. de; CARVALHO, L. E. P. **História da Geografia Escolar** – fontes, professores, práticas e instituições. – Vol. 2. Curitiba: CRV, 2021.

ALBUQUERQUE, M. A. M. et al. **Manifesto**: Crítica às reformas neoliberais na Educação – Prólogo do Ensino de Geografia. Marília – SP: Lutas Anticapitalistas, 2021.

BARROS, Natália Farias de. Os livros didáticos de Geografia e o pensamento racista brasileiro na formulação da identidade nacional. Relatório (Qualificação de Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Geografia. João Pessoa: UFPB, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular – Ensino Fundamental. 2017.

BRASIL. Lei n.º 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei n.º 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei n.º 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília: Presidência da República, 2017. Disponível em: * http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm Acesso em: 18 de agos. de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: educação é a base: ensino médio, 2018a. Disponível em: Disponível em: * http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso: 28 de agos. de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019 (*) (1) Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica

(BNC-Formação). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-r-cp002-19/file> Acesso em 26 de agos. de 2021

CARVALHO, C. Delgado de. Geografia do Brasil. Tomo I. Rio de Janeiro: Impressões Artísticas. 1913.

_____. Metodologia do Ensino Geográfico. Petropolis: Tipografia das Vozes Petrópolis. 1925.

CARVALHO, L. E. P.; SANTOS, V. B.; MONTEIRO, M. C. C. Geografia da Escola de tempo Integral: a expansão pelo estado da Paraíba. In. ALBUQUERQUE, M. A. M.; DIAS, A. M. de; CARVALHO, L. E. P. **História da Geografia Escolar** – fontes, professores, práticas e instituições. – Vol. 2. Curitiba: CRV, 2021

CERICATO, Itale Luciane A profissão docente em análise no Brasil: uma revisão bibliográfica. In. Estudos · Rev. Bras. Estud. Pedagógicos, 97 (246) · mai-ago. 2016. Acesso: 24, agos. De 2021 <<https://doi.org/10.1590/S2176-6681/373714647>>

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. In. Teoria e Educação. nº 2, Porto Alegre: RS, 1990, 177-229 pp.

CONTI, José Bueno. A Reforma do Ensino de 1971 e a situação da Geografia. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n. 51, p.32-35, 1976.

_____. Resumo da Apresentação feita por José Bueno Conti sobre a "Origem dos Estudos Sociais". Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n. 55, p.176-177, 1978.

DIAS, Angélica Mara de Lima. A Revista do Ensino e a Geografia escolar (1932 – 1942): inovações educacionais na Paraíba. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Geografia – Universidade Federal da Paraíba, 2020.

FREITAS, L. C. de. **A reforma empresarial da educação** – nova direita velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GIROTTTO, E. D. Atlas da rede estadual de educação de São Paulo. Curitiba: Editora CRV, 2018.

GIROTTTO, E. D.; MORMUL, N. M. **Formação docente e educação geográfica**: entre escola e universidade. Curitiba: CRV, 2016.

KATUTA, Ângela Massumi. Mercantilização e financeirização da educação brasileira: a proposta neoliberal, o apagão pedagógico global (APG) e as r-existências. In. GEOGRAFIA, V. 4 4, N. 1, jan. / jun. 2019.

LACOSTE, Yves. **A Geografia isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. 4ª ed. Campinas: Papirus, 1997.

LOOURENÇO, Elaine. O ensino de História encontra seu passado: memórias da atuação docente durante a ditadura civil-militar. In. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 30, nº 60, p.97-120 - 2010

LUDKE, M. O educador: um profissional? In: CANDAU, V. **Rumo a uma nova didática**. 15ª ED. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 64-73.

MARTINS, Erika Moreira. **Movimento Todos Pela Educação**: um projeto de nação para a educação brasileira. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação – Unicamp. Campinas, SP, 2013.

MORAES, A. C. **Geografia Histórica do Brasil** – Capitalismo, território e periferia. São Paulo: Annablume, 2011.

PEREIRA, D. de F. F.; PEREIRA, E. Tadeu. Revisitando a história da educação popular no Brasil: em busca de um outro mundo possível. In. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.40, p. 72-89, dez. 2010. P. 72 – 89.

PEREIRA, Diego Carlos. Movimento Escola Nova e Geografia moderna escolar em manuais para o ensino secundário brasileiro (1905-1941). Tese (doutorado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia - Universidade Estadual Paulista – UNESP, Rio Claro – SP, 2019.

PONTUSCHKA, N. N. (Org.). (Org.). **Um projeto ... tantas visões** – educação ambiental na escola pública. São Paulo: LAPECH – FEUSP, 1996.

----- **Estação Gente: Educação Inclusiva**. Educação de Jovens e Adultos – SEJA. MOVA profissionalizante. Santo André: Prefeitura Municipal de Santo André, 2000.

RESENDE FILHO, C. M. de.; ALBUQUERQUE, M.A.M. de. Livros didáticos de Estudos Sociais no Brasil: um tipo de artefato de produção cultural marcado por continuidades e resistências aos ideais da ditadura militar (1970 – 1980). In. APOGEO – Revista da Associação de Professores de Geografia. Nº 46/47 Lisboa, dezem. 2015.

ROCHA, Genylton O. R da. Delgado de Carvalho e a orientação Moderna no Ensino de Geografia Escolar Brasileira. Revista Terra Brasilis – Geografia Disciplina Escolar. Rio de Janeiro, nº 1, jan./jun. p. 83 – 109, 2000.

RECLUS, E.; KROPOTKIN, P. **Escritos sobre Educação e Geografia**. São Paulo: Terra Livres, 2012.

SANTOS, Juliana Silva dos. Licenciatura em Estudos Sociais e a Geografia: política curricular de formação docente na Paraíba durante o regime militar. Mestrado (Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia – Universidade Federal da Paraíba – UFPB. João Pessoa, UFPB, 2021

SQUASSI NETO, M. F. de. O compêndio elementar de Geografia Geral e Especial do Brasil. In. Revista Terra Brasilis. Nº 1, Jan./jun. 200.

SAVIANI, D. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, p. 143-155, abr. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141324782009000100012&lng=pt&nrn=iso >. Acesso em: 30 ago. 2021.

SEABRA, Manoel. Estudos Sociais e Vulgarização do Magistério e do Ensino de 1º e 2º Graus. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, n. 58, pp.121-133, 1981.

VESENTINI, J. W. Educação e ensino de Geografia: instrumentos de dominação e/ou de libertação. In: CARLOS, A. F. A. **A Geografia na sala de aula**. São Paulo, Contexto, p.12- 20, 2001.

_____. (Org.) O ensino da Geografia no século XXI. Campinas: Papirus, 2004.

VERISSIMO, José. A educação nacional. 3ª Ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985

VLACH, Vânia Rubia Farias. **A propósito do ensino de geografia**: em questão, o nacionalismo patriótico. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

METABOLISMO DO SABER GEOGRÁFICO

Eguimar Felício Chaveiro

Universidade Federal de Goiás – (UFG)

eguimar@hotmail.com

Introdução

“A geografia brasileira está correndo perigo!” – disse um eminente geógrafo na abertura de um evento nacional. Os seus argumentos, montados na evidência de alguns eventos, como a crescente evasão de alunos dos cursos de graduação; o declínio de abertura de postos de trabalho para professores face ao projeto da BNCC – Base Nacional Comum Curricular; o encastelamento acadêmico de geógrafos e a sua fragmentação na leitura do mundo a partir das formas, fôrmas e das fórmulas do “establichment universitário neoliberal”; a supremacia da pós-graduação no encadeamento da formação; a indicação de que o esforço e o trabalho dos professores universitários, num servilismo sofisticado, valorizam mais os negócios institucionais que as prendas intelectuais, estão na base e na sustentação desse iminente perigo a que incorre a geografia brasileira.

Poder-se-ia contornar a seta e apregoar: longe ou junto aos perigos, a geografia brasileira está viva e operante. Essa vivacidade, que não a isenta dos perigos conjunturais e

mesmo estruturais, cambaleante em textos e contextos, possui um suporte digno de um alento: nos últimos 40 anos, um pouco mais, viu-se sedimentar uma história exitosa cujo resultado e sintoma é uma profunda mobilidade de debates, reflexões, imersões e engajamentos. A geografia brasileira está viva e quente, não isenta de perigos – poder-se-ia afirmar.

Isso posto, uma pergunta motivará as reflexões deste trabalho: como a geografia brasileira contemporânea enfrenta – e tem enfrentado, no plano das representações e das ações dos geógrafos – o Brasil colonizado, ou a colonialidade que se aplaca na formação socioespacial brasileira? Isso posto, convém esclarecer as pretensões deste artigo: interrogar, ainda que sumariamente, o modo como a geografia brasileira representa o Brasil. Em resumo, o que será evocado concerne à geografia produzida no Brasil e a imagem do Brasil constituída pela geografia.

Esse rumo exige, no plano do método, diagnosticar e interpretar o metabolismo do saber geográfico brasileiro, suas nuances, seus discursos e, especialmente, a sua participação na vida pública. Essa será a seta principal do trabalho. Esse caminho requer outra premissa de método: a geografia brasileira atual se afirma – sob perigos e com vivacidade – no seio social, contrapondo ou servindo aos escopos do capitalismo mundializado. Trata-se, pois, de não externalizar o conteúdo da ciência do mundo objetivo do qual emerge e dentro do qual se faz.

Nesse ponto convém certificar a presença de um metabolismo do saber geográfico experimentado por mudanças vertiginosas. No final da década de 1980 para o começo da década de 1990, a irrupção das novas tecnologias; a sedimentação da acumulação financeirizada; a hegemonia do Estado neoliberal; a queda do muro de Berlim e a crise do socialismo soviético implementa uma mudança de rumo: aos poucos a liderança da AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros, cede lugar à força da pós-graduação. Embora, recolocado a habitus da produção do conhecimento, face à essas mudanças, as veias e os princípios do Movimento de Renovação nunca deixaram de ser ativos. Mesmo sob o efeito das mudanças, o modo brasileiro de fazer geografia edificando a geografia brasileira, se impõe e se espalha, inclusive em outros países.

As mudanças, contudo, não deixaram de pigmentar a produção de sentido da geografia: enquanto o Movimento de Renovação crítico, mobilizado pela AGB, lutava contra o Estado liberal e contra a hegemonia burguesa, o habitus acadêmico, sob o comando da pós-graduação, passou a adaptar-se ao Estado, curvar-se

às suas avaliações; incrementar as suas atividades em nome da legitimação do Estado. Surgiu daí uma espécie de escolástica acadêmica geográfica em que a força institucional ganhou primazia sobre os escopos intelectuais e pedagógicos.

Entretanto, como foi sublinhado, em nenhum momento a ebulição promulgada pelo Movimento se deteve calada. A geografia brasileira assinou o nome com engajamento, participação, assessoria de movimentos sociais e, mesmo que fragmentariamente, colocando os dedos na ferida do país, como no latifúndio; na oligarquia agrária; no patrimonialismo do Estado; na desigualdade regional e social; na segregação socioespacial; nos desmandos ambientais; no racismo estrutural; nas taxas de feminicídios; na militarização da educação.

Depois do ano 2000 até o presente, o que se viu – e se vê – é um metabolismo do saber geográfico rente e implicado aos estertores das sociedades mundializadas a partir de seus artefatos. Isso é comprovado com a força, não apenas no saber geográfico, mas de outros saberes e de outras práticas sociais que se baseiam nas redes de informação; nas empresas plataformas; na midialização do indivíduo; na organização de grupos de pesquisa. Isso tudo culminou com uma burocratização do saber deslanchada na aresta insolúvel de guerras intra-departamentais.

De tal maneira que o conhecimento organizado pelo estatuto do algoritmo se juntou, convergente ou conflitantemente, aos saberes nativos, vernaculares, identitários e da cultura oral, inclusive religiosa. O espectro do saber, ao modo de uma sociedade mundializada fragmentária, além disso, se estendeu num efusivo baile epistemológico, ou no que alguns preferem denominar “sopa epistemológica”.

Racionalismo neopositivista, decolonialidade, descolonialidade, anti-colonialidade, pós-colonialidade, marxismos, paradigma da complexidade; filosofia da diferença ou pós-estruturalismo; pensamento libertário, fenomenologia, hermenêutica, semiótica, saberes ancestrais, ecologia política e outras vertentes são implementados numa profusão acelerada. Se interseccionam e se atritam; descerram discursos, armam frentes de análises, promovem inserções sociais e políticas. A partir deles, estão postos o hibridismo, a transversalidade epistêmica e a fragmentação do saber.

Cabe, pois, no limite das páginas que virão, indicar alguns vetores do metabolismo do saber geográfico almejando abrir estradas para outras reflexões. Objetiva-se também rastrear o que é a pergunta essencial dos geógrafos: onde a geografia se encontra atualmente?

A geografia brasileira nos últimos 40 anos: um itinerário

Em 2021 completou 40 anos em que me inseri no curso de graduação em Licenciatura da Geografia. Ainda muito novo ingressei na então Universidade Católica de Goiás, atualmente PUC – Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Além de participar do Centro Acadêmico “João Alves de Castro”, fui, desde a graduação, um membro da AGB – Seção Goiânia. Ouvia com atenção, naquele momento inquieto do Brasil, o que o professor João Alves de Castro, um dos criadores da AGB - Seção Goiânia, dizia repetidamente com voz enfática: “quem não participa da AGB não sabe o que é geografia”. Essa frase me arrebatou como um princípio inegociável para uma vida inteira na profissão. Era quase uma pregação ou um mantra que ainda canto.

A fermentação teórica, assim como a organização coletiva dos geógrafos brasileiros em torno da AGB, o debate ideológico e epistemológico desse campo de saber, o que Milton Santos (1978) dizia sofrer de “uma indigência teórica”; os eventos, a leitura apaixonada feita de geógrafos como Yves Lacoste, Jean Tricart e Pierre George; a luta para acessar as revistas internacionais e para ler textos que, a partir do eixo sul-sudeste, espalhavam pelo Brasil; as sínteses geralmente apressadas de clássicos como Ratzel, La Blache, Humboldt, Ritter, Maximilien Sorre, Jean Tricart, Elisée Reclus, Richard Hartshorne; o crivo de disputa teórica entre positivismo e dialética e a crença que sem o método não seria possível gerar um saber consistente, eclodiam ligeiramente nas salas de aulas, nos colóquios e encontros. E especialmente nas reuniões animadas da AGB - Seção Goiânia.

Embora houvessem disputas, discordâncias e, inclusive, deriva para outro tipo de organização, a intensa mobilidade da geografia brasileira tinha as mãos condutoras da AGB nacional. Muitas questões eram levantadas mediante uma espécie de diagnóstico epistemológico da geografia brasileira. O papel do ensino e as suas ideologias; a relação entre a cartografia e a geografia; a importância das categorias geográficas; a dimensão geopolítica do saber; os limites das abordagens regionais; a separação entre sociedade e natureza; a essencialidade do trabalho como categoria social do espaço; o papel da linguagem, e outros tópicos de universalidade do saber, se insinuavam para demonstrar, o que Ruy Moreira (1987) referia-se como “gargalos da geografia”.

Fomentava-se uma ebulição do saber cujo o epicentro era a palavra “crítica”. Essa que, já no final da década de 1980 para o começo da década de 1990,

passou a ser também interpelada. Após fazer um balanço dos 10 (dez) anos do Movimento de Renovação da Geografia brasileira, Moreira [1992], ao examinar com detalhes e profundidade os ingredientes do Movimento, depois de estabelecer críticas à jornada, sintetizou que estava estabelecida “uma nova oficialidade”. A palavra crítica, cansada e oficializada, já não servia aos intentos transgressores e transformadores dos intuitos originais.

A autocrítica, os reparos, bem como o delineamento do que havia ocorrido em vários setores, se estenderam em debates públicos, dissertações, teses, ensaios. Foram elaboradas periodizações, fases, contornos e identificados agentes e instituições que coordenaram, participaram e efetivaram-se como forças eruptivas do Movimento e do conteúdo dessa história que, apesar de problemas estruturais, factuais, de ordem organizativa e epistemológica, logrou-se com êxito inquestionável.

Alguns pontos dessa jornada exitosa merecem ser refletidos.

Um ponto ressaltante reside no fato de que a geografia brasileira teve - e tem - uma participação profunda na sociedade brasileira. Essa participação sinaliza o emblema de engajamento do começo do Movimento de Renovação. E é vista de várias formas, por exemplo, na liderança de intelectuais do porte Aziz Ab'Saber, que foi presidente por duas vezes da SBPG - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência; de Milton Santos, considerado entre os quatro maiores intelectuais brasileiros do século XX.

Mais importante que as representações desses intelectuais e de outros, das considerações de seu valor e de sua contribuição para se pensar o Brasil, é a ligação orgânica que a geografia brasileira teve e tem com os movimentos sociais, por exemplo, com o MST - Movimento Social dos Sem Terra; com o movimento de Luta pela casa própria; com a Via Campesina, com vários sindicatos; com o MAM - Movimento dos Atingidos por Barragens e o MAM - Movimento pela Soberania Popular na Mineração; com o apoio à causa indígena.

Soma-se a isso, a visada crítica aos planos diretores e a assessoria aos movimentos de organização de bairros; a ligação direta com a CPT - Comissão Pastoral da Terra, especialmente na realização de cartografia da violência do campo. Sublinha-se a ligação com povos da floresta, com o ativismo ambiental brasileiro e também da América Latina.

A análise crítica do espaço agrário brasileiro, a denúncia da grilagem, a crítica forte e ampla à hegemonia predatória do latifúndio e do agronegócio; a crítica ao negócio da morte vertida para silenciar e apagar lideranças camponesas e ambientais; a denúncia de trabalho escravo; a participação em jornadas de reforma agrária e reforma urbana. O trabalho cartográfico na leitura de latifúndios improdutivos; o debate do Estado brasileiro, das desigualdades regionais, territoriais e sociais; a interpretação da segregação socioespacial; a adesão à movimentos culturais da juventude; a crítica ao monopólio de minerais e exploração do subsolo, não perderam o fôlego em todas as fases desses 40 anos.

Destacam-se ainda a ligação também efetiva com projetos de agroecologia, de produção de alimentos saudáveis; da saúde pública e da saúde dos trabalhadores. O professor e pesquisador Renato Emerson Nascimento do Santos – IPPUR-UFRJ – Instituto de Pesquisa e Planejamento Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, desde o seu trabalho de doutoramento, tem levantado uma enorme quantidade de projetos de cartografia combativas e criativas.

Por esse legado e mediante ele, é relativamente aceita a ideia de que existe uma identidade cujo o nome se denomina “geografia brasileira”. É visível, por exemplo, o fato de haver um habitus de conhecimento revestido na compreensão das categorias estruturantes do saber geográfico. Nos quatro cantos do país os jovens brasileiros estudam, perscrutam, aprendem as categorias estruturantes. É lógico que a trama acadêmica, a luta pela hegemonia de status, e, também, o envolvimento com o referente complexo – os problemas espaciais brasileiros –, geram modismos no uso de determinadas categorias; geram também ética de costumes, como se determinadas categorias fossem obrigatórias para que o conhecimento tenha a chancela da denominação “geográfico”.

A movimentação dos geógrafos brasileiros no atual período, enredada numa multiplicidade de caminhos e vertentes, alcança vários rumos. O professor e pesquisador Marco Mitidiero Junior, ex-presidente da ANPEGE – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Geografia, em várias palestras, apresentou dados comprobatórios de uma ebulição. Há, anualmente, mais de mil defesas de doutoramento. Há uma enormidade de revistas indexadas, em forma *on-line*, talvez se apresentando como o país que possui a maior quantidade de revistas geográficas no mundo. Veja que o instituto a qual faço parte, o IESA – Instituto de Estudos Socioambientais, da Universidade Federal de Goiás (UFG), possui quatro revistas.

Junto a revistas, a maioria dos professores inseridos na pós-graduação participa de laboratórios, grupos e redes de pesquisas registrados no CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Muitas redes são internacionais. Essa organização, ainda que coordenada pelo ímpeto neoliberal que sagrou-se no mundo capitalista ocidental e na sociedade brasileira, em particular, após 1990, impondo um estatuto de funcionamento à universidade brasileira e à pesquisa, bem como à produção, é responsável por proceder inventários territoriais sobre o mundo amazônico, sobre a Caatinga, sobre o Cerrado; sobre regiões brasileiras; sobre a urbanização, a industrialização; a luta camponesa; a estrutura fundiária; a morfologia do trabalho e, inclusive, sobre territorialidades indígenas, quilombolas, de pescadores, vazanteiros e sobre outras identidades.

A mobilização de força da geografia brasileira é também comprovada na produção de livros. No último Enanpege – Encontro Nacional da Pós-Graduação em Geografia - 2021, foram lançados 74 (setenta e quatro) livros. Esse lançamento é apenas uma pequena amostra dos livros que foram produzidos recentemente. Outros tantos são publicados em gráficas e editoras regionais.

Aspectos relevantes se nos apresentam face a essa produção e a essa mobilidade. Um aspecto vem como interrogação: está se vendo a derrubada dos cânones geográficos brasileiros, ou pelo menos, o seu arrefecimento em nome de lideranças e referências regionais? Outro aspecto é a profunda fragmentação do trabalho geográfico, motivada pela competição neoliberal que, com sutileza, reorganiza a relação dos geógrafos; seus objetivos; o seu modo de produzir o conhecimento e, inclusive, as relações com os pares. Especificamente a fragmentação interpela a leitura totalizante do Brasil, faz esmaecer a utopia interpretativa que lança um olhar à formação socioespacial brasileira.

Desdobra disso também a verticalização das redes de relações e intercâmbios. É comum geógrafos de regiões como Centro-Oeste, Norte ou Nordeste, para falar dos que não têm a hegemonia da produção acadêmica no Brasil, terem relações com diferentes países, não estabelecendo parcerias entre si ou com outras regiões do próprio país. A necessidade neoliberal de internacionalizar a geografia brasileira, somada às possibilidades de ultrapassar as fronteiras pelo avanço da comunicação e da tecnologia, faz refluir o plano do diálogo interno em nome dos negócios externos. Internacionalizar a geografia, mais que implementar um conhecimento de sua experiência interna, se torna uma pauta programática.

A esfera competitiva de programas, institutos, cursos, não flui sem pigmentar o sistema de valor dos profissionais. Pequenos índices demonstram o grau deletério de valores que são encobertos na organização neoliberal. Surge uma vigilância descarada, por exemplo, mediante o hábito de professores e, inclusive, de alunos de investigarem o currículo dos demais ou de possíveis concorrentes. A sociedade de controle alcança os olhos militarizados dos que sabem pertencer a uma arena competitiva.

O conceito econômico da indexação e a competição sub-reptícia, lavrada de baixo dos panos dos departamentos, entoam um comércio de discurso. Pode ocorrer – e ocorre com frequência – o denominado discurso crítico, deflagado por determinados sujeitos, não ter nenhuma relação com o escopo ético do seu enunciador. Seduzir alunos e plateias, filiar-se a um plano de aceitação discursiva e, então, produzir uma liderança que, quase sempre, não passa pelo conteúdo intelectual e pedagógico, estendem-se no grande mercado discursivo.

À medida que o escopo de valor e ético se torna suspeito e frágil, a vida departamental redundando num conflito contínuo, desembocando no modelo das pequenas guerras de poder, inclusive, a partir do monopólio de revistas; nas artimanhas pelo controle de laboratórios; na cassação branca, e, inclusive, na apropriação privada de determinadas disciplinas julgadas estratégicas no contato com alunos.

Mas o incremento de ações, discursos, produções, mobilizações, as mais diversas, ainda que sob o véu invisível de um programa neoliberal afeiçoado ao jeito de fazer ciência, não há como ser realizado sem gerar contradições. O triste fado da vida departamental, a crítica hipócrita e filiatória; a produção envergada para “engordar o currículo”; a separação entre os “grandes produtores de gado acadêmico”; a hierarquia formal codificada por “aprovação de projetos”, publicação em revistas “A internacional”, não agem numa única direção. De alguma maneira, com maior ou menor lucidez, com vínculos de uma ética sadia ou não, todos são envolvidos na trama que, ao final, põe em questão a relação sempre problemática entre saber e poder.

Surge, contudo, algo notável: uma cultura geográfica escriturística. O regime dominante obriga alunos, desde a graduação, especificamente os da pós-graduação, professores, orientadores, a escreverem. O que antes surgia apenas pela prática voluntária e intelectual do sujeito, agora se torna uma obrigatoriedade cartorial. Ainda que se possa criticar a sloganização dos textos, suas repetições,

seu modelo crivado de uma terceirização acomodada pelo regime de citações, o ato de escrever alimenta a própria escrita. O tom exigente dessa prática humana – a escrita, irrompe-se como uma conquista coletiva e contraditória do regime neoliberal, assim ocorre com as parcerias, com as redes e com os intercâmbios.

Nessa esfera, há, hoje, algumas sutilezas que se redundam em novidade. Por exemplo, os geógrafos brasileiros estão escrevendo literatura. Desde o escritor geógrafo laureado, Itamar Vieira, que explodiu no Brasil com o *Torto Arado*, passando pela produção literária da professora Valéria Cristina Pereira Silva – IESA/UFG; do geógrafo Jader Janer Moreira Lopes – UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora, que tem publicado livros de literatura envolvendo temáticas da cartografia, do lugar e do território; do geógrafo Ricardo Jr. de Assis Fernandes Gonçalves – UEG – Universidade Estadual de Goiás, que tem desenvolvido textos literários mediante o seu tema de pesquisa: a mineração; da produção poética do geógrafo Luiz Carlos Flávio – UNIOESTE – Universidade Estadual do Paraná, Campus de Francisco Beltrão; da produção de crônicas pedagógicas, assim como de poesia pelo professor Manoel Fernandes de Souza Neto – USP – Universidade de São Paulo e de outros, palpitam-se textos literários ingeridos de conteúdos geográficos espalhando imagens lítero-geográficas do país e de suas situações.

O fato de os geógrafos brasileiros escreverem literatura pode sinalizar alguns efeitos de sentido. Pode ser que muitos desses geógrafos estejam descontentes com a caligrafia engessada da geografia acadêmica; com a pobreza de imagem dos textos e com a esterilidade dessa escritura relativamente encomendada e vigiada pelo poder burocrático dominante.

Os limites da escritura acadêmica, especialmente na dificuldade de comunicar com quem não é acadêmico, tem sido preocupação de geógrafos como Paulo César da Costa Gomes e Marcelo Lopes de Souza – UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro; Everaldo Batista da Costa – UNB – Universidade de Brasília; Ana Carolina de Oliveira Marques – UEG – Universidade Estadual de Goiás; Jones Dari Goetttert – Universidade Federal de Grande Dourados; José Henrique Rodrigues Stacciarini – UFC – Universidade Federal de Catalão. E de outros.

A escritura geográfica, próxima ao modelo do ensaio, faz eco à premissa de que o texto precisa comunicar. Essa é uma bandeira presente nos propósitos da SBPC; é também uma reivindicação de movimentos sociais que, a partir da defesa do diálogo de saberes, ou de uma nova ecologia dos saberes, veem a linguagem

enlatada, própria do estatuto acadêmico neoliberal, uma forma política de fazer silenciar a voz de trabalhadores; de camponeses; povos indígenas; mulheres subalternizadas. A chamada “escrita para o umbigo” é chamada a lamber o chão.

O combate à dicção estreita e estéril do universidade neoliberal ultrapassa a compreensão de que a linguagem na ciência, na universidade, ou em qualquer dispositivo de comunicação, é apenas uma forma; ou um mero recurso expressivo. O grupo animado, organizado pela rede de Geografia, Literatura e Arte, questiona o sentido da dicção geográfica como um viés político ou como um componente social mediante o qual a geografia se constitui – e age.

O dizer é, em qualquer situação humana, uma forma de intervenção; essa intervenção ocorre sempre sob a mediação de relações sociais. Por conseguinte, pode se sintetizar: a estreiteza comunicativa dos discursos prontos, mecânicos e automáticos, possui relação direta com o modo em que a universidade se submete ao Estado. Diz respeito também ao vínculo direto com a estrutura das sociedades mundializadas. O pragmatismo textual, imposto numa corrente em que se situa a elaboração de artigos para obter aprovação nas disciplinas, cumprindo o estatuto de publicação das revistas e servindo, mais a frente, à elaboração de dissertações e teses, possui uma grande característica: o apressamento, ou a aceleração.

O tempo da bolsa de valor; ou o que encurta o período da colheita do milho e da soja; assim como da maturidade do frango para ser abatido nos frigoríficos, são o expediente do circuito de capitais, informações e mercadorias. A pragmática textual eclode como um *habitus escriturístico*, ou como uma forma de narrativa. Entretanto, se encarrega de consolidar uma prática social. Essa prática – aligeirada, tende a repercutir na forma de leitura, por exemplo, os chamados “papers” ganham os cursos de graduação e pós-graduação. Num evento tratando desse assunto, um pós-graduando, com humildade e honestidade, disse, em público, que nenhum professor havia trabalhado um livro inteiro durante todo o seu curso de graduação.

Pois bem!

Apesar – e junto do que apresentamos -, estamos certos que a geografia brasileira é exitosa – devemos repetir! Estamos certos que ela possui uma força que ultrapassa as fronteiras. Um exemplo incontestável é o Atlas Geográfico do Uso de Agrotóxicos, desenvolvido pela professora Larissa Mies Bombardi - USP. A reper-

cussão do trabalho crítico e consistente da professora, embora lhe custando os dessabores da renitência autoritária do país, se mostra como um código de identidade da geografia brasileira, uma ciência que, embora tendo conflitos internos, engaja-se, responsabiliza-se, compromete-se com a verdade.

Há também diálogos surpreendentes de estudos agrários com trabalho de médicos, como é o caso dos trabalhos de Wanderlei Antonio Pignati – UFMT – Universidade Federal do Mato Grosso e Raquel Maria Rigotto – UFCE – Universidade Federal do Ceará; diálogos com médicos como Luiz Carlos de Vasconcellos Fadel – FIOCRUZ-RJ – Fundação Oswaldo Cruz e Rosângela Gaze – UFRJ, da Saúde do Trabalhador e da saúde coletiva, e com pesquisas geográficas envolvendo cartografias existenciais de Pessoas Com deficiência. Há diálogos frutíferos entre engenheiros como Bruno Milanez – UFJF; sociólogos como Rodrigo Salles Pereira dos Santos – UFRJ, e a pesquisa geográfica que enfrenta problemas como as tragédias ambientais promovidas pelo rompimento de barragens de mineração.

Convém assinalar o envolvimento de parte da geografia cultural com a produção de alimentos saudáveis; ou relação entre a geografia e a construção de uma epistemologia crítica do turismo. Há ligações entre estudos de clima e movimento de luta por moradia, do mesmo modo que debates em torno da climatologia geográfica e os efeitos causados pelo agronegócio nas mudanças climáticas de territórios de fronteiras. O trabalho entre etnia, territorialidade e ativismo ambiental, envolvendo os conceitos de sofrimento ambiental, injustiça ambiental, racismo ambiental. Há cruzamentos entre cartografias digitais, estudos ambientais e crítica ao desmatamento.

Entretanto, campos de saberes como o da geofilosofia ou da psicogeografia ou a relação entre cartografia e filosofia, mesmo entre semiótica e geografia cultural não ocorrem sem críticas. Muitos dizem que há uma espécie de "desespero linguístico", ou que o emblema da narrativa suplanta as condições sociais concretas. O apelo para produzir uma novidade linguística faz cair numa fragmentação que, quase dissolve o conteúdo geográfico. Daí, que categorias como totalidade, conflitos, contradição, ou mesmo a leitura das tensões sociais cristalizadas territorialmente, são chaves para o pensar crítico e para não descolar conhecimento e realidade. Entretanto, os discursos viciados em *slogans*, obsessivos pelo denunciamento, igualmente são criticados. Como uma forma de

agenda discursiva, esse tipo de dizer impede o trabalho de questionar o pensamento. Sem o questionamento, podem cair na vala reducionista totalmente inócua numa sociedade tão complexa como a brasileira – e num tempo tão problemático como é o atual.

O panorama da produção geográfica brasileira é rico, diverso, contraditório e feito em disputa. É lógico que nesse quadro há o que o Milton Santos, em tom de denúncia, nomeava em palestras o que chamava de "geografia dos grandes projetos". Ou seja, a proclamação de uma geografia rendida. Da mesma maneira que, na condição complexa da relação entre Estado, Universidade e comércio de curso, torna-se difícil a interpretação dos regimes de forças e a sua significação ideológica e política. É comum, por exemplo, os discursos serem críticos nas salas de aula e mesmo na elaboração dos textos, contudo, a postura departamental ou institucional dos sujeitos que os proferem, é curvada à forma de grupelhos e de pequenos negócios para o controle da máquina burocrática. A tática dos grupelhos gera o empoderamento de lideranças burocráticas, porém esvaziam o sentido coletivo do saber e das relações.

Em suma: a efervescência geográfica é uma dádiva aos geógrafos brasileiros e a quem se interessa por esse campo de saber. A mobilidade do saber geográfico nos exige uma posição ética. Precisamente nos compele a observar os trabalhos, o engajamento, o esforço de geógrafos e geógrafas, como Arlete Moisés; Ariovaldo Umbelino de Oliveira; Ruy Moreira; Manuel Correia de Andrade; Odete Seabra; Armando Correa; Carlos Walter Porto Gonçalves; José Borzacchiello; Paulo Roberto R. Alentejano; Horieste Gomes; João Alves de Castro; Ana Fani Carlos; Manoel Santana; Beatriz Pontes; José Aldemir de Oliveira; Ab'Saber; Antonio Thomaz Jr; Francisco Mendonça; Bernardo Mançano, Douglas Santos; Dirce Maria A. Suertegaray; Milton Santos e tantos outros.

Com posições teóricas diferenciadas, radicados em pesquisas que se distam uma das outras, sem nenhum calibre hierárquico entre os membros mencionados, essa pequena lista poderia se alongar em várias páginas. Poderia se alongar em lideranças de gerações recentes, essas que formadas pelas primeiras gerações do Movimento de Renovação, por sua vez, poderia reconstituir-se nas gerações de geógrafos da década de 1930, 1940, 1950 até a década de 1970.

A hipótese de que, a partir da década de 1990, houve uma mudança de organização, de conteúdo e de posicionamento da geografia brasileira, em que ante-

riormente toda a ebulição geográfica tinha o comando AGB e, após 1990, esse comando passou a ser da pós-graduação, pode indicar uma boa seta para a análise. A geografia, sob o comando da AGB, embora com os conflitos internos, enfrentava o Estado como representante de uma dominação burguesa. Como foi evocado anteriormente, o comando da Pós-graduação, ao contrário, se coloca como uma forma de adaptação, rendição, negociação ou desenvolvimento de estratégia para criar um saber servil ao Estado.

O controle estratégico do Estado na forma de gerenciamento dos saberes gerou a força dos agentes subliminares. A esfera da luta epistemológica, da reflexão intelectual e, inclusive, da crítica engajada, cedeu lugar aos “ídolos de produtividade”. Aliás, algo deve ser esclarecido: produzir não faz mal a ninguém, Pelo contrário, estimula a leitura do país. No entanto, o problema gerado pela produção a qualquer custo redundava num fato: pessoas com muita força institucional, contudo frágeis intelectualmente. Intelectuais reconhecidos em função de publicação, orientação e controle da máquina, contudo escarnecidos emocionalmente. Isso fez derivar uma espécie de neurose acadêmica, ou de obsessão pelo trabalho ao modo do *workaholic*.

As contradições entre o sujeito e o seu discurso se constituíram como uma forma de embaralhamento inusitado. Em muitos casos os discursos críticos, tecidos com força denunciante, aos olhos de uma escuta que percorre uma história de mais de 40 anos conforme a tradição recente da geografia brasileira, escondem os problemas de valores dos sujeitos que os promovem. Mas esse repertório não foi só da geografia, e se não deu apenas na universidade. A corrosão do caráter, conforme situou a pesquisa de Richard Sennett (1999) é uma armadilha dos novos dispositivos do mundo do trabalho.

Entretanto, o viés crítico, o engajamento, a mobilidade e a força comunicativa e disruptiva da geografia brasileira, soldados numa inquietação florescente, esteve presente em todos os momentos desses últimos 40 anos. A própria ANPEGE, nas últimas gestões, com coragem, competência e sentido democrático, soube recolocar os desafios sociais e políticos da geografia brasileira.

A última gestão da ANPEGE enfrentou o Estado, abriu o peito para dizer da identidade engajada da geografia brasileira; gerou uma escuta democrática à diversidade e à pluralidade do saber geográfico; estendeu-se a todas regiões e lugares perscrutando o que, nesses lugares, estava acontecendo; considerou todas

as gerações de geógrafos; cuidou da memória coletiva da comunidade geográfica; colocou em debate a sociedade brasileira, seus problemas e as suas contradições. Não temeu represálias, nem se abdicou-se de lutar pela pós-graduação.

As tensões geográficas

Quais são as tensões geográficas que atravessam os modos de ler o Brasil? A pergunta pode ser: como a sociedade brasileira é representada, lida e interpretada, pela geografia brasileira atual?

Conforme foi anteriormente aludido, a relação dialética entre os saberes, em geral, e a geografia, em particular, com a eclosão do denominado capitalismo mundializado, é o ponto inicial – e primordial – para não externalizar o conhecimento científico das relações sociais. No caso do Brasil, essa formação socioespacial complexa, acrescenta-se dois pontos: a tradição oligárquica do comando do Estado brasileiro mantém-se viva, juntando-se ao neoliberalismo de face autoritário; o território brasileiro, naquilo que é estrutural, apresenta problemas atávicos, como a força do latifúndio; o clientelismo patrimonialista; a desigualdade social e regional; o racismo estrutural; o machismo com cara urbana; a fraqueza ética das instituições jurídicas, médicas, acadêmicas. E se soma com o pacto entre banqueiros, agentes do agronegócio, empresas mineradoras, capitais imobiliários com o Estado, determinando-o, controlando-o, subjugando-o.

Ao pensar a formação socioespacial brasileira no concerto da sociedade mundializada e da acumulação financeira, enxerga-se que a economia mundial, tal como um cassino financeiro, faz percorrer trilhões de dólares numa ciranda infinita. A força do capital, as estratégias do mercado, bem como os efeitos dessa ciranda, ultrapassam os estados nacionais, ou seja, os países. Conforme explica Chesnais (2006), esse mecanismo retira o capital da produção, ou submete-o à ciranda financeira e, portanto, à força dos bancos. Conforme argumenta Harvey (2001), a necessidade sistêmica de expansão a todo custo e a obrigatoriedade de os países criarem formas de crescimento econômico, sem autonomia para isso, geram a geografia da acumulação desigual.

Dessas condições, o território tende a se tornar apenas um recurso, deixa de ser o lugar das nações, das etnias, da cultura e da relação de povos. A ciência, e especificamente a geografia, é convocada a usar os recursos tecnológicos e informacionais para mapear as fontes de riqueza do território. A sanha de

madeireiros, mineradores, gente do latifúndio do agronegócio ou da pecuária, desenvolve o que Arroyo (2012) denomina “destruição do viver” e Rolnik (2017) chama “predação ontológica”.

Para fazer o modelo de acumulação se expressar no rente da vida, ocorre a tática de endividamento dos pobres. Harvey (2001), explica que o processo de acumulação passa a ocorrer nas esferas da vida, incluindo o transporte, a moradia, os impostos de casa e carro; a NET as TVs, os seguros; o combustível como o gás de cozinha, a escola; a saúde, incluindo as esferas espirituais. Tudo isso implica na financeirização da vida.

O abalo frontal no imaginário coletivo e a repercussão objetiva no tecido social fazem surgir uma classe dentro da classe social: os precariados. No tom de desespero ou entregue à insegurança e à instabilidade sistêmica, empresas, Estado e classe dominante encontram um terreno propício para o comércio da emoção culminando com a patologização global da vida. É comum no quadro trepidante da insegurança as figuras míticas surgirem como salvadores da pátria. A mitificação, ao unir o viés metafísico e o poder, desemboca em perigos ideológicos como o fascismo e o nazismo.

Uma nota especial deve ser dada ao mundo do trabalho. Situações sutis e corriqueiras, especialmente nas metrópoles e nas cidades médias do Brasil e de vários países do mundo, são vistas. Pode-se enumerar:

- a disputa dos sinais (semáforos) para vendas de balas, biscoitos, panos de prato;
- os pequenos traficantes da periferia;
- a vigilância de carros em lugares públicos, como teatro, universidades, estádios;
- a expansão de brechós nas periferias urbanas;
- o crescimento do comércio de jantinhas ou de vendedores de churrasquinho de gatos;
- os cuidadores de idosos;
- os seguros privados;
- os *Youtubers*;

Essa pequena representação morfológica do trabalho responde pelo que tem sido refletido a partir dos conceitos de infoprecarização, hiperprecarização, precariado e inuteriado. A questão posta assim exige interrogar: como isso repercute

no trabalho dos geógrafos no ensino e no bacharelado? Ou seja: como o saber geográfico sofre os efeitos dessas condições e desses conteúdos?

Convém ainda explicitar que, face ao tipo de acumulação hegemônica, crescem o setor terciário e quaternário gerando o desemprego estrutural que, por sua vez, alimenta o crescimento da informalização do trabalho. Enquanto o trabalho informal se estende como o último reduto da sobrevivência, a injeção de tecnologia e ciência faz evocar a força das empresas plataformas. Essas ocupam o lugar central do monopólio de capitais. De maneira, que desemprego estrutural, a informalização, os serviços e o monopólio se ajustam.

Conforme narra Bucci (2021, pag 15), em janeiro de 2020 as empresas Apple, Amazon, Alfaber, que é proprietária da Google; Microsoft e Facebook haviam, juntas, alcançado o valor de cinco trilhões de dólares. Decorre dessa estrutura impactos vertiginosos no Estado. Surge uma nova forma: o Estado freguês. Algumas características descrevem essa forma:

- a contradição de ser autoritário internamente, inclusive para não deixar crescer os movimentos de contestação de pobres e frágil e entreguista para fora;
- frágil para resolver os problemas da desigualdade social e frágil na ligação com os poderes atávicos, por exemplo, da oligarquia agrária de ruralistas e militarizado para lidar com as instituições sociais;
- entregue às forças políticas das corporações.

É comum os geógrafos procederem uma afirmação inicial que serve como ponto de partida: o território contemporâneo é complexo. O mesmo pode-se dizer da formação socioespacial brasileira, como anteriormente foi apresentado. A interpretação ou a análise geográfica dos fenômenos a que se dispõem move-se numa convergência e num entrelaçamento de escalas. A escala mundial elucida que a acumulação financeirizada está em todos os lugares e também na vida das pessoas. Na escala do território-Estado nação, a economia mundializada implica-se nas regiões, na economia, na taxa de emprego, inclusive na costura política. Na esfera do lugar, o que se vê são tensões, negociações, internalizações de ideologias e imaginários próprias da acumulação financeirizada; das esferas simbólicas, inclusive dos gostos e das emoções.

Essa complexidade sacramentada pela intersecção de escalas desafia os geógrafos no plano intelectual: a análise apenas do geral pode cair no "essencialismo abstrato" (Souza, 2015) que, comumente, teima em proferir discursos prontos e

panorâmicos ignorando as tensões dos lugares, as negociações, as saídas, o modo em que a vida se faz territorialmente. Contudo, o vínculo estreito com o lugar, ou com apenas as esferas narrativas e representacionais, conduz a análise ao risco de exilar-se do concreto-histórico-espacial; e daí, dos conflitos que permeiam a moradia, o transporte, o desemprego, a saúde de trabalhadores.

Deve ser acrescentado: a geografia brasileira – diversa, múltipla e contraditória –, no atual período, internaliza o debate político-epistemológico que se estende no seio da sociedade mundializada. Abordagens, vertentes e bandeiras teóricas que se encontram presentes em outros campos – e na vida social – estão presentes no interior do saber geográfico. Cruzamentos e ranhuras entre marxismo e decolonialidade; debate e convergências em alguns pontos entre marxismo e pensamento libertário; junção entre fenomenologia e semiótica; ou mesmo entre existencialismo e pós-colonialidade; convergência entre identitarismo e filosofia da diferença; neopositivismo e ambientalismo pragmático; ecologia política e pensamento libertário, são evidências da transição epistemológica atual.

Além disso, no baile profuso dos saberes e das abordagens, crescem reivindicações para o diálogo de saberes; para a valorização de saberes nativos; para a legitimação de componentes como a oralidade e a experiência. Do mesmo modo que há entusiasmo por vertentes como o da “inteligência territorial” e dos mapas simultâneos.

A implicação dos artefatos das sociedades mundializadas, como a efusão do logaritmo contrastando com os saberes nativos é apenas um indicador do metabolismo do saber geográfico. O surgimento de uma geografia on-line ou da *net-geography* põe em questão: está surgindo o geógrafo influencer? Como se situará a crítica que se envolve nas redes comandadas pelas empresas plataformas?

Argumentar em torno dessas questões demanda pesquisas. Entretanto, alguns pontos eclodem na produção geográfica. Entre esses pontos, pode-se situar:

- a criação de canais no youtube;
- a construção de popularidade mediante plataformas e redes como o facebook, o Twitter, o Instagram
- a elaboração de aulas virtuais;
- a submissão aos indexadores de produção como medida do intelectual na rede acadêmica;

- o desenvolvimento de estratégias de circulação de textos (o debate do inglês)
- a criação de revistas eletrônicas; de *ebooks*;
- a organização de redes, inclusive, a edificação de simpósios, congressos, orientação;
- a coletivização na forma do *google-drive*;
- o monitoramento digital.

Uma geografia alicerçada nas redes, nas plataformas e nos dígitos se expande. Também se expande a ecologia do saber geográfico que experimenta, dialoga, promove formas de escuta; debate a solidariedade e o engajamento. Enxerga-se, assim, um metabolismo do saber geográfico que se vê obrigado a dar respostas a projetos autoritários como a BNCC. Esse metabolismo incita os geógrafos a voltarem para si a pergunta central que fazem para fora: onde o saber geográfico se localiza no atual momento histórico?

A baliza metodológica recomenda a compreensão que o metabolismo do saber geográfico, o embaralhamento dos discursos, o plano ideológico e performativo, as inscrições institucionais e a produção de sentido possuem inevitavelmente uma ligação com as sociedades mundializadas por meio de seus artefatos. O modo de produzir o saber, de publicizá-lo, a organização das fontes e, inclusive, o estilo textual, numa escala mundial, são codificados numa nova geopolítica dos saberes. A força da pós-graduação e, daí, a maneira vigiada de produzir os saberes, consolida uma espécie de escolástica acadêmica, ou escolástica geográfica.

A tarefa de organizar as redes e de empenhar a produção que são solicitadas pelo *habitus* produtivista, o desespero para aprovar projetos afetam a dimensão autêntica da crítica. Às vezes a crítica é apenas um componente de uma agenda discursiva, isso conduz os pares a uma insegurança nas relações. A escolástica acadêmica cria um problema de distinção: afinal, quem é quem? Inclusive, pode se perguntar: quem critica?

A interveniência institucional, uma espécie de mãos invisíveis, cria um conjunto de conflitos que, às vezes são departamentais, intestinais, micrológicos. Esses conflitos se tornam maiores que a luta contra as feridas do país, como o patrimonialismo, o latifúndio, a desigualdade social, a segregação socioespacial, as tragédias ambientais, a patologização social. A esquizofrenia

identitária se faz elucidativa a partir de sujeitos de discursos revolucionários, mas de ética frágil.

Muitas vezes, nesse campo, os intelectuais se prestam mais à organização das redes do que ao próprio trabalho intelectual, epistemológico e pedagógico. Com grau sofisticado de dissimulação e também atravessados pelas contradições que são concretas, pode ocorrer de os discursos serem ricos, mas a dignidade e o caráter dos sujeitos serem pobre. Pode ocorrer de os Institutos serem ricos, mas terem uma subjetividade pobre. Essa organização é permissiva aos jargões, às sintetizações e ao jogo macabro de interesses burocráticos. Disso é fácil derivar uma espécie da reificação da teoria. É fácil constituir um *habitus* ao modo do funcionalismo textual em dissertações e teses.

O que se logrou, por exemplo, de 1978 ao final da década de 1980, em discussões intermináveis sobre Kant, Hegel, Marx, na onda funcionalista dos “*papers*” se torna quase impossível. No reino do intelectual influenciar mais que discutir, importante é aparecer. Aparecer, aparecer em decalques de aceitação, não há dúvida, subtrai a reflexão, empobrece a ética. O grau máximo disso é a midialização da própria militância.

Quando se põe a questão – como a geografia brasileira lê a formação socioespacial brasileira à luz do capitalismo financeiro e das sociedades mundializadas? – o debate entre classes, identidade, etnia, gênero e raça; a reflexão entre desemprego, informalidade e atividades terciárias e quartenárias; ou mesmo o modo como os saberes transmutam-se do algoritmo aos saberes nativos; ou o desvelo da circulação afobada e o modo como tudo isso se inscreve territorialmente, recoloca o desafio de não se prender a uma ortodoxia monocrática que pode ser cega ao movimento do mundo e dos saberes. Também desafia os geógrafos para não caírem na armadilha fácil do desvario narrativo.

Os saberes deste mundo, assim como o saber geográfico e os sujeitos que o produzem, possuem grandes desafios e tensões. No caso específico da geografia brasileira, a sanha coletiva, crítica e plural, aceita e motivada pelas últimas gestões da ANPEGE e da AGB nacional, codificada na cultura e na identidade dessa comunidade, tem uma vivacidade admirada. Essa identidade talvez possua um emblema: não se faz geografia sem luta e com lutas a reflexão geográfica se autoriza além de seus limites internos; se autoriza entre coletivos sociais, culturais, ambientais e também nos movimentos sociais.

Considerações finais

A geografia brasileira contemporânea, inquieta e fermentada numa pluralidade de métodos e de atividades, internaliza em seu corpo vasto o metabolismo de saber oriundo das sociedades mundializadas. De um lado, situa-se a inteligência artificial, a cartografia digital por meio dos SIGs (Sistema de Informações Geográficas), o trabalho em forma de home office; a elaboração de aulas virtuais; a formação de canais no *YouTube*; de organização de rede e todo um conjunto de formas e conteúdos novos que desembocam na *netgeography*, ou nas geografias digitais. Conforme a professora Ana Cristina da Silva – IESA-UFG, aludiu em palestra, pode estar surgindo o intelectual influencer. Em palavras curtas, o algoritmo, o procedimento informacional que sustentam as empresas plataformas; a chamada nova economia e a vigilância tecnológica do território e da vida, mobiliza o trabalho do geógrafo gerando, inclusive, a midialização do intelectual.

Noutra versão, em comum acordo com coletivos negros, de mulheres; de ativistas culturais e ambientais; de povos indígenas e quilombolas, bem como de movimentos sociais, defende-se o diálogo ou a conexão de saberes; a valorização dos saberes da experiência; dos saberes remotos, nativos, originais, ancestrais. Nesse rumo, critica-se a cultura escriturística proveniente da Europa. No tom da crítica ao formato escriturístico, defende-se a oralidade, a pedagogia do exemplo; os recursos cognitivos da escuta substantiva; dos círculos e das rodas de conversa.

O metabolismo do saber geográfico, em muitos casos, adapta, aceita e se rende aos ingredientes hegemônicos do capitalismo financeiro. O comando de discussão, produção e disseminação do saber geográfico, especialmente a partir da década de 1990, sob as mãos da pós-graduação, aos poucos, de maneira complexa e contraditória, foi solapando o que, até então, tinha a direção da AGB.

Constituiu-se mecanismos de valor, hierarquia, organização e funcionamento geográficos conforme a imposição do Estado neoliberal. Dessa montagem desdobrou-se situações aparentemente paradoxais. Por exemplo, surgiram figuras de grade força institucional, contudo com fragilidade intelectual e ética; assim, como departamentos, institutos e cursos com alta produtividade, mas com uma subjetividade pobre.

Apesar disso, a geografia brasileira, com identidade consistente, nunca deixou de ter relações orgânicas com os movimentos sociais; com o movimento

de Luta pela casa própria; com a Via Campesina; com sindicatos; com o apoio à causa indígena, quilombola, desempregados.

Muitos geógrafos também agem com postura crítica concernente à elaboração dos planos diretores, da mesma maneira que prestam assessorias aos movimentos de organização de bairros; à CPT; aos povos da floresta e estão presentes em várias lutas ambientais, da educação e da cultura popular. Convém assinalar a postura crítica do espaço agrário brasileiro, a partir da denúncia da grilagem, da hegemonia predatória do latifúndio e do agronegócio; ao negócio da morte que tenta silenciar lideranças camponesas e ambientais.

Nesse rol, há a denúncia de trabalho escravo, do mesmo modo que incrementa-se jornadas em defesa da reforma agrária e da reforma urbana. É notável o trabalho cartográfico que ajuda interpretar e identificar os latifúndios improdutivos, assim como a segregação socioespacial; o monopólio de minerais e exploração do subsolo. Convém enunciar a ligação de geógrafos com projetos de agroecologia, de produção de alimentos saudáveis e de coletivos rurais democráticos e populares; com a saúde pública e da saúde dos trabalhadores.

Tudo isso comprova que a geografia brasileira – plural e diversa, mesmo com posições diferenciadas – não perdeu o ímpeto crítico nos últimos 40 anos. As últimas gestões da ANPEGE, especificamente pela forma que foi conduzida e pela direção, com coragem e espírito democrático, foram colocados os pontos preciosos dessa história recente.

Pode-se dizer que a geografia brasileira tem colocado os dedos na ferida do país, como na ferida do latifúndio, da segregação urbana, da “pilhagem territorial” (Marini, 20160); da pilhagem de minérios, das terras indígenas. Do mesmo modo brada criticamente contra o estado oligárquico, contra o trabalho escravo, o feminicídio, a violência. Isso é animador.

Por fim, estamos certos que a geografia brasileira tem um repertório construído na sua própria história para ler o país. Para isso, deve superar a feição escolástica que se implantou com o neoliberalismo criando a palidez do discurso, ou o distanciamento entre o comércio do discurso e as ações éticas de seus propagadores. Todavia, num movimento dialético, além de envolver todos os geógrafos, não deixou também de gerar situações de enriquecimento na prática da escrita; nos intercâmbios e nas parcerias.

Referências bibliográficas

- ARROYO, M. Outros sujeitos, outras pedagogias. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012.
- BOMBARDI, Larissa Mies. Intoxicação e Morte por Agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado. *Boletim Dataluta*, v.01, nº 01, p. 01-21, set. 2011
- BUCCI, Eugênio. A superindústria do imaginário – como o capital transformou o olhar em trabalho e se apropriou de tudo que é visível. Belo Horizonte (MG): Autêntica, 2021.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. A “geografia crítica” e a crítica da geografia. In: *Revista Eletrônica de geografia e ciências sociais*. Vol. XI, 245, Universidad de Os desafios teóricos da geografia brasileira: rumos e desdobramentos 33 Barcelona, 2007.
- CAPEL, H. Humboldt y la teoría de la Tierra. In: CAPEL, H. *Filosofía y ciencia en la Geografía contemporánea. Una introducción a la Geografía*. Barcelona: Barcanova, 1981, pp. 19-49.
- CAPEL, H. Ritter: la naturaleza y la historia. In: CAPEL, H. *Filosofía y ciencia en la Geografía contemporánea. Una introducción a la Geografía*. Barcelona: Barcanova, 1981, pp. 51-82.
- CLAVAL, P. *Epistemologia da Geografia*. Florianópolis, Editora UFSC, 2011.
- CORRÊA, R. L. Pensando a geografia brasileira do começo do século XXI. *Sociedade e Território*, Natal, v. 15, n. 2, p. 9-16, jul./dez. 2001.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. (Tradução Silvana Finzi Foá). São Paulo: Xamã, 1996.
- MARINI, Guilherme. *Pilhagem territorial, precarização do trabalho e degradação do sujeito que trabalha: a territorialização do capital arbóreo-celulósico no Brasil contemporâneo*, in: *Tese de doutoramento defendida em UNESP – Presidente Prudente: 2016*.
- MITIDIEIRO JUNIOR, Marco Antonio. Os Movimentos Sociais no Campo no Estado de São Paulo (1995/2001). *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, nº 82, p. 7-42, 2005.
- MOREIRA, Ruy. *O Discurso do Averso: para a crítica da geografia que se ensina*. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987.
- MOREIRA, Ruy. *Assim se passaram 10 anos (a renovação da geografia brasileira)*. In: *Caderno Prudentino – Presidente Prudente: UNESP, 1992*.
- ROLNIK, Suely. *Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada*. Rio de Janeiro/RJ: N-1 Edições, 2018.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2006

SANTOS, Renato Emerson. Ativismos cartográficos: notas sobre formas e usos da representação social e jogos de poder. In: Revista geografia de América Central – Egal – Costa Rica:2011.

SENNETT, Richard. A corrosão do caráter – consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SOUZA, José Gilberto. Local-global: território, finanças e acumulação na agricultura. In: LAMOSO, L. P. Temas do desenvolvimento econômico brasileiro e suas articulações com o Mato Grosso do Sul. Curitiba: Íthala, 2015.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Ambientes e Territórios – uma introdução à ecologia política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Dos espaços de controle aos territórios dissidentes. Rio de Janeiro, Consequência: 2015.

SOUZA, Marcelo Lopes. GEOGRAFIA: a hora e a vez do pensamento libertário. Boletim Gaúcho de Geografia, Porto Alegre -RS – 2012, pag 15-33

TRICART J. Classificação ecodinâmica dos meios ambientes. IN: TRICART J. Ecodinâmica. Rio de Janeiro: IBGE, 1977, pp. 35-64.

HERI LEFEBVRE E JUDITH BUTLER: UM ENCONTRO POSSÍVEL PARA UMA GEOGRAFIA CORPORIFICADA NO BRASIL

Joseli Maria Silva

Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

joseli.genero@gmail.com

Marcio Jose Ornat

Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

geogenero@gmail.com

Introdução

O objetivo desse texto é analisar o potencial de uma geografia corporificada ante o avanço da extrema direita pautada pelo discurso do ódio contra grupos vulnerados. Abordagens de gênero, sexualidades e racialidades não raras vezes são julgadas pautas ‘identitárias’ que enfraquecem a luta contra o

1 Texto discutido na Mesa Redonda 01, intitulada Geografia Humana que fala ao Brasil: o enfrentamento à ofensiva fascista-liberal, no Encontro Nacional de Pós-graduação em Geografia, 2021.

2 Essas reflexões são fruto de aprendizado com o coletivo de pessoas que colaboram com nossas pautas de discussão no Grupo de Estudos Territoriais (GETE) na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Por isso, registramos aqui nosso agradecimento à Alides Baptista Chimin Junior, Tamires Regina Aguar de Oliveira Cesar, Vagner André Morais Pinto, Adir Felipe dos Santos, Cintia Cristina Lisboa da Silva. Além deles, devemos especial gratidão à Denilson Araújo de Oliveira e Lorena Francisco de Souza, intelectuais quem têm contribuído conosco, compartilhando seus saberes sobre racialidades. Essa nomeação para nós é necessária, na medida em que acreditamos que todo saber é parcial, situado e de faz das relações e do árduo cotidiano da pesquisa em de uma universidade que possui uma posição periférica na geopolítica de produção do conhecimento geográfico brasileiro.

sistema de opressão capitalista e prejudicam o foco em torno da 'verdadeira luta que realmente importa', a luta de classes na produção do espaço.

Nas últimas décadas, a ascensão do neoconservadorismo³ na sociedade brasileira, que culminou na eleição de Jair Bolsonaro em 2018, uniu campos de saberes muitas vezes considerados divergentes. O aprofundamento dos discursos de ódio no Brasil e a adesão de parte da sociedade brasileira ao neoconservadorismo forjou discursivamente vínculos entre 'comunistas', 'feministas' e 'pervertidos sexuais' que, 'em aliança', estariam prontos para destruir a família e como consequência, a sociedade brasileira. Estas nomeações, utilizadas como injúrias pelos adeptos ao neoconservadorismo que ascenderam ao poder, atingiram a geografia brasileira, ela foi enquadrada pelo discurso de ódio como sendo 'comunista' devido sua forte identidade com as lutas políticas e uma produção científica em torno da justiça social, econômica e ambiental.

A classe trabalhadora, o sujeito abstrato centro da produção científica geográfica, no entanto, não tem sido protagonista da resistência nas ruas contra o neoconservadorismo. As mobilizações de massa em torno dos sindicatos foram debilitadas, devido ao enfraquecimento das organizações dos trabalhadores (ataques aos sindicatos pelo governo Temer), ao crescimento do desemprego e da informalidade e às reformas trabalhistas e previdenciária que aprofundaram a precarização do mundo do trabalho (flexibilização das relações de trabalho, diminuição da renda média, intensificação de jornadas pela eliminação dos 'poros' ou tempos mortos). A organização das mulheres foi o principal movimento⁴ de manifestação pública em oposição ao então candidato à presidência da república Jair Bolsonaro, com o slogan 'Ele Não'. Fora o movimento feminista, merece menção as ações de resistência pública promovidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

3 Entendemos como neoconservadorismo um "movimento político que forjou um ideário privatista (defende o poder privado da família e das corporações), antilibertário (a favor da interferência pública em aspectos da vida pessoal), neoliberal (contra intervenção do Estado para redução das desigualdades), conservador (articula-se em reação ao Estado de bem-estar, ao movimento feminista e LGBT) e de direita (se opõe a movimentos reivindicatórios que buscam maior igualdade de direitos). Enquanto ideário, o neoconservadorismo é, como mencionado, um conjunto de preferências, um modo de pensamento, uma mentalidade que alia militarismo externo e interno, absolutismo do livre mercado e valores da direita cristã, além do apoio do movimento sionista" (LACERDA, 2019, p. 58)

4 Embora tenha havido intensa colaboração de sindicatos e partidos de esquerda na organização do 'Ele Não' durante o ano de 2018, a unidade ocorreu em torno da pauta dos direitos das mulheres o ampliou muito o contingente de participação popular.

Embora os discursos de ódio tenham crescido em antigas democracias com a emergência de modelos políticos restritivos e autoritários em todo o mundo⁵, no Brasil o enredo se particulariza por ganhar adesão popular promovendo um discurso anticorrupção, antiesquerda que são imediatamente vinculados à necessidade de barrar o avanço das lutas LGBTQIA+, feministas e anti racistas, conforme Tavares (2021). Além disso, o neoconservadorismo brasileiro promove o incentivo à exterminação de povos nativos, sem qualquer reconhecimento das nações indígenas, enquanto discursa e dá as boas-vindas aos imigrantes europeus e estadunidenses, embora faça o contrário quando se trata de imigrantes de países latinos e africanos, conforme Dalmonte e Dibai (2019).

Grande parte do discurso de ódio da extrema direita tem sido sustentado em torno de um perfil de uma masculinidade fracassada, que tenta reviver uma ancestralidade não mais acessível, julgando que muitos de seus direitos e privilégios foram destruídos pelo avanço dos direitos das mulheres, negro e LGBTQIA+, assim como sustenta Kimmel (2013).

As 'insignificantes lutas meramente identitárias', assim consideradas por alguns setores conservadores da geografia brasileira, se colocam como elementos fundamentais para compreender as dinâmicas espaciais em que o corpo e suas marcas servem de parâmetros de distinção de 'vidas que importam' socialmente e aquelas que podem ser desperdiçadas para que a ordem espacial, social e econômica se mantenha.

O texto está organizado em duas partes. Na primeira seção nós apresentamos o crescimento do interesse da geografia brasileira por pesquisas que envolvem explicitamente o corpo como elemento de análise espacial, evidenciando um movimento que tem proposto uma geografia corporificada. Fazemos isso a partir de um levantamento de artigos científicos no Observatório da Geografia Brasileira (OGB)⁶ da Universidade Estadual de Ponta Grossa que contém atualmente um conjunto de 25.723 artigos, provenientes de 98 revistas on line com artigos entre 1939 à 2019 que estão classificadas pela área da geografia no Sistema Qualis-Capes nos

5 França, Alemanha, Holanda tiveram expansão do apoio aos partidos de extrema direita, e Polônia e Hungria consolidaram o domínio nas últimas eleições.

6 Trata-se de um banco de dados constantemente atualizado pelo Grupo de Estudos Territoriais (GETE) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

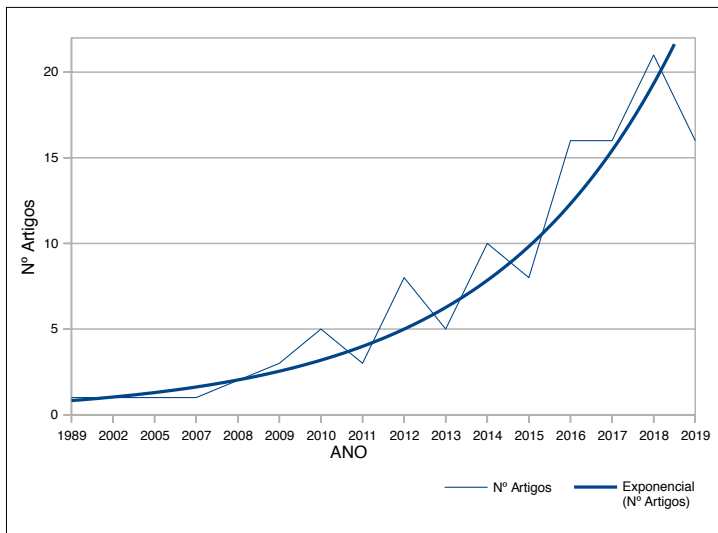
estratos A1, A2, B1, B2, B3, B4 e B5, com base na avaliação do quadriênio 2013-2016. A partir das palavras 'corpo', 'corporeidade', 'corporalidade' que podem aparecer no título, palavras-chave ou resumo, foram encontrados 117 artigos que serviram de base para esta discussão.

Na segunda seção argumentamos que a reivindicação de uma análise espacial corporificada está consolidada na geografia e tem enorme potencial de alianças intelectuais contemporâneas. Para sustentar esta proposição evidenciamos a centralidade do corpo na obra de Henri Lefebvre, reconhecidamente um dos maiores influenciadores da geografia brasileira e as convergências com a obra de Judith Butler, fonte de inspiração para parte das geografias feministas.

O corpo como tema de interesse da geografia brasileira.


O interesse pelo corpo na geografia brasileira é reduzido e a produção de artigos científicos com esse tema é recente. No levantamento realizado entre 25.723 artigos no OGB/UEPG foram encontrados apenas 117 que tratam da temática, o que corresponde apenas à 0,45% do total. Contudo, há uma tendência crescente que pode ser visualizada no gráfico 1 que segue.

Gráfico 1- Produção de artigos sobre o corpo na geografia brasileira (1989-2019)



Fonte: Observatório da Geografia Brasileira (OGB) composto de 25.723 artigos publicados em 98 revistas on-line (1939-2019) com base no Sistema Qualis-Capes avaliação do quadriênio 2013-2016

Um dos primeiros artigos encontrados foi o de Eliane Sebeika Rapchan⁷, sob o título 'O mito no corpo, na terra, na planta: reflexões acerca dos posseiros do Vale do Pindaré-Mirim', publicado em 1989 no Boletim Paulista de Geografia. Trata-se de um texto de apenas cinco páginas, semelhante a um relato de campo de pesquisa. Não há nesse texto uma discussão teórica, mas é possível detectar a inquietude da autora que escreveu suas impressões sobre o corpo feminino, suas marcas e emoções numa seção chamada 'A importância do que não se vê'. O trecho sobre o que não era possível ser visto no espaço da ocupação dos despossuídos da terra se refere a elementos ainda pouco usuais na análise geográfica da época.



Dona L. tem seu corpo castigado pelo raquitismo, que se evidencia nas pernas curvas e provavelmente fracas, não fosse a sua coragem. Seu corpo traz também outras marcas: marcas de quem foi presa por estar envolvida em conflito de terras, ameaçada pela polícia e transportada para São Luís. Seu corpo é quem fala da história daquele lugar. (RAPCHAN, 1989, p. 69)

Este perfil temático de publicação sobre o corpo foi um achado arqueológico que não teve continuidade. Na década de 90 não foram encontrados artigos que trouxessem o corpo como temática, no conjunto de publicações tomado por base. No período de 2000 à 2009 há apenas 8 artigos. O primeiro está publicado na Revista GeoUsp, de autoria de Ester Rossini (2002). O corpo feminino é trazido no contexto da análise das relações de produção no campo e na cidade, associando o aumento da mão de obra feminina na cidade e a queda da taxa de fecundidade. O artigo de Simone Miziara Frangella (2005), 'Moradores de rua na cidade de São Paulo: vulnerabilidade e resistência corporal ante as intervenções urbanas' publicado na revista Cadernos Metrópole traz a discussão das ocupações do espaço urbano na cidade de São Paulo por grupos de pessoas em situação de rua, evidenciando o crescimento do mercado imobiliário e a inadequação de corpos cujas características são lidas como impróprios de habitar determi-

7 No texto a autora é identificada como 'Pós-graduanda em Geografia da Universidade de São Paulo (USP)' e agradece a ida ao local à Prof. Dra. Regina Sader. Entretanto, ao analisar o currículo lattes da autora, ela acabou por fazer Mestrado em Antropologia Social na mesma universidade.

nadas áreas mais valorizadas. Esse artigo, no entanto, não traz referências à geografia, mas à antropologia. Em 2007 a Revista *Geographia* publica o artigo 'Do corpo ao espaço: Contribuições da obra de Maurice Merleau-Ponty à análise geográfica' de autoria de Elias Lopes de Lima (2007) que realiza uma proposição de como a geografia, com base na fenomenologia, pode trazer o corpo e as experiências dos sujeitos na análise do espaço geográfico e da paisagem.

Em 2008 começam a ser publicados artigos em que o corpo ganha uma centralidade na análise espacial. Já não se trata de ter o corpo como elemento secundário de análise ou de ensaios teóricos, mas de trazer o corpo como centralidade da pesquisa. Nesse ano foi publicado o texto de Joseli Maria Silva (2008) com o título 'A cidade dos corpos transgressores da heteronormatividade' na revista *Geouery*, no qual é concebido a ideia de espaço interdito para a vivência de pessoas cuja corporalidade não corresponde ao ideal de gênero masculino ou feminino. Nesse artigo há uma ideia de que o espaço hegemônico cis heterossexual impede a vivência daqueles que são considerados 'fora da ordem'. O artigo de Ana Paula Costa Rodrigues e Alex Ratts (2008), intitulado 'Corporeidade negra e espaço público em Goiás: a congada de Catalão - GO', foi publicado na Revista *Espaço em Revista* e aborda o domínio branco do espaço público e as resistências negras que se constituem nas festas que tomam as ruas da cidade.

Em 2009 foi publicado na revista *Geografares* o artigo 'Ensaio sobre a corporeidade: corpo e espaço como fundamentos da identidade' de Patrício Pereira Alves de Sousa (2009) que analisa o corpo negro, os gestos e a festa da congada mineira como constituindo espaços de construção identitária. No mesmo ano Fernanda Lorandi Lorenzetti (2009) publicou na revista *Espacialidades* o artigo 'O corpo como espaço de poder: instituição da corporalidade paranaense e identidade regional no início do século XX', sem no entanto, dialogar com a geografia.

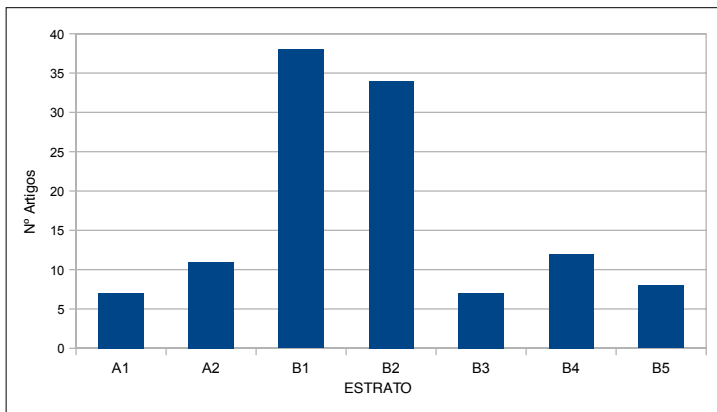
Cerca de 92% dos artigos sobre o corpo foram publicados a partir da segunda década do século XXI. Em sua grande maioria, adotam como base teórica a fenomenologia, as geografias feministas e nova geografia cultural. Esta última tendência é ilustrada pela proposta realizada no texto de Rodrigo Ramos Hospodar Felipe Valverde (2012) intitulado 'Corporeidade e multiterritorialidade na geografia cultural: além da dominação, da resistência e da tradição'. Um texto que se destaca nesse conjunto foi publicado por Ana Fani Alessandri Carlos em 2014 na revista *Geousp* intitulado 'O poder do corpo no espaço público: o urbano como privação e

o direito à cidade'. Esse é um dos poucos artigos encontrados que está centrado na perspectiva de corpo a partir da teoria lefebvriana e que aponta o potencial subversivo do corpo para transformação social.

O corpo tem sido majoritariamente abordado em sua relação de exterioridade com o espaço, mantendo uma fronteira entre ambos os termos (sujeito e objeto). Contudo, há um conjunto de artigos que tem avançado na perspectiva do corpo como um espaço geográfico, construindo uma perspectiva em que as fronteiras dos sujeitos e sua exterioridade podem ser questionadas. Essa tendência tem utilizado as noções de escala para constituir o corpo como um espaço geográfico em relações com outras escalas e também a noção de experiência corpórea. A revista *Geograficidade* publicou os artigos 'Carnalidade dos cortejos de Congado: uma interpretação dos gestos entre-corpos' e 'Geografia e Música: encontros e caminhos do fenômeno sonoro nos cortejos de Congado', ambos de autoria de Elisabete de Fátima Farias Silva. Outro conjunto de artigos que podem ilustrar esta segunda tendência do corpo como espaço geográfico foi publicado em forma de dossiê em 2019 pela revista *Caderno Prudentino de Geografia*. Os processos de saúde e doença transpassam todas as escalas espaciais, estabelecendo a relação entre o corpo e outros espaços foram tratados no artigo de Natália Cristina Alves, Mateus Fachin Pedroso e Raul Borges Guimarães (2019), intitulado 'Corpos que falam: interpretações geográficas entre saúde, gênero e espaço'. O corpo feminino também foi tratado como espaço geográfico no artigo de Mayã Pólo de Campos, Joseli Maria Silva e Edson Armando Silva (2019) denominado 'Emoção corporificada e potência para constituição de espaços de luta'. Há ainda o artigo que problematiza o corpo de quem pesquisa e sua influência na construção do saber de autoria de Juliana Przybysz e Joseli Maria Silva (2019) com o título 'Pesquisar para transgredir: fazendo geografias feministas corporificadas'. Outra importante contribuição desse dossiê em tela é o artigo 'O terreiro de religiões de matriz africana como espaço marginal e possível vivência de pessoas travestis' de Taiane Flôres do Nascimento e Benhur Pinós da Costa (2019) que traz a difícil vivência de pessoas que não se enquadram na ordem cis heteronormativa, evidenciando algumas fissuras espaciais capazes de acolhimento para elas. Por fim, há um ensaio teórico sobre o corpo como espaço geográfico nomeado 'O legado de Henri Lefebvre para a constituição de uma geografia corporificada' de autoria de Joseli Maria Silva, Marcio Jose Ornat, Alides Baptista Chimin Junior (2019).

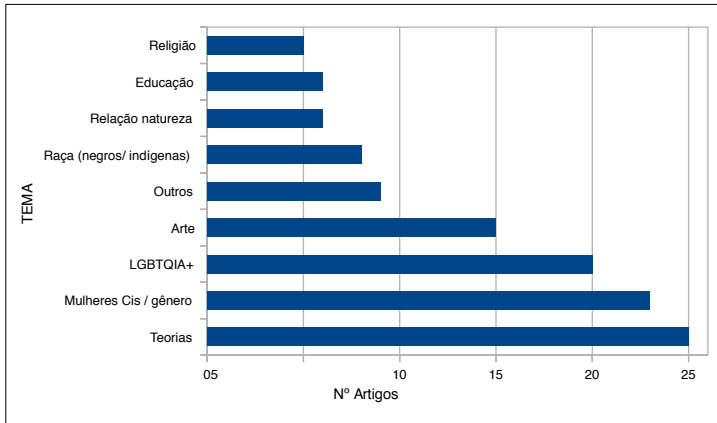
Além de ser uma abordagem recente na geografia brasileira, ela está publicada de forma mais concentrada em periódicos classificados nos estratos B1 e B2, com destaque para a revista Geograficidade que publicou 11% do conjunto de artigos e a Revista latino-americana de Geografia e Gênero que publicou 18%. Apenas 15% dos artigos sobre o corpo são publicados nos periódicos de maior prestígio acadêmico conforme a classificação do Sistema Qualis-Capes. O gráfico 2 evidencia esta distribuição.

Gráfico 2 - Publicações de artigos sobre o corpo na geografia brasileira conforme os estratos do Sistema Qualis-CAPES.



Fonte: Observatório da Geografia Brasileira (OGB) composto de 25.723 artigos publicados em 98 revistas on-line (1939-2019) com base no Sistema Qualis-Capes avaliação do quadriênio 2013-2016

O corpo nesse conjunto de artigos analisados foi abordado de diferentes formas, sendo que artigos que traziam uma discussão teórica sobre as possibilidades de uso do corpo na análise geográfica foram predominantes, evidenciando elaborações conceituais que possam abrir espaço para a temática no campo da geografia. Outros campos que trazem o corpo como importante elemento são aqueles que trazem os sujeitos marcados envolvendo gênero, sexualidades e racialidades, além das expressões artísticas. Embora importantes, são menos frequentes as abordagens do corpo na educação, práticas religiosas e relações com a natureza. O gráfico 3 permite a visualização da distribuição temática da abordagem do corpo na geografia brasileira com base no conjunto de artigos tomados por base.

Gráfico 3 - Abordagens do corpo na geografia brasileira

Fonte: Observatório da Geografia Brasileira (OBG) composto de 25.723 artigos publicados em 98 revistas on-line (1939-2019) com base no Sistema Qualis-Capes avaliação do quadriênio 2013-2016


O que se pode afirmar a partir dessa base de informações é que a geografia brasileira interpreta o espaço como descorporificado. O interesse em questionar o corpo como elemento espacial é recente, notadamente após a segunda metade do século XXI. Além de reduzido, este perfil de produção científica está publicado em periódicos de médio estrado em termos de qualificação do Sistema Qualis-Capes e a autoria predominante é de pesquisadores situados em universidades cujos cursos de pós-graduação são jovens, criados após os anos 2000. A base teórica de sustentação da abordagem do corpo é predominantemente pautada na fenomenologia e que há primazia do enfoque de grupos sociais cujos corpos possuem marcas como mulheres, LGBTQIA+ e pessoas não brancas (negras e indígenas). Outra característica majoritária dessa produção é que ela não buscou diálogo com a tradição teórico-metodológica marxista-lefebvriana, considerada dominante na geografia brasileira, conforme afirma Damiani (2012).

2 - A reivindicação de uma análise espacial corporificada: um encontro entre Henri Lefebvre e Judith Butler

Embora o pensamento de Henri Lefebvre tenha sido majoritariamente utilizado pela geografia brasileira para compreender as relações sociais e econô-


micas capitalistas da produção do espaço, ele não se resume a isso. É possível construir outras imaginações geográficas sobre suas obras, inclusive, promovendo uma convergência com o pensamento de Judith Butler sobre a importância do corpo na análise espacial.

A escassa produção sobre o corpo na geografia brasileira não pode ser explicada por falta de bases conceituais já que Henri Lefebvre, considerado um dos grandes inspiradores da geografia brasileira, tem o corpo como uma de suas preocupações centrais em vários de seus escritos. Em 'Tiempos Equivocos', um texto de 1976 [1975] que aborda uma entrevista, Lefebvre traz uma memória de como iniciou sua exploração sobre o espaço, já elaborando a ideia crítica de organização de modelos duais de separação da realidade. Diz ele:



esta búsqueda o investigación sobre el espacio data de mi infancia. Nunca he comprendido bien la separación filosófica entre sujeto y objeto, entre cuerpo y mundo. La frontera no me parece nítida. Lo interior ¿no es quizás también lo cósmico? Lo mental y lo espacial están unidos por unos lazos rotos por la filosofía en Europa. En cuanto al marxismo, reitero una vez más haber seguido una línea. No la línea recta y siempre justa del Partido, sino una línea sinuosa de desarrollo y ampliación doctrinal. (LEFEBVRE, 1976 [1975], p. 221)

Além de trazer sua inconformidade com a dualidade entre corpo e espaço em suas teorias, Lefebvre [1976 [1975]] fala de suas preocupações com as relações de poder sobre os corpos femininos e a centralidade da sexualidade na compreensão das relações de exploração.



Realicé un curso sobre la alienación, especialmente la alienación sexual. Expuse la tesis crítica de una alienación sexual llegando hasta la desposesión, hasta la ruina del cuerpo, insistiendo en la idea de que esta alienación pesaba sobre todo sobre la mujer. Tales tesis se acompañaban de violentas polémicas contra aquellos que

descuidando el análisis de lo vivido recurren a la ciencia pura y hace de esta ciencia llamada pura un medio de represión y fuerza. (LEFEBVRE, 1976 [1975], p. 114)


Na obra 'La presencia y la ausencia Contribución a la teoría de las representaciones' (1983[1980]) Lefebvre, já no preâmbulo, estabelece uma espécie de comunicação imaginária, escrevendo uma carta nunca enviada a um poeta que admira. Ali, o autor prepara os leitores para o desenvolvimento de sua teoria das representações em que o corpo é central, mas não é um corpo abstrato, aquele que existe ao pensar racionalmente, é o corpo vivo, que ama, sofre e deseja.

Querido Octavio: nuestros pasos se cruzan rara vez, pero nuestros caminos convergen. En su libro Conjunciones y disyunciones, obra de poeta y de filósofo, usted ha escrito que falta 'una historia general de las relaciones entre el cuerpo y el alma, la vida y la muerte, el sexo y el rostro...' Yo añadiría que falta una historia, o una fenomenología en el sentido hegeliano, del cuerpo, del amor y así sucesivamente. (...) Cuántas veces se acerca a esas oposiciones que usted ha erigido en conceptos según su propio itinerario conceptual: el cuerpo y el no-cuerpo con sus signos respectivos. ¡ Con qué fuerza poética denuncia al ascetismo moral y a los partidarios del no-cuerpo, portadores de un terrible resentimiento, enemigos de la vida! Podría citar muchos textos de Nietzsche, pero también de Marx, tan desconocido por el "marxismo". Marx, ¿no denunció acaso el ascetismo y la sequedad de un materialismo más abstracto que el idealismo, que discurre sobre la vida ignorando lo vivo? (LEFEBVRE, 1983 [1980], p. 7-8)

Na teoria da ritmanálise, em que Lefebvre problematiza o tempo, o corpo também é basilar. O corpo congrega o mental e o sensorial na ação concreta no mundo, na vivência cotidiana que se faz dos gestos simples e repetitivos estimulados pelos elementos externos. Assim, é da simultaneidade

de ambos que a repetição de atos pode não gerar uma reprodução, mas uma ruptura e a diferença e a transformação. Portanto, enquanto muitos estímulos externos (como as relações capitalistas de produção), tentam submeter o corpo, retirando do sujeito o sentido de apropriação de seu próprio espaço íntimo. Contudo, há outros estímulos que podem constituir o novo, como a dança e a arte que podem permitir um sentido de reapropriação corpórea, criando processos imprevistos, produzindo transformações. A sujeição do corpo ao treino, adestramento e regras pelo sistema de capital cria processos de negação do corpo vivo, assim como a ciência moderna desprezou o corpo como elemento de conhecimento. O corpo e sua capacidade de criação é um dos principais eixos de construção da teoria de produção do espaço de Lefebvre. Mas o próprio corpo não é uma unidade composta de órgãos passivos, os ouvidos, os olhos e cada um dos órgãos possuem seus ritmos próprios. Assim, o espaço/corpo é um lugar de interação do biológico, do físico e do social.

Os gestos repetitivos do corpo (ritmo linear) e da exterioridade (ritmo cíclico) não são oposicionais, são imbricados. Assim como o ritmo do 'eu' não pode ser separado do ritmo do 'outro' pois são emaranhados e constituem uma infinidade de ritmos. Além disso, a teoria da ritmanálise envolve a relacionalidade. Em suas palavras:



Insistimos na relatividade dos ritmos. Eles não podem ser medidos como se mede a velocidade de um móvel em sua trajetória, com um início bem definido (ponto zero) e uma unidade definida de uma vez por todas. Um ritmo é rápido ou lento apenas em relação a outros ritmos aos quais está associado dentro de uma unidade maior ou menor. Um exemplo é um organismo vivo - nosso próprio corpo - ou mesmo uma cidade (claro sem reduzi-lo a um organismo biológico), o que nos leva a enfatizar a pluralidade de ritmos, bem como suas associações e suas interações ou ações recíprocas. Consequentemente, todo corpo mais ou menos animado e a fortiori, todos os agrupamentos de corpos são polirrítmicos, isto é, compostos de vários ritmos, cada

parte, cada órgão ou função tendo o seu próprio (ritmo) em uma interação perpétua que constitui um conjunto ou um todo. Esta última palavra não significa uma totalidade fechada, mas, ao contrário, uma totalidade aberta. (LEFEBVRE, 1996, p. 230, tradução nossa)⁸

Na influente obra *The production of space* (LEFEBVRE, 1991 [1974]) o corpo também ocupa um lugar de centralidade. Para ilustrar este argumento, a figura abaixo evidencia dois trechos extraídos do Índice alfabético dessa obra. É possível observar a primazia de evocações do termo 'corpo' em relação ao termo 'produção do espaço'.

Figura 1 - Frequência de enunciados sobre corpo e produção do espaço em *The production of space* (LEFEBVRE, 1991 [1974])

<p>body(ies) 35–6, 40, 49, 61–3, 71, 97–9, 117, 127–8, 132, 135, 137, 139–40, 143, 162, 166–7, 170–1, 173–4, 176, 181–7, 192–207, 213–18, 221, 224, 225, 235–6, 286, 294, 308, 309–10, 315, 320, 338, 349, 354, 363, 373, 376, 384–5, 391, 395, 396, 399, 402, 405–7; and measurement systems 110–11, 194; 'non-body' vs 184n., 201, 247, 256, 259, 354, 407</p>	<p>production of space 15, 36–7, 42, 46, 53–9, 62, 69, 84–5, 90, 95, 102–4, 108, 112, 115, 120, 123–4, 129, 140–3, 151, 160, 171, 173, 212, 219–20, 260, 334–7, 340, 345, 348–51, 357–8, 377, 388, 393, 404–5, 410, 417, 421–3</p>
---	---

Fonte: LEFEBVRE, Henri. *The production of space*, [1991 [1974]], p. 436 e p. 448

O ato de quem escreve e quem lê e interpreta depende de contextos porque nesse processo há o encontro que recontextualiza os significados daquele que escreve. Portanto, o que estamos afirmando é que não estamos advogando que haja uma verdadeira e adequada leitura dessas obras, mas que é possível reinterpretar

⁸ No original: This polar opposition should not make one forget that between these poles there are multiple transitions and imbrications; the room, the apartment, the house, the street, the square and the area, the city-the nuclear family, the extended family, neighbouring or friendly relations- and the city itself. The Self and the Other are not cut off from each other. The study of the space of the Muslim city shows these imbrications, these complex reciprocities and transitions between the public and the private. Closer to the body, the difference between these two kinds of rhythms are found in the most everyday (preparing food, sleeping) and the most extra-daily (dancing, singing, making music), in gestures, in mannerisms and habits. The extra-daily rhythms the daily and conversely. No more than the linear and the cyclical, rhythms of the 'self and rhythms of 'the other', those of presence and those of representation, cannot be separated. Entangled, they permeate practice and are permeated by it. This seems to us true of all spaces and times, whether urban or not. (LEFEBVRE, 1996, p. 236)

este autor clássico e tão importante para a geografia brasileira de outra forma, promovendo outras significações de seus textos. Para Derrida (1988) os textos nunca estão fora de contexto. O contexto se dá na permanência e legitimação em tempo e espaço de determinados significados que são comunicados pelos discursos, permitindo portanto a constituição de um campo relacional de determinados significados que estão em permanente movimento. Esse movimento não é uma repetição do mesmo, mas na relação há sempre a mudança porque o texto vive do processo comunicativo e em permanente transformação.

Os estudos do corpo no Brasil poderiam ter emergido a partir das teorias lefebvrianas, dada sua influência, porém a contribuição de Lefebvre foi relegada e a predominância da fenomenologia de Merleau-Ponty pode ser observada nas produções de artigos discutidos na seção anterior. A geografia brasileira viveu um contexto específico e realizou uma interpretação e utilização de suas proposições em que o corpo foi desconsiderado. Há uma versão partilhada na comunidade geográfica brasileira da produção do espaço que se difundiu um tanto padronizada e reduzida ao espaço concebido, percebido e vivido, ou ainda pautada na tríade conceitual (a prática espacial, as representações de espaço e os espaços de representação) que tem sido repetida e quase que ritualisticamente e invocada em muitos artigos e teses de doutorado que temos lido.

O fato é que a tríade conceitual (práticas do espaço, espaços de representação e representações de espaço) envolve pensar o espaço como um produto de energias corpóreas. A corporeidade é energia material que perpassa ações, que produz sentidos de representações e também as vivências. Os sistemas de gestos, para Lefebvre, não são realizados 'no espaço', mas os próprios corpos geram espaço, pois as ações e as vivências estão incorporadas de ideologias. Para ele o espaço não é um vazio preexistente, dotado de propriedades formais sozinho e muito menos é um recipiente que possa ser preenchido de matéria e corpos. O espaço precisa do sujeito encarnado para constituir-se como espaço, conforme suas palavras,



Pode-se dizer que o corpo, com a sua capacidade de ação, e as suas várias energias, cria espaço? Seguramente. Mas não no sentido da ocupação dita como uma espacialidade fabricada; em vez disso, há uma relação imediata


entre o corpo e seu espaço, entre a distribuição do corpo no espaço e sua ocupação do espaço. Antes de produzir efeitos na esfera material (ferramentas e objetos), antes de se produzir, por alimentar-se daquela esfera material e antes de se reproduzir, gerando outros organismos, cada corpo vivo é espaço e tem seu espaço: ele se produz no espaço e também produz esse espaço. Esta é uma relação verdadeiramente notável: o corpo com as energias à sua disposição, o corpo vivo, cria ou produz o seu próprio espaço; em contrapartida, as leis do espaço, que significa dizer as leis de diferenciação no espaço, também governam o corpo vivo e a utilização de suas energias. (LEFEBVRE, 1991 [1974], p. 170, tradução nossa, grifo nosso):

A ideia de corpo vivo de Lefebvre é o corpo das necessidades, dos desejos e das emoções e sua existência implica produzir espaço e, portanto, diferenças. Para Lefebvre enquanto o capital homogeniza tempos, ritmos, gestos, o corpo e suas necessidades criam as diferenças. O direito de existir em nome do direito às diferenças, traz o corpo para o centro do debate sobre o espaço social, notadamente na discussão feminista. O corpo experiencia pessoal, social, espacial e temporalmente uma dada realidade e pensar a vida encarnada é um dos pressupostos do pensamento feminista que desafia a concepção da racionalidade pura e abstrata do sujeito genérico e universal. A teoria da performatividade de Judith Butler (2003 [1990]) afirma que o gênero não existe em si, como uma essência ou natureza, mas são atos das normas da sociedade heteronormativa introjetadas nas ações cotidianas, de modo que a matriz cis heteronormativa acaba por governar os corpos. Os corpos ao agirem no mundo mesmo que estejam emaranhados nas normas que o produzem, eles podem tanto se submeter, como subverter es-

9 Can the body, with its capacity for action, and its various energies, be said to create space? Assuredly, but not in the sense occupation might be said to 'manufacture' spatiality; rather, there is an immediate relationship between the body and its space, between the body's deployment in space and its occupation of space. Before producing itself effects in the material realm (tools and objects), before producing itself by drawing nourishment from that realm, and before reproducing itself by generating other bodies, each living body is space and has its space: it produces itself in space and it also produces that space. This is a truly remarkable relationship: the body with energies at its disposal, the living body, creates or produces its own space; controversially, the laws of space, which is to say the laws of discrimination in space, also govern the living body and the deployment of its energies. (LEFEBVRE, 1991 [1974], p. 170)

sas mesmas normas, criando a ideia do 'gênero performático'. Essa ideia parece ter muitas similaridades com as ideias lefebvrianas.

Da mesma forma que em Lefebvre, Butler (2005 [1993]) tem o corpo como fundamento de suas ideias de gênero e sexualidades. Ela não concebe o corpo e a matriz de inteligibilidade como oposicionais, mas intrincadas, relacionais e tal relação é sempre imprevisível porque não se trata de uma reprodução dos atos, mas a repetição pode gerar rupturas. É a ruptura que cria aqueles sujeitos não alinhados à norma e portanto, não inteligíveis socialmente. Segundo ela



Esta matriz excluyente mediante la qual se formam los sujetos requiera pues la producción simultánea de una esfera de seres abyectos, de aquellos que no son 'sujetos', pero que formam o exterior constitutivo del campo de los sujetos. Lo abyecto designa aquí precisamente aquellas zonas 'invivibles', 'inhabitables' de la vida social que, sin embargo, están densamente pobladas por quienes no gozan de la jerarquía de los sujetos, pero cuya condición de vivir bajo el signo de lo 'invivable' es necesaria para circunscribir la esfera de los sujetos. Esta zona de inhabitabilidad constituirá el límite que define el terreno del sujeto; constituirá este sitio de identificaciones temidas contra las cuales - y em virtude de las cuales- el terreno del sujeto circunscribirá su propia a la autonomía y a la vida. En neste sentido, pues, el sujeto se constituye a través de la fuerza de la exclusión y la abjección, una fuerza que produce un exterior constitutivo del sujeto, un exterior abyecto que, después de todo, es 'interior' al sujeto como su propio repudio fundacional. (BUTLER (2005 [1993], p. 19-20)

A constituição da abjeção está vinculada aos corpos que são classificados mediante vários mecanismos de enquadramento daquilo que se considera ser 'uma vida' ou o 'sujeito da vida' que importa ser preservada ou desperdiçada e o discurso de ódio é um poderoso mecanismo de poder que está vinculado à ética (BUTLER, 2021 [1997]).

Nesse aspecto, a teoria feminista está perfeitamente alinhada com o pensamento lefebvriano quando questiona a ética do que é considerado vida humana. As pessoas vivem concretamente pautadas por crenças, sentimentos e realizam escolhas baseadas naquilo que acreditam ser o certo. Ao agirem cotidianamente, mesmo sem refletir, as pessoas confrontam obrigações, responsabilidades, sentem culpa, vergonha e essas experiências encarnadas estão sustentadas pela ética. A ética é um processo criativo e negociado de formas de ser no mundo que garantem os princípios do 'melhor viver', sendo portanto, relacional e político.

Judith Butler (2016) ao pensar sobre a ética contemporânea ocidental, traz importante discussão sobre os contratos sociais e regimes de poder em que nós enquadramos aquilo que chamamos de vida humana. Sua preocupação é, sobretudo, constituir uma ética em que a humanidade possa criar formas sociais de vidas viáveis e vivíveis, considerando a precariedade de toda vida humana. A 'vida precária' é uma perspectiva elaborada por Judith Butler (2006) para evidenciar as formas sociais em que enquadramos e valoramos aquilo que consideramos ser uma vida. Ela parte da vulnerabilidade inerente à nossa existência social, no sentido que todas as vidas podem ser eliminadas à vontade, ou por um acidente qualquer e portanto, a vida humana nunca está garantida por si. Daí o sentido de precariedade de toda e qualquer vida.

A ideia de 'precariedade' de Judith Butler (2006) implica compreender o fato de que estamos inexoravelmente conectados uns aos outros e que a vida humana está, de certa forma, nas mãos de outros. A precariedade implica a exposição ao outro, tanto àqueles que conhecemos, como aos estranhos. Somos definitivamente seres em relação e interdependentes e a precariedade é inerente à vida humana que emerge do fato de que toda vida humana é vulnerável à possibilidade de destruição.

No entanto, a precariedade não é uma condição ontológica, mas ela é uma condição social da qual emerge os princípios da política. Nesse sentido, enquanto sociedade, construímos diferentes níveis de consideração daquilo que é considerado como vida e como constituímos algumas vidas que são impossíveis de serem apreendidas como feridas, perdidas ou lamentadas, simplesmente porque não são consideradas vidas. Ainda que toda a vida humana seja igualmente definida pela precariedade, os contextos de poder por meio de instituições de diversas naturezas maximizam a precariedade da vida de alguns, enquanto minimizam para outros. A filósofa pergunta:

O que é uma vida? O 'ser' da vida é ele mesmo constituído por meios seletivos; como resultado, não podemos fazer referência a esse 'ser' fora das operações de poder e devemos tornar mais precisos os mecanismos específicos de poder mediante os quais a vida é produzida. (BUTLER, 2016, p. 14)

É socialmente que concebemos o que é a vida e se algumas vidas não são concebidas como vidas de acordo com certos enquadramentos epistemológicos, elas podem ser desperdiçadas e suas perdas não lamentadas por uma sociedade. A precariedade para Judith Butler (2006) se constitui e é produzida politicamente no estabelecimento de populações e grupos sociais que sofrem com o isolamento e a falta de suporte social, tornando-se diferencialmente expostas à violência e a morte. Então, o elevado estado de precariedade que algumas vidas experimentam em oposição a outras nos impõem obrigações de questionar criticamente as condições sob as quais se torna possível apreender uma vida como precária e explorar maneiras de reduzir a precariedade de modo a promover as condições de frutificação da vida.


A prosperidade da vida humana em um mundo de precariedades diferenciais implica considerarmos nossa vida como relacional e interdependente. Isso significa pensarmos coletivamente na proteção da vida e nas condições de manutenção da vida que aumentam ou diminuem precariedades em determinados espaços e tempos. Os esquemas normativos produzem um enquadramento de seres cujas vidas são reconhecidas e de vidas que não adquirem esse reconhecimento. Assim, a constituição do reconhecimento social do que é uma vida é variável e dependente das condições que criamos para que o reconhecimento ocorra pois "a condição de ser reconhecido precede o reconhecimento" (BUTLER, 2016, p. 19). Se a precariedade é distribuída de forma desigual, as condições que sustentam uma vida 'vivível' devem ser questionadas como elemento político de uma existência social interdependente. A '*liveability*'¹⁰ é a capacidade que a sociedade tem de sustentar a vida social em condições de precariedade inerente e na gestão social, política e espacial da precariedade.

¹⁰ Decidimos não traduzir este termo para o português porque a tradução que alcançamos seria 'habitabilidade' e entendemos que ele não expressa o sentido do conceito criado por Judith Butler.

Se por um lado, a vida vivível se sustenta por condições materiais básicas como alimentação e abrigo, por outro, ela é afetada pelas condições de inteligibilidade social, ou seja, ela é dependente das condições normativas que moldam socialmente quem é o sujeito, cuja vida é reconhecida como vida. A filosofia de Judith Butler busca repensar a vida, criticar os discursos normativos de inteligibilidade através dos quais a vida é atualmente apreendida que promovem a distribuição desigual da precariedade.

O conceito de 'vida humana' não está dado, mas é construído normativamente e sustentado na ética e na política. Para tornar o mundo vivível, é fundamental que pensemos criticamente sobre os mecanismos de produção e reprodução do que é o 'humano' em contextos de precariedade e na possibilidade sempre presente de se constituir vidas que não importam como vidas humanas.

Butler (2016) ao analisar a ideia de precariedade e conseqüentemente de cuidado com o outro, traz o corpo e suas relações com o espaço como central para compreender como constituímos percepções das vidas que são consideradas visíveis e reconhecidas em sua precariedade. Para ela:



O esquema interpretativo tácito que distingue as vidas dignas das não dignas de consideração funciona fundamentalmente através dos sentidos, diferenciando os gritos que podemos ouvir dos que não podemos, as visões que conseguimos enxergar das que não conseguimos, da mesma forma que acontece em relação ao tato e até mesmo ao olfato. (...) Para reconhecer a precariedade de outra vida, os sentidos precisam estar operantes, o que significa que deve ser travada uma luta contra as forças que procuram regular a comoção de formas diferenciadas (BUTLER, 2016, p. 83).


O reconhecimento da interdependência entre os seres humanos para sua sobrevivência faz com que a consideração do corpo no campo da política e das relações de poder seja um aspecto fundamental para a construção de espaços amorosos e de cuidado com o outro. Butler (2016) argumenta que um corpo não é delimitado em si mesmo, extrapola os limites da fronteira da pele na medida em

suas ações sobre o mundo e as formas de como esse corpo é significado. Portanto, o corpo está fora dos limites da pele, está no mundo dos outros e sendo assim, o corpo nunca pertence a si mesmo. Butler (2016) afirma que:

O corpo, na minha opinião, é onde encontramos uma variedade de perspectivas que podem ou não ser as nossas. O modo como sou apreendido, e como sou mantido, depende fundamentalmente das redes sociais e políticas em que esse corpo vive, de como sou considerado e tratado, de como essa consideração e tratamento possibilitam essa vida ou não tornam essa vida vivível. Assim, as normas de gênero mediante as quais compreendo a mim mesma e a minha capacidade de sobrevivência não são estipuladas unicamente por mim. Já estou nas mãos do outro quando tento avaliar quem sou. Já estou me opondo a um mundo que nunca escolhi quando exerço minha agência. Infere-se daí, então, que certos tipos de corpos parecerão mais precariamente do que outros, dependendo de que versões do corpo, ou da morfologia em geral, apoiam ou endossam a ideia de vida humana digna de proteção, amparo, subsistência e luto. Esses enquadramentos normativos estabelecem de antemão que tipo de vida será digna de ser vivida, que tipo de vida será digna de ser preservada e que vida será digna de ser lamentada. (BUTLER, 2016, p. 85)

Nesta citação de Butler (2016) nós identificamos duas perspectivas escalares de análise do corpo para construirmos um entendimento geográfico sobre ele. Uma delas em que o corpo se relaciona com a exterioridade espacial em que é significado, valorado e posicionado em uma matriz de poderes estabelecidos. Os diferentes espaços podem ser acolhedores, neutros ou temerosos para determinados tipos de corpos. Na outra perspectiva, quando o corpo se opõe à exterioridade, exercendo seu agenciamento, o corpo pode se constituir, ele próprio em espaço de resistência, contestação ou proteção de si. A percepção de que o

poder exercido sobre as pessoas pode ferir, invadir e destruir, incita a consciência da materialidade do corpo como espaço de realização do sujeito que reivindica seu direito sobre ele. São as pessoas cujos corpos são lidos como vidas de menor importância, que percebem o corpo como um espaço desapropriado pela violência, subjugado e explorado pelo poder. Em geral, as pessoas que desenvolvem a sensação corpórea de que seus corpos são espaços submetidos ao poder do outro, são de pessoas que não estão em conformidade com as normas socialmente criadas de valorização da vida humana. O corpo, nesse sentido, pode ser assumido como uma escala em si mesmo ou ainda estabelecer uma relação com outras escalas espaciais como visto em Silva e Ornat (2016). Esse texto que explora o corpo como espaço geográfico estabelece o argumento de que a escala espacial não é dada, mas é um conceito científico construído socialmente, sustentado nas relações de poder. A predominância das escalas espaciais de grandes dimensões está fortemente vinculada à visão falocêntrica da disciplina que despreza os espaços da cotidianidade, considerando-os irrelevantes para a vida social, econômica e política. Segundo eles:



(...) se a escala serve para organizar a forma como ordenamos o espaço, e a forma como criamos tal representação de ordenamento cria diferentes valores e significados espaciais, esta escolha é também uma posição política que deve ser assumida no campo científico. (SILVA e ORNAT, 2016, p. 72)

As proposições de Silva e Ornat (2016) permitem construir uma geografia corporificada, trazendo o corpo e suas interações com espaços e também o corpo como sendo um espaço, explorando uma infinidade de aspectos e dimensões como sexualidades, gênero, racialidades, idades e fluxos de vida, classe, processos de saúde/doença, uso de tecnologias para moldar os corpos, tamanhos, padrões de beleza, estágios de transição de gêneros, maternidades e emoções. O corpo é mais do que algo naturalmente dado, mas é passível de compreensão científica geográfica porque todas as pessoas têm um corpo e conseqüentemente o corpo implica espaço. Os corpos criam e ocupam espaços e os espaços criam corpos particulares, havendo uma mutualidade entre eles. O corpo, sempre localizado em

tempos e espaços específicos, é também o espaço das relações de poder em que ocorre a subjetivação de gênero e sexo, bem como a autodisciplina sobre os corpos em diferentes épocas e espaços. Estes elementos necessariamente devem ser considerados nas análises geográficas.

Considerações finais

Nesse texto evidenciamos a potência de uma geografia corporificada para compreender e intervir no aprofundamento do discurso do ódio contra grupos vulnerados que vem se desenvolvendo com o neoconservadorismo em avanço no Brasil. É preciso ampliar a discussão do espaço na compreensão das interseções de opressões que marcam os corpos de grande parcela da sociedade brasileira que, além da das relações de classe, estão marcados pela raça, gênero e sexualidades, envolvendo assim a compreensão dos corpos que carregam em si representações vidas valoradas hierarquicamente entre aquelas que importam ser preservadas e acolhidas e aquelas que podem ser desperdiçadas. Apesar do crescimento do interesse da geografia brasileira sobre o corpo, esta produção ainda é pequena, concentrada em periódicos de médio impacto acadêmico e produzida majoritariamente por pesquisadores de programas de pós-graduação recentes. Além disso foi evidenciado que a base teórica preferencial da produção científica analisada foi a fenomenologia, sendo a tradição lefebvriana da geografia brasileira pouco utilizada.

Assim, mostramos que há uma imensa potência não explorada na obra de Henri Lefebvre que tem enormes coincidências com a teoria da performatividade de Judith Butler que inspira muitos estudos feministas. Os discursos de ódio que hierarquizam vidas, também classificam as geografias que importam e aquelas que são consideradas não geográficas. A resistência aos estudos de gênero, sexualidades e racialidades, muitas vezes considerados como temas de 'moda', 'insignificantes' ou 'não geográficos' dá indícios de que os detratores das geografias feministas não conhecem a teoria de Henri Lefebvre. Ou, se conhecem, usam de posições de poder e posições científicas para esconder preconceitos contra aquilo que não conhecem ou não querem se aproximar. Uma geografia corporificada pode reconectar a existência de sujeitos, corpos e seus espaços e será capaz de produzir ações para enfrentar os desafios contemporâneos da sociedade brasileira.

Referências Bibliográficas

- ALVES, Natália Cristina, PEDROSO, Mateus Fachin e GUIMARÃES, Raul Borges. Corpos que falam: interpretações geográficas entre saúde, gênero e espaço. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 3, n. 41, p. 9-24, 2019.
- BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan**: sobre límites materiales y discursivos del sexo. Buenos Aires: Paidós, [1993] 2005.
- BUTLER, Judith. **Discurso de ódio**: uma política do performativo. São Paulo: Editora UNESP, [1997] 2021.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1990] 2003.
- BUTLER, Judith. **Vida precaria**: el pode del duelo y la violencia. Buenos Aires: Paidós, [2004] 2006.
- BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando uma vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [2009] 2016.
- CAMPOS, Mayã Polo de, SILVA, Joseli Maria e SILVA, Edson Armando. Emoção corporificada e potência para constituição de espaços de luta para superar a violência sexual sofrida por mulheres. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 3, n. 41, p. 37-50, 2019.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. O poder do corpo no espaço público: o urbano como privação e o direito à cidade. **GEQUSP – Espaço e Tempo** São Paulo, v. 18, n. 2, p. 472 - 486, 2014.
- DAMIANI, A. L. Introdução a elementos da obra de Henri Lefebvre e a Geografia. **Revista do Departamento de Geografia – USP**. v. Especial 30 Anos, p. 254 – 283, 2012.
- DALMONTE, Edson Dalmonte e DIBAI, Priscilla. **A direita radical ‘bolsonarista’**: da aporofobia à defesa da memória de regimes de exceção. *IdeAs* [Online], v. 14, 2019 <https://doi.org/10.4000/ideas.6895>
- DERRIDA, Jacques. **Limited Inc**. Evanston, Illinois: Northwestern University Press, [1977] 1988.
- FRANGELLA, Simone Miziara. Moradores de rua na cidade de São Paulo: vulnerabilidade e resistência corporal ante as intervenções urbanas. **Cadernos Metrópole**, n. 13, p. 199-228, 2005.
- KIMMEL, Michael S. **Angry white men**: American masculinity at the end of an era. New York: Nation Books, 2013.
- LACERDA, Marina Basso. **O novo conservadorismo brasileiro**. Porto Alegre - RS: Editora Zouk, 2019.

LEFEBVRE, Henri. **The Production of Space**. Oxford: Blackwell, [1974] 1991.

LEFEBVRE, Henri. **La presencia y la ausencia Contribución a la teoría de las representaciones**. México: Fondo de Cultura Económica, [1980] 1983.

LEFEBVRE, Henri. **Tiempos Equívocos**. Cerdanyola – Barcelona: Editorial Kairós, [1975] 1976.

LEFEBVRE, Henri. **Writings on cities**. Oxford: Blackwell Publishers, 1996.

LIMA, Elias Lopes de. Do corpo ao espaço: Contribuições da obra de Maurice Merleau-Ponty à análise geográfica. *Geographia*, v. 9, n. 18, p. 65-84, 2007.

LORENZETT, Fernanda Lorandi. O corpo como espaço de poder: instituição da corporalidade paranaense e identidade regional no início do século XX. **Revista Espacialidades**, v. 2, n. 1, p. 1-20, 2009.

NASCIMENTO, Taiana Flôres e COSTA, Benhur Pinós da. O terreiro de religiões de matriz africana como espaço marginal e possível à vivência de pessoas travestis. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 3, n. 41, p. 25-32, 2019.

PRZYBYSZ, Juliana e SILVA, Joseli Maria. Pesquisar para transgredir: fazendo geografias feministas corporificadas. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 3, n. 41, p. 52-62, 2019.

RAPCHAN, Eliane Sebeika Rapchan. **O mito no corpo, na terra, na planta: reflexões acerca dos posseiros do vale do Pindaré-Mirim**. Boletim Paulista de geografia, v. 67, p.69-74. 1989.

RODRIGUES, Ana Paula Costa e RATTI, Alex. corporeidade negra e espaço público em Goiás: a congada de Catalão – GO. **Espaço em revista**, v. 10, n. 1, p. 172-187, 2008.

ROSSINI, Rosa Ester. Nas atividades econômicas a modernidade tecnológica exclui homens e mulheres incorporam mais a mulher na cidade e menos no campo. **Geosp**, n. 12, p. 47- 56, 2002.

SILVA, Joseli Maria. A cidade dos corpos transgressores da heteronormatividade. **GeoUERJ**, v. 18, n. 1, p. 1-18, 2008.

SILVA, Joseli Maria, ORNAT, Marcio Jose e CHIMIN JÚNIOR, Alides Baptista. O legado de Henri Lefebvre para a constituição de uma geografia corporificada. 2019. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 3, n. 41, p. 63-77, 2019.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose. Corpo como espaço: um desafio a imaginação geográfica. In: PIRES, Claudia Luisa Zeferino; HEIDRICH, Álvaro. Luiz; COSTA, Benhur Pinós da. **Plurilocalidade dos sujeitos: representações e ações no território**. Porto Alegre: Compasso Lugar- Cultura, 2016, p. 56- 75.

SOUSA, Patrício Pereira Alves de. Ensaio da corporeidade: corpo e espaço como fundamentos da identidade. **Geografares**, n.7, p. 35-50, 2009.

TAVARES, Márcio. Guerra cultural: das origens a Bolsonaro. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas e

TAVARES, Márcio Tavares (org.). **Cultura e política no Brasil atual**. São Paulo : Fundação Perseu Abramo, 2021.

VALVERDE, Rodrigo Ramos Hospodar Felipe. Corporidade e multiterritorialidade na geografia cultural: além da dominação, da resistência e da tradição. **Revista do Departamento de Geografia - USP**, Volume Especial 30 Anos, p. 4-25. 2012.

LA EVALUACIÓN DE LA INVESTIGACIÓN EN LA ENCRUCIJADA: RETOS PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE

Laura Rovelli

*Consejo Nacional de Investigaciones
Científicas y Técnicas (IdIHCS-CONICET)*

lrovelli@clacso.edu.ar

Pablo Vommaro

*Consejo Nacional de Investigaciones
Científicas y Técnicas (UBA-CONICET)*

pvommaro@clacso.edu.ar

Presentación

La cuestión de la evaluación de la investigación, junto con la promoción de una mayor igualdad, diversidad e inclusión en los sistemas científicos, ha cobrado relevancia tanto en el campo de los estudios como en el de las políticas de ciencia, tecnología e innovación y de educación superior. Las principales críticas se orientan hacia el avance de las políticas de evaluación de la investigación orientadas por incentivos y/o indicadores

¹ Algunos apartados y argumentos de este escrito han sido recuperados de dos trabajos anteriores elaborados por los autores: "Desafíos de la evaluación de la investigación orientada hacia la movilización del conocimiento en transición hacia la ciencia abierta: un análisis a partir del caso de los GTs de CLACSO" en Revista Analecta y para una compilación sobre la temática "Un punto de inflexión en la evaluación de la investigación: orígenes y desafíos de la iniciativa del FOLEC de CLACSO", ambos escritos en prensa.

fundados en el Factor de Impacto de revistas científicas incluidas en las bases indexadoras de la corriente llamada “principal” internacional. Estas tendencias han generado numerosas distorsiones tanto en la concepción de la noción de excelencia de la investigación como así también en el acceso restrictivo a las publicaciones y la producción y circulación desigual del conocimiento.

En la última década, los sentidos, las políticas y las prácticas vinculadas con la evaluación de la investigación han sido objeto de distintos cuestionamientos y revisiones. Lo anterior se expresa en la proliferación de un conjunto de declaraciones de principios, iniciativas y estudios que abordan las diversas dimensiones de la problemática en entornos específicos y proponen distintos abordajes e instrumentos para su transformación. A la vez, existe una amplia variedad de libros, artículos, informes de investigación y otras formas de literatura gris que aborda la problemática desde una heterogeneidad de campos y áreas de estudio como las ciencias sociales, la sociología de la ciencia, los estudios de innovación, la bibliometría, la ciencia de la información, los estudios de educación superior, la sociología de la evaluación, los estudios de política científica, la gestión de la investigación e innovación y estudios de gobernanza, entre otros (de Rijcke, et. al. 2015). A lo anterior, y de manera más reciente, se suman un conjunto de movilizadores de las reformas evaluativas a nivel global, regional y local que inciden en la agenda de formulación de instrumentos novedosos de política, como así también experiencias institucionales de reforma. Con todo, la evaluación de la investigación se ha consolidado como un área de estudios interdisciplinarios y a la vez, ha ingresado como cuestión problematizada en la agenda de políticas de ciencia, tecnología e innovación y de educación superior.

En este trabajo se recuperan, por un lado, los argumentos centrales de los principales movilizadores del debate internacional en favor de la reforma de la evaluación de la investigación. Además, se da cuenta de las acciones más destacadas y se articula la discusión con otras propuestas vinculantes como la Recomendación sobre Ciencia Abierta de UNESCO. Por otra parte, desde un plano de análisis regional, se desarrollan los orígenes, diagnósticos, propósitos y estrategias de la iniciativa del Foro Latinoamericano de Evaluación Científica (FOLEC) del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) para promover un cambio en la problemática en América Latina y el Caribe. Finalmente, en las conclusiones se comparten algunas acciones comunes para consolidar los procesos de transformación de la evaluación en curso.

Perspectivas internacionales de la evaluación de la investigación

En la última década surgen a nivel mundial un conjunto de declaraciones de principios, iniciativas y estudios que problematizan la situación actual de la evaluación de la investigación y proponen cambios en su abordaje. Sobresalen, entre otras iniciativas, la Declaración de San Francisco sobre Evaluación de la Investigación (DORA, 2012); la cual desincentiva el uso de métricas basadas en revistas, como el factor de impacto de las publicaciones como medida sustitutiva de la calidad de los artículos de investigación individuales, para evaluar las trayectorias académicas y en particular, en las instancias institucionales de toma de decisión de contratación y promoción de individuos y/o financiación de la investigación.

Por su parte, el Manifiesto de Leiden de 2015 (Hicks et al., 2015) advierte sobre el uso incorrecto generalizado de los indicadores en la evaluación del desempeño científico, por lo que se recomienda que la evaluación cuantitativa se apoye en la valoración cualitativa por parte de expertos y que el desempeño académico sea medido de acuerdo con las misiones de investigación de la institución, grupo o investigador, entre otros principios. En esa dirección, en un informe del gobierno británico titulado “La marea métrica” se acuña la noción de “métricas responsables”, concebida como la utilización justa y fundamentada en diversas cualidades y aportes a la investigación en su evaluación, más allá de su impacto bibliométrico (Wilsdon et al., 2015).

Además, se destaca la Declaración de Jussieu para la Ciencia Abierta y la Bibliodiversidad (2016) que realiza un llamado a reformular los sistemas de evaluación a fin de contemplar las distintas prácticas de comunicación científica, mientras que la Iniciativa de Helsinki (2019) invita a promover la diversidad lingüística en los sistemas de evaluación y de financiación de la investigación. A lo anterior, se suma la Red Europea para la Evaluación en las Ciencias Sociales y Humanidades (ENRESSH), la cual lidera entre los años 2016 y 2020 distintos grupos de trabajo y genera informes en torno a la generación de marcos conceptuales para la evaluación, el impacto social y la relevancia de la investigación, las bases de datos y los usos de datos y diseminación orientada específicamente al área de las ciencias sociales y humanidades.

Por su parte, en 2020, un informe internacional elaborado por el Instituto de

Investigación en Investigación (RoRI)² recupera las críticas sobre los sistemas de evaluación vigentes en el debate internacional, centrados en la implementación errónea de indicadores limitantes de la calidad o impacto de la investigación, a través de criterios cuantificables de las trayectorias y de las instituciones acotados al factor de impacto de las publicaciones en revistas del llamado circuito principal (Curry, de Rijcke, Hatch, et al., 2020).

A nivel multilateral, la Recomendación de la UNESCO sobre la Ciencia Abierta (UNESCO, 2021) y el informe de la Comisión Europea "Reforming research assessment: the way forward" (European Commission, 2021) enfatizan el imperativo de transformar la forma en que se evalúa a quienes investigan y a los resultados de la investigación. El primer documento moviliza a diversos actores no sólo a acordar una definición de ciencia abierta sino también a consensuar y promover la implementación de políticas y prácticas en torno a sus principales componentes. Nos referimos al acceso abierto, a los datos abiertos de investigación, al código abierto/software libre y hardware abierto, a las infraestructuras de la ciencia abierta, a la evaluación abierta, como así también a la ciencia ciudadana fin de promover la participación abierta de agentes sociales y la apertura a la diversidad de los conocimientos (UNESCO, 2021). Estos lineamientos impulsan cambios en las formas tradicionales de hacer y comunicar la investigación, lo que exige una nueva forma de pensar la evaluación de la investigación, a partir de metodologías complementarias y otras nuevas de evaluación de las trayectorias, instituciones y de las publicaciones científicas, desde un abordaje plural, participativo y situado. En ese sentido, la recomendación de UNESCO llama a revisar los sistemas de evaluación de la investigación y de la carrera investigadora para adecuarlos a los principios de la ciencia abierta y en particular, a poner en valor el amplio abanico de misiones que están involucradas en la producción de conocimientos, y que asumen distintas formas de creación y comunicación que no se limitan a la publicación en revistas internacionales (UNESCO, 2021).

El segundo documento elaborado por la Comisión Europea en 2021 posiciona a la a reforma de la evaluación de la investigación como prioritaria para garantizar la calidad, el rendimiento y el impacto de la investigación. El diagnóstico señala

² RoRI es un consorcio de 21 socios, procedentes de 13 países y regiones. RoRI está dirigido por un pequeño equipo central, con sede en Wellcome y la Universidad de Sheffield en el Reino Unido, y el Centro de Estudios de Ciencia y Tecnología (CWTS) de la Universidad de Leiden en los Países Bajos.

que, como resultado de las oportunidades digitales, los procesos de investigación adquieren formatos más colaborativos, abiertos, y multidisciplinares y una variedad de posibles resultados; mientras reconoce que los sistemas de evaluación de la investigación actuales resultan desacertados y restringidos para valorar esas transformaciones, en especial aquellos basados en el Factor de Impacto de las revistas y las citas para definir la calidad de la investigación (European Commission, 2021). A partir de una consulta realizada durante marzo y noviembre de 2021, el informe propone una serie de principios y acciones que podrían ser acordados por una coalición de organizaciones que financian y ejecutan la investigación en el continente, a fin de implementar de los cambios necesarios.

Ante este panorama internacional, algunos consejos y organismos de ciencia, tecnología e innovación e instituciones de educación superior en distintos países han examinado sus políticas de evaluación de la investigación y adoptado una variedad de reformas. A modo de ejemplo, los Países Bajos, Irlanda, Suiza y el Reino Unido han revisado el impacto de la evaluación en las carreras, e incorporan el uso de formatos narrativos de curriculum vitae (Delgado-López-Cózar; Råfols y Abadal, 2021). En China, las políticas evaluativas han virado desde el enfoque bibliométrico hacia criterios centrados en nuevas bases de datos, la evaluación por pares y la valoración de la relevancia local (Zhang; Sivertsen, 2020). Anticipándose a otras propuestas de reforma más recientes en el continente, en 2021 el Consejo Europeo de Investigación (ERC, de acuerdo a sus siglas en inglés) solicita explícitamente a quienes se postulan a subsidios evitar la mención al uso del factor de impacto de las revistas al consignar sus publicaciones; no obstante, permite utilizar otros indicadores bibliométricos relevantes, debidamente referenciados. A pesar de todas estas acciones, el informe de la Comisión Europea considera que las iniciativas avanzan muy despacio, con alcances diversos y de manera desarticulada (European Commission, 2021).

Entre los años 2020 y 2021, un estudio de casos llevado a cabo por DORA identifica más de una docena de distintas iniciativas de reforma institucionales de la evaluación de la investigación en el mundo. A modo de ejemplo, se reconoce al Centro Médico Universitario (UMC) de la Universidad de Utrecht en los Países Bajos, el cual inicia un cambio en su enfoque evaluativo al requerir formalmente indicadores cualitativos y un portafolio descriptivo a la hora de tomar decisiones de

contratación y promoción, más allá de los indicadores bibliométricos junto con el reconocimiento de las prácticas de ciencia abierta (DORA, 2020a). Estos cambios han sido retomados luego por la Asociación de Universidades local e implementados de manera más integral en el país. Por otra parte, en Finlandia, país pionero en promover recomendaciones nacionales en torno a la evaluación responsable de la investigación, la Federación de Sociedades Científicas elaboró el documento “Buena práctica en la evaluación de investigadores: Recomendación para la evaluación responsable de un investigador en Finlandia”, como resultado de un proceso amplio y sostenido de consulta a distintos actores académicos (DORA, 2020b). La iniciativa se asienta en un conjunto de principios generales vinculados con la integridad, transparencia, equidad, competencia y diversidad que se plasma en trece buenas prácticas que buscan fortalecer el proceso de evaluación, la evaluación de la investigación, la diversidad de actividades y el papel de quienes investigan en el proceso de evaluación. A fin de promover procesos de reforma como los mencionados anteriormente, DORA ha desarrollado a través del proyecto “Tools to Advance Research Assessment (TARA)”³ una serie de herramientas para facilitar el desarrollo de nuevas políticas y prácticas de evaluación de la carrera académica. Entre otras contribuciones, se destaca un informe reciente que promueve la adopción de CVs narrativos para la igualdad de género orientado a financiadores de la investigación (Fritch et. al., 2021).

Desde una perspectiva situada en el Sur Global, otras investigaciones advierten sobre la dificultad que enfrentan especialmente los países de bajos y medios ingresos para orientar la investigación relevante y de calidad hacia sus propias prioridades nacionales en la medida en que ligan la evaluación de la investigación a una noción de la excelencia anclada en metodologías del Norte global y que se nutren del facto de impacto de las revistas, los índice H y los rankings universitarios (Kraemer-Mbula, Tissen, Wallace, McLean, 2021). Como telón de fondo, la búsqueda de soluciones para los diecisiete objetivos de desarrollo sostenible planteados por la Agenda Mundial para el Desarrollo Sostenible elaborada por las Naciones Unidas que debe cumplimentarse antes del 2030 renueva el llamado a fortalecer el vínculo de la investigación de alta calidad y su contribución a la solución de problemas sociales y ambientales y el compromiso público. Se trata entonces de fortalecer las investigaciones relevantes para las propias agendas contextualizadas y prio-

³ Al respecto, ver: <https://sfidora.org/project-tara/>

rizadas a nivel nacional (Tijssen y Kraemer-Mbula, 2017), las que responden a un abanico más amplio de estándares de calidad evaluados a través de indicadores cuantitativos y cualitativos situados, y que se benefician de la demanda de investigación (Bianco, Gras y Sutz, 2016).

Finalmente, en los dos últimos años, los desafíos planteados por los escenarios críticos, como el desatado por la Pandemia Covid-19 y las crisis socioambientales y económicas interdependientes, vuelven a posicionar en un primer plano los debates en torno a la relevancia social de la investigación, el involucramiento de la ciudadanía en los procesos de producción, la evaluación y circulación del conocimiento como así también la posibilidad de beneficiarse de sus resultados. Lo anterior acarrea múltiples para el diseño de instrumentos de promoción de la investigación como así también en su evaluación, a la vez que abre distintas alternativas posibles para robustecer los puentes entre la ciencia y la sociedad.

Abordaje regional de la evaluación de la investigación

En América Latina y el Caribe, existe una larga tradición de abordaje del conocimiento como bien público y el acceso abierto gestionado por la comunidad académica como un bien común sin fines de lucro, a través de infraestructuras mayormente no comerciales. La región es una de las más avanzadas en la adopción del acceso abierto a las revistas académicas y científicas, principalmente a través de los repositorios institucionales de las universidades y los organismos de ciencia y tecnología en tanto instrumento privilegiado para sostener y ampliar esa política; mientras que la ciencia abierta en un movimiento más reciente y vinculado a la promoción del acceso abierto, las infraestructuras y las normativas (Babini y Rovelli, 2020).

En las últimas tres décadas, varios países han adoptado políticas, programas y prácticas valiosas de evaluación de la investigación y de las trayectorias de quienes investigan, lo que ha colaborado con estudios comparados y diálogos internacionales. No obstante, las agencias de financiamiento de la investigación y las instituciones de educación superior han asimilado e institucionalizado de manera ampliada a la indexación de las revistas y el uso creciente de los indicadores cuantitativos producidos por las empresas que concentran y gestionan el circuito comercial editorial internacional como uno de los principales indicadores utilizados para evaluar las trayectorias académicas, la financiación de proyectos de inves-

tigación y la excelencia de sus resultados (Beigel, 2014; Salatino, 2021; Vasen y Lujano Vilchis, 2017).

Este fenómeno, por un lado, desincentiva la larga tradición de acceso abierto al conocimiento en la región, investigación participativa, así como un movimiento de ciencia abierta dinámico y floreciente (Alperin, Babini & Fischman, 2014; Babini y Rovelli, 2020). También limita en buena medida la autonomía de las agendas locales al confinarlas a las temáticas dominantes en esos circuitos y a cierta desreferenciación/decontextualización social de la investigación respecto de sus entornos (Rafols, 2019; FOLEC, 2020b). Las anteriores asimetrías se expresan en la creencia extendida acerca de la existencia una ciencia de corriente principal y, por oposición, una ciencia “periférica” (Beigel, 2019), la cual desestima los circuitos locales de producción y circulación del conocimiento y sus configuraciones, como así también las distintas culturas de publicación y evaluación.

La proliferación de los rankings universitarios en la región -construidos sobre estos indicadores fundados en el factor de impacto de las revistas indizadas internacionalmente- consolida institucionalmente el uso de estas bases de datos, al tiempo que incentivan el sesgo predominantemente cuantitativo en la evaluación de las instituciones y de las personas que realizan actividades de investigación, reforzando el enfoque en la productividad como medida de calidad. Asimismo, predomina un ethos de la investigación en la evaluación de las trayectorias académicas, junto su distanciamiento y/o desvinculación de otras actividades como las de docencia y/o extensión.

Desde el plano de las prácticas académicas, estas tendencias han contribuido a privilegiar el formato del artículo de difusión de resultados -propio del estilo de las ciencias experimentales- en detrimento de otros tipos de producciones como los libros, más característicos de los estilos de pensamiento y escritura de las ciencias sociales y humanas (Gimenez Toledo, 2015), como así también la utilización del idioma inglés, como idioma universal y homogeneizador de los intercambios académicos (FOLEC, 2020c) en desmedro de las lenguas autóctonas. Además, las métricas dominantes utilizadas para juzgar la calidad de la investigación hacen que prevalezca el criterio disciplinar (Vessuri, Guedón & Getto, 2013) a través de un concepto esquivo de excelencia, al tiempo que desalientan los criterios de relevancia social y la investigación pertinente para el desarrollo (Sutz, 2014).

Con todo, la noción de evaluación responsable acuñada en los diagnósticos

y debates internacionales adquiere nuevos significados en el contexto latinoamericano y caribeño. Ciertamente, alude a la necesidad de contar con un amplio abanico de metodologías, indicadores y formas de evaluación que abarquen una diversidad de dimensiones involucradas en las formas en las que se produce y circula el conocimiento en la región, como el acceso abierto, el género, la producción y circulación de conocimiento fruto de las actividades de docencia y extensión y/o en colaboración, la participación y/o vinculación con el entorno, la integridad de los procesos de investigación, entre otros, y de individuos involucrados en esos procesos. A la vez, requiere de cierta reflexividad respecto de su uso responsable, el cual se encuentra situado en una configuración y trayectoria histórica particular en la que, en cada uno de los ecosistemas científicos y universitarios de los países de la región, se manifiesta la disputa por el acceso, la producción y circulación del conocimiento. En ese sentido, su naturaleza contextualizada y orientada hacia análisis de corte más interpretativo presenta distintos alcances y limitaciones sobre las posibilidades de estudios comparados y, por tanto, no siempre asimilables con la noción de métricas.

La Declaración de Panamá sobre Ciencia Abierta (2018) constituye un antecedente regional que -junto con la promoción de los principios de ciencia abierta- advierte sobre la necesidad de promover modelos para la evaluación y medición de la producción científica que valoren la cooperación científica, la construcción y el fortalecimiento de redes de conocimiento y los esfuerzos para desarrollar capacidades de investigación en ciudadanía. Para ello, insta a "la adopción de modelos de producción científica que favorecen la publicación de acceso abierto y la construcción de indicadores de evaluación abiertos, aprovechando las capacidades instaladas en América Latina y el Caribe" (Declaración de Panamá sobre ciencia Abierta, 2018, art. 5).

En 2019, el Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) crea el Foro Latinoamericano de Evaluación Científica (FOLEC), entendido como un espacio de debate sobre los sentidos, las políticas y las prácticas de los procesos de evaluación del quehacer científico en la región. Desde una perspectiva abierta, colaborativa y de dominio público del conocimiento persigue fortalecer enfoques y modelos democratizadores y sustentables de la ciencia, comprometidos con las problemáticas de nuestras sociedades.

Allí se recuperan muchas de las anteriores problemáticas y propuestas

y se promueve a través de distintas acciones y documentos de intervención una transformación de la evaluación de la investigación, reorientada hacia la promoción de una “ciencia de calidad con relevancia social e inclusiva respecto de la pluralidad de enfoques vigentes” (FOLEC, 2020). La propuesta busca, entre otras dimensiones, reponer y jerarquizar el carácter colectivo del quehacer científico y la participación de la ciudadanía en esos procesos, el aporte singular de las ciencias sociales, las humanidades y las artes a la cultura y desarrollo humano, la relevancia del multilingüismo y la bibliodiversidad en la producción y circulación del conocimiento enraizado en distintos entornos, como parte de la transición hacia la ciencia abierta.

El primer Seminario que formaliza la iniciativa del FOLEC se realiza en la Ciudad de México y es organizado por CLACSO y el Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología (CONACYT). El evento reúne a expertos y expertas de la región, representantes de organismos nacionales de ciencia y tecnología y de los centros miembro de CLACSO para analizar distintas dimensiones en torno a la evaluación de la ciencia y generar propuestas desde América Latina y el Caribe, en diálogo con las tendencias y buenas prácticas internacionales. En 2021, se desarrolla en la Ciudad de Buenos Aires el segundo Foro Latinoamericano de Evaluación Científica (FOLEC), co-organizado con el Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET, Argentina), en el marco del III Foro Abierto de Ciencias Latinoamérica y el Caribe, GILAC.

En la actualidad, el FOLEC cuenta con más de 40 organismos e instituciones de ciencia, tecnología y educación superior aliadas, junto con responsables de repositorios y editores regionales de revistas académicas, representantes de diversas iniciativas en favor del acceso abierto y la ciencia abierta, entre otros. A su vez, despliega en un abordaje multiescalar de promoción del cambio de la evaluación, al contemplar los distintas trayectorias y formatos de investigación, las diversas alternativas e instrumentos de intervención, tanto en el plano de las políticas, de las instituciones, como en el de las prácticas. Los principales objetivos del FOLEC apuntan a:

- promover un cambio en los procesos de la evaluación académica en América Latina y el Caribe con el fin de reorientar la investigación científica a las demandas locales;
- incentivar la participación de la comunidad académica latinoamericana

en el diálogo internacional de la ciencia como derecho humano universal y como bien público común;

- estimular un debate amplio y plural para poner en valor la complejidad de la matriz cognitiva en la región y la diversidad de formas de circulación de conocimientos existentes;

- y crear recomendaciones regionales para moldear las políticas evaluativas de los países de América Latina y el Caribe (CLACSO, 2020b).

Para promover la transformación en las políticas y prácticas de evaluación vigentes, el FOLEC conduce las siguientes tres estrategias. En primer lugar, la movilización de distintos actores involucrados en la temática (quienes investigan, editan publicaciones científicas, toman decisiones en distintos ámbitos científicos, financian la investigación, etc.) a través de foros, seminarios y talleres. Allí CLACSO asume la responsabilidad de articular y promover la reflexión y labor en conjunto con los organismos y consejos de ciencia y tecnología de la región y otras instituciones asociadas, a fin de debatir los diagnósticos y propuestas y alcanzar una declaración común y regional sobre evaluación de la ciencia hacia mediados de 2022, en el marco de la 9va Conferencia Latinoamericana y Caribeña de Ciencias Sociales de CLACSO.

En segundo término, en 2020 produce un conjunto de recursos que, a través del lanzamiento de la Serie de Documentos Hacia la Transformación de la Evaluación de la Ciencia en América Latina y el Caribe, diagnostican la situación de la evaluación de la investigación en la región y realizan distintas recomendaciones (CLACSO, 2020 a). También se avanza en la propuesta de discusión de una Declaración de Principios (CLACSO, 2020 b). En 2021, el espacio genera una nueva serie de documentos dirigidos a brindar herramientas para promover nuevas políticas evaluativas. Las problemáticas abordadas en estos escritos de intervención son las siguientes: los sistemas de información de la investigación actual y su potencialidad para visibilizar diversas formas de producción de conocimiento e impulsar nuevas modalidades de evaluación, la promoción de la bibliodiversidad y la defensa del multilingüismo, las revistas nacionales y su valoración en los procesos de evaluación y la discusión sobre la evaluación de pares: evolución, nuevas tendencias y buenas prácticas⁴.

⁴ Al respecto, ver: <https://www.clacso.org/folec/clacso-ante-la-evaluacion/>

En tercer lugar, en el FOLEC se asientan distintos proyectos de investigación sobre la evaluación académica. En la actualidad, están en curso dos iniciativas: la primera se trata de una Consulta regional sobre la evaluación de pares y evaluación de la investigación, la cual cuenta con financiamiento de la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO) y con la participación del Centro de Investigación en Circulación del Conocimiento (CECIC-UNCuyo), la Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal (Redalyc) y la Universidad Autónoma del Estado de México (UAEM). Allí, se desarrolla un diagnóstico sobre los esquemas de revisión por pares en revistas, repositorios, libros y carreras y desde la perspectiva del movimiento de Ciencia Abierta y sus recomendaciones. También se examinan los indicadores de revisión por pares de América Latina y el Caribe, a través de las revistas indexadas por Redalyc. Mientras que un segundo proyecto se orienta al relevamiento de las formas de la evaluación de propuestas de investigación presentadas para su financiación en convocatorias a subsidios orientados a problemas de desarrollo en el Sur Global⁵, y se encuentra financiado por el International Development Research Center (IDRC, Canadá). La propuesta busca indagar la relación entre la evaluación de la investigación y la asignación de fondos para la investigación; y en qué medida y de qué manera la información se utiliza se corresponde con los fines previstos de las convocatorias, en un escenario en el que existen diversas presiones para medir el rendimiento de la inversión.

Cabe destacar que, a partir de sus acciones, el FOLEC ha sido reconocido en 2020 entre los 15 movilizadores y definidores internacionales de la evaluación responsable de la investigación y los 10 mejores sitios web y recursos en la temática, según el informe del Global Research Council (GRC). También FOLEC ha sido seleccionado en 2021 por DORA (The San Francisco Declaration on Research Assessment) como un caso de estudio para la promoción del cambio de la evaluación de la investigación en América Latina y el Caribe y para integrar la Junta Ejecutiva de la Declaración de San Francisco sobre Evaluación de la Investigación DORA a partir de enero de 2022.

Con respecto a las principales barreras para el cambio en la evaluación de la investigación que han podido ser identificadas desde el FOLEC algunas se

⁵ Al respecto, ver: <https://www.clacso.org/folec/investigacion/>

vinculan no sólo con las anteriormente mencionadas políticas de evaluación basadas en el incentivo a la publicación con factor de impacto en el circuito principal, sino también con la cultura de investigación predominante en varias comunidades disciplinares y entornos institucionales asentados sobre criterios anquilosados. De allí la necesidad de promover un cambio en la dimensión cultural de la investigación y la evaluación, que ponga en valor los conocimientos múltiples, los diálogos interdisciplinarios, la bibliodiversidad y que reconozca y valore en los procesos de evaluación las prácticas de acceso y ciencia abiertos y la diversidad de las producciones científicas de quienes investigan, hacen docencia y extensión en las universidades y organismos que realizan investigación, entre otras cuestiones.

En paralelo, otro de los obstáculos para el cambio reside en la necesidad de infraestructuras adecuadas, sistemas de información científica y bases de datos interoperables en la región que puedan visibilizar la amplia producción y diversidad de conocimiento existente y generar información específica para contribuir con los procesos de evaluación de individuos, instituciones y propuestas de equipos de investigación. En esa dirección, el conjunto de información y datos científicos contenido en los repositorios institucionales de la región, y evaluado por pares, podría contribuir con el diseño de nuevos indicadores más afines a la diversidad de la producción de conocimiento existente y a su enraizamiento en las sociedades (Babini y Rovelli, 2020), al robustecer a la vez, los componentes de la investigación abierta y reproducible, de la evaluación abierta y del acceso abierto a publicaciones y a los datos abiertos de investigación. De esta manera, el fortalecimiento de las infraestructuras y de los sistemas de información regionales resulta fundamental para abrir y ampliar los criterios de evaluación de la investigación.

En este sentido, si bien existe entre diversos actores de la región una legitimidad extendida en la necesidad de reforma de la evaluación académica, como se ha podido observar el cambio requiere de múltiples escalas de abordaje, de la sostenibilidad de dichas transformaciones a partir de infraestructuras adecuadas, de recursos de más largo aliento en el tiempo y de cambios culturales que direccionen a los ecosistemas universitarios y científicos hacia un modelo abierto, colaborativo, participativo, más equitativo, diverso y democratizador del conocimiento.

Consideraciones finales

A lo largo de esta contribución, ha sido posible evidenciar que las prácticas de evaluación académica responsable se interrelacionan con un abanico amplio y relevante de cuestiones como la valoración de la investigación en tanto bien público y la cultura de investigación; el acceso abierto a un amplio espectro de conocimientos en distintos formatos y lenguas sumado a la valorización de otros componentes de la ciencia abierta como, por ejemplo, los datos abiertos y la evaluación abierta. A su vez, cobran relevancia los datos y la información científica producida regionalmente para el diseño de políticas; las modalidades de evaluación de la investigación y su incidencia en la distribución de la financiación y la priorización de temáticas y áreas estratégicas, como así también la posibilidad de generar una diversidad trayectorias, junto con mayor equidad en las carreras e inclusión de quienes investigan, entre otros aspectos.

Como se desprende del análisis realizado en las páginas anteriores, la temática ha cobrado relevancia tanto en el campo de la investigación como en el de las políticas de ciencia, tecnología e innovación y de educación superior. En relación con este último aspecto, en el plano internacional, resulta posible afirmar que la reforma de la evaluación de la investigación ha ingresado en la agenda de políticas de muchos de los consejos y organismos científicos y de las universidades. En el plano regional, una nueva agenda se vislumbra principalmente en la adopción de criterios ligados a la inclusividad de instituciones con menores capacidades científicas y/o poblaciones con menor representación en las instancias de evaluación y en las temáticas de investigación a través de la búsqueda de una mayor equidad. A modo de ejemplo, lo anterior se expresa en los instrumentos de promoción y evaluación de la investigación orientados hacia el fortalecimiento institucional y en la atención a los sesgos de género; y de manera más incipiente, hacia cuestiones ligadas a la integridad, el acceso abierto y a los componentes de la ciencia abierta.

Una iniciativa internacional y regional para alcanzar una mayor convergencia en los lineamientos de cambio por parte de los sistemas globales de evaluación de la ciencia resulta imprescindible. En ese diálogo la participación de las instituciones y organismos de financiación de la ciencia, de las universidades y de la comunidad académica (representadas por quienes realizan docencia y extensión, investigan, llevan a cabo la edición académica de libros y revistas, entre

otras actividades] parece clave para movilizar a conjunto amplio de actores y fortalecer su compromiso con los procesos de reforma.

En América Latina y el Caribe, ese es uno de los propósitos centrales del Foro Latinoamericano de Evaluación Científica (FOLEC) de CLACSO, el cual se ha integrado a la conversación internacional en torno a la transformación de la evaluación de la investigación y, al mismo tiempo, articula una posición cohesionada en el plano regional que prioriza la diversidad de los conocimientos existentes en cada ecosistema. Llevar adelante esa tarea requiere, entre otras metas, desarrollar marcos de referencia y metodologías de evaluación situadas para fortalecer la contribución de la investigación a la sociedad y a la vez, lograr apoyos para articular infraestructuras públicas que cuenten con la propiedad de los datos de investigación y que posibiliten un mayor margen de autonomía para redireccionar los criterios y las prácticas de evaluación. En torno a las culturas y políticas evaluativas responsables se trata, entonces, de conformar una coalición regional que potencie la diversidad de su matriz cognitiva y cultural, arraigada en la tradición del conocimiento entendido como bien público y común y dinamizado por la participación de distintos colectivos sociales, y que avance robustecido hacia los nuevos desafíos planteados por las prácticas de ciencia abierta.

Referências Bibliográficas

Alperin, J. P., Babini, D. & Fischman, G. (Eds.) (2014). **Indicadores de Acceso Abierto y Comunicaciones Académicas en América Latina**. CLACSO. http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20141217052547/Indicadores_de_acceso_abierto.pdf

Babini, D. y Rovelli, L. (2020). **Tendencias recientes en las políticas científicas de ciencia abierta y acceso abierto en Iberoamérica**. Buenos Aires: CLACSO-Fundación Carolina.

Beigel, F. (2014). Publishing from the periphery: Structural heterogeneity and segmented circuits. The evaluation of scientific publications for tenure in Argentina's CONICET. **Current Sociology**. Vol. 62, n° 5, pp. 743–765. <https://doi.org/10.1177/0011392114533977>

Beigel, F. (2019). Indicadores de circulación de la producción científica de las universidades: una perspectiva multi-escalar. *Revista Ciencia, Tecnología y Política*, Año 2 N° 3, <https://doi.org/10.1177/0011392119853977>

g/10.24215/26183188e028

Bianco, M., Gras, N. & Sutz, J. (2016). Academic Evaluation: Universal Instrument? Tool for Development? **Minerva** 54, 399–421. <https://doi.org/10.1007/s11024-016-9306-9>

CLACSO a – Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (2020). Diagnóstico y propuestas para una iniciativa regional. Serie Para Una Transformación de la Evaluación de la Ciencia en América Latina y el Caribe del Foro Latinoamericano sobre Evaluación Científica (FOLEC). 2da. Edición. Buenos Aires: CLACSO. <https://www.clacso.org/diagnostico-y-propuestas-para-una-iniciativa-regional/>

CLACSO b – Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (2020). Propuesta de Declaración de Principios. Una nueva evaluación académica para una ciencia con relevancia social en América Latina y el Caribe. Serie Para Una Transformación de la Evaluación de la Ciencia en América Latina y el Caribe del Foro Latinoamericano sobre Evaluación Científica (FOLEC). 2da. Edición. Buenos Aires: CLACSO. <https://www.clacso.org/una-nueva-evaluacion-academica-para-una-ciencia-con-relevancia-social-2/>

Curry S, de Rijcke S, Hatch A, Pillay D, van der Weijden I and Wilsdon J (2020). The changing role of funders in responsible research assessment: progress, obstacles & the way ahead. **RoRI Working Paper** No. 3. <https://doi.org/10.6084/m9.figshare.13227914>

Declaración de Panamá sobre ciencia Abierta (2018). https://web.karisma.org.co/wp-content/uploads/download-manager-files/declaracion_panama_ciencia_abierta.pdf

Delgado-López-Cózar, E.; Ràfols, I.; Abadal, E. (2021). Letter: A call for a radical change in research evaluation in Spain. **Profesional de la información**, v. 30, n. 3, e300309. <https://doi.org/10.3145/epi.2021.may.09>

European Commission (2021). Directorate-General for Research and Innovation. **Towards a reform of the research assessment system: scoping report**, Publications Office, <https://data.europa.eu/doi/10.2777/707440>

Fritch, R, Hatch, A, Hazlett, H, & Vinkenbunrg, C. (2021). Using Narrative CVs. <https://zenodo.org/record/5799414#.YeM-41I0IPY>

Giménez-Toledo, E. (2015) La evaluación de la producción científica: breve análisis crítico. **RELIEVE**, 21(1), art. M2. DOI: 10.7203/relieve.21.1.5160

Helsinki Initiative on Multilingualism in Scholarly Communication (2019). Helsinki: Federation of Finnish Learned Societies, Committee for Public Information, Finnish Association for Scholarly Publishing, Universities Norway & European Network for Research Evaluation in the Social Sciences and the Humanities. <https://doi.org/10.6084/m9.figshare.7887059>.

Hicks, D.; Wouters, P.; Waltman, L.; De-Rijcke, S.; Ràfols, I. (2015). Bibliometrics: the Leiden Manifesto for research metrics. *Nature*, v. 520, n. 7548, pp. 429–431. <https://doi.org/10.1038/520429a>

Llamada de Jussieu para la Ciencia abierta y la bibliodiversidad (2016). <https://jussieucall.org/llamada-de-jussieu/>

Ràfols, I. (2019). S&T Indicators 'In the Wild': Contextualisation and Participation for Responsible Metrics. **Research Evaluation** Vol. 28, nº 1, pp.7–22. <https://doi.org/10.1093/reseval/rvy030>.

Rijcke, S. de, Wouters, P. F., Rushforth, A. D., Franssen, T. P., & Hammarfelt, B. (2015). Evaluation practices and effects of indicator use—a literature review. *Research Evaluation*, 25(2), 161-169. doi:10.1093/reseval/rvv038

Salatino, M. (2021). El fetichismo de la indexación. Una crítica latinoamericana a los regímenes de evaluación de la ciencia mundial. *Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología y Sociedad*—CTS, 16(46), 73-100.

San Francisco Declaration on Research Assessment - DORA (2012). Declaración. <https://sfedora.org/read/>

San Francisco Declaration on Research Assessment - DORA (2020a). University Medical Center Utrecht Case Study. <https://sfedora.org/case-study/university-medical-center-utrecht/>

San Francisco Declaration on Research Assessment - DORA (2020b). Responsible Research Network, Finland. <https://sfedora.org/case-study/responsible-research-network-finland/>

Sutz, J. (2014). Calidad y relevancia en la investigación universitaria: apuntes para avanzar hacia su convergencia. *Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología y Sociedad* - CTS, Vol. 9, nº 27, pp. 63-83 <https://www.redalyc.org/pdf/924/92431880004.pdf>

Tijssen R. and Kraemer-Mbula, E. (2017) **Perspectives on research excellence in the Global South: Assessment, monitoring and evaluation in developing country contexts**. SGCi Policy Brief No. 1, December. <https://sgciafrica.org/en-za/resources/Resources/SGCi%20Research%20Excellence%20Discussion%20Paper.pdf>

UNESCO (2021). Recomendación sobre la ciencia Abierta. https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000378841_spa

Vasen, F., & Lujano Vilchis, I. (2017). Sistemas nacionales de clasificación de revistas científicas en América Latina: tendencias recientes e implicaciones para la evaluación académica en ciencias sociales. *Revista Mexicana De Ciencias Políticas Y Sociales*, 62(231). doi: [http://dx.doi.org/10.1016/S0185-1918\(17\)30043-0](http://dx.doi.org/10.1016/S0185-1918(17)30043-0)

Vessuri, H., Guédon, J.C. & Cetto, A.M. (2013). Excellence or quality? Impact of the current competition regime on science and scientific publishing in Latin America and its implications for development. *Current Sociology*. Vol. 62, n° 5, pp. 647-66. <http://eprints.rclis.org/23682/>

Kraemer-Mbula, Tijssen, Wallace, M, y McLean, R. (2021). Introducción. Transformando la excelencia en la investigación. Nuevas ideas del Sur Global. Editorial Universidad del Rosario. <https://editorial.urosario.edu.co/catalog/product/view/id/6859/s/gpd-transformando-la-excelencia-en-la-investigacion-9789587847697/>

Wilsdon J et al. (2015). The Metric Tide: Report of the Independent Review of the Role of Metrics in Research Assessment and Management. <https://doi.org/10.13140/RG.2.1.4929.1363>

Zhang, L. y Sivertsen, G. (2020). The new research assessment reform in China and its implementation. *Scholarly assessment reports* v. 2, n. 1. <https://www.scholarlyassessmentreports.org/articles/10.29024/sar.15>

AMÉRICA LATINA ENTRE TRANSIÇÕES: DAS HISTÓRIAS ORIGINÁRIAS À HISTÓRIA DA SUPEREXPLORAÇÃO ENRAIZADA NO VIOLENTO PASSADO COLONIAL¹

Roberta Traspadini

Universidade Federal da Integração

Latino-americana (UNILA)

robertatraspadini@gmail.com

No início do século XX o marxista peruano José Carlos Mariátegui (1925), em resposta ao idealismo do argentino Alfredo Palácios, tece observações, a nosso juízo, muito atuais acerca do pensamento próprio, originário, latino-americano. E o fez embasado na força

¹ Este artigo é o resultado da conferência realizada no XIV ENANPEGE, plataforma virtual, sob o título: Geografia política, imperialismo e os desafios de uma alternativa de nação, em 11/11/2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BWAwNhAbzQo&t=711s> Uma menção inicial importante tem a ver com o fato de que a pandemia nos exigiu construir rotas coletivas em meio à solidão do isolamento. Entre essas rotas, surgiu um encontro entre intelectuais militantes que se dedicam à questão agrária e fazem deste grupo, o meu grupo de sobrevivência pandêmica e de vida. Sentir-se acolhida e acolher é o que dá sentido aos tempos miseráveis, sem sentido. Neste artigo, destaco o carinho e o cuidado nas observações e sugestões feitas por Paulo Martins, Franqueline Terto e Tatiane Basconi. Além das contribuições das/dos amigas(as) que sempre me socorrem no desejo de socializar o conhecimento, com o cuidado que o tema merece: Stefânia Vacarro, Paulo Silva, Amanda Marcatti, Elaine Fernandes, Cristiane Sabino de Souza, Mariane Berger e Adriana Fiorotti. Como não mencionar o carinho generoso das minhas orientandas da UNILA e suas potentes contribuições: Nataly Rios e Lina Sofia Rios. Este é um texto que, antes mesmo de vir a público, exala coletividade. Para mim, único caminho possível de se realizar um outro mundo urgente e necessário.

destrutiva da invasão cultural sobre os povos do nosso continente que significou mais de 500 anos de colonialismos-escravismos-produções/apropriações privadas/estrangeiras da vida. Nas palavras do peruano:

me parece evidente la existencia de un pensamiento francés, de un pensamiento alemán, etc., en la cultura de Occidente. No me parece igualmente evidente, en el mismo sentido, la existencia de un pensamiento hispanoamericano. Todos los pensadores de nuestra América se han educado en una escuela europea. No se siente en su obra el espíritu de la raza. La producción intelectual del continente carece de rasgos propios. No tiene contornos originales. El pensamiento hispano-americano (que puede y debe ser extendido para todos los latino-americanos) no es generalmente sino una rapsodia compuesta con motivos y elementos del pensamiento europeo. Para comprobarlo basta revisar la obra de los más altos representantes de la inteligencia indo-ibera. El espíritu hispano-americano está en elaboración. El continente, la raza, están en formación también. Los aluviones occidentales en los cuales se desarrollan los embriones de la cultura hispano o latino-americana, - en la Argentina, en el Uruguay, se puede hablar de latinidad - no han conseguido consustanciarse ni solidarizarse con el suelo sobre el cual la colonización de América los ha depositado. (MARIÁTEGUI, 1925, s.p.)

Dito debate acerca do processo científico hegemônico que vigora na América Latina a partir do século XX, apresentado por Mariátegui e seus contemporâneos, ocorre após a constituição dos Estados Nacionais no território (final do século XIX e início do século XX). Processo este cujos precedentes foram as violentas guerras de independências no continente².

² A começar pelo Haiti em 1804 e finalizar com Cuba em 1898, lembrando que, em pleno século XXI ainda persistem economias coloniais na América Latina e o Caribe, como é o caso de Porto Príncipe.

Nesse sentido, a questão sobre o pensamento e a linguagem latino-americanos nos remete às raízes mais profundas desta discussão. Raízes históricas de produções coletivas, comunais, ancoradas em um princípio de comunidade inerentes ao ser/viver dos povos originários (LINERA, 2009). Ditas raízes insistem em brotar séculos depois, materializadas nos corpos de homens e mulheres que, de Norte a Sul do continente, mantêm suas origens, ainda quando tenham sido obrigadas a internalizar a lógica dominante dos últimos séculos. Após intencionais conteúdos de guerras de destruições, apagamentos, soterramentos e constituição de modos de produção aniquiladores do próprio e consolidadores do hegemônico, os costumes em comum dos povos incaicos, astecas, mapuches, guaranis, tupis, entre outros, seguem vivos e colorindo o sentido de diversidade no sombrio e pantanoso terreno do capital (TAVARES, 2019; BÁEZ, 2010).

É a confrontação histórica, no tempo presente, sobre os sentidos de vida, de mundo, de relações sociais de produção e estágios da técnica e das relações objetivas-subjetivas dos sujeitos que ao produzirem se refazem como seres sociais. As raízes históricas ora brotam, via intervenção humana no uso de tecnologias avançadas para delimitar o que há abaixo da terra, como é o caso da descoberta no meio das matas fechadas da Guatemala³, ou através de achados arqueológicos, como o recente dente histórico encontrado no Vale do rio Peruçu-Minas Gerais em 2021⁴.

Trata-se, portanto, de um debate acerca da transição⁵. Tanto no que tange ao nosso passado - século XV - em que os modos de produção originários de Abya Yala se tornaram, após subsumidos à lógica dominante de cada época, modos de produção coloniais europeus - a partir de 1492 -, como no presente, em que as dependências reais das economias latino-americanas à atual fase imperialista em disputa do século XXI, encarnam as permanências/rupturas vigentes nas guerras de independências formais do continente.

O presente artigo pretende abordar três momentos históricos chaves para

3 São mais de 600.000 edifícios maias na região guatemalteca de Petén. Processo que coloca no centro das discussões a vigência da categoria Memorícídio cunhada pelo Venezuelano Fernando Báez acerca de nossa memória e história prévia à invasão. https://brasil.eipais.com/brasil/2018/02/12/album/1518429337_635840.html#foto_gal_3

4 Ver matéria instigante da Revista Piauí sobre o tema: n. 185, de fev/2022.

5 Sobre este tema, vale a indicação das leituras: 1) MARIUTTI, Eduardo Barros. Balanço de um debate: a transição do feudalismo ao capitalismo. SP: Hucitec, 2004; 2) SWEEZY, Paul (Outros Orgs.). A transição do feudalismo para o capitalismo. RJ: Paz e terra, 1977.

o entendimento acerca do debate da transição vista a partir do ser/viver/pensar desde a América Latina e Caribenha contemporânea. Momento 1: a transição da diversidade dos modos de produção à constituição das economias coloniais europeias (séculos XVI a XVII); Momento 2: A transição aos modos de produções escravistas/servis coloniais às guerras de independências (século XVIII e XIX); Momento 3: a economia capitalista dependente (séculos XX e XXI)⁶. Da vinculação entre estes três momentos, o texto apresenta, de forma didática, uma vista panorâmica inicial, que requer posterior tratamento para cada um dos três momentos ora socializados, além desta introdução e das considerações finais.

Cabe demarcar por fim, mas não menos importante, que a diversidade das experiências que compõem os países da América Latina e do Caribe é muito mais ampla e complexa do que pontuaremos no presente texto introdutório. Ou seja, os processos históricos reais, vividos em cada um dos lugares pelos diferentes sujeitos – indígenas, negros, camponeses, trabalhadores de nossa região - engendram condições de produção e resistências muito particulares.


Nesse sentido, o exercício ora proposto parte do pressuposto de que cada um dos países da América Latina e do Caribe, ainda quando mediados por processos comuns, conformam peculiaridades que relativizam ainda mais o estudo proposto e exigem que façamos mais perguntas do que as possíveis respostas nas quais possamos chegar pontualmente. Feita esta observação, cabe reforçar que este texto tem uma única intencionalidade: colocar a América Latina e o Caribe no centro da nossa reflexão. Para isto, serão utilizados autores e autoras marxistas clássicos, mas especialmente os intelectuais do campo crítico formado em nosso continente nos últimos 100 anos (LOWY, 2019). Entendemos ser fundamental tirar do apagamento intelectuais orgânicos que se debruçaram sobre os problemas concretos de seus tempos, com vistas a superá-los. Resgatar as experiências de um continente do qual o Brasil faz parte, mas não está acima de outras experiências, colocar lado a lado os processos históricos e evidenciar que as lutas de resistências ocorrem em meio à materialização das hegemonias, são alguns dos objetivos específicos

6 Uma observação importante acerca desta divisão é que não há linearidade histórica. Então, muitos processos combinam o estar entre fases de transições. Em especial quando se trata da realidade de cada lugar no tempo e espaço de suas conflitividades.

desenhados. Além disto, pretendemos apresentar uma série de debates e referências que sirvam de caminho investigativo complementar para os/as interessados/as no tema no campo da geografia.

A pergunta-problema sobre a qual este texto pretende refletir é: o que a história das transições, a partir da América Latina, nos ensina sobre o passado e o presente?

Momento 1: a transição da diversidade dos modos de produção à consolidação violenta das economias coloniais europeias (séculos XVI e XVII)



Los conquistadores españoles destruyeron, sin poder naturalmente reemplazarla, esta formidable máquina de producción. La sociedad indígena, la economía inkai-ca, se descompusieron y anonadaron completamente al golpe de la Conquista. Rotos los vínculos de su unidad, la nación se disolvió en comunidades dispersas. El trabajo indígena cesó de funcionar de un modo solidario y orgánico. Los conquistadores no se ocuparon casi sino de distribuirse y disputarse el pingüe botín de guerra. Despojaron los templos y los palacios de los tesoros que guardaban; se repartieron las tierras y los hombres, sin preguntarse siquiera por su porvenir como fuerzas y medios de producción. (MARIÁTEGUI, 2007)

Recuperar a história de uma região que foi devastada pelas guerras coloniais ao longo de mais de cinco séculos, exige debruçar-se tanto sobre o que já se conhece desta história em diferentes campos do conhecimento, como sobre o gigantesco universo do desconhecido, tamanha a dimensão do saqueio, da destruição dos sujeitos e objetos e da onipotente produção de uma história oficial que oculta histórias reais de cotidianos de resistências, choros, angústias e suicídios coletivos como forma de sair da redoma totalitária do processo de colonização/escravização.

A "América Latina" foi uma construção dolorida, demorada, destrutiva, ge-

nocida, etnocida, memoricida, meioambientocida. Seu nome⁷, como abarcador de uma expressão continental, dista mais de quatro séculos do momento das invasões europeias tanto da região de Mesoamérica, em 1492, como da região sul do continente, em 1500 (ARDÃO, 1978, 1980). E, ainda quando derrotados os povos originários, seu passado histórico, anterior à invasão colonial, mantém-se vivo tanto na presença geográfica física do continente, como, e essencialmente na geopolítica social encarnada nos corpos que insistem em manter a história das línguas, das culturas alimentares, dos processos comunitários ainda vivos na atualidade. Formas comunitárias antagônicas à lógica individualista mercantil apregoadas nos últimos dois séculos.

A invasão colonial demarca para o continente americano em geral e latino-caribenho em particular, a transição do próprio/originário ao apropriado de maneira sanguínea. Sua história, com base na arqueologia histórica e nos textos que restaram – códices –, ou foram escritos na forma descritiva, após a destruição invasora, como os relatos jesuítas de Bernardino Sahagún (1995), Bartolomé de las Casas (1999), além das cartas dos mandatários capitães representantes das coroas europeias no continente invadido (CARDOSO, 1982; LEÓN-PORTILLA, 1992).

Apesar das polêmicas e divergências existentes nos diferentes campos de investigação acerca da origem do povoamento do continente, estima-se que a partir de 40.000 a. C. existiam povos caçadores-coletadores no continente. Antes da chegada dos invasores, os povos da região mesoamericana, via agricultura, produziam milho, feijão, pimenta, cabaça, cacau, maguey; os povos da região andina central a batata, a quinoa, a cabaça, o feijão e a lhama; na América do Sul, a mandioca. Além dos povos costeiros do atlântico e do pacífico e suas diversas formas históricas de sistemas de permutas, feiras, trocas (CARDOSO, 1982; ROS-TOROVSKI, 1999, 2004).

7 O documento que expressa, pela primeira vez o termo América Latina, é de 1836, em uma carta escrita pelo francês Michel Chevalier, intitulada *Cartas sobre América do Norte*. Ver: ARDÃO, Arturo. *Estudios latinoamericanos de Historia de las ideas*. Caracas: Monte Avila Editores, 1978; ARDÃO, Arturo. *Génesis de la idea y el nombre de América Latina*. Caracas, Centro de Estudios Latinoamericanos Rómulo Gallegos, 1980. Mas, a pesar do termo aparecer documentado nesta carta, segundo Ardão, é somente em 1886, a partir da veia poética latino-americana que o sentido de unidade e diferença com o norte, de fato, se expressa. Tanto no texto *Las dos Américas*, como em uma homenagem deste mesmo autor a San Martín, no mesmo ano, 1886, em que expressa as seguintes palavras: yo he pensado siempre que todos los latinoamericanos debemos rendir un tributo de amor, de reconocimiento y de veneración a todos los grandes hombres de América que nos han hecho nacer a la vida de hombres libres y de pueblos independientes, cualquiera sea el lugar de su nacimiento. Para mí, colombiano, que amo con entusiasmo mi noble patria, existe una patria más grande: la América Latina

O que define a história da região antes da invasão é a diversidade de modos de produção coexistentes, suas culturas vinculadas a processos inerentes de produção do conhecimento mediada por guerras territoriais ou necessidades migratórias ambientais, além de zonas densamente povoadas, como a região meso-americana vinculada a modos de produção altamente desenvolvidos no que tange à arquitetura, engenharia, construção de dutos, comércios com produção diversificada, sistemas de vinculação do ouro, da prata e do cobre com suas respectivas concepções culturais e políticas próprias⁸. Nada no continente nos permite, ainda quando os registros tenham sido majoritariamente destruídos, definir os diversos modos de produção na América Latina como similares aos de outros continentes, ainda quando em uma análise comparativa possam haver proximidades. De norte a sul e de leste a oeste, o que temos no continente é uma diversidade de modos de produção, ora em confrontação e disputa, ora em complementariedade, reciprocidade e conexões culturais diversas. Assim, a invasão colonial dos espaços e povos do continente distribuída no tempo entre os séculos XVI e XVIII, significou, na Europa a fatura da pilhagem e do saqueio oriundos da acumulação primitiva do capital, sustentáculos do processo de transição do feudalismo ao capitalismo. A acumulação do lado de lá, enquanto do lado de cá a morte da diversidade, a violação do direito à vida, à terra, à apropriação de sua própria produção.

A transição do que éramos (múltiplos povos com produções diversas de valores de uso que não se tornaram valores de troca), para o que nos tornaríamos (povos subsumidos à lógica da acumulação), explicita o sentido da acumulação originária de capital, que sustentada na destruição/subordinação dos modos de produção originários anteriores, conformou o processo de acumulação eminentemente mercantil. Assim, a pilhagem, o saqueio, os homicídios-memoricídios-genocídios, constituem a mola propulsora do modo de produção capitalista europeu, ao decretarem para a América Latina e o Caribe a morte da alteridade no que concerne à terra e ao trabalho ontológico vinculado a mesma.

As diversas formas de exploração-escravização postas em movimento no continente dão a dimensão da diversidade de métodos sanguinários (CARDO-SO&BRIGNOLI, 1984): repartimento, encomendas, peonagem, trabalho livre, traba-

⁸ Sobre a diversidade de produções comunais no território vale a pena o trabalho de Meillassoux, *Mujeres, granaderos, capitales. Economía doméstica y capitalismo*, 1989. E, em uma leitura sobre o mesmo processo na Europa, indicamos: FEDERICCI, Silvia. *O Calibã e a bruxa*, 2017.

lho escravo indígena, trabalho escravo africano, são formas de subsunção formal dos sujeitos, seus conhecimentos e suas produções no espaço-tempo, como mecanismo de obtenção de bens que, transitados para a esfera da acumulação, se tornariam mercadorias (TRASPADINI, 2016; MARX, 2000).

A invasão colonial significou, na dimensão dialética entre o próprio e o apropriado, o fim da terra para os povos que aqui residiam, e com isto o fim de suas condições políticas de serem os detentores de todo o tipo de poder que emanasse de suas relações com a natureza (MEILLASOUX, 1989; LEÓN-PORTILLA, 1992). A transição significou para nossos povos a morte da autonomia, da razão originária, do desenvolvimento próprio consolidado pelo teor de suas contradições inerentes e do sistema de produção e circulação próprios originados em tempos históricos anteriores (MARX, 1985, 2015).

Na Europa, a transição significou a passagem para um novo modo de produção, tendo acumulado, das regiões de cá, pilhagens, matanças, apropriações, saqueios e todo tipo consolidado de tortura contra os povos. A transição, do lado de lá, que consolidaria o modo de produção capitalista no século XVIII, encontrou alguns lugares, no espaço-tempo, entre os séculos XV e XVIII, para conformar técnicas "(des)humanas" de destruição em massa tanto da natureza como dos seres que a compõem. Nesse sentido, é impossível pensar no processo de invasão sem associá-lo diretamente ao predomínio totalitário-sanguinário dos soberanos/cleiros europeus sobre a América e a África.


A relação entre os povos dos continentes americano e africano no passado anterior à invasão colonial, ainda é ponto de investigações e divergências entre arqueólogos, historiadores e antropólogos que estudam a história do continente. No entanto, é menos incerto o fato de que a transição dos modos de produção originários aos modos de produções escravista/servis coloniais, colocou os continentes e seus sujeitos em uma das mais dramáticas e violentas cenas de sua história: o escravismo e o colonialismo como metabolismo da acumulação de capital nos processos de guerras de independências.

À medida que os invasores descobriam novas áreas ou intensificavam a pilhagem, em meio a muita guerra de resistência travada pelos povos, tanto mais avançavam no processo de produção violento do saqueio e submissão dos sujeitos. A tal ponto que acelerar o processo produtivo na região exigiria expandir a densidade demográfica de algumas áreas, como no caso da América Central e o Brasil (com

a inclusão de mão de obra escrava oriunda da África) e, quando necessário, tendo em vista as lutas de resistências, avançar no processo de substituição dos corpos mortos por novos corpos vivos-mortos, escravizados de além-mar (como ocorrido na Venezuela, na Colômbia e no próprio México). A invasão colonial contou com a escravização formal dos povos originários e avançou para associá-la à escravização dos povos da África. De 1500 a 1800 o tráfico de pessoas da África e da América, para a ostentação do domínio europeu sobre o mundo, demarcava a expansão territorial da ascensão e apogeu do capital industrial sobre o comercial, bancário e agrário. Apogeu que somente se materializaria de forma hegemônica na transição para o modo de produção capitalista no século XVIII.

Vale reforçar: a transição da diversidade para o monocultivo-latifundista-escravista, consolidou antes mesmo de ser dado o nome de América Latina, um continente cujos gritos se escutariam por dentro das matas, dos vales, dos rios e dos oceanos. O modo de produção escravista colonial (originado na subsunção formal dos povos indígenas e africanos), deu passo e sustentação ao modo de produção capitalista europeu (GORENDER, 1980; MOURA, 1994; JAMES, 2010; WILLIAMS, 2012). O que significa dizer que a Europa transitou para a modernidade levando com ela derramamento de sangue, destruição de povos e territórios, colonizando-escravizando grupos que até então viviam e vivenciavam outra dimensão sobre a cultura, a política, a espiritualidade, em outras palavras, os modos de produzir, nominar, avançar sobre a vida em sua relação como seres e natureza (ECHEVERRIA, 1998; BAGU, 1949).

Momento 2: A transição aos modos de produções escravistas/servis coloniais às guerras de independências (século XVIII e XIX)⁹



Tampouco se pode falar de influência da “Europa” sobre a “América Latina”, ou viceversa, se esquecermos o fato essencial, que já assinalei em algum trabalho meu, de que o que iria se chamar mundo ocidental e o que iria

⁹ Neste item, entenderemos que as diversas expressões do colonialismo no continente, que combinam o escravismo de indígenas e etnias africanas, a servidão indígena e seus respectivos trabalhos compulsórios, dão a dimensão antagônica, e ao mesmo tempo complementar, ao que na Europa transita, não de forma homogênea nem na mesma velocidade, para o modo de produção capitalista, ancorado na propriedade privada e no trabalho assalariado livre.

se chamar América Latina apareceram quase simultaneamente e estreitamente vinculados entre si. Sem a chegada dos protoeuropeus (aos quais sugeri chamar de "Paleo-ocidentais"), sem o saque da América, que foi acompanhado pela monstruosa carnificina que custou à África dezenas de milhões de seus filhos, não teria havido "acumulação primitiva do capital", e em consequência, não teria havido "mundo ocidental": nome este que é uma forma melodiosa de se referir àquilo que, em palavras menos espirituais, se chama "capitalismo desenvolvido", o qual, segundo a certa expressão de Marx em O Capital, nasceu jorrando sangue e lama por todos os poros. Por esta razão, a influência (se assim quisermos chamá-la) de nossa América sobre a Europa Ocidental é de tal modo decisiva que se trata, em verdade, de uma condição sine quan non. (RETAMAR, s.d, n.p.)

Se, o momento anterior foi o de assentar as bases da subsunção formal no continente, na assim chamada acumulação originária de capital, os séculos seguintes dão passo à intensificação do saqueio via aceleração da produtividade média colocada sobre o trabalho escravo indígena e africano. A conformação de uma economia colonial, cujo modo de produção assentava-se sobre o trabalho escravo, extensas propriedades de terras da coroa e transferência direta dos produtos originados no continente para a Europa. O modo de produção escravista colonial¹⁰ engendra particularidades concretas em meio ao funcionamento de transição ao modo de produção capitalista em geral. Nas palavras de Gorender (1980, p.55),

o escravismo colonial surgiu e se desenvolveu dentro de determinismo econômico rigorosamente definido, no tempo e no espaço. Deste determinismo de

¹⁰ Cabe destacar o interessante debate que ocorreu entre Jacob Gorender, Ciro Flamaron Cardoso e José de Souza Martins sobre as particularidades do modo de produção escravista colonial e sua funcionalidade no modo de produção capitalista. Estes autores, em meio à boa batalha de ideias, se distanciaram das teses do feudalismo latino-americanos.

fatores complexos, precisamente, é que o escravismo colonial emergiu como um modo de produção de características novas, antes desconhecidas na história da humanidade. Nem ele constituiu repetição ou retorno do escravismo antigo, [...] nem resultou da conjugação sintética entre as tendências inerentes à formação social portuguesa do século XVI e às tribos indígenas. O estudo da estrutura e da dinâmica do modo de produção escravista colonial demonstrará o que desde logo vem afirmado, ou seja, que se tratou de um modo de produção historicamente novo.

A invasão colonial da pilhagem e do saqueio deu passo à conformação de processos produtivos orientados para a acumulação de capital, cuja conformação era a de assentar as bases para a produção de excedentes tanto no centro, como no norte e no sul do continente. Esse período, destinado à produção de mercadorias como o algodão, a banana, o tabaco, a cana de açúcar, a continuidade de extração de metais preciosos, não substituiu, ao contrário, complementou os mecanismos violentos inerentes à acumulação originária realizados em diversas partes do mundo. A passagem da invasão para a materialização do domínio europeu no território conformou a intensificação da violência, seja na tortura de trabalhar até morrer para produzir os bens necessários à concorrência entre as potências europeias, seja para conformar um processo original e violento em sua originalidade de produção econômica sob os domínios políticos da escravidão (CESÁIRE, 1978; FANON, 1983).

O modo de produção escravista colonial consolidou, assim, a passagem do trabalho servil ao trabalho assalariado livre na Europa entre os séculos XVII e XVIII. É da combinação entre o trabalho escravo do lado de cá e o trabalho assalariado do lado de lá que deve ser entendida a transição ao modo de produção capitalista. Eric Williams faz uma observação relevante sobre este período ao recobrar a importância do entendimento de totalidade da violência impressa na transição do feudalismo ao capitalismo na Europa em comunhão com a violência instituída nas colônias. Afirma Williams,

o serviço forçado branco foi a base histórica sobre a qual se edificou a escravidão negra. Os feitores dos degradados nas fazendas não tiveram dificuldade em se tornar os feitores de escravos [...] Eis portanto a origem da escravidão negra. A razão foi econômica, não racial; não teve nada a ver com a cor da pele do trabalhador, e sim com o baixo custo da mão de obra. Comparada ao trabalho indígena e branco, a escravidão negra era muito superior [...] Suas feições, o cabelo, a cor e a dentição, suas características "sub-humanas" tão amplamente invocadas, não passaram de racionalização posterior para justificar um fato econômico simples: as colônias precisavam de mão de obra e recorreram ao trabalho negro porque era o melhor e o mais barato. Não era uma teoria; era uma conclusão prática extraída da experiência pessoal do fazendeiro. Ele iria até a lua, se precisasse, para conseguir mão de obra. A África ficava mais perto do que a lua, mais perto também do que as terras mais populosas da Índia e da China. Mas estas também teriam sua vez. (WILLIAMS, 2012, p. 50-51).

A razão econômica determinou, na passagem da subsunção formal à subsunção real, em outras palavras, na transição do processo de trabalho ao processo de valorização, a combinação de forma complementar dos diversos modos de produção sob o domínio da Europa, na orquestração de um modo de produção com tendências universalizantes: o capitalismo (MARX, 1989; 2014)¹¹.

Nesse sentido, os modos de produções escravistas/servis coloniais da América Latina e o Caribe, combinados à continuidade dos processos de espoliação anteriores como o repartimento e as encomendas na região, conformam

¹¹ No capítulo V do livro I de O capital, Marx mostra de maneira metódica a transição entre a história da humanidade em geral, processo de trabalho, e um momento da história da humanidade em particular, o processo de valorização que torna o trabalho refém e subjugado à lógica da propriedade privada da vida. E, no capítulo VI inédito, além de voltar a este debate, nos ajuda a entender a diferença entre subsunção formal, vinculada a todo o tipo de aprisionamento do ser humano para a condição mercantil de reprodução da riqueza capitalista, até seu estágio mais avançado de subsunção real em que a mercadoria, o valor e o dinheiro já se metamorfosearam em trabalho objetivado e capital.

um processo de trabalho orientado para um processo de trabalho orientado pela lógica do capital, como valor que se valoriza (MARX, 1989; 2014).

CLR James, no capítulo sobre a propriedade, insiste na importância da transição do próprio ao não próprio que foi a escravidão no território africano, como exemplo da subsunção formal à real. Segundo o autor,

no século XVI, a África Central era um território de paz e as suas civilizações eram felizes. Os comerciantes viajavam milhares de quilômetros de um lado ao outro do continente sem serem molestados. As guerras tribais, das quais os piratas europeus afirmavam libertar as pessoas, eram meros simulacros; uma grande batalha significava meia dúzia de homens mortos. Foi sobre um campesinato, em muitos aspectos superior ao dos servos em amplas áreas da Europa, que o comércio de escravos recaiu. A vida tribal foi destruída e milhões de africanos sem tribos foram jogados uns contra os outros. A interminável destruição da colheita resultou no canibalismo: as mulheres cativas se tornavam concubinas e degradavam a condição de esposa. As tribos tinham que suprir o comércio de escravos, ou então elas mesmas seriam vendidas como escravas. A violência e a ferocidade tornaram-se as necessidades para a sobrevivência, e foram a violência e a ferocidade que sobreviveram. Os crânios sorridentes na ponta de estacas, os sacrifícios humanos, a venda dos próprios filhos como escravos: esses horrores foram o produto de uma intolerável pressão sobre os povos africanos, que se tornavam mais ferozes, no decorrer dos séculos, à medida que a exigência da indústria aumentava e os métodos de coerção eram aperfeiçoados (JAMES, 2010, p. 22).

Os dois primeiros séculos de assentamento da violência invasora (XVI e XVII)

deram passo aos novos dois séculos de conformação estrutural da violência do capital comercial em trânsito ao industrial (XVIII e XIX)². Mas, mais do que um novo momento que supera o velho método violento, o trânsito para o século XIX combina expressões de êxito nas violências anteriores com renovadas formas de extrativismo, exploração, espoliação: o trabalho escravo ou livre orientados para a acumulação de capital, à subsunção real.

O importante a frisar é que, à medida em que se intensifica a forma de exploração da força de trabalho escrava ou livre, também se dinamiza a mercantilização da terra e dos sentidos dados à mesma. Vai-se conformando um padrão homogeneizador em que a língua, a religião, o modo de vida dos grupos dominantes, tornam-se a forma padrão de ser das sociedades latinas. Assim, a mediação principal que tornou o ser humano, o trabalho, uma espécie diferenciada entre as demais espécies, desenvolvendo uma ontologia social, em uma diversidade de experiências históricas, é substituída pela forma alienada de consolidação da vida mercantil.

O trabalho e a terra como mercadorias conformam o binômio principal desta transição (TRASPADINI, 2016). A produção destinada a um fim, a racionalidade que engendra toda uma gama de subjetividades, ancorou-se em um sentido único e onipotente da esfera de realização da riqueza mercantil, como se a história não fosse feita de disputas. Trabalho escravo, trabalho livre, trabalho assalariado são, pois, expressões concretas de uma mesma forma substantiva de produção de vida a partir do século XVIII: a forma valor erigida sobre diversas formas comunitárias do continente (MARX, 2015; LINERA, 2009).

É também neste século - XVIII - que duas grandes revoluções ocorrem (a Revolução Industrial e a Revolução Francesa) mediadas por uma guerra de independência na América, a dos Estados Unidos (HOBSBAWM, 2012; HUBERMAN, 1978). Esses processos deflagram o amadurecimento da forma valor e da implementação dos modernos estados de direito que conformaram a geopolítica mundial da atual fase da economia política clássica. Tanto a independência dos

² No entanto, são tempos de muitas contestações à ordem violenta oriunda da Europa. As lutas de resistências como a da Cacica Guaetana da cultura Yalcon na Colômbia; de Tupak Amaru II, no Peru; Tupak Katari e Bartolina Sisa na Bolívia; dos comuneiros na Colômbia, as guerras curtas e longas em Cuba na luta pela independência, dão o cenário de uma história que está longe de ser harmoniosa, pacífica e sem resistência. De ponta a ponta do continente se respira luta entre 1500 a 2022. A história oficial não casa com a história real repleta de outras vivências não contadas.

Estados Unidos, como as duas revoluções não cessam o tráfico de pessoas e tampouco a centralidade econômica manifesta no escravismo. A tal ponto que exigiria a reflexão da coexistência das independências com os escravismos, ou das diversas formas de trabalho compulsório utilizadas no continente como forma de exploração direta dos sujeitos. Neste caso, a transição não significou a superação real de modos de produção anteriores e sim a coexistência de suas variáveis econômicas de concentração de capital a ser acumulado em outro lugar à custa da terra e do trabalho do lado de cá.

As premissas da revolução francesa sobre a igualdade, a liberdade e a fraternidade, se analisadas a partir das lutas de independências na América Latina e o Caribe, em especial em São Domingo, colônia francesa, mostram o teor discrepante do significado de liberdade aqui e lá. Enquanto por lá Bonaparte, líder dos Jacobinos contra Luis XVI, instituiu agitações enganosas sobre a necessária associação entre camponeses e trabalhadores para o enfrentamento contra o atraso, aqui no Caribe, os Jacobinos Negros Liderados por Toussaint L'ouverture e Jean Jaques Dessalines¹³, insistiam na liberdade, via independência, como sinônimo do fim do escravismo, além da soberania dos pequenos produtores reféns dos latifundiários brancos (JAMES, 2010; WILLIAMS, 2012). Este é um capítulo a mais dessa história desigual e combinada entre nosso passado escravista colonial e o presente de economias capitalistas dependentes.

O século XIX na América Latina e no Caribe será o tempo-espaço da vivência de múltiplas lutas internas e internacionais sobre o território¹⁴. Entre a guerra de independência do Haiti, em 1804 e a Cubana em 1898, correm rios de conflitos internos e externos sobre o território. O apagamento, em pleno séculos XX e XXI da história da luta de independência efetivada pelos Jacobinos Negros no Haiti revela o quanto a história oficial vela intencionalmente o reconhecimento das histórias que habitam a história. No entanto, há que se considerar que entre a América espanhola, portuguesa, inglesa e francesa, produziram-se distanciamentos linguísticos ainda presentes.

13 Ver interessante documentário sobre a história oculta da revolução haitiana. DOCUMENTÁRIO "1804: A História Oculta do Haiti" - Parte 1: <https://www.youtube.com/watch?v=dLqfDkpchUc> - Parte 2: <https://www.youtube.com/watch?v=v6zjWr2nohU>

14 No caso do Brasil, vale a pena o estudo do Dicionário das Batalhas Brasileiras, de Donato Hernani, 1996. E, sem dúvida, para entender as particularidades de cada país, o estudo meticoloso feito pelo equatoriano Agustín Cueva em *Desarrollo del capitalismo em América Latina*, 1997, merece destaque central.

A integração da América espanhola, presença majoritária no continente, é, na literatura, nas artes e no próprio conhecimento científico mais fluida do que o que ocorre entre esta e as demais. No Brasil, por exemplo, o acesso aos autores e autoras de língua espanhola, inglesa e francesa do continente seguem absurdamente restritos às linhas editoriais que se interessem pela tradução. Há sem dúvidas uma exclusão através da língua que faz com que as culturas, mesmo padronizadas pela hegemonia ocidental, não se reconheçam, não dialoguem, não transitem entre si.

Assim, quando os nacionalismos foram estruturados, já o foram sobre as bases do *apartheid* social no continente. Ou seja, nascem fraturados, ora como cópia daquilo que nunca serão (economias centrais), ora como plágio, que se manterão como cópia original do desenvolvimento capitalista moderno. Referências fundamentais da América espanhola como José Martí e Simon Bolívar (RETAMAR, 1978; MARTÍ, 1977; RODRIGUEZ, 2019), são pouco ou nada conhecidas no Brasil. Há uma América Latina apagada cuja integração reforça o nexo dos mercados, desconexo dos sujeitos e suas narrativas para além da ordem¹⁵.

Uma observação fundamental deste período diz respeito à continuidade de guerras por disputas territoriais no continente, tanto no Norte, como no Sul. No Norte, a guerra dos EUA contra o México, entre 1846-1848, fez com que este país perdesse quase 50% do seu território e se tornasse ainda mais débil no poder fronteiro ao Norte¹⁶. No Sul do continente, a Grande Guerra contra o Paraguai, (1864-1870), decorrida da associação entre Brasil, Argentina, e Uruguai financiados e geopoliticamente ancorados nos interesses britânicos pela sua continuidade de mando na região, gerou um saldo de mortos aproximado de 270 mil paraguaios, entre 50 a 100 mil brasileiros, 18 mil argentinos e, 3 mil uruguaios. Ou seja, 80% da população masculina do Paraguai foi dizimada, e houve uma perda de 25% de seu território (TRASPADINI, 2020; CREYDT, 2007).

Em síntese, o século XIX abrigou o processo de transição dos modos de produções escravistas/servis coloniais para a constituição dos Estados Nacionais de-


¹⁵ Como forma de suplantar dito apagamento, diversos grupos, assim como o Instituto de Estudos Latino-americano (IELA)-UFSC - <https://iela.ufsc.br/> -; o Núcleo de História Econômica da Dependência Latino-Americana (HEDLA)-UFRGS; o GT da Teoria Marxista da Dependência da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP), são espaços de formação fundamentais.

¹⁶ Cabe reforçar o papel que o México cumprirá na dinâmica geopolítica do continente enquanto passagem contínua dos fluxos migratórios forçados para os Estados Unidos. Além de ser o território concreto da passagem, será também um Estado que será tensionado/exigido a regular as relações diplomáticas internacionais sob o controle dos Estados Unidos a partir dos ditames da fronteira.

pendentes latino-americanos. No entanto, cabe reforçar que, no momento em que esta transição ocorre, o capitalismo também transita de sua fase de economia concorrencial para a economia monopolista e de primazia da mais-valia relativa sobre a mais-valia absoluta (MARX, 1989; HOBBSBAMM, 1979; AMARAL, 2012; LENIN, 2012). Nesse sentido, tanto as economias nacionais formalmente independentes estarão vinculadas a um mundo partilhado entre as grandes potências, como os Estados Nacionais serão atrelados a organizar internamente suas participações periféricas nas relações econômicas internacionais.


E, se a democracia burguesa, mercantil, é questionável, a democracia mercantil das economias capitalistas dependentes nasce e se desenvolve explicitando que o direito, o Estado e a âncora da legitimidade-legalidade estão diretamente vinculadas ao direito penal e criminal contra os povos, a classe trabalhadora (camponeses, indígenas, ex-escravos alforriados sem terras, e mulheres)¹⁷. Portanto, trata-se da constituição de uma nação cujo nacionalismo deixou de fora a maioria da população como povos, sujeitos de direito. Este, quando conquistado, exigiu muita luta, muita morte, muita saga contínua de resistência ao longo dos séculos seguintes (MOURA, 1994; GONZÁLEZ, 2020; SOUZA, 2021).

Momento 3: a economia capitalista dependente (séculos XX e XXI)



No meu entendimento, a teoria da dependência deve entender-se como a aplicação criadora do marxismo-leninismo à compreensão das especificidades que assumem as leis de movimento do modo de produção capitalista em países como os latino-americanos, cuja economia e sociedade, conformadas depois da destruição das sociedades indígenas, foram produtos do desenvolvimento do modo de produção capitalista primeiro na Europa, em

¹⁷ Cabe destacar que a classe dirigente da transição na América Latina e o Caribe foram os proprietários de terras, cujas raízes do latifúndio-monocultivo-trabalho escravo/extenuante, foram mantidos dentro da dinâmica de modernizar conservando os laços coloniais do não direito à terra e à vida digna para a maioria. A tal ponto que a própria discussão acerca da independência convocará debates internos entre liberais e conservadores que, mesmo o primeiro grupo sendo favorável à abolição e a independência, isto não significaria ser adepto à mudança da ordem mercantil. Ver: WASSERMAN, Claudia. História da América Latina: cinco séculos (temas e problemas). 3. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS. Cap. 5.



seguida nos Estados Unidos, e são redefinidas em função das possibilidades estruturais internas, isto é, da diversificação do aparato produtivo. Uma abordagem desse tipo não permite de maneira nenhuma – e aqui estamos contestando uma crítica feita à teoria da dependência – interpretar tal postulação como não marxista por supor que isso significa partir da circulação e não do processo produtivo. As formulações mais rigorosas a respeito do condicionamento exercido pelos países capitalistas mais desenvolvidos do século XIX sobre a formação econômico-social dependente capitalista exportadora trataram de fundamentar este condicionamento em função das mudanças substanciais que ocorreram no sistema produtivo daqueles países. (BAMBIRRA, 1977, p.26) (Tradução própria)

Entre 1917 e 1918, Lênin escreve dois textos fundamentais para o entendimento da nova ordem mundial, são eles: Imperialismo, fase superior do capitalismo e Estado e Revolução. No primeiro texto, Lênin elucida os elementos constitutivos da nova era do capital, à luz dos ensinamentos de Marx e dos próprios desdobramentos, em sua época da lógica de acumulação de capital. Para o revolucionário russo, alguns elementos conformam as bases estruturantes do capital no século XX: 1) a era dos monopólios substitutiva da era dos pequenos capitais concorrenciais, com a dinâmica da concentração e centralização de capitais, em que vigoram os trustes e cartéis; 2) o poder de uma oligarquia financeira que consolida, via fusões e aquisições, a conformação do capital financeiro, oriunda da junção do capital industrial e do capital bancário, em que os bancos deixam de ser apenas empreendedores de dinheiro e passam a organizar a produção efetiva de mercadorias; 3) a partilha do mundo entre os grandes capitais financeiros monopolistas de então. Estados Unidos, Japão e Alemanha figuravam como potências em disputa ou em tratados geopolíticos de atuação; 4) a partilha do mundo entre os grandes Estados Nacionais, sedes dos grandes capitais (LÊNIN, 2012).

Assim, mais do que elementos separados ou hierarquizados, o que Lênin reitera é o conjunto de características que colocam o capital em uma fase de difusão direta para todo o mundo de seu modo de produção, avançando no processo de

anexação territorial controlada por capitais estrangeiros em territórios diversos. Nesse sentido, ao vivenciar na Rússia a própria lógica de uma economia atrasada para os moldes capitalistas industriais, Lênin aporta para o entendimento de que o Estado capitalista necessita ser enfrentado e dirigido para um Estado de transição que faça frente aos elementos acima mencionados. Em Estado e a Revolução (2007), o revolucionário russo deixa evidente que não é possível traçar uma trilha pacífica de transição ao socialismo dada a violenta ofensiva da concentração e centralização de capitais sobre todo o globo.

A revolução exige o tensionamento entre a vida cotidiana liderada pelo Estado de direito burguês e a conformação de um novo processo societário, via Estado de transição revolucionária. Transição que coloca em evidência a estrutura metabólica mercantil de piora das condições de vida da maioria das pessoas. Para Lênin, herdeiro direto das concepções de Marx e Engels, o Estado é um produto do estágio de desenvolvimento alcançado pela sociedade. E, no capitalismo, encarna e dissemina as contradições inerentes à sociedade de classes (LÊNIN, 2007; KOLLONTAI, 1978).

É sobre estas bases estruturais que se ancora a conformação das nações na América Latina. Nesse sentido, a transição do modo de produção escravista colonial para o modo de produção capitalista dependente, compõe o sentido analítico que deve vigorar sobre o sentido restritivo que o Estado imprimirá à maioria no que tange o direito à terra, ao trabalho digno, à democracia real. Na América Latina, o capitalismo cumpria uma dupla função: manter o jogo hegemônico das economias centrais em disputa e constituir um pacto democrático-republicano nacional que alimentasse, para dentro, a construção da ideia de Nação desenvolvida.

No entanto, cabe reforçar que o papel que cumprirá a América Latina nesta nova fase mantém-se atrelado à lógica primária de ser a fornecedora de matéria-prima diversa para as diferentes fases e desdobramentos metabólicos do capital industrial. Para dentro e para fora da América Latina é a terra e o trabalho vinculado a ela o que dimensionará o nosso tipo de capitalismo sui generis (MARINI, 2005; GUIMARÃES, 1977; TRASPADINI, 2016; MARTINS, 2013; DONGUI, 1996; 2011). Um exemplo notório dessa particularidade latina agrária, de uma transição que mantém os laços históricos coloniais na forma e conteúdo de apropriação da terra e do trabalho foi a Revolução Mexicana iniciada em 1910 (BATALLA, 1990; O' GORMAN, 1992; REVUELTAS, 1980). Camponeses, indígenas, trabalhadores precarizados da

cidade conformaram um dos mais importantes processos de questionamento à ordem do capital. Na imagem coletiva expressa pelos batalhões de Francisco Villa e Emiliano Zapata, a Revolução, de cunho nacional e popular, demarcava quem havia ficado do lado de fora da constituição da Nação. A Revolução Mexicana expressou nas ruas ao longo de mais de dez anos, um México profundo que seria imortalizado pela cultura engajada do muralismo de David Siqueiros (1896-1974), Diego Rivera (1886-1957) e Clemente Orozco (1883-1949) e Aurora Reyes (1908-1985)¹⁸. Nos muros das cidades, se pintariam, por décadas seguidas, as histórias não contadas pela história oficial. A alfabetização política pelos olhos e sentidos intensificava a formação de quadros em uma sociedade, como todas da América Latina e o Caribe formalmente analfabeta (TRASPADINI, 2019)¹⁹.

A Revolução Mexicana, juntamente com a Revolução da Independência do Haiti, abriram a história das revoluções no continente. Posteriormente, Bolívia, Cuba e Nicarágua vivenciaram processos cujas experiências puxaram o exemplo da Revolução Mexicana (LOWY, 2009; BATALLA, 1990).

Em suma, a consolidação da passagem do escravismo colonial ao capitalismo dependente conjugou o cativo da terra com a superexploração da força de trabalho, primeiro livre e depois assalariado formal para uma minoria. O Estado de direito sempre se interpôs na produção de um desenvolvimento desigual, excludente de contínuos fluxos regionais migratórios no continente. A história da superexploração é a história do capitalismo dependente sob a égide do Estado capitalista dependente. E, ainda que se apresente como mais exploração, sua particularidade é a de conformar para dentro a manutenção da hegemonia de fora: ou seja produzir riqueza e transferir valor para as economias centrais. A superexploração é a faceta nova das velhas amarras da exploração escravidão no continente. A terra segue como mercadoria para os latifúndios, com parte do trabalho ainda sendo escravo ou livre sem direitos, e o trabalho após a alforria formal ganha um novo carimbo de pagamento abaixo das condições de

18 No mesmo ambiente, destaca-se o encontro entre militantes, revolucionários de diversas partes no México entre 1920 e 1950, com destaques para a produção fotográfica e militante de Tina Modotti, Edward Weston, além da curta passagem do cubano Júlio Antonio Mella, assassinado neste país em 1929.


19 Indico o texto para leitura, mas especialmente, para que vejam as referências bibliográficas latino-americanas sobre o tema indicadas ao final. Além deste, também sugiro ver as referências presentes em: TRASPADINI, Roberta. América Latina e o popular: reflexões (IM) pertinentes. São Paulo: CRESS 9ª Região: Revista do Conselho Regional de Serviço Social - 9ª Região (CRESS-SP), n. 6, maio 2021. Disponível em: <http://cress-sp.org.br/wp-content/uploads/2016/05/Emancipa-2021-Site.pdf>

reprodução de vida da classe trabalhadora. A superexploração é a condicionante tanto do desenvolvimento capitalista dependente, como do sentido operativo do Estado de direito destas economias.

Uma das grandes discussões, a partir de 1960, tem relação direta com a história, na Europa, dos totalitarismos-fascismos-nazismos. Ao recebermos os migrantes foragidos, exilados, perseguidos por estes regimes, e ao vivenciarmos no próprio continente as ditaduras, houve um espelhamento imediato entre o que se vivia aqui, e o que se vivia lá desde os anos 1930. No entanto, nossas raízes totalitárias e sanguinárias são anteriores a esses regimes e nos remetem a história das escravidões múltiplas dos períodos anteriores.

A expressão de violência nunca contida no continente latino-americano sempre foi a da tortura dos corpos negros, indígenas e camponeses. Mas, ainda quando haja entroncamento das histórias –Europa-África-América - nossas raízes orientadas pela invasão colonial e pelos modos de produções escravistas/servis coloniais reiteram a história das torturas, das mutilações e as técnicas mais avançadas de violência contra os povos. Assim, não é necessário ir à Europa para antever o que significaria o totalitarismo no continente ao longo dos séculos seguintes.

A dependência é entendida pela vertente marxista do debate, está ligada ao processo configurado pela relação desigual nas relações internacionais dominadas por poucas economias em sua partilha do mundo. Nas palavras de Marini (2011, p. 134-134),



É a partir desse momento que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o sentido do desenvolvimento posterior da região. Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida.

O Estado, nas economias capitalistas dependentes, nasce subordinado tanto ao capital produtivo internacional (financeiro monopolista), como ao dinheiro que permite a circulação da moeda hegemônica nas trocas internacionais. A debilidade dos Estados capitalistas dependentes está na ausência, real, de autonomia política conformada no seu nascimento. As burguesias nacionais industriais, reféns e em contínua disputa com as burguesias agrárias locais, disputarão o timor da condução do Estado, sem necessariamente alterar o sentido concreto de um Estado para a burguesia e contra os povos (KAPLAN, 1974; MORGA, 1977; TORRES-RIVAS, 2011; ZAVALA, 1990; CASANOVA, 1990; ZIMELMAN, 1990; TRASPADINI E SILVA, 2021; OSÓRIO, 2014).

Em suma, o século XX, guardadas as diferenças regionais do estágio de desenvolvimento urbano industrial, foi o século de consolidação da intensificação da produção nacional para a apropriação internacional das mercadorias latino-americanas. A superexploração da força de trabalho, cujas raízes estão vinculadas à terra e à continuidade do latifúndio monocultor, jogará um peso fundante no que será a média de salário no Brasil e o padrão de pagamento para uma maioria fora do Estado de direito.

Assim, entre os séculos XX e XXI, com o advento do neoliberalismo, a intensificação da continuidade da acumulação originária²⁰ para a acumulação de capital se mantém no continente. A superexploração da força de trabalho ganha tons ainda mais intensos e a transferência de valor alcança um patamar histórico de saqueios e apropriações externas das produções internas (VUYK, 2014; AMARAL; TRASPADINI, 2021a, 2021b, 2021c).

O neodesenvolvimentismo, propagado como uma política dos governos progressistas que alcançaram o poder no século XXI na América Latina, está espelhado no neoliberalismo e nas tentativas de ajustes dentro desta mesma plataforma, a depender do país e da disputa internacional. No entanto, após 1989, o destino das revoluções foi subsumido pela vitória das reformas burguesas neoliberais. O Estado na América Latina ficou ainda mais vinculado às dívidas externas e aos pacotes

20 Demarcamos, neste texto, o entendimento de que a acumulação originária não se tratou apenas de uma fase inerente ao processo de invasão colonial. Ao contrário, sua manutenção e intensificação constituem uma das expressões estruturais da acumulação de capital. Nesse sentido, a transição e a maturação da economia capitalista dependente, foi/é também a acentuação das características da acumulação originária, tais como a pilhagem, o saqueio, a espoliação e a expropriação. Pouco importa, se, no âmbito político, ditas condicionantes ocorrem de forma legal-ilegal, legítima-ilegítima. Independente dos nossos desejos, o fato é que ocorrem.

econômicos ditados de fora para dentro, principalmente aqueles oriundos do Consenso de Washington (BATISTA, 1994). Enquanto isto, para dentro, a intensificação da superexploração vai conformando o pauperismo de um exército industrial de reservas que não será colocado em movimentação para o emprego real. Sequer a condição de ser superexplorado/a é garantida na atualidade do mundo do trabalho na América Latina e no Caribe.

Considerações (Nada) Finais:

O presente texto teve como uma de suas principais intencionalidades didáticas, socializar alguns apontamentos para processos de investigações individuais e coletivos futuros, com a inclusão de referências bibliográficas latino-americanas ainda pouco usuais no pensamento crítico brasileiro. E demarcou o debate no entendimento de que a transição é uma categoria analítica fundamental para o processo de entendimento das histórias que habitam a história, mesmo quando suas múltiplas faces são intencionalmente apagadas, ocultadas. Partiu-se também do entendimento de que a transição carrega consigo a dialética, como processo repleto de contradições e conflitividades ao longo do tempo e espaço de realização da vida.

A pergunta geradora, a partir da qual três momentos históricos foram trabalhados, foi: o que a história das transições, a partir da América Latina, nos ensina sobre o passado e o presente? Assim, após o desenvolvimento daqueles momentos mediados pela categoria transição, entre várias aprendizagens, entendemos que:

1) O pensamento e a práxis latino-americanos precisam estar no centro do debate das nossas indagações. Tanto porque trazem contribuições valiosas ainda desconhecidas, como porque dialogam, dentro do campo marxista, com os processos vivenciados em diversas outras partes do mundo. A referência para isto está no método marxiano em que o real ocorre tal qual o vivemos, independente dos nossos desejos. E é desta transição do sentido comum ao sentido crítico, portanto, da passagem intelectual do concreto ao abstrato que as reflexões em sua historicidade, processualidade e conflitividade devem ocorrer;

2) As lutas sociais da América Latina e do Caribe, ao longo destes mais de 500 anos se contados da invasão colonial em diante, evidenciam particularidades que devem ser tomadas em consideração na análise, em especial pelo distanciamen-

to concreto entre as experiências vivenciadas pela América espanhola, francesa, portuguesa e inglesa. Apreender estas realidades, traz às experiências nacionais, outros elementos analíticos fundantes, como a manutenção das culturas originárias, indígenas e afro-latinas, em meio à violência hegemônica ocidental;

3] A transição entendida como categoria analítica atravessa o tempo histórico, corta os espaços e tece uma análise para além do conjuntural. E, se de categoria se trata, explica o real, fundamenta suas contradições e interpõe uma necessária reconstrução superadora. Na história a transição não é um passado e, sim, um presente em contínua disputa referencial sobre quem somos, e quem nos nega ser o que podemos/devemos ser;

4] Via transição, a história contemporânea do trabalho e da superexploração da força de trabalho na América Latina, ancora-se em dois pressupostos inseparáveis: a escravização dos sujeitos do continente e de seus pares africanos trazidos na mesma condição; a escravização da terra com fins mercantis desde 1492. Nesse sentido, é impossível trabalhar a questão da superexploração na singularidade latino-americana e caribenha sem nos reportarmos ao papel da terra nesta função escravizadora. Em outras palavras, ontem e hoje, vigora na América Latina, com centralidade, a questão agrária. Por mais que parte expressiva da intelectualidade tenha caído no mito fundador do desenvolvimento urbano-industrial. Este, além de recente é eminentemente rural tanto em suas raízes como em seus processos excludentes que narram a fome, a falta de teto, a falta, portanto, de terra (TRASPADINI, 2018);

5] Recuperar a história da América Latina, e as polêmicas acerca de seu entendimento, é um exercício prazeroso de aprendizagem sobre um mundo a ser descoberto por nós sobre nosso entorno. O latino-americanismo é isto: entender que integramos um continente marcado por uma trajetória violenta mas que vai além dela. Dito processo de recuperação coloca no centro vozes ainda não escutadas, corpos não vistos, ideias não propagadas, como as das culturas indígenas, dos povos afrodescendentes, e dos diversos grupos camponeses do continente (SILVA, 2017; KRENAK, 2019);

6] Apreender a história das batalhas das ideias como campo crítico, requer, antes de tomar partido, conhecer os lados do debate. Isto se torna importante reforçar, uma vez que na atualidade a força do pensamento decolonial no continente parece não dialogar com o histórico do pensamento marxista latino-americano do

qual parte de seus intelectuais integrou nos anos 1960. Para as novas gerações, antes de tomar partido, vale a pena conhecer, estudar e, posteriormente, filiar-se a uma leitura. Sem, no entanto, contribuir para apagar ainda mais o que tentamos, há anos, tirar do soterramento;

7) Mais importante do que somente ler, é conhecer estas experiências concretamente. Intercâmbios, trocas, viagens a estes lugares, nos permite uma abertura de sentidos para o até então desconhecido mundo, sangue latino (FALS BORDA, 2015);

8) Por último, mas não menos importante, uma das aprendizagens fundamentais sobre o território e suas histórias vêm da potência literária do continente. Conhecer a literatura latino-americana, como a dos peruanos referências de Mariátegui (José Maria Arguedas e César Vallejo); o equatoriano Jorge Icaza; a produção e reconstrução da Casa das Américas em Cuba, em que Roberto Fernández Retamar tem um papel fundamental (*Todo el calibán*)²¹; a recuperação da literatura popular argentina com Robert Arlt, Ricardo Piglia e Julio Cortázar; a literatura ferrosa do uruguaio Eduardo Galeano, do colombiano Gabriel Garcia Márquez e da chilena Izabel Allende; além das primorosas contribuições dos mexicanos Octávio Paz, Juan Rulfo, José Revueltas e José Emilio Pacheco, somados ao paraguaio Augusto Roa Bastos. Apesar do foco não estar no Brasil, não poderia deixar de ser mencionada Carolina Maria de Jesus como sagaz escritora e política, produzindo entre os 1950 e 1960 e somente reconhecida na atualidade, quando autores e autoras negras/os são reivindicados pelos movimentos negros.

A história da literatura latina e caribenha, combina com as disputas de narrativas intelectuais manifestas em um cenário de múltiplas revoluções (MARI-ÁTEGUI, 2006). O mesmo vale para a história do muralismo e da arte, cultura, populares no continente. Sem dúvida, não pode ficar de fora a poesia de Sr Juana Inés de la Cruz, de Alejo Carpentier, e o feminino militante revolucionário da nicaraguense de Gioconda Belli.

²¹Sobre este tema, fica a sugestão da releitura de nossos pensadores latinos sobre a obra *A Tempestade* de Shakespeare e o impacto da difusão de um povo aborígine, canibal. José Enrique Rodó, escreveu em 1900 a obra *Ariel* que foi um divisor de águas na discussão sobre os sentidos coloniais de nossa história. Em 1968 Aimé Césaire publicou *Una tempestad*. Esta peça foi encenada no ano seguinte no festival Hammamet, Tunisia. Em 1971, Roberto Retamar publica pela casa das Américas, *Calibán*. Um debate memorável sobre as representações coloniais escravistas acerca de nossa história. Também no Brasil, Augusto Boal vai dar centralidade ao Calibã ao teatralizar a tempestade. Ver: BOAL, Augusto. *A tempestade e As Mulheres de Atenas*. Lisboa: Plátano, 1979.

Entrelaçados estes oito pontos, o que temos a considerar finalmente é o convite a latino-americanizar nosso pensamento, linguagens e práxis militantes. Buscar nossas raízes, nossas referências e colocá-las em movimento dialógico com nossa biblioteca marxista básica internacional, torna-se cada vez mais, além de essencial, necessário. Em especial pelos múltiplos golpes sofridos pela classe trabalhadora latino-americana e caribenha nos últimos 50 anos de neoliberalismo. Sem isto, seguiremos curtos na experiência, na reflexão e na proposição política de outro mundo necessário e possível de ser construído.

Referências Bibliográficas

ABELARDO RAMOS, José. História da nação latino-americana. Florianópolis: Insular, 2012.

ABELARDO RAMOS, José. Revolución y contrarrevolución en la Argentina: 1. Las masas y las lanzas (1810-1862). Buenos Aires: Ediciones Continente, 2013.

AMARAL, Marisa Silva. Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo. 2012. 147 f. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

AMARAL, Marisa e TRASPADINI, Roberta. A superexploração e seus dois sentidos. Revista Outras palavras, 2021a. Disponível em: <https://outraspalavras.net/descolonizacoes/a-superexploracao-e-seus-dois-sentidos/> Acesso em 20 de fevereiro de 2022.

AMARAL, Marisa e TRASPADINI, Roberta. Origens e atualidade da superexploração no Brasil. Revista Outras palavras, 2021b. Disponível em: <https://outraspalavras.net/trabalhoeprecariado/origens-e-atualidade-da-superexploracao-no-brasil/> Acesso em 20 de fevereiro de 2022.

- AMARAL, Marisa e TRASPADINI, Roberta. Uber e a superexploração do trabalho. Revista Outras palavras, 2021c. Disponível em: <https://outraspalavras.net/trabalhoeprecariado/uber-e-a-superexploracao-do-trabalho-precarizado/> Acesso em 20 de fevereiro de 2022.
- ARDAO, Arturo. Estudios latinoamericanos de Historia de las ideas. Caracas: Monte Avila Editores, 1978;
- ARDAO, Arturo. Génesis de la idea y el nombre de América Latina. Caracas, Centro de Estudios Latinoamericanos Rómulo Gallegos, 1980.
- BÁEZ, Fernando. História da destruição cultural da América Latina. São Paulo: Nova Fronteira, 2010.
- BAGU, Sergio. Economía de la sociedad colonial: ensayo de historia comparada de América Latina. México: Grijalbo, CONACULTA, 1949.
- BAMBIRRA, Vânia. O capitalismo dependente latino-americano. Florianópolis: Insular, 2013.
- BAMBIRRA, Vânia. Teoría de la dependencia. Una anticrítica. México: Era, 1977.
- BARTRA, Armando. O homem de ferro. Los limites sociales y naturales del capital. México: Itaca, UAM, 2008.
- BARTRA, Armando. El capital en su labirinto. De la renta de la tierra a la renta de la vida. México: UAM Xochimilco, 2006.
- BATALLA, Guillermo Bonfil. México profundo: una civilización negada. México: Editorial Grijalbo, 1990.
- BATISTA, Paulo Nogueira. Consenso de Washington. A visão neoliberal dos problemas latino-americanos. Cartilha, 1994. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Consenso%20de%20Washington.pdf> Acesso em 19 de fevereiro de 2022.
- BOAL, Augusto. A tempestade e As Mulheres de Atenas. Lisboa: Plátano, 1979.
- BOMFIM, Manoel. A América Latina: males de origem. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.
- CAPUTO, Orlando.; PIZARRO, Roberto. Dependencia y relaciones internacionales. San José: Editorial Universitaria Centroamericana, 2ª. edição, 1982.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. Agricultura, Escravidão e Capitalismo. PETROPÓLIS: Vozes, 1979.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. América pré-colombiana. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. O trabalho na América Latina colonial. São Paulo: Editora ática, 1985.
- CARDOSO, Ciro Flamarion e BRIGNOLI, Héctor Pérez. História Econômica de América Latina. RJ: Graal, 2ª. edição, 1984.
- CASANOVA, Pablo González (Coord.). El Estado en América Latina. Teoría y práctica. México: Siglo XXI Editores y Universidad de las Naciones Unidas, 1990.

- CESÁIRE, Aimé. Discurso sobre o colonialismo. SP: Livraria Sá da Costa Editora, 1978.
- CESÁIRE, Aimé. Una tempestad. Buenos Aires: El 8vo. loco, 2011. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5663272/mod_resource/content/1/%5BAULA%208%5D%20Casaire_Una%20tempestad.pdf Acesso em 22 de fevereiro de 2022.
- CREYDT, Oscar. Formación histórica de la nación paraguaya. Asunción: Servilibros, 2007.
- CUEVA, Agustín. O processo de dominação política no Equador. Florianópolis: Insular, 2016.
- CUEVA, Agustín. El desarrollo del capitalismo en América Latina. México: Siglo XXI editores, 1997.
- CUEVA, Agustín. Las democracias restringidas de América Latina: elementos para una reflexión crítica. Quito: Editorial Planeta del Ecuador, 1988.
- DOBB, Muarice. A evolução do capitalismo. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.
- DONGUI, Tulio Halperin. Revolución y guerra. Formación de una elite dirigente em la argentina criolla. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2ª. edição, 2011.
- DONGUI, Tulio Halperin. História contemporânea de América Latina. Madri: Alianza editorial, 13ª edição, 1996.
- DOS SANTOS, Theotônio. Socialismo ou fascismo: o novo caráter da dependência e o dilema latino-americano. Florianópolis: Insular, 2018.
- ECHEVERRÍA, Bolívar. La modernidad del barroco. México: Era, 1998.
- ESTEVES, Bernardo. O DNA antigo. São Paulo: Revista Piauí sobre o tema: N. 185, de fev/2022.
- EVERS, Tilman. El Estado en la periferia capitalista. Ciudad de México: Siglo XXI, 1989.
- FALS BORDA, Orlando. Una sociología sentipensante para América Latina. Buenos Aires: CLACSO, SIGLO XXI, 2015.
- FANON, Franz. Los condenados de la tierra. México: Fondo de Cultura Económica, 7ª. reimpressão, 1983.
- FEDERICCI, Sílvia. O calibã e a bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2017.
- FRANK, André Gunder. Capitalismo y subdesarrollo en América Latina. Buenos Aires: Siglo XXI, 1973.
- FRANK, André Gunder. Lumpenburoguesía: lumpendesarrollo. Cidade do México: Siglo XXI, 1978.
- GALEANO, Eduardo. O livro dos abraços. Porto Alegre: L&PM, 2002.
- GALEANO, Eduardo. As veias abertas da América Latina. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

- GONZÁLEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. SP: Zahar, 2020.
- GORENDER, Jacob. Escravidão colonial. SP: Atica, 1980
- GUERREIRO RAMOS, Alberto. Introdução crítica à sociologia brasileira. Rio de Janeiro: Editorial ANDES, 1957.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro séculos de latifúndio. RJ: Paz e terra, 1977.
- HERNANI, Donato. Dicionário das batalhas brasileiras. Dos conflitos com indígenas aos choques da Reforma Agrária. SP: Instituição Brasileira de Difusão Cultural, 2ª. edição, 1996.
- HOBBSAWM, Eric. Nações e nacionalismos desde 1780. RJ: Paz e terra, 1991
- HOBBSAWM, Eric. A era das revoluções. 1789-1848. RJ: Paz e terra, 2012.
- HOBBSAWM, Eric J. Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense-. Universitária, 1979.
- HUBERMAN, Leo. A história da riqueza dos Estados Unidos. Nós o povo. SP: brasiliense, 1978.
- JAMES, Cyril Lionel Robert. Os jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos. São Paulo: Boitempo, 2010.
- KAPLAN, Marcos. Formação do Estado Nacional na América Latina. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.
- KRENAK, Ailton. Ideias para Adiar o Fim do Mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- KOLLONTAI, Claudia. A nova mulher e a nova moral sexual. RJ: editora global, 1978.
- LAS CASAS, Bartolomé. Brevisima relación de la destrucción de las Indias. Introducción y notas de Consuelo Varela. Madrid: Castalia, 1999.
- LENIN, Vladimir Ilich. Imperialismo: estágio superior do capitalismo. São Paulo: Expressão. Popular, 2012.
- LENIN, Vladimir Ilich. Estado e Revolução. São Paulo: Expressão. Popular, 2007.
- LEON-PORTILLA, Miguel. Visión de los vencidos. Relaciones indígenas de la conquista. México: Universidad Autónoma de México, colección de humanidades, 1992.
- LINERA, Álvaro Garcia. Forma valor y forma comunidade. Aproximación teórica-abstracta a los fundamentos civilizatorios que preceden al Ayllu universal. CLACSO, 2009.
- LOWY, Michel. Revoluções. SP: Boitempo, 2009.
- LOWY, Michel. O marxismo na América Latina. Uma antologia de 1909 aos dias atuais. SP: Fundação Perseu Abramo e Editora Expressão Popular, 2019, 5ª. edição.
- LUCE, Mathias. Teoria marxista da dependência. Problemas e categorias uma visão histórica. SP: Expressão popular, 2018.

MARIÁTEGUI, José Carlos. Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana. Venezuela: Biblioteca Ayacucho, 2007.

MARIÁTEGUI, José Carlos. Literatura y estética. Caracas: Fundação Biblioteca Ayacucho, 2006.

MARIÁTEGUI, José Carlos. ¿EXISTE UN PENSAMIENTO HISPANO-AMERICANO? IN: José Carlos Mariátegui. Temas de Nuestra América. Lima, Peru: "BIBLIOTECA AMAUTA", n. 12. Disponível em: http://www.archivochile.com/Ideas_Autores/mariategui_jc/s/Tomo12.pdf Acesso em 24 de fevereiro de 2022.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, R.; STÉDILE, J. P. (org.). Ruy Mauro

Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2ª. edição, 2011.

MARINI, Ruy Mauro. Subdesenvolvimento e revolução. Florianópolis: Insular, 2012.

MARIUTTI, Eduardo Barros. Balanço de um debate: a transição do feudalismo ao capitalismo. SP: Hucitec, 2004

MARTÍ, José. Nuestra América. Venezuela: biblioteca Ayacucho, 1977.

MARTINS, José de Souza. O cativo da terra. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

MARX, Karl. Formações econômicas pré-capitalistas. RJ: Paz e terra, 1985.

MARX, Karl. Escritos sobre a comunidade ancestral. Bolívia: Fondo Editorial y Archivo Histórico de la Asamblea Legislativa Plurinacional, 2015.

MARX, Karl. O capital. Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Vol. 2. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

MARX, karl. El capital, libro I, Capítulo VI (INÉDITO). Resultados del proceso inmediato de producción. México: Siglo XXI Edictores, 15ª. edição, 2000.

MEILLASOUX, Claude. Mujeres, granaderos, capitales, Economía doméstica y capitalismo. México: Siglo XXI edictores, 90ª. edição, 1989.

MORAGA, Henrique Gomari. O Estado nas sociedades dependentes: o caso da América Latina. Lisboa: Editorial Presença, 1977.

MOURA, Clóvis. Dialética radical do negro no Brasil. SP: Editora Anita, 1994.

O´ GORMAN, Edmundo. A invenção da América Latina. SP: Edunesp, 1992.

OSÓRIO, Jaime. O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

PEÑA, Milciades. Historia del pueblo argentino. v. 1. Buenos Aires: Ediciones Montevideo, 2013.

POMER, Leon. Argentina: raízes coloniais do Estado. In: BRUIT, Héctor H. (org.). Estado e burguesia nacional na América Latina. Campinas: Editora da Unicamp, 1985.

- RETAMAR, Roberto Fernández. Introducción a José Martí. Cuba: Casa de las Américas, 1978.
- RETAMAR, Roberto Fernández. Todo el calibán. CLACSO: 1993.
- REVUELTAS, José. Ensayos sobre un proletariado sin cabeza. México: Era, 1980.
- RODRIGUEZ, Simón. Bolívar contra Bolívar. CLACSO, 2019.
- RONSENMANN, Marcos Roitman. Por la razón o la fuerza. Historia de los golpes de Estado, Dictaduras y Resistencia en América Latina. México: Siglo XXI editores, 2019.
- ROSTOROVSKI, Maria. História del Tahuantsuyo. 2. ed. Lima: Centro de Estudios Peruanos, Estudios andinos, 1999.
- ROSTOROVSKI, Maria. Costa peruana pré-hispânica. Peru, Lima: IEP, Obras completas, 2004.
- SAHAGÚN, Bernardino. Historia general de las cosas de la Nueva España. Madrid, Alianza, 1995.
- SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de. Racismo e luta de classes na América Latina: as veias abertas do capitalismo dependente. SP: Hucitec, 2021.
- SILVA, Ludovico. A mais valia ideológica. SC: IELA: Insular, 2017.
- SWEZEY, Paul (Outros Orgs.). A transição do feudalismo para o capitalismo. RJ: Paz e terra, 1977.
- TAVARES, Elaine. TERRA E TERRITÓRIO NA AMÉRICA LATINA: O desafio indígena na era do capital. Tese de doutorado apresentada no programa de pós graduação em Serviço Social, UFSC, 2019. Disponível em: Tese diagramada Elaine.pdf (ufsc.br) Acesso em 22 de fevereiro de 2022.
- TRASPADINI, Roberta. Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina: a trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhadas. 2016. 337 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Inclusão e Conhecimento Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.
- TRASPADINI, Roberta. Viagem à guerra contra os povos do Paraguai. Revista Outras Palavras, Jornalismo de profundidade e pós-capitalismo, Descolonizações, 19 out. 2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/descolonizacoes/viagem-aguerra-contra-os-povos-do-paraguai/>. Acesso em: 8 nov. 2020.
- TRASPADINI, Roberta & BUENO, Fabio Murville. Lenin e a interpretação do imperialismo nos séculos XX e XXI. Rebel: Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos, Florianópolis, v. 4, n. 2, p. 186-204, maio/ago. 2014.
- TRASPADINI, Roberta; AMARAL, Marisa. Uber e a superexploração do trabalho. São Paulo: Revista Outras Palavras, 2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/trabalhoeprecariado/uber-e-a-superexploracao-do-trabalho-precariado/> Acesso em: 16 fev. 2021.
- TRASPADINI, Roberta. América Latina no século XX: revoluções, muralismos, imperialismo e dependência. SC: R. Katál., Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 566-576, set./dez. 2019. Disponível em: <https://>

periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592019v22n3p566/41167 Acesso em 22 de fevereiro de 2022.

TRASPADINI, Roberta. Questão agrária e América Latina: breves aportes para um debate urgente. *Rev. Direito Práx.*, Rio de Janeiro, Vol. 9, N. 3, 2018, p. 1694-1713. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/VM7MtNgmSCq8tMK8zWVyW4j/?lang=pt&format=pdf#:~:text=A%20ques-t%C3%A3o%20agr%C3%A1ria%20que%20no,%203%2C%202018%2C%20p>. Acesso em 20 de fevereiro de 2022.

TRASPADINI, Roberta. América Latina e o popular: reflexões (IM) pertinentes. São Paulo: CRESS 9ª Região: Revista do Conselho Regional de Serviço Social - 9ª Região (CRESS-SP). n. 6, maio 2021. Disponível em: <http://cress-sp.org.br/wp-content/uploads/2016/05/Emancipa-2021-Site.pdf> Acesso em 21 de fevereiro de 2022.

TORRES RIVAS, Edelberto. La Nación: problemas teóricos e históricos. In: LECHNER, N. Estado y política en América Latina. Ciudad de México: Siglo XXI, 2011.

VUYK, Cecilia. Subimperialismo brasileiro y dependencia de Paraguay. Los intereses económicos detrás del Golpe de Estado de 2012. Asunción: Cultura y participación, 2014.

WASSERMAN, Claudia. História da América Latina: cinco séculos (temas e problemas). 3. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

WILLIAMS, Eric. Capitalismo e escravidão. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ZAVALETA MERCADO, René. El Estado en América Latina. Cochabamba: Editorial Amigos del libro, 1990.

ZAVALETA MERCADO, René. El poder dual: problemas de la Teoría del Estado en América Latina. Cochabamba: Los amigos del libro, 1987.

ZEMELMAN, Hugo (Coord.). Cultura y política en América Latina. México: Siglo XXI Editores y Universidad de las Naciones Unidas, 1990.

NACIONALISMOS E NACIONAL-POPULISMOS CONTEMPORÂNEOS: O QUE OS GEÓGRAFOS POLÍTICOS TÊM A DIZER?

Juliana Nunes Rodrigues

Universidade Federal Fluminense – UFF

juliananunes@id.uff.br

Não há comunidades verdadeiras, pois qualquer uma é sempre imaginada e não se legitima pela oposição falsidade/autenticidade. Na verdade, o que as distingue é o “estilo” como são imaginadas e os recursos de que lançam mão. (ANDERSON, 2008 [1983], p. 33)

Introdução

Imperialismo, nacionalismos e nação são temas clássicos que orbitam, de forma persistente, os debates da Geografia Política. Longe de pretender contemplar as diversas questões que derivam das matrizes teórico-epistemológicas que se dedicaram a abordar temáticas tão amplas e exaustivamente discutidas, intenta-se aqui recuperar algumas balizas conceituais a fim de melhor calibrar as nossas lentes analíticas acerca de fenômenos que se atualizam no presente. Nesse sentido, este texto tem a pretensão de convidar os leitores a uma reflexão sobre alguns argumentos, alinhavados em três partes principais.

Na primeira parte, de caráter introdutório, rememoramos as relações entre Imperialismo, Geografia Política e Geopolítica Clássica, subcampo da disciplina interessado nas estratégias político-territoriais para o alcance de objetivos políticos precisos. O objetivo é decalcar o debate sobre Imperialismo e nacionalismo como categorias antagônicas, prenes de juízos de valor. A própria aproximação entre Geografia Política, Geopolítica, Imperialismo e Nacionalismos, que se consubstanciou ao longo do século XIX e início do século XX, não nos autoriza a conceber irrefletidamente os processos de construção e difusão das ideologias nacionais para fins de investidas imperiais. Desse modo, revisitar uma certa literatura clássica da Geografia Política e da Geopolítica, vinculada ao Imperialismo e ao expansionismo (material e simbólico) dos Estados-Nação, tem por propósito demarcar o nosso ponto de partida, a saber: pretender estabelecer uma dicotomia entre imperialismo e nacionalismo constitui um equívoco rasteiro, pois que se tratam antes de perspectivas construídas sobre o mundo do que de categorias fixas. Essa premissa, apesar de já bastante explorada nas análises críticas da Geopolítica e da Geografia Política, parece ainda não agradar aos corações e mentes que buscam aquietar as contradições e as novas questões que movimentos políticos impõem aos analistas do presente.

A geopolítica, como amplamente escrutinado na vasta literatura sobre o tema, mobiliza o raciocínio e a imaginação geográfica de forma estratégica. Recorre-se a imagens, discursos, mapas, narrativas, tal como explorado pelos autores que se dedicaram a decodificar a produção da geopolítica (KEARNS, 2003; TUATHAIL; DALBY, 1998). À Geografia Política, por sua vez, interessam os modos de expressão e de mediação dos conflitos, que se manifestam territorialmente, em múltiplas escalas e dimensões (CASTRO, 2005). É a esse agenciamento frágil e sempre efêmero de conflitos, que se dá nos circuitos da política, que retornaremos na segunda parte do texto, no intuito de posicionar o debate sobre a atualidade do nacionalismo como ideologia mobilizadora de afetos e de paixões. Diante desse objetivo, recuperamos algumas abordagens que buscam qualificar as relações entre Estado, território e nacionalismo a partir de alguns modelos teóricos, os quais ganham forma e expressão, necessariamente, em contextos históricos e em sociedades distintas.

No tempo dos fluxos globais, da internacionalização dos mercados e da mobilidade de pessoas, das culturas e dos diferentes saberes, as ideias de flexibilidade,

de instabilidade, de transitoriedade ganharam força na Geografia Humana (PAIN-TER, 2006). Hibridismo, ambiguidade, embaçamento, porosidade, são alguns dos bordões que indiretamente contribuem para uma certa rejeição do Estado-Nação como objeto pertinente de análise (ANTONSICH, 2009, p.789). No entanto, dentre os muitos fenômenos atuais que reativam a importância do Estado-Nação como objeto de análise, está a emergência dos assim chamados nacional-populismos. Embora a expressão referencie um leque de movimentos políticos bastante diversos, histórica e geograficamente, pode-se argumentar que há, nesse conjunto, certos atributos comuns. Para os geógrafos, em particular, é premente a atualização de um discurso sobre uma pretensa coesão e união nacional, em limites político-territoriais precisos e estáveis. Por conseguinte, um debate sobre nacionalismos nos convoca a apurar a maneira como os geógrafos vêm empreendendo análises sobre as componentes que mobilizam tais afetos e emoções (ANTONSICH; SKEY, 2016; CLOSS STEPHENS, 2016; MERRIMAN; JONES, 2016). Os geógrafos políticos que se filiam à virada afetiva na Geografia e, em particular, na Geografia Política, trazem-nos elementos interessantes para refletirmos sobre as particularidades político-institucionais e os contextos de forte adesão a esses discursos, que não se ajustam a reducionismos.

A terceira parte do texto, por sua vez, é dedicada a um levantamento, ainda exploratório e incompleto, das intervenções e análises recentes dos geógrafos políticos acerca dos nacional-populismos contemporâneos. Tendo em vista essas intervenções e análises, abordaremos as diferenças que parecem se apresentar nos afetos que movem a adesão a populismos nacionalistas nos países europeus, nos Estados Unidos, e em economias outrora emergentes. Os elementos apresentados são ainda preliminares e incompletos, e se baseiam em alguns estudos empreendidos por cientistas sociais que incitam os geógrafos, sobretudo os geógrafos brasileiros, a participarem mais ativamente dessa agenda de investigações. Adicionalmente, argumentamos sobre a importância do debate sobre o nacionalismo visar ao amadurecimento de sociedades plurais, calcadas no respeito às diferenças e na garantia das liberdades em pactos democráticos de convivência nos marcos do Estado-Nação.

Esperamos, com este texto, contribuir para qualificar um debate sobre

¹ Ver também FAURE, Alain; NÉGRÉRIER, Emmanuel (dir.). *La politique à l'épreuve des émotions*. Rennes: PUR, 2017.

conceitos clássicos da disciplina e reposicioná-los à luz dos desafios que os movimentos políticos do presente e suas contradições impõem aos geógrafos interessados em compreendê-los.

1. Geopolítica Clássica, Nacionalismos e Imperialismo

Como é de amplo conhecimento, a Geografia Política e, sobretudo, a Geopolítica Clássica, participaram das aventuras imperiais. Na realidade, o mais adequado seria recapitularmos que a Geografia, como ciência institucionalizada no século XIX, serviu de pensamento difusor de símbolos e signos nacionais das grandes potências imperiais, como forma de legitimar, e mesmo naturalizar, a corrida imperialista e a subjugação de povos. Nesse sentido, igualmente válido é lembrar que não existe antropologia, sociologia ou história neutras e isentas de julgamentos de intencionalidades - tampouco geografias e, notoriamente, Geografia Política (MACHADO, 1991; COSTA, 1991; CASTRO, 2005; RIBEIRO, 2014; RODRIGUES; MONTEIRO, 2018).

Se Friedrich Ratzel inaugurou, com sua *Politische Geographie* (1897), uma abordagem sistemática e sofisticada para a compreensão dos vínculos entre Estado, povo e solo, foram seus discípulos, notoriamente teóricos geopolíticos, que empreenderam a ampla difusão desse tipo de conhecimento nomotético, voltado para a elaboração de leis e teorias explicativas gerais sobre o desenvolvimento de diferentes tipos de Estados no mundo. Nessa perspectiva, o que assim se consagrou como a "Geopolítica Clássica" fomentou uma concepção de mundo como um sistema fechado, ordenado segundo princípios realistas e pautados na oposição entre forças distribuídas entre mares e continentes.

Na Geopolítica, o território ou o seu uso são um recurso estratégico, são objeto de disputas, frequentemente, mas não exclusivamente, entre Estados. O território não é apenas palco dos conflitos ou dimensão dos fenômenos políticos, é também objeto da imaginação geopolítica que afeta a ação sobre ele. Tal imaginação interfere, portanto, na forma como as forças políticas se organizam para conquistá-lo, ou para simbolicamente dele se apropriarem.

Em *Geografia Política e Geopolítica* (1991) - referência incontornável para os leitores brasileiros -, Wanderley Messias da Costa esmiuça a maneira como o discurso geopolítico promoveu um "encadeamento de argumentos fundamentados em construções pretensamente teóricas, mas pautados em esquemas simplifi-

cados e em imagens cartográficas que induzem a certas percepções da realidade e a certas visões do mundo" (COSTA, 2008 [1991], p.16). Michel Foucher (1991), no seu *Fronts et Frontières*, igualmente destacou como, nessa Geopolítica Clássica, "imagens são selecionadas e recompostas, arranjadas, de maneira a formar um conjunto espacial mais ou menos coerente e cuja denominação é, ao mesmo tempo, símbolo e slogan de um projeto político" (FOUCHER, 1991, p. 33).

Essa perspectiva foi largamente explorada por geógrafos que se debruçaram sobre o tema, dentre os quais destacamos os trabalhos do geógrafo brasileiro André Reyes Novaes (NOVAES, 2013; 2015). Importa salientar, contudo, que não se trata aqui apenas de uma geopolítica acadêmica, que se apresenta como método de conhecimento, ou ainda de uma geopolítica formal, associada a grandes teorias explicativas, mas de um entendimento da geopolítica como ação guiada por um raciocínio estratégico sobre o espaço e, notoriamente, da geopolítica inscrita em "visões de mundo". Tais concepções, como bem explorado pelos geógrafos geopolíticos críticos, estão vinculadas não apenas às diversas representações de atores e agentes que as mobilizam, como também às representações popularmente difundidas (FOUCHER, 1991; TUATHAIL, 1996; NOVAES, 2020).

Não nos cabe refazer o caminho percorrido por incontáveis geógrafos que sistematizaram as contribuições de geopolíticos críticos, os quais elaboraram de forma contundente as críticas dirigidas às diferentes formas de construção de representações esquemáticas (discursos, imagens, mapas, narrativas etc.) sobre povos e lugares (TUATHAIL; AGNEW, 1992; TUATHAIL; DALBY, 1998; REGO MONTEIRO, 2013; NOVAES, 2013). Intentamos apenas resgatar que tanto os "geopolíticos" quanto a difusão de um conhecimento da Geografia sobre os territórios nacionais assistiram aos projetos de conformação e expansão dos Estados Nacionais e, sobretudo, dos Estados imperiais. (COSTA, 1991; RIBEIRO, 2014, p. 156).

Acrescente-se que, finda a Primeira Guerra Mundial, o princípio de autodeterminação dos povos esteve na ordem do dia. O grande acordo do pós-guerra procurou fornecer as balizas para a transição dos impérios austro-húngaro e turco-otomano para Estados-Nação, no centro e no leste da Europa. Na Ásia e na África, o imperialismo britânico e o francês ampliaram seus domínios. O britânico Halford J. Mackinder elabora, nesse contexto, o que veio a ser considerado "o mais influente discurso geopolítico do século XX" (ROSEIRA, 2021). Em seu texto *The Geographical Pivot of History* (1904) e, nos que se sucederam (*Democratic Ideals and*

Reality (1919) *The Round World and the Winning of Peace* (1943), Mackinder formula um pensamento sobre um antagonismo premente entre forças marítimas e forças terrestres, sustentando os interesses do Império Britânico naquele período. Porém, a visão de mundo global e fechada e os elementos basilares que sustentaram a tese sobre forças antagônicas (e interesses rivais) capazes de ameaçar o equilíbrio de forças e a própria existência de civilizações e culturas influenciaram geopolíticos e agentes políticos em diversos países, inclusive no Brasil, como bem o sabemos (COUTO e SILVA, 1981; COSTA, 1991).

O período entreguerras foi marcado pela ascensão e expansão do nazismo e do fascismo, tipos de nacional-populismos. Já ao final da Segunda Guerra Mundial, os movimentos nacionalistas nas diversas ex-colônias, com as distinções de tempo e de espaço, foram movimentos de afirmação da nacionalidade anti-imperialista, que exaltaram a autonomia política e a independência. Ao mesmo tempo, o século XX foi o século da emergência e consolidação dos Estados Unidos como potência mundial (KEARNS, 2003).


No pensamento geopolítico, grandes teorias normativas empreenderam, portanto, leituras sobre a distribuição de poder no sistema internacional desde uma perspectiva realista, segundo a qual os Estados Nacionais devem perseguir seus objetivos de garantir a segurança de seus territórios e a consolidação de seus projetos nacionais. A geopolítica, nesse sentido, permanecia fortemente atrelada às estratégias para a expansão territorial (material e/ou simbólica) dos Estados. Cabe igualmente mencionar a importante relação do pensamento geopolítico com o nazi-fascismo, tendo seu expoente mais renomado o teórico alemão Karl Haushofer (1946-1969). Outros teóricos geopolíticos acompanharam o processo de ascensão dos Estados Unidos como potência, como Isaiah Bowman (1878-1950):

Desde os anos 1970, tanto perspectivas críticas realizadas pelos próprios geógrafos políticos, que destacaram como a geopolítica clássica foi prisioneira de sua historicidade (COSTA, 1991, p.16), quanto a predominância de uma vertente crítica marxista na Geografia, privilegiaram uma perspectiva sistêmica que trouxe contribuições sobre a posição dos Estados no sistema-mundo (FLINT; TAYLOR, 2018 [1985]). Contudo, os amplos debates nas ciências sociais sobre os limites da pers-

² Para aprofundamento, remetemos o leitor à sistematização realizada por Wanderley Messias da Costa. Ver COSTA, Wanderley Messias da. Geografia política e geopolítica. São Paulo: Edusp, 2008 [1991].

pectiva sistêmica não nos autorizam a reduzir a complexidade do debate sobre nações e nacionalismos a quadros de análise que primam pelo esquematismo das hierarquias como recurso explicativo (SANFELICI; NUNES, 2020).

Uma outra simplificação frequentemente enunciada é a que opõe a concepção desenvolvimentista, adota por diversos governos latino-americanos, à aderência ao capital estrangeiro. A geógrafa argentina Perla Zusman (2020) demonstrou, por exemplo, como projetos de governos reconhecidamente nacionalistas e neodesenvolvimentistas latino-americanos, ao longo do século XX, mas também no século XXI, "endossaram as alianças que cada Estado estabeleceu no campo das relações internacionais" (p.48). Contudo, diversos desses governos não estiveram desvinculados do capital transnacional para a exploração de recursos naturais, bem ao contrário (ZUSMAN, 2020, p. 51). Assim, para a autora, mesmo em se tratando de governos considerados progressistas no século XXI:



[...]o enaltecimento da nação não entrou em contradição com a abertura do território aos investimentos do capitalismo transnacional extrativista. A ideia de nação acompanhou o retorno à cena de um Estado que, ao procurar abordar as demandas sociais em termos de redistribuição de renda e de reconhecimento cultural, não renunciou a compromissos com os atores do capital global. [...]
(ZUSMAN, 2020, p.52)

Para a compreensão da complexidade dos discursos e práticas nacionais, propõe-se, portanto, valorizar as diversas dimensões, contradições e escalas passíveis de serem articuladas para entendimento das ações e decisões políticas inscritas no reavivamento dos nacionalismos contemporâneos. Nessa perspectiva, uma literatura em ascensão no campo da Geografia Política desloca o enfoque precedente sobre as dinâmicas sistêmicas para dirigir um olhar mais acurado para as dinâmicas político-institucionais concernentes às sociedades (SANFELICI; NUNES, 2020). Neste sentido, as concepções de nação e de nacionalismo são observadas no âmbito dos contextos históricos e político-institucionais nos quais são produzidas (ZUSMAN, 2020, p.47).

Suscitam-se, assim, novas interrogações sobre a atualidade da concepção de

nação como elemento estruturante de possíveis coesões sociais em um mundo atravessado por conexões interescolares e agenciamentos reticulares. Isso nos desafia a pensar na ressignificação do conceito de nacionalismo à luz de processos que promovem uma lógica mais reticular e interativa das ações e dos movimentos políticos (GERBAUDO, 2017). Ademais, instigam-nos a questionar como esse conceito se apresenta em contextos político-institucionais distintos, como é o caso da mobilização de discursos neo-nacionalistas de teor antissistêmico propugnado por líderes populistas de extrema direita. Com efeito, nos últimos anos, temos assistido ao revigoramento de teses simplificadoras e representações estilizadas sobre a unidade e coesão nacionais, contra pretensas “inimigos” internos e externos, que colocariam em questão essa suposta unidade. Vejamos, portanto, como o debate se situa na literatura da Geografia Política, frente aos novos desafios que as relações sociais do século XXI impõem à compreensão do presente.

2. Nação, nacionalismos: modelos conceituais revisitados

É interessante observar, na literatura da Geografia Política contemporânea sobre nações e nacionalismos, que os geógrafos políticos têm se debruçado sobre as transformações por que os Estados Nacionais vêm atravessando, tanto em relação à reconfiguração de seus desenhos político-administrativos e implicações políticas, quanto aos conteúdos das pautas políticas que pressionam os governos no século XXI. No entanto, o conceito de nação ainda permanece como um conceito operatório em um “vasto sistema de classificação social” (VERDERY, 2000, p.239).

Com efeito, o Estado, a nação, a nacionalidade e a cidadania permanecem como elementos estruturantes de práticas e discursos sociais. A mediação e reprodução dessas práticas e discursos frequentemente têm lugar por meio da evocação do nacionalismo, um fenômeno contextual que se manifesta nas formas mais sutis e banais na vida cotidiana. (KOCH e PAASI, 2016; BILLIG, 1998). Se há algo que ficou bastante em evidência nos últimos dois anos, com o advento da pandemia da Covid-19, é o quanto nossas vidas estão atreladas a um espaço político-institucional circunscrito por limites territoriais bem definidos, que afeta nossas rotinas em diversas escalas.

Segundo Habermas (2000), a nação tornou-se um símbolo potente e a base de classificação no sistema internacional de Estados. Foi a concepção de na-

ção que atribuiu sentido à relação entre os Estados e seus súditos e entre um Estado e os demais; trata-se, como sabemos, de um constructo ideológico fundamental para “conferir posições ao sujeito no Estado moderno, assim como na ordem internacional” (VERDERY, 2000, p. 240). A concepção de nação, portanto, possibilitou mesmo a ativação política do povo, tanto relacionada ao modo como um Estado se vincula a seus membros, distinguindo-os dos membros de outros Estados, quanto em relação ao ambiente interestatal (HABERMAS, 2000; VERDERY, 2000, p.240). Para Habermas (2000, p. 300), foi “a consciência nacional do povo” que proporcionou, efetivamente, um contexto cultural favorável à mobilização política dos cidadãos.

Em um mundo marcado por fluxos e por intensa mobilidade, é premente o debate de que a convergência entre Estado e Nação deve ser encarada com cautela. Ao longo da história, essa convergência tem sido largamente criticada, pois que suscita sempre enunciados de contestação acerca da heterogeneidade das comunidades nacionais frente ao “projeto hegemônico e normalizante da modernidade” (CHATTERJEE, 2020, p. 237). No entanto, o que se apresenta como possível convergência, na realidade, é de ordem política. Os geógrafos políticos têm discutido exaustivamente esse aspecto, incorporando tanto as críticas quanto os movimentos de resistência ao campo das disputas de ordem político-ideológica e simbólica que os nacionalismos encerram (PAASI, 2003: 470; AGNEW, 1994;1999; LEVY, 2007).

Cabe, neste ponto, rememorarmos algumas precisões conceituais a fim de melhor nos apurarmos para a compreensão das manifestações de nacionalismos contemporâneos. Para tanto, é oportuno retomar uma distinção conceitual básica, entre comunidades políticas fundadas em nacionalismos étnico-culturais e em nacionalismos cívicos.

Nos nacionalismos modernos, as concepções de nação se filiam a duas matrizes de sentidos. Eric Hobsbawn, em seu clássico *Nações e Nacionalismos* (1991), reconhece nacionalidades e nacionalismos fundados em dois tipos-ideais de relações, explorados na literatura sobre o tema. No primeiro tipo, as nações seriam fundadas por proximidades étnico-culturais - a nação abrangeria, assim, todos aqueles que compartilhassem uma língua, costumes, tradição e história comuns, caracterizando um tipo de nacionalismo étnico-cultural. No segundo tipo-ideal, diferentemente, a nação estaria baseada no compartilhamento de um

código de direitos e deveres partilhados, definindo-se, portanto, a partir de um pacto de cidadania comum, em que se fomenta um tipo de nacionalismo cívico (VERDERY, 2000, p. 240). No entanto, sabe-se que as nações são sempre produtos de dinâmicas socioterritoriais e processos históricos que se amalgamam e que as complexificam para além desses modelos teóricos ideais.

Habermas, em um texto dos anos 1990 (2000, versão traduzida) apresenta de forma cristalina como o próprio processo de constituição do Estado nacional moderno europeu procurou unificar as concepções de nação (étnico-cultural) à de cidadania. Mas para exercer essa função integradora mais ampla, a cidadania *democrática* precisou se converter no foco de uma cultura *política cívica* comum. Gomes (2002), em seu *A condição urbana*, procurou demonstrar como esse movimento agregou um conjunto de valores, como os da "justiça social, da liberdade individual, da ética comportamental", que se consubstanciam por uma lógica contratual (GOMES, 2002, p. 88). O nacionalismo cívico seria, assim, sustentado pelos fundamentos de uma racionalidade que preconiza que a identidade nacional pode ser construída em termos políticos, abrigando diferenças.

Esses modelos teóricos são, à luz dos processos históricos, profundamente imbricados, mas ainda suscitam debates e são notadamente mobilizados politicamente a fim de fomentar afetos políticos de diversas ordens. Ademais, a literatura contemporânea sobre nações e nacionalismos tem se voltado para as diversas formas de expressão do assim chamado "*nacionalismo banal*", introjetado na reprodução de códigos e convenções cotidianas, formais e informais, socialmente aceitas (KOCH; PAASI 2016). Esse debate foi estimulado pelo livro de Michael Billig, *Nacionalismo Banal*, que data de 1995 e que tem, desde então, influenciado inúmeros estudos sobre o nacionalismo na Geografia Política. Paasi (2016, p.24), por exemplo, argumenta que o nacionalismo está inscrito nas diversas formas de socialização espacial, nos processos por meio dos quais os atores se sentem membros das entidades territoriais e internalizam narrativas e memórias relacionadas a identidades coletivas e tradições compartilhadas.

Em um número da Revista *Political Geography* (2016), dedicado a revisitar a concepção de "nacionalismos banais" e suas diversas dimensões, fica claro, por exemplo, o quanto os geógrafos políticos têm se empenhado em compreender, por meio de estimulantes diálogos interdisciplinares, não apenas as relações entre

nacionalismos, globalização e a reprodução do sistema internacional de Estados, mas também as questões que daí derivam – relacionadas, sobretudo, ao exercício de direitos e deveres na vida cotidiana, incluindo nesse leque questões relativas à pauta dos valores e às pautas morais (KOCH; PAASI, 2016). Cabe ainda enfatizar os estudos vinculados à memória política e toda a literatura recente dedicada a compreender as relações entre nacionalismo e as formas mais sutis de reprodução desses afetos nas rotinas sociais (ANTONSICH; SKEY, 2016; MERRIMAN; JONES, 2016; CLOSS STEPHENS, 2016).

A riqueza dos debates em Geografia Política sobre nação e nacionalismo repousa, pois, precisamente na diversidade e na abertura teórico-metodológica. Dessa maneira, novos aportes teóricos e perspectivas metodológicas parecem tecer um caminho estimulante para se entender as diversas expressões materiais e simbólicas do nacionalismo como afeto político e suas implicações para os rumos das sociedades no presente. No contexto atual, um fenômeno incontornável e que rememora o nacionalismo como afeto é a ascensão dos populismos de extrema direita. É sobre esse assunto que pretendemos avançar, de forma ainda exploratória e incompleta, na terceira parte desta reflexão.

3. Geografia Política e Nacional- Populismos Contemporâneos: aproximações e perspectivas de análise

Segundo o historiador e sociólogo francês Pierre Rosanvallon (2021) reina, nos dias de hoje, “um populismo difuso”, uma ambiência de populismo no mundo. Ainda de acordo com o autor, um certo desencanto com as promessas não cumpridas da globalização contribui para uma maior personalização da política, “parecendo mais atrativa uma presença física imediata, mobilizadora de esquemas dicotômicos e reducionistas, do que um programa de governo” (ROSANVALLON, 2021, p.120). Para ele, “na era das redes sociais, a tendência à reclusão em comunidades de crenças fechadas sobre si mesmas é uma das suas mais expressivas manifestações [...] Daí a tendência a “simplificar a análise da sociedade reduzindo-a aos antagonismos entre os pequenos e os grandes, os ricos e os pobres” (ROSANVALLON, 2021, p.121).

Nessa ambiência, a ideologia nacionalista é frequentemente apropriada por movimentos populistas, que desafiam os geógrafos políticos a decodifiquem suas expressões materiais e simbólicas, nos diversos contextos sociais

em que emergem e se exprimem³. O nacionalismo, associado aos populismos contemporâneos, reiteradamente dá sentido e unidade à palavra povo, que se opõe a uma elite política, econômica, intelectual e cultural (EATWELL; GOODWIN, 2020). Vejamos em grandes linhas como tem se apresentado esse debate na Geografia Política contemporânea:

Em um conjunto de intervenções publicadas pela Revista *Political Geography* sobre populismos nacionalistas e fronteiras, quatro renomados geógrafos políticos, a saber, Virginie Mamadouh, John Agnew, Christopher Lizotte e Claudio Minca são convidados a comentar os populismos contemporâneos à luz das questões relativas às fronteiras e à soberania nacional. Anna Casaglia e Raffaella Coletti, ao apresentarem as intervenções, destacam que as contribuições da Geografia Política para os estudos sobre populismo enfocaram, em grande medida, a análise da expressão das clivagens espaciais depositadas nas urnas em processos eleitorais. Nessa perspectiva, as mudanças socioeconômicas dos lugares serviram de ingredientes para a análise de um certo padrão de voto em candidatos populistas por eleitores que vivem em diferentes parcelas e realidades de territórios nacionais. Não obstante as contribuições dessa Geografia Eleitoral, para as autoras, conceitos caros à disciplina, como fronteira, soberania, desigualdade e globalização foram pouco valorizados pelos geógrafos nos seus

3 O historiador e sociólogo Pierre Rosanvallon, no seu O século do Populismo: história, teoria, crítica, questiona se existem diferenças entre populismos de esquerda e populismos de direita (p.126). Fazendo referência aos trabalhos de Chantal Mouffe (2019), o autor aponta que, certamente, os regimes populistas, como institucionalmente se formalizam, diferenciam-se significativamente nas suas formas históricas; no entanto, reconhece que os elementos estruturantes que orientam os diversos movimentos populistas são bastante semelhantes. Dentre esses elementos, ressalte-se a leitura polarizante da realidade (povo x elite); o enaltecimento da soberania popular, expressa em uma concepção virtuosa da vontade geral; a valorização de processos democráticos mais diretos, sem mediações político-partidárias e midiáticas; o antiliberalismo; o nacional-protecionismo e uma visão comunitarista do mundo social. O autor considera que muitos dos populismos latino-americanos no século XX tiveram caráter mais redistributivo; porém, as experiências históricas e sociais também revelam regimes bastante diversos e controversos, tanto do ponto de vista da garantia de direitos políticos e sociais quanto do ponto de vista das políticas econômicas implementadas (inclusive, adotando-se medidas econômicas neoliberais). A literatura sobre essas distinções é extensa e, à luz dos limites deste texto, optamos por concentrar nosso interesse nos nacional-populismos de direita contemporâneos. Ver ROSANVALLON, 2021, pp. 129-141. Destacamos, igualmente, as contribuições de Paolo Gerbaudo acerca dos movimentos sociais populistas contemporâneos, anarco-populismos e suas lógicas reticulares. Ver GERBAUDO, Paolo. *The Mask and the Flag: Populism, Citizenism and Global Protest*. Oxford University Press, 2017.

4 O balanço de literatura apresentado é preliminar e de caráter exploratório; baseia-se, em grande parte, em levantamentos bibliográficos realizados nos periódicos *Political Geography* e *Progress in Human Geography* a partir da busca pela palavra-chave "nationalism". Títulos de expressão sobre o tema também foram consultados, conforme se apresenta no corpo do texto e nas referências bibliográficas. Não tivemos o objetivo, porém, de esgotar a produção atual da Geografia Política sobre o tema.

exercícios explicativos, a despeito de serem frequentemente sensibilizados por populistas (CASAGLIA et al., 2021). Convoca-se, por conseguinte, a recalibrar os enfoques, já que as estratégias discursivas mobilizadas pelos partidos nacional-populistas são dirigidas contra as ameaças percebidas em relação às forças da globalização, das instituições supranacionais, do multiculturalismo e da mobilidade internacional. Esses discursos e suas narrativas são reiteradamente articulados em torno da ideia de “retomar o controle da nação” para defender os interesses nacionais, por meio de uma agenda que abarca o protecionismo econômico. Ademais, destaca-se que as medidas adotadas por líderes nacional-populistas vão desde o fechamento de fronteiras, passando pela construção de muros, até a revisão de políticas de imigração, com o objetivo de preservar a ‘soberania’ nacional sobre o território. (CASAGLIA et al., 2020, p.1)

No conjunto dessas intervenções, John Agnew aborda a soberania nacional como componente central dos discursos populistas e reitera que lideranças populistas na Itália, assim como em outros países da União Europeia, passaram a invocar cada vez mais a concepção de soberania como contraponto à suposta perda de controle da nação frente as tendências globalistas europeias. No caso italiano, é interessante considerar o apelo à soberania como elemento chave do populismo, sendo que o país é, frequentemente, considerado um exemplo de Estado-nação que não tem uma identidade nacional (*nationhood*) tão enraizada por parte da população. Isso pode ser explicado em razão das desigualdades entre as regiões e ao fato de a unificação italiana ter ocorrido tardiamente. Agnew pontua, porém, que a expansão significativa do soberanismo na Itália ganhou força após a crise econômica de 2008. Segundo o autor, desde que o país adotou o euro como moeda, o seu crescimento econômico diminuiu. Além disso, antes de entrar na zona do euro, o governo italiano, quando confrontado com uma crise econômica, sempre teve a opção de desvalorizar a lira para conter a inflação, o que não é mais o caso. Outro elemento explicativo importante para a força recente do soberanismo nesse país seria a mudança na dinâmica populacional italiana. É preciso lembrar que a Itália se tornou a porta de entrada para diversos imigrantes e refugiados que chegam à Europa, o que alimenta o discurso populista sobre a tomada de controle das fronteiras como forma de proteção da nação. Chamando a atenção para as contradições e ambiguidades desse discurso de forte apelo populista, Agnew conclui de forma categórica:

jamais existiu uma soberania nacional absoluta em nenhum lugar, e em nenhum período da história. Desse modo, o nacionalismo populista opera com base em uma ilusão⁵ (CASAGLIA et al., 2020).

Em junho de 2021, a Revista *Political Geography* dedicou uma edição aos "Nacionalismos Populistas e as Novas Geografias da Exclusão". Novamente, a partir de diferentes contextos geográficos e escalas, abordou-se como os populismos lançam mão de um discurso binário, que coloca em oposição o "nós", o "povo", a "nação", contra "eles" (geralmente uma elite nacional ou, com frequência, supostos inimigos externos); essa clivagem cria bodes expiatórios, provocando um apagamento das contradições e nuances das forças políticas internas enquanto ativa certos afetos e emoções caros a uma pretensa união e coesão contra o inimigo da vez. Com frequência, essa pretensa união "não se dá por qualquer demanda política ou interesse econômico específico, mas por meio da mobilização de um estado de hostilidade permanente contra difusas e imprecisas "elites liberais", cosmopolitas ou, ainda, o "politicamente correto"⁶ (NAGEL; GROVE, 2021, p.1).

Entre os representantes desse fenômeno estão o Brasil de Jair Bolsonaro, a Hungria de Viktor Orban, a Índia de Narendra Modi, as Filipinas de Rodrigo Duterte, a Turquia de Erdogan, a Rússia de Vladimir Putin, para citar alguns exemplos. Esses nomes construíram plataformas políticas distintas, mas que se aproximam de um discurso que incita a desconfiança em relação a valores liberais e a instituições como as universidades e a imprensa. Tais governos também se referem à nação em termos estreitos e excludentes, muitas vezes justificando a expulsão de "inimigos" do espaço nacional, tomados como estranhos ao corpo político. Nesse sentido, é interessante observarmos, por um lado, o quanto esses discursos xenofóbicos recorrem a premissas de um nacionalismo étnico-cultural. Por outro lado, alguns desses líderes evocam um nacionalismo cívico de forma bastante deturpada, que se empresta à constituição de uma democracia excludente, redutora da extensão da cidadania a certos sujeitos e grupos sociais (DUNKER, 2019, p. 118),

5 Tradução livre da autora. Versão original: Indeed, the entire exercise of claiming more-or-less absolute territorial sovereignty at the center of contemporary populism is based on a dangerous illusion: the recuperation of a territorial sovereignty that has never actually existed anywhere "Indeed, the entire exercise of claiming more-or-less absolute territorial sovereignty at the center of contemporary populism is based on a dangerous illusion: the recuperation of a territorial sovereignty that has never actually existed anywhere" (AGNEW, 2020, p. 5).

6 Tradução livre da autora. Versão original: "They are united not by any single demand or economic interest, but by the abiding hostility toward cosmopolitan 'liberal elites' and 'political correctness'" (NAGEL e GROVE, 2021, p. 1).

Na realidade, o conceito mesmo de populismo é alvo de controvérsias teóricas e políticas e não nos interessa, nos limites deste texto, tentar resolvê-las (DIJKSTRA; POELMAN; RODRÍGUEZ-POSE, 2019, pp. 3-4; GORDON, 2018, p. 97; MUDDE; KALTWASSER, 2017, p. 541). A definição que parece mais aceita, contudo, é aquela que vê os partidos populistas como os que estabelecem uma dicotomia entre o povo e uma elite (política, econômica, intelectual e cultural) deslocada do restante da população, simplificando o discurso da coesão nacional em torno de um suposto povo que se opõe a uma elite avessa às pessoas comuns (MUDDE; KALTWASSER, 2017; MADEIRA; SILVA; MALHEIROS, 2021).

Acrescente-se que estudos de Geografia Eleitoral nos EUA e nos países europeus têm demonstrado que os partidos da nova direita nacionalista têm angariado apoio sobretudo de eleitores brancos, mais idosos, de classe média ou baixa, que têm perdido postos de trabalho e que apresentam maiores dificuldades para se inserirem na dinâmica da economia global (MADEIRA; SILVA; MALHEIROS, 2021; DIJKSTRA; POELMAN; RODRÍGUEZ-POSE, 2019; GORDON, 2018; GUILLUY, 2014). Trata-se de eleitores distanciados da realidade das grandes metrópoles e das cidades hiperconectadas aos mercados globais. Em se tratando dos países europeus e dos Estados Unidos, essa geografia está bastante demarcada por regiões em processo de desindustrialização, nas quais impera a falta de perspectivas em relação a uma reconversão produtiva possível (RODRIGUEZ-POSE, 2018; 2020).

Os geógrafos têm, portanto, contribuído com estudos que escrutinam uma geografia de uma nova direita radical, que evoca um discurso notoriamente populista e que rememora o nacionalismo como afeto segregador, inclusive na sua dinâmica espacial. Essas análises têm se delineado a partir de alguns caminhos principais, a saber: 1) a busca pela identificação e análise da orientação político-ideológica dos seus eleitores; 2) o mapeamento e a investigação das principais características socioeconômicas dos seus espaços de vida, considerando as dinâmicas econômicas e políticas desses lugares; e 3) a identificação e o exame de eventuais semelhanças e diferenças entre perfis de eleitores que têm apoiado partidos e movimentos desse tipo em diferentes países (MADEIRA; SILVA; MALHEIROS, 2021, p. 471).

Nessa mesma perspectiva, em *Mapping Populism: Taking Politics to the People*, John Agnew e Michael Shin (2019) tentam escrutinar os populismos contemporâneos e seus apelos nacionalistas, por meio de uma ampla recuperação

histórica e de uma cartografia que nos possibilita apreender as dimensões geográficas do fenômeno. Os autores não fornecem uma definição clara do termo, com base na justificativa de que o populismo se refere mais a um quadro geral aplicado à análise de movimentos políticos distintos, mas com forte apelo popular e à ideologia nacionalista, do que a um conjunto coerente e estruturado de propostas que possibilite delimitar suas balizas. Por conseguinte, os autores se dedicam mais à localização e à análise dos processos políticos e das características socioespaciais de contextos em que os populismos (no plural) emergem, do que a um esforço de definição dos contornos de seus significados. A maior parte do livro é dedicada a quatro estudos de caso particulares: a ascensão e vitória de Donald Trump nos EUA, a vitória do movimento Leave no referendo relativo ao Brexit no Reino Unido, o fortalecimento da Frente Nacional de Marine Le Pen na França e o movimento *5 Stelle*, na Itália.

Esse conjunto de contribuições apontam uma série de elementos para a adesão a esses discursos populistas contemporâneos, tais como o enfraquecimento das instituições mediadoras, especialmente os partidos políticos tradicionais; o declínio da participação eleitoral; o expressivo papel das redes sociais e de novas mídias na propagação de notícias falsas, aliado a dificuldades econômicas crescentes que estão associadas, por sua vez, à perda expressiva de rendimentos e até de emprego por vastas camadas sociais em distintos países; a incitação constante a rivalidades em relação a minorias e/ou outras nacionalidades (MADEIRA; SILVA; MALHEIROS, 2021; DIJKSTRA; POELMAN; RODRÍGUEZ-POSE, 2019; FERRÃO, 2019; DUNKER, 2019). Diante desse quadro, segundo nossos geógrafos, muitas camadas e grupos sociais se sentem esquecidos e ameaçados do ponto de vista político, econômico e cultural.


Diversos geógrafos têm, portanto, estudado o fenômeno da emergência contemporânea dos populismos nacionalistas, chegando-se à conclusão de que, frequentemente, esse tipo de eleitorado está mais concentrado em alguns locais do que em outros. Isso nos possibilita identificar e analisar uma certa geografia – uma “geografia do ressentimento”, propugnada em função do que se considera ser a exclusão de pessoas e de lugares das agendas liberais e das benesses do cosmopolitismo de elites urbanas (YIFTACHEL; ROKEM, 2021; MADEIRA; SILVA; MALHEIROS, 2021; RODRÍGUEZ-POSE, 2018; 2020). Nesse sentido, conforme Yiftachel e Rokem:

Isto ampliou as divisões políticas a nível global, com culturas urbanas metropolitanas tentando apoiar a migração, fronteiras relativamente abertas, santuários para refugiados, tolerância e democracia – tudo isso sendo fortemente oposto por movimentos neonacionalistas, representados por líderes como Erdogan, Modi e Trump, assim como o húngaro Viktor Orban, os britânicos Teresa May e Boris Johnson, e o brasileiro Jair Bolsonaro. Na maioria dos casos, a política neonacionalista recorre ao apoio de regiões não-metropolitanas (incluindo muitas cidades pequenas e médias), onde as suspeitas a respeito dos projetos cosmopolitas seguem fortes! (YIFTACHEL e ROKEM, 2021, p. 2)

Essas localidades têm em comum o fato de serem áreas em declínio econômico, de falência de setores produtivos e de incapacidades para abertura de postos de trabalho. São, também, negligenciadas de forma recorrente por representantes políticos, o que levou Rodríguez-Pose (2018; 2020) a adotar a expressão “lugares que não importam” para qualificá-las. Esses “lugares que não importam” abrigariam, assim, um eleitorado ressentido com a ordem político-econômica vigente e desiludido com as promessas não cumpridas da globalização. A expressão maior desse ressentimento se daria nas urnas, configurando o que Rodríguez-Pose (2018) chamou de “vingança dos lugares que não importam” (RODRÍGUEZ-POSE, 2018; 2020; MADEIRA; SILVA; MALHEIROS, 2021).

Na França, o aumento das desigualdades decorrente do neoliberalismo globalista conduziu a uma fratura social entre classes populares mais localistas e elites mundializadas, com opções eleitorais tendencialmente

7 Tradução livre da autora. Versão original: “This has widened political divisions globally, with metropolitan urban cultures attempting to promote further migration, relatively open borders, sanctuary for refugees, tolerance and democracy – all strongly opposed by neonationalist movements represented by leaders such as Erdogan, Modi and Trump, as well as by Hungary’s Viktor Orban, Britain’s Teresa May and Boris Johnson, and Brazil’s Jair Bolsonaro. In almost all cases, neonationalist politics draw on support from non-metropolitan regions (including many small and medium-sized cities) where suspicions of the cosmopolitan projects of metropolitan society run high” (YIFTACHEL e ROKEM, 2021, p. 2).



distintas (Guilluy, 2014). No Reino Unido, essas revoltas eleitorais têm-se concentrado muito em territórios que têm sofrido declínios prolongados (McCann, 2016). Isto tornou-se evidente nos padrões territoriais dos votos pela permanência e pela saída do Reino Unido da União Europeia, no referendo de 2016" (MADEIRA; SILVA; MALHEIROS, 2021, p. 476).

No caso brasileiro, a emergência do bolsonarismo guarda algumas semelhanças e diferenças em relação ao fortalecimento de lideranças de movimentos de direita radical, cuja força dos discursos antissistêmicos está associada não somente a um quadro de crise econômica, mas também ao processo de enfraquecimento dos próprios partidos políticos que se colocaram tradicionalmente em disputa nas corridas eleitorais e nas arenas institucionais. No entanto, se o nacionalismo xenofóbico dos países do "Norte" veicula discursos de coesão étnico-culturais ou invoca supostos valores republicanos contra certos grupos e nacionalidades, o patriotismo estilizado bolsonarista conclama a lealdade à nação - uma "comunidade moral" - com enunciados de ordem, de retidão e de amor à pátria contra inimigos internos - uma elite intelectual, cultural e política corrompida, distanciada do cidadão comum. Indo mais além, estudiosos têm demonstrado que o bolsonarismo capturou uma insatisfação difusa, não apenas em relação aos partidos políticos e às instituições formais da democracia representativa, mas associadas, igualmente, à fragilização das condições materiais da maioria da população e das próprias balizas culturais assentadas no progressismo, em uma sociedade ainda bastante autoritária e excludente (ORTELADO; MORETTO, 2018; SOLANO; MORETTO; ORTELLADO, 2017). No entanto, há uma vasta diversidade de perfis de seu eleitorado, presente em todas as estratos de renda e nos mais diversos grupos sociais, territorialmente dispersos, e que nos interpelam sobre a pertinência e os limites de assimilarmos quadros de interpretação válidos para os países "do Norte" na compreensão de nossa realidade (KALIL, 2018).

Nossos colegas antropólogos, sociólogos e cientistas políticos (ROCHA, 2021; SINGER; VENTURI, 2021; ROCHA; SOLANO, 2019; KALIL, 2018; ORTELLADO; MORETTO, 2018; SOLANO; MORETTO; ORTELLADO, 2017) têm se empenhado, nesse sentido, em investigar as complexas nuances do fenômeno que vão para além das análises

explicativas calcadas apenas no ressentimento como afeto político⁸. Nessa perspectiva, chamam a atenção para a subjetividade política de grupos sociais que não estariam precisamente em declínio, mas que adquiriram poder de compra e alcançaram melhorias substanciais de rendimentos durante o período do lulopetismo. Rosana Pinheiro Machado e Tatiana Vargas Maia (2021) os qualificam, de forma auspiciosa, como “classes aspiracionais”, categoria que, para as autoras, agrega trabalhadores informais em contextos de economias antes emergentes, mas que declinaram (tais como Brasil, Índia, Filipinas). As autoras identificam esses trabalhadores, em grande maioria jovens adultos, como altamente conectados, plattformizados e afinados aos anseios do mérito e das recompensas pelos esforços individuais.⁹ Para as autoras, muitos desses trabalhadores, focados no sucesso individual e no acesso ao consumo, vêm reivindicando reconhecimento em uma estrutura social profundamente desigual, produtora de desalento e de frustrações (PINHEIRO-MACHADO; SCALCO, 2020).

Tais pesquisas, ainda em andamento, nos conduzem a questionar sobre uma Geografia do Bolsonarismo como hipótese de investigação, que se dedique não apenas a analisar as características socioeconômicas dos espaços de vida de seus eleitores, mas, também, as aspirações, valores e imaginações nacionais que derivam de transformações importantes nos modos de vida de camadas e grupos sociais hiperconectados.

As linguagens digitais, a lógica dos algoritmos e os agenciamentos em circuitos virtuais desafiam as próprias escalas e categorias de análise clássicas da Geografia Eleitoral. Em outras palavras, as aspirações, desejos, interesses e necessidades passíveis de ensejar as escolhas de eleitores talvez estejam associadas a um deslocamento radical dos espaços do cotidiano e da convivência - do território para as redes, veiculadoras eficazes de informações (inclusive *fake*

8 Reportagem publicada no jornal O GLOBO, em 23 de janeiro de 2021, aponta para o expressivo volume de estudos acadêmicos publicados sobre o Bolsonarismo na área de ciências sociais. Segundo a reportagem, “Dos 1.154 artigos a respeito de governos brasileiro pós-redemocratização, 373 tratam de Bolsonaro, volume maior que o dos antecessores”. Ver O GLOBO, Bolsonaro sob análise: crise da democracia eleva interesse sobre o Presidente. Publicada em 23/01/2021. Acessível em: <https://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-sob-analise-crise-da-democracia-eleva-interesse-da-academia-pelo-presidente-25364381>. Data de acesso: 23/01/2021.

9 É interessante observarmos, também, uma crescente profusão de um nacionalismo chinês propagado por jovens influenciadores digitais, os “ziganwo”. Ver WONG, T. Ziganwu: os blogueiros nacionalistas chineses que atacam o Ocidente. Folha de São Paulo, 28/08/2021. Disponível em: Ziganwu: os blogueiros nacionalistas chineses que atacam o Ocidente - 28/10/2021 - Mundo - Folha [uol.com.br]. Acesso em: 07/jan/2022.

news], mas também amplificadoras do sucesso, das gratificações individuais e de pertencimentos. Compreender esse deslocamento se impõe como desafio teórico-conceitual e metodológico aos geógrafos políticos interessados em decodificar a expressão político-territorial desses afetos.

Para concluir, se o nacionalismo se refere a uma imaginação, a uma elaboração político-ideológica e territorial (ANDERSON, 2008 [1983]), inclusive mobilizada para fins imperialistas, um novo entendimento do nacionalismo, ajustado às condições do século XXI, deve se atentar às contradições inscritas no apelo ao afeto nacional. Ademais, suscitam-se questões sobre as alternativas para um pacto político-territorial inclusivo e democrático, aberto aos conflitos políticos e atento ao respeito às diferenças e às divergências. É a esse agenciamento frágil e sempre efêmero que se dá no campo do possível da política que retornamos para reafirmar a urgência de se pensar em alternativas para a ampliação da cidadania em pactos político-territoriais pluralistas, abrangentes e democráticos.

Considerações Finais

Este texto teve o objetivo de apresentar discussões suscitadas no campo da Geografia Política sobre o tema dos nacionalismos. Sem pretender tecer um balanço sistemático da literatura, apresentamos algumas contribuições clássicas e atuais sobre o tema, e privilegiamos, na terceira parte, análises voltadas à compreensão do fenômeno dos nacional-populismos contemporâneos, desde uma perspectiva geográfica.

Optamos por perseguir um conjunto de argumentos, apresentados nas três seções deste texto. Na primeira seção, destacamos que os conceitos de nacionalismo e de imperialismo são corriqueiramente enunciados como antagônicos, como se fosse possível atribuir uma qualidade ontológica a perspectivas sobre lugares no mundo. Nesse ponto, rememoramos a literatura da Geografia Política e da Geopolítica associadas a processos de construção de imaginários geográficos e a projetos expansionistas de Estados-Nação. Essa primeira parte se prestou, portanto, a introduzir o debate, resgatando-se como a Geografia Política e a Geopolítica clássica abordaram as relações entre nacionalismos e imperialismo. Indo mais além, trouxemos as leituras críticas acerca dessas abordagens e argumentamos que as contradições existentes nos contextos nacionais não nos autorizam a reduzir a complexidade do debate a quadros de análise que primam por hierarquias como recursos explicativos. Além de serem intelectualmente desestimulantes,

essa lógica interpretativa nubla o exame dos ambientes institucionais, das ações e decisões que orientam relações particulares entre agentes e atores nacionais e estrangeiros, por vezes contraditórias, em distintas escalas.

Em uma segunda parte, procuramos recuperar os modelos teóricos sobre o conceito de nacionalismo, que buscam qualificar as relações entre Estado, território e nação, e se apresentam de forma amalgamada, em contextos e em sociedades diferentes. Esses modelos nos ajudam a pensar nos termos e nos conteúdos acionados no debate público, que evocam diferentes matrizes de sentidos sobre o nacionalismo. Ainda, possibilitam-nos pensar sobre aproximações e diferenças entre os diversos tipos de regimes nacional-populistas que ganharam a cena na atualidade. Igualmente, nos apoiam na reflexão sobre as possibilidades de um pacto nacional inclusivo, atento ao respeito às diferenças e pautado no alargamento de direitos e nos princípios de respeito mútuo.

Por fim, na terceira parte, apresentamos algumas abordagens de geógrafos políticos contemporâneos sobre os nacional-populismos de extrema direita, e argumentamos sobre as oportunidades investigativas de uma agenda da Geografia sobre o fenômeno do bolsonarismo. Pesquisas empíricas sobre esse tema certamente contribuiriam para um entendimento da complexidade e das transformações por que passaram a sociedade e o território brasileiro nas últimas décadas.

Referências Bibliográficas

Agnew, John e Shin, Michael. **Mapping Populism: Taking Politics to the People**. Rowman & Littlefield, 2019.

Agnew, John. « The territorial trap: the geographical assumptions of international relations theory ». **Review of international political economy**, v. 1, n. 1, p. 53-80, 1994, DOI: <https://doi.org/10.1080/09692299408434268>

Agnew, John. « Mapping political power beyond state boundaries: territory, identity, and movement in world politics ». **Millennium: Journal of International Studies**, v. 28, n. 3, p. 499-521, 1999, DOI: <https://doi.org/10.1177/03058298990280030701>

Anderson, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008 [1983].

Antonsich, Marco. « On territory, the nation-state and the crisis of the hyphen » **Progress in human geography**. v. 33, n. 6, p. 789-806, 2009, DOI: <https://doi.org/10.1177/0309132508104996>

Antonsich, Marco; Skey, Michael. « Affective nationalism: Issues of power, agency and method » **Progress in Human Geography**. v. 41, n. 6, p. 843-845, 2016, DOI: <https://doi.org/10.1177/03091325166665279>

Billig, Michael; Núñez, Rosamaría. « El nacionalismo banal y la reproducción de la identidad nacional » **Revista Mexicana de Sociología**. v. 60, n. 1, p. 37-57, Jan.-Mar., 1998, DOI: <https://doi.org/10.2307/3541255>

Casaglia, Anna et al. « Interventions on European nationalist populism and bordering in time of emergencies » **Political Geography**. v. 82, p. 102238, 2020, DOI: <https://doi.org/10.1016/j.polgeo.2020.102238>

Castro, Iná Elias. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

Chatterjee, Partha. Comunidade imaginada por quem? In: BALAKRISHNAN (org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, pp. 227-238, 2000.

Closs Stephens, Angharad. « The affective atmospheres of nationalism » **Cultural Geographies**, v.23, n.2, p.181-198, 2016, DOI: <https://doi.org/10.1177/1474474015569994>

Costa, Wanderley Messias da. **Geografia política e geopolítica**. São Paulo: Edusp, 2008 [1991].

Dijkstra, Lewis; Poelman, Hugo; Rodríguez-Pose, Andrés. « The geography of EU discontent » **Regional Studies**. v. 54, n. 6, p. 737-753, 2019. DOI: 10.1080/00343404.2019.1654603

Dunker, Christian. Psicologia das massas digitais e análise do sujeito democrático. In: ABRANCHES, Sergio et al. **Democracia em risco: 22 ensaios sobre o Brasil hoje**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, p. 116-135, 2019.

Eatwell, Roger., Goodwin, Matthew. **Nacional-Populismo: a revolta contra a democracia liberal**. Rio de Janeiro: Record, 2020.

Faure, Alain; Négrier, Emmanuel (dir.). **La politique à l'épreuve des émotions**. Rennes: PUR, 2017.

Ferrão, João. Para uma geografia com todos os lugares: reflexões a partir do caso europeu. In: Ferreira, Alvaro. et al (orgs.). **Produção do espaço – Emancipação social, o comum e a “verdadeira democracia”**. Rio de Janeiro, Consequência Editora, 2019.

Flint, Colin; Taylor, Peter. **Political geography: world-economy, nation-state and locality**. New York: Routledge, 2018 [1985].

Foucher, Michel. Fronts et Frontières. **Um tour du monde géopolitique**. Paris: Fayard, 1991.

- Gerbaudo, Paolo. *The Mask and the Flag: Populism, **Citizenism and Global Protest***. Oxford University Press, 2017.
- Gomes, Paulo Cesar da Costa. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Bertrand Brasil, 2002.
- Gordon, Ian R. « In what sense left behind by globalisation? Looking for a less reductionist geography of the populist surge in Europe » **Cambridge Journal of Regions, Economy and Society** v. 11, p. 95-113, 2018, DOI: <https://doi.org/10.1093/cjres/rsx028>
- Guilluy, Christophe. **La France périphérique – Comment on a sacrifié les classes populaires**. Paris: Flammarion, 2014.
- Habermas, Jürgen. Realizações e limites do Estado nacional europeu. In: Balakrishnan, Gopal (org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, p.297-310, 2000.
- Hobsbawn, Eric. **Nações e Nacionalismo desde 1780: Programa, Mito e Realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- Kaili, Isabela O. **Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro**. Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, relatório de pesquisa, outubro de 2018. Disponível em: <https://www.fespsp.org.br/upload/usersfiles/2018/Relat%C3%B3rio%20para%20Site%20FESPSP.pdf>.
- Kearns, Gerry. Imperial Geopolitics. In: Agnew, John A.; Mitchell, Katharyne.; TOAL, Gerard. **Companion to Political Geography**. Blackwell Publishing, 2003, p.173-186.
- Koch, Natalie; Paasi, Anssi. « Banal nationalism 20 years on: Re-thinking, re-formulating and re-contextualizing the concept ». **Political Geography** vol. 54, p. 1-6, 2016 DOI:<https://doi.org/10.1016/j.polgeo.2016.06.002>
- Levy, Jacques. Globalization as a political invention: geographical lenses. **Political Geography** v.26, n.1, p.13-19, 2007. <https://doi.org/10.1016/j.polgeo.2006.11.003>
- Machado, Lia Osório. Geografia Política e Ciências Sociais: um comentário. Anais do II Seminário Latinoamericano de Geografia Crítica. Buenos Aires, 1998.
- Madeira, Paulo Miguel Fernandes.; Silva, Katielle Susane do Nascimento; Malheiros, Jorge Silva Macaísta. « A geografia da direita nacionalista em Portugal: contornos de um processo emergente » **Cadernos da Metrópole**. São Paulo, v. 23, n. 51, p. 469-498, maio/ago 2021, DOI: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2021-5102>
- Merriman, Peter; Jones, Rhys. « Nations, materialities and affects. **Progress in Human Geography** », v. 41, n. 5, p. 600-617, 2016, DOI: <https://doi.org/10.1177/0309132516649453>
- Mouffe, Chantal **Por um populismo de esquerda**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.
- Mudde, Cas; Kaltwasser, Cristóbal Rovira. **Populism – A very short introduction**. Oxford: Oxford University Press, 2017.

Nagel, Caroline; Grove, Kevin. « Virtual Forum Introduction: Populists nationalisms and new geographies of exclusion ». **Political Geography** vol. 89, n. 3, 2021, DOI: <https://doi.org/10.1016/j.polgeo.2021.102429>

Novaes, André Reyes. Amazônia “em construção”: linguagem e circulação de mapas esquemáticos sobre projetos de ocupação territorial. In: RODRIGUES, Juliana Nunes., MONTEIRO, Licio Caetano Rego. **Crise e Reinvenção dos Espaços da Política**. Rio de Janeiro: Consequência. 63-93, 2020.

Novaes, André Reyes. « A Geopolítica pelas Imagens. Linguagem Cartográfica e Circulação de Ideias Geopolíticas no Brasil ». **Terra Brasilis** (Nova Série). Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica, n. 6, 2015. DOI: <https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.1722>

Novaes, André Reyes; Geopolítica e Imprensa: Richard Edes Harrison e o papel dos mapas midiáticos na história da Geopolítica. **Revista Geonorte**. Edição Especial 3, v.7, n.1, p.131-146, 2013.
Ortellado, Pablo. e Moretto, Marcio. « Polarização e desinformação online no Brasil ». São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung, Análise, n. 44, 2018, ISBN: 978-85-9565-042-8.

Paasi, Anssi. Boundaries in a globalizing world. In: Anderson, Kay et al. (Eds.) **Handbook of cultural geography**, Sage, p.462-72, 2003.

Painter, Joe. Territory – network. Paper presented at the Annual Meeting of the Association of American Geographers, Chicago, 7-11 March, 2006. Disponível em: <https://dro.dur.ac.uk/8537/1/8537.pdf>

Pinheiro-Machado, Rosana; Scalco, Lucia. Humanising fascists? Nuance as an anthropological responsibility. **Social Anthropology**, v. 29, n.2, p.329-336, 2021, DOI: <https://doi.org/10.1111/1469-8676.13048>

Pinheiro-Machado, Rosana; Scalco, Lucia. From hope to hate: The rise of conservative subjectivity in Brazil. HAU: **Journal of Ethnographic Theory**, v. 10, n. 1, p. 21-31, 2020, DOI: <https://doi.org/10.1086/708627>

Rego Monteiro, Licio Caetano. « Linhas cruzadas no resgate da geopolítica pós anos 1970 ». **Revista Geonorte**, Edição Especial 3, vol. 7, n. 1, pp. 167-182, 2013. Disponível em: <https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/revista-geonorte/article/view/1159>

Ribeiro, Guilherme. « Geografias imperiais: o caso de Halford John Mackinder (1861-1947) ». **GEOgraphia**, v. 16, n. 31, p. 153-170, 2014, DOI: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2014v16i31.a13677>

Rocha, Camila. Menos Marx, Mais Mises. **O liberalismo e a nova direita no Brasil**. 1.ed. São Paulo: Todavia, 2021.

Rocha, Camila.; Solano, Esther. (Org.) **As direitas nas redes e nas ruas: a crise política no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

Rodrigues, Juliana Nunes.; Monteiro, Licio Caetano Rego. III Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território: interfaces, pluralidade e renovação de um campo. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 63, p. 2-9, 2018, DOI: <https://doi.org/10.5209/geop.66407>

Rodríguez-Pose, Andrés. « The revenge of the places that don't matter (and what to do about it) ». **Cambridge Journal of Regions, Economy and Society**, v. 11, n. 1, pp. 189-209, 2018, DOI: <https://doi.org/10.1093/cjres/rsx024>

Rodríguez-Pose, Andrés. The Rise of Populism and the Revenge of Places that Don't Matter. **LSE Public Policy Review**, v.1, n.1, 2020.

Rosanvallon, Pierre. **O século do Populismo: história, teoria, crítica**. Rio de Janeiro: Ateliê de Humanidades Editorial, 2021.

Roseira, Marcos. O retorno da Geopolítica: da tradição clássica aos discursos de poder do século XXI. In: Rodrigues, J.N.; Silva, A. C.P.; Ribeiro, R.W.; Steiman, R.; Ribeiro, L.P. (orgs.) **Os desafios e os novos debates na Geografia Política Contemporânea 2: América Latina e Brasil**. Rio de Janeiro: Terra Escrita, 2022. (no prelo)

Sanfelici, Daniel; Nunes, Juliana. Desigualdades, escalas da ação e território: contribuições para uma agenda de pesquisa. In: Ferreras, Norberto O. (Org.). **Desigualdades Globais e Sociais em Perspectiva Temporal e Espacial**, 1ed. São Paulo: Hucitec, v. 1, p. 276-307, 2020.

Singer, André e Venturi, Gustavo. Sismografia de um terremoto eleitoral. In: ABRANCHES, Sergio et al. **Democracia em risco: 22 ensaios sobre o Brasil hoje**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, p. 355-371, 2019.

Silva, Golbery do Couto e. **Conjuntura Política Nacional: o Poder Executivo e Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1981.

Solano, Esther; Ortellado, Pablo; Moretto, Marcio. Guerras culturais e populismo antipetista nas manifestações por apoio à Operação Lava Jato e contra a reforma de previdência. **Debate**, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 35-45, 2017.

Tuathail, Gearóid Ó. **Critical geopolitics: The politics of writing global space**. University of Minnesota Press, 1996.

Tuathail, Gearóid Ó.; Agnew, John. « Geopolitics and discourse: practical geopolitical reasoning in American foreign policy ». **Political geography**, v. 11, n. 2, p. 190-204, 1992, DOI: [https://doi.org/10.1016/0962-6298\(92\)90048-X](https://doi.org/10.1016/0962-6298(92)90048-X)

Tuathail, Gearóid Ó.; Dalby, Simon (Ed.). **Rethinking geopolitics**. London: Routledge, 1998.

Verdery, Katherine. Para onde vão a "Nação" e o "Nacionalismo". In: Balakrishnan, Gopal. (org.) **Um Mapa da Questão Nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

Yiftachel, Oren; Rokem, Jonathan. « Polarizations, exclusionary neonationalisms and the city ». **Political Geography**, v.86, p.1-3, 2021, DOI: <https://doi.org/10.1016/j.polgeo.2020.102329>

Zusman, Perla. Explorações sobre a resignificação da nação no contexto da globalização. In: Rodrigues, Juliana Nunes.; Monteiro, Licio Caetano Rego. **Crise e Reinvenção dos Espaços da Política**. Rio de Janeiro: Consequência, p. 45-62, 2020.

A GEOGRAFIA FÍSICA E A PROBLEMÁTICA AMBIENTAL NA ATUALIDADE: ALGUMAS REFLEXÕES

Vanda de Claudino-Sales

Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA

vcs@ufc.br

A geografia na atualidade é caracterizada pelo pluralismo de idéias, de vozes e de práticas, e pelo embate entre homogeneidade e heterogeneidade, os quais estão inscritos no movimento geral da sociedade. O ponto em comum que une essa pluralidade é o objeto de estudo da geografia: trata-se do espaço. Não apenas o espaço social ao qual se referia Santos [...], mas também o espaço sobre o qual a sociedade se instala, o substrato físico, em todas as suas configurações naturais, as quais englobam inclusive a atmosfera que nos envolve a todos. Com esse objeto em comum, a ciência se integraliza, criando uma unidade científica dentro da pluralidade.

É assim, a pluralidade de ideias que caracteriza a geografia atual, em todas as suas instâncias. E as instâncias da geografia são muitas. Houve um tempo, que durou demais, em que ficamos fixos na tão falada questão da dicotomia da geografia. Aqui, avaliamos que esse tempo faz parte do passado. Hoje, a pluralidade de abordagens e matrizes intelectuais, com metodologias

diferenciadas, que caracterizam a geografia, impedem uma abordagem pautada na leitura dicotômica. Existe, cada vez mais, a geografia física, a geografia humana, a geografia ambiental.

A geografia humana discute os fenômenos sociais e culturais que se materializam no espaço geográfico. A geografia física, estuda o arcabouço natural que enseja esses fenômenos, sem necessariamente abordar os aspectos sociais (e normalmente não os aborda). A geografia ambiental é aquela que faz a relação entre fenômenos sociais e naturais, entre sociedade e natureza, entre produção do espaço e problemática ambiental. Existe inclusive a geografia socioambiental (Mendonça, 2001), que representa na verdade uma forma de incluir a análise social na perspectiva da temática ambiental. Parece um pouco de redundância, pois problemática ambiental inclui por natureza a sociedade, mas com a prática neutra de muitos geógrafos que discutem meio ambiente, essa redundância acaba se colocando como necessidade.

Essas são, ao nosso ver, os grandes ramos da geografia na atualidade, aos quais agregaríamos a geografia do ensino. Essas áreas da geografia seriam, na verdade, especialidades, e não braços que disputam hegemonia na produção da ciência.

Aqui, cabe fazer uma constatação: não acreditamos que a discussão da problemática ambiental, com a denúncia ambiental e a análise da degradação ambiental, sejam elementos de competência exclusiva da geografia física. Acreditamos que a geografia ambiental, que aborda essas temáticas, deve e deveria ser feita também pelos chamados geógrafos humanos, os geógrafos da geografia social.

Pois a degradação ambiental traz problemas socioambientais gravíssimos, coloca populações em estado de elevada vulnerabilidade, normalmente estão associados com racismo ambiental, injustiça ambiental, injustiça social de forma geral, assuntos que são todos explorados em diversos contextos da geografia humana. Nesse sentido, não entendemos bem a recusa da geografia humana e social em tratar da problemática ambiental. Devemos, sem dúvidas, avançar nesse tocante, para não fazermos a denúncia da degradação sem a necessária análise da dimensão social dessa degradação.

Uma das razões desse distanciamento da geografia humana e social da problemática ambiental pode ser explicada, nos parece, pelo fato de que a maioria dos geógrafos físicos que trata da degradação, o faz numa perspectiva "antrópica" isto é, numa perspectiva de prática do homem individualmente, ou de de

alterações produzidas pelos homens enquanto espécie. Nessa leitura antrópica, a degradação ambiental resulta de uma sociedade aparentemente neutra, sendo um fato quase inexorável, e não resultante da intervenção do homem capitalista, que degrada e destrói na perspectiva do lucro individual, facilitado pela existência de uma sociedade organizada em classes sociais na matriz do modo de produção capitalista.

Então, quando o tema é problemática ambiental, acredito que todos nós da geografia temos que nos refazer e nos recompor. Os geógrafos humanos e sociais precisam abraçar a problemática ambiental, e os geógrafos físicos quando tratam desse tema devem ser mais críticos. O momento presente exige esse refazer, pois as situações ambientais são graves, e precisam da nossa intervenção qualificada para revertê-los a patamares minimamente aceitáveis. E que situações ambientais são essas? Podemos defini-las como situações globais e situações locais ou nacionais, senão vejamos:

Problemas Ambientais Globais

Do ponto de vista global, temos duas situações gravíssimas que atingem toda a humanidade na contemporaneidade: a primeira diz respeito às mudanças climáticas e ao aquecimento global, e a segunda, à pandemia do coronavírus.

No tocante ao aquecimento global, o último relatório do IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change, 2021) sobre a temática é verdadeiramente assustador. Ele diz que em 2019, as concentrações de CO₂ na atmosfera foram as mais altas nos 2 últimos milhões de anos e as de metano, nos 800.000 anos; que o planeta aquecerá em 1,50 C até o ano 2030; que a última década viu o gelo do mar ártico em seu nível mais baixo desde 1850; que a elevação do nível do mar aumentou mais rapidamente desde 1900 do que em qualquer outra época nos últimos 3000 anos, e será de até 2 m em 2100 e 5 m em 2150, dentre outras coisas.

As consequências dessas mudanças climáticas são inúmeras no meio ambiente global, como pode ser observado na figura 1. A situação é séria, e estamos vivenciando uma encruzilhada: ou os governos alteram seus índices de liberação de gases a efeito estufa, ou corremos o risco de extinção da sociedade humana, como colocam os estudiosos do Antropoceno (e.g. CRUTZEN, 2002). Mas existem governos, como o brasileiro, que negam as mudanças climáticas, o que se configura como um desastre tão grande quanto o próprio fenômeno de per si.

Os geógrafos, em grande maioria, preferem se calar diante do contexto do aquecimento global, sob a alegação de que não fazem pesquisas específicas sobre o tema. Mas isso não pode se colocar como argumento: a geografia, como uma ciência que faz ponte entre outras ciências, está acostumada a usar os dados das ciências afins para crescer. Se não fazemos pesquisas específicas sobre aquecimento global, devemos seguir a ciência, devemos seguir aqueles que o fazem. E os que o fazem indicam a existência de um aquecimento global galopante de origem antropogênica. Como também somos cientistas, devemos seguir o que a ciência diz. Não se trata de apoiar a unanimidade, tratase de seguir a tendência da atualidade, resultante de muito trabalho de pesquisa.

Figura 1. Sequência de eventos catastróficos associados com mudanças climáticas que se multiplicam ao longo da superfície do globo: incêndios espontâneos, secas drásticas, aumento de tempestades, maior incidência de furacões, ocorrência de tornados, chuva de poeira, subida do nível do mar, ondas de calor.



Fonte das fotos: Creative Commons Organization, 2022.

Na verdade, os geógrafos não podem mais fugir dessa questão. Se as mudanças climáticas não forem controladas, elas se imporão, de forma profundamente deletéria, privando ainda mais pessoas de água, comida e moradia. Ela já se manifesta, e se manifestará de maneira muito mais forte, na forma de eventos severos como ondas de calor mortais, furacões intensos, tempestades extremamente agressivas, cheias, inundações e secas prolongadas e devastadoras, só para falar dos temas de interesse da Geografia (ver figura 1).

Para assegurar a viabilidade a longo termo de uma civilização global sustentável, a humanidade obrigatoriamente terá de reduzir rapidamente esse impacto no sistema Terra. O cenário alternativo significa a continuidade do crescimento dos impactos humanos, o que levaria à mudanças abruptas no sistema Terra, que poderão causar colapso societário (GAFFENEY; STEFFEN, 2017). Na verdade, a continuidade da pressão humana na Terra nos termos atuais e crescentes significa risco de uma saída brusca das condições naturais e climáticas existentes, de ocorrência de ciclo glacial-interglacial, tal qual vem ocorrendo no Quaternário Superior, para predomínio de aquecimento global, produzindo assim a sexta extinção em massa das espécies vivas, dentre as quais os seres humanos (GAFFENEY; STEFFEN, 2017; figura 2).

Figura 2. Esquema da extinção de espécies animais no Antropoceno, a qual eventualmente incluirá os seres humanos.



Fonte das fotos: Creative Commons Organization, 2022.

Do conjunto das ciências da Terra, a Geografia foi a que primeiro abraçou a análise do impacto da sociedade humana na natureza. Isso foi um feito glorioso, que renovou a ciência. Bem mais tarde, quase uma década depois, é que na Geologia, Biologia, Química, aparecem preocupações efetivas com a preservação ambiental. A Geografia não apenas foi vanguarda, continua dando firme direção para a análise dos problemas ambientais na atualidade.

Porém, está começando a pecar por duas grandes razões, a saber: a primeira está associada com o fato da denúncia estar ainda se sobressaindo em relação à pesquisa científica, com pouca cientificidade e com ausência, em muitos casos, de alternativas para a conservação e, sobretudo, recuperação ambiental. A segunda, é que não está entendendo a urgência do Antropoceno, que indica que a espécie humana pode vir a entrar em colapso e desaparecer da superfície da Terra.

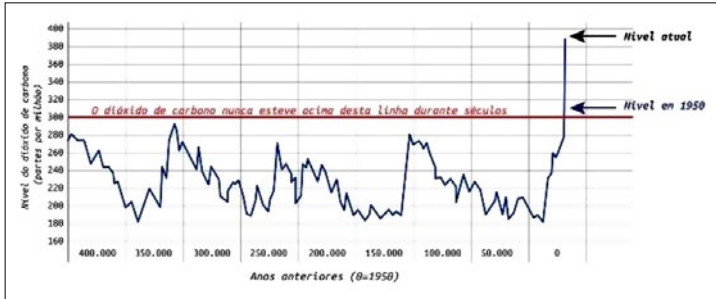
A Geografia não está se ocupando desse fato, nem mesmo a título de denúncia. Uma série de situações indica a urgência do Antropoceno para os geógrafos. Em condição privilegiada, citam-se as mudanças climáticas. No entanto, na Geografia, esse tema está sendo pouco abordado, ou tem sido mal discutido, com alguma exceção (e.g. LUZ; MARÇAL, 2016; CLAUDINO-SALES, 2020).

A Geografia, em especial a brasileira, deu uma grande contribuição aos aspectos urbanos das mudanças climáticas, ao tratar do sistema clima urbano, mostrando as alterações das características do clima com o processo de urbanização (e.g. MONTEIRO; MENDONÇA, 2010). No entanto, poucos geógrafos vêm discutindo uma das maiores problemáticas da atualidade, que é o aquecimento global. E dentre os que discutem, a posição principal veiculada é a de serem contrários à ideia de ocorrência de um aquecimento global. Efetivamente, por razões que não são completamente claras, a grande maioria dos geógrafos físicos, em artigos, debates, pontos de vistas pessoais ou através do simples silêncio, é refratária à noção de aquecimento global. A expressão que usam para justificar esse fato é: somos céticos.

Mas não existe espaço para negacionismo. Dados de diversas agências, e não só o IPCC, fornecem dados mostrando que a presença de CO₂ na atmosfera é bastante acentuada, e causada por fatores antropogênicos. Existem hoje na atmosfera cerca de 410 ppm de CO₂, o que é muito superior à média geológica dos últimos 400 mil anos (WATERS et al., 2016; Figura 3). A temperatura da

superfície da Terra está aumentando, e já subiu 1,1 °C desde o século XIX, sobretudo em função da quantidade de CO₂ na atmosfera. Essa subida é muito mais acentuada nos últimos 35 anos (WATERS et al., 2016).

Figura 3. Curva do Dióxido de Carbono antes e depois de 1950.



Fonte: adaptado de IPCC (2021).

Os últimos anos foram os mais quentes sucessivamente registrados desde que os termômetros estão marcando as temperaturas mundiais (GILLIS, 2021), o que teve início em 1850 (BROHAN et al., 2006). Com efeito, as calotas de gelo da Antártida e do Ártico estão encolhendo e as coberturas de neve estão reduzindo, o nível dos oceanos está subindo, os oceanos estão se aquecendo e se acidificando (MCCARTHY et al., 2015). Os dados são expressivos e não deixam muitas margens à dúvidas no meio científico.

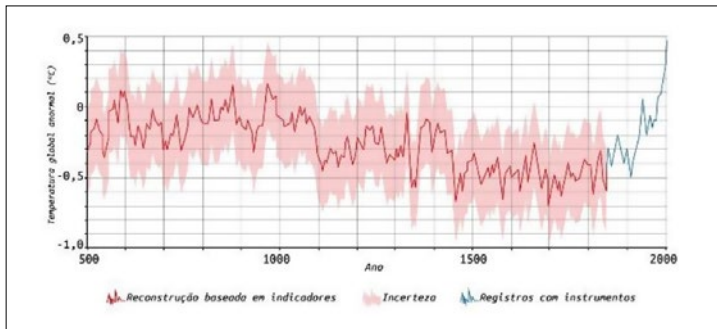
No geral, os profissionais que são contrários ao aquecimento global reproduzem pensamentos vagos e pouco comprovados, do tipo: “talvez exista aquecimento global, mas é natural, porque já vivenciamos muitas situações semelhantes ao longo da história da Terra”; “a natureza é grandiosa, não parece possível que o homem consiga alterar o sistema clima em nível global; altera em nível local ou regional, mas não global”. Ora, a realidade atual torna insustentável essas afirmativas. O aquecimento global de ordem natural ocorre normalmente por dois fatores: o primeiro é resultante do “Ciclo de Milankovitch”, e o segundo, as atividades solares.

O Ciclo de Milankovitch ocorre em intervalos de 100 ka a 140 ka, e produz glaciações e períodos interglaciais, como vem ocorrendo de maneira intensa sobretudo no Quaternário. Mas o aumento da temperatura resultante desse ciclo se faz lentamente ao longo do tempo geológico. Se não ocorrer nenhum elemento da

dinâmica geofísica que mude esse quadro, os períodos de glaciação ocorrem por intervalos de 70, 80 ka, e os interglaciais, via de regra ocorrem por intervalos de 40 a 60 ka anos mil anos (MILANKOVITCH, 1941; LENTON; WILLIAMS, 2013). Nesses processos, a temperatura diminui ou aumenta progressivamente, o que se aplica tanto a resfriamentos quanto a aquecimentos.

Estamos vivenciando um período interglacial natural, que começou com o fim da última glaciação há 12 ka, e as temperaturas já estão elevadas. As pesquisas mais recentes indicam que com baixa excentricidade e com grande concentração de gases do efeito estufa, esse interglacial deve durar mais, em torno de 50 ka (GANOPOLSKI; WINKELMAN; SCHELLNHUBER, 2016). Porém, o aquecimento que ora estamos presenciando é muito mais agudo: nas cinco últimas décadas, a taxa de subida da temperatura passou a ser da ordem de 1,7 °C/século, 170 vezes mais do que a média do Holoceno e dez vezes mais rápido que a média dos períodos anteriores de aquecimento global natural de todo o Quaternário (CUI et al., 2011; ZEEBE; RIDGWELL; ZACHOS, 2016; figura 4).

Figura 4. Anomalias de temperatura nos últimos 1.500 anos.



Fonte: adaptado de IPCC (2021).

Agora parece possível que as temperaturas previstas para o final do século sejam atingidas já em 2030 (IPCC, 2021). É uma subida muito rápida, que não encontra paralelo nos aquecimentos globais naturais. Quanto às atividades solares, inúmeras pesquisas, dissociadas das que apontam para um aquecimento global antropogênico, mostram que a irradiância do sol está passando por diminuição nas últimas décadas, exatamente o oposto do que vem acontecen-

do com a temperatura da Terra (HATHAWAY, 2015). Esse fato é inclusive usado como argumento por alguns pesquisadores para indicar uma tendência a uma situação de resfriamento global, ao invés de aquecimento.

Um outro aspecto diz respeito à questões de escala. Com efeito, uma situação frequentemente utilizada é de que a sociedade teria o poder de alterar local e regionalmente, mas não globalmente. Porém, com os últimos dados acerca de situações climáticas gerais, essa premissa já está ultrapassada, pois já está comprovado que o local interfere diretamente na dinâmica global.

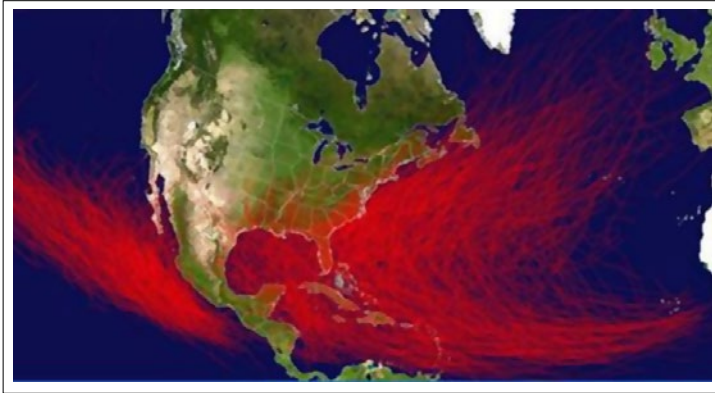
Os exemplos são os rios voadores da Amazônia, que produzem chuvas no centro-oeste, sudeste e sul do Brasil (e.g. NOBRE et al., 2016), assim como as poeiras vindas do Saara que fertilizam a Amazônia (NASA, 2018) (Figura 5), e os furacões que atingem a América do Norte se formando a partir de massas quentes oriundas do Saara (NOAA, 2018) (Figura 6). Hoje, é difícil separar a dimensão local da global, os geossistemas inclusive já mostraram há muito tempo como é tudo agregado. Portanto, insistir nessa premissa é insistir no que já está ultrapassado.

Figura 5. Poeiras oriundas do Saara atingindo a Amazônia brasileira.



Fonte: NASA, 2018.

Figura 6. Massas de ar quentes oriundas da África criando instabilidade e eventos de elevada magnitude como furacões na América do Norte.



Fonte: NOAA, 2018.

Os negacionistas também dizem que o nível do mar não está subindo, mas países-ilhas do Pacífico, como as Ilhas Salomão, Palau, Kiribati, Seicheles, Maldivas, estão sendo engolidas pela ascensão do nível do mar, e já têm planos de remanejamento de suas populações para outros países (CLAUDINO-SALES, 2018). Locais de planícies marinhas como Bangladesh, partes da Flórida e ilhas como Veneza também estão sofrendo com a subida do nível do mar, que deve atingir 60 cm a mais em relação à atualidade até 2100 (CLAUDINO-SALES, 2018). Em Miami já existem avenidas que ficam inundadas toda vez que a maré sobe, e animais marinhos aparecem nos estacionamentos de condomínios próximos da praia (MIAMI HERALD, 2013; figura 7).

Assim, as considerações de que não existe subida do nível do mar não batem com a realidade que hoje se vive. Outro argumento usado com frequência é que as águas dos oceanos não estão se aquecendo, e que ao contrário, estariam esfriando. Mas estamos presenciando a formação de furacões cada vez mais intensos, que já poderiam ser indicados pela categoria 6, se essa categoria existisse, o que só pode ocorrer se os oceanos estiverem se aquecendo. E os dados das boias instaladas no mundo todo mostram que, ao contrário do que os negacionistas informam, as temperaturas dos oceanos, apesar de oscilarem, na média têm um claro comportamento de subida (MCCARTHY, 2015)

Figura 7. Presença de fauna marinha em estacionamentos de prédios costeiros em Miami.

Fonte: Richard Conlin, publicado no jornal Miami Herald em 14 de novembro de 2013.

Para além das mudanças climáticas, temos como contexto global a pandemia do coronavírus. A geografia física, a geografia de forma global, tem analisado a situação, tratando da produção do espaço em tempos de crise sanitária, bem como da fragilização econômica de setores da sociedade diante do contexto de restrições ao trabalho. Com efeito, várias revistas nacionais da área da geografia publicaram números especiais tratando de leituras da pandemia, existindo material relativamente abundante sobre o tema.

Mas um grande desafio se coloca para a geografia em meio à pandemia do coronavírus. No âmbito do espaço de atuação dos geógrafos, domina a vida acadêmica, seja no ensino médio e fundamental, seja no meio universitário. Ensinar, eis uma tarefa difícil em tempos de pandemia. O ensino remoto sobrecarrega os professores, que têm que usar seus próprios equipamentos, sua internet, sua eletricidade, e sacrifica alunos, que nem sempre têm as condições adequadas para acompanhar remotamente o ensino. Desmobiliza alunos também, que nem sempre se interessam pela nova e obrigatória técnica. Na universidade, a impossibilidade da realização de trabalhos de campo prejudica a formação de novos geógrafos.

E não temos boas notícias sobre essa situação: especialistas diversos no mundo todo colocam que a pandemia, em função da ocorrência de variantes, pode vir a durar 10 anos. A situação ambiental que gerou a pandemia atual não mudou nos últimos três anos, com formas de exploração inadequada do meio natural. Então, podemos esperar a ocorrência de outras pandemias em futuro próximo, o que pode vir a ser uma regularidade da vida contemporânea.

Essa situação é tanto mais séria quando verificamos que o trato dessa questão global por parte do governo federal brasileiro tem sido pífia e inconsequente: com efeito, temos um governo e um presidente genocidas. Assim é que, saindo da escala global e entrando na escala do país, temos que entender que vivemos um momento crítico da vida nacional, que se reflete diretamente na produção acadêmica e na vida acadêmica de forma geral, assim como na vida do conjunto da população, que enfrenta situações críticas.

Problemas ambientais a nível nacional

Vivemos um momento de crise profunda, que interfere em todas as nossas ações. O apoio da sociedade para enfrentar a crise não tem sido muito estimulante, pois experimentamos uma fase de negacionismo profundo do conhecimento científico e das práticas sociais necessárias para enfrentar, por exemplo, a crise sanitária, com rejeição de grupos sociais ao uso de máscara e de vacina.

Mas aqui, acreditamos que os geógrafos tenham condições de enfrentar parcialmente o problema. As entidades de representação dos geógrafos – a AGB, a ANPEGE -, têm lançado documentos criticando as medidas destrutivas promulgadas pelo governo federal, e se mobilizado, através sobretudo da realização de seminários, encontros nacionais e eventos mais locais, na perspectiva de denunciar para o conjunto da categoria as situações existentes, do que esse ENANPEGE é um exemplo glorioso, da denúncia ambiental ao compromisso político.

Nesse tocante, trago um exemplo de uma bela mobilização feita pela ANPEGE com os geomorfólogos do Brasil: no ano passado, o então Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, orquestrou através do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, a extinção de diversas portarias do órgão que garantia a preservação de praias, restingas, manguezais. Um grupo de geomorfólogos, fizemos um documento técnico demonstrando o absurdo dessas medidas, entramos em contato com o Professor Marco Mitidiero, Presidente da ANPEGE,

para nos auxiliar na divulgação do material, e ele prontamente comprou a briga: colocou sua secretaria às ordens, contactou jornalistas e juristas, mandou o documento para a Ministra Rosa Weber, do STF, que deu parecer final contrário à extinção das portarias. Não temos dúvidas que essa articulação muito contribuiu nesse sentido, e eu registro aqui meu agradecimento ao Professor Marco Mitdiero por essa intervenção oportuna e salutar.

Outros elementos da vida nacional na atualidade indicam a existência de uma crise ambiental sem precedentes, como incêndios criminosos em áreas de preservação ambiental, desmatamento, mineração ilegal, invasão e grilagem de terras indígenas, uso exorbitante de agrotóxicos, expulsão de população tradicional de suas terras históricas. Tal fato é ilustrado na figura 8.

Assim, é verdade, nós, geógrafos físicos, precisamos sair da análise da mera definição de ocorrência de intervenção antrópica, para atacarmos de frente os fatores da atualidade que implicam em degradação ambiental e socioambiental. É preciso, com certeza, o compromisso político que indique rumos de preservação ambiental e melhoria da qualidade de vida, ou de manutenção dos meios de vida, dos indígenas, quilombolas, populações tradicionais como pequenos agricultores, pescadores, catadores, marisqueiros, povos praianos em geral, e segmentos mais desprovidos do corpo social, que estão sofrendo por demasia na atualidade.

O compromisso implica em denunciar, mas tem que ser mais que isso. No momento atual, por exemplo, não basta denunciar, temos que agir: temos, por exemplo, que ir às ruas! Com efeito, precisamos conclamar os geógrafos para irem para as ruas, para unirem-se a outros trabalhadores, visando aumentar a pressão sobre o governo atual, até que ele seja finalmente desmontado. Temos que chamar também a atenção para as próximas eleições presidenciais, indicando candidato (na verdade, O candidato) que possa retomar o processo de desenvolvimento socioeconômico que vivenciamos alguns anos atrás, e até melhorá-lo.

Da mesma forma, temos que nos unir em defesa do meio ambiente, que já sofria com governos anteriores, e sobretudo em considerando que as nossas cidades e os nossos litorais são governados por governos locais e estaduais, os quais na maioria também não apresentam compromisso com a qualidade do meio ambiente e com a qualidade de vida da maioria da população.

Figura 8. Problemas ambientais na atualidade no Brasil: incêndios criminosos em áreas de preservação; desmatamento de áreas preservadas; extração ilegal de madeira; mineração ilegal; uso legal abusivo de agrotóxicos; grilagem de terras indígenas; tentativa de exploração de petróleo em áreas preservadas; expulsão de população de indígenas, quilombolas, populações tradicionais, de suas áreas de moradia histórica.



Fonte das fotos: várias fontes da internet.

Assim, conclamamos os colegas e estudantes a fortalecerem a luta política que vai ao encontro das expectativas de fim desses governos descompromissados, o que certamente iria diminuir grande parcela dos desafios extenuantes da contemporaneidade. Conclamamos a todos para se unirem às demais agremiações sociais, para fazermos a luta.

Os ativistas políticos dizem que a luta dignifica a vida. Com certeza! Na verdade, a luta dignifica a geografia. Vamos então, avançar na luta por uma melhor sociedade e uma melhor qualidade de vida, no seio de uma geografia libertária e progressista.

Referências bibliográficas

- BROHAN et al., 2006. Uncertainty estimates in regional and global observed temperature changes: a new dataset from 1850. *Journal of Geophysical Research* doi:10.1029/2005JD006548, Research 111:D12106.
- CLAUDINO-SALES, V. 2020. A urgência do Antropoceno. *Revista de Geociências do Nordeste*, vol. 6, n. 2, p. 213-222.
- CLAUDINO-SALES, V. 2018. *Coastal World Heritage Sites*. New York: Springer, 622 p.
- CRUTZEN, P. J. 2002. Geology of Mankind - The Anthropocene. *Nature*, vol. 415, n. 23.
- CUI, Y. ET AL. 2011. Slow release of fossil carbon during the Palaeocene-Eocene thermal maximum. *Nature Geoscience*, vol. 4, n. 7, p. 481-485, 2011
- GAFFNEY, O.; STEFFEN, W. 2016. The Anthropocene equation. *The Anthropocene* doi:10.1177/2053019616688022.
- GANOPOLSKI, A.; WINKELMAN, R.; SCHELLNHUBER, H. J. 2016. Critical insolation -CO₂ relation for diagnosing past and future glacial doi:10.1038/nature16494.
- GILLIS, J. 2021. Earth Sets a Temperature Record for the Third Straight Year. *New York Times*. 18 jan. 2017. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2017/01/18/science/earth-highest-temperature-record.html>. Acessado em: 11 de janeiro de 2022.

- HATHAWAY, D.H. 2015. The solar cycle. *Living Reviews in Solar Physics* vol. 12, n. 4, p. 201-215
- IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change). 2021. *The Physical Science Basis. Contribution of Working Group 1 to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. In: Stocker, T. F.; Qin, D.; Lattener, Cambridge: Cambridge University Press.
- LENTON, T. M.; WILLIAMS, H. T. P. 2013. On the origin of planetary- scale tipping points. *Trends in Ecology & Evolution* 28: 380-382.
- LUZ, L. M.; MARÇAL, M. S. 2016. A perspectiva geográfica do Antropoceno. *Revista de Geografia* 33(2):143-16.
- MCCARTHY, G. D. et al. 2015. Ocean impact on decadal Atlantic climate variability revealed by sea-level observations. *Nature* 521: 50-510. doi:10.1038/nature14491.
- MENDONÇA, F. 2001. *Geografia socioambiental*. Terra Livre, n. 16, p. 113-132.
- MILANKOVITCH, M. M. 1941. *Canon of Insolation and the Ice-Age Problem*. Belgrade: Koniglich Serbische Academie.
- MONTEIRO, C.A.F.; MENDONÇA, F. 2010. *Clima Urbano*. São Paulo: Contexto, 2010.
- NASA (National Aeronautics and Space Administration). 2018. NASA shows how dust from the Sahara fertilizes the Amazon rainforest. <https://www.vox.com/2015/3/2/8131323/dust-sahara-amazon-rainforest>. Acessado 11 de janeiro de 2022.
- NOAA (National Oceanic and Atmospheric Administration). 2018. *Global Time Series*. https://www.ncdc.noaa.gov/cag/global/time-series/globe/land_ocean/ann/9/1880-2020. Acessado 11 de janeiro de 2022.
- NOBRE, C. A. et al.. 2016. Some Characteristics and Impacts of the Drought and Water Crisis in Southeastern Brazil during 2014 and 2015. *Journal of Water Resource and Protection*, vol. 8, p. 252-262.
- SANTOS, M. 1979. *Espaço e Sociedade*. Petrópolis: Vozes.
- WATERS, C.N. et al.. 2016. The Anthropocene is functionally and stratigraphically. vol.351, n. 6269, p. 137.
- ZEEBE, R.E.; RIDGWELL, A.; ZACHOS, J.C. 2016. Anthropogenic carbon release rate unprecedented during the past 66 million years. *Nature Geoscience* 9: 325-329. doi:10.1038/ngeo2681.

DA NATUREZA DA NATUREZA À NATUREZA DO TERRITÓRIO

Dirce Maria Antunes Suertegaray

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

dircesuerte@gmail.com

Nessa mesa, que ocorreu durante o XIV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (XIV ENANPEGE), em 2021, cujo título é Apropriação do relevo, a mercantilização da natureza e suas determinações sobre o ambiente e sociedade, escolhi fazer uma fala, a partir das reflexões mais atuais, que venho construindo. Nesse sentido, minha exposição vai se referir à passagem da natureza da natureza à natureza do território.

Inicialmente, importa informar que tal reflexão está centrada na distinção entre **natureza da natureza, território da natureza e natureza do território**. Perpassam, esta reflexão, os conceitos de natureza(s), de meio e de ambiente, enquanto eixos de preocupação com a questão ambiental, sob o capitalismo.

Observo, ainda, que esta perspectiva surge, inicialmente, em minha tese, defendida em 1987, e se estende, ao longo de minha pesquisa, estruturando-se no diálogo com os alunos que orientei. Mais recentemente, este diálogo se faz, mais diretamente, sobretudo, com De Paula (2018), a partir de sua tese de doutorado, na qual o autor analisa comunidades pesqueiras artesanais.

Destas parcerias, derivaram diálogos e aprendizados interdisciplinares, quando participamos de projeto de pesquisa/extensão, junto aos ribeirinhos da Flona (Floresta Nacional) de Tefé (AM), por um período oito anos. Estes diálogos e estes aprendizados me levaram às reflexões que são aqui, sinteticamente, apresentadas.

Divido esta fala em três eixos indissociáveis, para explicitar minha compreensão sobre apropriação e sobre mercantillização, para além do relevo, da natureza. As ideias aqui resumidas se encontram, de forma mais abrangente, em Suertegaray (2021)¹.

- 1. A natureza da natureza;**
- 2. Território da natureza;**
- 3. A natureza do território.**

A natureza da natureza

Quando me refiro à natureza da natureza, estou concebendo a natureza na sua dualidade de construção na Modernidade, isto é, na natureza universal — que inclui os seres humanos —, e na natureza, enquanto ente externo aos seres humanos — os mundos orgânico e inorgânico que nos rodeiam. Esta natureza foi compreendida, desde Newton, como máquina, expressando um funcionamento mecânico, cuja dinâmica podia ser explicada por leis. Contemporaneamente, a natureza-máquina é substituída pela natureza cibernética (sistêmica), que é semelhante ao computador. Dito de outra forma, a natureza precisa ser compreendida na sua organização, na sua estruturação funcional (funcionalidade), que, em desequilíbrio ou desordem, precisa ser retroalimentada (através de ações humanas), ou seja, precisa ser controlada em suas derivações/transfigurações, por vezes, impróprias à vida humana.

Tal natureza pode ser concebida, pela lógica do autopoieses (MATURANA; VARELA, 1996).

¹SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Meio, ambiente e Geografia. Porto Alegre: Compasso Lugar-Cultura, 2021. 145 p.


La característica más peculiar de un sistema autopoético es que se levanta por sus propios cordones, y que se constituye como distinto del medio circundante por medio de su propia dinámica, de tal manera que ambas las cosas son inseparables. (MATURANA; VARELA, 1996, p. 11)

Ou, ainda, como expresso no conceito de auto-eco-re-organizacional (MORIN, 1990), em que a natureza é, da mesma forma que na concepção de autopoiesis, concebida sistemicamente. Esta compreensão contemporânea entende natureza como auto (um ente que se autoproduz), como eco (um ente que apresenta uma estrutura funcional) e como reorganizacional (um ente que se transforma, ao longo do tempo). Portanto, a natureza é vista como um processo, cujas estruturação e funcionalidade modificam sua autorreordenação, a partir de eventos de ordem e desordem. Esse sistema busca ser compreendido na sua totalidade, expressa, por Morin, no princípio hologramático: "O princípio da auto-eco-organização tem valor hologramático... estamos perante sistemas extremamente complexos onde a parte está no todo e o todo está na parte..." (MORIN, 1990, p. 128).

Da mesma forma, tem-se o conceito de estruturas dissipativas (PRIGOGINE, 2002). Prigogine, a partir de suas pesquisas na química, expressa que o conceito de estruturas dissipativas indica a necessidade de pensar uma natureza não determinista, porém, que evolui num contexto complexo entre ordem e desordem e, nesse movimento, expressa uma concepção de inver-sibilidade do tempo. No processo auto-eco-re organizacional, não há retorno a uma condição anterior.

Prigogine, ao responder à questão de Edmond Blattchen (no programa Nomes de Deuses, em 1997), quanto ao nascimento da vida (matéria), em um contexto de complexidade, assim se expressou:

A vida me aparece como uma "flutuação" da matéria, justamente, o que caracteriza o não equilíbrio são as flutuações. Um mundo de equilíbrio é um mundo estável as flutuações regridem aí. Mas longe do equilíbrio, as flutuações aumentam e podem invadir todo sistema. A vida



é uma flutuação dessa matéria e, no interior dessa flutuação, você tem outras flutuações... A evolução está ligada a flutuações imprevisíveis. (PRIGOGINE, 2002, p. 42)

Constituiria, esta breve síntese, o que entendemos por natureza da natureza, na qual se inclui o ser humano em sua condição biológica. Esta é a natureza universal.

A natureza da natureza, no sentido universal, em certa medida, independente das culturas inclui o ser humano, como um de seus constituintes. Isto não significa dizer que a concepção de natureza é universal no sentido cultural. Esta se reveste de diferentes significados e, no campo científico, foi decifrada, sob uma concepção ou outra, no decurso da História.

Assim, tem-se, nesse processo, desde a natureza concebida como dádiva, à serviço do ser humano, ao entendimento da natureza-máquina, ao adentrar na Modernidade. Concepção que muda, na atualidade, para a de uma natureza sistêmica ou cibernética. Esta natureza cibernética se espelha no computador e nas ciências cibernética e da informação, conforme explicita Morin (1990). A ideia de pensar a natureza na sua funcionalidade, mecânica ou computacional, permanece, uma vez que o desejo é de entender seu funcionamento para melhor intervir.

No advento da Modernidade, tal intervenção é com vistas à exploração. Contemporaneamente, esta perspectiva se amplia, sobretudo, após os anos 1970, sob, pelo menos, duas faces contraditórias: de um lado, sua exploração se torna cada vez mais intensa; de outro, surge a necessidade de conhecê-la, para estabelecer mecanismos de preservação/conservação. É desta contradição entre natureza e sociedade, em que se inclui o relevo (a geomorfologia) que tratarei na continuidade, ao me referir ao território da natureza e à natureza do território.

O território da natureza

O território da natureza expressa uma relação metabólica do ser humano com seu entorno (natural), conceito expresso em Marx. Foster (2010) indica que, no contexto marxiano, o que interessaria seria a separação orgânica, decorrente da existência ativa do ser humano na Terra.


Não é a unidade da humanidade viva e ativa com as condições naturais inorgânicas, de sua troca metabólica com a natureza, e daí a sua apropriação da natureza, que requer explicação ou é o resultado de um processo histórico, mas a separação entre estas condições inorgânicas da existência humana é, esta existência ativa, uma separação que é integralmente postulada apenas na relação de trabalho assalariado com o capital. (FOSTER, 2010, p. 223)

Esta relação orgânica, originalmente presente em Marx, expressa-se no entendimento de relação metabólica, concepção presente na obra de Smith (1988), para demonstrar a dimensão biológica dos seres humanos e a forma, pela qual, em suas organizações originárias, os seres humanos conviviam e transformavam a natureza, utilizando-se desta como uma extensão de seu corpo e de seu corpo como uma extensão da natureza, em uma relação mediada pelo trabalho. Na interpretação de Smith, tem-se: "O metabolismo dos seres humanos com a natureza é o processo pelo qual os seres humanos apropriam os meios para preencher suas necessidades e devolver outros valores-de-uso para a natureza." (SMITH, 1988, p. 72).

Portanto, tal relação é, na concepção trazida dos escritos de Marx, orgânica. Trazendo esta leitura para a atualidade, vimos considerando que as comunidades originárias e tradicionais, em maior ou menor grau, vivem tal relação orgânica. A conexão com a natureza, aqui, centrada no trabalho, faz-se, através de utensílios extraídos da própria natureza que os envolve, ocorrendo o mesmo, em relação a sua alimentação e, por vezes, ao vestuário (por exemplo, povos indígenas).

Nesse sentido, considera-se que se vive o território da natureza, uma vez que esta dispõe do que é necessário para a subsistência e/ou para a reprodução da vida humana e, se não dispõe, o ser humano cria estas condições de existência, a partir de sua interação com o entorno natural. Referindo-me a Marx e Engels (1998), nestas circunstâncias, a apropriação da natureza se dá pelo seu valor de uso, o que permite que humanos e natureza se auto-eco-reproduzam em suas existências.

Os escritos de Marx e Engels (1998), ao se referirem ao ser humano como ser social, expressam que a relação social deste com a natureza ultrapassa a fisiologia e, nesse sentido, permite que se compreenda que, na sua concepção, tem-se presente a natureza da natureza na perspectiva biológica, não obstante, socialmente, diante da ação ativa do ser humano, a natureza não seja mais natural (original), porquanto o território da natureza, ao qual me refiro, não constitui um determinismo ou uma relação fisiológica, apenas, revelando formas de organização social diversas, que mantêm uma relação orgânica, na medida em que as populações se utilizam da natureza para sua reprodução simples.



Acontece que o homem, justamente pelo caráter de ser social, mantém uma relação ativa com a natureza (não, uma relação meramente fisiológica). Tal como a conhecemos hoje, a natureza já não é original. Foi transformada pelo homem. O que não exclui a prioridade da natureza exterior dos pontos de vista ontológicos e epistemológicos. Só que esta prioridade não deve impedir o reconhecimento do homem enquanto ser ativo. Enquanto ser distinto da natureza da qual emerge. (MARX; ENGELS, 1998, p. 27)

A natureza do território

Para um melhor entendimento do que denomino a natureza do território, cabe informar que, nesta mesa, a centralidade da discussão diz respeito à mercantilização da natureza e aos seus desdobramentos, em relação à sociedade e ao ambiente. Nesse sentido, minha fala busca dimensionar esta questão, sob proposições centradas na análise ambiental, como derivação das relações mercantis, sob o capitalismo. Faladori (1999), em relação ao tema, assim se referia:


O ponto de partida para a análise da crise ambiental contemporânea está na própria produção mercantil. Enquanto a produção pré-capitalista, de valores de uso, tem seu limite na satisfação das necessidades; a produção mercantil, para incrementar o lucro, não tem limite algum. Esta diferença, tão sensível e geral, está na base do esgotamento dos recursos naturais a um ritmo nunca suspeitado na história da humanidade; e também da generalização de dejetos (poluição) numa medida ilimitada. (FOLADORI, 1999, p. 89)

O autor explicita sua concepção de mercantilização, resgatando os conceitos de valor de uso nas relações pré-capitalistas, em contraponto com as da mercantilização, quando a natureza passa ter valor de troca.

Dito de outra forma, a construção da natureza do território, a que nos referimos, está vinculada a sua mercantilização e ao poder de posse, isto é, à organização de sua defesa, com vistas ao uso e à exploração dos recursos, de que dado espaço dispõe.

Não é objetivo expressar, aqui, a questão da territorialização do ser humano em seu processo de construção da Terra-mundo. Vamos nos referir, apenas, ao processo histórico de socialização da natureza, sob bases territoriais capitalistas. Neste momento, ocorre um gradativo rompimento da relação orgânica entre o ser humano e a Terra.

Tal ruptura pode ser associada aos escritos de Serres, sob a ótica da exploração capitalista, em seu livro *O mal limpo – poluir para se apropriar* (SERRES, 2011). Numa interpretação de seu livro, pode-se dizer que a sociedade humana, na sua contínua apropriação da natureza, incorpora-a ao território, buscando, nesse processo, a sua dominação, que é obtida, a partir do desenvolvimento científico, sobretudo, no período da Modernidade, através dos poderes de conhecer e de explorar a natureza, bem como de transformar seu valor social de uso em valor de troca. Tal mercantilização da natureza induz e incrementa a “poluição”. Afirma Serres (2011) acerca da “poluição dura”:



[...] as questões e as aflições motivadas pelo meio ambiente se veem, hoje, quase exclusivamente tratadas por medidas e proporções estatísticas, por levantamentos de dados geológicos e atmosféricos, por análises químicas e por estimativas biológicas ou de história natural.
(SERRES, 2011, p. 57-58)


Ao se referir à “poluição suave”, indica que há presença de signos suaves de forma invasiva nos espaços, denomina tal invasão de pestilenta e informa que esta não entra nos cálculos físico-químicos, relativos à poluição dura.” (SERRES, 2011, p. 59). Entretanto, se associarmos as duas, estas estão juntas, na mesma intenção.

Assim, para este autor, o sujeito é o território do capital, posto que é apropriado e que é degradado, em seus recursos, enquanto o limpo é o mal, pois este é o espaço democrático, ao qual, estando limpo, todos têm acesso. A título de exemplificação, aproximando ao tema desta mesa, na atualidade, podemos evidenciar uma apropriação/dominação da natureza em todas as suas dimensões: água, ar, cobertura vegetal, espécies animais, formas de relevo, entre outras.

Trata-se de pensar, como já referia Neil Smith nos anos 1980/1990/2000, na **produção da natureza** ou nas dimensões atribuídas das poluições dura e suave aos componentes naturais (SERRES, 2011). Mais especificamente, falando a partir de minha especialização, produzimos, socialmente, depósitos e formas geomorfológicas, intensificando processos, ou seja, convertendo transformações lentas em transformações rápidas, instantâneas. Servem de exemplos a construção de barragens, que constitui uma produção de natureza pelo controle de fluxos fluviais, pelo armazenamento da água, pela mudança e/ou pela intensificação de processos e de seus ritmos, a exemplo dos assoreamentos, seja de rios, seja de fundos de barragens.

Tais mudanças — como as formas de poluição hídrica: deposições sedimentares e contaminações por metais pesados, eventos de grande magnitude, modificam cursos d'água, fluxos e processos de sedimentação e, ao mesmo tempo, promovem a diminuição das biodiversidades animal e vegetal — podem ser produzidas por agentes sociais específicos, gerando, sobretudo, problemas das mais diferentes ordens a moradores das proximidades: perda de moradia, perda de locais pesqueiros, perda de roçados, perda de fontes de manutenção de vida, a exemplo de Mariana e de Brumadinho, mas, também, de Belo Monte, entre tantas outras.

Estas transformações, transfigurações ou derivações da natureza, decorrem do que foi denominado, por Marx, **ruptura metabólica** ou seja, a ruptura orgânica dos seres humanos com a Terra, com a consequente e progressiva separação entre seres humanos e natureza.



No final dos anos 1990, escrevendo para o American Journal of Sociology, um dos principais teóricos formados em torno do periódico Monthly Review alterou parte de suas reflexões precedentes sobre a relação entre a teoria marxiana e a natureza. Até então, John Bellamy

Foster considerava que Marx oferecia insights ecológicos em suas obras, mas que eles eram secundários (Foster, 2000a, p.vi). Voltando-se dessa vez, porém, ao conceito de metabolismo utilizado na teoria marxiana para referir-se às trocas materiais entre sociedade e natureza e à possibilidade de sua ruptura, Foster abriria um caminho novo de investigação. Com base na periodização elaborada mais tarde pelo que veio a ser conhecida como a “escola da ruptura metabólica”, esse seria um momento de inflexão nas interpretações sobre a posição da questão ecológica na teoria de Marx. (LUEDY; VAN DER LAAN, 2020, p. 151)

O conceito de metabolismo, ao qual me refiro, unificador do ser humano com a natureza, constitui, a um só tempo, a partir de seu rompimento (a ruptura metabólica), processos gradativos de separação e de alienação entre o ser humano e a natureza, no decorrer da história.

O processo de alienação referido em Marx se expressa, quando o ser humano deixa de ser sujeito, de ter autonomia, de ter determinação e de ter controle sobre o processo de produção de um dado objeto, este só se processou plenamente, sob relações capitalistas.

É somente nessa última forma, o trabalho estruturado em moldes capitalistas, que a atividade produtiva se converte em base de toda a alienação. No capitalismo, o trabalho converte-se em alienação, pois o ser humano confronta-se com o produto do seu trabalho como algo que lhe é estranho e que o domina. Para Marx (2004, p. 112): A alienação do trabalhador no seu produto significa não só que o trabalho se transforma em objeto, assume uma existência externa, mas que existe independentemente, fora dele e a ele estranho, e se torna um poder autônomo em oposição a ele; que a vida que deu ao objeto se torna uma força hostil e antagônica. Quando o ser humano deixou de ser o sujeito do processo de trabalho, isto é, de de-

terminar as suas condições (tais como o tipo de atividade, hora, local), o trabalho ficou reduzido à meio de sobrevivência. Em tal situação, a própria especificidade do mundo humano com relação ao mundo animal foi eliminada, a de produzir para além da garantia da sua sobrevivência e fazer da atividade vital o objeto da vontade e da consciência. (FARIAS FILHO; MACIEL, 2018, p. 108)

Por tanto, tal ruptura metabólica, visível, certamente, na sociedade contemporânea, manifesta-se no progressivo processo de alienação do ser humano, em relação à natureza e a sua própria natureza e na valoração da natureza, no contexto da produção capitalista, consubstanciada em valor de troca. Esta lógica tensiona as formas atuais de apropriação de territórios, de recursos, de capitais e trabalho, de acumulação e consumismo e de sobrevivência, promovendo tensões territoriais. A centralidade desta apropriação e desta exploração consiste da posse da terra, da sua dimensão privada, em associação com a renda da terra.


A renda da terra, analisada por Marx, representa um dos momentos particulares dessa tensão entre condições naturais e a regulação da produção pela forma valor. O monopólio de recursos naturais escassos – que não são, em si, resultado do tempo de trabalho empregado neles – permite a seus proprietários que reivindiquem uma recompensa monetária pelo seu uso. Para Marx, essa renda extraída pelos proprietários tem um caráter redistributivo, no sentido de que ela não cria valor, mas se apropria da mais-valia produzida. Tal apropriação se relacionaria, por sua vez, com as capacidades produtivas do escasso elemento natural em questão. Também aqui, portanto, os ciclos naturais continuariam pautados pelos processos de acumulação do capital. (LUEDY; VAN DER LAAN, 2020, p. 154)

Neste contexto de valoração da natureza, de sua mercantilização, os sujeitos, vinculados às atividades econômicas, veem os territórios da natureza em

suas potencialidades para o avanço progressivo do capital, da exploração do trabalho e da natureza em si. Esta lógica expressa o que denominamos **natureza do território**.


A natureza do território consiste da mercantilização da natureza e promove, a partir da produção da natureza, de forma ampliada, as elaborações do ambiente e da sociedade (conforme manifestada na proposição desta mesa). Cabe lembrar que a produção da natureza — por exemplo, na Geografia —, ainda que tal não seja colocado de forma explícita, vem promovendo transformações cada vez mais intensas, a exemplo dos desmatamentos na Amazônia, das queimadas e das secas no Centro-Oeste, das tempestades de vento no Sudoeste, das enchentes por todo o lado, enfim.

Tais processos, denominados ambientais, correspondem às transfigurações/derivações da natureza na sua auto-eco-re-organização e, de longo tempo, vêm preocupando cientistas e pesquisadores dedicados aos temas, a exemplo dos estudos sobre as mudanças globais ou dos associados ao Antropoceno. Neste contexto, a análise marxista se amplia e busca o diálogo com as ciências naturais, particularmente, entre os intelectuais, que convergem para a Escola da Ruptura Metabólica, anteriormente referida, introduzindo uma nova fase de interpretação ao ecossocialismo.



A afirmação de uma perspectiva coevolutiva entre natureza e sociedade levou essa escola a abrir-se ao diálogo com as ciências naturais contemporâneas, buscando sintetizar com elas sua interpretação do materialismo histórico-dialético e estender conjuntamente o campo de pesquisa sobre temas ambientais e perturbações metabólicas. Com isso, avançou-se no que é considerado por Foster e Burkett (2017, p.10) como a “terceira fase do ecossocialismo”. (LUEDY; VAN DER LAAN, 2020, p. 155)

A propósito, em texto recente, Michael Löwy, refletindo sobre o Marxismo em André Gorz, assim se coloca:



Em sua análise crítica dos danos ambientais do capitalismo, Gorz se refere diretamente a algumas passagens d'O Capital. Em entrevista concedida aos brasileiros da Unisinos (GORZ, 2005, p. 11), por exemplo, ele assinala: Sob o ângulo ecológico, a aceleração da rotação do capital conduz à exclusão de tudo o que diminui de imediato o lucro. A expansão continuada da produção industrial envolve, pois, uma pilhagem acelerada dos recursos naturais. A necessidade de expansão ilimitada do capital o conduz a tentar abolir a natureza e os recursos naturais, para substituí-los por produtos fabricados, vendidos com lucro [...]. O que Marx escrevia, há 140 anos, no primeiro livro de O Capital, é de uma espantosa atualidade. (LÖWY, 2017, p. 429)

Haverá que se considerar que, além da possibilidade de abolir a natureza primária e de substituí-la por produtos fabricados, há uma transfiguração da natureza nesse processo.

O Antropoceno (dos geólogos) nada mais é do que a leitura mais evidente da produção da natureza e de sua transfiguração, quanto analisa novas configurações de depósitos e de formas denominados tecnogênicos. Tratam-se, estes exemplos, acrescidos das chuvas ácidas, do desconforto térmico, da extinção de espécies animais e vegetais, entre tantas outras questões, da materialização da transfiguração da natureza e da expressão da ruptura metabólica, com a consequente separação entre seres humanos e natureza, a sua própria natureza, sob o modo de produção em que vivemos, no qual natureza e seres humanos constituem mercadorias.

A mercantilização do relevo e, por extensão, da natureza, revela um duplo movimento: o primeiro, diz respeito à degradação a qualquer custo, em nome da capitalização de poucos, promovendo rupturas metabólicas na maneira de viver de grupos que ainda preservam uma relação orgânica com a natureza — caso dos povos originários ou tradicionais, para ficar nos exemplos brasileiros — e, da mesma forma, a deterioração da vida daqueles que, vivendo na cidade (por exemplo), já romperam este metabolismo e, por esta razão, já sofrem as consequências, desde muito; o segundo movimento provém da necessidade de preservar ou gerir

a natureza, para controlá-la, o que é a outra face da mesma moeda, na medida em que pressupõe restaurações. Por vezes, estas restaurações implicam monitoramento de objetos técnicos, construídos como próteses (SANTOS, 1997), a exemplo da constituição de barragens e de transposições, que não são levadas a cabo com seriedade, o que, por sua vez, produz uma segunda natureza e impacta o ambiente. Trata-se da tecnificação da natureza, a que se refere Milton Santos (1997).

A natureza tecnificada se adensa no território e as transfigurações, que daí decorrem, promovem problemas ambientais, os quais se configuram possibilidades de controle e de restauração, no âmbito de uma Economia Ambiental (o chamado Capitalismo Verde). A busca de soluções para estes problemas se dá pela alternativa do desenvolvimento técnico-científico, inclusive, incluindo a humanidade, razão pela qual, atualmente, os especialistas cogitem que, para sobreviver às consequências das mudanças ambientais, teremos de ser transformados em ciborgues².

A “ciborguização” constitui a hibridização orgânica e inorgânica dos seres vivos. Na escala do corpo, individualmente, já temos a utilização de próteses, que melhoram nossa vida e, ao mesmo tempo, projetam e produzem seres híbridos.

Estamos vivendo isto intensamente em tempos de pandemia, pois esta virose alterou o nosso modo de existência, com a incorporação das tecnologias digitais em nossas ações do cotidiano, modificando nossos corpos, nosso modo de existir e o mundo. O modo de vida *online* se torna indispensável, gerando significados e acrescentando inúmeras possibilidades ao modo de vida *offline*. As quedas do *Facebook*, do *Messenger* e do *Instagram* há poucos dias é um exemplo da natureza das conexões atuais, muito mais virtuais do que a dimensão natural de ir e vir usando nossos próprios pés.

Para finalizar, gostaria de explicitar que...

Vivemos em uma realidade de mercantilização, ao extremo, da natureza, com vistas à acumulação capitalista. E tal exploração exagerada vem gerando conflitos de todas as ordens nos territórios, exaurindo recursos, expropriando populações de seus lugares de existência, sendo mais emblemáticas as que ocorrem com povos originários e tradicionais, as quais, no limite, promovem a exclusão destas comunidades de seus territórios e seu consequente extermínio.

² Esse tema está presente na obra *Sapiens, uma breve história da Humanidade*, de Yuval Noah Harari.


No contexto desse processo de mercantilização, para além de promover a desregulamentação ambiental, em particular, no Brasil dos últimos anos (2017 a 2021), tem promovido problemas ambientais das mais diferentes escalas de magnitude, tornando-se visível o sentido atribuído, no presente, às naturezas.

Este movimento permite pensar que, na atualidade, é necessário refletir sobre naturezas, além da concepção de meio, o qual, na sua concepção biológica, é compreendido como os espaços de interação orgânica entre os seres vivos (incluindo o ser humano) e as demais dimensões da natureza. Este todo, concebido como harmonioso, foi-se construindo, a partir de uma visão holística, presente da perspectiva biológica oitocentista.

Sob a hegemonia de uma sociedade capitalista, o meio, que pode ser entendido como a expressão do território da natureza, foi sendo gradativamente substituído pelo conceito de **ambiente**, neste caso, compreendido como o produto de uma natureza transfigurada, da qual os humanos, a partir de uma formação econômica capitalista, são separados, são individualizados, são alienados, passando a viver, exclusivamente, da oferta de sua força de trabalho. Força de trabalho que também se extingue, na medida em que é substituída por máquinas, das mais simples às mais sofisticadas.

Portanto, ambiente é mais do que meio, constituindo a expressão contemporânea dos conflitos sociais, produtos e produtores de uma natureza adversa. Ambiente, segundo Smith (1988), deriva da produção da natureza, sob o modo de produção capitalista, que encerra a produção do próprio humano, uma produção naturalmente questionável, que gera contradições e que coloca, para a Geografia, novos enfrentamentos analíticos.

Encerro com duas referências a Latour, cujo livro *Onde aterrar? Como se orientar politicamente no Antropoceno*, publicado em 2020, em meio à pandemia do Coronavírus, sugere, aos geógrafos, que reflitam e que produzam leituras não compartimentadas de mundo.



Antigamente ainda se podia dizer que os seres humanos estavam na terra ou na natureza...Era possível distinguir uma Geografia Física e uma Geografia Humana como se houvesse duas camadas sobrepostas. Mas como dizer onde estamos, se este "sobre" ou esse "em que" nos

encontramos passa reagir nossas ações, voltando-se contra nós, enclausurando-nos, dominando-nos, exigindo algo de nós e nos arrastando consigo. Como distinguir a partir de agora a geografia física da geografia humana? (LATOUR, 2020, p. 53)

Com esta segunda passagem, em que o mesmo autor coloca em debate a crise ecológica atual, encerro minha intervenção.

Se a natureza se transformou em território, não faz mais sentido falar em “crise ecológica”, em “problemas de meio ambiente”, em questão de “biosfera” ser recuperada, salva, protegida. O desafio é muito mais vital, muito mais existencial – e, também, muito mais compreensível, pois muito mais direto. Quando o tapete é tirado debaixo de seus pés, você entende num segundo que terá que se preocupar com o assoalho... (LATOUR, 2020, p. 17)

Aparentemente, suas colocações são conhecidas dos geógrafos, entretanto, vale lembrar: a natureza constitui condição de nossa existência, e sua apropriação histórica, considerando a forma como vem sendo feita, expressa um processo de alienação humana, em que não mais a reconhecemos e, ao mesmo tempo, surpreendemo-nos, ao reconhecê-la.

Referências

- DE PAULA, C. Q. **Geografia(s) da Pesca Artesanal Brasileira**. 2018. 451f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.
- FARIAS FILHO, E. N.; MACIEL, L. C. Reificação e questão ambiental: contribuições de Karl Marx para a agenda de uma educação ambiental crítica. **Ambiente & Educação**, v. 23, n. 3, p. 105-127, 2018. (Dossiê Karl Marx 200 Anos: natureza e o marxismo ecológico)
- FOLADORI, G. Marxismo e meio ambiente. **Revista de Ciências Humanas**. Florianópolis, n. 25, p. 82-89, abr. 1999.
- LUEDY, L.; VAN DER LAAN, M. Marxismo e Ecologia. Dualismo cartesiano apocalíptico ou monismo? As disputas entre a escola da ruptura metabólica e a ecologia-mundo. **Crítica Marxista**, n. 50, p. 151-170, 2020. (Dossiê Social Antiecológico)
- FOSTER, J. B. **A ecologia em Marx**: materialismo e natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. 418 p.
- LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Tradução de Carlos Irineu da Costa. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994. 149 p.
- LATOUR, B. **Onde aterrar? Como se orientar politicamente no Antropoceno**. Rio de Janeiro. Bazar do tempo, 2020. 159 p.
- LÖWY, MICHAEL. O Marxismo de André Gorz. **Caderno C R H**, Salvador, v. 30, n. 81, p. 427-433, set./dez. 2017.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 118 p.
- MATURANA, H. R. ; VARELA, F. G. **El árbol del del conocimiento. Las bases biológicas del entendimiento humano**. 13. ed. Santiago: Editorial Universitária, 1996.
- MORIN, E. **Introdução ao Pensamento Complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.
- PRIGOGINE, I. **Do ser ao Devir**. São Paulo: UNESP; Belém: UEPA, 2002. 86 p.
- SANTOS, M. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- SERRES, M. **O Contrato Natural**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.
- SERRES, M. **O Mal Limpo. Poluir para se apropriar?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. 112 p.
- SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. 242 p.

ECOLOGIA-MUNDO, RAPINA AMBIENTAL E ZONAS DE SACRIFÍCIO: PROVOCAÇÕES A PARTIR DA (SEMI)PERIFERIA

Marcelo Lopes de Souza

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

mlopesdesouza@terra.com.br

Introdução: Um olhar político -ecológico (e brasileiro/ latino-americano) sobre o mundo do século XXI

De um ponto de vista acadêmico austero, este ensaio (grife-se a palavra: ensaio) flerta com a leviandade. Apesar de eu fornecer dados e informações e me estribar em uma apreciável quantidade de referências bibliográficas, a intenção, aqui, é menos a de informar resultados consolidados que a de *estimular uma reflexão*. Na verdade, já algumas premissas poderão causar desacordo ou até mal-estar. Paciência!

Para começo de conversa: *o capitalismo é intrinsecamente antiecológico*. A "modernização tecnológica", com sua produção "limpa", suas tecnologias "verdes", seus parâmetros de "ecoeficiência", sua ênfase em fontes renováveis de energia, sua crença nos poderes da reciclagem, da reutilização e da reparação, sua aposta nos mercados de créditos de car-

bono e sua esperança nos acordos e nos protocolos internacionais, não faz mais que ganhar tempo para o modo de produção capitalista. Não que esses avanços, especialmente os tecnológicos, sejam despidos de valor intrínseco; ocorre que eles, em última análise, servem, principalmente, e a despeito das boas intenções de alguns atores envolvidos, para aliviar pressões e iludir – ou, enfim, para adiar o provável colapso ecológico-social. Na melhor das hipóteses, servem para permitir, em um futuro distante, uma estabilização sociopolítica e econômica em um patamar “civilizatório” bastante rebaixado.

Do meu ponto de vista, não há dúvida quanto a isso. E nada disso é catastrofismo ou sensacionalismo: é uma conclusão lógica, levando em conta os efeitos de um modo de produção impensável sem a acumulação (reprodução ampliada) de capital; vale dizer, sem crescimento. A dúvida diz respeito, isso sim, ao quanto e até quando o capitalismo será capaz de continuar se reinventando, driblando (mas jamais superando ou resolvendo) os problemas de fundo que ele mesmo gera. Acima de tudo, essa dúvida gira em torno da seguinte questão: o capitalismo, para continuar viabilizando a sua existência, acarretará que custo para incontáveis vidas humanas e não humanas, ao comprometer a existência de culturas e padrões de relação social e organização espacial, de ecossistemas e até de biomas inteiros?

Um olhar que combine pensamento socialmente crítico e sensibilidade ecológica não é algo novo. Basta recordarmos as contribuições do neoanarquista Murray Bookchin (ou já as do geógrafo e anarquista Élisée Reclus, no século XIX), entre outros, pelo campo libertário;¹ ou, pelo campo marxista, as de Herbert Marcuse ou as da própria dupla Horkheimer e Adorno, seguidas, nas últimas três ou quatro décadas, pelas achegas de um número crescente de intelectuais e pesquisadores.² Não poucos marxistas, aliás, têm se esforçado para demonstrar que o próprio Marx foi um ecologista *avant la lettre*, interpretação que, não obstante a abnegação de quem a defende, suscita vivas controvérsias entre os próprios marxistas.³ Todavia, ainda resta muito por fazer

1 Consulte-se, por exemplo: BOOKCHIN, 1996, 2004, 2005 e 2007; RECLUS, 1864 e 1898.

2 Vide, por exemplo: HORKHEIMER e ADORNO, 2006; MARCUSE, 1982 e 1992; ALTVATER, 1991, 1992 e 2005; FOSTER, 2000; LEFF, 2006; BIEL, 2012; MOORE, 2011, 2015 e 2016; PATEL e MOORE, 2018.

3 Entre os marxistas que são opositores ferrenhos do pensamento ecológico, por considerá-lo inarredavelmente reacionário – uma leitura que se vai tornando cada vez mais rara –, está BERNARDO (2019), entre outros

em matéria de crítica ecológico-social do capitalismo, notadamente de uma perspectiva que incorpore claramente as preocupações, experiências, geografias e agendas de lutas do Sul Global.

Uma das últimas novidades em matéria de “ecomarxismo” têm sido as ideias de Jason Moore e seus colaboradores (MOORE, 2011 e 2015; PATEL e MOORE, 2018). Eles vêm buscando, com a teoria/tese da *ecologia-mundo*, propor e consolidar o ambicioso projeto intelectual de atualizar a contribuição seminal de Immanuel Wallerstein sobre a economia-mundo ou o sistema mundial capitalista (WALLERSTEIN, 1986, 1989 e 1991) e, mais do que isso, estender e revigorar o “marxismo ecológico” com a ajuda de pensadores “pós-modernos” (notadamente Bruno Latour [vide, p.ex., LATOUR, 1994]). Em meio a isso, Moore declara o restante do “marxismo ecológico” contemporâneo, especialmente a teorização sobre a “ruptura metabólica” no estilo de John B. Foster, como sendo cartesiana (e, no fundo, tributária do imaginário capitalista), por se aferrar, segundo ele, a uma separação entre “natureza” e “sociedade”. Não vou adentrar o terreno da polêmica entre Moore (e seus colaboradores) e outros “ecomarxistas” – entre outras razões, por não conseguir dar inteira razão a nenhum dos dois lados. Duas limitações das teorizações de Moore e seus colaboradores merecem, contudo, ser aqui destacadas, por suas sérias implicações.

A primeira limitação - que surge, à primeira vista, como uma contribuição visivelmente positiva - é a crítica à distinção entre “natureza” e “sociedade”. Não que Moore não tenha carradas de razão ao criticar a separação entre “natureza” e “sociedade”, reconhecendo, com justeza, o quanto ela é funcional e instrumental para a construção de uma ideia de natureza como exterior à sociedade que, precisamente, possibilitou ao capitalismo a mercantilização potencial de tudo. A questão é que, em sua cruzada contra o cartesianismo, e influenciado por Bruno Latour, Donna Haraway etc., ele parece ir um pouco longe demais, ao tentar interditar a *distinção* entre “natureza” e “sociedade”. Ocorre que *distinguir* não é o mesmo que *separar*. Felizmente, Moore é sutil, e admite que não é razoável não querer nunca estabelecer alguma diferenciação; seu antídoto, o de substituir uma distinção binária por infinitos tons de cinza e mesclas variadas, porém, se dá em meio a um estilo verborrágico e um pouco hermético, repleto de neologismos e firulas retóricas, e que, no frigidar dos ovos, obscurece um ponto fundamental e adia uma discussão básica: há, afinal de contas, algum nível de diferença epistemológica e

quiza ontológica entre processos geobiofísicos (“natureza” ou, mais precisamente, *natureza primeira*) e relações sociais (“sociedade” ou, mais precisamente, *natureza segunda*)? Essa pergunta é incontornável, e devemos respondê-la com clareza e sem titubear. Se respondermos que não, precisamos aceitar que nos colocaremos, ainda que involuntariamente, na companhia do famigerado positivismo, cuja essência (com terríveis consequências teóricas e metodológicas) sempre foi a crença no monismo epistemológico (“método científico único” e congêneres). Se respondermos que sim, precisaremos nos cuidar para não resvalar para um pensamento dualista; no entanto, a recompensa, se conseguirmos evitar esse perigo, será a coerência do pluralismo epistemológico. De toda sorte, minhas considerações críticas não me impedem de saudar a contribuição de Moore, por ser ela um aporte que, com seu frescor e sua criatividade, se revela instigante.

A segunda limitação da teorização de Moore é o seu caráter... eurocêntrico. Seu ângulo de abordagem, ao apresentar o “*Capitaloceno*” como alternativa conceitual a um *Antropoceno* falacioso (MOORE, 2016), pode nos iludir um pouco. Afinal, Moore não apenas propõe que o Antropoceno é demasiado generalizante e superficial (e ideológico), ao culpar toda a espécie humana (o *Anthropos*) por algo que é, no fundo, responsabilidade de um modo de produção em particular (o capitalismo), mas também rompe com as sugestões de datação e periodização que costumam animar os adeptos do Antropoceno: em vez de começar com a “Grande Aceleração” (anos 1950 e 1960) ou mesmo com a Revolução Industrial, Moore defende que o Capitaloceno teria começado com a Conquista da América e o processo de colonização. Ou seja: Moore coloca a subjugação do Sul Global e a formação de uma periferia (e de um centro) capitalista como ponto de partida. Ora, dar essa importância à periferia para explicar a formação do capitalismo não chega a ser original; os teóricos da “dependência” (ou mesmo as teorias clássicas do imperialismo) já haviam martelado essa tecla o suficiente – para não mencionar a teoria wallersteiniana sobre o sistema mundial capitalista e o capitalismo histórico. Seja lá como for, as lentes de Moore são, como é em certa medida inevitável, marcadas por sua vivência dos problemas e sua biografia acadêmica de pesquisador baseado no Norte Global. Queiramos ou não, as teorias têm “sotaque”; como seus autores, elas possuem uma situacionalidade histórico-geográfico-cultural. Quanto mais honestamente admitirmos isso, mais profícuo intelectualmente e consistente ético-politicamente será o nosso trabalho.

Da acumulação primitiva às desterritorializações e devastações contemporâneas (“acumulação por despossessão”, *land grabbing*...), a evolução do capitalismo tem sido não somente a história de uma economia, mas também de uma ecologia – isto é, de uma maneira de lidar com a natureza, de gerir o metabolismo ecológico-social. Afirmar enfaticamente esse tipo de conexão é uma das inequívocas virtudes de Moore (mas não só dele...). A *rapina ambiental* – em que o neoextrativismo e o agronegócio sobressaem como exemplos perfeitos – e as zonas de *sacrifício* – em várias escalas, da local à internacional – evidenciam o quanto a devastação ambiental e as tragédias humanas são inseparáveis do capitalismo, e cada vez mais. Ao mesmo tempo, um olhar sobre tudo isso a partir do Sul Global pode jogar luz sobre a incompletude e alguns dos defeitos de uma teorização como a de Moore, a qual, a despeito de suas qualidades, possui um ranço eurocêntrico.

Enfim, repitamos: as teorias têm de ter “sotaque”... A (semi)periferia e seu lugar no mundo precisam ser analisados no contexto da globalização e dos desafios ecológico-sociais planetários, mas também com a devida atenção para com as sensibilidades e agendas próprias. Visto do Sul, o mundo sugere ênfases distintas em comparação com quando o vemos a partir do Norte, por mais que tudo se ache articulado.

1. Os (ainda) imensos reservatórios de “natureza barata” do Sul Global

O vocábulo “rapina” significa, segundo os dicionários, “roubo praticado com violência”. No caso da *rapina ambiental* que aqui discuto, o *ambiente* não é compreendido como uma instância da realidade exterior à sociedade (ou na qual a sociedade seja considerada na condição de mero “fator antrópico” abstrato); ou seja, ele não se reduz a um “meio ambiente”, a um “ambiente natural”. A sociedade complexa, com todas as suas contradições, com suas classes e frações de classe, bem como com todas as demais clivagens (racismo, sexismo...), é parte do ambiente integral. Aliás, sob um ângulo humano, o que o ambiente (e a própria “natureza primeira”) é e “contém”, será sempre percebido de maneira histórica, geográfica e culturalmente situada. A rapina em questão, portanto, é praticada por agentes sociais específicos, em circunstâncias determinadas, tanto contra a natureza não humana (outras espécies, solos, águas etc.) quanto contra seres humanos que, de um modo ou de outro, se achem em posição vulnerável ou sejam um estorvo, um

obstáculo ao processo de "roubo com violência". A devastação e a degradação de ecossistemas, biomas e paisagens afetam humanos e seus modos de vida, sua cultura, seu bem-estar e sua dignidade, de maneira entrelaçada com os destinos dos seres não humanos que são condenados ao sofrimento ou extermínio, das águas e dos solos poluídos, do relevo alterado e das paisagens enfeadas.

O *metabolismo ecológico-social* (que Marx chamou de *gesellschaftlicher Stoffwechsel*, literalmente "metabolismo social"⁴) é um tema cada vez mais estruturante em um mundo de crescente fabricação social de escassez hídrica, eventos climáticos extremos, desastres ambientais, epidemias e pandemias. Sob o capitalismo, o metabolismo ecológico-social ocorre sob o signo de uma crescente "entropia" ou de um crescente ecoestresse: o "eco" da *economia* é incompatível, de forma inevitável no longo prazo, com o "eco" da *ecologia*. Os ritmos dos ciclos e dinâmicas geobiofísicos são agredidos pelo imperativo de acumulação de capital (ou seja: de crescimento e de lucro). No âmbito do sistema mundial capitalista, a "exportação de ecoestresse" do Norte Global para o Sul Global tem sido um expediente estratégico para aliviar tensões nos países centrais, passando a fatura para populações que são, além do mais, superexploradas, e que também arcam com a principal conta em matéria de poluição (indústrias poluentes, lixo tóxico...) e destruição de ecossistemas. Sem afastar os problemas verdadeiramente planetários, como o aquecimento global e a acidificação dos oceanos, criam-se "ilhas de sintropia" em escala local, regional e nacional no meio de um "oceano de crescente entropia", mas onde o grosso da destruição se situa e se transfere para o Sul Global. Continua a valer, como mostrou o famigerado Memorando Summers, que "não há pecado ao sul da linha do equador", como se dizia na Europa durante o período colonial...⁵

A interessante expressão "ecologia-mundo" é útil e uma fonte de inspiração, independentemente de concordarmos ou não integralmente com Moore. Assim como ocorreu com tantas outras contribuições teórico-conceituais, a de Moore também ganha vida própria, sendo retomada e retrabalhada à revelia das inten-

4 Vide, sobre a contribuição de Marx, a densa exposição de SCHMIDT (2016).

5 Em 1991, um memorando interno do Banco Mundial, assinado por Lawrence Summers, então economista-chefe daquela instituição, "vazou", provocando um escândalo. No memorando, Summers pontifica, com argumentos pseudotécnicos, que os países "em desenvolvimento", muitas vezes "subpovoados", seriam, em comparação com os "desenvolvidos", "subpoluídos". Segundo ele, as atividades poluidoras deveriam se concentrar nos países de menores custos, que são também aqueles onde os salários são menores (cf. ENWEGBARA, 2001, np; PELLOW, 2007:9).

ções do autor, ainda que a ele se deva prestar o devido tributo – a começar pela discussão de seus pressupostos e suas implicações, que é a melhor homenagem que se pode fazer a um trabalho intelectual.

Jason Moore propôs, com a “ecologia-mundo”, algo que pode até soar extravagante – e, convenhamos, ele gosta de fórmulas impactantes, como “*Wall Street is a way of organizing nature*” (MOORE, 2017) –, mas a lógica do argumento é cristalina e, ao mesmo tempo, simples: o capitalismo, enquanto modo de produção, é, concomitantemente, um modo de organizar a “natureza”. O capitalismo histórico é a história, entre outras coisas, de uma certa maneira de lidar com a realidade dos rios, dos minerais e dos solos, assim como da força de trabalho: criando e recriando “fronteiras” a serem exploradas e devastadas impiedosamente, criando e recriando hierarquias entre os seres humanos (com a ajuda da manipulação da própria ideia de “natureza”, vista como oposta à “sociedade”: negros e indígenas, mas também, até certo ponto, mulheres, não eram vistos como plenamente humanos, ou, pelo menos, não eram vistos como tão humanos como os seres humanos europeus do sexo masculino).

Moore avançou, nesses marcos, a tese da “natureza barata” (*cheap nature*), ao lado de outras “*cheap things*” (“trabalho barato”, “comida barata” etc.) em sua explicação de como o capitalismo se constituiu e se viabilizou historicamente. Sem fronteiras a desbravar e explorar impiedosamente (sem abundância de recursos baratos, de mão-de-obra barata etc.), o capitalismo como sistema global não se teria formado como se formou, nem sobrevivido por tanto tempo (PATEL e MOORE, 2018). Bem, quanto a isso, a novidade trazida por Moore é muito relativa. As próprias teorias clássicas do imperialismo (Rosa Luxemburgo, Lenin), atualizadas pelos “dependentistas” (p.ex., Ruy Mauro Marini), para não mencionar o próprio Marx (“acumulação primitiva de capital”), já mostravam o quanto o “desenvolvimento” do Norte Global se entrelaçou com o “subdesenvolvimento” da periferia do sistema. A obra de Immanuel Wallerstein corporificou uma espécie de apoteose dessa linhagem. Jason Moore nada mais fez que ressaltar o aspecto ecológico de todo o processo de formação do capitalismo histórico (coisa que contribuições anteriores haviam subestimado ou tratado insuficientemente). A rigor, isso não é tão pouco assim. A *economia-mundo* aparece diante de nossos olhos, pois, como (ao mesmo tempo) uma *ecologia-mundo*.

Após nos convencer de algo que, a rigor, já sabíamos – a circunstância de que

o capitalismo depende e sempre dependeu de "coisas baratas", que são parcelas e aspectos da realidade que ele avilta ao constituir-se mediante a constante abertura/invenção de novas fronteiras de recursos –, Jason Moore construiu a hipótese de que o esgotamento da *cheap nature* já se pode, com olhar atento, vislumbrar no horizonte. A hipótese é fecunda, mas um pouco enviesada. Senão, vejamos.

Como assim, "fim da natureza barata"? Com certeza, ainda por muito tempo, não exatamente – por exemplo, na Amazônia. O bioma Amazônia vem se tornando, mundialmente, cada vez mais objeto de preocupação, já que vem sofrendo há décadas com intenso desmatamento (majoritariamente ilegal), muito acentuado na atual conjuntura política brasileira de "desmonte ambiental" (ou de "passar a boiada", para usar a famosa expressão do ex-ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles). Diferentemente do bioma Mata Atlântica, que se acha na pior situação de todas por vir sendo devastado há séculos, e do qual pouco restou, na Amazônia ainda há uma enormidade de mata nativa mais ou menos preservada; basta vermos que cerca de 34% da área total são unidades de proteção ambiental e terras indígenas, sem contar as grandes áreas estaduais de florestas ainda não destinadas. Mesmo levando-se em conta que muitas unidades de proteção ambiental têm uma existência mais formal que real, uma vez que a fiscalização é falha e insuficiente e, ainda por cima, determinados tipos de unidade permitem a propriedade privada, sendo uma porta aberta à destruição (caso das Áreas de Proteção Ambiental [APAs]), esses percentuais relativamente elevados não deixam de ser uma boa notícia. Ocorre que são uma boa notícia também para os interesses capitalistas, que veem nesses espaços uma imensa reserva de... natureza barata.

A hipótese de Moore é indubitavelmente interessante, se consideramos o longo prazo e a escala global. Entretanto, *aqui e agora* – e talvez igualmente no futuro, ao que tudo indica –, na Amazônia e em outros lugares do Sul Global, vale o misto de advertência e gracejo feito, em certa ocasião, pelo economista John Maynard Keynes: "*In the long run we are all dead*" ("no longo prazo estaremos todos mortos"). A argumentação de Moore se mostra pouco sensível ao sofrimento e às perspectivas de aumento de sofrimento (no curto e no médio prazo, para não falar do longo prazo) de populações inteiras do Sul Global.

O que vemos diariamente em ação, em um país como o Brasil, é um "gangsterismo econômico" (em que o formal e o informal se entrelaçam, em que o legal e o ilegal se acasalam à luz do dia) e um "paradigma da mais-valia absoluta" (que,

como este termo sugere, se estriba mais na superexploração da força de trabalho que na inovação tecnológica e na elevação dos patamares de produtividade). Esse capitalismo, especialmente na conjuntura política inaugurada em 2019, passou a se servir, sem reboços, de um verdadeiro “vale-tudo” institucional e legal: flexibilização do licenciamento ambiental; anistia para grileiros e desmatadores; ataque às terras indígenas, aos assentamentos de reforma agrária e às unidades de conservação; facilitação do uso de agrotóxicos... Tudo isso sem esquecer que certos retrocessos, como a reforma trabalhista, já haviam ocorrido anteriormente, e alguns haviam tido lugar inclusive sob os governos do Partido dos Trabalhadores, como a reforma do Código Florestal aprovada em 2012. É esse o capitalismo real do agronegócio e do neoextrativismo.

Podemos, esquematicamente, resumir o agronegócio mediante a fórmula *agronegócio = industrialização do agro sob a égide do capital financeiro + desmatamento + monocultura + agrotóxicos*. Nesses marcos, a vanguarda do capital (inclusive no que se refere à produção internacional de pesticidas, sementes selecionadas, organismos geneticamente modificados, máquinas agrícolas etc.) se amalgama com o atraso social de elites retrógradas locais, regionais e nacionais, que lançam mão de trabalho escravo ou semiescravo, esquemas ilegais os mais diversos, e assim sucessivamente. Similarmente, podemos sintetizar o neoextrativismo da seguinte forma: *mineração em larga escala sob a égide do capital financeiro + destruição de paisagens, ecossistemas e geodiversidade*. Tanto no caso do agronegócio quanto no do neoextrativismo topamos com o desafio do *land grabbing*, que é a aquisição de gigantescas quantidades de terra (e de outros recursos, como água) pelo grande capital doméstico e transnacional. No Brasil, o termo “*grilagem*” se refere a uma forma de *land grabbing* caracteristicamente ilegal e criminoso, não raro acompanhada do uso da violência para intimidar e forçar desterritorializações. Quase sempre, quando há desmatamento em larga escala, como na Amazônia, estamos, ao mesmo tempo, diante de “*grilagem*” de terras.

Em matéria de envenenamento de solos e corpos hídricos e destruição de ecossistemas, o agronegócio e o neoextrativismo apresentam efeitos ecológicos muito parecidos. No que toca à violência e às desterritorializações, também há similaridades (como se nota pela cobiça de terras indígenas), apesar de existirem várias peculiaridades: no caso do neoextrativismo, além da poluição de rios e do solo, há as articulações com a poluição industrial nas cidades, ao longo da ca-

deia siderúrgica ou petroleira (formando-se “zonas de sacrifício” nas periferias de grandes cidades); e há, também, os riscos associados a desastres como os que ocorreram com as barragens de rejeitos em Mariana/MG (em 2015) e Brumadinho/MG (em 2019), ou aqueles relativos a grandes derramamentos e vazamentos de óleo, como o que aconteceu na Baía de Guanabara (RJ) em 2000, quando um duto da Petrobras se rompeu. Em todas ou quase todas essas situações, riscos são tacitamente (e criminosamente) assumidos e tolerados, e as indenizações e compensações para as vítimas, uma vez se dando um desastre, são irrisórias e tardias. Moral da história: no Sul Global, vale a pena transgredir, pois o Estado fecha um dos olhos, quando não fecha os dois.

Diante de tudo isso, a preocupação dos países centrais para com os destinos da Amazônia e de outros biomas não pode deixar de suscitar, da nossa parte, no Sul Global, um sentimento de que estamos a testemunhar uma autêntica *hipocrisia estrutural*. Os governos dos países centrais e as empresas transnacionais (e agências como o FMI e o Banco Mundial) estabelecem, entre si e com elites locais, regionais e nacionais, alianças e cooperações explícitas ou veladas; por outro lado, em face de uma opinião pública doméstica (nos países europeus, principalmente) que “exige providências”, governos do Norte Global oscilam entre o “chicote” (propostas de restrição de soberania nacional, ameaças de embargos e boicotes) e a “cenoura” (acordos e fundos econômicos para frear o desmatamento). No meio disso tudo, como grande pano de fundo, celebram-se e assinam-se acordos, convenções e protocolos para tentar deter a mudança climática global (ou dar essa impressão), além de promessas (às vezes cumpridas, como na Alemanha) de reconversão da matriz energética e outras medidas de “ecoeficiência”.

O que falta ao raciocínio de Jason Moore, enfim, é uma vivência das peculiaridades do Sul Global; uma vivência (ou, pelo menos, uma sensibilidade) que permita enxergar melhor as gradações e a relatividade de um processo de longuíssimo prazo como o esgotamento da “natureza barata”. Vistas a partir do Sul Global, a crueldade e as perversidades que permeiam a história da “ecologia-mundo” capitalista são muito mais vívidas, e uma hipótese como a do “fim da natureza barata” se relativiza a ponto de empalidecer. A evolução do sistema mundial capitalista, que já tinha demonstrado, nos anos 1970, com a estagnação e a desindustrialização da Argentina – com o seu inevitável corolário de empobrecimento, favelização e crescentes tensões sociais –, que mesmo um país tão promissor quanto aquele

não estava imune à decadência econômica e ao rebaixamento geopolítico, atualizou, a partir da década de 1990, com o espetacular e dramático exemplo do Brasil, a lista de países que “andam para trás”. A desindustrialização brasileira começou quase vinte anos depois da argentina; em compensação, colheu um país cujo estoque de bem-estar (saúde e educação públicas, taxa de alfabetização etc.) e nível de organização dos trabalhadores eram bem mais baixos. A reprimarização da economia brasileira não foi desafiada nem mesmo pelo interregno de centro-esquerda populista dos governos do Partido dos Trabalhadores, que se acomodaram a uma situação em que era conveniente e cômodo “surfear” na onda de elevados preços internacionais de *commodities* primárias do ciclo que abrangeu o período entre 2003 e 2008. Ao que parece, a desindustrialização é uma tendência de longo prazo e dificilmente reversível. Provavelmente, veio para ficar. E, com ela, a multiplicação de “zonas de sacrifício” de vários tipos.

2. Da escala local à hemisférica: As “zonas de sacrifício”

O conceito de “zona de sacrifício” popularizou-se – assim como o conceito de injustiça ambiental, que com ele tão estreitamente se associa – a partir dos Estados Unidos. Ele se refere a espaços que, segregados sob o ângulo residencial, passam a sofrer também com injustiça ambiental, ao serem convertidos em destino preferencial de indústrias altamente poluentes, incineradores de lixo etc. (ver, sobre o caso estadunidense, LERNER, 2010). O significado do termo “zona”, embora nem sempre seja explicitado, é bastante revelador, merecendo ser comentado: afinal, aí se evidencia a cumplicidade do aparelho de Estado e de seu planejamento territorial, em que se reserva para determinados espaços (e determinadas populações...), por meio de zoneamentos e da criação de distritos industriais e congêneres, o triste destino de se tornarem receptores de “usos sujos” e atividades contaminantes e danosas à saúde.

Do ponto de vista típico da literatura acadêmica do Norte Global, o sacrifício em questão reside na imposição de poluição e riscos diversos a minorias que sofrem com injustiça ambiental em escala local. De uma perspectiva que leve em conta a problemática ecológico-social do Sul Global, nas suas mais variadas escalas, não deixa de haver, também aí, um eurocentrismo, apesar de abrigado em um enfoque socialmente crítico, pois é como se não houvesse nada, em escalas supralocais, que justificasse uma extensão da ideia de espaços (e vidas) sacrificados, supos-

tamente pelo “bem comum”, pelo “progresso” ou “pelo desenvolvimento”. Isso, contudo não é verdade. Aquilo que, em matéria de injustiça ambiental, é visível, pelas lentes do Norte Global, basicamente na escala local, se mostra mais claramente multiescalar do ponto de vista da população de um país periférico ou semiperiférico. A constituição de “zonas de sacrifício” se mostra, assim, como um processo que se manifesta não em uma, mas sim em várias escalas simultaneamente.

O que, do ponto de vista lógico, nos impediria de considerar a Amazônia – ou o Pantanal, a Mata Atlântica etc. – como uma enorme “zona de sacrifício”? A rigor, nada. É bem verdade que o termo “zona”, via de regra, perde, em outras escalas, sua conotação mais direta e formal, vinculada a um zoneamento. Isso, contudo, não chega a ser um obstáculo, pois planejamentos e geoestratégias igualmente existem nessas outras escalas, ainda que não sejam formalizados ou oficiais. Acima de tudo, nada há que nos obrigue a restringir a ideia de “zona (ou espaço) de sacrifício” à escala local, por mais que, nessa escala, certas coisas sejam mais diretamente observáveis. Aplica-se, aqui, sem prejuízo analítico algum, o mesmo raciocínio que aplicamos à injustiça ambiental em geral, fenômeno que, na qualidade de distribuição desigual e assimétrica de ônus e bônus ou de falta de isonomia e equidade, pode ser observado nas mais diferentes escalas, da intraurbana (microlocal) à global.

Podemos avançar um pouco mais e classificar *o próprio Sul Global* como uma imensa “zona de sacrifício”, em escala hemisférica. Por que não?... O conhecido Memorando Summers é uma clara evidência disso. O *waste dumping* pelo mundo afora nos fornece, aliás, provas materiais abundantes do racismo estrutural e do eurocentrismo estrutural em escala internacional – precisamente o que está por trás da “análise técnica” feita por Larry Summers. Trinta anos depois do Memorando Summers, o que mudou? Ou melhor: *algo* mudou? Não parece, ao menos no essencial.

Foi dito, na Introdução, que, sob o capitalismo, o “eco” da economia é incompatível, de forma inevitável no longo prazo, com o “eco” da *ecologia*. Podemos expandir um pouco mais o raciocínio, pois, em última instância, a “ecologia” não se restringe aos ecossistemas. Nós, humanos, também somos natureza: nascemos e morremos como qualquer ser vivo; nossos corpos obedecem às leis elementares da Física; somos compostos de células, moléculas e átomos... Há um descompasso crescente, sob o signo da acumulação de capital, entre a evolução tecnológica

e a adaptabilidade da nossa capacidade cognitiva, da nossa resiliência psíquica, da nossa saúde física e da nossa funcionalidade metabólica: tecnologias de comunicação, informação e entretenimento criam estímulos cada vez mais rápidos e intensos, ao passo que a nossa capacidade de processamento cerebral evolui em outra velocidade, completamente distinta; o sedentarismo gera problemas de saúde os mais diversos, muito mal compensados pela frequência a academias de ginástica; os alimentos processados e o *fast food* engendram hábitos, gostos e rotinas nada saudáveis; e assim sucessivamente.

Vemos tudo isso tanto no Norte quanto no Sul, mas nos países periféricos as coisas são muito piores, dado que o Sul Global é, também nisso, uma zona de sacrifício. Às mazelas da “civilização” e da modernidade se acrescentam, especialmente em um país semiperiférico como o Brasil, os desafios típicos do contexto periférico: a poluição do ar responde por incontáveis enfermidades nas cidades, a reboque de leniência e permissividade no que tange a atividades industriais altamente poluidoras e, não raro, por conta da “importação” de lixo tóxico oriundo dos países centrais. Mas não é “só” isso. Se a mineração cria paisagens “lunares” e desoladoras, o agronegócio, que tampouco se explica sem uma articulação entre o interno (elites e governos, em várias escalas) e o externo (empresas transnacionais e, de certo modo, instituições como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, com seus programas de “ajuste estrutural”), não fica atrás: a saúde tanto de trabalhadores rurais quanto de moradores e trabalhadores urbanos é negativamente afetada de diversas maneiras. Na esteira do abuso de agrotóxicos, trabalhadores desprovidos de equipamentos de segurança são envenenados; lençóis freáticos e solos são empesteados; alimentos consumidos nas cidades são contaminados por pesticidas. Isso sem mencionar o fato de que substâncias altamente tóxicas, proibidas em países centrais (como o herbicida Paraquat, para ficar em um único exemplo), são amiúde liberadas pelos governos de países como o Brasil para uso na (semi)periferia do capitalismo mundial.

O mundo em que o Memorando Summers causou escândalo era aquele de três décadas atrás. De lá para cá, esboroaram-se as ilusões do imediato pós-Guerra Fria quanto a um mundo “multipolar” e menos assimétrico, no qual reinaria uma clara e incontestada hegemonia da “democracia” representativa, assim como quanto a uma globalização que traria uma espécie de prosperidade universal. O mundo dos últimos anos tem sido, pelo contrário, marcado pela ascensão da extrema-direita, do neo-

fascismo e do enfraquecimento da “democracia” representativa, assim como pelo aprofundamento de desigualdades entre regiões, entre países e entre continentes (o destino da África é o exemplo mais notório e eloquente). É, ao mesmo tempo, um mundo em que se tenta impor mais sacrifício às populações do Sul Global, com consequências bem visíveis em escala local e regional, cada vez mais por meio da força bruta, e não tanto mediante engodo e promessas grandiosas de “desenvolvimento”.

O Brasil tem sido, nos últimos anos, uma das mais perfeitas ilustrações desse “admirável mundo novo” do reacionarismo galopante (perdão pelo trocadilho). Força bruta e engodo ideológico sempre estiveram presentes, e continuam presentes; o que acontece é que, com o enfraquecimento da “democracia” representativa, certos freios somem, e se abrem as portas do inferno sobre indígenas, assentados da reforma agrária, quilombolas, caiçaras, ribeirinhos e camponeses, cujas terras são cobiçadas ou cuja presença incomoda. Trabalhadores urbanos pobres, moradores de favelas e loteamentos irregulares (ou nas ruas e ocupações de sem-teto), tampouco estão livres da truculência, do elitismo classista e do racismo potencializados pela nova conjuntura: a repressão policial se exagera, a luta por direitos (incluído, com destaque, o direito à moradia) se vê dificultada. Em todos esses casos, no campo, nas florestas e nas cidades, o que se vê é um panorama de intimidação e opressão. Entram em cena desterritorializações ou ameaças de desterritorialização – seja pela cobiça dos recursos contidos em um território, como ocorre com as terras indígenas; seja pela cobiça de localizações lucrativas, como na zona de amortecimento do Parque Nacional da Tijuca (no coração do município do Rio de Janeiro), área “nobre” em que moradores de favelas têm sido ameaçados de remoção sob alegações frágeis, enquanto moradores de classe média, em localizações semelhantes e vizinhas, vêm sendo deixados em paz; seja, ainda, pelo risco da perda de saúde na esteira da poluição ambiental, como em Santa Cruz (bairro da Zona Oeste do município do Rio de Janeiro), em que a pressão desterritorializante se dá indiretamente, devido ao efeito de repulsão derivado do sofrimento ambiental causado pelas atividades da siderúrgica Ternium Brasil (antiga ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico).⁶

6 Sobre as terras indígenas, numerosos estudos e levantamentos têm gerado abundantes evidências; cite-se, a título de exemplo, CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, 2021. Quanto aos casos da zona de amortecimento do Parque Nacional da Tijuca e do distrito industrial de Santa Cruz, eles têm sido detalhadamente pesquisados por mim e minha equipe, e por isso lhes conferi destaque. Sobre a injustiça ambiental na zona de amortecimento do Parque Nacional da Tijuca, consulte-se, p.ex., SOUZA, 2015, 2016 e 2019. Sobre a problemática de Santa Cruz, vide, p.ex., TAVARES, 2019; SOUZA, 2021.

3. Qual margem de manobra restará aos movimentos emancipatórios?

Procederei, agora, a uma série de exercícios especulativos, mas alimentados por hipóteses fundamentadas e perfeitamente plausíveis. São, por assim dizer, cenários não somente possíveis, mas bastante prováveis.

No curto prazo (escrevo estas linhas entre novembro de 2021 e janeiro de 2022), o autoritarismo populista e antiecológico do governo de Jair Bolsonaro permanecerá sócio da rapina ambiental e da manutenção ou ampliação de zonas de sacrifício. As justificativas certamente continuarão a se dar no nível mais tosco (isso quando se justifica alguma coisa...), no qual meias-verdades e falácias se entremeiam com flagrantes mentiras. Com muito azar, esse nível de agressão ecológico-social a unidades de proteção, intimidação de instituições, revisão legislativa e cassação de direitos poderia se dar também no médio prazo (ou seja, como um prosseguimento direto da atual conjuntura por mais um mandato presidencial), o que parece, contudo, neste momento, bastante improvável. O que não é improvável, muito pelo contrário, é uma mudança conjuntural, com a entrada em cena de uma administração menos repressora e autoritária que, não obstante, se aproveite da “desmontagem” institucional (IBAMA, ICMBio, CONAMA etc.) e legislativa (Lei Geral do Licenciamento Ambiental etc.) para manter inalterada, em sua quintessência, a lógica da rapina ambiental e das zonas de sacrifício na esteira do neoextrativismo e do agronegócio – bem como a tendência de desindustrialização e reprimarização da economia, indescoláveis do peso do neoextrativismo e do agronegócio. A conjuntura mais autoritária teria, com isso, criado as condições para que, em uma nova conjuntura, se proporcionasse nada mais que um alívio (e jamais uma reversão), em que a cooptação (a “cenoura”) readquiriria o peso relativo (ou parte dele) que teve durante a conjuntura anterior (governos petistas) em comparação com a repressão e a intimidação (o “chicote”).

Na atual conjuntura política brasileira, os movimentos sociais emancipatórios se acham manietados e intimidados pela extrema-direita e pelo neofascismo antiecológico. O quadro atual não é “apenas” de desmonte institucional e legislativo; é, como já se frisou, também marcado por desterritorializações, “grilagem”, assassinatos, violência. Ou, na melhor das hipóteses, como no caso

de empresas que se valem de uma retórica de “responsabilidade ambiental”,⁷ por tentativas de cooptação de comunidades e polimento de imagem corporativa para continuar poluindo – ou seja, para que continue tudo igual. Em vários outros países, em maior ou menor grau, a extrema-direita e o neofascismo se têm aproveitado de eleições para desconstruir instituições e cassar ou reduzir direitos. A peculiaridade brasileira consiste na intensidade do componente de devastação ambiental.

No médio prazo, no Brasil, existe a cristalina possibilidade de volta à situação da conjuntura do neopopulismo “de esquerda”. A margem de manobra para a cooptação de movimentos e suas organizações reapareceria, conquanto, provavelmente, como uma mera sombra em comparação com o “áureo” período do ciclo de commodities anterior à crise mundial de 2008, por uma simples razão: a bonança do dinheiro abundante acabou. Talvez jamais volte. E, como reza o dito popular, “acabou o dinheiro, acabou a amizade”. Nesse sentido, um cenário de retorno do neopopulismo “de esquerda” e um cenário de um governo conservador que não seja de extrema-direita talvez não sejam tão diferentes assim, até porque o neopopulismo “de esquerda” fez, no passado, algumas concessões à agenda neoliberal e, principalmente, aos interesses empresariais mais imediatos (incluídos aqueles ligados ao agronegócio e à mineração).

No longo prazo, alguns desafios não seriam especificamente brasileiros. Já agora, e cada vez mais, os movimentos emancipatórios terão de lidar com o desafio representado pelas tecnologias de comunicação e informação, as quais servem para mobilizar ativistas (como se viu maciçamente na “Primavera Árabe”, entre numerosas outras ocasiões), mas serve, acima de tudo, para o controle social e espacial da população. Esse controle tem se mostrado efetivo a serviço de interesses empresariais, por meio da manipulação de gostos e preferências de consumidores, e até de modos menos sutis; potencialmente, entretanto, o armazenamento de dados pessoais, as possibilidades de vigilância e monitoramento de hábitos e deslocamentos etc. são artefatos poderosíssimos à disposição de regimes hiperautoritários. Conseguirá a “democracia” representativa, cujas aspas crescentemente se justificam perante a erosão de instituições e valores que se verifica em mui-

⁷Recentemente rebatizada como estratégia “ESG” [sigla que alude às palavras inglesas “*environmental*”, “*social*” e “*governance*”].

tos lugares (dos Estados Unidos de Donald Trump ao Brasil de Jair Bolsonaro, passando por numerosos outros países) resistir às tendências antiliberais e hiperautoritárias? Os indícios e evidências hoje disponíveis não sustentam nenhum grande otimismo.

A isso tudo se acrescenta o cenário econômico nada animador desenhado pelo economista Thomas Piketty no importante livro *O capital no século XXI* (PIKETTY, 2014). Ele vaticina um período turbulento para a segunda metade deste século. Piketty nem chega a ser dos observadores mais pessimistas, mas aponta para a real possibilidade de um capitalismo de baixíssimo crescimento (alguns preveem nada além de 0,5% como taxa média anual nos países “desenvolvidos”) a partir de 2050, decorrendo, desse magérrimo crescimento, um aumento dos níveis de desigualdade (PIKETTY, 2014:25-27, 84, 93 *et seq.*, 357). Não é preciso ir longe para deduzir que, se ele estiver certo, essa previsão nos arrosta com a necessidade de refletirmos sobre as consequências sociopolíticas de um cenário econômico-social tão medíocre.

Os adeptos do “decrescimento” reagiram preocupados com a previsão de Piketty, esforçando-se por tentar demonstrar que a redução do crescimento econômico não precisa se traduzir sempre em aumento de desigualdade. Os “decrescimentistas” se empenham em prol de uma mensagem simpática, mas irrealista: ao denunciarem o que chamam de “mania de crescimento” ou “fetichismo do PIB”, esquecem ou ignoram que não se trata de “mania” ou “fetichismo”, uma vez que a acumulação de capital é um imperativo estrutural e impessoal do modo de produção capitalista, irredutível a inclinações psicológicas ou convicções éticas; daí, sempre buscando fazer uma omelete sem quebrar os ovos, eles tentam extrair alguma fórmula mágica (reformas fiscais, artifícios tributários, campanhas de “esclarecimento” e “conscientização”) que permita zerar o crescimento econômico (e demográfico, apressam-se, em geral, a acrescentar) sem que seja preciso pensar em soluções tão extremas como combater e superar o capitalismo *em si*. Com isso, eles se juntam à legião de pessoas de fé que, em épocas diferentes, procuraram pela demonstração matemática da quadratura do círculo, pela Pedra Filosofal ou pelo Elixir da Longa Vida. Não precisamos concordar com Piketty em tudo (o qual, diga-se de passagem, não deseja a aposentadoria do capitalismo, preferindo antes reformá-lo), mas uma coisa é certa: ingênuo a esse ponto, pelo menos, ele não é.

Ora, um capitalismo de baixíssimo crescimento será, necessária e automaticamente, um capitalismo de escassez socialmente produzida. Sob essas condições, a disputa por recursos aumentará, e a pressão sobre os últimos vestígios e fronteiras de “natureza barata”, embora eleve ainda mais o grau de barbárie ecológico-social (especialmente, é óbvio, no Sul Global), não conseguirá nem sequer acenar com a promessa de nenhum “desenvolvimento” redentor. Não apenas nos países periféricos e semiperiféricos, mas também em países centrais, na esteira de fatores como o desemprego e os fluxos migratórios internacionais (refugiados da fome, refugiados climáticos, refugiados de ditaduras neofascistas...), tendências hiperautoritárias serão cada vez mais a regra, e não a exceção, como têm sido, em nossos dias, o chocante fenômeno eleitoral do trumpismo nos Estados Unidos, ou seus equivalentes menos influentes, como o bolsonarismo.

Os regimes hiperautoritários do futuro talvez já tenham um “modelo” à sua disposição hoje em dia, modelo esse que terá, evidentemente, que ser adaptado a cada caso concreto: a China. Se isso soa improvável, é apenas porque nossos ouvidos não estão acostumados à trilha sonora dos novos tempos. A China é um capitalismo de Estado que conjuga elevada exploração e grande controle da mão-de-obra trabalhadora com um obscuro padrão de degradação e rapina ambientais; concomitantemente a isso, é um capitalismo de Estado que permite que se enriqueça abertamente a ponto de se tornar milionário ou até bilionário, desde que se reze sem pestanejar pela cartilha do partido único (que, com a devida licença poética, continua a se chamar Partido Comunista Chinês) e se saiba “jogar o jogo” da burocracia. Um capitalismo assim repressivo será indispensável para que se possa administrar a tensão social decorrente de baixíssimas taxas de crescimento econômico. Se Trump e Bolsonaro são prefigurações de uma tendência de médio ou longo prazo (próximos anos e próximas décadas), o capitalismo de Estado chinês talvez seja a prefiguração de um quadro de longuíssimo prazo, tornado cada mais real ou provável à medida que adentremos a segunda metade do século.

Resta saber, no entanto, que adaptações exitosas teriam de ter lugar em países que, diferentemente da China, não apresentam condições tão favoráveis à aceitação de um regime hiperautoritário por parte das massas populares: refiro-me à tradição multimilenar de respeito às hierarquias e obediência

à autoridade (influência do confucionismo), juntamente com um relativo desapego material (influência do budismo), bem como a um imaginário que modelou e modela um sentido de povo e comunidade em que o individualismo de estilo ocidental não se acha presente (a não ser, por força da ocidentalização, entre as elites e classes médias). Todavia, até mesmo no caso da China resta saber qual será a margem de manobra para não se precisar apelar para a repressão mais brutal quando as taxas de crescimento [e, com elas, as chances de mobilidade vertical] despencarem. [O tristemente célebre Massacre da Praça da Paz Celestial, em 1989, nos mostra que o regime chinês não hesita em lançar mão da maior brutalidade à luz do dia, sempre que algo essencial estiver em jogo.] Seja lá como for, uma coisa parece certa: o deplorável neoliberalismo seguramente não é o fundo do poço em matéria de corrosão de valores, liberdades e direitos sob o capitalismo.

Conclusão: Rumo ao ecofascismo como um novo regime de acumulação?

Para arrematar este ensaio, vale a pena extrair algumas conclusões do que foi dito anteriormente, sublinhando alguns pontos.

Um capitalismo de baixíssimo crescimento, ao ser também um capitalismo já quase sem fronteira alguma a ser rapinada (isto é, sem “natureza barata” em abundância), terá de ser, igualmente, um capitalismo obcecado com a “proteção ambiental”. A questão é: proteção ambiental... *em benefício de quem?*

Muito tempo atrás, nos anos 1970, André Gorz, assinando com o pseudônimo de Michel Bosquet, cunhou um termo audacioso, “ecofascismo” (*écofascisme*), para designar o emprego de meios repressivos para atingir metas de proteção ambiental, no contexto de uma ideologia autoritária eivada de sensibilidade ecológica, mas, por outro lado, despida de genuína sensibilidade social (BOSQUET, 1978). Mais ou menos na mesma época, de maneira independente, Murray Bookchin propôs o mesmo termo (em inglês, *ecofascism*); o legado de Bookchin deu origem, inclusive, a um notável livro sobre a experiência alemã, escrito por sua companheira, Janet Biehl, em coautoria com Peter Staudenmeier (BIEHL e STAUDENMEIER, 1995). Até hoje, o “ecofascismo” se refere antes a práticas de indivíduos, grupos e organizações – como ativistas ecológicos de espírito preservacionista e animados por preconceitos misantrópicos e neomalthusianos, particularmente voltados contra

(i)migrantes, pobres e minorias étnicas⁸ –, ou então a práticas pontuais de governos, que propriamente a regimes políticos. A razão é não ter ainda existido, para além da imaginação de alguns ideólogos e futuristas (como GRUHL, 1975), nenhum regime ecofascista. Com uma grande exceção: o Terceiro Reich.

A Alemanha nazista foi o primeiro e, até agora, o único regime ecofascista da história. Dando continuidade a determinadas tradições e construindo sobre fundamentos culturais que já vinham de muitos anos antes da ascensão do nacional-socialismo – como a *Reformbewegung* (literalmente, Movimento de Reforma), a *Naturliebe* (= amor pela natureza) e, mais especificamente, a *Liebe zum Wald* (= amor pela floresta) –, os próceres da Alemanha nazista incentivaram práticas como o naturismo/nudismo e o vegetarianismo (Himmler e o próprio Hitler, entre outros, eram vegetarianos), estabeleceram um sistema sofisticado de proteção da natureza (*Naturschutz*) e tomaram medidas de proteção animal (*Tierschutz*), como a proibição da vivissecção. Dois pesos, duas medidas: a proteção ambiental era voltada “para dentro”, para os arianos, beneficiando, também, os animais não humanos; ao mesmo tempo, contudo, “para fora”, para os “sub-homens” (*Untermenschen*) eslavos, judeus etc., estariam reservadas não apenas a rapina de recursos, mas também a devastação causada pela própria guerra de anexação e, *last but not least*, o extermínio e a escravização de seres humanos. Embora “animalizados”, os *Untermenschen* deveriam ser tratados com um desprezo e uma violência da qual os animais não humanos eram poupados: ao mesmo tempo em que se proibiu a vivissecção de animais, o doutor Joseph Mengele e outros “anjos da morte” de campos de concentração tiveram liberdade para conduzir seus “experimentos” abomináveis, usando prisioneiros como cobaias, supostamente em prol da Medicina.

Para além da China, portanto, o próprio Terceiro Reich pode ser uma prefiguração do capitalismo do futuro. Talvez, inclusive, uma prefiguração até mais realista, posto que assumidamente (neo)fascista e, aliás, ecofascista. O que não elimina a possibilidade de que a própria China, em um futuro mais ou menos re-

8 Não tem havido escassez de exemplos disso no mundo, mas a informação e a preocupação, até mesmo em círculos críticos e esclarecidos, são, no Brasil, muito menores do que deveriam ser. Consulte-se, sobre o ecofascismo no Estados Unidos, BOOKCHIN et al. (1991), que traz a polémica entre o neomalthusiano e ultraconservador Dave Foreman, ativista fundador da organização Earth First!, e o neonanarquista Murray Bookchin. Sobre a ressurgência do ecofascismo na Alemanha contemporânea, vide, p.ex., HEINRICH BÖLL STIFTUNG (2012).

moto, venha a adotar uma atitude de fortíssima defesa da “proteção ambiental” e, quem sabe, de repúdio da mística “comunista” remanescente.

Seria o ecofascismo, então, o futuro da política estatal pelo mundo afora, na segunda metade do século XXI? Provavelmente, mas não sem gradações e contradições. Do neofascismo antiecológico do bolsonarismo à “ecologia” capturada pela extrema-direita, será preciso levar em conta que existirão diferenças entre o capitalismo dos países centrais e o gangsterismo das elites “gerentes” da rapina ambiental no Sul Global... No Sul Global, o ecofascismo de certas medidas estatais (contra populações pobres das cidades e do campo) terá de conviver, esquizofrenicamente, com a rapina ambiental sobre o que restar a ser depredado ou apropriado (aquíferos, ecossistemas, paisagens) – o que, em muitos casos, esbarrará ou será dificultado por “selos verdes”, boicotes e até mesmo restrições à soberania impostas ou arrancadas [extorsão, chantagem internacional] por países e blocos de países do Norte Global. É certo que haverá muita pressão nessa direção, concomitantemente à tentativa, por parte do capital transnacional, de perpetuar padrões “gangsteristas” em suas relações com as economias e sociedades do Sul Global. No Norte Global, por conseguinte, o grande capital terá de se adaptar a um contexto de disseminada ideologia ecofascista e forte controle estatal (mas, ora, tantos industriais não prosperaram durante o Terceiro Reich, inclusive se beneficiando de trabalho escravo?...), sempre buscando brechas e nichos que possibilitem a continuidade da válvula de escape que é a formação de zonas de sacrifício na (semi)periferia.

Se Thomas Piketty tiver razão, cabe indagar sobre o que acabará primeiro: o capitalismo ou “o planeta” (isto é, a “civilização”, mesmo com toda a sua hipocrisia e toda a sua incompletude)? Note-se que nada disso é mero delírio catastrofista, simples profecia apocalíptica... [A única nota apocalíptica é esta, que nem sequer foi mencionada antes: se eclodir um confronto bélico nuclear em decorrência da “Guerra Fria 2.0” entre Estados Unidos e China, o mundo, tal como o conhecemos, viraria de ponta-cabeça num instante. As devastadoras consequências ecológicas e econômico-sociais para o planeta, além do terrível trauma, chacoalhariam a humanidade e a atirariam em um pesadelo sem precedentes. Isso parece improvável por enquanto, mas não é impossível.] Regular a escassez e controlar as massas: isso torna a inevitabilidade do hiperautoritarismo “ecológico” uma tese mais que plausível. O ecofascismo se configurará,

assim, como o regime de acumulação de capital mais bem ajustado a um capitalismo de baixo crescimento e elevadíssimos níveis de tensão social e conflitos “moleculares” (guerras civis, criminalidade violenta, disputas por recursos, lutas por terra e território) da segunda metade do século XXI. Sem qualquer garantia, mesmo assim, de que o baixo crescimento econômico consiga evitar não somente um tenebroso aviltamento dos padrões de sociabilidade e condições de sobrevivência em escala global, mas igualmente um colapso metabólico planetário que cobrará seu preço também das populações do Norte Global.

Não é certo, obviamente, que as trevas triunfarão. Porém, nada assegura que prevalecerá uma dinâmica de ampliação de consciência de direitos e redução da heteronomia. Acima de tudo, é mais que improvável que algo assim possa ser alcançado por meio de reformas pacíficas, como parecem sonhar os “decrescimentistas” e os entusiastas do “desenvolvimento sustentável” e da “modernização ecológica”. [Aqueles que abraçam valores neofascistas e simpatizam com medidas e instituições autoritárias são mais realistas, pois já sabem que, no mundo capitalista de amanhã, valerá, sem escrúpulos e levada ao paroxismo, a máxima, já hoje tão difundida: “farinha pouca, meu pirão primeiro.”] No momento, o que se pode dizer é que as perspectivas não são nada alvissareiras – e que o neoliberalismo está longe de ser o fundo do poço.

Referências Bibliográficas

ALTVATER, Elmar (1991): **Die Zukunft des Marktes: Ein Essay über die Regulation von Geld und Natur nach dem Scheitern des “real existierenden” Sozialismus.** Münster: Westfälisches Dampfboot.

----- (1992): **Der Preis des Wohlstands oder Umweltplünderung und neue Welt(un)ordnung.** Münster: Westfälisches Dampfboot

----- (2005): **Das Ende des Kapitalismus, wie wir ihn kennen: Eine radikale Kapitalismuskritik.** Münster: Westfälisches Dampfboot.

- BERNARDO, João (1979): **O inimigo oculto. Ensaio sobre a luta de classes. Manifesto anti-ecológico.** Porto: Afrontamento.
- BIEHL, Janet e STAUDENMAIER, Peter (1995): **Ecofascism: Lessons from the German Experience.** Edimburgo e São Francisco: AK Press.
- BIEL, Robert (2012): **The Entropy of Capitalism.** Chicago: Haymarket.
- BOOKCHIN, Murray (1996): **The Philosophy of Social Ecology: Essays on Dialectical Naturalism.** Montreal e outros lugares: Black Rose.
- (2004 [vários anos]): **Post-Scarcity Anarchism.** Edimburgo e Oakland: AK Press, 3ª ed.
- (2005 [1982]): **The Ecology of Freedom: The Emergence and Dissolution of Hierarchy** Oakland e Edimburgo: AK Press.
- (2007 [vários anos]): **Social Ecology and Communalism.** Oakland e Edimburgo: AK Press.
- BOOKCHIN, Murray et al. (1991 [1989-1990]): **Defending the Earth. A Debate Between Murray Bookchin and Dave Foreman.** Montreal e Nova Iorque: Black Rose Books.
- BOSQUET, Michel [André Gorz] (1978): **Écologie et politique.** Paris: Seuil.
- CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO [CIMI] (2021): **RELATÓRIO Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – dados de 2020.** CIMI [<https://static.poder360.com.br/2021/10/relatorio-violencia-povos-indigenas-2020-cimi.pdf>].
- ENWEGBARA, Basil (2001) Toxic Colonialism. **The Tech**, Vol. 121, Issue 16. On-line (accessed in 27/02/2020): <http://tech.mit.edu/V121/N16/col16guest.16c.html>.
- FOSTER, John B. (2000): **Marx's Ecology: Materialism and Nature.** Nova Iorque: Monthly Review Press.
- GRUHL, Herbert (1975): **Ein Planet wird geplündert: Die Schreckensbilanz unserer Politik.** Frankfurt (Meno): S. Fischer.
- HORKHEIMER, Max e ADORNO, Theodor W. (2006 [1947]): **Dialektik der Aufklärung: Philosophische Fragmente.** Frankfurt (Meno): Fischer.
- HEINRICH BÖLL STIFTUNG (2012): **Braune Ökologen: Hintergründe und Strukturen am Beispiel Mecklenburg-Vorpommerns.** Rostock: Heinrich Böll Stiftung (= Schriften zur Demokratie, Band 26).
- LATOUR, Bruno (1994 [1991]): **Jamais fomos modernos: Ensaio de Antropologia simétrica.** Rio de Janeiro: Editora 34.

LEFF, Enrique (2006 [2004]): **Racionalidade ambiental: A reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

LERNER, Steve (2010): **Sacrifice Zones: The Front Lines of Chemical Exposure in the United States**. Cambridge (MA): The MIT Press.

MARCUSE, Herbert (1982 [1964]): **A ideologia da sociedade industrial: O homem unidimensional**. Rio de Janeiro: Zahar.

----- (1992 [1979]): Ecology and the Critique of Modern Society. **Capitalism Nature Socialism**. *A Journal of Socialist Ecology*, 3(3), p. 29-38.

MOORE, Jason (2011): Ecology, capital, and the nature of our times: Accumulation & crisis in the capitalist world-ecology. **Journal of World Systems Research**, v. 17, nº 1, pp. 107-146.

----- (2015): **Capitalism in the Web of Life: Ecology and the Accumulation of Capital**. London: Verso

----- (org.) (2016): **Anthropocene or Capitalocene? Nature, History, and the Crisis of Capitalism**. Oakland (CA): PM Press.

----- (2017): "Wall Street is a way of organizing nature": An interview with Jason Moore. **Upping the Anti: A Journal of Theory and Action**, Issue 12, np (<https://uppingtheanti.org/journal/article/12-wall-street-is-a-way-of-organizing-nature>).

PATEL, Raj e MOORE, Jason (2018 [2017]): **A History of the World in Seven Cheap Things A Guide to Capitalism, Nature, and the Future of the Planet**. Carlton: Black Inc.

PELLOW, David N. (2007): **Resisting Global Toxics: Transnational Movements for Environmental Justice**. Cambridge (MA) e Londres: The MIT Press.

PIKETTY, Thomas (2014 [2013]): **Capital in the Twenty-First Century**. Cambridge (MA) e Londres: The Belknap Press of Harvard University Press.

RECLUS, Élisée (1864): L'Homme et la Nature: De l'action humaine sur la géographie physique. **Revue des Deux Mondes**, vol. 54, p. 762-771 Reprodução fac-similar disponibilizada na Internet pela Librairie Nationale Française (<http://gallica.bnf.fr/arc:/12148/bpt6k66040w>).

----- (1898): La grande famille. **Le Magazine International**, janeiro, p. 8-12 (Reprodução fac-similar disponibilizada na Internet pela Librairie Nationale Française: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k660250.r=reclus.langPT>).

----- (1905-1908): **L'Homme et la Terre**. Paris: Librairie Universelle, 6 vols. Reprodução fac-similar disponibilizada na Internet pela Librairie Nationale Française (<http://gallica.bnf.fr>; o endereço específico varia de acordo com o tomo).

SCHMIDT, Alfred (2016 [1962]): **Der Begriff der Natur in der Lehre von Marx**. Hamburgo: CEP Europäische Verlagsanstalt, 5ª ed.

SOUZA, Marcelo Lopes de (2015): Proteção ambiental **para quem?** A instrumentalização da ecologia contra o direito à moradia. **Mercator**, 14(4), p. 25-44.

----- (2016): Urban eco-geopolitics: Rio de Janeiro's paradigmatic case and its global context. *City*, 20(6), p. 765-785.

----- (2019): **Ambientes e territórios: Uma introdução à Ecologia Política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

----- (2021): "Sacrifice zone": The environment-territory-place of disposable lives. **Community Development Journal**, 56(2), p. 220-243.

TAVARES, Thiago Roniere Rebouças (2019) Examinando a injustiça ambiental a partir da contaminação do ar e de inundações nos arredores da Companhia Siderúrgica do Atlântico/Ternium, às margens da Baía de Sepetiba (Rio de Janeiro) **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, 1(2), p. 211-251.

WALLERSTEIN, Immanuel (1986 [1974]): **Das moderne Weltsystem**. Frankfurt (Meno): Syndikat.

----- (1989 [1983]): **Der historische Kapitalismus**. Berlim e Hamburgo: Argument.

----- (1991 [1979]): **The Capitalist World-Economy**. Londres e outros lugares: Cambridge University Press/Éditions de la Maison des sciences de l'homme.

O BRASIL QUE FALA À CIÊNCIA: QUAL O FUTURO DA PÓS-GRADUAÇÃO?

Rita de Cássia Martins Montezuma

Universidade Federal Fluminense (UFF)

ritamontezuma@id.uff.br

Introdução

O título proposto pela organização do XIV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia – ENANPEGE é uma reflexão urgente e imprescindível. Para respondê-la é preciso adicionar duas outras questões determinantes que a antecede. A primeira delas é sobre qual Brasil estamos falando. Considerando suas diversidades, sejam elas sociais, regionais, econômicas, físicas ou ecológicas. A segunda questão remete à necessidade de inquirirmos sobre que pós-graduação queremos que tenha futuro, já que existem múltiplas compreensões sobre o que e como esta deve ser conduzida. A rigor, está em pauta a visibilidade dos Brasis, sem a qual não é possível falar de políticas de ensino, pesquisa, tecnologias, ciência e inovação.

Neste texto busco compartilhar pontos de reflexão que nos possibilite uma autoavaliação e autocrítica sobre a criação e gestão dos programas de pós-graduação, uma vez que não os vejo contemplando a diversidade

que demarca os territórios e grupos sociais do país. Para tanto, vou partir de uma breve análise sobre os programas de geografia do país e das dificuldades diante de sucessivos cortes de verba e apoio para sua manutenção.

Em seguida, levando em conta a minha experiência pessoal à frente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal fluminense, campus Niterói (conceito 6), na condição de coordenadora no quadriênio 2018 a 2021. Partirei deste lugar de fala para relatar como a gestão vem sendo afetada pela falta de visão sobre recursos humanos e capacitação de pessoal, com reatamento no funcionamento dos programas. Uma análise sobre a materialização deste processo no cotidiano da pós-graduação.

Por fim, procurarei demonstrar a contradição entre o contexto nacional, a pós-graduação em Geografia e a avaliação da CAPES, apontando avanços e retrocessos que podem ser reavaliados em busca de uma estruturação que nos permita visibilizar e corresponder aos muitos Brasis que temos aliados historicamente. Na conclusão buscarei apontar algumas soluções articuladas no Fórum dos Coordenadores da ANPEGE, realizado em 2021.

1 – De qual Pós-Graduação estamos falando?

1.1 Estrutura e composição dos PPG: diversidade x representatividade

De acordo com o documento de área da Geografia de 2019 (PAES; CORRÊA; MARAFON, 2019), existem 76 programas (PPGs) dos quais 10 estão na região Norte, 11 na Centro-Oeste, 13 na Sul, 18 na Nordeste e 24 na região Sudeste. Em termos espaciais, seja em escala nacional ou regional, observa-se uma grande concentração em torno das capitais e grandes centros em todas as regiões (figura 1). Considerando a amplitude das áreas territoriais de cada região, a demografia e as condições de mobilidades internas, tanto o acesso quanto à permanência na pós-graduação já se apresentam como dois grandes desafios a serem superados.

Numericamente, observamos outra dimensão dessa heterogeneidade que nos é revelada à medida em que consideramos a disponibilidade das modalidades oferecidas. De acordo com o Documento de Área da Geografia (op cit), cursos de doutorado estão concentrados nas regiões Sul e Sudeste, respec-

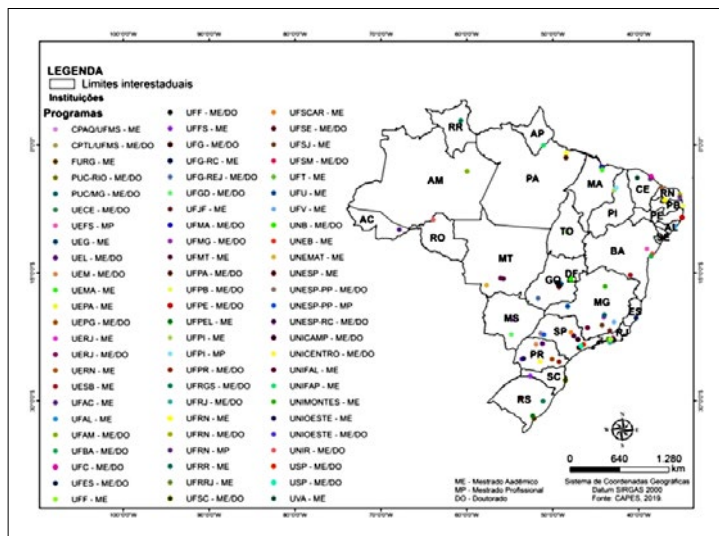
1 Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/colegio-de-humanidades/ciencias-humanas/geografia>

tivamente com 9 e 14 cursos. Do total de 38 programas com doutorado, sete destes estão no Nordeste, cinco no Centro-Oeste e apenas três na região Norte².

Entretanto, ao analisarmos os conceitos atribuídos aos programas a disparidade se agrava. Com conceito 7 existem apenas dois programas localizados em São Paulo – UNESP/PP – e Rio de Janeiro – UFRJ. Programas com conceito 6 concentram-se quatro no Sudeste (USP – Geografia Humana, UNICAMP, UFF e UFMG), dois no Sul (UFPR e UFRGS) e um no Nordeste (UFCE). Sul e Sudeste juntos concentram 72% dos programas com conceito 5, enquanto o Centro-Oeste e o Nordeste possuem dois. A região Norte só possui programas com conceito 4 e 3 (figura 2).

Não se trata apenas de lacunas espaciais mas, sobretudo, epistemológicas. Em cujas diversidades a renovação temática necessária e urgente poderiam emergir ao se as oportunidades de ingresso fossem mais democráticas.

Figura 1: Distribuição espacial dos Programas de Pós-Graduação em Geografia no período de 2010 a 2019.



Fonte: PAES; CORRÊA; MARAFON - Documento de Área, Geografia (2019), disponível em <https://www.gov.br/capes>, acesso 08/03/2022.

² Segundo a coordenação de área, Profa. Tereza Paes [comunicação pessoal], em 2021 o número de programas aumentou.

A correlação entre quantidade de programas e conceitos nos coloca diante do desafio de pensar um projeto nacional que incentive a ocupação das lacunas geográficas deixadas pelo alinhamento dos PPGs no eixo Sul-Sudeste. As disparidades regionais e as desigualdades entre programas, agravadas por avaliações distópicas, geram um profundo rebatimento na manutenção, retroalimentando negativamente os investimentos em infraestrutura (custeio e capital) e recursos humanos que, conseqüentemente, parametrizam a aquisição dos recursos necessários à formação discente, que é o grande objetivo da Pós-Graduação, o que, por sua vez, se reflete nas cotas de bolsas.

No quadriênio em tela, as perdas das cotas de bolsas foram a tônica. Perdas que foram determinadas em uma decisão autocrática, sem diálogo com as instituições e coordenações de programa, não levando em consideração as necessidades regionais para sua distribuição.

À comunidade acadêmica foi dada como explicação que tratava-se de uma distribuição mais equânime, quando, na realidade foi baseada em uma equação equivocada, em que pesou o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) do município sede. Evidenciamos que este fator não considera a origem da classe estudantil, a qual varia de acordo com cada realidade intrarregional, quando não nacional (principalmente nos cursos de pós-graduação). Uma estratégia que agrava a situação já precária do apoio estudantil.

Figura 2: Distribuição dos Programas de Pós-Graduação em Geografia por região, no período de 2018 a 2019.

Região	Número de Programas (2018)	APCN 2018	Número de Programas (2019)	Crescimento %	% por Região (2018)	% por Região (2019)
N	5	6	10	100	8	13
CO	10	2	11	10	16	14
S	12	1	13	8	19	17
NE	15	10	18	20	23	24
SE	22	4	24	10	34	32
TOTAL	64	23	76	19	100	100

Fonte: Paes; Corrêa; Marafon - Documento de Área, Geografia (2019), disponível em <https://www.gov.br/capes>, acesso 08/03/2022.

Complementando as perdas, a CAPES surpreendeu os programas ao imputar uma retirada de bolsas no início de 2020 com o país já ingressando no período de isolamento social devido à pandemia do CoVid 19. Bolsas em processo de finalização, arbitradas pela CAPES, foram transformadas em “cota empréstimo”, de forma irreversível, atingindo principalmente o Colégio de Humanidades, sem quaisquer esclarecimentos sobre para qual área, programas ou instituições as bolsas foram encaminhadas. Essa ação intempestiva causou instabilidade entre os discentes, já fragilizados devido ao momento pandêmico, ficando ao encargo das coordenações administrar os conflitos.

1.2 A avaliação da CAPES

Os critérios avaliativos se subdividiram em três eixos, conforme demonstra a publicação *Resumo dos Critérios de Avaliação* disponível na ficha de avaliação da geografia (PAES; CORRÊA; MARAFON, 2019) para o referido quadriênio (quadro 1). São eles: Programa, Formação e Impacto na Sociedade.

Os critérios avaliativos trazem uma grande contradição. Ao considerarmos um cenário de corte massivo de investimentos associado a um processo de invisibilidade das necessidades reais, sobretudo das áreas geográficas em que os programas estão inseridos, é estabelecida uma cobrança mais contundente. A comparação entre a realidade nacional dos PPGs de Geografia e os critérios avaliativos da CAPES para o quadriênio 2018/2021, aponta para o conflito entre o mundo real vivenciado cotidianamente pelos programas e as metas definidas pela CAPES.

No quesito Programa observamos a relevância orientada para a infraestrutura e o perfil docente. Quanto ao primeiro, indagamos como garantir 40% do peso da nota no quesito diante de uma realidade de cortes consecutivos de verba e frente ao declínio gradativo dos investimentos em Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação, sobretudo a partir de 2013 quando este é reiterado com a política do teto de gastos? Identificamos nesta cobrança uma desproporcionalidade entre o peso atribuído à infraestrutura e o quantitativo de verba que é destinado ao cumprimento deste quesito.

As verbas PROEX e PROAP limitam os gastos ao pagamento de bolsas e custeio. Verbas de capital se tornaram praticamente inexistentes, agravando a aquisição de equipamentos e material permanente, tão caros às pesquisas em diversos campos da Geografia. As instituições de ensino superior são con-

sideradas como contrapartida no financiamento dos programas. Contudo, o sucateamento das universidades agravam o quadro e precarizam ainda mais a manutenção dos programas.

A redução de editais de apoio, tanto no âmbito federal quanto das FAPs (Fundação de Apoio estaduais) vem impactando significativamente os programas, já que são a segunda maior fonte de subsídios à pesquisa e gestão, sendo um significativo suporte público na ausência das verbas institucionais. Os editais, quando ocorrem, têm sido direcionados a áreas específicas ou a temas considerados prioritários pelo governo federal e pelo capital (setores da indústria e do agronegócio, por exemplo). Entre 2020 e 2021 o foco na pandemia do CoVid 19 concentrou os investimentos restringido as pesquisas praticamente ao campo biomédico.

a política de investimentos está baseada em uma noção de desenvolvimento voltado ao mercado de trabalho, uma tendência das últimas décadas. Um mercado flutuante, assentado na lógica capitalista, cuja temporalidade tem demonstrado ser incompatível com a temporalidade de formação profissional qualificada, assim como das pesquisas e do ensino. Uma temporalidade que afirma a obsolescência formativa. Esta conjuntura fomenta editais de apoio, e financiamentos em geral, que são política e ideologicamente direcionados, restringem determinados subcampos do conhecimento, tendo como corolário negativo a redução da diversidade temática e a criatividade produtiva.

Somemos a isso as particularidades regionais que importam ao desenvolvimento local, porém não são consideradas nos planejamentos em escala nacional. Aqui reside a outra questão: o que é esperado como perfil docente? Qual a formação desejável ao discente, que lhe é correlata? Neste item, onde é cobrado se o perfil docente é compatível com a proposta do programa, indago se não deveria ser compatível ao perfil social dos discentes do programa, garantindo a representatividade da diversidade dos grupos sociais que ingressam na Pós-Graduação.

Outrossim, cabe neste caso a reflexão sobre em que medida a proposta do Programa é compatível com a demanda social e econômica da região em que se localizam. Se as práticas docentes, de ensino, pesquisa e extensão, contemplam as realidades regionais de inserção do programa. Estas são condições salutaras para que as metas referentes ao quesito Impacto sejam atingidas, sobre o qual trataremos mais adiante, como também impactam a questão das bolsas na medida que rebatem na permanência no PPG.

Quadro 1: Resumo dos critérios de avaliação da área de Geografia para o quadriênio 2018/2021.

Quesitos / Itens	Peso	Peso
1 – PROGRAMA	Acadêmico	Profissional
1.1. Articulação, aderência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e estrutura curricular, bem como a infraestrutura disponível, em relação aos objetivos, missão e modalidade do programa	40%	40%
1.2 Perfil do corpo docente, e sua compatibilidade e adequação à Proposta do Programa	40%	40%
1.3. Planejamento estratégico do programa, considerando também articulações com o planejamento estratégico da instituição, com vistas à gestão do seu desenvolvimento futuro, adequação e melhorias da infraestrutura e melhor formação de seus alunos, vinculada à produção intelectual – bibliográfica, técnica e/ou artística	10%	10%
1.4. Os processos, procedimentos e resultados da autoavaliação do programa, com foco na formação discente e produção intelectual	10%	10%
2 – FORMAÇÃO	Acadêmico	Profissional
2.1. Qualidade e adequação das teses, dissertações ou equivalente em relação às áreas de concentração e linhas de pesquisa do programa	15%	15%
2.2. Qualidade da produção intelectual de discentes e egressos	25%	25%
2.3. Destino, atuação e avaliação dos egressos do programa em relação à formação recebida	10%	10%
2.4. Qualidade das atividades de pesquisa e da produção intelectual do corpo docente no programa	30%	30%
2.5. Qualidade e envolvimento do corpo docente em relação às atividades de formação no programa	20%	20%
3 – IMPACTO NA SOCIEDADE	Acadêmico	Profissional
3.1. Impacto e caráter inovador da produção intelectual em função da natureza do programa	45%	45%
3.2. Impacto econômico, social e cultural do programa (ANEXO I)	30%	30%
3.3. Internacionalização, inserção (local, regional, nacional) e visibilidade do programa	25%	25%

Fonte: Paes; Corrêa; Marafon - Ficha de Avaliação, Área de Geografia. Ministério de Educação. CAPES/DAV (2019).

No que tange especificamente à infraestrutura, há um ciclo vicioso que produz, reproduz e mantém o desmonte infraestrutural dos programas. A redução em recursos humanos, empreendida principalmente a partir da política de teto de gastos, vem debilitando o balanço entre admissão e aposentadoria, tanto do corpo docente quanto do quadro técnico-administrativo³. O reflexo dessa ação tem sido

³Sobre este assunto, é preciso acrescentar o impacto do corte de verbas que incidem na contratação de trabalhadores terceirizados pelas OS (Organizações Sociais), os quais atualmente atendem aos serviços de limpeza, vigilância e complementa o quadro administrativo, com significativo impacto no funcionamento das instituições.

fonte de grande estresse por parte das coordenações dos programas, haja visto que a formação docente não contempla gestão administrativa, contábil e financeira mas, ao assumir a coordenação, recai sobre o gestor arcar com as tarefas e responsabilidades administrativas, mesmo não tendo qualificação específica para realizá-las de acordo com o que é demandado pela CAPES.

Não raras as vezes a deficiência de corpo técnico-administrativo é superada com a acumulação de funções pelos coordenadores – função multitarefas, com impactos sobre o desenvolvimento de suas pesquisas e produtividade. Nestes termos, a carga horária real dos coordenadores vem gradativamente se tornando incompatível com a carga horária legal, resultando na crescente precarização do trabalhador de ensino superior que compõe os quadros de gestão, com rebatimentos na produção científica e formação discente.

As exigências demandadas em prestação de contas, maximizadas em períodos de elaboração e entrega do relatório anual Sucupira, complementam o conjunto de práticas que tem levado ao adoecimento, cansaço físico e mental entre coordenadores. Estratégias individuais e coletivas são acionadas através das redes sociais e de comunicação a título de compartilhar e solucionar o que não é provido por parte da Instituição filiada e a CAPES. WhatsApp e Telegram vêm se consolidando como instrumentos de gestão.

As dificuldades enfrentadas pelos PPGs foram centrais nos debates do Seminário de Meio Termo organizado em 2018 pelas coordenações de área e a CAPES e no Fórum de coordenadores da ANPEGE em 2019 e 2021. É lícito afirmar que as coordenações de área da Geografia junto à CAPES envidaram esforços para que a autoavaliação resultasse de um diagnóstico realista, pactuado entre todos os programas. Houve escuta, diálogo e propostas atendidas, ainda que a descrença sobre a incorporação das alterações feitas nas etapas subsequentes fosse a tônica entre os coordenadores.

Vale registrar que o sentimento prevalecente era de que o Seminário seria utilizado para cancelar um modelo de autoavaliação que ao final iria de encontro aos nossos interesses. O término do processo resultou na quase totalidade da proposta elaborada no Seminário de Meio Termo sendo mantida, ainda que houvesse um certo engessamento determinado pela DAV/CAPES no que se refere aos itens avaliativos e os respectivos pesos finais dos quesitos.

Não obstante o fato de que a autoavaliação significou um forte tensionamen-

to para a gestão dos programas, um conjunto significativo de ações evidenciaram a condição precária de trabalho sob a qual as coordenações foram submetidas, sobretudo neste quadriênio. Associada à intermitência das diretrizes por parte da CAPES; mudanças de prazos constantes; ameaças de alteração do Qualis Periódicos no decorrer do período avaliativo, agravadas por boatos e divulgação não autorizada das lista de classificação; inconsistência da Plataforma Sucupira, com sucessivas perdas de dados preenchidos devido à instabilidade da Plataforma; desconsideração do contexto da pandemia do SarsCov 19, que abarca não só o período pandêmico em si mas também a sobrecarga de tarefas sob condições de adoecimento, morte e enlutamentos, dificultando a execução das ações demandadas.

A exaustão, adoecimentos e inconsistências administrativas, dentre as quais devem ser ressaltadas mudanças no quadro governamental, como a substituição do Ministro da Educação, da coordenação da CAPES e do Diretoria de Avaliação durante a finalização do Relatório Sucupira, demarcaram o quadriênio 2018/2021. Situações que levam à fragilização do nível máximo de gestão, acarretando a desestabilização e incertezas na gestão. Diante da precarização, adoecimento e desestabilização das instituições, o Fórum de Coordenadores da ANPEGE em 2021 fez a proposição de manter a avaliação dos programas contu-do, sem rebaixamento de nota.

No quesito Formação (2), uma das principais discussões levantadas no Seminário de Meio Termo e no Fórum de Coordenadores concentrou-se no item acompanhamento dos egressos (2.2). Este item contabiliza a capacidade do programa de acompanhar o destino, a condução e a avaliação dos egressos nos últimos cinco anos. O acompanhamento dos egressos se configurou em uma enorme preocupação, posto que requer das coordenações acesso a informações que nem a CAPES possui e, tampouco, pode disponibilizar. Cabe às coordenações a busca de mecanismos e estratégias para encontrar e obter as informações junto aos egressos, por vezes tendo que contar com a colaboração de orientadores, professores, discentes de dentro e fora do programa, o que nem sempre resultava em sucesso. Este item compõe 25% da nota do quesito Formação.

Por fim, destaco o quesito Impacto na Sociedade (3), o qual considero um grande avanço no processo avaliativo uma vez que deveria vertebrar toda a avaliação do programa, e é o que de fato justifica os recursos investidos. Contudo, há que ser esclarecido o que a área entende por impacto na sociedade.

Exemplifico com o item Caráter Inovador (da produção intelectual em função da natureza do programa – 3.1), cujo questionamento central reside em definir o que é considerado inovação em uma área demarcada pela relação com movimentos sociais e políticos, nem sempre compatíveis e coadunados com o contexto político e de governo em vigor.

Outro ponto de debate remete aos impactos econômico, social e cultural (3.2), trazendo à baila os efeitos da globalização e a hegemonia do capital, cujo ponto nevralgico para nós do Colégio Humanidades reside no risco de legitimar formas de dominação. Em que pese a questão para quem nós estamos falando, é imprescindível ponderar se é o Impacto para o grande capital ou se estamos focando em combater as injustiças sociais.

Se o impacto é direcionado à indústria, é imperativo definir qual indústria estamos priorizando apoiar com ciência, tecnologias, inovação e pessoal qualificado. Há a priorização da indústria nacional? Familiar? O agronegócio ou a agricultura familiar? Impacto social sobre grupos hegemônicos ou para os grupos periféricos, indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais, favelas? Impacto cultural com foco em quais culturas e grupos? Sem dúvida que é preciso enfrentar este desafio tendo um posicionamento claro a respeito de que lado estamos falando. É urgente e não há tempo para sustentarmos a (falsa) neutralidade.

Encerrando este quesito, o item 3.3 traz o impacto sobre as inserções em escala local, regional e nacional. Um quesito que não será possível ser contemplado a contento sem que três perguntas básicas nos indiquem seu sul. Quais sejam: Para quem estamos falando? Para qual Brasil está falando a Pós-graduação? Em que medida a Pós-graduação, a Ciência, Geografia e o Colégio Humanidades escutam esse Brasil?

Pressionados por um contexto onde urge pensar os desmontes institucionais (MEC, MCTI, IBGE, INPE, IBAMA, ICMBIO) e de estruturas importantes de regulação e fomento (CAPES, CNPq), recorrer à inovação (reinventar?) com outras formas de pensar e fazer pesquisa, diante de uma reforma do Ensino Médio demarcada por uma BNCC e uma BNC Formação que subtrai a presença e importância das Ciências Sociais nos currículos escolares, com o descarte de vários profissionais, é salutar refletir que sociedade queremos transformar e qual o modelo de sociedade que objetivamos atingir.

2- Que Brasil fala à Pós-Graduação?

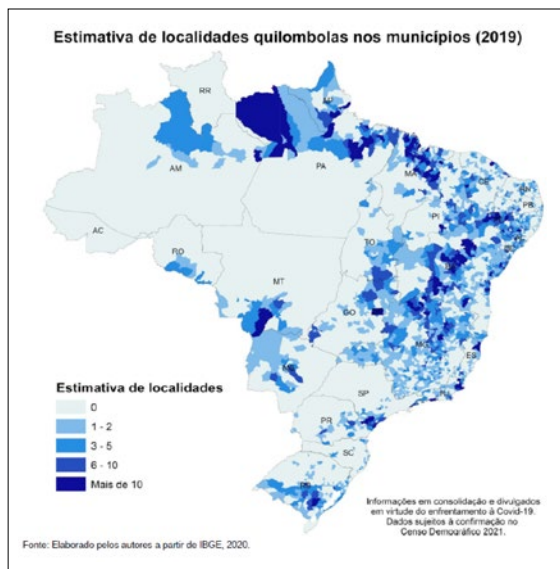
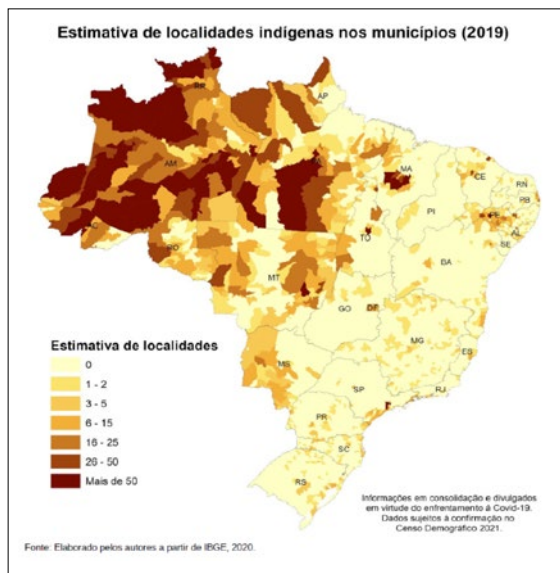
Com uma área territorial de 8.516.000 km² e uma população estimada de 212,6 milhões em 2020, identificar e conhecer quem somos é condição sine qua non para posicionar os PPGs em relação ao Brasil para o qual devemos falar. E, para falar-lhe é necessário que sejam ouvidas as vozes de um Brasil onde a invisibilidade e o silenciamento imperam desde sua fundação.

Retomo para essa análise a questão das disparidades regionais e intrarregionais que notabilizam o país. Estariam os programas de Pós-Graduação contemplando essas diversidades? Estamos considerando esta sociodiversidade no projeto de nação e país que nós queremos? Respostas que redundam em avaliar em que medida os programas estão conseguindo contemplar os grupos sociais dos territórios em que estão inseridos. A análise comparativa do mapa da figura 1 com o mapa da espacialidade de dois desses grupos, quilombolas e indígenas (figura 3), ilustra o rebatimento do impacto potencial dos programas sobre a sociedade. A intersecção entre programas (localização, estrutura e composição) com os grupos sociais locais, sexo, gênero, cor/raça e classe, oferecem um panorama das disparidades que devem ser enfrentadas.

Grande parte dos programas que estão em consolidação e aqueles que estão buscando se consolidar se concentram em áreas onde residem os grupos de maior vulnerabilidade social e econômica: 72% dos programas com conceito 5 estão no Sul e Sudeste e a região Norte só com programas conceito 4 e 3.

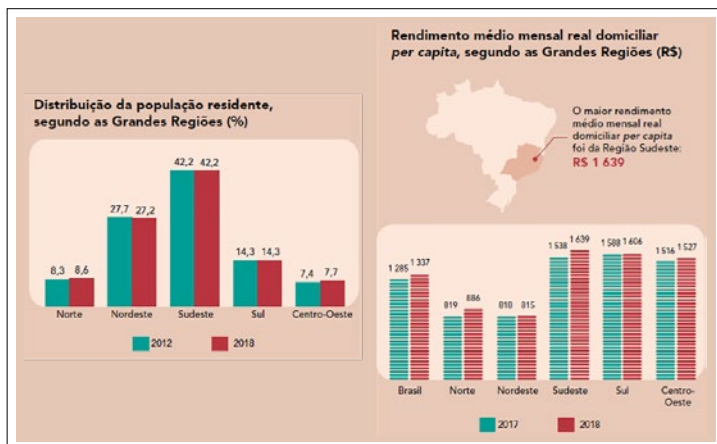
Mantendo a análise regional, segundo os dados do IBGE (2018) relativo à distribuição populacional e renda (figura 4) confirma-se a concentração da renda no eixo centro-sul do país. Verifica-se que a população brasileira apresenta-se em 2018 na seguinte ordem: Sudeste (42,2%), Nordeste (27,2%), Sul (14,3%), Norte (8,6%) e Centro-Oeste (7,7%). Porém, em um intervalo de seis anos as regiões Norte e Centro-Oeste apresentaram tendência de aumento, região Nordeste em leve declínio e a Sudeste e Sul estabilizadas. Quando introduzimos os dados relativos à renda mensal da população residente, observa-se que as menores rendas estão localizadas nas regiões Norte e Nordeste. Estes dados refletem as disparidades em relação à escala nacional.

Figura 3: Distribuição espacial de localidades indígenas e quilombolas com base nos dados do censo atualizado do IBGE em 2019.



Fonte: Damasco; Antunes (2020).

Figura 4: Análise comparativa da concentração populacional e renda por região geográfica, no período de 2012 a 2018.



Fonte: PNAD Contínua/Rendimentos (IBGE, 2018).

Ao tomarmos como variável a condição social em relação ao sexo e raça/cor, as estimativas apontam que a proporção de rendimento médio mensal das mulheres (R\$ 1.938,00) em relação aos homens (R\$ 2.460,00) é de 78,8%, com essa tendência sendo mantida também ao nível regional. A desigualdade também ocorre em relação ao rendimento médio mensal entre a população negra e não negra (R\$ 2.897,00), com esta última apresentando rendimento médio 29,7% superiores aos pardos (R\$ 1.659,00) e pretos (R\$ 1.636,00).

Quando analisamos na escala nacional a taxa de analfabetismo, evidenciamos o agravamento da condição regional supracitada. Segundo os dados do PNAD Contínua/Educação (IBGE, 2019), houve um ligeiro declínio na taxa de analfabetismo em todo o país. As regiões Norte e Nordeste com as taxas mais elevadas (13,9% e 7,6% em 2019 na faixa de 15 anos o mais de idade, respectivamente), sendo o Nordeste a única região que não apresentou queda na taxa dentro do período. Como este é um dado que é marcado pelo caráter etário, apresenta-se mais elevados na população mais velha (figura 5).

Quando a variável sexo é considerada, a população acima de 60 anos apresenta maior taxa entre as mulheres, diferentemente do grupo etário entre 15 anos ou mais, cuja taxa é maior entre homens, significando um aumento de escolaridade entre as mulheres nas gerações mais novas. Ao acessarmos os dados da variável

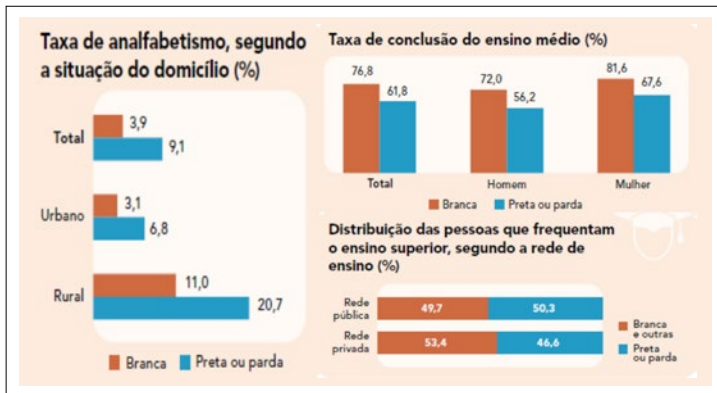
raça, a desigualdade se apresenta mais contundente, na faixa etária mais velha a taxa de analfabetismo entre negros/as é em torno de três vezes superior à população branca (27,1% e 9,5%, respectivamente). Nas classes mais jovens essa diferença é um pouco menor, sendo de 3,6% para não negros e de 8,9% para negros.

Com o avanço da escolaridade o quadro geral praticamente se mantém, com o número médio de anos de estudo sendo superior entre as mulheres (9,6 anos), comparativamente aos homens (9,1 anos) e a população branca com uma diferença considerável entre não negros (10,4 anos) e negros (8,6 anos), mantida nos seis anos da análise.

Em termos regionais Sudeste (10,1 anos), Sul (9,7 anos) e Centro-Oeste (9,8 anos) mantiveram-se com uma média de anos acima da nacional, enquanto que as regiões Nordeste e Norte ficaram abaixo da média do país, sendo que a taxa média apresentou tendência de elevação nos últimos anos em todas as regiões (entre 0,1 e 0,2 ano) [PNAD Contínua/Educação- IBGE, 2019].

A avaliação do desenvolvimento econômico e social brasileiro necessita ser

Figura 5: Taxa de analfabetismo por idade, sexo e cor/raça no período de 2016 a 2019.



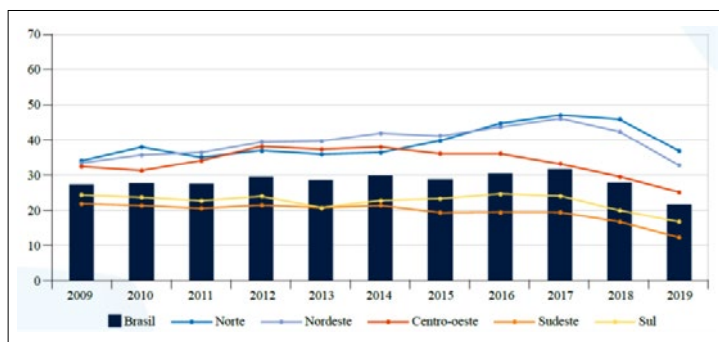
Fonte: PNAD Contínua/Educação (IBGE, 2019).

estendida aos conflitos advindos dessas desigualdades, abordando as questões de classe, sexo, gênero e raciais. Com base nos dados oficiais, mesmo sabendo que muitos são subnotificados, nos vemos diante de um país em que a tônica da resolução dos conflitos tem se dado pela violência.

Segundo o Atlas da Violência (IPEA, 2021), a taxa de homicídio apresenta diferenciações regionais (figura 6). Ainda que sem considerar a distinção entre a violência urbana e no campo, as regiões Norte e Nordeste se destacam bem acima da média nacional. Porém, a análise interseccional desse dados revelam que a violência é estabelecida de acordo com marcadores sociais históricos.

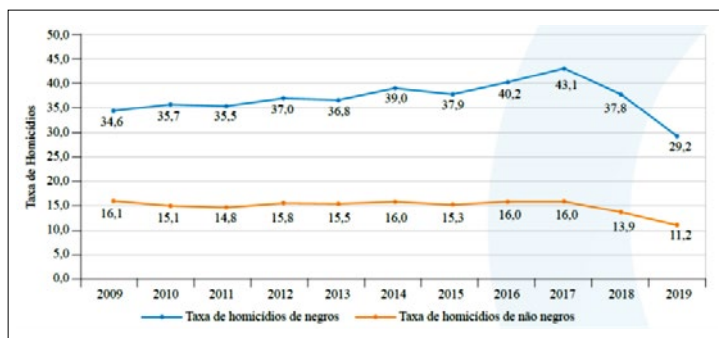
Quando acrescentamos as categorias cor/raça e gêneros, mais uma vez as desigualdades são realçadas (figuras 7 e 8), demonstrando que entre as pessoas negras a taxa é 162% superior às não negras. Entre as mulheres a violência letal é 66% superior à taxa de mulheres não negras.

Figura 6: Taxa de homicídio no Brasil e Regiões, no período de 2009 a 2019.



Fonte: Atlas da Violência (CERQUEIRA, et al., 2021).

Figura 7: Taxa de homicídio de Negros e Não Negros no período de 2009 a 2019.

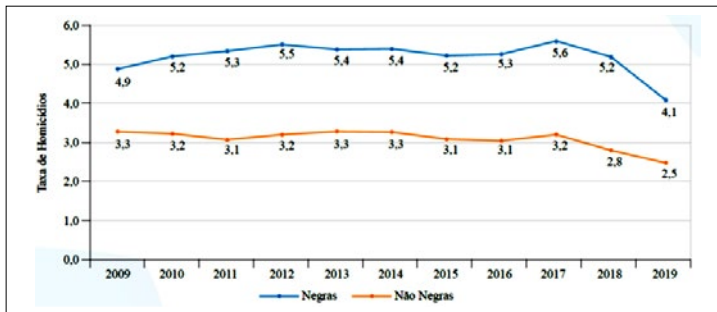


Fonte: Atlas da Violência (CERQUEIRA, et al., 2021).

Em relação à população LGBTQI+ observa-se um fato curioso: a taxa é crescente até 2017, declinando a patamares significativos em 2019 (figura 9). Segundo o IPEA (2021), a falta de confiança nos equipamentos de denúncia pode explicar as subnotificações devido à criação do novo Ministério da Mulher da Família e dos direitos Humanos.

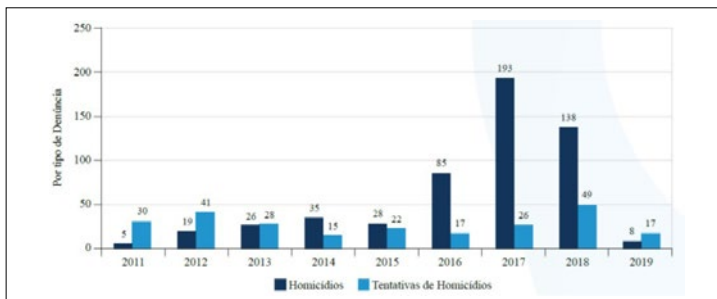
Onde a Educação, Ciência e Tecnologia alcança os diferentes grupos da população, ampliando os índices de escolaridade e, conseqüentemente, oportunidades de emprego, o número de vitimação é reduzido. Segundo o PNAD Contínua (IBGE, 2018), o rendimento médio mensal real de todos os trabalhos por nível de instrução, para quem não tem instrução o rendimento médio é de R\$ 856,00, com ensino superior completo este valor é de R\$ 4.997,00. Quando associamos o índice de escolaridade à violência, identifica-se o papel da educação como fator de redução no caso de homicídios (figura 10). Os níveis superiores de educação são responsáveis pela formação de cidadãos e líderes - indivíduos capazes de mudar a realidade social através de suas palavras e ações (MARRARA; GASIOLA, 2011).

Figura 8: Taxa de homicídio feminino por raça/cor no período de 2009 a 2019.



Fonte: Atlas da Violência (CERQUEIRA, et al., 2021).

Figura 9: Número de denúncias de homicídios e de tentativas de homicídios contra pessoas LGBTQI+ no período de 2011 a 2019.

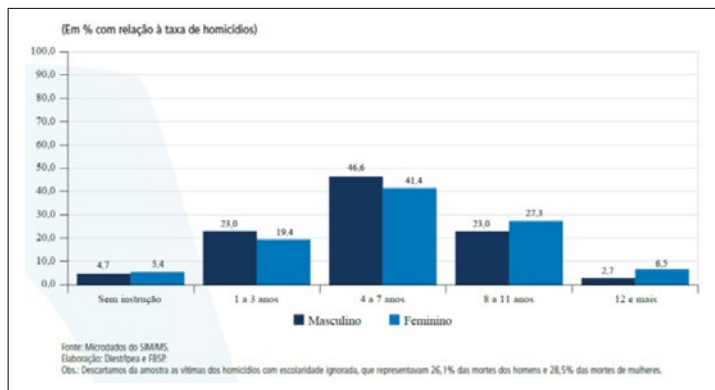


Fonte: Atlas da Violência (CERQUEIRA, et al., 2021).

Os dados, abordagens, categorias e indicadores sociais aqui mencionados são alguns dos muitos aspectos que caracterizam a formação socioespacial brasileira e, por esta razão, se constituem em objetos de análises de pesquisas na área de geografia, passíveis de serem contemplados nas linhas de pesquisa dos nossos programas. Estaria a Geografia conseguindo acompanhar como se dá a organização espacial entre esses grupos? Como as periferias gestam o espaço em alternativa a um estado ausente no cidade e no campo? Os fatores de produção do espaço em áreas e entre grupos invisibilizados são do conhecimento da Geografia? Estas são algumas perguntas que nos possibilita agregar às disciplinas ministradas em nossos cursos, posicionando-se afinadas e aderidas às realidades sociais do país.

Esse panorama geral da realidade social brasileira nos permite um balizamento para refletir sobre como a Pós-Graduação, mediante esses dados, pode pensar como responder ao quesito Impacto na Sociedade, naquilo que tange à mobilidade social que a educação pode promover, por exemplo.

Figura 10: Padrão de vitimização dos homicídios em relação à escolaridade e sexo da vítima no período de 2008 a 2018.



Fonte: Atlas da Violência [CERQUEIRA, et al., 2020].

A análise aqui empreendida busca apontar para as possibilidades de contribuição social que dissertações e teses podem dar para a construção de políticas que impulsionem a transformação social, que é um dos princípios do nosso trabalho. A geração de impactos sociais, econômicos e culturais só poderão ser obtidos mediante uma análise realista da sociedade e a partir do comprometimento social com um país que ainda carece de ser conhecido em profundidade.

Neste aspecto, como pensar estratégias que possam contribuir para a redução das desigualdades sociais considerando as interseccionalidades classe, sexo, gênero e raça//cor? As linhas de pesquisa e áreas do programa são aderentes às realidades sociais em escala local, regional e/ou nacional? Em que medida a pós-graduação brasileira contempla a realidade social nessas escalas?

2- Para qual Brasil a Pós-Graduação fala?


Esta é a pergunta que deve ser feita ao ser compreendida a diversidade de contextos sociais nos quais se situa a sociedade brasileira, que nunca foi homogênea. A noção universalizadora de uma única nação e de um único povo não condiz com as estatísticas oficiais e invisibiliza a diversidade social. A resposta a ser dada requer que seja não apenas vista, mas principalmente ouvida, o que vem a ser uma das duas estratégias de ação que precisam ser consideradas. A segunda estratégia reside na interlocução com esses grupos sociais através da sua inserção como sujeitos em nossos programas. Esta estratégia é o que justifica a necessidade de uma política de Ações Afirmativas.

Entretanto, faz-se necessário entender qual é a realidade social da Pós-Graduação brasileira, com especial dedicação à Geografia. O levantamento dos indicadores sociais da Pós-Graduação nos ajuda a corrigir as disparidades que reverberam de forma ainda mais grave nos cursos de mestrado e doutorado, haja vista a seletividade de ingresso.

Apesar da pressão dos movimentos sociais que possibilitaram a criação de normas e leis para a redução das desigualdades e injustiças sociais, as diferenças existentes precisam ser explicitadas para que se possa viabilizar políticas de alteração das desigualdades observadas.

Ampliar o ingresso de grupos sociopolíticos minoritários requer a integração com outras ações que contemplem a permanência, sendo imperativo incorporar o tripé de sustentação das atividades acadêmicas: Ensino, Pesquisa e Extensão.

Abdias Nascimento, em seu livro *O Genocídio do Negro Brasileiro* afirma:



O sistema educacional funciona como o aparelho de controle nesta estrutura de discriminação cultural. Em todos os níveis do ensino brasileiro - primário, secundário, universitário - o elenco das matérias ensina-

das, como se executasse o que havia previsto a frase do Sílvio Romero, constitui um ritual de formalidade e da ostentação das salas da Europa, e, mais recentemente, dos Estados Unidos (Nascimento, 2016, p. 113).

Para garantir que Ensino, Pesquisa e Extensão correspondam a um projeto de país em sua diversidade é imperativo que tenhamos a coragem de rever a estrutura que edifica a Pós-Graduação brasileira, notadamente no que diz respeito à Geografia. Dentre as estratégias necessárias para que seja constituída a devolutiva ao Brasil que nos fala, podemos citar:

- a)** uma estrutura curricular que seja aderente às realidades sociais, voltada para uma formação que contemple a diversidade social e produza impactos efetivos e eficazes;
- b)** selecionar uma bibliografia e autores/as que garantam as representatividades dos grupos e suas respectivas realidades sociais, garantido a ampliação da diversidade epistemológica;
- c)** ampliar o corpo docente e pesquisas que corroborem a representatividade da diversidade social ingressante nos cursos;
- d)** garantir a pluralidade composicional dos quadros técnicos, contribuindo para a diversificação do aporte de experiências, vivências e conhecimentos;
- e)** refazer os parâmetros que definem as práticas docentes e de pesquisa, sobretudo na Extensão, elencando as prioridades de ação de forma a viabilizar a inserção em um mercado de trabalho mais plural e não efêmero;
- f)** ainda sobre a Extensão, garantir uma formação que tenha acesso às múltiplas realidades sociais nas escalas de inserção do programa;
- g)** e por fim, elaborar em escala nacional, sem impedimentos para a adequação às realidades próprias de cada programa, um projeto da Área de Geografia para políticas de ação afirmativa, conforme preconizado nos termos da portaria MEC nº 13/2016.

A propósito da solidariedade entre programas, impactos e respostas à sociedade, é preciso discutir o significado das políticas de ação afirmativa, sem as quais é impossível atingir um dos objetivos máximos da Pós-Graduação que é promover a transformação da realidade social. Implica na correção de disparidades regionais

e sociais a médio prazo, que foram forjadas no âmbito de políticas de estado que corroboraram as injustiças sociais que ora buscamos reparar.

O rebatimento da Ação Afirmativa sobre o programa se dá através da oxigenação do ambiente intelectual e acadêmico ao se renovar com a aquisição de outras corporeidades, epistemologias, linguagens, além de dinamizar a aquisição de outros conhecimentos e saberes. A ascensão social, melhoria salarial, a mobilidade social a partir da educação é uma estratégia de desenvolvimento que fomenta outras condições de convivência e redução de conflitos.

Falar de inovação em Geografia implica em pensar na diversificação e no aporte de vivências e conhecimentos. A diversidade cultural e as experiências pessoais influenciam as instituições de ensino e também os processos de decisão e de criação de políticas públicas (MARRARA; GASIOLA, 2011).

Nossas possíveis lutas devem se dar no sentido de impulsionar, apoiar e aprender com as alternativas e resistências que emanam dos movimentos sociais por direitos, os quais vejo como potências do momento atual, uma vez que inovam constantemente suas estratégias de luta e permanência, fazendo frente às ausências de um Estado que historicamente busca inviabilizá-las e, que ainda sim, fazem ecoar suas vozes ao ponto de permanecerem como alvo dos setores mais conservadores e reacionários da sociedade.

A ação desses movimentos nos obrigam a uma guinada no sentido de colocar nossas instituições de Ensino, Ciência, Tecnologia e, em nosso caso específico, a Geografia nos eixos de uma proposta real de transformação social.

Tentando concluir: Qual o futuro da Pós-Graduação?

Não penso que tenhamos uma proposta fechada. Penso que estamos vivendo uma emergência que nos exige uma profunda reflexão sobre nossas estruturas internas e como área. É preciso que a área discuta um projeto que defina qual é a Geografia que nós queremos, qual o profissional que devemos formar que nos possibilite contribuir para um projeto de nação que seja diversa, inclusiva e mais justa. Não há universalidade; não somos uma nação. O que há é uma megadiversidade de povos, grupos e realidades.

Para tanto, entendo que é necessário que seja estabelecido um pacto entre os PPGs de modo que possamos fortalecer os demais programas, so-

bretudo nas regiões de maior vulnerabilidade, notadamente Norte, Nordeste e Centro-Oeste. É necessário um projeto de área. Portanto, é preciso discutirmos o atual modelo de avaliação ao qual somos submetidos e nos questionarmos sobre até que ponto seremos obedientes a este modelo. É imperativo que utilizemos nosso fórum de ação política, a ANPEGE, para defirmos conjuntamente qual o posicionamento político que devemos assumir diante dos desmontes e ataques às instituições, Ciência, Colégio Humanidades, Ciências Sociais e à Geografia.

Em 2021 o Fórum de Coordenadores liderado pela ANPEGE, caminhando nesta direção, elaborou uma pauta de estratégias e ações políticas visando potencializar a área da Geografia no enfrentamento dessa política que consideramos predadora. Foi elencado: a) a importância de montar uma rede de solidariedade que pudesse contemplar diferentes realidades na formação, ressignificando e se apropriando deste momento de atividades remotas, tomando-o a favor do maior alcance de estudantes, de forma a fomentar a participação em disciplinas, seminários e eventos formativos; b) foi proposto que a Solidariedade fosse forjada no âmbito da cooperação mútua, em oposição à concepção de caridade que prevalece entre algumas ações. A solidariedade rebatida em ações como apoio à elaboração dos relatórios, em especial ao Sucupira, realização conjunta de disciplinas, práticas, atividades de campo, eventos e pesquisas; c) Fazer das redes sociais um apoio à comunicação colaborativa e orientação entre os programas; d) Entender que a internacionalização deve se dar no âmbito da partilha entre iguais, a exemplo dos movimentos de articulação Sul-Sul, acionando agências de fomento mais paritárias e com países com os quais nossas realidades se aproximam e se complementam, numa relação de horizontalidade; e) fortalecimento do mercado editorial interno, ampliando a comunicação, divulgação e difusão do conhecimento científico dando maior visibilidade às dissertações, teses e produtos na escala nacional e continental de forma a não concentrar no eixo estadunidense e europeu, privilegiando países de realidades mais próximas onde nossos resultados possam ser aplicados; por fim, é urgente conhecermos que são os programas de Pós-Graduação em Geografia no Brasil. Uma cartografia social dos nossos PPGs, e da área, muito nos auxiliaria a empreender melhor nossos esforços na correção das disparidades.

Finalizo pontuando que há uma pergunta anterior ao título da mesa. Para discutir o futuro da Pós-Graduação é necessário indagar-nos para quê, para quem e por que fazer Ciência/Geografia. Não é uma resposta trivial. À guisa de reflexão recorro à frase de uma estudante do Ensino Médio, em visita ao curso de História na UFF, registrada em um cartaz no mural do hall dos elevadores. No cartaz Emanueli postou: "Ser cientista para fazer chover comida nos lugares que têm fome". Quem sabe este possa ser o sul que orientará a Geografia dos nossos Brasis!

Referências Bibliográficas

CERQUEIRA, D. et al. Atlas da Violência 2021. São Paulo: FBSP, 2021.

CERQUEIRA, D. et al. Atlas da Violência 2020. São Paulo: FBSP, 2020.

DAMASCO, F.; ANTUNES, M. Encontro de geografias no mapeamento censitário de localidades indígenas e quilombolas. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v.65, n.2, p.2-24. 2020.

IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra a Domicílio Contínua/Educação - PNAD Contínua/Educação. 2019.

IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra a Domicílio Contínua/Rendimentos de Todas as fontes - PNAD Contínua/Rendimentos. 2018.

MARRARA, T.; GASIOLA, G. G. Ações afirmativas e diversidade na pós-graduação. Inclusão Social, v. 5, n. 1, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/100565>. Acesso em: 12 mar. 2022.

NASCIMENTO, A. O genocídio do negro brasileiro – processo de um racismo mascarado. 3ª Ed. São Paulo, Perspectivas, 2016. 232p.

PAES: M.T.; CORRÊA; A.C.B.; MARAFON, G.J. (Coord.). Documento de Área, área 36, Geografia.

Ministério de Educação, CAPES/DAV, 2019. Disponível em <https://www.gov.br/capes>, acesso 08/03/2022.

PAES; M.T.; CORRÊA; A.C.B.; MARAFON, G.J. (Coord.). Ficha de Avaliação, 36, Geografia. Ministério de Educação, CAPES/DAV, 2019. Disponível em <https://www.gov.br/capes>, acesso 08/03/2022.

O BRASIL VISTO DO LADO DE LÁ: O OCEANO QUE NOS UNE

Rubén C. Lois González

Universidad de Santiago de Compostela

rubencamilo.lois@usc.es

1 - A image do Brasil no concerto das nações

Um passo prévio ao nosso discurso sobre a academia e a Geografia brasileira olhada desde a Europa, mais em concreto a Península Ibérica, deve ser contextualizar a imagem do Brasil no mapa Geopolítico global. De não compreender a imagem de marca (como diz os expertos de marketing) do país em geral, seria muito mais dificultoso chegar-se às luzes e sombras da sua influência científica e cultural. Ademais, no caso de Brasil cumpre sublinhar o seu carácter excepcional desde um começo. O Estado-nação surge da emancipação da maior colônia portuguesa no mundo, muito mais extensa, povoada e rica que a própria metrópole (VV.AA., 2003). Também se mostra como diferente em uma América do Sul que, exceto as Guianas, foi castelhana, espanhola. Uma América hispânica que se fragmentou no processo da independência (a inícios do século XIX) enquanto o Brasil continuava unido e não conseguia deixar atrás o Império e a escravidão até 1885.

Como derivação do anterior, o Brasil apresenta-se neste século XXI como a principal nação de América do Sul, de toda a denominada América Latina. A potência sub-regional por excelência, que condiciona boa parte das estratégias políticas e econômicas desta parte do Mundo globalizado. De fato, a influência dos acontecimentos e dos principais atores econômicos do Brasil é muito importante em todos os países vizinhos com especial intensidade no Paraguai, Uruguai ou a Bolívia. O governo da esquerda brasileira com Lula e o PT a começos deste século foi exemplificador para o resto de América Latina, do mesmo jeito que a Presidência de Bolsonaro animou a radicalização da direita em Peru, Chile ou o nascimento de novas forças extremistas nas últimas eleições argentinas. A nível econômico, a presença de multinacionais brasileiras é muito significativo em toda América do Sul além de Petrobras ou das grandes construtoras; também a expansão do agronegócio, segundo o modelo do país, nas regiões limítrofes. A posição do Brasil é determinante em qualquer projeto que se trace de cara a uma maior integração ou á constituição de uma autêntica União Latino-americana, seguindo o exemplo da Europa (Haesbaert, 2005; Méndez, 2011). Por último, os grandes dirigentes mundiais ou os executivos das principais corporações multinacionais, quando procuram chegar-se ou visitar a região de América do Sul soem vir ao Brasil, polo seu enorme peso como território e em toda a região.

Fronte a esta imagem real, tão positiva e eloquente do peso atual no Brasil, devemos contrapor uma consideração também real e mais negativa: em geral, a América do Sul tornou-se cada vez mais periférica no mundo globalizado do século XXI. Esta realidade tem a ver com deslocamento do centro econômico e geoestratégico do mundo desde o Atlântico ao Pacífico. As relações mundiais não se explicam polos fluxos de complementaridade ou conflito entre Estados Unidos e a Europa com a Rússia incluída, onde só Japão era digno de interesse no Extremo Oriente. No ano 2022 a luta pela hegemonia tem como atores principais aos Estados Unidos e a R.P. China, e o seu cenário central é o Pacífico. Isto é assim por canto América do Norte olha mais cara o seu ocidente que cara um leste onde os vínculos transatlânticos são de paz. Enquanto a China definiu a sua estratégia geopolítica com a Belt and Road Initiative (BRI), também chamada Rota da Seda, póla que o país fica no centro de uma série de eixos que vão para Europa seguindo a rota medieval de comércio, pero que usa o Índico para ampliar a sua influência na África do Leste e o Pacífico para incrementar a

sua de presença de México ou Nicarágua a Equador ou Peru. Neste contexto a América do Sul atlântica fica periférica e, ainda que a liderança do Brasil não se discuta, a mesma situa-se numa região periférica na organização geopolítica e geoeconômica atual (Bresser-Pereira, 2012; Herrero, 2018).

Mudando de argumento, e nesta aproximação introdutória, a imagem do país mantém até hoje uma pegada folclórica e tropical importante. Por muito que a sociedade e as lideranças tentaram de mudar ou atenuar estes referentes. Brasil é o Carnaval, as praias cariocas, as garotas, o futebol e a samba, ente outra ícones repetidos insistentemente sobre o país (Bonifácio Leite, 2015). Aos mesmos, e isto também não pode considerar-se positivo, foi adicionada a imagem de insegurança e violência das favelas. Sem dúvida, boa parte de estas referências sobre o Brasil são marcadamente intencionais. Por uma banda, ocultam as tensões sociais e raciais de uma sociedade profundamente fragmentada. Por outra, não deixam ver progressos técnicos e industriais de uma economia cada vez mais complexa e competitiva no âmbito internacional. Por último, colocam ao Sul, a América Latina como um cenário de violência estrutural, mas sem interrogar-se sobre qual é a causa de essa situação.

Desde começos do século XXI tudo parecia iniciar uma mudança com a consolidação da democracia e a chegada da esquerda do PT encabeçado por Lula ao poder. Para o os europeus que uma liderança trabalhista de esquerdas alcançasse o governo supunha imitar modelos que muitos dos países do velho continente desenvolveram desde mediados do século XX. Para os USA implicava reconhecer os erros de antigos apoios a regimes autoritários e permitir o governo da maioria, ainda que não se concordasse totalmente com as opções escolhidas. Era um ato de tolerância que se pretendia anunciar. O crescimento econômico de toda a etapa, a manutenção da ortodoxia financeira e a sensibilidade social mostrada permitiram momentos de popularidade e satisfação nacional e internacional imensa. Semelhava que a imagem externa do Brasil ia mudar definitivamente, como país emergente e em processo de desenvolvimento. Mas esta situação de ganhadores por todas as partes não logrou manter-se. A crise econômica aberta em 2008 significou o descenso dos lucros privados e maiores dificuldades para manter o estado social do bem-estar. Muitas vezes havia que decidir e em essa opção voltou surgir a luta de classes. As elites tombaram ao PT e a crise política se manteve até a eleição do novo Presidente, o proto-fascista J. Bolsonaro que normalizava a nova direita

extrema em América do Sul, ao tempo que introduzia uma forte crise de prestígio internacional ao Brasil. As esperanças de vinte anos atrás assemelham não manter-se no presente e este grão país segue a perceber-se como uma democracia e economia frágil, insegura, e com graves problemas estruturais (Jinkings, Doria e Cleto, 2016; Costa, 2018).

Em tudo caso, a projeção global do Brasil tem-se transformado nas últimas décadas substancialmente. A razão obedece às próprias mudanças na interpretação da ordem mundial. Desde o ponto de vista Geoeconômico e Geopolítico o nosso planeta já não responde á oposição binária Norte-Sul, desenvolvidos-subdesenvolvidos. Apareceu a categoria dos emergentes, como aquelas nações que partindo de níveis de pobreza geral conseguiram medrar durante certos períodos a um ritmo sustentado até conformar economias relevantes a nível mundial, possuir setores produtivos inovadores ou ponteiros e dispor de umas classes médias consolidadas. Esta realidade é comum para boa parte de América Latina, o Sul de Ásia ou alguma nação como a África do Sul. Por isto, o surgimento dos BRICS como associação dos principais emergentes (China, Rússia, Índia, África do Sul e Brasil), implica a sua consideração no panorama internacional. Os BRICS eles já contam, mesmo para os poderes do Norte que convocam às suas lideranças a reuniões como o G-20 ou a cumes bilaterais. Em este contexto, e a pesar da percepção do Brasil como uma sociedade desigual, problemática e com uma democracia frágil, a nação já é reconhecida como um ator global e em nenhum caso recebe na época atual o rótulo de pobre ou subdesenvolvido como poda ocorrer ha certo tempo (Méndez, 2011; Stuenkel, 2020).

2 - Luzes e sombras mais destacadas da imagem

Fronte a uma leitura mais dinâmica do apartado anterior, é de interesse introduzir uma interpretação sincrônica, desde o atual, sobre a imagem do Brasil a partir de uma classificação simplista de luzes e sombras, de bom e mau, incluso se há algo menos significado, sobre o que o resto das médias e dos habitantes do mundo opinam deste grande país de América do Sul.

Em primeiro o lugar, e vimos de evocá-lo, Brasil é um exemplo de nação emergente e os emergentes por primeira vez estão a disputar o monopólio do poder mundial às sociedades e regiões do Norte. Os emergentes possuem riquezas côas que eles começaram a negociar nos mercados globais. Neste senso Brasil é um

grande produtor de matérias primas de origem agrária as cales explicam uma enorme fortaleza das suas exportações. Ainda que o agronegócio tem muitos aspectos social e ambientalmente criticáveis, resulta evidente que a produção de soja, milho, pecuária e madeira, por citar alguns casos, trazem poder à economia brasileira (Garcia-Gasques et al., 2004). Mas ainda se considerarmos que a exploração de hidrocarbonetos e das fontes renováveis (solar, eólica, etc.) outorga suficiência energética ao sistema produtivo e às necessidades da população. Ademais, o sucesso de estes setores consolidou grandes grupos empresariais, que permitem fazer influente ao capital brasileiro no âmbito regional. Sem dúvida, como luzes os argumentos defendidos demonstram que Brasil começou a jogar no capitalismo global, o que não lhe resta críticas ao procedimento que se seguiu; também não se deve subestimar que uma nação sempre do Sul gerara atividades e uma estrutura produtiva com capacidade crescente de competir numa contorna difícil (Rego e Marques, 2010).

Outra fortaleza valorada desde o exterior responde à vitalidade da sociedade civil organizada, um atributo que não é privativo de Brasil senão característico de toda a América Latina. Os movimentos dos *Sem Terra e Sem Teto*, a força sindical, as resistências camponesas, indígenas ou urbanas constituem um exemplo de organização e de dinamismo a escala internacional. São admiradas em muitos círculos dos países do Norte e mesmo influíram em movimentos sociopolíticos europeus ou da América do Norte como os *Indignados* na Espanha, *Occupy Wall Street*, ou as lutas contra as macro-fazendas e o agronegócio (Nel-lo, 2015). Em paralelo, e como elemento também de novidade, Brasil conseguiu inclinar-se no mundo muito competitivo da Pesquisa e o Desenvolvimento, junto com a Inovação. Em setores como o aeronáutico, o alimentar ou incluso os componentes eletrônicos, o país amostra capacidades não aguardadas para uma sociedade de América do Sul (Bekerman y Dalmasso, 2014).

Por último, entre as luzes reconhecíveis, a riqueza paisagística, ambiental e da contorna consideram-se um tesouro globalmente admitido do Brasil. Um tesouro em qualquer caso ameaçado. Por uma banda, se destaca a abundância de flores-ta no Amazonas ou na Mata Atlântica. Por outra, as paisagens virgens em regiões do interior menos transformadas, a biodiversidade e as possibilidades de rentabilização econômica sustentável. Brasil, como grande território americano que é, resulta muito atrativo desde um ponto de vista ecológico. Noutra ordem de coisas,

e aprofundando no caráter emergente do país, as suas principais cidades já se mostram modernas, eficientes e competitivas no plano internacional. Isto resulta evidente em São Paulo, mas também poderia estender-se a Porto Alegre, Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte ou Fortaleza, entre outras (Vasconcelos e Bandeira, 1999). A imagem do Brasil foi virando nos últimos decênios, e a superação duma ideia do país como Sul tropical introduze matizes na sua interpretação agora mais rica, sem perder-se algum dos atributos da beleza originária do território,

Entre as sombras projetadas, a primeira deve centrar-se no modelo econômico que seguiu a nação em épocas recentes. Um modelo que, como vimos, se acompanhou de certos sucessos, mais que consagra o papel de um vasto território do Sul como fornecedor bruto de matérias primas alimentarias, minerais e energéticas para o mercado global. Em este senso, a acumulação por desapropriação que teorizou D. Harvey cumpre-se por completo (Harvey, 2003). Ademais, amplas regiões do país registram impactos territoriais e ambientais severos como consequência de estas atividades produtivas baseadas na depredação. Os campos de soja dos cerrados perderam diversidade paisagística e ecológica em amplas áreas, como acontece com a pecuária extensiva ou os espaços cobertos por eucaliptos. Ainda maiores são as destruições geradas por projetos de mineração diversos, que seguem a considerar os territórios como âmbitos de exploração rápida e especulativa que remata no médio prazo tanto em completa alteração das regiões afetadas como no deslocamento traumático das populações originárias. Brasil cresce, equilibrou a sua balança comercial mais a um preço ambiental, social e territorial enorme, seguindo uns princípios produtivos que devem ser imediatamente substituídos por outros que fixem a sua meta na sustentabilidade.

Um segundo problema sério do Brasil atual deriva nos elevados níveis de pobreza e violência do país. Estabelece-se esta relação porque a pobreza e as desigualdades são a origem profunda da criminalidade. Brasil dentro das grandes nações do planeta apresenta-se como uma das mais desiguais. Logo o desemprego estrutural, o tráfico de drogas e a miséria de amplas camadas da população criam as condições para que numerosas favelas das grandes cidades sejam o cenário da insegurança permanente. Ademais esta insegurança e crime foram anunciados pelos médios, o que remata por debuxar um panorama sombrio, e não precisado, de Brasil nas diferentes escalas (Ribeiro e Dos santos Júnior, 1997; Da Costa, 1999).

Sem dúvida, o grande reto da sociedade brasileira são as enormes diferenças

de renda entre as pessoas. Uma desigualdade herdada do período de escravidão e que é mantida por umas elites pouco interessadas em ceder parte dos seus lucros para o desenvolvimento de políticas sociais bem dotadas e duráveis no tempo. Mais ainda, os grupos dominantes preferem investir dinheiro em costear políticas repressivas, legais ou para-legais, que em muitas ocasiões se dirigem antes a reprimir os movimentos e o associativismo sociopolítico que a combater realmente as bandas criminosas. A tentação de reprimir, de armar-se, numa sociedade violenta não soluciona os problemas de fundo do país e esta característica é percebida com muita clareza nos foros internacionais que se ocupam de toda América Latina, mais com uma posição de evidente destaque do Brasil em este aspecto. O país deixa de ser o paraíso tropical tantas vezes evocado e converte-se em um espaço inseguro, injusto e problemático o que não favorece nem um conhecimento direto do mesmo, nem o turismo nem em geral os negócios e os investimentos (Piquet e Torres Rubeiro, 1991; Ribeiro e Dos Santos Júnior, 1997).

3 - Que leitura da academia brasileira

Ainda que a política e a imagem de Brasil estão presentes no contexto internacional, polo geral a ciência e a cultura do país são desconhecidas e no melhor dos casos sofrem uma interpretação estereotipada. A maioria dos referentes são mediados pelo tropicalismo, como acontece por exemplo com a música, muito prestigiada, pero onde os grandes artistas do MPB, do jazz ou da bossa nova, seguem aparecendo enquadrados na sociedade do carnaval, das praias e das garotas para uma boa parte dos seus seguidores mais ala das sociedades de língua portuguesa, onde a informação é muito mais completa (VV.AA., 1997). No âmbito da literatura e das artes, resulta difícil desapegar-se da força histórica de um Jorge Amado ou um Óscar Niemeier, que mostram um período clássico de esplendor superado há muitos anos. Nas ciências sociais acontece um pouco o mesmo com G. Freyre, C. Furtado, J. de Castro e M. Santos. Em boa medida estes autores clássicos, responsáveis em parte da institucionalização do pensamento social e territorial no Brasil, alcançaram respeito e reconhecimento no exterior graças ao seu período no exílio, como sucedeu nos últimos três casos (Monclaire, 1997; Enders, 1997). Com relação a épocas mais recentes e significativas, aprecia-se em principio tudo o que chega da academia brasileira, das suas reputadas instituições, pero custa diferenciar o seu aporte e seguem a faltar referentes internacionais indiscutíveis saídos de este grande país.

A este respeito a nossa tese (ou hipótese) é clara: a cultura e o pensamento brasileiro são devedores em grade medida da herança europeu e essa dependência sempre limitou as capacidades de projeção da cultura própria. Em este senso, o problema não é em exclusiva do Brasil, senão que se estende por toda América do Sul, o que começa a forçar corretamente a reivindicação de um pensamento decolonial e crítico, que se converte em fundamental para o futuro (VV.AA., 2003; Sousa Santos e Meneses, 2010). Se nós sairmos de um exemplo, a obra de C. Levi-Strauss o grande personagem da antropologia mundial, concorda-se em que o fundamento da sua obra surge de um intenso trabalho de campo feito no Brasil (Levi-Strauss, 1948 e 1995). Mais Levi-Strauss é um produto da alta cultura francesa e os colegas brasileiros que colaboraram com ele ficam sempre em um segundo plano, como os honestos professores e pesquisadores que lhe ajudaram a fazer. A influência de outros autores franceses como J-P. Sartre, J. Lacan, M. Merleau-Ponty, e muito especialmente G. Deleuze, M. Foucault, H. Lefebvre ou B. Latour, algum deles com estadias importantes no país, é indiscutível (Lefebvre, 1968; Deleuze e Guattari, 1980; Latour, 1993). Isto reflexa a enorme dependência da cultura brasileira em relação á francesa, algo que todos os governos com sé em Paris mantiveram, mimaram e financiaram generosamente (preâmbulo sempre de bons negócios econômicos) [Boletim Paulista de Geografia, 2004; Borzacchiolo, 2016].

Mesmo na Geografia isto se cumpriu, ainda que de jeito mais matizado. A popularidade e projeção de autores como J. de Castro e M. Santos faz-se em boa medida desde a França, onde passaram todo ou boa parte do seu exílio. J. de Castro é apreciado desde que se instala plenamente na academia francesa até a sua morte, tratando temas globais de impacto que a universidade gala necessitava abordar (De Castro, 1946; Santos, 1971). Pela sua banda, M. Santos mostra muita similitude ideológica com grandes geógrafos comunistas e marxistas franceses como J. Dresch, P. George, J. Tricart ou Y. Lacoste, e uma boa sintonia pessoal com outros mais afastados das suas abordagens, como P. Claval. De fato, foi considerado um mais de eles durante a sua geração. Pero, ao mesmo tempo, a primazia e a norma da Escola Francesa foi generalizada, colonizou as universidades do país, numa influência que se estende até o período atual (Santos, 1978 e 1979). Neste senso, cumpre dizer que o M. Santos quando regressa a Brasil é um dos primeiros em ser crítico com esta situação, reivindicando uma ciência elaborada desde o Sul, sem interferências (pos)coloniais (Santos, 1996^a e 1996^b).

Outro exemplo de esta mediação interessada e de domínio simbólico do pensamento e a cultura brasileiras, e haveria mais, é dada por Portugal. Para este caso vamos tomar dois nomes significativos que o chegam a expressar. Primeiro, José Saramago, o grande literato, Prêmio Nobel português. De fato, a concessão de este galardão foi anunciada como o reconhecimento às letras de expressão portuguesa. Mas escolheu-se um escritor da antiga metrópole e não a um brasileiro, que representaria a um país muito mais povoado e diverso, nem a um africano, apesar da importante tradição literária dos PALOPs (VV.AA. 1997 e 2003). Se passarmos de novo ao campo das Ciências Sociais volta ser indiscutível a qualidade e a capacidade de análise crítica do conhecimento elaborado no Brasil. Mais se pensarmos em um pensador de fala portuguesa e impacto global na sociologia, sempre aparece destacado B. de Sousa Santos, de Coimbra (Sousa Santos, 2000; Sousa Santos e Meneses, 2010). Este sociólogo, muito sensível com a perspectiva do Sul, trabalhou em Brasil e em outros países de América Latina, mais outra vez média a elaboração de estudos e reflexões críticas desde uma universidade clássica da metrópole ou desde instituições dos USA onde é regularmente convidado.

A Universidade e algumas instituições de pesquisa do Brasil são crescentemente reconhecidas na contorna internacional. Isto implica um progresso e demonstra, outra vez, o caráter emergente do país na atualidade. Estamos a nos referir sem dúvida à Universidade de São Paulo, a várias Federais tanto de Rio de Janeiro como de Minas Gerais, do interior, o Sul ou o Nordeste. Em todas estas instituições uma série de campos disciplinares são bem estimados como a economia crítica e de sensibilidade ambiental. Por suposto a sociologia e a antropologia, que contam com uma sociedade muito diversa para realizar grandes investigações. A Geografia faz surpresa póla sua implantação, popularidade e produção acadêmica. Todas estas Ciências Sociais possuem ademais com uma indubitável fortaleza, a sua conexão direta com os movimentos sociais, territoriais e ecológicos de enorme vitalidade nas distintas regiões do país (Umbelino de Oliveira, A.; 1991; Mançano Fernandes, 1996).

No parágrafo anterior insistimos na boa reputação das Ciências e da análise social, econômica e territorial no Brasil, mais isto pode mostrar também a sua face negativa. A academia de este grande país do Sul está bem considerada em disciplinas que abordam problemas e reptos atuais, mas isto faz que as Ciências naturais, experimentais e a biomedicina passem muito mais despercebido nas

imagens que as instituições universitárias e de pesquisa do país projetam. Na atual divisão do conhecimento que implantou desde há umas décadas o denominado capitalismo cognitivo (Fumagalli, 2010), entende-se que as disciplinas fortes, as associadas à Inovação e ao progresso econômico via patentes e melhoras tecnoproductivas, ficam restringidas aos países do Norte. Isto podia ser visto na guerra geopolítica de base farmacêutica gerada pela distribuição das vacinas contra o COVID-19, onde só as elaboradas em USA e em Europa foram autorizadas com caráter global, enquanto as russas e chinesas afrontaram problemas de reconhecimento, e as cubanas ficaram ignoradas as mais das vezes. Com a academia brasileira acontece um bocado o mesmo: é possível valorar os contributos das Ciências Sociais (mais sem grandes nomes globais), ainda que para obter um Prémio Nobel em Medicina, Física ou Química cumpre migrar ao Norte (Sousa Santos, 2010; Sábado, 2011).

Todo o comentado insiste em um argumento, a incapacidade ou debilidade dos países do Sul para gerar progressos tecnológicos e inovação. Um mantra repetido e que procura perpetuar a dependência respeito ao Norte, ao que se lhe devem mercar patentes, e direitos de desenho ou de fabricação. Mas isto não é real para uma grande nação como o Brasil que faz surpresa ao mercado mundial quando constituiu uma indústria aeronáutica muito competitiva ou os seus engenheiros foram quem de levantar algumas das barragens mais impressionantes das conhecidas, por citar dois exemplos. Não só em estes sectores um BRIC como o Brasil se destaca, também nos procedimentos da indústria de fabricação de bens, na eletrónica ou em certas ramas da agroalimentar. O país é crescentemente competitivo, porque a sua pesquisa de conteúdo mais técnico fez muito progresso. Mais na percepção geral isto pretende negar-se e as numerosas vezes minorar-se recorrendo aos estereótipos de incapacidade das sociedades do Sul aos que já nos referimos.

4.- Que percepção da geografia brasileira: histórica e atual

Para o que se refere a nossa disciplina, a Geografia, algumas notas já foram apontadas até agora. Por uma banda, a análise espacial e territorial no Brasil goza de uma boa reputação, derivada da sua potência e implantação. Por outra, o nível de informação concreto sobre a sua prática é limitado. Resposta muitas ocasiões a contatos bilaterais derivados de doutorandos que marcharam for-

mar-se ao estrangeiro, de alguma experiência de projetos de cooperação ou de visitas mais ou menos rápidas. Há curiosidade por conhecer, mais as dimensões do país e em outras ocasiões a dificuldade para os estrangeiros de ler em português limitam a percepção correta do que os colegas estão a fazer em esta grande nação de América do Sul.

Do mesmo jeito que comentamos para o conjunto das Ciências Sociais a existência de um período clássico na segunda metade do século XX para a afirmação da academia nacional, em Geografia isto aconteceu por duas vias paralelas. A primeira, a presença de geógrafos franceses como P. Mombeig, J. Tricart ou P. Defontaine, que visitaram e pesquisaram no país, e contribuíram de forma decisiva a construir os cursos de Geografia tanto no São Paulo como nas universidades federais mais clássicas (Monbeig, 1975; Boletim Paulista de Geografia, 2004; Borzacchiolo, 2016). Esta ação fez que a institucionalização da disciplina fosse guiada pelo modelo importado de esta grande escola europeu de análise regional e paisagística. A dependência da disciplina no Brasil do definido na França foi durante bastante tempo uma das maiores do mundo. A segunda, e vinculada com a anterior, seria o magistério indireto de J. de Castro e muito mais presente de M Santos, que obtiveram o seu reconhecimento científico completo no período do exílio, a partir dos 1960. Os dois na França, ainda que M. Santos teve uma trajetória africana, que lhe ajudou a contestar em parte a lógica de dependência acadêmica muito marcante da tradição francesa (de Castro, 1946; Santos, 1979).

De novo, a leitura externa do país concorda em mostrar certa dívida do mesmo com o Norte. Isto, sem dúvida, foi mudando nas últimas décadas com a consolidação das instituições universitárias ao longo do território, tanto nas cidades principais como em muitas médias do interior. Nas mesmas foram abrindo-se um número muito elevado de cursos de Geografia e perto de 80 Pós-graduações, às que se adicionam outras de planejamento, turismo ou conteúdos ambientais (Spósito, 2016). Com esta difusão da nossa disciplina foi necessário produzir numerosos textos acadêmicos de apoio, o que animou uma importante indústria editorial brasileira de temática espacial e territorial. Um processo que, quando menos ajudou a desenvolver um discurso geográfico mais autônomo e próprio, ainda que as pegadas francesas e europeias elas ficaram indiretamente (Spósito et al, 2016; Borzacchiolo, 2016). Em um plano complementar o desenvolvimento de um bom número de dissertações de

maestria e Teses de doutoramento permitiu multiplicar os exemplos próprios de casos geográficos de estudo sem ter que deslocar-se a França ou a Portugal para obtê-los (Spósito, 2016)

No nível territorial a expansão da oferta universitária no Brasil foi impressionante. Dos focos originários de Rio de Janeiro, São Paulo e algumas grandes capitais estaduais avançou-se a que praticamente todo o país fosse dotado de instituições de educação superior, começando pelas cidades principais. Isto traduziu-se na Geografia e em épocas recentes é muito apreciado desde o estrangeiro, como o demonstra a proliferação de acordos internacionais com tudo tipo de universidades e a constituição de um número crescente de redes de cooperação internacional. A Geografia institucional é visível, junto com a sua diversidade regional, ainda que com contrastes marcantes entre o dinâmico Sueste e as mais pobres regiões do Nordeste e do Norte. Outro jeito de descobrir estas variações é a realização de numerosas pesquisas doutorais que jovens professores de tudo o país ele fazem em um elevado número de universidades das nações do Norte global. Este fato anuncia a ideia de Brasil como um país de geógrafos e permitiu melhorar substancialmente o conhecimento da realidade territorial do conjunto no exterior.

Um atributo associado á percepção global da Geografia brasileira é a ligação entre trabalho acadêmico e prática dos movimentos sociais. Uma ligação muito positiva, mais não isenta de crítica, já que normalmente se aprecia uma deriva excessivamente teórica e ideológica dos estudos feitos, pelo interesse de chegar-se aos processos de protesta e resistência na rua (Umbelino de Oliveira, A.; 1991; Mançano Fernandes, 1996). Com respeito estritamente aos movimentos criados a finais do século XX, desde fora está checada como relevante a proximidade da academia ao MST, ao Movimento dos Sem Teto ou às lutas em defesa do Amazonas. Pelo geral, são consideradas demonstrações de uma ciência territorial aplicada e útil, relevante para a sociedade que a sustenta. Em este senso, surpreendem as formas em que se levam acabo alguns eventos acadêmicos, nos que resulta habitual a presença de lideranças camponesas, indígenas ou vizinhais a defender os seus direitos e reivindicações no mesmo tempo que jovens pesquisadores explicam os resultados dos seus trabalhos. Esta característica de implicação da Geografia brasileira é, pelo geral, muito valorada, ainda que uma série de autores também demandem um melhor aproveitamento prático nas pesquisas do conhecimento no terreno que, sem dúvida, se possui.

Em esta leitura internacional da Geografia do Brasil, o que fazer de algumas ramas da disciplina ficou mais visível. Este é o caso da Geografia agrária, um dos grandes referentes do compromisso da disciplina. Desde a questão camponesa de A. Umbelino da Silva até a Geografia do Trabalho de A. Thomaz passando entre outros pelos estudos sobre o papel da Igreja Católica de M. Mitidiero ou a pesquisa colaborativa de B. Mançano, obtêm-se um panorama amplo e complexo de um elevado número de trabalhos realizados (Umbelino de Oliveira, A.; 1991; Mançano Fernandes, 1996; Mitidiero, 2010; Mitidiero, Franco e Guedes, 2015). Em geografia urbana também destacam as reflexões teóricas sobre a produção do espaço, alguma feita em colaboração com colegas de Barcelona ou de Lisboa (Fani e Umbelino, 2009; Bitoun, 2016) e sobre tudo as análises da questão da vivenda e da problemática dos Sem Teto (Zaluar e Alvito, 2002; Moyses Rodrigues, 2016). A Geografia política constitui outro campo de enorme riqueza com pesquisas que vão desde a organização político-administrativa do território até a Geografia eleitoral ou as fronteiras (Pinheiro da Silva, 2016; Azevedo, Elias de Castro e Winter Ribeiro, 2021). Uma menção aparte merece a popularidade alcançada pela temática ambiental e da defesa da biodiversidade, onde textos de enorme profundidade como os de Carlos W. Porto Gonçalves eles se complementam com achegamentos estritos de Geografia física (Porto-Gonçalves, 2002; Mendonça e Danni-Oliveira, 2007; Suer-tegaray, 2017). Por último, a bagagem teórica da disciplina é progressivamente reconhecida, ainda que aqueles autores que usam o inglês em algumas das suas publicações como R. Haesbaert ou M. Lopes de Souza rematam obtendo maior difusão (Lopes de Souza, 2006; Haesbaert, 2010 e 2013).

Fora do estrito campo acadêmico, no exterior as conquistas cartográficas e estatísticas do Brasil também são admiradas, em algum casso mais que dentro do país. Isto é assim porque muito cedo se popularizou internacionalmente a progressiva descoberta do Mato Grosso e do Amazonas, e a qualidade dos mapas e dos documentos gráficos que a acompanharam. Os labores do exército, as ONGs e diversas instituições em este labor possuem um enorme prestígio, que ainda foi mais potenciado pelas obras de narradores, artistas e fotógrafos muitos de eles do próprio Brasil (Salgado, 2005). No que se refere á estatística, e nisto bastantes colegas universitários chegam a discordar, existe admiração difundida pelo processo de constituição e trabalho atual, que mistura quantitativa e análise sócio-territorial do IBGE. Também se aprecia a qualidade

e regularidade da sua produção de dados (IBGE, 2021 2 2022). Finalmente, os organismos planejamento públicos tanto federais como estaduais, também são positivamente valorados. Por uma banda, póla inserção de geógrafos e o emprego do GIS nos seus labores. Por outra, pela dificuldade de impor ordem nas cidades e regiões do país, o que ensina muito sobre as dificuldades práticas das intervenções territoriais efetivas. Em terceiro lugar, pela complexidade das áreas de planificação, submetidas a muitas variáveis mais que as equivalentes nos países do Norte (Cymbalista, 2006; Vainer, 2007). Em definitiva, a Geografia do Brasil não só se percebe poderosa na academia senão ademais da pratica profissional concreta (da que academia se sente bastantes vezes afastada).

5.- A necessidade de abertura da geografia brasileira ao contexto goblal: a defesa de um modelo policêntrico

Nos parágrafos precedentes insistiu-se na grande produção bibliométrica brasileira de análise territorial que substituía em parte a uma dependência anterior do país respeito às escolas francesa e anglo-saxão da disciplina. Mais a construção de esta impressionante indústria editorial própria tem gerado outro problema que vamos tratar em este epígrafe que nos resta: a pouca abertura da Geografia de este país ao contexto global de debate na ciência que praticamos. De fato, as relações de livros, revistas e artigos publicados cada ano são chamativas, mais a maioria de eles não logra superar a escala local ou regional de difusão. Muitos professores de grande reputação no Brasil contam por milhares as suas citações em Google Acadêmico ou em Researchgate, mais a penas são re-conhecidos fora das suas fronteiras. Mesmo a indubitável popularidade de M. Santos no mundo de fala portuguesa, francesa e espanhola, converte-se em ignorância difundida no espaço hegemônico de difusão em inglês (Melgaço e Prouse, 2017).

Esta situação que enunciamos resposta a uma razão lógica, pero que tem efeitos não desejáveis. Assim, resulta normal que uma comunidade poderosa como a dos geógrafos brasileiros continuamente siga a difundir os resultados da sua pesquisa para um forte mercado, como se faz também nos USA, no Reino Unido ou na França. Mais só com esta atuação não se consegue ultrapassar fronteiras na maioria das ocasiões, enquanto que os ingleses, americanos ou franceses conseguem ser lidos muito longe, ainda que as suas análises sejam pontuais, muito concretas, sobre estudos de caso estrangeiros, na maioria das vezes. Sem dúvi-

da, o que nos está amostrando esta panorâmica é que uma posição hegemônica no nível mundial (pelo tanto, linguística e científica) faz que os canais de difusão do conhecimento se usem hierarquicamente, enquanto que grandes nações como Brasil, a Índia ou incluso Rússia acusem problemas de acesso aos debates disciplinares globais em pé de igualdade. No caso da Índia o domínio do inglês atenua um bocadinho o problema (segue havendo uma lógica pós-colonial) (Spivak, 1988), e em China a merca de cabeceiras de revistas, a criação de rankings globais (como o de Shanghai) e o recurso a um número crescente de professores convidados contribui a superar o problema. Mais Brasil, com enorme potência e riqueza científico-social, remata construindo uma comunidade de geógrafos (e de sociólogos, antropólogos, etc.), muito fechada sobre si mesma. Ainda pior, uma série de ideais e inovações no pensamento geradas no país podem ser aproveitadas no Norte por outros que as conhecem e, com um mínimo de citações eles os fazem deles em inglês ou em francês (Claval, 2009; Ferretti, 2019).

Como alternativa á posição sempre dominante do Norte, Brasil sempre pode orientar-se a liderar a comunidade de América Latina. Isto é uma opção correta e necessária, mais tem indubitáveis limitações. A primeira de elas, e foi comentado no início, deriva de que a língua falada no Brasil, o português, não é a mesma que na maioria dos países da região. Ainda que isto não é nem muito menos um obstáculo intransponível, si introduz certas barreiras e limitações. De fato, se nos concertamos nos comportamentos grupais dos participantes nos EGAL, vê-se que a ampla maioria brasileira fala com outros/as brasileiros e brasileiras, enquanto que os hispano-americanos tendem a construir agrupamentos mais internacionais. A segunda é que apesar da sua publicidade e vindicação continua os intercâmbios de ideias e mesmo de bibliografia ficam case sempre limitados. Grandes autores como Carlos Walter, R., Haesbaert, M. Arroyo, L. Silveira, H. Romero, I. Alcántara ou P. Zusman, entre outros são conhecidos, mais não se chegou ainda compreender bem que colegas de países vizinhos trabalham em temas e campos próximos aos nossos. Qualquer estudo que seja feito sobre citações bibliográficas transnacionais no interior da comunidade de América Latina revela uma enorme debilidade, quase excepcionalidade, apesar da existência de uma vontade ideológica de integração (Castro-Gómez, 1998; Polo-Almeida, Carrión e López-Sandoval, M^ªF., 2019). Essa vontade deve cultivar-se e reforçar, mais a sua materialização exigirá estruturas organizativas mais fortes e estáveis (os EGAL tal e como estão conce-

bidos não chegam), indústrias editoriais comuns e uma aposta póla integração de cursos de pós-graduação e doutoramento a escala americana (como se faz na Europa com os programas ERASMUS).

Esse reforço da unidade na América Latina transitará na direção certa se for apressado em um período amplo. Mais não resolverá a principal contradição na construção da Geografia, e as restantes Ciências Sociais, a nível mundial de forma rápida. O Norte seguira dominando, e na atual fase do capitalismo este domínio sobre o conhecimento é mais importante. Porém, nós achamos duas vias que devem aprofundar-se para caminhar na boa direção. A primeira, construir um pensamento próprio, decolonial e anti-imperialista, do Sul global. Aqui fará falta estabelecer um contato ainda inexistente entre os profissionais de América Latina, a Ásia meridional (nomeadamente o mundo índio) e África. Isto permitiria fazer o link entre teorias como a da mãe terra, o bom viver e a defesa da biodiversidade fortes no Brasil e países vizinhos como pensamento pós-colonial dos índios, e o orgulho racial e o desafio às metrópoles dos africanos (Sousa-Santos e Meneses, 2010; Hountondji, 2010; Acosta, 2012). A segunda, desenvolver uma política inteligente de publicação e difusão de estas novas ideias no Norte, nos centros onde se gera o nosso discurso científico, pelo menos até que os chineses peguem a migração representativa dos mesmos. Uma série de casas editoriais, estritamente capitalistas, como Elsevier, Routledge, Springer, L' Harmattan ou Peter Lang, entre outras, podem ser seduzidas por novas propostas bibliográficas, e mesmo em alguma língua diferente, se olham possibilidades de benefício. A questão radica em elaborar produtos muito potentes que lhes gerem atração, debate vivo e por suposto benéficos. Trata-se, resumidamente, de construir uma narrativa similar á que grandes autores críticos como D. Harvey, D. Massey ou Y. Lacoste elaboraram desde há décadas, mais nós opinamos que o surgimento de uma única figura de esta estatura é difícil nos tempos atuais, muito fragmentados e líquidos (Bauman, 2000; Sousa Santos e Meneses, 2010), e de jeito concreto desde o Sul, onde todo se dificulta mais. Por isso, cremos que um sujeito coletivo como a Geografia brasileira soa ou em coordenação com outras, o deve fazer. Isto será um repto para os próximos anos.

Para preparar este horizonte necessário, estima-se que se posam seguir uns canais imediatos, algum dos quais foram postos em marcha. Em primeiro lugar, como comunidade geográfica nacional participar nos grandes eventos internacionais regulares da disciplina. Os mais destacados são dois, os Congressos Anuais da Association of American Geographers (AAG) e os International Geographical Congress (IGC) o Regional

Conferências da UGI/IGU. Os primeiros são os mais concorridos, onde estão presentes um maior número de editores influentes e conferencistas de atualidade. São muito interessantes para checar a situação geográfica do momento, mais tem o grande inconveniente de serem bilaterais: ou se passa pela hegemonia acadêmica (e aberta em estes casos) dos USA, ou não se pode avançar na popularização de obras de autores e de ideais novas. Pela sua parte, a UGI/IGU apesar das suas origens eurocêntricas mostra-se hoje como o foro democrático por excelência. Cada país participa com representantes na sua Assembleia Geral, emite um voto em todas as suas decisões, e pode ajudar a construir congressos autenticamente multilaterais. Ademais, a UGI/IGU conta com acordos assinados com importantes editoras globais, como Springer ou Edward Elgar, onde se podem propor livros de ampla difusão mundial provenientes de qualquer comunidade geográfica que tenha algo novo ou original a dizer. De fato, na série IGU Springer está em processo de edição um importante livro sobre a trajetória da Geografia brasileira, a Geografia na rua, que procurará dar a conhecer o grande aporte coletivo de esta autêntica escola nacional no mundo (Lois e Mitidiero, 2022). Iniciativas como esta contribuiram a difundir uma trajetória disciplinar muito rica em todos os continentes, onde há curiosidade por conhecer os desafios ambientais que afronta o país, os problemas de desigualdade e fragmentação das cidades ou o injusto reparto da propriedade da terra, entre outros. Uma última proposta imprescindível é a continuidade e reforço dos EGAL. A escala de América Latina é chave na projeção regional cara ao mundo globalizado; potenciar os foros comuns e procurar-lhes uma estrutura forte faz subir a voz da que tão necessitadas estão as sociedades do Sul ou periféricas no cenário acadêmico mundial. Sem dúvida, o EGAL é um instrumento decisivo de toda a região onde Brasil emerge como o grande território e principal referente.

Referências Bibliográficas

- Acosta, A. (2012): **Buen Vivir, Sumak Kawsay. Una oportunidad para imaginar otros mundos.** Quito: Abya-Yala.
- Azevedo, D.A. de; Elias de Castro, I. e Winter Ribeiro, R. (Orgs): (2021): **Os desafios e os novos debates na Geografia Política Contemporânea.** Rio de Janeiro: Terra Escrita.

- Bauman, Z. (2000): **Modernidade Líquida**, Rio de Janeiro: Zahar.
- Bekerman.. e Dalmasso, (2014): "Políticas productivas y competitividad industrial. El caso de Argentina y Brasil". **Brazilian Journal of Política Economy/Revista de Economia Política** Vol. 34, nº 1 (134), 58-180
- Bitoun, J. (2016): "A produção da cidade no Brasil: Algumas propostas etodológicas acerca de tempos e espaços- Relembrando 'Flexibilidade Tropical' de Milton Santos", em E.S. Spósito et al. (Orgs.), **A diversidade da Geografia brasileira**. Pp. 143-169. Rio de Janeiro: Consequência.
- Boletim Paulista de Geografia (2004): **Edição Histórica**, Nº. 81. São Paulo: AGB Seção Local de São Paulo.
- Bonifácio Leite, C.A. (2015): "Tropicalismo: crítica e história" **Cadernos do IL, Porto Alegre**, n.º 51, dezembro de 2015, 149-160. Porto Alegre: UFRGS.
- Borzacciello, J. (2016): **French-Brazilian Geography. The Influence of French Geography in Brazil**. Springer: Baton Touge (USA).
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (org.) **Depois da crise: a China no centro do mundo?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.
- Castro Gómez, S. (1998): "Geografías poscoloniales y translocalizaciones narrativas de lo latinoamericano", em Follari, R e Lanz, R. (Comp.), **La crítica al colonialismo en tiempos de la globalización en Enfoques sobre Posmodernidad en América Latina**. Pp. 155-182. Caracas: Ed. Sentido.
- Claval, P. (2009): **Le Brésil**. Paris: Le Cavalier Bleu.
- Costa, S. (2018): "Estrutura social e crise política no Brasil" **Dados, Revista de Ciências Sociais**, 61 (4). doi.org/10.1590/001152582018166
- Cymbalista, R. (2006): "A trajetória recente do planejamento territorial no Brasil: apostas e pontos a observar" **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, Nº.111, 29-45, jul./dez. 2006
- Da Costa, Mª.R. (1999): "Violência e ilegalidade na sociedade brasileira", em Mª.A. Aparecida de Souza Et al. (Orgs.), **Metrópole e Globalização. Conhecendo a Cidade de São Paulo**. São Paulo: CEDESP.
- De Castro, J. (1946): **Geografia da Fome: A Fome no Brasil**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro
- Deleuze, G. e Guattari, F. (1980): **Mille Plateaux. Capitalisme et Schizophrénie 2**. Paris : Ed. de Minuit.
- Enders, A. (1997): "Le lusotropicalisme, théorie d'exportation. Gilberto Freyre et son pays", em VV.AA., "Lusotropicalisme. Idéologies coloniales et identités nationales dans les mondes lusophones". **Lusotopie 1997**, n.º. 4. Pp. 201-211. Paris: Karthala.
- Fani Alessandri Carlos, A. y Umbelino de Oliveira, A. (Orgs.) (2009): **Geografia das metrópoles**. São Paulo: Contexto.
- Ferretti, F. (2019): "Decolonizing the Northeast: Brazilian Subalterns, Non-European Heritages, and

- Radical Geography in Pernambuco". *Annals of the American Association of Geographers*, 2019, pp.1-19. Doi:10.1080/24694452.2018.1554423.
- Fumagalli, A. (2010): **Bioeconomía y capitalismo cognitivo. Hacia un nuevo paradigma de acumulación**. Madrid: Traficantes de Sueños.
- Garcia-Gasques, J. et alt. (2004): "Desempenho e Crescimento do Agronegócio no Brasil" **Discussion Papers** 1009, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA.
- Haesbaert, R. (2005): **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: UNESP.
- Haesbaert, R. (2010): **Regional-Global. Dilemas da Região e da Regionalização na Geografia Contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Haesbaert, R. (2013): "A Global Sense of Place and Multi-territoriality: Notes for Dialogue from a 'Peripheral' Point of View", in Featherstone, D, e Painter, J. (Eds.), **Spatial politics: essays for Doreen Massey**. Pp. 146-157. Chirchester (West Sussex): Wiley and Sons.
- Harvey, D. (2003): **The New Imperialism**. Oxford: Oxford University Press.
- Herrero, C. (2018): "Los corredores energéticos en Eurasia" **Revista de Didácticas Específicas**, Nº. 18, 188-200. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid.
- Hountondji, P.J. (2010): "Conhecimento de África, conhecimentos de africanos: duas perspectivas sobre os estudos africanos", em Sousa Santos, B. de e Meneses, M.ª.P. (Orgs) **Epistemologias** do Sul. Pp. 131-145. São Paulo: Cortez Ed.
- IBGE (2021): **Síntese de Indicadores Sociais. Uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE.
- IBGE (2022): **Atlas Nacional do Brasil Milton Santos**. Rio de Janeiro: IBGE.
- Jinkings, I.; Doria, K. e Cleto, M. (Orgs. (2016): **Por que gritamos Golpe? Para entender o impeachment e a crise política do Brasil**. Boitempo. São Paulo.
- Latour, B. (1993): **Petites leçons de sociologie des sciences**. Paris : La Découverte,
- Lefebvre, H. (1968): **Le droit à la ville**. Paris: Seuil.
- Lévi-Strauss, C. (1948): "La vie familiale et sociale des indiens Nambikwara". **Journal de la Société des américanistes**. 37. Bruselas: SAB.
- Lévi-Strauss, C. (1955): **Tristes Topiques**. Paris : Librairie Plon.
- Lois González, E.C. e Mitidiero Júnior, M. (Eds) (2022): **Brazilian Geography. A Geography of the Street**. Cham (Suiza): Springer
- Lopes de Souza, M. (2006): "Social movements as 'critical urban planning'agents". **City**, 10 (3), 327-342

- Mançano Fernandes, B. M. (1996): **MST: formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec.
- Melgaço, L. e Prouse, C. (2017): "Milton Santos and the Centrality of the Periphery", em **Milton Santos a Pioneer in Critical Geography from the Global South**. Pp. 1-24. Cham: Springer.
- Méndez, R. (2011): **El nuevo mapa geopolítico del mundo**. Valencia: Tirant.
- Mendonça, F. y Danni-Oliveira, I. M. (2007): **Climatologia: Noções básicas e climas do Brasil**. São Paulo: Oficina de Textos.
- Mitidiero Júnior, M. (2010): **A ação Teritorial de uma Igreja Radical. Teologia da libertação, luta pela terra e atuação da Comissão Pastoral da Terra no estado da Paraíba**. Curitiba: Editora CRV.
- Mitidiero Júnior, M.; Franco Garcia, M^a. & Guedes Viana, P.C. (Org.) (2015): **A questão agrária no século XXI**. São Paulo: Outras Expressões.
- Monbeig, P. (1975): **O Brasil**. São Paulo: DIFEL.
- Monclaire, S. (1997): "Les Bresils imaginaires", em VV.AA., "Lusotropicalisme. Idéologies coloniales et identités nationales dans les mondes lusophones". **Lusotopie 1997**, n^o. 4. Pp. 297-309. Paris: Karthala.
- Moyses Rodrigues, A. (2016): "Ponderações sobre ausências e presenças em estudos de Geografia urbana", em E.S. Spósito et al. (Orgs.), **A diversidade da Geografia brasileira**. Pp. 233-255. Rio de Janeiro: Consequência.
- Nel-lo, O. (2015): **La ciudad en movimiento**. Crisis social y respuesta ciudadana. Madrid: Díaz y Pons.
- Pinheiro da Silva, A.C. (Org.) (2016): **Geografia Política, Geopolítica e Gestão do território**. Rio de Janeiro: Gramma.
- Piquet, R. r Torres Ribeiro, A.C. (Orgs.) (1991): **Brasil, Território da Desigualdade. Descaminhos da Modernização**. Rio de Janeiro: José Zahar Ed.
- Polo Almeida, P.; Carrión, A. e López Sandoval, M^a.F. (Coord.) (2019): **Debates actuales de la geografía latinoamericana: visiones desde el XVII Encuentro de Geógrafos de América Latina**. Quito: AGEc y PUCE.
- Porto-Gonçalves, C.W. (2002): **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: ABDR.
- Rego, J.M. e Marques, R.M^a. (Orgs.) (2010): **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Saraiva.
- Ribeiro, L.C. e Santos Júnior, O.A. (orgs.) (1997): **Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana. O futuro das cidades brasileiras em crise**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Salgado, s. (2005): **Workers: An Archeology of Industrial Age**. New York: Aperture.
- Sábato, J.A. (Ed.) (2011): **El pensamiento latinoamericano en la problemática ciencia-tecnología-desarrollo-dependencia**. Buenos Aires: Presidencia de la Nación argentina.

- Santos, M. (1971): **Les Villes du Tiers Monde**. Paris: Genin.
- Santos, M. (1978): **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec.
- Santos, M. (1979): **Pobreza urbana** (2ª Edição). São Paulo: Hucitec.
- Santos, M. (1996a): **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec.
- Santos, M. (1996b): **De la totalidad al lugar**. Barcelona: Oikos-Tau.
- Sousa Santos, B. de (2000): **A Crítica da Razão Indolente: Contra o Desperdício da Experiência**. São Paulo: Cortez Ed.
- Sousa Santos, B. de (2010): "Um Ocidente não-ocidentalista? A filosofia á venda, a douta ignorância e a aposta de Pascal", Sousa Santos, B. de e Meneses, M^oP., **Epistemologias do Sul**. Pp. 519-563. São Paulo: Cortez Ed.
- Sousa Santos, B. de e Meneses, M^oP. (Orgs.) (2010): **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Ed.
- Spivak, G. (1988): **Can the subaltern speak?** Basingstoke (RU): Macmillan.
- Spósito, E.D. (2016): "A pós-graduação em Geografia no Brasil: Avaliação e tendências", em E.S. Spósito et alt. (Orgs.) **A diversidade da Geografia brasileira**. Pp. 523-544. Rio de Janeiro: Consequência.
- Spósito, E.D. et alt. (Orgs.) (2016): **A diversidade da Geografia brasileira**. Rio de Janeiro; Consequence.
- Stuenkel, O. (2020): **The BRICS and The Future of Global Order**. Lanham-Boulder-New York: Lexington Books.
- Suertegaray, D. (2017): **(Re)Ligar a Geografia: natureza e sociedade**. Porto Alegre: ComPasso Lugar-Cultura.
- Umbelino de Oliveira, A (1991) **A agricultura camponesa do Brasil**. São Paulo: Contexto.
- Vainer, C.B. (2007): "Planejamento territorial e projeto nacional. Os desafios da fragmentação". **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. Vol. 9 (1), Maio 2007. DOI: <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2007v9n1p9>
- Vasconcelos, P. de A. e Bandeira, S.(1999): **Novos estudos de Geografia urbana brasileira**. Salvador: Ed. Universidade Federal da Bahia
- VV.AA. (1997): "Lusotropicalisme. Idéologies coloniales et identités nationales dans les mondes lusophones". **Lusotopie 1997** n^o. 4. Paris: Karthala. .
- VV.AA. (2003): "Portugal na longa Duração". Numero Especial. **Lusotopie, n^o. 10. Mars 2003** Paris: Karthala.
- Zalduar, A. e Alvito, M. (2002): **Um século de favela**. Rio de Janeiro: FGV.

COMO A GEOGRAFIA SE COMUNICA COM O PAÍS: DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA NO BRASIL E A CONSTRUÇÃO DE UMA CIÊNCIA ABERTA

Angelo Serpa

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

angserpa@ufba.br

1. Introdução

O tema do 14º Enanpege, “A Geografia que fala ao Brasil”, é desafiador, porque coloca no centro dos debates e reflexões da comunidade acadêmica dessa área de conhecimento a questão de como a Geografia se comunica com o país, ou melhor, e talvez de modo mais realista e específico, como a Geografia, enquanto conhecimento científico, comunica seus resultados de pesquisas, desenvolvidas em Universidades e Centros de produção de conhecimento país afora. Isso leva a uma miríade de possibilidades de enfrentamento dessa temática, entre elas, a questão da divulgação científica e da “construção de uma ciência aberta”, temática abordada na mesa-redonda 7.

Antes de tudo, talvez seja premente constatar, ao se analisar a programação deste Encontro, a dificuldade de se estabelecer, como ponto de partida, de que Geografia falamos, antes de enfrentar a discussão de

como essa ciência se comunica com o país. Fruto de uma primeira constatação, analisando-se os títulos de algumas mesas redondas deste Enanpege, percebe-se que não falamos de uma, mas de várias Geografias: A Geografia Humana que fala ao Brasil, a Geografia Física que fala ao Brasil, a Geografia Escolar que fala ao Brasil, as Geotecnologias que falam ao Brasil... outros títulos de mesas incluem menções à Geografia Política, à Geografia Histórica ou à Geografia da Saúde. Junte-se a isso a grande quantidade de Grupos de Trabalho, setenta e três (!), talvez um recorde na história dos Enanpeges.

Tal fato sublinha, por um lado, a expansão e a diversificação dos programas de pós-graduação no país, o que, pelo menos potencialmente, é muito bom e saudável, mas, por outro lado, ao mesmo tempo em que a Geografia se expande enquanto área de conhecimento, ela também se fragmenta e se especializa internamente.

Então, a partir daquela já "clássica" divisão original entre Geografia Física e Geografia Humana, potencializada com a fragmentação e a especialização cada vez maiores desses subcampos primeiros, vão se consolidando novos subcampos, como o das Geotecnologias ou o da Geografia Escolar, apenas para citar dois dos exemplos já mencionados.

Toda essa fragmentação/especialização pode comprometer os momentos de reflexão e de articulação disciplinar, colocando para nós o desafio de pensar o que nos une, o que une todas essas vertentes, todos esses subcampos. E pensar aqui o que nos une leva a uma reflexão hermenêutica sobre a linguagem que utilizamos para nos comunicar entre nós, que "fazemos" Geografia, linguagem que é reflexo e condicionante de nossas teorias e metodologias, de nossa "identidade disciplinar" enquanto campo.

2. Ensino de Geografia

Há uma contradição implícita no ensino de Geografia, uma forma primeira de "divulgação científica", nos moldes como o título dessa mesa propõe, porque, afinal de contas, ensinamos uma disciplina que pode e deve revelar a imensa diversidade regional, as desigualdades de toda ordem etc., inegavelmente presentes em um país que é um grande laboratório para se compreender tudo isso; para se refletir como o capitalismo vai se inserindo nas regiões, nos lugares, nos países, nos continentes e vai produzindo contradições ao se reproduzir.

Por isso, é muito complicado apresentar uma fórmula que resolva o que se deve

fazer para melhor formar um graduando ou um pós-graduando de Geografia no Brasil. Ou de como ensinar a disciplina nos níveis fundamental e médio país afora.

É complicado, porque depende também de onde esses cursos de graduação ou pós-graduação, essas escolas de ensino fundamental e médio estão localizados no Brasil. O que há de campo de trabalho, de demanda social, econômica etc. para esses graduandos e pós-graduandos em Geografia? O que há de particular nos contextos regionais onde se ensina Geografia nessas escolas?

Uma primeira reflexão deveria tomar como objeto a questão de como os currículos e projetos pedagógicos devem corroborar especificidades de lugares, regiões, estados, abrindo-se a possibilidade de que uma parte desses currículos/projetos pudesse ter alguma flexibilidade para dar conta dessas enormes desigualdades e dessa imensa diversidade presentes no território nacional.

Isso acrescenta alguma complexidade e relativiza as grandes narrativas sobre, por exemplo, o "urbano", a "industrialização" etc., em uma universidade ou uma escola na região Norte do país, por exemplo, com outra história de formação socioespacial, evidenciando-se a necessidade de se abrir espaços para refletir sobre o que há de específico, o que há de particular nesses lugares, nessas regiões, nesses estados.

Então, é claro que isso deveria afetar também a bibliografia adotada nas disciplinas ministradas: há autores que são regionais, que são conhecidos nas suas regiões, seus estados, professores universitários que têm alguma inserção regional e que o país desconhece ou conhece pouco e que raramente são convidados para uma mesa-redonda em eventos científicos nacionais da área. Esses autores e suas publicações deveriam ter mais espaço nas bibliografias das disciplinas dos cursos de Geografia nas diferentes regiões do país.

Fala-se, inclusive, que a Universidade Federal da Bahia (UFBA) é uma universidade periférica, mas, a nosso ver, não é das mais periféricas: Salvador é relativamente perto do Centro-Sul e isso acaba favorecendo de alguma forma um intercâmbio, uma troca, um conhecimento do que se faz aqui, mas isso não é inteiramente verdade para o Norte do país, talvez no Centro-Oeste menos, ou seja, tudo isso depende exatamente do lugar/da região onde o pesquisador está. Portanto, a primeira coisa é pensar a bibliografia, o currículo etc., que deem conta também das particularidades de cada lugar, de cada região e de cada estado e, infelizmente, não se vê essa reflexão ser muito difundida entre os pares.

A menção inicial ao ensino de Geografia, do ensino fundamental à pós-graduação, serve aqui apenas para introduzir o tema da "divulgação científica" que dá título a essa mesa, porque nos parece que essa é a mais potente estratégia de divulgação do conhecimento que se produz nas universidades e centros de pesquisa no país à nossa disposição.

Acrescente-se a isso a ideia de que as salas de aula, nas universidades e escolas, são também, ao menos potencialmente, lugares de produção do conhecimento, onde as Geografias vernaculares e científica podem se encontrar e estabelecer pontos de contato e aderência. Voltarei a esse tema no final de minha intervenção.

3. Periódicos científicos

Outra questão relevante, que passo a abordar agora, diz respeito aos periódicos científicos da área de Geografia, instrumentos por excelência de divulgação do conhecimento geográfico que se produz no país. Com a expansão dos cursos de pós-graduação em Geografia no Brasil cresceu também o número de periódicos científicos da área. Hoje, ao menos seis dezenas de revistas científicas brasileiras de Geografia estão classificadas no Qualis Periódicos da Capes, em extratos diferenciados e hierarquizados, que norteiam a pontuação da produção de artigos científicos nos diferentes programas de pós-graduação a cada avaliação quadrienal.

Ressalte-se que a produção do conhecimento geográfico no país também é divulgada através da edição de livros e capítulos de livros, uma "tradição" e uma especificidade da área de Geografia (e que muitas vezes "rivaliza" em termos de impacto e relevância com a produção de artigos), livros esses também pontuados através de critérios específicos que norteiam sua classificação no Qualis Livros da mesma CAPES.

Do mesmo modo como questionado em relação às especificidades e particularidades regionais do país, que deveriam ser levadas em conta nos currículos, bibliografias e projetos pedagógicos dos diferentes níveis de ensino, do fundamental à pós-graduação, podemos nos perguntar até que ponto nossas revistas dão conta da diversidade do conhecimento geográfico que se produz no Brasil.

As tentativas de aperfeiçoar nossos sistemas de avaliação, seja de nossa produção bibliográfica, seja de nossos cursos de graduação e pós-graduação, são, em princípio, uma necessidade, mas, ao mesmo tempo, nos confrontam

mais uma vez com o imenso desafio de estabelecer critérios justos e que deem conta de aferir a qualidade sem exterminar a diversidade do conhecimento geográfico que se produz no país. Mesmo o uso do termo “aferir” nesse contexto já estabelece um problema inicial, já que a utilização de estratégias de quantificação para classificar periódicos, livros e programas de pós-graduação pode se revelar muitas das vezes como um procedimento inadequado e talvez injusto em relação a determinadas situações.

Algumas dessas questões vêm sendo debatidas e refletidas há décadas no Fórum de Editores da Anpege, que se reúne regularmente a cada edição dos nossos encontros, desde as questões mais específicas relacionadas aos critérios da CAPES para a classificação das revistas até aquelas relacionadas à manutenção e ao cotidiano de dificuldades para a edição de periódicos científicos no Brasil, entre elas a ausência de recursos financeiros e também de reconhecimento da (imensa) carga horária dedicada à gestão das revistas, que envolve procedimentos de avaliação cega pelos pares, emissão de pareceres, além dos trabalhos de editoração gráfica e eletrônica, entre muitas outras atividades.

A comunidade geográfica, na maioria das vezes, é indiferente a essas questões, normalmente só pensando nos periódicos da área quando se trata de publicar os resultados de suas pesquisas e escolher uma revista para submeter suas “produções”. Ressalte-se aqui a questão do produtivismo – também há muito debatida – sobre a qual não desenvolverei aqui uma reflexão específica, que impera não só na Geografia, mas também em outras áreas do conhecimento.

Destaque-se também o voluntarismo de grande parte dos editores para dar conta de um trabalho que sequer é reconhecido em sua importância e sua complexidade pela maior parte da comunidade científica geográfica.

A questão dos critérios de avaliação dos periódicos é permeada também pelo esforço dos editores em indexar as revistas em diretórios e bibliotecas nacionais e internacionais que podem ampliar sua visibilidade e seu acesso dentro e fora do país, ampliando também sua “credibilidade” junto aos pares. Na última década todos os periódicos migraram para plataformas digitais e poucos ainda trabalham com versões impressas. Isso aumentou sem dúvida o acesso às revistas, já que a distribuição de exemplares impressos era imensamente dificultada pelas dimensões do território nacional e pela já mencionada carência de recursos financeiros para a gestão das revistas.

Mas convém se perguntar se todo esse esforço – ainda que desejável e importante – é o bastante para dizer que estamos em “direção a uma ciência aberta”, como propõe o subtítulo dessa mesa do 14º Enanpege. Sim, nossas revistas não cobram taxas nem vendem artigos aos leitores, garantindo acesso livre ao seu conteúdo. Ainda que desconsideremos o fato de que o acesso à internet é bastante desigual entre as regiões do país e mesmo entre diferentes bairros de uma mesma cidade (fato evidenciado pelas dificuldades enfrentadas no ensino remoto durante a pandemia), seria o “acesso livre” ao conteúdo das revistas o suficiente para falar da construção de uma “ciência aberta”?

Nos últimos anos, muitos dos periódicos da área de Geografia optaram por publicar edições bilíngues em português e inglês dos artigos, algumas delas inclusive priorizando na capa os artigos em inglês, com a opção de que o leitor possa alternar o idioma para o português se assim o desejar. Acredita-se que publicar em inglês amplia a “internacionalização” de nossa produção científica e aumenta o impacto de nossos periódicos, embora não haja, salvo engano, estudos sistemáticos sobre se de fato isso tem ampliado a leitura dos artigos publicados nos periódicos brasileiros de Geografia. Obviamente não se prega aqui o abandono dessa prática, apenas desejamos refletir sobre questões que chegam até nós muitas vezes como imposições externas, sem muita problematização por parte da comunidade geográfica.

Por que o espanhol não é tão disseminado como o inglês em nossas edições bilíngues, apesar de uma óbvia relação de proximidade com nossos colegas de universidades latino-americanas? Em um momento que se fala tanto de decolonização do pensamento científico em nossas universidades, essa é uma questão incontornável que se coloca para nossa reflexão. Que internacionalização queremos? Em que pensamos quando falamos de internacionalização de universidades e periódicos brasileiros?

“A construção de uma ciência aberta” é, portanto, algo complexo, que merece de nossa parte maior reflexão para quem e como comunicamos nossos resultados de pesquisa, com que linguagem e com qual estilo de escrita comunicamos nossos resultados. Quem efetivamente lê o que publicamos? Como avaliar qualitativamente o impacto da produção bibliográfica em Geografia no país?

E, em relação aos periódicos da área de Geografia, é igualmente imperioso constatar que aos poucos foram se uniformizando/homogeneizando para dar conta dos critérios de indexação de bases e diretórios nacionais e internacio-

nais, assim como dos critérios de avaliação do Qualis Periódicos da Capes. E aqui voltamos às questões inicialmente colocadas nesta intervenção, das contradições inerentes a essa padronização, já que ela subsume e oculta as particularidades (e desigualdades) regionais do país.

No caso dos periódicos constata-se que a submissão a determinadas regras acaba por comprometer sua “identidade editorial”, o que inclui não só especificidades de conteúdo, mas também especificidades relacionadas a seus projetos gráficos e editoriais. Apenas para citar um exemplo: a publicação de artigos em fluxo contínuo conforme vão sendo aprovados pelos conselhos editoriais das revistas em um único volume anual, sem costura alguma entre os textos, publicados “em fila” conforme a data de aprovação. Isso é a nosso ver uma perda irreparável, já que a linha editorial dos periódicos é cada vez menos clara.

Em síntese: nossos periódicos vão se tornando iguais e com sua identidade e linha editoriais cada vez mais comprometidas por tais práticas.

4. De volta às salas de aula: sobre r epresentação e fragmentação disciplinar

Anunciei que voltaria ao tema das salas de aula, nas universidades e escolas, como lugares de produção do conhecimento, de encontro de Geografias vernaculares e científica. A questão da divulgação científica no Brasil e da Geografia como uma ciência “aberta” deve também ser problematizada nessa direção, refletindo-se sobre a Geografia como um conhecimento que se pratica no dia a dia, nos moldes como venho discutindo isso em algumas publicações (SERPA, 2020a; 2020b), buscando a consolidação de um método de pesquisa a um só tempo dialético e fenomenológico para a produção do conhecimento geográfico.

Um método que aproxime a Geografia como conhecimento “prático” e cotidiano da Geografia como ciência pode ser, sem nenhuma dúvida, uma estratégia muito eficiente de divulgação científica e de produção do conhecimento em novas bases, inclusive como uma maneira de superar a fragmentação e a especialização da disciplina mencionadas no início de nossa reflexão.

A Geografia precisa se aproximar de outras formas de pensar o mundo. E essas outras formas se traduzem em Geografias vernaculares vividas, não necessariamente produzidas científica e academicamente. Isso requer método e outras maneiras de construção de nossas representações científicas. Ao mesmo tempo

indica, para quem produz conhecimento em Geografia, a possibilidade de superação das fragmentações e das representações ideológicas, para a produção das quais a Geografia científica em pleno século XXI ainda se esmera em colaborar: Representações que congelam realidades e perpetuam poderes hegemônicos, servindo acriticamente aos detentores desses poderes (SERPA, 2021).

Como se forma um geógrafo ao mesmo tempo “cientista” e crítico? Como se forma um geógrafo com imaginação?

E quando se fala aqui de representação deve-se pensar também em comunicação, em linguagem. Porque quem faz pesquisa, em geral, no final ou durante o processo de pesquisa, tem necessidade de elaboração, de reflexão, de comunicar seus resultados e achados, seja para que público for, seja para os interessados, seja para se submeter à crítica dos pares, seja ensinando esses conteúdos em disciplinas ministradas em cursos de graduação e pós-graduação etc. Portanto, representação é linguagem, é comunicação, é mediação (LEFEBVRE, 2006).

Trata-se, finalmente, quando se fala em “divulgação científica” ou em “ciência aberta” de aproximar o conhecimento científico que produzimos em Geografia da experiência do outro e de nossas próprias experiências vividas. Isso passa necessariamente por reconhecer outros sujeitos e horizontes de experiência que produzem conhecimento e por não neutralizar os sujeitos produtores de conhecimento, estejam eles ou não em universidades e centros de pesquisa, porque no fundo isso é muito prático para a produção e a legitimação de representações ideológicas.

Sob essa ótica, é preciso também pensar na variedade e na pluralidade deste nosso mundo humano comum: afinal, compartilhamos e produzimos/reproduzimos, como seres no mundo, espaço e tempo, mas somos diferentes e por vezes extremamente desiguais quanto aos nossos estilos e modos de vida, que vão depender, entre outros fatores, de dimensões que norteiam nossos cotidianos e “geografias”, como classe social, gênero e faixa etária (SERPA, 2020a).

As representações científicas ideológicas presentes em trabalhos acadêmicos ocultam os sujeitos produtores de conhecimento, que não se revelam como sujeitos da experiência. São sujeitos neutros, sujeitos que se escondem por trás de uma pseudocientificidade positiva. Nossas representações em geral congelam a realidade, se apegam ao passado e pretendem congelar o presente, inviabilizando


o futuro no sentido da transformação (SERPA, 2021).

Então, é preciso que, em primeiro lugar, a Geografia promova a revelação desses sujeitos da experiência vivida, dos sujeitos que pesquisam e dos sujeitos sobre a vida dos quais esses sujeitos que pesquisam se debruçam. Porque a vida transcorre como algo que poderíamos sintetizar em uma única palavra: complexidade. E podemos acrescentar outra palavra: diversidade.

Que teoria e que método seriam esses então para dar conta da vida? Para dar conta da vida enquanto “experiência total”? Para desconstruir essa Geografia científica antiutópica e fechada ao outro e que, muitas das vezes, se comunica mal com a sociedade e tem dificuldades de superar sua fragmentação interna?

5. Para não concluir: alienação disciplinar

Ao final dessa reflexão quero sublinhar uma palavra-chave que representa a síntese de meu incômodo: alienação. E aqui se chama atenção para o sentido de alienação em Lefebvre (2006) e a dialética entre os processos de alienação e desalienação, já que, para ele, a análise crítica da alienação exige projetos práticos de desalienação:



incluindo um modo de produção diferente, outra maneira de viver, aprofundando as diferenças contra as potências homogeneizantes: o saber, a técnica, a mercadoria, o Estado etc. Explicita-se assim também a necessidade de um processo de desalienação da sociedade como utopia última, transformando a consciência e a vida, deixando de subordinar a experiência e a vivência ao saber, a ação criadora prevalecendo sobre a ação produtora, o cotidiano sobre a tecnologia, a qualidade sobre a quantidade etc. (LEFEBVRE, 2006, p. 302-3).

O sentido amplo do processo de alienação em Lefebvre pode ser abordado de modo particular no contexto da discussão sobre divulgação da ciência geográfica no Brasil, porque, sob essa ótica, alienação é separação e subtração. Subtração, pois se trata de um processo de alienação baseado na subtração de uma linguagem comum, o que vai acarretar, em última instância, em dificuldades de comunicação entre os pares e com a sociedade.

E, como já enfatizado aqui, quando se fala de divulgação científica estamos falando de linguagem. E não parece adequado se pensar em linguagem sem que se reflita para quem se pretende falar. Essa é a grande questão para a mesa-redonda que deu origem a esse texto, assim como para o 14^o Enanpege, que teve como tema central a possibilidade de uma Geografia “que fala ao Brasil”.

Porque não se fala sem linguagem.

Há um certo otimismo nosso de que quando comunicamos resultados de nossas pesquisas nós somos lidos... mas, com quem de fato nos comunicamos quando fazemos ciência e quando comunicamos os resultados de nossas pesquisas? Com que linguagem (ns)?

No caso da Geografia isso é especialmente problemático porque há uma dificuldade de se comunicar internamente ao campo disciplinar (e também externamente a ele). Há um nível de especialização e fragmentação que nos aliena internamente uns dos outros. Muitas vezes estamos mais preocupados em ler artigos publicados em inglês – e não necessariamente se domina uma língua estrangeira para se ler artigos em inglês, mas, muitos buscam fazer esse esforço enorme –, deixando de lado pesquisas e resultados de pesquisas importantes de colegas do próprio programa de pós-graduação no qual se atua no cotidiano, pesquisas e resultados comunicados em português.

Como se forma um pesquisador crítico em Geografia, um pesquisador não alienado e “situado”?

Outro ponto a se considerar no campo da Geografia e das ciências humanas e sociais é o sentido da quantificação e da hierarquização na avaliação dos periódicos científicos, para se estabelecer que determinada revista seria melhor ou pior que outra. E, na maioria das vezes, isso também não corresponde ao real impacto desses periódicos. Pense-se mais uma vez nos estratos do Qualis Periódicos da CAPES. É comum ter artigos publicados em um periódico B1 que são mais citados e têm mais impacto do que se tivessem sido publicados em um periódico A1.

Ao que parece, publicar em inglês em uma revista científica brasileira não

garante mais impacto e leitores aos artigos publicados. E essa é uma grande contradição, porque hoje, em páginas de revistas brasileiras, a capa e o sumário dos periódicos A1 e A2 estão publicados em inglês, como mencionei anteriormente. Isso, acontecendo no Brasil, é como se estivéssemos dizendo para nós mesmos o seguinte: “é em inglês e por isso será mais lido pelos pares no mundo”. Esse fato sublinha, a nosso ver, mais uma vez, uma prática de alienação porque essa reflexão não é feita adequadamente e porque nem sempre é possível quantificar e hierarquizar qualidades.

E porque também o impacto de nossos periódicos precisa ser melhor avaliado para se reconhecer que os estratos do Qualis nem sempre dão conta do impacto dessa produção. E ressalve-se que só se está falando aqui do impacto entre os pares, internamente às universidades e aos centros de pesquisa, para não se enfrentar uma discussão muito mais problemática de como a ciência, e em particular a ciência geográfica, se comunica com outros sujeitos e outros mundos, como busquei enfatizar aqui. E, sem dúvida, é o ensino essa ponte com a sociedade. Porém, isso também não é muito refletido em termos de divulgação científica.

E, afinal, precisamos sempre nos perguntar: para quem escrevemos, para quem falamos? Estamos falando para os pares? Quais pares? Estamos falando para a sociedade? Em quais escalas?

E, nesse contexto, é preciso sublinhar ainda e mais uma vez a questão do território nacional, que é imenso e diverso. Se se amplia essa escala para a América Latina isso ganha ainda mais em complexidade e diversidade, tanto em termos de falar com a sociedade como de falar com os pares. Com que pares queremos falar? De qual internacionalização falamos aqui?

Acrescente-se a isso a particularidade do Brasil, um país com uma imensa diversidade e uma desigualdade gritante. Não é possível para a ciência brasileira se alienar dessa realidade e pensarmos em divulgação científica, em uma ciência aberta, como se estivéssemos em um mundo paralelo.

As universidades públicas brasileiras, aliás, vivem momentos muito interessantes, com mais diversidade e pluralidade: mudaram o perfil de seus estudantes, e é por isso que determinadas temáticas entraram na ordem do dia nas nossas instituições públicas de ensino superior.

Então, a sociedade não é mais apenas “nosso objeto de estudo”, as classes

populares não são mais apenas “nosso objeto de estudo”. Elas produzem conhecimento dentro das instituições públicas de ensino superior e isso está transformando radicalmente as universidades. Portanto, não é possível se alienar dessa(s) nova(s) realidade(s). E isso é, a nosso ver, o mais positivo e interessante que aconteceu à ciência brasileira nas últimas décadas.

Referências Bibliográficas

LEFEBVRE, H. **La Presencia y La Ausencia**: contribucion a la teoria de las representaciones. México. Fondo de Cultura Económica, 2006.

SERPA, A. Lugar, paisagem e experiência. **Geograficidade**, v. 10, n. Especial, p. 98-104, Outono de 2020a.

SERPA, A. Uma Geografia que se pratica no dia a dia. **Geosaberes**, Fortaleza, v. 11, p. 437 - 449, jul. 2020b.

SERPA, A. Revisitando a teoria das representações sociais em Henri Lefebvre. In: SERPA, A. (Org.). **Representação e Geografia**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia - EDUFBA, 2021. p. 45-64.

O SISTEMA DA DÍVIDA NO BRASIL

Maria Lucia Fattorelli

*Coordenadora Nacional da
Auditoria Cidadã da Dívida (ACD)*

marialuciafatorelli@gmail.com

A chamada Dívida Pública não tem contrapartida em investimentos no Brasil, como declarou o Tribunal de Contas da União ao Senado.

A Auditoria Cidadã da Dívida tem demonstrado que essa chamada dívida tem servido para alimentar mecanismos financeiros que continuamente transferem dinheiro público para bancos e grandes rentistas.

Dentre esses mecanismos que geram dívida ilegítima e sem contrapartida em investimentos, destacam-se os operados pelo Banco Central e, mais recentemente, o esquema fraudulento da chamada “Securitização”, que está virando um modelo de negócios no Brasil.

A evidência do funcionamento do processo de endividamento público como um “sistema” que desvia recursos continuamente para o pagamento de uma chamada dívida sem contrapartida em investimentos, gerada por mecanismos cada vez mais sofisticados e levianos, reforça ainda mais a necessidade de realização da auditoria integral da dívida, com participação social.

Conexões

Quando abordamos o tema da Dívida Pública, frequentemente algumas pessoas pensam que o referido tema estaria distante de seus problemas do dia a dia. Por isso, começo o presente texto mostrando conexões, com base em notícias públicas, que comprovam como a vida de todas as pessoas no Brasil é afetada pelo que denominamos Sistema da Dívida.

Figura 1

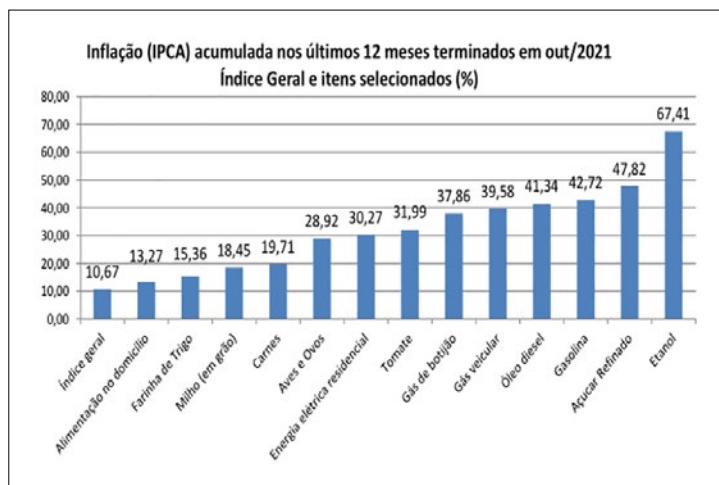


A Figura 1 acima mostra recortes de várias notícias, a começar pelo avanço da inflação no Brasil, que atinge 2 dígitos e decorre principalmente da elevação dos preços dos combustíveis, alimentos e tarifas (preços administrados pelo próprio governo, como Energia Elétrica por exemplo, conforme Gráfico 1 a seguir), afetando diretamente o bolso de todos os cidadãos deste país.

Os combustíveis (gás de cozinha, gasolina, diesel etc.) sobem disparadamente devido à insana política de preços que vem sendo adotada pela Petrobras desde a gestão de Pedro Parente (governo Temer), vinculada ao preço de paridade à importação (PPI). Tal forma fictícia e onerosíssima de calcular os preços dos combustíveis não tem a menor lógica, a não ser beneficiar as empresas estran-

geiras que trazem seu combustível de fora para vender aqui; e para a Petrobras distribuir mais de R\$ 60 bilhões de lucros a seus acionistas só em 2021, um gigantesco deboche com a população sacrificada pela alta dos combustíveis¹. Em vez de enfrentar essa política (PPI) que é a causa do elevado preço dos combustíveis, o presidente anunciou que tem “vontade de privatizar a Petrobras”, como mostra outra notícia da Figura 1. E mais: o aumento do preço de combustíveis afeta todos os demais preços de produtos e serviços.

Gráfico 1



Fonte: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7060#/n1/all/n7/all/n6/all/v/2265/p/202110/c315/all/d/v2265%2021/p++vc315/resultado>

Os alimentos sobem de preço em decorrência de graves erros de política agrícola e agrária (que privilegiam o grande agronegócio de exportação e abandonam a agricultura familiar). Enquanto o Brasil bate recordes de safra e de exportação, garantindo lucros bilionários às grandes corporações que exploram

1 <https://www.aepet.org.br/w3/index.php/conteudo-geral/item/6867-ppi-e-causa-dos-reajustes-descontrolados-dos-combustiveis>

2 <https://oglobo.globo.com/economia/negocios/petrobras-apos-antecipar-634-bi-em-dividendos-empresa-preve-pagamento-ainda-maior-acionistas-no-4o-tri-25256922>

o grande agronegócio, dezenas de milhões de pessoas passam fome e disputam ossos e restos de lixo de supermercado para sobreviver. Esse escândalo é uma prova de que o grande agronegócio não tem absolutamente nada a ver com a alimentação do povo brasileiro! É um negócio! E tem influenciado pesadamente no índice de inflação.

Os preços administrados sobem por culpa do próprio governo, por falta de controle adequado e falta de investimentos. Neste momento, por exemplo, a tarifa que mais tem influenciado o índice geral calculado pelo IBGE é a tarifa de energia elétrica residencial, que subiu 30,27% nos últimos 12 meses. Não tem faltado dinheiro no Brasil, que poderia estar sendo destinado para os investimentos necessários em fontes de energia alternativa e preservação do meio ambiente, pois temos mantido mais de R\$ 4 trilhões em caixa há vários anos!³ O problema é que todo esse dinheiro tem sido reservado para garantir o pagamento de juros e amortizações da chamada dívida pública, sendo que até o Tribunal de Contas da União (TCU) já declarou que essa dívida não tem servido para investimentos no Brasil⁴.

Diante da inflação elevada, o Banco Central tem elevado brutalmente a taxa de juros Selic e, adicionalmente, ainda esteriliza muito mais de um trilhão de reais por meio da remuneração diária aos bancos⁵, medidas que não têm algum efeito no controle inflacionário provocado pela alta dos preços de combustíveis, alimentos e preços administrados.

Por sua vez, a elevação dos juros pelo Banco Central e a remuneração da sobra de caixa dos bancos em volume estratosférico vem aprofundando a crise e impedindo investimentos geradores de emprego e renda no país, além de afetar a vida de todas as pessoas e empresas⁷ que precisam acessar empréstimos, servindo apenas para aumentar cada vez mais o lucro dos bancos e provocar crescimento exponencial da chamada dívida pública, como mostra outra notícia da Figura 1.

Diante da dívida elevada, diversas medidas são tomadas para garantir o

3 <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/agronegocio-e-a-divida-publica>

4 <https://auditoriacidada.org.br/o-brasil-nao-esta-quebrado-e-ha-muito-a-ser-feito/>

5 <https://bit.ly/2NTPJ0>

6 <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/deposito-voluntario-remunerado-e-bolsa-banqueiro-sem-limite-e-sem-cao/>

7 Ver diversas notícias no Capítulo 2 da novela "Assalto aos cofres Públicos" disponível em <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/assalto-aos-cofres-publicos-pl-3-877-2020-pl-9-248-2017-plp-19-2019-e-plp-112-2019/>

seu pagamento, sobressaindo-se os cortes de investimentos, teto de gastos primários, privatizações insanas e contrarreformas, ou seja, a chamada dívida é o pano de fundo de todos esses danos que afetam toda a sociedade, enquanto o lucro dos bancos bate recorde, como mostra outra notícia da Figura 1 acima.

Além de provocar a multiplicação da chamada dívida pública por ela mesma, os juros elevados amarram toda a economia, impedindo a circulação do dinheiro. Todas as atividades são afetadas, mas a indústria é a que mais sofre, pois é simplesmente impossível realizar produção industrial sem acesso a crédito. As notícias selecionadas na Figura 2 a seguir refletem o processo de desindustrialização e, logicamente, o aumento do desemprego. Enquanto isso, as atividades extrativas de mineração e agronegócio avançam, provocando danos ambientais irreversíveis e nos empurrando para a reprimarização da nossa economia, enquanto garante elevados lucros e privilégios para as corporações nacionais e estrangeiras que exploram tais atividades.

Figura 2



Perceberam como o desemprego está diretamente relacionado com o aumento dos juros pelo Banco Central e o desemprego?

Também é preciso esclarecer que os recordes de safra e de lucros do grande agronegócio de exportação nada têm a ver com a alimentação do povo brasileiro, que passa fome e disputa ossos, como mostram as notícias da Figura 3.

Figura 3



O grande agronegócio de exportação e o Sistema da Dívida (geração de dívida pública sem contrapartida) estão relacionados em vários aspectos, como abordado no artigo citado na Figura 3, acima,⁸ que aborda:

- O Agronegócio não contribui para o financiamento do Estado
- Divisas do Agronegócio e Dívida Externa ilegítima
- Agronegócio e Dívida Interna ilegítima
- Benefício sobre benefício para o Agronegócio: você paga a conta
- Agronegócio e mais Dívida Interna ilegítima: o escandaloso SWAP

Tanto o grande agronegócio de exportação, que caminha lado a lado com a mineração predatória, como o Sistema da Dívida, sustenta o modelo econômico injusto

⁸ <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/agronegocio-e-a-divida-publica/>

que atua no Brasil, juntamente com o modelo tributário regressivo e a política monetária suicida do Banco Central. Esse modelo produz escassez para a imensa maioria da população brasileira⁹ e concentra cada vez mais a renda nas mãos de poucos. Não é um acaso ou fatalidade; o modelo é muito bem programado para dar esse perverso resultado, e isso só se modificará quando a sociedade tomar consciência disso e se mobilizar para modificar, como tratamos na campanha “É hora de virar o jogo”¹⁰.

O “Sistema da Dívida” e seus privilégios

Os trabalhos da auditoria integral da dívida pública do Equador, em 2007 e 2008, possibilitaram a clara percepção do funcionamento do endividamento público como um sistema interligado e interconectado ao modelo econômico adotado, de forma a garantir privilégios financeiros principalmente ao setor bancário e grandes rentistas, tudo devidamente respaldado por um sistema legal e político subserviente a esses interesses e, evidentemente, com o apoio da grande mídia que também é controlada por esses interesses.

A partir dessa percepção, criei o termo **Sistema da Dívida** para caracterizar o funcionamento invertido do endividamento público: ao invés de aportar recursos ao orçamento público e garantir investimentos de interesse da população que paga a conta da dívida de várias formas, a chamada dívida pública tem sido um instrumento para a transferência de recursos públicos para os privilegiados bancos e grandes rentistas.

Essa transferência se dá por meio de diversos mecanismos financeiros que provocam o crescimento do estoque da dívida, mas esse crescimento não reflete em ingresso de recursos para os orçamentos públicos, por exemplo:

- **Transformações de dívidas do setor privado em dívida pública** ilegal e transferência de dívidas privadas para o BC: PROER¹¹ e PROES (assunção de passivos de bancos); Emenda Constitucional (EC) 106 (compra de papel podre dos bancos pelo Banco Central, sem limite);

- **Transformação de dívida externa irregular**, suspeita de prescrição, em operação feita em Luxemburgo: Plano Brady;

9 <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/video-15-ehoradevirarajogo/>

10 <https://auditoriacidada.org.br/e-hora-de- virar-o-jogo/>

11 Fattorelli, Maria Lucia. Auditoria Cidadã da Dívida dos Estados (2013) Inove Editora, Brasília/DF. Disponível em: <https://auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2020/10/Livro-Auditoria-Cidada-da-Divida-dos-Estados.pdf>

• **Elevadíssimas taxas de juros:** sem justificativa técnica ou econômica, aumentando a remuneração dos rentistas e fazendo a dívida se multiplicar por ela mesma;

• A ilegal prática do **anatocismo:** incidência contínua de juros sobre juros;

• A irregular **contabilização de juros como se fosse amortização** da dívida¹², burlando-se o artigo 167, III, da Constituição Federal, garantindo-se a contínua emissão de títulos da dívida para pagar despesas correntes de juros, provocando o crescimento exponencial da dívida;

• As sigilosas operações de **swap cambial** realizadas pelo Banco Central em moeda nacional, garantindo o risco de variação do dólar de forma sigilosa, cujos prejuízos são transferidos para a conta da dívida;

• **Remuneração diária da sobra do caixa dos bancos** por meio do abuso das sigilosas “operações compromissadas” e dos “depósitos voluntários remunerados” - BOLSA-BANQUEIRO;

• **Emissão excessiva de títulos** para formar “colchão de liquidez”;

• **Prejuízos do Banco Central** transferidos para o Tesouro Nacional (Art. 7º da LRF), por exemplo, em 2016, R\$ 250 bilhões de prejuízos do Banco Central foram transformados em dívida pública;

• **“Securitização”** gera dívida ilegal que é paga por fora do orçamento, mediante desvio de arrecadação que sequer alcançará os cofres públicos.

Todo sacrifício social e econômico que temos feito ao longo dos anos para pagar a dívida pública federal tem alimentado exclusivamente a própria dívida, que não tem contrapartida em investimentos para o país, como afirmou o próprio Tribunal de Contas da União (TCU) em audiência pública realizada na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal¹³. Na mesma audiência pública, demonstramos que a dívida tem sido gerada por diversos mecanismos financeiros¹⁴.

Outra evidência de que a dívida interna federal tem sido gerada por meca-

¹² Tema tratado no relatório disponível em: <https://goo.gl/LChbk3>

¹³ Fala do representante do TCU à CAE/Senado <https://auditoriacidada.org.br/video/tcu-afirma-que-divida-nao-serviu-para-investimento-no-pais/>

¹⁴ Telas da apresentação feita à CAE/Senado disponíveis em <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/palestra-a-importancia-da-auditoria-da-divida-publica-com-participacao-social-m-l-fattorelli-audiencia-publica-na-comissao-de-assuntos-economicos-senado-federal/> e vídeo em <https://youtu.be/yI0a8vY7VPo>

nismos financeiros e não para investimentos ou manutenção do Estado é o fato de termos produzido um Superávit Primário de mais de R\$ 1 trilhão ao longo de 20 anos, e, apesar disso, a dívida interna federal explodiu, passando de R\$ 86 bilhões em 1995 para quase R\$ 4 trilhões em 2015. Dessa forma, é evidente que os investimentos e gastos sociais não foram os responsáveis pelo aumento da dívida interna, mas sim os mecanismos que alimentam o Sistema da Dívida, antes exemplificados, sem contrapartida alguma em investimentos.

A centralidade da chamada dívida pública é impressionante e ilustra o seu funcionamento como um “Sistema”: além de absorver, anualmente, cerca de metade do orçamento federal¹⁵ e boa parte dos orçamentos estaduais e municipais, a chamada dívida pública sem contrapartida tem sido a justificativa para contínuas contrarreformas, como a da Previdência e a Administrativa; privatizações, e medidas de ajuste fiscal, para que sobrem mais recursos ainda para as despesas financeiras com a dívida.

Dentre as medidas de ajuste fiscal podemos citar, por exemplo, o aumento da desvinculação das receitas da União (DRU) e dos entes federados (DREM) por meio da EC 93; a aberração da EC 95, que submeteu o conjunto das despesas primárias a um teto rebaixado por 20 anos (!); a EC 109¹⁶, que inseriu o ajuste fiscal no texto constitucional para garantir a “sustentabilidade” da dívida, além dos diversos cortes de serviços públicos, programas e investimentos em todas as áreas essenciais.

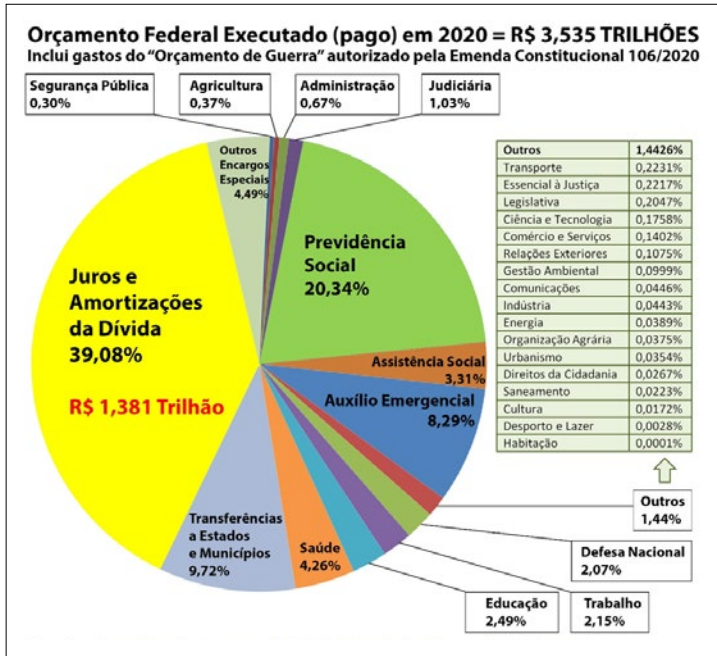
O resultado desse privilégio da dívida pode ser visto no Orçamento Geral da União executado em cada ano¹⁷, a exemplo do executado em 2020, no Gráfico 2 a seguir, o que nos leva a persistir na exigência da realização da auditoria integral dessa dívida, com participação social, pois a auditoria é a ferramenta capaz de revelar e comprovar a utilização de mecanismos ilegais e ilegítimos, os quais têm gerado a chamada dívida pública sem contrapartida alguma.

¹⁵ Explicação sobre o gráfico do orçamento federal elaborado pela Auditoria Cidadã da Dívida disponível em: <http://auditoriacidada.org.br/conteudo/explicacao-sobre-o-grafico-do-orcamento-elaborado-pela-auditoria-cidada-da-divida/> e <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/mentiras-e-verdades-sobre-a-divida-publica-parte-3/>

¹⁶ <https://www.extraclassa.org.br/economia/2021/03/pec-186-concede-privilegios-ao-mercado-e-esmolos-para-o-povo/>

¹⁷ Artigo analisa o gráfico do orçamento federal executado em 2020, mostrando que a dívida foi o gasto que mais cresceu no ano <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/gastos-com-a-divida-publica-cresceram-33-em-2020/>

Gráfico 2



Fonte: https://www1.sioop.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/pendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw
 Nota: Consultar em 15/1/2021. Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Inclui o chamado “Orçamento de Guerra”, aprovado por meio da Emenda Constitucional 106/2020 no contexto da pandemia. Gráfico por Função, com exceção das Funções “Encargos Especiais” e “Reintegro Social”, cujos percentuais foram desmembrados de acordo com a natureza dos gastos. A Função “Encargos Especiais” foi desmembrada em: “Juros e Amortizações da Dívida” (SOM 2 e 6); “Transferências a Estados e Municípios” (Programa 0901); e “Outros Encargos Especiais” (compostos principalmente de gastos de R\$ 10 bilhões com o cumprimento de Sentenças Judiciais, e gastos de R\$ 18 bilhões com garantias dadas aos bancos no âmbito do PRONABE, no valor de R\$ 18 bilhões, e no âmbito do Fundo Garantidor de Investimentos no valor de R\$ 20 bilhões, relacionados a empréstimos concedidos a micro, pequenas e médias empresas. A Função “Reintegro Social” foi desmembrada para estruturar a parcela referente ao “Auxílio Emergencial”, mostrada separadamente no gráfico.

Em 2020 o gasto com a dívida foi o que mais cresceu, enquanto a **Educação perdeu recursos** em termos percentuais e nominais*. Isso também não é um acaso. Não há como avançar em nosso desenvolvimento socioeconômico sem investimentos efetivos em Educação! Por outro lado, é bem mais fácil pilhar um país cuja população sequer tem consciência de suas imensas riquezas e possibilidades, e dos mecanismos que estão impedindo que a abundância se torne uma realidade na vida de todas as pessoas. Por isso lutamos para virar esse jogo!

* Ver tabela 2 em <https://bit.ly/3p0Svvl>

Responsabilidade do Banco Central na geração e crescimento de Dívida Ilegítima

A responsabilidade do Banco Central em relação à geração e o crescimento exponencial de dívida ilegítima é imensa¹⁹: as taxas de juros historicamente elevadas, a remuneração diária da sobra de caixa dos bancos, e compra de papel podre de bancos sem limite²⁰ e outros mecanismos da chamada política monetária têm provocado o crescimento exponencial da dívida interna.

A remuneração diária da sobra de caixa dos bancos pelo Banco Central não é qualquer operação: trata-se de operação na casa dos TRILHÕES há anos e, além de graves aspectos de ilegalidade e falta de motivação justificável, onera gravemente os cofres públicos, provoca elevação da dívida pública, foi a principal responsável pela crise fabricada a partir de 2014 e é a principal operação responsável pelas elevadíssimas taxas de juros de mercado praticadas no Brasil, o que vem travando a circulação de moeda na economia brasileira, impedindo a geração de emprego e renda!

Essa operação chegou ao patamar de R\$ 1,7 TRILHÃO (quase 25% do PIB) em setembro/2020, custou R\$ 3,3 trilhões de 2010 a 2020, conforme Tabela 1 a seguir.

Tabela 1

CUSTO DO FINANCIAMENTO DO BANCO CENTRAL PELO TESOURO NACIONAL			
Ano	Volume de Títulos entregues pelo Tesouro Nacional ao Banco Central sem contrapartida financeira	Volume de Juros pagos pelo Tesouro Nacional ao Banco Central sobre os títulos públicos acumulados no BC	Soma
	(Bilhões de Reais)	(Bilhões de Reais)	(Bilhões de Reais)
2010	56,86	71,51	128,37
2011	186,28	84,3	270,58
2012	117,11	89,43	206,54
2013	129,61	94,18	223,79
2014	287,39	108,82	396,21
2015	192,48	145,46	337,94
2016	238,66	162,05	400,71
2017	88,21	163,11	251,32
2018	188,19	158,49	346,68
2019	185,18	152,78	337,97
2020	295,03	133,56	428,59
Soma	1.965,00	1.363,69	3.328,70

Elaboração: Maria Lucia Fattorelli
 Fontes: <https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/?p=2691:2:0> e <https://www.bcb.gov.br/aceso/informacao/balancetesla>

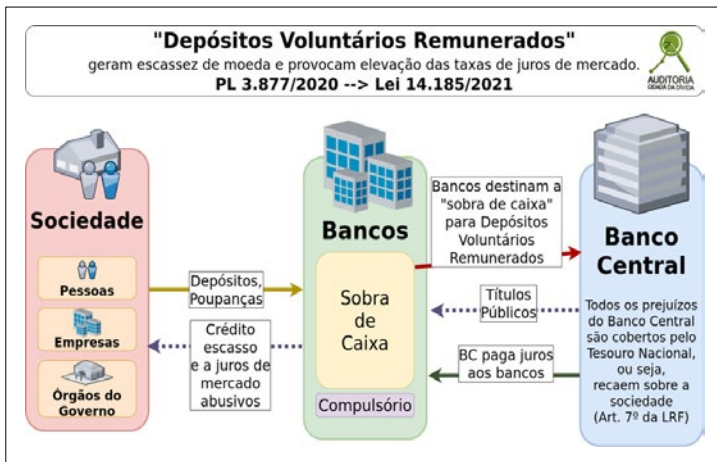
19 Ver artigo "O déficit está no Banco Central e não nos gastos sociais", disponível em <https://bit.ly/2YJf6P7>

20 <https://auditoriacidadada.org.br/conteudo/senado-foi-enganado-ec-106-autoriza-bc-comprar-qualquer-ativo-sem-limite/>

O citado montante de R\$ 1,7 TRILHÃO corresponde às disponibilidades da própria sociedade depositadas nos bancos e deveria estar disponível para empréstimos a juros baixos à população e às empresas. No entanto, por causa da remuneração oferecida pelo Banco Central aos bancos, essa montanha de dinheiro fica esterilizada no Banco Central, rendendo juros somente aos bancos, enquanto os juros de mercado alcançam patamares indecentes, impedindo o crédito ou levando muitos negócios à falência.

Em vez de interromper essa desastrosa operação que vem operando há décadas mediante o abuso das "Operações Compromissadas", punindo-se os responsáveis pelos imensos danos causados ao país, o Congresso Nacional aprovou o PL 3.877/2020, que legaliza a remuneração aos bancos através de novo mecanismo esdrúxulo: o "Depósito Voluntário Remunerado", ilustrado na Figura 4 a seguir.

Figura 4



Qual fato econômico justificaria essa remuneração aos bancos, sobre dinheiro que sequer pertence a eles? Não há! Trata-se de uma doação SEM LIMITE e SEM CAUSA, por isso a denominamos BOLSA-BANQUEIRO.

As justificativas usadas pelo Banco Central para essa BOLSA-BANQUEIRO não se sustentam, tendo em vista que tal benesse não se presta a realizar controle inflacionário, controle da taxa de juros, ou controle de liquidez, como afirma o Banco Central.

A ineficácia da elevação dos juros e esterilização de moeda para conter inflação já foi comprovada em inúmeras ocasiões, em que os juros dispararam e a inflação permanece alta, tendo em vista que decorre de outros fatores, antes mencionados. Por exemplo, no período em que se fabricou a crise (a partir de 2014, quando o Banco Central foi elevando a taxa de juros Selic até alcançar 14,25%, aí permanecendo por mais de um ano) e atualmente, quando novamente o Banco Central dispara os juros (em 2021 a Selic cresceu 362,5%, de 2 para 9,25% ao ano!), os juros sobem, o volume das Compromissadas se eleva, e a inflação segue aumentando.

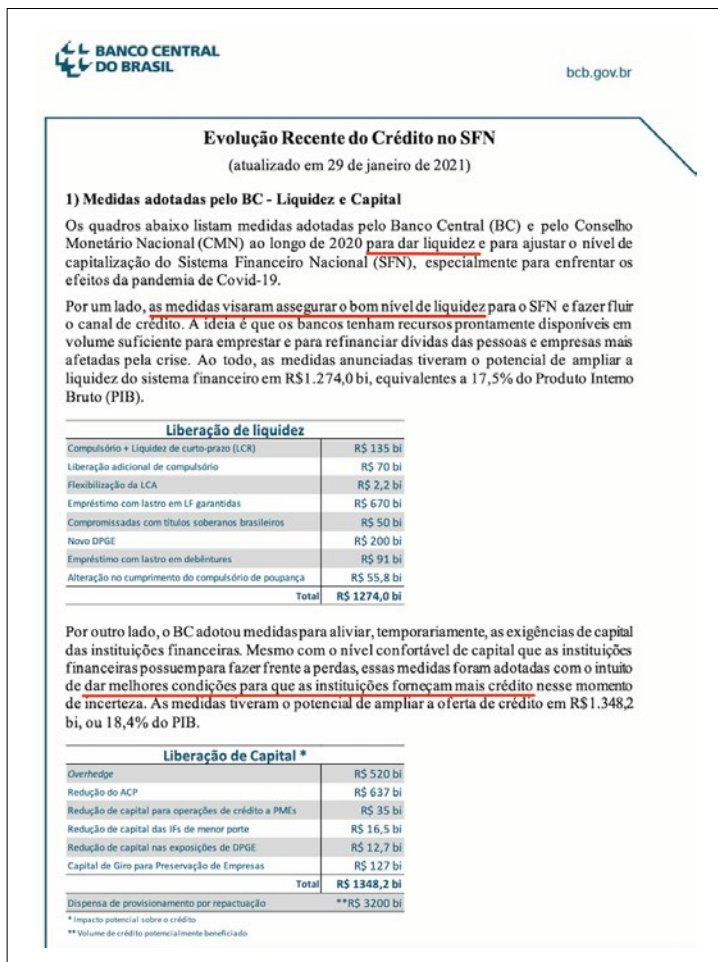
Por sua vez, a justificativa para o alegado Controle de Liquidez também não se comprova. Tal controle constou explicitamente do Voto 186/2021-BCB, de 19 de agosto de 2021, que "propõe a edição de ato normativo dispondo sobre o acolhimento de depósitos voluntários a prazo de instituições financeiras para fins de política monetária":

(...) 4. No âmbito dos esforços para aperfeiçoamento institucional do BCB e modernização da legislação brasileira, **o emprego dos depósitos voluntários a prazo atende à necessidade de ampliação dos instrumentos de política monetária para administração de um estoque excedente de liquidez bancária**(...) o depósito voluntário a prazo apresenta características favoráveis à sua utilização para fins de política monetária, entre as quais **a efetividade na absorção de recursos livres no sistema bancário**

Essa justificativa está em flagrante contradição com a imensa liberação de Liquidez no valor de R\$ 1,274 trilhão pelo próprio Banco Central para os bancos, a partir de março/2020, além de outras medidas de liberação de capital (R\$ 1,348 trilhão) e dispensa de provisionamento (R\$ 3,2 trilhão) realizadas, conforme trecho do documento²¹ emitido pelo Banco Central, colado na Figura 5 a seguir:

21 Texto completo disponível em https://www.bcb.gov.br/content/cessoinformacao/covid19_docs/Evolucao_Recen-te_do_Credito.pdf

Figura 5



Depois dessa injeção de trilhões de liquidez no sistema bancário, as “Operações Compromissadas” realizadas pelo Banco Central chegaram a alcançar o patamar de R\$ 1,6 trilhão em agosto/2020, como noticiado²², e R\$ 1,7 trilhão

²² <https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2020/09/4878960-operacoes-no-overnight-saltam-para-rs-16-trilhao-em-agosto.html>

em alguns dias de setembro/2020, enquanto os bancos se negavam a realizar empréstimos às empresas²³, só o fazendo após a liberação de garantias governamentais através dos programas PRONAMPE, PEAC e outros, como ilustra a notícia publicada pelo jornal Correio Braziliense na Figura 6 a seguir.

Figura 6



Assim, qual a lógica de o Banco Central injetar liquidez nos bancos e, em seguida, retirar essa liquidez por meio das onerosas “Operações Compromissadas”? Não há, a não ser a evidente utilização do Sistema da dívida para transferir dinheiro público para os bancos.

A combinação de juros altos e redução de moeda em circulação é uma combinação fatal para a economia, como denunciemos desde janeiro/2016, quando publicamos o artigo “*O Banco Central está suicidando o Brasil*”, disponível em <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/o-banco-central-esta-suicidando-o-brasil/>. De fato, suicidou: em 2015/16 o PIB encolheu 7%; o desemprego bateu recorde, milhões de empresas quebraram e, só em 2016, o Banco Central transferiu R\$ 250 bilhões de prejuízos ao Tesouro Nacional!

O Banco Central foi tornado independente e “autônomo” pelo Congresso Nacional, que aprovou o inconstitucional PLP 19/2019 (Lei Complementar 179/2021), questionado em ação junto ao STF (ADI 6696), cujo relator, Ministro Lewandowski reconheceu a inconstitucionalidade, por vício de iniciativa. Inexplicavelmente, o Ministro Barroso interpretou de forma completamente equivocada o Art. 48 da Constituição Federal e acabou tendo seu equivocado voto seguido por outros ministros, mantendo-se a

²³ Ver diversas notícias no Capítulo 2 da novela “Assalto aos cofres Públicos” disponível em <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/assalto-aos-cofres-publicos-pl-3-877-2020-pl-9-248-2017-plp-19-2019-e-plp-112-2019/>

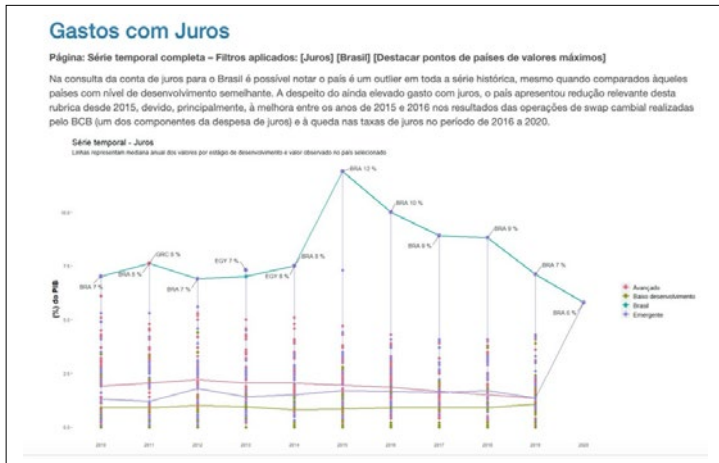
completa autonomia do Banco Central, órgão que comanda a moeda, os juros, o câmbio, as reservas internacionais e toda a política monetária do país, a qual reflete no funcionamento da economia e na vida de todas as pessoas!

Ao disparar absurdamente a Selic e esterilizar volume de moeda equivalente a cerca de 1/4 do PIB, o Banco Central provoca aumento de todas as taxas de juros de mercado, afetando de forma nociva um dos principais preços da economia, que fica completamente amarrada, exceto para os bancos, que são remunerados diariamente pelo dinheiro que eles não emprestam, e batem recordes de lucros!

Portanto, é evidente que não há o alegado “controle dos juros”, mas sim garantia de juros altos! O juro de mercado é alto no Brasil e amarra toda a economia por causa da remuneração parasita²⁴ paga pelo Banco Central aos bancos.

Até mesmo o Tesouro Nacional reconhece, em publicação oficial²⁵ que inclui comparativo internacional do gasto com juros em relação ao PIB, que “o país é um outlier [comportamento altamente discrepante, fora da curva normal] em toda a série histórica, mesmo quando comparados àqueles países com nível de desenvolvimento semelhante”:

Figura 7



Fonte: <https://painelgfs.tesouro.gov.br>

²⁴ <https://auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2019/08/TEMOS-DINHEIRO-SOBRANDO.pdf>

²⁵ <https://painelgfs.tesouro.gov.br>

O Brasil está na contramão do mundo, onde as taxas de juros são próximas de zero e até negativas há vários anos, a fim de impulsionar o funcionamento da economia. A política monetária do Banco Central está suicidando o Brasil e favorecendo unicamente o setor financeiro, a especulação e a financeirização²⁶.

O mais grave é que, além de todos os danos à economia, às empresas e famílias, a elevação da Selic provoca aumento imediato nos gastos com a dívida pública, e essa elevação (a dívida interna federal já ultrapassa R\$ 7 trilhões) tem sido usada como justificativa para cortes de investimentos públicos e privatizações insanas, além de sucessivas contrarreformas que retiram direitos da população e desmontam a estrutura do Estado.

Assim, a atuação do Banco Central não tem servido para controlar a inflação e tem provocado crescimento exponencial da dívida pública, além do agravamento da crise fabricada por sua própria política monetária desde 2014.

Grande Capital já não quer “apenas” os juros da dívida, mas se apodera diretamente da arrecadação por meio do sofisticado esquema da Securitização de Créditos Públicos

Apesar da exagerada abrangência do Sistema da Dívida ao longo dos anos, novos mecanismos financeiros sofisticados estão sendo criados para gerar dívida pública para todas as esferas – federal, estadual e municipal – ao mesmo tempo em que parte dos recursos da arrecadação tributária são sequestrados e transferidos diretamente para o setor financeiro, antes de chegar aos cofres públicos, como se fosse o pagamento de um empréstimo consignado²⁷, operação que encarna de forma devastadora a financeirização na esfera pública.

Trata-se de esquema fraudulento que desvia recursos públicos, operado por meio de empresas “estatais” (sociedade de propósito específico) que estão sendo criadas em diversos estados e municípios, a exemplo da PBH Ativos S/A em Belo Horizonte e a CPSEC S/A em São Paulo. O privilégio é tão abusado que a EC 95 já deixou fora do teto os recursos necessários ao aumento de capital dessas “esta-

²⁶ <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/utlizacao-da-pandemia-para-aprofundar-o-sistema-da-divida-e-a-financeirizacao/>

²⁷ <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/securitizacao-consignado-turbinado-de-recursos-publicos/>

tais²⁸. Esse esquema está se tornando um modelo de negócios no Brasil e já vem sendo usado para desviar tributos, receitas previdenciárias e comerciais²⁹.

A Securitização é uma operação que vem sendo usada no mercado financeiro, a fim de transformar algum ativo (contratos de empréstimo, por exemplo) em derivativos, isto é, novos papéis que se derivam daquele ativo, ou seja, são lastreados naquele ativo. Esses novos papéis passam a ser comercializados no mercado e uma das principais características dessa securitização praticada no mercado financeiro é a transferência do risco, ou seja, quem adquire os derivativos, passa a correr o risco daquele ativo vir ou não a ser recebido. Esse risco ficou mundialmente conhecido por ocasião da crise iniciada nos Estados Unidos da América do Norte a partir de 2007, crise conhecida pelo nome dos derivativos de alto risco que nunca foram recebidos: os *subprime*.

Já o modelo de Securitização que vem sendo implementado no setor público contém uma diferença fundamental em relação à securitização praticada no mercado financeiro: **no setor público, o risco do negócio permanece com o Estado e, ainda por cima, o Estado entrega o fluxo da arrecadação de impostos como garantia plena ao investidor que compra os derivativos (debêntures) gerados nesse modelo de negócio.**

Essa entrega do fluxo de arrecadação de impostos diretamente ao esquema de Securitização esbarra na proibição de vinculação dos impostos pagos pela sociedade a algum fim específico, contida no Art. 167, IV, da Constituição Federal.

Justamente para escapar dessa vedação constitucional, foram sorrateiramente inseridos no texto da PEC 23/2021 os novos parágrafos 7º e 8º que se pretendia acrescentar ao Art. 167 da CF/88, sem qualquer explicação ou justificação, sem qualquer debate a respeito, literalmente, na surdina!

O parágrafo 7º **visava dar ao esquema de Securitização uma carta branca**, tendo em vista que ele excetuava a vedação imposta pelo Art. 167, IV, e deixava aberta a possibilidade de vinculação plena de impostos ao esquema de Securitização, sem indicar parâmetro ou limite algum:

PEC 23

§ 7º Não se aplica o disposto no art. 167, inciso IV, na hipótese de securitização de recebíveis da dívida ativa.

28 Entrevista: Nova maracutaia de Serra e Jucá, disponível em: <https://goo.gl/fSjmh>

29 <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/desvio-de-recursos-vira-modelo-de-negocios-securitizacao-e-rioprevidencia/>

A Dívida Ativa continuaria onde sempre esteve, sendo cobrada e administrada pelos respectivos órgãos da administração tributária em cada ente federado, com todos os riscos de vir a ser arrecadada ou não.

Por outro lado, os novos papéis financeiros (debêntures) emitidos nesse esquema de Securitização são vendidos ao mercado financeiro, que não assume risco algum, pois conta com a robusta garantia estatal representada pela entrega do fluxo de arrecadação tributária, justamente a vinculação que a PEC 23 pretendia colocar na Constituição do nosso país!³⁰

Quando as debêntures são vendidas, ocorre o ingresso de um recurso aos cofres públicos. Esse adiantamento de recursos configura uma operação de crédito disfarçada, como ilustra o diagrama a seguir, e tem servido de "isca" para que alguns gestores públicos embarquem nesse esquema que já foi questionado pelo Ministério Público de Contas (TC 016.585/2009-0) e vários órgãos de controle estaduais, conforme detalhado em Interpeação Extrajudicial endereçada a todos os líderes no Senado³¹.

A Figura 8 a seguir ilustra como se dá a contratação disfarçada de dívida pública onerosíssima, que usa a estatal criada para operar o esquema como fachada.

Figura 8



30 Entrevista ilustra o esquema da PEC 23, disponível em: <https://auditoriacidada.org.br/video/tv-democracia-fattorelli-explica-esquema-que-desvia-recursos-publicos-inserido-na-pec-23-2021/>

31 Interpeação Extrajudicial <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/interpelacao-extrajudicial-aos-senadores-pec-23-21-securitizacao/>

Essa explícita contratação de dívida pública que o esquema de Securitização visa disfarçar passa a ser paga com novas receitas de impostos, que são desviadas e vinculadas a esse esquema, por fora dos controles orçamentários, durante o percurso dos recursos pela rede bancária, como ilustra a Figura 9 a seguir.

Figura 9



Esse *modus operandi* já foi comprovado em todos os locais onde esse esquema tem sido implementado, gerando grande rombo às contas públicas e a perda do controle sobre a parcela da arrecadação³² que é desviada para as "Contas Vinculadas" ao esquema, mediante a alienação fiduciária do fluxo da arrecadação, além de garantias de recomposição desse fluxo em caso de qualquer eventualidade, o que coloca tal obrigação acima de qualquer outra!

Esse modelo já foi investigado inclusive por uma CPI em Belo Horizonte, que resultou em determinação do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais³³ que impediu novas emissões e suspendeu os pagamentos de recebíveis que já haviam sido emitidos!

Assim, ao contrário da propagandeada "solução" para os créditos incobráveis

32 Ver análise técnica e documental sobre a evidência de garantias públicas ao esquema de securitização, disponível em: <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/analise-tecnica-documental-comprovacao-das-explicitas-garantias-dadas-pe-lo-estado-ao-esquema-de-securitizacao/>

33 <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/tce-manda-pbh-ativos-suspender-pagamento-de-debentures-emitidas/>

de Dívida Ativa que os entes federados não conseguem receber, o esquema de **Securitização gera dívida pública disfarçada**, que sequer é contabilizada como dívida, e passa a ser **paga por fora dos controles orçamentários**, mediante o desvio do fluxo de arrecadação tributária para esse esquema, com incalculáveis prejuízos ao orçamento público e às gerações atuais e futuras, enquanto bancos passam a se apoderar diretamente dos impostos que pagamos!

A Câmara dos Deputados passou batido e aprovou a PEC 23 em suspeita votação, sob denúncia de liberação de bilhões de reais em “emendas de relator” e outras inaceitáveis manobras, além de falsas propagandas, pois o tão falado “auxílio” aos necessitados sequer constava do texto da PEC 23, e o governo federal poderia tranquilamente honrar o pagamento dos Precatórios, pois temos mantido cerca de R\$ 5 Trilhões em caixa, conforme dados oficiais das Contas do Tesouro e do Banco Central³⁴

No Senado, na Comissão de Constituição e Justiça, essa absurda vinculação dos impostos que pagamos ao esquema de Securitização ainda foi mantida, mas no Plenário, graças à grande mobilização social que pressionou senadores(as), esse esquema foi excluído da PEC 23, mas é preciso seguirmos vigilantes, pois certamente o mercado continuará tentando legalizar o esquema.

Auditoria como ferramenta de mobilização social

Como vimos, a chamada dívida pública não tem funcionado como instrumento de financiamento do Estado, mas como um esquema que promove contínua transferência de recursos públicos para o setor financeiro privado nacional e internacional, usando mecanismos de política monetária do Banco Central e outros cada vez mais sofisticados, como o esquema de securitização, que aprofunda ainda mais a financeirização na esfera pública e compromete o orçamento público desde o nascedouro, pois aborta e desvia os recursos que deveriam alimentar os cofres públicos³⁵.

Sequer sabemos para quem devemos, já que o nome dos detentores dos títulos da dívida pública brasileira é, por incrível que pareça, informação sigilosa!

34 <https://auditoriacidada.org.br/o-brasil-nao-esta-quebrado-e-ha-muito-a-ser-feito/>

35 Live: mecanismos e jogadas da dívida <https://auditoriacidada.org.br/video/live-auditoria-cidada-revela-mecanismos-e-jogadas-da-divida/>

Os mecanismos citados no presente artigo constituem amostras que comprovam a necessidade de realização de auditoria³⁶ integral da chamada “dívida pública”, com participação social; medida urgente³⁷ que poderia nos retirar desse verdadeiro caos³⁸ em que nos encontramos. Afinal, por que a auditoria incomoda³⁹ tanto?

Essa é a razão do movimento Auditoria Cidadã da Dívida⁴⁰, que segue investigando os mecanismos que alimentam o Sistema da Dívida e insiste na reivindicação de uma completa auditoria dessa dívida, tal como prevê a Constituição Federal.

Conclusão

Estamos vivendo no avesso⁴¹ do Brasil que merecemos e, mesmo em cenário de pandemia, o grande capital se aproveitou e aumentou seus privilégios, conseguindo aprovar medidas que aprofundaram a crise fabricada e a transferência de dinheiro, renda e riqueza para os mais ricos: bancos e grandes corporações e rentistas.

Somos uma das maiores economias do mundo e é inaceitável o aumento da pobreza, miséria e atraso em todos os aspectos de nosso desenvolvimento socioeconômico. Assim, a tarefa de todos nós é identificar o que separa a realidade de abundância, que de fato existe no Brasil, do cenário de escassez produzido pelo injusto modelo econômico que atua aqui, e lutar para modificar isso, na prática. É hora de virar o jogo!

36 Auditoria da Dívida como ferramenta de Mobilização Social <https://www.youtube.com/watch?v=1eXGecV-v24>

37 Auditoria da Dívida é urgente e necessária <https://auditoriacidadada.org.br/conteudo/auditoria-da-divida-e-urgente-e-necessaria-por-maria-lucia-fattorelli/>

38 A ausência da auditoria é que tem levado o país ao caos <https://auditoriacidadada.org.br/a-ausencia-da-auditoria-e-que-tem-levado-o-pais-ao-caos-por-maria-lucia-fattorelli/>

39 Por que a auditoria incomoda tanto <https://auditoriacidadada.org.br/conteudo/por-que-a-auditoria-da-divida-incomoda-tanto/>

40 www.auditoriacidadada.org.br

41 Estamos vivendo no avesso do Brasil que merecemos <https://bit.ly/3AWc2QN>

REFLEXÕES SOBRE A CARTOGRAFIA QUE PRODUZ O BRASIL: ESPAÇOS DE REPRESENTAÇÃO E REPRESENTAÇÕES DO ESPAÇO DA GEOGRAFIA DO CAPITAL.

Sinthia Cristina Batista

Universidade Federal do

Rio Grande do Sul (UFRGS)

sinthia.batista@ufrgs.br

O desafio posto para a reflexão de uma geografia democrática na atualidade é o de pensar o Brasil como uma sociedade, dando nova qualidade à abordagem do território nacional, este sendo entendido como patrimônio da Nação (e não sua razão de ser). (MORAES, 2005, p.103)

Gostaria de agradecer a Comissão Organizadora do XIV ENANPEGE pelo convite para participar do debate proposto pela Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE) neste importante

10 presente texto é produto da contribuição para o debate proposto à mesa redonda "Geotecnologias que falam ao Brasil: dimensão política do mapeamento e proteção dos territórios", realizada no XIV ENANPEGE. A fala que fizemos nessa ocasião foi refinada, bem como acrescida de citações, além de ter incorporado importantes reflexões que o debate proporcionou.

Agradeço as revisões primorosas da professora Alexandrina Luz Conceição, com quem partilho muitas lutas, debates e reflexões e de Ana Paula Gomes do Nascimento, com quem aprendo a cada texto.

evento da Geografia brasileira. Ressalto, também, a importância de produzirmos um amplo espaço de debate neste momento de profunda marca para a história da vida social e política do Brasil e do mundo. De fato, estamos vivenciando uma pandemia que, até outubro de 2021, até momento deste evento, ceifou a vida de mais de 600.000 pessoas no Brasil, em meio de Governo Federal fascista, aniquilador de direitos sociais e, sobretudo, de vidas. Trata-se de um governo que se realiza a partir de um Estado que, historicamente, institui a reprodução ampliada do capital, por meio da violência, do aprofundamento da desigualdade, do desemprego, da miséria e da fome em escala ampliada.

De maneira específica, a discussão que trago para esta mesa se articula à proposta enunciada pelo presidente da ANPEGE na abertura do evento: ir ao encontro de uma **Geografia que fala ao Brasil**. A essa diretriz acrescenta-se o debate mais amplo proposto pela ANPEGE que é discutir a ciência geográfica na pandemia. Penso que essa problematização parte do pressuposto de que é preciso avaliar as condições atuais para fazer ciência no Brasil; discutir qual é o compromisso da Geografia e, mais do que isso, provocar o debate que precisamos enfrentar intelectualmente e politicamente - a relação entre Geografia e Estado.

Trata-se de uma relação conflituosa e contraditória, que se expressa na necessidade de discutirmos a própria formação territorial do **Brasil**. A contradição consiste exatamente na viabilidade de um país (um projeto político, uma integração territorial e multiescalar) que considere diferentes povos e permita pensar uma sociedade em sua totalidade em meio à materialização dos projetos de um governo ultraneoliberal. Esse problema e essa contradição impactam a realização da pesquisa e também do trabalho de geógrafas e geógrafos, pois carrega uma noção de que é preciso defender Estado, ainda que seja o Estado da mediação central entre Capital e Trabalho na materialização de uma Geografia do Capital.

Nesse contexto, compreendo que tal debate precisa ser instaurado a partir de uma análise radicalmente crítica sobre como chegamos até aqui, o que envolve pensar a relação histórica entre a constituição das ideologias geográficas² e a formação territorial do Brasil. Torna-se necessário, portanto: *discutir* a questão para além da própria Geografia e do trabalho do geógrafo; *reconhecer*

2 Conforme conceituado por Antônio Carlos Robert Moraes, ao problematizar "o conjunto de ideias e valores que nortearam as políticas territoriais dos Estados, bem como a autoconsciência que os grupos sociais constroem a partir da sua relação e suas intenções com o espaço" (MORAES, 1988, p. 44).

a necessária materialidade [e virtualidade] da produção do espaço brasileiro articulado à escala mundial; *aprofundar* o debate sobre a institucionalização da ciência geográfica e a estruturação do Estado-Nação no modo de produção capitalista; *reconhecer* a importância da geopolítica para a gestão territorial e dos reiterados processos de planejamento e de ordenamento territorial e, por fim, *fortalecer* as lutas travadas contra a hegemonia da produção do espaço no processo de acumulação ampliada do capital.

Ainda que não seja possível alcançar subitamente todos os elementos desse processo, importa registrar que é tarefa nossa – isto é, de pesquisadoras e pesquisadores que se debruçam sobre as “**Geotecnologias que falam ao Brasil**” – analisar criticamente **a dimensão política do mapeamento e da proteção dos territórios**, ou melhor, investigar criticamente a cartografia e as geotecnologias que produzem o território capitalista (forjando um e/ou muitos Brasis) são também produzidas por estes. Do mesmo modo, é fundamental reconhecer historicamente os diferentes processos políticos e econômicos que produziram a cartografia, a fim de compreendermos como se estabelece concretamente a relação entre a produção do conhecimento geográfico e o Estado ultraneoliberal.

Nesse sentido, compreendo que nossa contribuição se pauta efetivamente a partir de questões formuladas ao longo **do processo de pesquisa e do trabalho técnico como geógrafo**. Para tanto, proponho um triplo movimento, brevíssimo: *apresentar* questões preliminares para pensar o trabalho das geógrafas e dos geógrafos, problematizando sua formação; *discutir* teórico-metodologicamente o desvio analítico da crítica realizada à cartografia “comprometida” com o Estado e, por fim, *compartilhar* algumas possibilidades de trilhas na direção de uma cartografia radicalmente crítica.

Como o trabalho geográfico se realiza na produção de uma cartografia de Estado? Qual é a cartografia do Estado?


Para dar início ao primeiro movimento, parto de uma constatação bastante singela, uma pergunta que venho me fazendo há pelo menos uma década: por que a cartografia se populariza tanto neste momento e, ao menos tempo, aparentemente diminuem os grandes projetos de mapeamentos sistemáticos do Estado?

Dessa pergunta, outras se desdobram: por quais motivos foram realizados os grandes processos de mapeamentos da cartografia de base, tais como a

Carta Internacional do Mundo ao Milionésimo (CIM), elaborada no começo do século XX? Por quais razões os diferentes aplicativos, softwares e plataformas digitais de elaboração e visualização de mapas se ampliam no século XXI? Por que passamos da prática dos cadastramentos e inventários, a exemplo do projeto RADAM BRASIL dos anos 1970, para a dos ordenamentos e dos "usos"/funcionalidades do espaço, por meio dos diferentes mapas de zoneamentos (sócio-econômico-ecológicos, entre outros) e planos (diretores, estratégicos regionais, entre outros), seja na cidade ou no campo?

Acima de tudo, cumpre questionar: será que investigamos suficientemente esses processos de mapeamento? De que modo a Geografia tem contribuído para esse processo? Aparentemente, a resposta que tem sido dada pela "sociedade" (leia-se: Estado/Mercado) é que a cartografia se populariza pela ampliação da possibilidade técnica, "porque atualmente qualquer um pode fazer um mapa"! Diante disso, qual papel caberia, então, a nós, geógrafas e geógrafos, no processo de produção cartográfica?

Cada vez mais, os processos de mapeamentos, antes promovidos e gestados pela escala do Estado Nacional, têm sido tomados pelas escalas da "ação" territorial, que têm envolvido desde os povos originários, a classe trabalhadora, os empresários, latifundiários e os técnicos do Estado. É importante destacar que tais mapeamentos se estabelecem de diferentes e desiguais modos, isto é, por meio de: autodeclarações; automapeamentos; mapas encomendados pelas empresas para uso privado; terceirização de produção de dados públicos geoespaciais por empresas de geotecnologias e mapeamentos que materializam ações de Estado, sobretudo nas disputas territoriais. Portanto, trata-se de processos que envolvem, ao mesmo tempo, as diferentes formas de apropriação, de domínio e de apossamento da terra, no campo ou na cidade.



"Neste sentido compreendemos que a escala como mediadora entre intenção e ação sugere uma inversão analítica para a concretização da ação. Pois o Império mapeia partindo da escala cartográfica grande, ou seja, o detalhamento do território e da diferença e, portanto identifica a resistência. A partir disto propõe a homogeneização, a partir da escala pequena, do planejamento,

sugere e consolida as políticas para aquele determinado território. A escala do império parece assumir a diversidade, pois partiu do detalhamento, entretanto trata-se de um processo de homogeneização e ao mesmo tempo de partilha do interesse de poucos – o império – para toda a sociedade. Todavia é no cotidiano, na constatação do vivido que é possível compreender este jogo, sugerimos partir da subversão deste processo. Partindo da compreensão da inconsistência das políticas estabelecidas para o território é possível partir para a ação e para a luta, pois é no cotidiano que a escala é forjada em suas possibilidades de ação e transformação do posto em ‘pequena escala’ para a ‘grande escala’, o território sofre a ação do Império, mas vive a resistência, portanto é capaz de manifestá-la e propor a heterogeneidade, não assumir o interesse de poucos”. (BATISTA & SUERTEGARAY, 2012, p. 02).

É nessa medida que a “cartografia de Estado” esboça-se em fragmentos de mercado, seja na produção de dados públicos (e também privados), seja na produção de mapas que materializam as políticas de espaço, em que o mapa e o espaço são mercadorias. O trabalho da geógrafa e do geógrafo, antes de Estado (ainda que esse estivesse subordinado aos desígnios do Capital talvez fosse possível disputar alguma política de Estado), é hoje tomado pelo mercado.

Assim, ainda que seja evidente que os conteúdos sociais, políticos e econômicos da produção cartográfica tenham sido modificados, questiona-se: em que medida se modificou na mesma proporção dessas mudanças, o modo pelo qual temos analisado e trabalhado a cartografia (na Geografia)? E o que exatamente se modificou?

Frente a essas questões, como propor o trabalho com a cartografia no processo de formação das geógrafas e dos geógrafos do século XXI?

Observa-se atualmente que os mais diferentes cursos de Geografia têm trilhado caminhos recorrentes, pois, ainda que os currículos enfatizem um ou outro enfoque, em geral o conjunto de disciplinas de cartografia e geotecnologias gira em torno de:

1. Apresentar os fundamentos da cartografia como linguagem, sobretudo os elementos estruturais dos mapas, tais como a escala, os sistemas de coordenadas, a leitura da carta topográfica (ainda que ela aparentemente não exista mais, uma vez que o que existe são os *layers e os shapfiles*) e, às vezes, a discussão sobre o design do mapa e a semiologia gráfica (na maioria dos casos sem a discussão profunda da proposta de Jacques Bertin);

2. Promover a apropriação dos *softwares* livres para a elaboração de mapas e/ou apresentar e incentivar o domínio do principal pacote para a produção de mapas no Brasil, o @arcgis, usando como conteúdo do processo de aprendizagem exemplos de mapas e mapeamentos já realizados e/ou exercícios de elaboração de mapas com estruturas pré-definidas pelos próprios arquivos *shapfiles*;

3. Instituir diferentes metodologias de mapeamentos com vistas às respostas do trabalho da geógrafa e do geógrafo (seja na pesquisa, seja no trabalho para o Estado e/ou para o mercado), que considere o levantamento, a identificação e o agrupamento de dados, além da interpretação e da representação dos objetos, fatos e fenômenos mapeados. Essa metodologia tem partido sempre da mesma estrutura: coletar, armazenar, sistematizar e organizar dados espaciais, e, geralmente, os dados são tratados como conceitos naturalmente aceitos pela Geografia, como o uso do solo, a densidade demográfica, etc... Atualmente essa lógica já foi aderida até mesmo para elaborar os chamados “mapas sociais”.

Dessa forma, ainda que aparentemente tenhamos “evoluído” de uma cartografia analógica, de difícil produção e concentrada nas mãos de poucos, para a possibilidade de uma cartografia agilmente produzida e precisa, que pode estar nas mãos de muitos, qualquer um dos caminhos juntos ou separados (apresentar a cartografia como linguagem, promover o uso dos *softwares* ou instituir metodologias de mapeamentos) reiteram o tripé/quadrupé clássico para a formação em Geografia: cartografia sistemática; cartografia temática e sensoriamento remoto, acrescido do geoprocessamento e/ou uso da cartografia em meio digital. Assim, não alteramos uma prática cuja ênfase reside na preocupação premente com os dados e as técnicas de representação cartográfica: como fazer o mapa, como desenhar o mapa, como garantir a precisão do mapa, como

³ Há muito que se pensar sobre essa questão, e registramos aqui apenas uma nota de preocupação: parece ter caído em “desuso” discutir, antes de mapear, os conteúdos da legenda, bem como a proposição analítica do próprio mapa. Assim, a discussão muitas vezes parece circunscrever-se à melhor maneira de explorar e apresentar o dado.

mapear ainda tudo o que existe - sem jamais considerar que o que se mapeia hoje, mais do que nunca, determina um modo de existir e produzir o espaço.

Obviamente, é fundamental aprender tecnicamente a produzir mapas! No entanto, seguimos focando na produção do mapa, não na produção do espaço, ou melhor, no reconhecimento dos espaços de representação e de como são produzidas as suas representações deslocando-se a preocupação com “os porquês” o “para quê” e “para quem” produzimos os mapas. Basta observar que, ainda que se apresente nas disciplinas de cartografia os diferentes tipos de mapas e mapeamentos, em diferentes escalas com múltiplas possibilidades, não é explicado (pois também pouco pesquisado) o porquê de serem diferentes (e desiguais) os processos de mapeamento.

Portanto, insistir nesse modo de ensinar/fazer a cartografia, é reproduzir o status quo dos espaços de representação de reificação de uma produção do espaço desigual e combinada. Trata-se de uma representação destituída do homem e da sua humanidade, o trabalhador se torna objeto, alienado do mundo que ele constrói. Uma cartografia que não se consegue reconhecer o conteúdo e o efeito das suas ações, sendo posto como uma relação mercantil.

Consideramos que é parte de uma formação crítica problematizar os motivos pelos quais trabalhamos sob a lógica de que, “dado bom é o dado que existe ou aquele que produzimos criteriosamente como fruto de árduo trabalho de pesquisa, geralmente sem recursos financeiros. Isso envolve, então, discutir o que significa a produção sistemática de dados pelo próprio Estado de modo seletivo (uma vez que não temos dados estatísticos, cadastrais e produzidos e articulados pelos diferentes órgãos e estruturas do Estado) e por que a cada dia o processo de produção de dados e mapas de Estado vem sendo desmontado (vide a desestruturação do INPE, do IBGE, do DATA SUS, etc) e por que excedem as empresas de aerolevantamentos, cartografia de base por projetos de ordenamentos espaciais e geoprocessamento. Inclusive reproduzindo uma estrutura de subordinação dos geógrafos e geógrafas aos engenheiros, em que os últimos atuam como os liberais, donos das empresas, e os primeiros fornecem a força de trabalho da produção cartográfica.

Torna-se importante estudar os contextos dos mapeamentos de Estado ao longo do processo de formação territorial do Brasil, a fim de questionar e investigar os motivos pelos quais a produção de uma cartografia de Estado

nunca tenha sido suficiente. De fato, até hoje não temos cartas topográficas produzidas de modo estruturado pelo Estado brasileiro na grande escala, e nem ao menos a escala de 1:50.000 cobre todo o país.


De fato, a cartografia deixou de ser uma cartografia determinada por uma geopolítica do espaço, que antes só poderia ser feita pelo e para o Estado porque era concentrada para uma profusão de dados e mapas produzidos de acordo com as estratégias de mercado. Certamente avançamos nesse aspecto, mas não alteramos profundamente o modo de ensinar, pesquisar e produzir, no Brasil, a cartografia a partir da Geografia.

Não seria pertinente perguntar em qual momento existiu uma cartografia de Estado? E qual é o conteúdo social dessa cartografia de Estado? E por que neste momento se transferem os processos de mapeamentos para outras escalas, assim como os processos de organização, de orientação e de produção para diferentes sujeitos sociais da nossa História?

Fundamentos teóricos para pensar o conteúdo de uma cartografia de Estado. Caminhos para entender uma não cartografia...

Para as geógrafas e os geógrafos que se concentraram em produzir e pesquisar mapas é evidente que a cartografia do Estado brasileiro sempre foi insuficiente. Primeiro porque a produção de mapeamentos e de dados sempre foi seletiva; segundo, porque pouco tensionamos politicamente essas escolhas; terceiro, porque o que há de trabalho crítico elaborado no seio do Estado é fruto de pesquisa nas universidades públicas e das lutas sociais. É nesse sentido que convém, neste pensar um pouco mais sobre a seletividade da produção do Estado.

Partimos do pressuposto de que mapear faz parte do “jogo do mostra e esconde” da produção social do espaço e de suas representações. A teoria crítica das representações proposta por Henri Lefebvre (2006a; b) contribui para a realização analítica desse processo, uma vez que



*[...] o mapa como ideia materializa-se como ação.
Este jogo se realiza dialeticamente, o mundo pensado
só se realiza a partir da realidade objetiva (não é nem
pensado e nem realizado fora do mundo vivido, ideias*

não são imanentes). Portanto, não se compreende o mapa somente a partir de uma ideia que se concretiza plenamente, mas a partir das relações entre as condições objetivas historicamente, economicamente, politicamente e socialmente determinadas que produzem o espaço, como “representações do espaço” e “espaços de representação” (BATISTA, 2014, p. 87).

Assim, a cartografia **é produzida pelas relações sociais de produção, realizando uma prática espacial** que, por sua vez, **forja uma linguagem espacial** que ideologicamente, politicamente e economicamente trabalha na constituição do espaço-mercadoria, portanto de uma geografia do Capital. De acordo com Lefebvre,

[h]omogêneo na aparência, [sua aparência faz sua força] o espaço abstrato não tem nada de simples. Revelamos, em primeiro lugar, as dualidades constitutivas. Ele se duplica: resultado e continente, produto e produtivo, - por um lado representação do espaço (a homogeneidade geométrica), por outro, espaço de representação (o fálico). Desta dualidade, a coincidência suposta dos formantes mascara a duplicidade. Por um lado ele ainda é campo de ação prática, e por outro conjunto de imagens, signos, símbolos. Por um lado, ilimitado por ser vazio e por outro povoado de vizinhanças, de proximidades (proxemias), de distâncias afetivas e de limites. Portanto ele é ao mesmo tempo vivido e representado - expressão e suporte de uma prática - estimulante e restritivo, um pelo outro (estes “aspectos” não coincidindo), etc. Mas três termos aparecem imediatamente: o percebido, o concebido, o vivido - a prática, as representações (duplicadas) (LEFEBVRE, 2006b, p. 83).

É nessa medida que trabalhar criticamente a cartografia exige observar a ma-

terialização da produção social do espaço nas diferentes escalas de ação política do capital e, também, intrigar-se: como (e por que) a cartografia torna-se a mediação preferencial dos conflitos entre as desiguais formas de apropriação espacial?

A compreensão geográfica do desenvolvimento desigual permite combater a negação da totalidade e o reducionismo da escala aos recortes fenomênicos e de espacialização de fatos. Para Neil Smith, “o desenvolvimento desigual do capitalismo é antes estrutural do que estatístico. Os padrões geográficos resultantes são completamente determinados (no sentido oposto de “determinista”) e são, assim, peculiares ao capitalismo” (1988, p. 16). Para o autor,

[a] lógica do desenvolvimento desigual deriva especificamente das tendências opostas, inerentes ao capital, para a diferenciação, mas com a simultânea igualização dos níveis e condições da produção. O capital é continuamente investido no ambiente construído com o fito de se produzir mais-valia e expansão da base do próprio capital. Mas, da mesma forma, o capital é continuamente retirado do ambiente construído de forma que ele possa se deslocar para outra parte e se beneficiar com taxas de lucro mais altas. A imobilização espacial do capital produtivo em sua forma material não é nem menos necessária do que a perpétua circulação do capital como valor. Assim, é possível ver o desenvolvimento desigual do capitalismo como a expressão geográfica da contradição mais fundamental entre valor de uso e valor de troca (SMITH, 1988, p. 20).

Portanto, mais do que ampliar o acesso e o uso das geotecnologias, o trabalho cartográfico a cada dia exige situar a cartografia historicamente como uma representação do espaço (e, ao mesmo tempo, um espaço de representação) no modo de produção capitalista, **negando o mapa como expressão natural do espaço, afirmando-o como uma representação formal da concepção do espaço, negando-o novamente como forma pura/ideal da produção espacial em busca da superação da forma espaço-mercadoria** (BATISTA, 2014). Assim, o

[...] mapa não pode ser naturalizado como um veículo do poder e de uma sociedade de controle, ele é também isto, mas não se resume a isto. Podemos correr um risco reducionista de pensar que o mapa sempre foi e sempre será utilizado para o exercício de poder, contudo, é preciso situar no tempo, na história, estas práticas de poder e o uso do mapa. Neste estudo assumem-se as relações do mapa entre saber e poder, tendo em vista a compreensão histórica do mapa no modo de produção capitalista, em que o mapa é também uma representação da propriedade privada, do espaço como mercadoria, ao mesmo tempo em que poderá emergir como uma possibilidade da apropriação do espaço. (BATISTA, 2014, p. 103.)

Em nosso doutoramento (2014), ao discutir a luta e a permanência na terra, apontamos que, no Brasil, **o espaço-mercadoria que tem fundamentado a desigualdade no país resulta do processo de constituição da propriedade privada capitalista da terra.** Nesse sentido, segundo Oliveira e Farias,

[o] debate sobre o processo de constituição da propriedade da privada da terra no Brasil se fundamenta na concepção de que o desenvolvimento capitalista moderno se faz de forma desigual e contraditório e tem em sua raiz o caráter rentista. Isto se deve ao fato de que este caráter rentista do capitalismo que se formou no país continua colocando necessariamente também entre suas contradições principais as formas da apropriação privada da terra. Isto quer dizer que no Brasil a concentração da propriedade privada da terra atua como processo de concentração da riqueza e, portanto, do capital. O caminho está, portanto, na capacidade de se entender os novos mecanismos que o capital criou para sujeitar a renda da terra aos seus designios, sem, necessariamente, ter que se apropriar de forma direta da propriedade privada da terra (OLIVEIRA e FARIAS, 2009, p. 01).

Essa compreensão sugere ao geógrafo e à geógrafa (os quais se colocam criticamente em movimento) assumir o desafio de explicar o fundamento da desigualdade ao admitir os conflitos e as lutas do processo de constituição da propriedade privada no país, sem desfocar a análise ao centrar-se na explicação do Brasil por ele mesmo (ou por uma geopolítica de uma formação territorial centrada no Estado Nacional desarticulado da relação com o capital), mas remetendo-se ao movimento da totalidade.

Historicamente, tanto no campo quanto na cidade a propriedade da terra viabiliza o controle territorial e se materializa como elemento fundamental da desigualdade. É nessa medida que, a partir do entendimento jurídico da função social da terra, a Constituição de 1998 – ainda que não seja “revolucionária” – garantiu condições mínimas de reprodução da classe trabalhadora no Brasil, uma vez que, no campo, atribui-se à produção o instrumento de equivalência dessa relação desigual e, na cidade, os usos urbanos que realizam a funcionalidade do urbano.

Assim, tanto os Planos Diretores das cidades como os Zoneamentos Agrícolas (os hoje chamados Zoneamentos Sócio-Econômicos-Ambientais) é que definem os usos do espaço e orientam suas estruturações e reestruturações da produção, garantindo o caráter rentista e patrimonialista do Brasil. Com o estabelecimento das sucessivas legislações que legitimam o grilo – desde a Lei de terras de 1850, passando recentemente pela PEC da grilagem em 20/12/2016, pela MP 910 e, agora, com o PL 2633/2020 –, fica explícito o propósito de avançar na perspectiva do ordenamento e da constituição da propriedade privada por meio da titulação e da “regularização” das terras públicas.

Desse modo, observamos com Marés (2003), que a forma jurídica é derivada da forma mercantil. Portanto, se entendermos a cartografia como uma mediação instituída nesse processo de “acomodação espacial”, naturalizamos a cartografia como o instrumento do consenso sem considerar que é essa mesma equivalência que permite a desigualdade. De fato, o contrato burguês é uma operação mercantil, e os mapas produtos desses processos de ordenamentos permitem a representação e a constituição do espaço-mercadoria. É nessa medida que naturalizar essa cartografia leva ao consenso da desigualdade.

Dessa forma, Lefebvre,

[...] ao considerar a sociedade contemporânea, compreende, diferente de Marx, que o "deslocamento que ocorre com a substituição do representado pela representação se perpetua" Lutfi et. al (1996, p. 92). Sendo assim a representação torna-se socialmente concreta. Como faz, por exemplo, o mapa que ao delimitar o espaço materializa o território e simula-dissimula a propriedade privada a partir da ação do Estado como mediador da posse da terra, subsumindo a luta entre dominação e apropriação espacial. (BATISTA, 2014, p. 149)

Organizado por Ariovaldo Umbelino de Oliveira e com a colaboração de geógrafas e geógrafos que discutem a relação entre grilagem, constituição da propriedade privada capitalista da terra e conflitos agrários, o livro *A grilagem de terras na formação territorial brasileira* (2021) permite compreender como os marcos da constituição da propriedade privada capitalista da terra no Brasil evidenciam que o processo de discriminação de terras públicas no país nunca se realizou. De fato, por mais que ao longo dos cinco séculos da história nacional haja regulamentações, legislações e inúmeros programas que indiquem a necessidade de medir, definir, delimitar e limitar a dimensão das propriedades privadas capitalistas da terra, o que se observa é que há, na verdade, uma política de não "demarcação territorial".⁴


Ou melhor, trata-se de uma "cartografia que não se faz", uma vez que a Geografia que se realiza na constituição da propriedade capitalista da terra no Brasil se fundamenta em uma inversão: a legitimação do que é privado para a definição do que é público. É dessa forma que se permite o processo contínuo de apossamento das terras públicas por meio da grilagem de terras, sendo a grilagem, portanto, a estratégia de formação territorial do próprio Estado brasileiro (PRIETO, 2020).

Para demonstrar a concretude dessa análise, observemos como essa contradição se expressa na promoção do Cadastro Ambiental Rural (CAR), que aparentemente foi criado para o planejamento territorial, sobretudo para pro-

⁴ Tal constatação resulta das pesquisas de autores como Ligia Osório Silva, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, José de Souza Martins, Carlos Frederico Marés e Márcia Motta, entre outros.

teção aos ecossistemas e sua biodiversidade, para o uso racional da terra e recuperação de áreas degradadas. A base jurídica do CAR apresenta como foco o controle do desmatamento, mas também o identifica como subsidiário ao Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente (Sinima). Essa lei tornou obrigatória a criação de um registro público eletrônico de âmbito nacional, no qual deverão ser inseridas informações georreferenciadas dos imóveis rurais, a fim de promover a integração de informações ambientais das propriedades e posses rurais. Entretanto, o CAR não subsidiou políticas ambientais, mas promoveu seu contrário, isto é, a ampliação do desmatamento a partir de uma prática de equivalência do cadastro ambiental rural como legitimidade da posse a partir da grilagem, sobretudo na Amazônia brasileira.

De acordo o *site* do Serviço Florestal Brasileiro,



[Criado pela Lei nº 12.651/2012, no âmbito do Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente - SINIMA, e regulamentado pela Instrução Normativa MMA nº 2 de 5 de maio de 2014, o Cadastro Ambiental Rural - CAR é um registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais referentes à situação das Áreas de Preservação Permanente - APP, das áreas de Reserva Legal, das florestas e dos remanescentes de vegetação nativa, das Áreas de Uso Restrito e das áreas consolidadas, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento.

A inscrição no CAR é o primeiro passo para obtenção da regularidade ambiental do imóvel, e contempla: dados do proprietário, possuidor rural ou responsável direto pelo imóvel rural; dados sobre os documentos de comprovação de propriedade e ou posse; e informações georreferenciadas do perímetro do imóvel, das áreas de interesse social e das áreas de utilidade pública, com a informação da localização dos remanescentes de vegetação nativa, das Áreas

de Preservação Permanente, das áreas de Uso Restrito, das áreas consolidadas e das Reservas Legais." [Disponível em: <https://www.florestal.gov.br/cadastro-ambiental-rural>. Acesso em: 10 jan. 2022].

A entrevista com Tarcísio Feitosa Silva (CPT-Pará), publicada no site da FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional), explicita a verdadeira natureza do CAR, com o objetivo de trazer aos camponeses informações e entendimentos sobre esse processo:

FASE – O CAR garante a posse da terra?

Tarcísio – Não. O CAR não foi criado com este objetivo. Este foi o grande problema que contaminou negativamente o CAR, principalmente na Amazônia. O discurso do reconhecimento da posse e regularização da propriedade rural foi feito como uma forma de convencer principalmente grandes e médios detentores de terras (os produtores rurais) a aderirem ao CAR.

Tal discurso de convencimento nasce no que chamamos hoje de "República de Paragominas", onde a suposta política do desenvolvimento verde teve sua raiz no Pará, seguiu principalmente à região da Ilha do Marajó, onde ganhou aceitação com essa possibilidade de regularização de grandes latifúndios por três motivos. O primeiro pelo desespero de regularizar áreas acima do limite constitucional. O segundo, pelo surgimento de territórios coletivos (principalmente Territórios Quilombolas). E o terceiro pela aproximação do poder presente na Capital das Mangueiras (Belém).


As resistências ao CAR estão localizadas exatamente onde o poder da capital paraense é mais distante e tem pouca presença e há intermitentemente operações de controle e fiscalização por parte do órgão federal de proteção ambiental. Por outro lado, essa ferramenta se tornou um câncer maligno na Amazônia, induzindo à violência pela disputa da terra. E, o que é pior, o CAR foi o grande indutor do desmatamento nos últimos anos.

A frase “Faz o CAR que o governo vai garantir a tua terra” foi e é usada em vários lugares. Um exemplo claro é o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Liberdade no município de Portel. Lá há uma área de manejo florestal sob contrato de transição junto ao Serviço Florestal Brasileiro (SFB) que hoje se tornou basicamente um grande pasto em cima de um CAR. Nem o Serviço Florestal, nem o Incra (Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária) e nem a antiga empresa que explorou os recursos florestais nessa área impediram o avanço do desmatamento em floresta que pela legislação brasileira deveria guardar o pousio³ por um ciclo de 30 anos.

FASE – Muitas organizações da sociedade civil da Amazônia estão engajadas em processos de elaboração de CAR. Quais os riscos e possibilidades a partir desse engajamento?


Tarcísio – Temos um problema sério. Recentemente ouvi uma frase que pode explicar: “A ambientalização do movimento agrário é interessante, mas a agrarização do movimento ambiental pode ser complicada”. É exatamente isso que estamos assistindo na Amazônia. O movimento ambiental, que não tem aprofundamento nas complexidades das questões agrárias, tornou o CAR o único instrumento de trabalho e vai mais além: passa a propor ao órgão de gestão de terras utilizar este cadastro como base para se iniciar a regularização fundiária de um imóvel rural. Isso é um risco grande, pois embaixo deste CAR em que só podemos ver de imagens de satélite, há ribeirinhos, quilombolas, indígenas, castanheiros, seringueiros e muitos outros povos que não aparecem nas imagens. A Amazônia não é um vazio. Muito pelo contrário. Em cada palmo dessa terra há alguém utilizando a floresta. (Disponível em: <https://fase.org.br/pt/informe-se/noticias/car-e-usado-na-legalizacao-da-grilagem/>. Acesso em: 10 jan. 2022)

Assim, a política promovida pelo CAR se estabelece na contradição entre a desconfiança com os processos declaratórios das terras para a garantia da continuidade *ad infinitum* da grilagem de terras no Brasil e a necessidade de legitimar o grilo. Nesse sentido, Torres nos ajuda a compreender como, com



[...] pouco ineditismo, o moderno renova o arcaico. Da artesanal caixa de grilos que oxidavam o papel conferindo-lhe aspecto envelhecido à sofisticação de modernas tecnologias de geoprocessamento, a facilitação estatal à apropriação ilícita das terras pela elite agrária brasileira é uma constante (Ianni, 1979; Torres, 2012; Holston, 2013). (TORRES, 2018, p. 02).

É então por meio dos programas estatais que os capitalistas encontram as vias mais acessíveis para a pilhagem de terras, tal como se observa em exemplos como o do Programa Terra Legal (gestado no governo Lula da Silva), do Cadastro Ambiental Rural (governo Dilma Rousseff) e, mais recentemente, do Titula Brasil (governo Jair Bolsonaro). Assim, o capitalismo agrário, rentista e patrimonialista alicerçado no moderno atraso brasileiro faz com que:



[...] os principais desmatadores, nos últimos três anos, em regiões de alto índice de degradação, não são produtores de nada, além de especulação imobiliária. Não têm um só boi registrado em seus nomes, como também não colhem sequer um grão de nada. O mecanismo anula a si próprio. Se a principal causa do desmatamento é a grilagem (Torres, Doblas, Alarcon, 2017), o CAR potencializa a grilagem. Moreira comenta "haver uma correlação direta entre CAR e propriedade ou posse", uma vez que o art. 5º, do Decreto 7.830/2012, que regulamenta o cadastro, "menciona que o CAR deve contemplar 'dados do proprietário, possuidor rural ou responsável direto pelo imóvel rural'. De repente, surge um terceiro não previsto na Lei, e desta forma, o Decreto estendeu, indevidamente, os sujeitos ativos

do CAR" (Moreira, 2016)". [...] Novamente, percebemos atos legislativos que permitem ao grileiro revestir-se de posseiro e migrar do ilegal ao irregular. (TORRES, 2018, p. 16)

Mais uma vez, como já constatado por estudiosos da questão agrária como Ligia Osório Silva, José de Souza Martins e Ariovaldo Umbelino de Oliveira, reitera-se a

[...] estratégia ideológica [que] institui a igualização jurídica entre grileiros e posseiros, se valendo dos casos de posse de camponeses posseiros, comunidades tradicionais e quilombolas para legalizar latifundiários, e mediada pela ideologia, bastante disseminada à época pela intelectualidade agrária petista, dos perigos da estrangeirização de terras no Brasil. (OLIVEIRA, 2020a, p. 159)

Diante de tal cenário, em inúmeras pesquisas é possível identificar questionamentos elementares e fundamentais desse processo. Assim, a partir da análise de documentação e confronto dos dados com os fornecidos pelo Cadastro Ambiental Rural (CAR), imagens do *Google Earth* em sequências históricas, tabelas de cadastro de Imóveis Rurais do Incra e bibliografia sobre as áreas surgem novas perguntas: Por que o Poder Judiciário não exige títulos de propriedade para efetivar reintegrações de posse? Por que os proprietários não provam que são proprietários de fato? Onde estão os títulos de propriedade desses supostos proprietários? É possível acessá-los de fato ou só na "letra da lei"? Por que contratos de compra e venda lavrados em cartório têm maior validade que o cumprimento da função social da terra, prevista pela constituição de 1988?

Esse processo explicita a relação entre espaço, economia, política, sociedade e cartografia. Portanto, para que possamos discutir a produção da cartografia é mister discutir a política do espaço e o espaço da política. Assim, situar o debate teórico na teoria crítica das representações indica um caminho profícuo para "desnaturalizar" o mapa e problematizar os diferentes processos de mapeamento. E, ainda que os mapas possam conservar características que mantenham sua estrutura como "imagem" espacial, reitera-se o desafio de compreender o mapa,

historicamente, no modo de produção capitalista, ao contrário de uma busca de uma “natureza do mapa” em sua essência.

Isto posto, é possível pensar que quaisquer processos de mapeamentos - o que inclui os processos participativos, comunitários, coletivos ou qualquer outra denominação que a eles seja dada - exigem uma compreensão geopolítica atenta para os processos de reestruturação produtiva e do avanço das fronteiras do capital por meio das estratégias de ordenamento territorial. Ao mesmo tempo, os processos de mapeamento permitem capturar, a partir das contradições afloradas nos conflitos revelados e, sobretudo, vividos, por meio da mobilização política possível nesses processos, a luta de classes pelo controle da terra e do território, bem como para a apropriação do espaço da vida como valor de uso e não meramente valor de troca, lutando contra a consolidação do espaço mercadoria.

Mapear é territorializar, mas territorializar é reiterar a representação do Estado-Nação com a escala do povo a esconder a escala do mundial ao mapear a escala da vida?

Pensando junto com Prieto (2020), podemos constatar que o processo de formação territorial do Brasil se realiza pela grilagem, e o Estado nacional brasileiro se constitui como um Estado latifundiário e violento, que torna a instituição da propriedade privada da terra a partir do grilo uma política de espaço. Nesse aspecto, a terra ganha centralidade a partir da aliança entre capital e proprietários de terra – o poder do atraso no Brasil institui uma política do espaço voltado à dominação da terra, ao monopólio e à propriedade absoluta.

A cartografia produzida nesse contexto é, portanto, constituída como uma linguagem que institui a “liberdade” dos proprietários de medir, quantificar, dimensionar e legitimar seu domínio territorial absoluto. Portanto, **a insuficiência de uma cartografia de Estado não é mera insuficiência, mas é fruto da necessidade de uma não cartografia. Ou seja, trata-se de mapear para não mapear**

Assim, os diferentes projetos de planejamento do espaço e as funcionalizações do espaço por meio de Planos Diretores, Zoneamentos Econômicos (Sociais e Ecológicos) trabalham no sentido de garantir o aumento da produtividade, o rentismo e a reserva de terras com vistas à valorização e à manutenção dos sucessivos processos de expropriação de indígenas, quilombolas e

camponeses. Desse modo, os reordenamentos e os ordenamentos são apenas aparentemente propostos e determinados pelo Estado.

Nesse sentido, a emergência de uma cartografia dos conflitos é a emergência do questionamento radical da propriedade privada capitalista da terra. Contudo, contraditoriamente, os processos de mapeamentos das lutas visibilizam as novas fronteiras de abertura do Capital. Urge uma apropriação cada vez mais ampla sobre as estratégias profundas das políticas do espaço. Por essa razão, é necessária uma cartografia investigativa para além da localização dos fenômenos, capaz de revelar as minúcias e as estratégias que procuram materializar-se a partir de e por meio da representação.

Nesse ponto, é importante incorporar uma discussão surgida durante a mesa redonda proposta no XIV ENANPEGE a partir do seguinte questionamento: ***Não seria a cartografia social o caminho de integrar a realidade vivida, os temas espaciais e territoriais com a técnica? Isto é, desde que levando todos os instrumentos geomáticos e da cartografia para construí-la coletivamente com os sujeitos do território?***

Para responder a esse questionamento é preciso fazer uma articulação entre o conteúdo social da formação territorial e do povo brasileiro e os processos de expropriação camponesa, bem como no que se refere à constituição das terras de quilombos e das terras indígenas. Assim, em diálogo com o debate sobre a questão dos negros no Brasil apresentado pelo professor Rafael Sanzio, nessa mesma mesa redonda do evento, é importante pensar a questão dos quilombos. Quando falamos em Quilombo, não estamos falando do ponto de vista da produção social do espaço de um remanescente como um rastro do passado, uma vez que os quilombos são vivos e produzidos historicamente no processo de formação territorial, a partir da estruturação do trabalho escravo, que, por sinal, ainda não findou no Brasil.

Desse modo, para poder desvendar a forma pela qual o capitalismo se materializa no Brasil é preciso situar a questão racial como condições estruturantes e estruturais para a reprodução ampliada do capital em escala internacional. De fato, esse modo de estruturação socioespacial é fundamental para a manutenção da miséria, da violência e da fome no país, que se perpetuam por meio da relação estabelecida entre o Estado brasileiro e esses povos sequestrados da África e escravizados no Brasil. Na transição entre os períodos do Império e da República,

sobretudo na passagem do trabalho escravo para o trabalho livre, estabelece-se uma relação jurídica por meio de um longo processo de criação de leis, atos e decretos que resulta na instituição perversa de uma dupla determinação desse sujeito social: coisa e sujeito criminalizado.

Dessa forma, para que possamos compreender a geografia dos quilombos (e também das terras indígenas) que se faz hoje, é fundamental situar que o escravo – mercadoria e, portanto, coisa, sujeito sem direitos, marginalizado e reduzido à condição de criminoso - assim é estabelecido a partir da perpetuação da produção social do espaço brasileiro por meio das relações de trabalho reiteradamente escravo no Brasil. De fato, a Lei de terras de 1850 institui uma estratégia que inviabiliza o acesso à terra e impossibilita a materialização desse povo na vida social brasileira com condições dignas de produção de suas próprias condições de existência.

Essa passagem é importante para que possamos compreender que os processos de demarcação das terras de quilombos e das terras indígenas se realizam a partir de um embate jurídico-político contraditório que se faz na relação com o Estado (para que este reconheça as terras e os territórios) e, ao mesmo tempo, contra o Estado (para questionar a constituição inviolável da propriedade privada da terra). Tal processo de demarcação é, portanto, contra a forma pela qual o Estado brasileiro se estrutura e estrutura o processo de tornar a terra mercadoria e que, a partir da renda da terra, subordina esses povos e toda a classe trabalhadora à vontade do capital.

Isso é importante porque os processos de demarcação de terras exigem o reconhecimento das estratégias de Estado, no plano jurídico, e, portanto, exigem trabalhar a representação da propriedade privada a partir do título, no sentido de desvendar a legitimação do grilo, do saque e da determinação da propriedade absoluta da terra. Esse reconhecimento deve servir para articular uma cartografia estratégica à cartografia que não só diz de um modo arqueológico se a terra foi utilizada, mas que alcance os processos de expropriação da terra e sustente as retomadas dos territórios indígenas e a identificação da formação dos quilombos, de modo a garantir o uso tradicional das terras e a superação das condições de produção e reprodução da vida desses povos. Precisamos discutir profundamente o que são os quilombos, não apenas ilhamentos dos negros fugidios no período da escravidão, mas territórios produzidos pelos processos de avanço das fronteiras do capital, bem como da expropriação contínua.

É nessa medida que uma cartografia social não pode ficar só no reconhecimento dos usos, porque os usos das terras por essas comunidades são extremamente contraditórios, visto que vivemos uma agricultura sob o modo de capitalista de produção. Então, para além de qualificar uma cartografia como social, porquanto fundamentada de modo coerente nos trabalhos antropológicos, nós, geógrafas e geógrafos, precisamos tomar a cartografia por inteiro, para que ela seja capaz de revelar a relação entre Estado e Capital e fortalecer a luta contra a propriedade privada capitalista da terra e contra o Capital.

Desse modo, uma cartografia crítica exige uma crítica radical da cartografia, que permita o avanço de seu uso e questionar seu sentido social e de problematizar as práticas espaciais (a espacialização e a produção social do espaço). Nesse sentido, é fundamental reconhecer que cada detalhe do mapa é fruto das relações sociais de produção do Capital, da própria vida, das relações econômicas, políticas e culturais que se realizam historicamente. Portanto, mais do que a localização de coisas no espaço, é mister uma cartografia em movimento, que compreenda os processos por meio dos quais as coisas foram parar ali, a razão por que permanecem ali, como estão ali situadas, “a serviço/benefício” de quem estão e o que produzem na vida social.

Segundo Henri Lefebvre, o

[...] espaço de uma ordem se esconde na ordem do espaço. Procedimentos operacionais, ação de um poder localizado em si mesmo, resultam aparentemente de uma simples lógica do espaço. Existem beneficiários do espaço, e excluídos “privados de espaço”; esta situação se atribui às “propriedades” de um espaço, a suas “normas”, enquanto se trata de algo bem diferente.

[...]

Como isso é possível? Como pode a abstração esconder tantas capacidades, tanta eficácia, tanta realidade? A esta urgente questão, eis a resposta em fase de formulação e de demonstração: há uma violência inerente à abstração, a seu uso prático (social). A abstração passa por uma “ausência” oposta à “presença” concreta dos

objetos, das coisas. Nada de mais falso. A abstração atua através da demolição, da destruição (que ocasionalmente ensaia a criação). Os sinais têm algo de mortal, não devido às "latências" e às forças ditas inconscientes, mas ao contrário devido à introdução forçada da abstração na natureza. A violência não vem de uma força que interviria ao lado da racionalidade, por fora dela ou além. Ela se manifesta a partir do momento em que a ação introduz o racional no real, do exterior, através do instrumento, que sempre bate, parte, corta, repete a agressão até que seu propósito seja atingido. Pois o espaço é instrumental: o mais geral dos instrumentos. O espaço agrário, que o viajante contempla descobrindo o natural, resulta de uma primeira violação da natureza. A violência se desdobra ao longo do que se denomina "história", precedentemente resumida com ênfase no lado frequentemente omitido (LEFEBVRE, 2006b, pp. 84-5).

Dessa forma, cada um dos "elementos do mapa" (a escala, as toponímias, os sistemas de referências do espaço e o modo pelo qual se situam "planimetricamente" no mundo) são mais do que visões de mundo, construções culturais, pois realizam práticas espaciais, contraditoriamente, por meio da representação e materializam uma lógica de apropriação espacial. Podem, portanto, revelar e/ou esconder os conflitos que envolvem as diferentes lógicas de apropriação do espaço.


Assim, uma cartografia que alcance a Geografia do capital é capaz de trabalhar fortemente na luta contra o capital, assim como é capaz de formar geógrafas e geógrafos que compreendam a concretude do trabalho da pesquisa, do ensino, da extensão e da atuação profissional no sentido de não apenas fazer escolhas políticas. A esses profissionais é importante a clareza de que a política produz espaço, e o espaço produz a política, mas quem produz o espaço é, na verdade, o trabalho, e esse trabalho é estabelecido num processo de reiterada alienação por meio da qual a vida do trabalhador é forjada na contínua necessidade do capital de destituí-lo de toda e qualquer propriedade, sobretudo da propriedade da terra, da moradia e do próprio trabalho, e destituí-lo, em última análise, do tempo e do espaço.

Para continuar pensando...


Se a grilagem é estruturante para o avanço do capitalismo no Brasil, ela se realizou em diferentes porções do território vinculada às políticas de ocupação do Estado, às frentes migratórias internas e externas e à mobilidade do trabalho, promovendo e sendo promovida pelo avanço das fronteiras. Então, diante disso, os projetos cartográficos revelariam não apenas as tendências de avanço, mas também os mecanismos de materialização da grilagem e do apossamento das terras, bem como da legitimação de uma ação política inquestionável, porque política de Estado. Assim, para o Estado é importante que as informações sejam levantadas em grande escala e que os mapas delas resultantes sejam apresentados seletivamente na escala da vida, enquanto, efetivamente, mapeiem na escala da política. A escala do lugar, que é a escala da materialização da propriedade privada capitalista da terra, é aquela do conflito entre o apossamento e o uso, entre a propriedade privada e a apropriação, e, portanto, a prática governamental é sempre a do mapear para não mapear.

Contraditoriamente, a escala da vida serve para justificar a escala da política do capital, em uma lógica em que o Estado vira proprietário, o pequeno possessor vira invasor... e o grileiro se beneficia com o saque das terras, materializando a apropriação de terras de modo incomensurável! Desse modo, é preciso que o Estado vire proprietário para que o camponês, o indígena, o quilombola e a classe trabalhadora permaneçam despossuídos!

Os projetos de ocupação são deliberadamente processos de apossamento e, contraditoriamente, carregam a abertura das fronteiras para o capital pela classe camponesa, ambos em busca de terra, embora o primeiro a busque em função do trabalho, e o segundo busque a renda da terra, da produtividade e do título de propriedade.



Diante disso, constata-se que mesmo após os processos de legalização da grilagem realizados pela Lei de Terras em 1850 no Brasil Imperial e pelo Decreto-Lei n.19.924 de Getúlio Vargas em 1931 no alvorecer dos processos de industrialização e urbanização brasileira, a formação territorial se realiza em um processo contínuo de produção da propriedade capitalista da terra con-



substanciado na possibilidade de apropriação privada de terras públicas. Ademais, se estabelecem juridicamente e legislativamente a reposição ad infinitum de leis para ampliação dos marcos temporais que legalizam a grilagem, que conformam a permanência do processo de produção do capital e a reprodução permanente do processo de acumulação originária, materializado no contínuo assalto ao patrimônio público concretizado na escorchante concentração fundiária no Brasil. (PRIETO, 2020, p. 159.)

Ainda que as precárias condições da vida no Brasil promovam historicamente as revoltas e a resistência a esse processo, o desenvolvimento de um capitalismo “poderosamente atrasado” no Brasil, isto é, a aliança com o atraso conforme evidencia José de Souza Martins, permitiu e ainda permite uma superexploração do território, da terra e do trabalho, inviabilizando a constituição política das bases sociais para o enfrentamento desse processo. Nesse contexto, a cartografia legítima a propriedade privada, mas é também capaz de revelar os conflitos existentes entre as diferentes formas de apropriação da terra.

A retomada histórica e processual dos conteúdos sociais da cartografia de base no Brasil permite compreender o que funda a desigualdade não apenas do acesso à informação cartográfica, mas também da sistematização das práticas sociais que realizam a valorização do espaço. De fato, o processo de intensificação da privatização da produção cartográfica dificulta o surgimento de possibilidades concretas de pesquisa e de ação social sobre o território e procura legitimar a propriedade privada capitalista da terra como única representação [e prática espacial] possível.

Assim, para que tal compreensão e sistematização ocorram é fundamental retomar os processos históricos dos conteúdos sociais da cartografia de base, bem como tocar no debate sobre a atuação do geógrafo nos diferentes processos de mapeamentos que se desenvolvem no atual estágio do modo de produção capitalista. É com esse objetivo que as reflexões aqui apresentadas foram construídas, e, mais uma vez, agradeço aos colegas pela importante interlocução durante o XIV ENANPEGE.

*Há um tempo em que é preciso
abandonar as roupas usadas
Que já têm a forma do nosso corpo
E esquecer os nossos caminhos que
nos levam sempre aos mesmos lugares
É o tempo da travessia
E se não ousarmos fazê-la
Teremos ficado para sempre
À margem de nós mesmos.*

Fernando Pessoa

Referências Bibliográficas

BATISTA, S. C. "A noção de escala: uma abstração concreta?" In: XIII ENANPEGE - Encontro Nacional da ANPEGE, 2019, São Paulo. **Anais do XIII Encontro Nacional da ANPEGE**. São Paulo, 2019. v. 01. Disponível em: http://www.enanpege.ggf.br/2019/resources/anais/8/1562978660_ARQUIVO_Sinthia_Escala_TrabalhofinalANPEGE2019.pdf. Acesso em: 03 fev. 2022.

BATISTA, S. C. "Cartografia geográfica em questão: do chão, do alto, das representações". Porto Alegre, 416 p. (Tese Doutorado) – Departamento de Geografia; Instituto de Geociências; Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/100294>. Acesso em: 03 fev. 2022.

BATISTA, S. C.; SUERTEGARAY, D. M. "Mapeamento comunitário: da escala do império à escala da ação?". In: **XVII Encontro Nacional dos Geógrafos** (Belo Horizonte, 2012). São Paulo: Associação Nacional dos Geógrafos Brasileiros, 2012. v. 1. p. 1-10).

CASTRO, I. E. "O problema da escala". In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

LACOSTE, Y. **A geografia – isso serve, em primeiro lugar para fazer a guerra**. Trad. Maria Cecília França. 5ª. ed. Campinas: Papiрус, 2001.

LEFEBVRE, H. **Espaço e política**. Trad. M. M. de Andrade e S. Martins. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LEFEBVRE, H. **A linguagem e a sociedade**. Lisboa: Ulisseia, 1966.

- LEFEBVRE, H. **Lógica formal/ lógica dialética**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- LEFEBVRE, H. **La presencia y la ausencia**: contribución a la teoría de las representaciones. México: FCE, 2006a.
- LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Grupo "As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea", do núcleo de geografia Urbana da UFMG. Belo Horizonte: UFMG, 2006b.
- MARÉS, C. F. **A função social da terra**. Porto Alegre: Safe, 2003.
- MARTINS, J. de S. (org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MORAES, C. R. **Território e História no Brasil**. 2ed. São Paulo: Annablume, 2005.
- OLIVEIRA, A. U. (a) Camponeses, Quilombolas, Indígenas E Grileiros Em Conflitos No Campo Brasileiro. In: **A grilagem de terras na formação territorial brasileira**. São Paulo: FFLCH/USP, p. 9-54, 2020a. Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/581/517/1969-1>. Acesso em: 10 set. 2021.
- OLIVEIRA, A. U. (org.) **A grilagem de terras na formação territorial brasileira**. São Paulo: FFLCH/USP, 2020. Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/581/517/1969-1>. Acesso em: 10 set. 2021.
- OLIVEIRA, A. U.; FARIA, C. S. 2009. O **processo de constituição da propriedade privada da terra no Brasil**. In: Anais do 12º Encuentro de Geógrafos de América Latina, 2009, Montevideo. Caminando en una América Latina en Transformación. Montevideo: Universidad de La República, p. 01-15. Disponível em <<http://www.egal2009.com/>>. Acesso em: 20 jan. 2010.
- PRIETO, G. "Nacional por usurpação: a grilagem de terras como fundamento da formação territorial brasileira". In: OLIVEIRA, A. U. (org.). **A grilagem de terras na formação territorial brasileira**. São Paulo: FFLCH/USP, 2020. Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/581/517/1969-1>. Acesso em: 10 set. 2021.
- SILVEIRA, M. L. "Escala geográfica: da ação ao império". **Terra livre**, Goiânia, v. 2, n. 23, p. 87-96, 2004. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/195/179>. Acesso em: 03 fev. 2022.
- SMITH, N. "Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e a produção de escala geográfica". In: ARANTES, A. A. (org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papius, 2000, pp. 132-159.
- SMITH, N. **Desenvolvimento desigual. Natureza, Capital e a Produção do Espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- TORRES, M. "Grilagem para principiantes: guia de procedimentos básicos para o roubo de terras públicas". In: MARQUES, M. I. M. et alii. **Perspectivas de Natureza: geografia, formas de natureza e política**. São Paulo: Annablume, 2018, pp. 285-314.

ESPAÇO, CULTURA E DIFERENÇA: AS DIMENSÕES ÉTNICAS, SOCIAIS E AMBIENTAIS DOS SUJEITOS E DOS CONFLITOS SOCIOESPACIAIS

Catia Antonia da Silva

Universidade do Estado Rio de Janeiro (UERJ)

catia.antonio@gmail.com

Cristiano Quaresma de Paula

Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

cqpgeo@gmail.com

Guiomar Inez Germani

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

guiomar@ufba.com

Catherine Prost

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

cprost@ufba.br

Introdução

Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia - ANPEGE foi criada no dia 04 de setembro de 1993, tendo os representantes dos programas existentes à época, assinado a ata de criação e aprovado o primeiro estatuto da mesma, após sessões de debates. A 1ª. Diretoria eleita (1994-1995) ficou constituída por três professores da USP: Prof. Dr. Milton de Almeida Santos (Presidente), Profa. Dra. Maria Adélia Aparecida de Souza (Secretária) e Profa. Dra. Amália Inês G. de Lemos (Tesoureira).

Entre 1995 e 2021, foram organizados vários encontros: o ENANPEGE, que tem contribuído para a articulação política e acadêmica entre os programas de pós-graduação. A articulação política é fundamental para a troca de experiências, contribuindo para o fortalecimento dos novos programas e a comunicação sobre as estratégias frente à política nacional de ciência, tecnologia e cursos de pós-graduação pela CAPES. A articulação acadêmica é de grande relevância por propiciar o debate entre pós-graduandos e orientadores e de discutir temas, conceitos, metodologias e a ética no trabalho científico.

Conforme demonstra o quadro 1, a escolha dos temas da ENANPEGE relaciona-se com as questões de cada época, os desafios de enfrentar os problemas nacionais e chamar a atenção para o papel da Geografia no debate das grandes questões nacionais.

Quadro 1: Cronologia de realização do ENANPEGE (1995-2021) ENANPEGE			
	Ano	Temáticas dos eventos	Cidade / Estado
I	1995	Território Brasileiro e Globalização	Aracaju - SE
II	1997	Desafios e Alternativas para a Gestão do Território	Rio de Janeiro - RJ
III	1999	----	São Paulo - SP
IV	2002	A Geografia no Século XXI	São Paulo - SP
V	2003	Gestão do território no Brasil: Desafios a formação e a pesquisa em geografia no ensino superior	Florianópolis - SC
VI	2005	-	Fortaleza - CE
VII	2007	Espacialidade Contemporânea: o Brasil, a América Latina e o Mundo	Niterói - RJ
VIII	2009	Espaço e Tempo: complexidades e desafios do pensar e do fazer geográfico	Curitiba - PR
IX	2011	A pesquisa e a produção geográficas: o pulsar no tempo e no espaço	Goiânia - GO
X	2013	Geografias, políticas públicas e dinâmicas territoriais	Campinas - SP
XI*	2015	A diversidade da geografia brasileira: escalas e dimensões da análise e da ação.	Presidente Prudente - SP
XII	2017	Geografia, Ciência e Política: do pensamento à ação da ação ao pensamento	Porto Alegre - RS
XIII	2019	A geografia brasileira na ciência-mundo: produção, circulação e apropriação do conhecimento	São Paulo - SP
XVI	2021	A Geografia que fala ao Brasil: ciência geográfica na pandemia ultraliberal	Evento remoto - (organização - sede UFPPB)

Fonte: Perspectivas da Pós-Graduação em Geografia no Brasil: considerações a partir das edições do ENANPEGE (1995/2013) Vanessa Teixeira

Rev. Tamoios, São Gonçalo (RJ), ano 15, n. 1, pág. 143-161, jan-jun 2019

Sites de chamadas da ENANPEGE, 2017, 2019, 2021.

Entre 1995 e 2007, os Encontros nacionais bianuais eram compostos por mesas redonda, reuniões sobre a avaliação sobre os contextos dos programas de pós graduação e órgãos federais e havia a inscrição de trabalhos por tema.

O VI ENANPEGE realizou-se em Fortaleza – CE, em 2005, e apresentou como principal objetivo “cotejar a situação da pós-graduação na perspectiva de se propor ações capazes de estabelecer maior intercambio e cooperação entre programas” (SILVA, 2006, p.282). O encontro contou com 1 conferência; 8 mesas redondas; 4 mesas/debates; 54 comunicações coordenadas; e 408 produções científicas, assim, reunindo em participação cerca de 567 pessoas (ANPEGE, 2015)8.

Nesta edição do ENANPEGE foram organizados 8 eixos temáticos: Local, Regional e Global: redes e dinâmicas territoriais; Cultura, Turismo e Identidade; Os Sistemas naturais; a problemática ambiental; O ensino de Geografia: desafios e práticas; Tratamento e representação da informação geográfica; Urbanização, crise urbana e a cidade no século XXI; Reestruturação produtiva do campo. Como se percebe, há uma ampliação em espaços destinados as sessões temáticas, quando comparado ao encontro antecedente, contemplando novas discussões e campos da Geografia

No evento da VIII ENANPEGE de 2007, 19 eixos temáticos foram selecionados pela comissão organizadora:

No VIII Encontro foram introduzidos os grupos de trabalhos11, com uma programação de 19 eixos temáticos: Ensino de Geografia; Epistemologia da Geografia; Espaço e Cultura; Espaço e Movimentos Sociais; Geografia Agrária; Geografia Costeira e Marinha; Geografia Histórica; Geografia Política; Geografia da Saúde; Geografia do Trabalho; Geografia do Turismo; Geografia e Mudanças Climáticas; Geografia e sistema Fluviais; Geoprocessamento e Análise Geográfica; História do pensamento Geográfica; Mudanças no sistema de paisagens; Ordenamento Urbano e Gestão territorial; Regionalização e Globalização; Urbanização da sociedade.

Foi na VIII ENAPENGE de 2009, O tema do encontro foi “Espaço e tempo: Complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico”. ocorrido e Curitiba, Paraná, na UFPR, que se foi modificado o formato, com a criação dos grupos de trabalho e a inscrição de eixos temáticos com coordenadores propositores dos grupo de trabalho e administrando as atividades de avaliação e de execução. Assim, passou-se a realizar chamada pública para propor eixos temáticos para nomear os grupos de trabalho. Além disso, os coordenadores, professores de cursos de mestrado e/ou

doutorado em Geografia, seriam divididos em três coordenadores titulares e dois suplentes; A representação é de, no mínimo, duas regiões geográficas brasileiras ter, no mínimo, representantes de três diferentes Programas de Pós-Graduação em Geografia. Essa nova proposição trouxe nova dinâmica da organização dos trabalhos e como resultante o fato da dialógica entre objetivos dos gerais do evento e do GT, com os trabalhos expostos. Nesse encontro foram expostos 613 produções científicas, organizadas 14 mesas redondas com importantes pesquisadores, além de 22 eixos temáticos para trabalhos: Ensino da Geografia; Epistemologia e História do Pensamento Geográfico; Espaço e Cultura; Espaço e Movimentos Sociais; Geografia Agrária; Geografia e Mudanças Globais; Geografia da Saúde; Geografia do Trabalho; Geografia do Turismo; Geografia Histórica; Geografia Política; Dinâmica de Ambientes Fluviais; Geoprocessamento e Análise Geográfica; Processos, Padrões e Mudanças no Sistema de Paisagens; Ordenamento Urbano e Gestão Territorial; Regionalização e Globalização; Urbanização da Sociedade; Espacialidades da Economia; Problemática Socioambiental Urbana; Geografia do Espaço Litorâneo e Marinho; Estado, Território e Fronteira; Geografia das Redes e Mobilidade Populacional (ANPEGE – HISTÓRICO – PERÍODO 2017-2019. XIII ENANPEGE. DISPONÍVEL: http://www.enanpege.ggf.br/2019/conteudo/view?ID_CONTEUDO=418#:~:text=Mais%20precisamente%20a%20ANPEGE%20foi,mesma%2C%20ap%C3%B3s%20sess%C3%B5es%20de%20debates).

O IX ENANPEGE realizou-se em Goiânia-GO, em 2011, sob a temática "A pesquisa e a produção geográficas: o pulsar no tempo e no espaço", o encontro apresentou um total de 856 produções científicas divididas em 30 eixos temáticos de trabalhos - A Geografia histórica do espaço; A produção do espaço urbano: perspectiva crítica; A urbanização nos cerrados - processo, formas e vulnerabilidades do urbano atual; Cidade e região; Cidade, imagem e patrimônio; Ensino de Geografia; Espaço, cultura e diferença: as dimensões étnico- racial, ambiental e de gênero e suas ressignificações espaciais; Espaço e cultura: sustentabilidade cultural, paisagens culturais e espaços festivos; espaço e representação; Estado, território e fronteira; Filosofia e epistemologia da Geografia; Geografia agrária; Geografia do crime e da violência; Geografia da saúde; Geografia do espaço costeiro e oceânico; Geografia do trabalho e as contradições do mundo contemporâneo; geografia econômica e social; Geografia e dinâmica territorial do desenvolvimento na Amazônia no século XXI; Geografia, gênero e sexualida-

de; Geografia e literatura: interlocuções possíveis; Globalização e regionalização; Geomorfologia; Geoprocessamento e análise geográfica; Políticas de renovação das materialidades do território brasileiro: desdobramento e perspectivas; Problemáticas socioambiental urbana; Região, regionalização e políticas territoriais: escala, experiência, atores; Repercussões espaciais das mudanças climáticas Globais; Solos e Geomorfologia em meio tropical; território, turismo e inclusão social; turismo e produção do espaço (ENANPEGE, 2011).

O X ENANPEGE realizou-se em Campinas – SP, em 2013, trazendo como abordagem geral “Geografias, políticas públicas e dinâmicas territoriais”, O encontro reuniu um total de 903 produções científicas, expostas em 31 eixos temáticos, sendo que foram mantidos alguns eixos do encontro anterior e incluídas novas propostas, tais como: Geografia e políticas públicas¹⁵; Movimentos sociais e reforma agrária; Dinâmica da paisagem, recursos naturais e planejamento ambiental; Geografia agrária e sustentabilidade; Espaço e circulação: transportes, telecomunicações e logística; Territorialidades de festas populares: espaço-tempo cognitivo, conectivo e conflito.

EM 2017 foram 47 e em 2019 foram 55 e, em 2021, foram 73 eixos temáticos que deram o título para os grupos de trabalho. É crescente o número de novos eixos, ampliando os grupos de trabalho e a participação de novos coordenadores, docentes e membro dos programas de pós-graduação em Geografia. Vale lembrar que se em 1995 havia cerca de 10 programas de pós graduação em Geografia, em 2021, chega-se a 77 programas de pós graduação com 114 cursos, o que de certa forma explica a participação crescente dos estudantes nos eventos da ENANPEGE (Tabela 1).

Tabela 1. Programas de pós-Graduação e curso – Geografia reconhecidos pela CAPES – 2020

Área de Avaliação	Total de Programas de pós-graduação							Totais de Cursos de pós-graduação				
	Total	ME	DO	MP	DP	ME/DO	MP/DP	Total	ME	DO	MP	DP
GEOGRAFIA	77	35	0	5	0	37	0	114	72	37	5	0
Totais	77	35	0	5	0	37	0	114	72	37	5	0

Fonte: CAPES. Cursos avaliados e reconhecidos. <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoAreaConhecimento.jsf?areaAvaliacao=36>

O presente artigo tem como finalidade: 1. realizar breve análise sobre a história do eixo temático “ espaço, cultura e diferença: as dimensões étnicas, sociais e ambientais dos sujeitos e conflitos socioambientais”, 2. Avaliar o papel do eixo e dos grupos de trabalho na atualização do campo reflexivo e metodológico da relação entre ciência geográfica e pensamento social brasileiro, e 3. Analisar mutações e permanências na relação com os componentes que estiveram presentes e 4. refletir sobre a experiência, sem precedentes, do evento on line em contexto de crise política e pandêmica nacional.

A metodologia utilizada foi levantamento de dados nos anais, sites dos eventos da ENAPENGE e da ANPEGE. Levantamento de artigos, teses e dissertações sobre o papel da entidade junto aos programas de pós graduação e por fim, análise dos dados no grupo de trabalho Espaço, cultura e diferença.


História do eixo temático “ Espaço, cultura e diferença: as dimensões étnicas, sociais e ambientais dos sujeitos e conflitos socioambientais”

Conforme foi possível apresentar brevemente , o eixo temático “ espaço, cultura e diferença: as dimensões étnicas, sociais e ambientais dos sujeitos e conflitos socioambientais” foi proposto pela primeira vez para a XVI ANANPEGE de 2011. Com o seguinte título: ESPAÇO, CULTURA E DIFERENÇA: AS DIMENSÕES ÉTNICO-RACIAL, AMBIENTAL E DE GÊNERO E SUAS RESSIGNIFICAÇÕES, os coordenadores foram os professores Alex Ratts (UFG), Cicilian Luiza Löwen Sahr (UEPG/UFPR) e Maria de Fátima Ferreira Rodrigues (UFPB). A finalidade era agregar trabalhos , que tivessem como objeto a análise dos sujeitos sociais, na perspectiva teórica e metodológica e epistemológica que valoriza a diversidade cultural, as populações tradicionais e a questão de gênero e da identidade na formação social e espacial brasileira, valorizando os conflitos sociais e a importância desses sujeitos na compreensão do território nacional brasileiro. Sujeitos marcados pela diferença étnica, racial, de gênero e de classe produzem espacialidades distintas que acontecem, em geral, em contexto de desigualdade social. A exemplo citamos a constituição de lugares e de territórios por grupos compostos por indígenas, quilombolas, negros, ciganos, mulheres, camponeses, migrantes dentre outros segmentos socialmente discriminados e vulneráveis, refletindo identidades e espacialidades diferenciadas e desiguais. Contudo, a diferenciação de espaços toma, por vezes,

a forma de segregação, produzida a partir da negação de direitos e de injustiças que, via de regra, culminam em racismo ambiental. Em contraposição ocorre a reafirmação de saberes locais e de regionalismos que enunciados em pesquisas desvendam resistências a um processo de homogeneização da cultura, reveladas em trajetórias espaciais de indivíduos e coletividades marcadas por significações, advindas de pertencimentos também ligados à diferença. Nesse processo, não raro, políticas públicas focalizadas se combinam a outras ditas universais e provocam impacto no território. A proposta do GT é a de agregar estudos geográficos, apoiados em levantamentos bibliográficos e documentais e/ou em trabalhos de campo, que fazem a intersecção entre essas variáveis - étnicas, raciais, de gênero e de classe - assim como estudos que abordem as expressões culturais desses grupos que têm como produtos finais teses ou dissertações concluídas e/ou em andamento. Vislumbra-se também apresentação de resultados de pesquisa vinculados a projetos institucionais, com financiamentos, tendo como produtos associados a mapeamentos, produção de vídeos e laudos antropológicos.

Assim, a valorização das lutas sociais, os conflitos territoriais a relação entre espacialidade e diversidade cultural, a compreensão dos saberes locais e regionais produzem uma riqueza de detalhes na reflexão geográfica, que avança sobre os recortes de leitura dos agentes produtores do espaço, no que refere aos movimentos sociais rurais e movimentos sociais urbanos.

Na XIX ENANPEGE de 2013 já ocorre uma mudança da proposta e coordenação do GT ESPAÇO, CULTURA E DIFERENÇA: AS DIMENSÕES ÉTNICO-RACIAL, AMBIENTAL E DE GÊNERO E SUAS RESSIGNIFICAÇÕES. O professor Alex Ratts vai propor o eixo: 31 - GEOGRAFIA E DIVERSIDADE: GÊNEROS, SEXUALIDADES, ETNICIDADES E RACIALIDADES, que tem o seguinte objetivos:



"A partir dos anos setenta as chamadas geografias feministas foram fundamentais nas transformações teórico-metodológicas da ciência geográfica. Os estudos das questões étnicas e raciais também se agregaram a este processo. O crescimento da perspectiva de gêneros, sexualidades, etnicidades e racialidades no campo científico geográfico foi resultado da necessidade da ciência acompanhar as transformações sociais e econômicas, cujos

papéis de gênero e de sexualidades dissidentes e das discriminações e segregações étnicas e raciais passaram a ter papel fundamental na sociedade contemporânea. A geografia, enquanto uma ciência social incorporou esta perspectiva na medida em que compreendeu que os variados grupos sociais desenvolvem espacialidades diferenciadas e que a atenção em torno das relações raciais, étnicas, de gênero e sexualidades ampliam a capacidade compreensiva do espaço. Esse horizonte mundial é igualmente significativo para os movimentos sociais latino-americanos e brasileiros que incluíram estas perspectivas nos debates em torno de temas como o acesso à terra rural, à cidade, ao mercado de trabalho, à divisão de riquezas, à justiça ambiental, as instâncias políticas, a mobilidade espacial, entre outros temas. O objetivo deste simpósio consiste em tratar estas temáticas considerando as assimetrias de gêneros e raciais e as lutas pelos direitos LGBT, negros, indígenas, de mulheres e outros segmentos a partir da perspectiva espacial e interseccional. (ENANPEGE, 2013)

Além de Alex Ratts (UFG) também compõem a coordenação desse no GT, Behnur Ponós Ornat da UFMS, Marcio Jose Ornat da UEPG, Marria das Graças Nascimento Silva da UNIR e contou as professoras Joseli Maria Silva da UEPG e Susana Maria Veleda da Silva da FURG.


Dessa forma o GT “Espaço, cultura e diferença [...]”, pede no subtítulo o termo gênero. O novo eixo, proposto sob a orientação e proposição de Ratts ajuda a separar a exposição dos grupos sociais, separando os estudos sobre povos e comunidades tradicionais dos estudos sobre a questão de gênero, sexualidade, a questão racial e os estudos das lutas contra a homofobia e a compreensão sobre a relação entre espaço e interseccionais. Mas não abandona totalmente a questão indígena e ambiental, mas se reduz bastante o foco nesses sujeitos, até porque outros eixos tratam também da espacialidade e lutas indígenas.

Assim o GT “Espaço, cultura e diferença [...]”, em 2013 e 2015 passa a abranger

de forma mais evidente a relação entre povos e comunidades tradicionais e a produção social do espaço. A compreensão dos conflitos territoriais, dos modos de vida, da produção de geografidades dos pescadores e ribeirinhos, quilombolas e indígenas dentre outros grupos considerados tradicionais passam a ter visibilidade mais abrangente.

Veja, como ficou o novo resumo:

ESPAÇO, CULTURA E DIFERENÇA: AS DIMENSÕES ÉTNICAS, SOCIAIS E AMBIENTAIS E SUAS SIGNIFICAÇÕES "Sujeitos marcados pela diferença étnica e de classe produzem espacialidades distintas que acontecem, em geral, em contextos ambientais diversos. A exemplo citamos a constituição de lugares e de territórios por grupos compostos por indígenas, quilombolas, negros, ciganos, pescadores artesanais, migrantes, camponeses, dentre outros segmentos socialmente discriminados e vulneráveis, refletindo identidades e espacialidades diferenciadas e desiguais. Contudo, a diferenciação de espaços toma, por vezes, a forma de segregação, produzida a partir da negação de direitos e de injustiças. Em contraposição ocorre a reafirmação de etnocnhecimentos, saberes locais e de regionalismos que enunciados em pesquisas desvendam resistências a um processo de homogeneização da cultura, reveladas em trajetórias espaciais de indivíduos e coletividades marcadas por significações, advindas de pertencimentos também ligados à diferença. Nesse processo, não raro, políticas públicas focalizadas se combinam a outras ditas universais e provocam impacto no território e na comunidade. A proposta do GT é a de agregar estudos geográficos, apoiados em levantamentos bibliográficos e documentais e/ou em trabalhos de campo, que fazem a intersecção entre essas variáveis - étnicas e de classe - assim como estudos que abordem as expressões



culturais/espirituais/sociais/ambientais desses grupos que tenham como produtos finais teses ou dissertações concluídas e/ou em andamento. Vislumbra-se também a apresentação de resultados de pesquisa vinculados a projetos institucionais que tenham como produtos associados mapeamentos e cartografias sociais, produção de vídeos/sons/imagens e laudos antropológicos.

A professora Cicilian Luiza Löwen Sahr convida a professora Guiomar Inez Germani do PPGG da UFBA, que convida a Profa. Catia Antônia da Silva da PPGG - FFP UERJ.

No evento de 2017, o GT passa a contar também a compor a coordenação a professora Catherine Prost da UFBA. No evento de 2019, Cicilian sai do GT, por motivos pessoais e dificuldade de participar na ANPEGE e passamos a contar com o professor Cristino Quaresma de Paula passa a atuar em 2019 na coordenação principal, somando-se a coordenação. O ano de 2021, Cristian Nunes da UFPA também passa a participar.

Mutações e permanências na relação com estudos apresentados

Nessa seção, dedicaremos a reflexão sobre os trabalhos apresentados nos últimos três eventos, ou seja, de 2017, 2019 e 2021.

Em 2017, foram 37 trabalhos apresentados. Em 2019, foram 41 trabalhos apresentados. Em 2021 foram 27 trabalhos apresentado na sala virtual visto que por causa da Pandemia de Covid2019, o evento foi apresentado todo on line pela primeira vez na história da ANPEGE. A maior parte foi apresentado estudos sobre quilombos, em diferentes partes do Brasil. Os estudos sobre pesca artesanal aparecem em segundo lugar, depois a questão indígena e demais povos e comunidades tradicionais, tais como indígenas, populações de fundo de pasto, ciganos.

O quadro 2 apresenta os vinte sete trabalhos apresentados no GT em 2021. Todos foram apresentados por meio de sala remota, com cerca de 12 minutos de apresentação, grupo temáticos: quilombolas, pesca artesanal e caiçaras, indígenas e os trabalhos com temas diversificados em menor número foi agrupado para apresentação no segundo dia de apresentação.

Quadro 2 – Dos Trabalhos Apresentados no Grupo de Trabalho, Eixo: Gt 44: Espaço, Cultura e Diferença: As Dimensões Étnicas, Sociais e Ambientais dos Sujeitos e dos Conflitos Socioespaciais

Viver Sendo Quilombobola: O Comum e a Identidade na Comunidade Quilombola Grotão em Filadélfia-TO

A Associação Acquicambará como Instrumento de Lutas e Conquistas da Comunidade Quilombola do Cambará – RS

A Conservação Biocêntrica da Natureza – O Parque Estadual de Sete Salões (Resplendor/MG) - E A Floresta-Sujeito dos Krenak: Dos Diferentes Regimes Ontológicos À Disputa Territorial

Aproximación al Colectivo de Pescadores Artesanales em la Zona de Influencia de la Represa Rincón Del Bonete em El Río Negro - Uruguay (San Gregorio de Polanco Y Paso De Los Toros) Desde Experiencias

Conflitos e Oportunidades para as Populações Tradicionais Dos Quilombos Do Parque Estadual Da Pedra Branca: Um Estudo Multidisciplinar

Covid-19: Impactos da Pandemia nas Territorialidades Quilombolas do Município de Bom Conselho - PE

Da Pausa ao Movimento: O Conceito de Lugar por Meio do Filme Nomadland

Discriminación Múltiple O Interseccional Contra las Mujeres em Espacios Agrarios: Estereotipos Y Límites para el Desarrollo Rural em Galicia (España) y Paraíba (Brasil)

Impactos Sociais e Ambientais da Usina Hidrelétrica de Porto Primavera a Partir do Olhar dos Sujeitos Afetados

Índios Pankará da Serra do Arapúá: Representação Insurgente no Sertão Pernambucano

Injustiça Ambiental em Comunidades Pesqueiras: Impactos do Desastre-Crime do Petróleo em Pernambuco

Jogando a Rede: Um Estudo Sobre as Comunidades Pesqueiras de Farol de São Thomé, Município de Campos dos Goytazes RJ.

Justiça Ambiental e Desigualdade Socioespacial nas Subprefeituras de Capela do Socorro e Parelheiros - São Paulo/SP.

Lugares Caiçaras na Reserva Ecológica Estadual da Juatinga e Modernização Neoliberal no Município de Paraty, RJ.

Mapeamento das Tensões Socioambientais no Entorno e nos Territórios Quilombolas de Seabra, BA: Anúncios de Conflitos Territoriais.

Modo de Vida Quilombola e Percepção de Risco Ambiental
Nomadismo Religioso o Caso dos Ciganos de Quissamã
O Espaço Vivo, Práticas Territoriais e a Relação com o Turismo dos Barqueiros de Rio Formoso - PE
Os Huni Kué#297; Do Humaitá, Os Brabos E O Mundo ao Redor
Política de Gerenciamento Costeiro e os Conflitos Socioambientais em Santos – SP
Resistências Culturais e Territorias Quilombolas no Maranhão: o Caso da Comunidade Jamarý dos Pretos em Turiáu
Territorialidades em Disputa: Quilombos e Dendeicultura no Baixo Tocantins (PA)
Território Usado e Pescadoras e Pescadores Artesanais do Norte Fluminense Atingidos pelo Recente Derramamento de Petróleo
Territórios E Resistência Na Área De Proteção Ambiental Do Rio Curiaú, Em Macapá/Ap
Trajatórias de Lutas e Resistencia das Comunidades Quilombolas Certificadas de Feira de Santana (BA): Desafios e Perspectivas
Trajatórias e Saberes Construídos por Lideranças Femininas no Interflúvio Araguaia-Tocantins
Trajatórias Socioespaciais da Romeira e Matriarca Quilombola Dona Juscelina

Fonte: Enanpege, 2021.

O interessante e que se mantem é a diversidade de populações e povos tradicionais em diferentes estados brasileiros. Os estudos apontam para os conflitos territoriais, a importância do etnoconhecimento e saberes das comunidades para pensar as soluções para o país e o quanto que o modelo histórico e epistemológico sobre a formação histórico e social brasileiro negavam o papel das comunidades tradicionais, seus corpos e seus territórios. Pensando o território nacional nas escalas de vida do cotidiano e do lugar, a análise dos sujeitos e das comunidades locais são de grande importância porque como explicam os geógrafos Sartre e Berdoulay (2005) e Lima (2019) [os historiadores como Certeau (1993,1990), em que a o tempo micro (escalas de tempo da vida) permite compreender as tessituras dos trajetos dos sujeitos, do cotidiano e do tempo do lugar. Afinal, o debate das escalas geográficas e das escalas temporais, com finalidade de compreender o cotidiano, o lugar se reestruturam quando passa a valoriza as memórias coletivas, compreender a tradição como uma construção cultural de atualização

frente aos desafios do presente e, por fim, compreender que crises políticas e crises econômicas têm muitos impactos quando, por meio da compreensão das geografidades dos sujeitos, que as perdas que aos olhos do outro que estuda esses sujeitos, muitos vezes não conseguem identificar a dimensão das perdas da ancestralidades, dos ethos, das línguas e do sentido de viver de um grupo sociais que atualiza no seu cotidiano a importância das culturas negras, quilombolas, étnico-indígenas, caiçaras, dentre tantos outros povos e comunidades que foram invisibilizados por leituras muito estruturais que tinha dificuldade de reconhecer a diversidade cultural, histórica e ancestral no território nacional.

Desse modo, o GT é de grande relevância para ressignificar a importância dos sujeitos e agentes na produção social do espaço, no âmbito urbano e rural. Aliás na perspectiva geográfica, cada vez mais reduz-se a fronteira entre urbano e rural, assim como a valorização das morfologias e das estéticas impostas pela modernidade, para o reconhecimento da importância das identidades, dos saberes e sentidos de visões de mundo para que possamos atualizar o sentido do fazer em Geografia no século XXI.

A importância do eixos temáticos e grupos de trabalho na atualização do campo reflexivo e metodológico da relação entre ciência geográfica e pensamento social brasileiro

Sem dúvida, a proposta implementada na construção dos eixos temáticos, propostos por grupo de professores de diferentes programas de pós graduação em Geografia ao longo das edições, garante uma reflexão sobre a atualização dos estudos geográficos e sua relação com a uma leitura permanente sobre mudanças dos processos sociais, econômicos, políticos e territoriais, crises, conflitos. Considerando o compromisso com a elevada qualidade acadêmica, em sua diversidade e pluralidade, bem como os princípios democráticos que ensejam as atividades científicas, a ANPEGE tem garantido uma produção com um pouco mais de 2400 de trabalhos e em 2021, com o crescimento para 73 grupos de trabalhos. Se observamos que os trabalhos apresentados pelos grupos de trabalho têm cada vez mais apresentado um Brasil ao longo das décadas de 2000 e 2010, temas emergentes, processos novos, análise das geografidades dos sujeitos antes pouco conhecido pela academia e pelos Geografia. A pluralidade e a diversidade

da realidade socioespacial do Brasil demonstradas a partir das narrativas acadêmicas que valorizam as diferentes escalas do fenômeno abre uma perspectiva importante para a epistemologia da geografia e avanços no campo das metodologias da ciência, dos métodos e técnicas que contribuem para a superação de dilemas fundamentais, sobretudo para o século XXI, tais como: 1. Maiores diálogos entre as áreas de conhecimento e as disciplinas geográficas, a aproximação entre geografia física e geografia humana para explicar processos geomorfológicos, hidrológicos e marinhos trazendo as comunidades como portadora de presença e de saberes. Assim, a geografia humana percebe a importância de compreender a natureza, a biodiversidade e geodiversidades, assim como os pesquisadores especialistas em estudos ambientais e cartográficos identificam a necessidade de maior aproximação com as metodologias participativas.

Acompanhando as edições do GT Espaço, cultura e diferença ao longo desses onze anos, é possível dizer que os conflitos territoriais precisam estar articulados com a compreensão entre classes sociais, sujeitos sociais e suas ancestralidades o que articula a luta dos povos e comunidades tradicionais como uma luta existencial, ou seja a luta orientada por valores nos quais os sentidos vão além dos interesses conjunturais, o que remete a compreensão das lutas históricas contra os processos de colonização durante a dominação de cultura escravista e contra os processo de colonialidade a partir da imposição de um modelo de república e d capitalismo no país.

ENANPEGE on line em contexto de crise política e pandêmica nacional

O XIV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia XIV ENANPEGE, que teve como tema: "*A Geografia que fala ao Brasil: ciência geográfica na pandemia ultraliberal*" ocorrido em entre os dias 10 e 15 de outubro de 2021. Trouxe alguns elementos novos para a organização dos membros do GT, quando realizou a chamada pública, tais como: o formato *on line*, Representatividade de gênero, representatividade étnica, representatividade de diferentes grupos de pesquisa.

No que se refere ao contexto de crise política, iniciada, sobretudo, a partir do momento em que forças conservadoras conseguem assumir as instituições políticas públicas, o pensamento social crítico, que sempre pautou sobre a importância da

transformação social e de se pensar um modelo de desenvolvimento social e econômico que superasse as desigualdades sociais e regiões. As lutas históricas pela reforma agrária, pela reforma urbana, direito a cidade e tantas outras lutas ligas a proteção ambiental e aos povos e populações tradicionais contribuem em conjunto com a expansão do pensamento crítico marxista, reflexão no campo da fenomenologia e da pós colonialidade advindos de outras áreas de conhecimento científico e filosófico, por uma atualização permanente sobre o papel das entidades científicas de pós graduação, como a ANPEGE, na proposição do devir social e do posicionamento da academia frente ao retorno ampliado da pobreza, das desigualdades sociais e territoriais, do desemprego e da perda de direitos historicamente construídos.

A pandemia engendrada pelo coronavírus em humanos a partir de dezembro de 2021, o isolamento geográfico forçado, a implementação de uma conjuntura de incertezas de retorno, acabou por criar uma conjuntura social e territorial sem precedentes, como diria Ana Clara Torres Ribeiro (2012, 2013, 2005), porque faz romper com a estrutura social, gera fragmentações e esgarçamento do tecido social. Entrar efetivamente no mundo virtual, ou na transformação do espaço geográfico em meio técnico-científico informacional de que ensinou Milton Santos (1996) criou outros níveis de interação e ao mesmo tempo de aprofundamento da desigualdade social e territorial. Os níveis de interação se referem a criação de espaços novos e ágeis de interação social no mundo dos comuns, de comunicação em tempo real, antes conhecido de forma mais frequente pelas grandes empresas articuladas à globalização. No campo científica já eram conhecidos os meios de *web conference*, entretanto o predomínio de comunicação ainda era os encontros presenciais. Entre no mundo das salas virtuais, fizeram o mercado se especializar em serviços de salas virtuais, infraestrutura para consultoria e/ou suporte pelas empresas de eventos, utilizar pacotes de dados para garantir boa conexão de dados (texto, vídeos, imagens). A simultaneidade e a calculabilidade da presentificação se faz, por meio do aprimoramento das tecnologias de comunicação e informação (RIBEIRO, 2012).

No campo da produção científica e na educação superior, as universidades tiveram de enfrentar muito desafios como a reestruturação para as aulas remotas e as entidades acadêmicas que aceitaram o desafio de fazer uma interação para centenas ou milhares de pessoas no formato remoto precisaram de apoio de empresas para garantir a gestão de midas, conexões e treinamento de pessoal para garantir o trabalho de suporte em rede.

O esgarçamento e fragmentação estão em curso, ainda precisamos de mais elementos para compreender a dimensão das perdas na educação básica e nos estudantes mais pobres que tiveram e têm dificuldade de pagar pelos produtos da comunicação simultânea remota e a ampliação das desigualdades sociais e territoriais, visto que no Brasil o acesso aos pacotes de internet é feito pelo mercado e o serviço é muito caro, quando comparado ao salário mínimo nacional. Além disso, muitos bairros e municípios brasileiros não tem bom sinal de recepção de internet.

Do ponto de vista da conjuntura social e territorial engendrada pela pandemia do COVID-2019, causada pelo vírus SARS-CoV-2, que acelerou a implementação da mediação tecnológica (salas virtuais, aulas remotas, encontros, seminários e reuniões remotas) como a única possibilidade de comunicação entre os sujeitos, no âmbito das universidades, das escolas e das instituições de pesquisa. No que se refere aos grandes eventos, essa mediação conferiu aos organizadores de evento a necessidade de construir um novo olhar sobre a potencialidade de colocar numa única sala pessoas e experiências de diferentes partes do Brasil e do mundo no modelo informacional, o que contribui para a conexão de redes sem a presença física. Organizar esses novos espaços de mediação foi um grande desafio.

Poderíamos dizer que a mediação tecnológica reduz o custo do participante do evento. É verdade, mas por outro lado, o sedentarismo de horas na frente de dispositivos pode levar a uma exaustão do corpo e dos equipamentos.

A possibilidade de gravar o evento ou de passar ao mesmo tempo de forma aberta, nas plataformas como o *youtube*, poderia garantir a ampliação de jovens, estudantes de graduação e outros estudantes de pós graduação em assistir ou participar via chats dos grupos de trabalho. Porque um dos problemas dos grupos de trabalho é a pouca participação de ouvintes. No meio remoto, poderia se fazer um investimento de melhor democratizar o acesso de divulgação das atividades para os ouvintes, participantes não inscritos no evento e que não teriam o certificado, compondo assim o público em geral.

O período de trabalho remoto da pandemia deixa um legado, um marco histórico para o trabalho científico e a organização dos grandes eventos. O fato de que é possível realizar eventos de grandes impactos e ao mesmo tempo a gravação dos eventos e sua disponibilidade pública, poderá contribuir na constru-

ção de acervo de memória institucional por meio de vídeos. Para isso, torna-se fundamental não perder de vista as experiências desse tempo pandêmico e, se possível aprimorar as ações e os instrumentos para garantir a melhor democratização dos resultados do evento.

Considerações finais

Algumas considerações podem ser tecidas nessa seção. Num contexto de crise societária, como ensina Ana Clara Torres Ribeiro, uma crise nas instituições públicas realizadas por pensamentos conservadores. As instituições de pesquisa e universitárias que se constituem no debate complexo com os fazeres científicos, disputas de visão de mundo, vê atravessar o negacionismo pelas verdades, pela ciência e pelo humanismo. Os governos Bolsonaro, Trump e tantos outros que valorizam a visão nazista de leitura de mundo não têm tanto êxito, porque a Pandemia provocou essa visão. A medicina, a enfermagem, a microbiologia se impuseram na tarefa de salvar vidas, com base no conhecimento científico e tecnológico. O Butantã e a Fundação Oswaldo Cruz assumiram muito antes de Ministério da Saúde, no Brasil, a teimosia de ter como partido a vida e a ciência. A crise societária é a crise que erodir o sentido da vida coletiva, da sociedade. Não é crise política, não é crise econômica. É a crise das verdades, por isso a terra pode ser quadrada, o holocausto e a ditadura militar pode ser considerada como mentira. A geografia emerge na sua luta interna de construção de verdades e de leituras sobre o mundo, de leituras sobre o território. Leituras sobre diferentes povos e identidades socioespaciais historicamente negadas. O GT " Espaço, cultura e diferença: as dimensões étnicas, sociais e ambientais dos sujeitos e conflitos socioambientais" nasce nesse contexto de busca de compreensão do sentido das ações dos sujeitos sociais inscritos nas suas realidades locais, na diversidade e nas diferenças dos povos e populações tradicionais, questão de gênero e interseccionalidades. No entanto, o campo temático ficou amplo demais e foi preciso recortar um pouco mais, dividindo-se em dois GT. Um com ênfase na questão de gênero, feminismo e transexualidades e outro com foco nas comunidades tradicionais. Compreender os problemas, os conflitos territoriais, os estigmas e estereótipos, articulado aos diferentes contextos espaciais: urbanos, rurais, ambientais dentre outros, permitiu aprofundar os problemas que já existiam, mas que o recorte de classe social não dava conta da diversidade social e cultural que se implicam nas lutas

sociais. Nesse contexto, que manter o GT, mesmo em contexto de crise societária e epidêmica foi uma resistência importante. Fazer um evento com milhares de participante foi um desafio importante enfrentado pela diretoria (2019-2021) da ANPEGE e temos de agradecer. Manter o debate nacional e refletir sobre as lutas e as condições estruturais e conjunturais, coloca a ANPEGE, como instituição científica que representa professores, estudantes, pesquisadores dos programa de pós-graduação no Brasil, coloca a instituição no lugar de imanência política e de transcendência do devir, disputando sentidos e interferindo na disputa de futuro. Estamos juntos nessa luta e nessa caminhada.

Referências Bibliográficas

ANPEGE – HISTÓRICO – PERÍODO 2017-2019. XIII ENANPEGE. DISPONÍVEL: http://www.enanpege.ggf.br/2019/conteudo/view?ID_CONTEUDO=418#~:text=Mais%20precisamente%20a%20

[ANPEGE%20foi,mesma%2C%20ap%C3%B3s%20sess%C3%B5es%20de%20debates.](http://www.enanpege.ggf.br/2019/conteudo/view?ID_CONTEUDO=418#~:text=Mais%20precisamente%20a%20)

CERTEAU, Michel de. **L'invention du quotidien**. 1. Arts de faire. Paris: Gallimard, 1990.

CERTEAU, Michel de. **La culture au pluriel**. Paris: Éditions du Seuil, 1993.

- LIMA, Elias L. **Encruzilhadas Geográficas**: notas sobre a compreensão do sujeito na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.
- PAULA, C. Q. A Expansão da Pós-Graduação e a Emergência de Novos Sujeitos na Pesquisa Geográfica. **REVISTA DA ANPEGE**, v. 14, p. 39-70, 2018.
- PAULA, C. Q. A expressão da pesca artesanal na geografia brasileira: análise das instituições onde estão os pesquisadores.. In: III Seminário Nacional Espaços Costeiros: espaços de produção, espaços de vida, 2016, Salvador - BA. Anais do **III Seminário Nacional Espaços Costeiros**, 2016.
- PAULA, C. Q. A pesca artesanal na Geografia brasileira: impactos/conflitos, ambientes/territórios. In: **XII ENANPEGE**, 2017, PORTO ALEGRE. Anais. PORTO ALEGRE: ANPEGE, 2017, p. 4762-4773.
- PAULA, C. Q. Geografia e Pesca Artesanal Brasileira: diálogos possíveis. In: Cristiano Quaresma de Paula, Christian Nunes da Silva e Catia Antonia da Silva. (Org.) **Geografia & Pesca Artesanal Brasileira** Vol.1. 1ed.Belém: GAPTA, 2019, v. 1, p. 23-55.
- PAULA, C. Q. SUERTEGARAY, D. A. . A Pesca Artesanal na Geografia Brasileira: Proposta de Constituição de uma Rede de Cooperação Acadêmica e Social. In: XI ENANPEGE A Diversidade da Geografia Brasileira: Escalas e Dimensões da Análise e da Ação, 2015, Presidente Prudente. Anais 2015. Dou-rados: UFGD Editora, 2015.
- Pluralidade e multidimensionalidade do sujeito e das espacialidades: desafio epistemológico na análise geográfica. *Revista da ANPEGE*, v.12, p.117 - 136, 2016.
- RIBEIRO, A. C. T. **Metrópole**: sentidos da fragmentação. SILVA, C. A. OLIVEIRA, A. L. RIBEIRO, A. C. T. *Metrópoles: entre o global e as experiências cotidianas*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012, p. 93-112.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. Outros territórios, outros mapas. En: OSAL : **Observatorio Social de América Latina** Ano 6 no. 16 (jun. 2005). Buenos Aires : CLACSO, 2005.
- RIBEIRO, A. C. T.. Sujeito Corporificado e Bioética. Caminhos da Democracia. In: **Por uma sociologia do presente**: Ação, técnica e espaço. Vol. 2. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013, p. 29-39.
- SAHR, CÍCILIAN LUIZA LÖWEN; SILVA, CATIA ANTONIA DA; GERMANI, GUIOMAR INEZ
- SARTRE, Xavier Arnauld de, BERDOULAY ,Vincent. **Teoria do sujeito, geografia e desenvolvimento local**. *Novos Cadernos NAEA* v. 8, n. 2, p. 109-124, dez. 2005.
- SILVA, C. A. Modernização, conflitos territoriais e sujeitos sociais de culturas tradicionais: considerações da Geografia na leitura da produção da totalidade do espaço brasileiro no século XXI In: **GEOGRAFIA E CONJUNTURA BRASILEIRA** 1 ed.Rio de Janeiro: CONSEQUENCIA, 2017b, v.1, p. 249-274.
- SILVA, C. A. Produção geográfica e novos recortes socioespaciais nas lutas, nas resistências e nas contra-hegemonias: reflexões sobre sujeitos e comunidades tradicionais no espaço brasileiro. **REVISTA DA ANPEGE**, v.16, p.170 - 189, 2020a

Outubro de 2021. O Brasil finalizava o segundo ano de enfrentamento da pandemia do Coronavírus/Covid-19 com um saldo violento de déficit de políticas públicas em todas as áreas, resultado da perversa associação entre o ultraliberalismo, o neofascismo, o negacionismo científico e o descompromisso manifesto com a maioria da população brasileira, conformada pelo governo Bolsonaro. Sobre a terrível crise sanitária oriunda da pandemia, se sobrepuseram uma crise política, fruto de uma arrogante ignorância, e uma crise econômica, decorrente de escolhas governamentais equivocadas e do conseqüente empobrecimento da nossa população. Neste cenário, se instalou o XIV ENANPEGE sob o tema a *Geografia que fala ao Brasil*, proclamando aos quatro cantos, às cinco macrorregiões, às vinte e sete Unidades da Federação, aos setenta e sete Programas de Pós-Graduação em Geografia, a toda a população do país a necessidade da defesa da ciência, do reestabelecimento da ordem democrática e do combate ao obscurantismo. Sob a batuta da gestão “Ba-



curau”, geógrafos brasileiros se reuniram pela primeira vez num encontro nacional online que entrou para a história como o maior de todos os tempos em volume de inscritos e trabalhos apresentados, mas também pela encarnação cívica, pelo posicionamento crítico, pelo grito de resistência e pelo brado à democracia.

Adão Francisco de Oliveira – Presidente da ANPEGE (2022-2023) - UFT